JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Teles Pires 4
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Médio Araguaia 11
Prefeitura Municipal de Água Boa 12
Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista 13
Prefeitura Municipal de Alto Garças 13
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 14
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 19
Prefeitura Municipal de Apiacás 25
Prefeitura Municipal de Araguainha 26
Prefeitura Municipal de Araputanga 27
Prefeitura Municipal de Arenápolis 29
Prefeitura Municipal de Aripuanã 48
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 50
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 51
Prefeitura Municipal de Barra do Garças 51
Prefeitura Municipal de Cáceres 52
Prefeitura Municipal de Campinápolis 59
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 61
Prefeitura Municipal de Campo Verde 63
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 65
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 66
Prefeitura Municipal de Canarana 67
Prefeitura Municipal de Castanheira 70
Prefeitura Municipal de Cláudia 72
Prefeitura Municipal de Colíder 83
Prefeitura Municipal de Colniza 84
Prefeitura Municipal de Comodoro 86
Prefeitura Municipal de Confresa 89
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 89
Prefeitura Municipal de Cuiabá 91
Prefeitura Municipal de Curvelândia 93
Prefeitura Municipal de Denise 93
Prefeitura Municipal de Diamantino 94
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 97
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 97
Prefeitura Municipal de Figueirópolis d´Oeste 98
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 100
Prefeitura Municipal de General Carneiro 102
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 102
Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte 104
Prefeitura Municipal de Itanhangá 106
Prefeitura Municipal de Itaúba 109
Prefeitura Municipal de Itiquira 123
Prefeitura Municipal de Jaciara 123
Prefeitura Municipal de Jangada 123
Prefeitura Municipal de Jauru 124
Prefeitura Municipal de Juara 124
Prefeitura Municipal de Juruena 135
Prefeitura Municipal de Luciara 139
Prefeitura Municipal de Marcelândia 140
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 140
Prefeitura Municipal de Nobres 148

Prefeitura Municipal de Nortelândia 150
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 150
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 150
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 151
Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte 152
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 152
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 152
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 153
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 160
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 162
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 178
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 178
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 182
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 192
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 193
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 193
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 194
Prefeitura Municipal de Novo São Joaquim 194
Prefeitura Municipal de Paranatinga 195
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 197
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 199
Prefeitura Municipal de Planalto da Serra 199
Prefeitura Municipal de Poconé 199
Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia 199
Prefeitura Municipal de Ponte Branca 200
Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda 201
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 202
Prefeitura Municipal de Porto Esperidião 202
Prefeitura Municipal de Porto Estrela 212
Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos 241
Prefeitura Municipal de Poxoréu 247
Prefeitura Municipal de Querência 260
Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal 263
Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira 264
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 264
Prefeitura Municipal de Rondolândia 266
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 271
Prefeitura Municipal de Salto do Céu 271
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 271
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 271
Prefeitura Municipal de Santo Afonso 272
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 273
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 273
Prefeitura Municipal de São José do Povo 274
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 275
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 275
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 276
Prefeitura Municipal de Sapezal 276
Prefeitura Municipal de Sinop 277
Prefeitura Municipal de Tabaporã 284
Prefeitura Municipal de Tangará da Serra 309
Prefeitura Municipal de Tesouro 310
Prefeitura Municipal de União do Sul 311
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 322
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 322
Prefeitura Municipal de Vila Rica 328

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2015/2016

Presidente de Honra: Ondanir Bortolini

Presidente: Neurilan Fraga - Prefeito de Nortelândia

Primeiro Vice-Presidente: Roberto Ângelo de Farias - Prefeito de Barra do Garças

Segundo Vice-Presidente: Walmir Guse - Prefeito de Conquista D´Oeste

Terceiro Vice-Presidente: Solange Souza Kreidloro - Prefeita de Nova Bandeirantes

Quarto Vice-Presidente: Valter Mioto Ferreira - Prefeito de Matupá

Quinto Vice-Presidente: José Helio Ribeiro - Prefeito de Novo Mundo

Secretário Geral: Hugo Garcia Sobrinho –Prefeito de Santa Rita do Trivelato

Primeiro Secretário: Ednilson Luiz Faitta - Prefeito de Aripuanã

Segundo Secretário: Valteir Quirino dos Santos - Prefeito de Indiavaí

Tesoureiro Geral: Marcos de Sá Fernandes da Silva - Prefeito de Santa Cruz do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Pedro Tercy Barbosa - Prefeito de Denise

Segundo Tesoureiro: João Braga Neto - Prefeito de Nova Maringá

CONSELHO FISCAL

1. Jamar da Silva Lima - Prefeito de Nova Brasilândia
2. Francisco Endler (Chico) - Prefeito de Nova Guarita
3. Cristovão Masson - Prefeito de Nova Olímpia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Odoni Coelho Mesquita - Prefeito de Torixoréu
2. José Mauro Figueiredo - Prefeito de Arenápolis
3. Dirceu Martins Comiran - Prefeito de Campos de Júlio

Gerência de Comunicação
Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Entre em Contato:
jornaloficial@amm.org.br
(65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO TELES PIRES

BALANÇO GERAL CONTAS DE 2015

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

O Sr. Valdenir José dos Santos, presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde Da Região Teles Pires, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ nº. 00.832.086/0001-19 com sede administrativa na Av. Porto Alegre, n° 3125, Centro, na cidade de Sorriso – MT, torna-se Publico o Balanço Geral de 2015, nos moldes da Lei nº 4.320/64, Lei Complementar 101/00 e Regulamentações do STN, o qual ficara no período de 23/02/2016 a 24/04/2016, podendo questionar – lhe a legitimidade nos termos da Lei.

Após prazo previsto, o Balanço Geral será encaminhado ao Egrégio tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para ser submetido ao exame de admiração.

Para os devidos fins de direito e conhecimento do interessado, expediu-se o presente Edital.

Publica-se.

Sorriso - MT, Terça - Feira, 23 de Fevereiro de 2016.

Valdenir José dos Santos

Presidente

CONS INTERMUN DE SAUDE DA REGIAO TELES PIRES

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	4.500.000,00	2.234.000,00	6.734.000,00	903.008,61	6.556.815,05	6.477.563,91	6.022.410,20	97,36	177.184,95
DESPESAS CORRENTES	4.450.000,00	2.284.000,00	6.734.000,00	903.008,61	6.556.815,05	6.477.563,91	6.022.410,20	97,36	177.184,95
Pessoal e Encargos Sociais	593.000,00	-242.600,00	350.400,00	2.230,46	345.223,84	345.223,84	345.223,84	98,52	5.176,16
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	3.857.000,00	2.526.600,00	6.383.600,00	900.778,15	6.211.591,21	6.132.340,07	5.677.186,36	97,30	172.008,79
DESPESAS DE CAPITAL	50.000,00	-50.000,00							
Investimentos	50.000,00	-50.000,00							
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	4.500.000,00	2.234.000,00	6.734.000,00	903.008,61	6.556.815,05	6.477.563,91	6.022.410,20	97,36	177.184,95
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	4.500.000,00	2.234.000,00	6.734.000,00	903.008,61	6.556.815,05	6.477.563,91	6.022.410,20	97,36	177.184,95
SUPERÁVIT (XIII)									
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	4.500.000,00	2.234.000,00	6.734.000,00	903.008,61	6.556.815,05	6.477.563,91	6.022.410,20	97,36	177.184,95

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)									
Pessoal e Encargos Sociais									
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)									
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)									

Emissão: 05/02/2016 09:20:59

Page 1 de 2

Homologado

CONS INTERMUN DE SAUDE DA REGIAO TELES PIRES

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

PETER NUNES ANTUNES
011179/0-9 - MT

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretaria

VALDENIR JOSE DOS SANTOS
Ordenador da Despesa

CONS INTERMUN DE SAUDE DA REGIAO TELES PIRES

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL						

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES		23.643,25	23.407,25		236,00
Pessoal e Encargos Sociais		3.633,09	3.633,09		
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes		20.010,16	19.774,16		236,00
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL		23.643,25	23.407,25		236,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

PETER NUNES ANTUNES
011179/0-9 - MT

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretaria

VALDENIR JOSE DOS SANTOS
Ordenador da Despesa

CONS INTERMUN DE SAUDE DA REGIAO TELES PIRES

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	4.500.000,00	4.500.000,00	472.513,40	10,50	5.057.738,01	112,39	-557.738,01
RECEITAS CORRENTES	4.500.000,00	4.500.000,00	472.513,40	10,50	5.057.738,01	112,39	-557.738,01
RECEITA TRIBUTARIA	250.000,00	250.000,00	50.879,11	20,35	81.648,40	32,65	168.351,60
Impostos	250.000,00	250.000,00	50.879,11	20,35	81.648,40	32,65	168.351,60
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL	100.000,00	100.000,00	4.907,95	4,90	76.839,74	76,83	23.160,26
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas	100.000,00	100.000,00	4.907,95	4,90	76.839,74	76,83	23.160,26
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.148.000,00	4.148.000,00	416.726,34	10,04	4.899.249,87	118,11	-751.249,87
Transferências Intergovernamentais	4.148.000,00	4.148.000,00	416.726,34	10,04	4.899.249,87	118,11	-751.249,87
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.000,00	2.000,00					2.000,00
Multa de Juros de Mora							
Indenizações e Restituições	1.000,00	1.000,00					1.000,00
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Diversas	1.000,00	1.000,00					1.000,00
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	4.500.000,00	4.500.000,00	472.513,40	10,50	5.057.738,01	112,39	-557.738,01
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	4.500.000,00	4.500.000,00	472.513,40	10,50	5.057.738,01	112,39	-557.738,01
DÉFICIT (VI)		2.234.000,00	430.495,21	19,27	1.499.077,04	67,10	734.922,96
TOTAL(VII) = (V + VI)	4.500.000,00	6.734.000,00	903.008,61	13,40	6.556.815,05	97,36	177.184,95
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 11/02/2016 16:57:07



CONS INTERMUN DE SAUDE DA REGIAO TELES PIRES

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)							
DÉFICIT (IV)							
TOTAL (V) = (III + IV)							

PETER NUNES ANTUNES
011179/0-9 - MT

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretaria

VALDENIR JOSE DOS SANTOS
Ordenador da Despesa

Emissão: 11/02/2016 16:57:07

Page 2 de 2
Homologado

CONS INTERMUN DE SAUDE DA REGIAO TELES PIRES

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2015

Data de emissão: 12/02/2016

Exercício: 2015 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**5.057.738,01**		**Despesa Orçamentária**	**6.554.470,05**	
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	5.057.738,01		Ordinária	6.554.470,05	
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extra-Orçamentários	**636.087,18**		**Despesas Extra-Orçamentárias**	**125.113,35**	
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	534.404,85		Pagos no período	23.407,25	
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	101.052,21		Outras movimentações extra-orçamentárias	101.706,10	
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	630,12		Outras movimentações extra-orçamentárias		
Provisão p/ perdas de investimentos (Reversao)			Provisão p/ perdas de investimentos (Constituição)		
Ajuste de Investimentos - Ganho			**Ajuste de Investimentos - Perda**		
Ajuste de Investimentos - Ganho			Ajuste de Investimentos - Perda		
Saldo em espécie do exercício anterior	**1.117.632,30**		**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**129.505,55**	
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento	1.117.632,30		Bancos conta movimento	129.505,55	
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras - RPPS			Aplicações financeiras - RPPS		
(-) Provisão p/ perdas de investimento			(-) Provisão p/ perdas de investimento		

Emissão: 12/02/2016 15:56:56 Página 1

Homologado

CONS INTERMUN DE SAUDE DA REGIAO TELES PIRES

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2015

TOTAL	**6.811.457,49**		**TOTAL**	**6.809.088,95**	

PETER NUNES ANTUNES
011179/0-9 - MT

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretaria

VALDENIR JOSE DOS SANTOS
Ordenador da Despesa

CONS INTERMUN DE SAUDE DA REGIAO TELES PIRES

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2015

Data de emissão: 13/02/2016

Exercício: 2015

P. Contas: PCASP-MT

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
ATIVO CIRCULANTE			**PASSIVO CIRCULANTE**		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	129.505,55	1.117.632,30	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO		3.633,09
CREDITOS A CURTO PRAZO			EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		
CLIENTES			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	451.222,45	20.010,16
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	451.222,45	20.010,16
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO		
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - CLIENTES			OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	4.167,26	
CREDITOS DE TRANSFERENCIAS A RECEBER			OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			PROVISOES A CURTO PRAZO		
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO			DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	34,65	688,54
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO					
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS					
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR					
CREDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZACAO DA PRESTACAO DE SERVICOS PUBLICOS					
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO					
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS-CONSOLIDACAO					
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - DEMAIS CREDITOS					
OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO					
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO					
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO					
ESTOQUES					
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE					
ATIVO NÃO CIRCULANTE			**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**		
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO			OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		
CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO			EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		
CLIENTES			FORNECEDORES A LONGO PRAZO		
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER			OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO		
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA			PROVISOES A LONGO PRAZO		
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - CLIENTES			DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			RESULTADO DIFERIDO		
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO			**TOTAL DO PASSIVO**	**455.424,36**	**24.331,79**
CREDITOS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS			**PATRIMÔNIO LIQUIDO**		

CONS INTERMUN DE SAUDE DA REGIAO TELES PIRES

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2015

Data de emissão: 13/02/2016

CREDITOS A LONGO PRAZO INTER OFSS - UNIAO			**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - ESTADO			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		
CREDITOS A LONGO PRAZO INTER OFSS - MUNICIPIO			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			RESERVAS DE CAPITAL		
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		
ESTOQUES - CONSOLIDACAO			RESERVAS DE LUCROS		
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			DEMAIS RESERVAS		
INVESTIMENTOS			RESULTADOS ACUMULADOS	-233.812,36	1.190.445,88
PARTICIPACOES PERMANENTES			RESULTADO DO EXERCÍCIO	-1.424.258,24	
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.190.445,88	1.190.445,88
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL			OUTROS RESULTADOS		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO			(-) ACOES / COTAS EM TESOURARIA		
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO					
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES					
(-)DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE PARTICIPAÇÕES PERMANENTES					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES					
IMOBILIZADO	92.106,45	97.145,37			
BENS MOVEIS	97.836,19	98.446,69			
BENS IMOVEIS					
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-5.729,74	-1.301,32			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO					
INTANGIVEL					
SOFTWARES					
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS					
DIREITO DE USO DE IMOVEIS					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL					
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**-233.812,36**	**1.190.445,88**
TOTAL	**221.612,00**	**1.214.777,67**	**TOTAL**	**221.612,00**	**1.214.777,67**

ATIVO FINANCEIRO	**129.505,55**	**1.117.632,30**	**PASSIVO FINANCEIRO**		
ATIVO PERMANENTE	**92.106,45**	**97.145,37**	**PASSIVO PERMANENTE**		
SALDO PATRIMONIAL				**221.612,00**	**1.214.777,67**

Emissão: 13/02/2016 14:58:30 Página 2

Homologado

CONS INTERMUN DE SAUDE DA REGIAO TELES PIRES

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2015

Data de emissão: 13/02/2016

Compensação

ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			**Saldo dos Atos Potenciais Passivos**		
EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS			EXECUCAO GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		
EXECUCAO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES		
EXECUCAO DE DIREITOS CONTRATUAIS			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	11.513,67	15.750,00
EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
TOTAL			**TOTAL**	**11.513,67**	**15.750,00**

PETER NUNES ANTUNES
011179/0-9 - MT

SOLIMARA LIGIA MOURA
Secretaria

VALDENIR JOSE DOS SANTOS
Ordenador da Despesa

Emissão: 13/02/2016 14:58:30 Página 3

Homologado

BALANÇO FINANCEIRO - CISRTP

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)					
BALANÇO FINANCEIRO					
Dezembro/2015					
	Data de emissão: 15/02/2016				
Exercício: 2015		**P. Contas: PCASP-MT**			
INGRESSOS	**DISPÊNDIOS**				
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**5.057.738,01**		**Despesa Orçamentária**	**6.554.470,05**	
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	5.057.738,01		Ordinária	6.554.470,05	
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extra-Orçamentários	**636.087,18**		**Despesas Extra-Orçamentárias**	**125.113,35**	
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	534.404,85		Pagos no período	23.407,25	
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	101.052,21		Outras movimentações extra-orçamentárias	101.706,10	
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	630,12		Outras movimentações extra-orçamentárias		
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversao)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho			**Ajuste de Investimentos - Perda**		
Ajuste de Investimentos - Ganho			Ajuste de Investimentos - Perda		
Saldo em espécie do exercício anterior	**1.117.632,30**		**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**129.505,55**	
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento	1.117.632,30		Bancos conta movimento	129.505,55	
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras - RPPS			Aplicações financeiras - RPPS		
(-) Provisão p/ perdas de investimento			(-) Provisão p/ perdas de investimento		
	Emissão:	15/02/2016 10:01:26		Página 1	
	Homologado				

CONS INTERMUN DE SAUDE DA REGIAO TELES PIRES			
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)			
BALANÇO FINANCEIRO			
Dezembro/2015			
TOTAL	**6.811.457,49**	**TOTAL**	**6.809.088,95**
PETER NUNES ANTUNES			
	SOLIMARA LIGIA MOURA	VALDENIR JOSE DOS SANTOS	
011179/0-9 - MT			
Secretaria	Ordenador da Despesa		

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO MÉDIO ARAGUAIA

ERRATA DE LICITAÇÃO

Modalidade Pregão Presencial 001/2016, de 16 de fevereiro de 2016

Tipo: Menor Preço por item

Na ata de licitação, nos termos de adjudicação, termos de homologação e aviso de resultado de licitação;

ONDE-SE DIZ:

Empresas Vencedoras	Valor Total
DIMASTER COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA	109.054,00
Valor Total da Licitação	1.137.468,86

LÊ-SE:

Empresas Vencedoras	Valor Total
DIMASTER COMERCIO DE PROD. HOSPITALARES LTDA	109.162,00
Valor Total da Licitação	1.137.576,86

Água Boa, 22 de fevereiro de 2016

Núbia S. S. Paixão Moraes - Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

DECRETO MUNICIPAL Nº 2923, DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016.

*"Dispõe sobre a convocação da **"1ª Conferência da cidade"** do Município de Água Boa, e dá outras providencias".*

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de **MAURO ROSA DA SILVA**, de Água Boa - Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em obediência ao que disciplina a Legislação,

Considerando a importância de se propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município e os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política e o Desenvolvimento Urbano;

Considerando a necessidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;

Considerando a necessidade de propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade, estimulando a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município;

Considerando, ainda, que a realização da 1ª Conferência da Cidade de Água Boa é fator indispensável para a participação do Município na 6ª Conferência Estadual das Cidades, a realizar-se em Cuiabá, no período de 01 de novembro de 2016 a 31 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 1ª Conferência da Cidade Água Boa a realizar-se até o dia 05/07/2016, na Câmara de Vereadores de Água Boa, sob a coordenação da Secretaria de Administração.

Art. 2º- A 1ª Conferência da Cidade de Água Boa desenvolverá seus trabalhos a partir da temática Nacional "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e; como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 3º - A 1ª Conferência da Cidade de Água Boa será presidida pela Secretaria Municipal de Administração

Art. 4º - Caberá à Secretaria Municipal de Administração a constituição e instalação da Comissão Organizadora, que terá as seguintes atribuições:

I – Definir data, local e critério de participação na 1ª Conferência

da Cidade de Água Boa;

II - Definir pauta e temário da 1ª Conferência da Cidade de Água Boa, contemplando as questões municipais, além do temário nacional;

III - Promover a realização da Conferência Municipal;

IV - Definir critérios para a eleição dos delegados da Conferência Municipal, respeitando as diretrizes e definições do Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades;

V - Examinar e proferir decisão sobre os recursos encaminhados pelas entidades participantes da Conferencia;

VI - Decidir casos omissos ou conflitantes.

Art. 5º - A Comissão Organizadora de que trata o artigo 4º deste Decreto deverá contemplar representantes dos seguintes segmentos da sociedade:

I - Gestores, administradores públicos e membro do legislativo municipais;

II - Movimentos sociais e populares;

III -Trabalhadores, através de suas entidades sindicais;

IV- Entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos de classes;

V- Empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

VI- Organizações não-governamentais com atuação no desenvolvimento urbano.

Art. 6º - A Comissão Organizadora elaborará o Regimento da 1ª Conferência que será aprovado pela comissão preparatória

Art. 7º -Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, AOS 05 DE FEVEREIRO DE 2015.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

Publicado na sede da Prefeitura Municipal, em 05 de fevereiro de 2015.

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE RETOMADA DE SESSÃO.

AVISO DE RETOMADA DE SESSÃO.

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL 001/2016

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, designado pelo Decreto 2921/2016; torna público aos interessados que a retomada da sessão para habilitação no pregão supra citado, se dará no dia 29 de fevereiro de 2016 as 8h30m no mesmo local onde foi suspensa.

Água Boa, 22 de fevereiro de 2016.

Marcos da Silva

Pregoeiro

PLANEJAMENTO E FINANCAS
AVISO DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PREGÃO PRESENCIAL nº 004/2016

A Prefeitura Municipal de Água Boa, estado de Mato Grosso, através do seu Pregoeiro Oficial, nomeado pelo Decreto nº. 2921/2016 comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade de Pregão Presencial regida pela n°. Lei 10.520 de 17 de julho e 2.002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais disposições aplicáveis.

MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 004/2016

TIPO: Menor Preço por Item

OBJETO: Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de maquinas e tratores, para a Secretaria de Infra estrutura e Desenvolvimento.

REALIZAÇÃO: 09/03/2016

INICIO ABERTURA DOS ENVELOPES: 08h30min

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Água Boa MT, no horário das 07h30min às 11h30min e das 13h30min às 17h30min horas até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes e também através do site www.aguaboa.mt.gov.br e dos e-mails licitacao@aguaboa.mt.gov.br e pregao@aguaboa.mt.gov.br.

Água Boa, 22 de fevereiro de 2016.

***Marcos da Silva* Pregoeiro**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO BOA VISTA

GRUPO DE PREGÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2016

Convoca para tomar posse os Aprovados do Concurso Público de Provas e Provas de Títulos do Município de Alto Boa Vista - MT,e dá outras providências.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES, Prefeito Municipal de Alto Boa Vista, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no Art.37 da Constituição Federal, as Legislações Estadual e Municipal em vigor e em conformidade com o Edital nº. 001/2014 TORNA**PÚBLICA A CONVOCAÇÃO DOS CANDITADOS APROVADOS**, relacionados no anexo I deste edital, **PARA TOMAREM POSSE,** conforme resultado final homologado através do Decreto nº 025/2014, de lavrado Ilustre Prefeito Municipal, devidamente publicado, no sítio: www.amm.org.br e no mural da Prefeitura Municipal de Alto Boa Vista - MT.

1. DA POSSE E NOMEAÇÃO

1.1. Os candidatos relacionados no Anexo I do presente Edital deverão comparecer **dia 29 de fevereiro de 2016 às 09h00min horas (horário local), no Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Boa Vista – MT,** localizada na **Avenida Moises Dornelles Montiel nº 975,Centro**,Alto Boa Vista - MT, para assinatura dos Termos de Posse e nomeação para às devidas Secretarias Municipais.

Este Edital entrará em vigorna data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 22 de fevereiro de 2016.

LEUZIPE DOMINGUES GONÇALVES

Prefeito Municipal

ANEXOI

Candidato apto para a posse:

CARGO: **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL**

CLASSIFICAÇÃO	NOME COMPLETO	PONTOS
9º	ANGELA MARA FERNANDES LIMA	60,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 023, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA JÉSSIKA CONCEIÇÃO DIAS DA SILVA DO CARGO COMISSIONADO DE ASSESSOR TÉCNICO I.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,**

R E S O L V E:

Art. 1º: Exonerar a pedido **JÉSSIKA CONCEIÇÃO DIAS DA SILVA,** portadora da Carteira de Identidade com Registro Geral n°. 1913203-4 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o n°. 044.049.811-20, do cargo Assessor Técnico I, lotada no Gabinete do Prefeito.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração proceder às providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º: Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT, em 23 de Fevereiro de 2016.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 001/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS–MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO n°. 003/2016

O Senhor CEZAPILNO MENDES TEIXEIRA JUNIOR, Prefeito Municipal de Alto Garças-MT, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado 001/2016, CONVOCA os candidatos abaixo relacionados a comparecerem na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças-MT, situada à Rua Dom Aquino nº 346, no horário das 12:00h às 18:00 h, no prazo de 30 (TRINTA) dias, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, ocasionado a perda da respectiva vaga:

	Professor Pedagogo
Ordem	Nome
10º	Roselena Souza Hunhoff
11º	Vanilda Martins de Oliveira Ovidio

Alto Garças, 23 de Fevereiro de 2016

Cezalpino Mendes Teixeira Júnior

Prefeito Municipal de Alto Garças – MT

José Petrílio Guimarães Borges

Presidente da Comissão Preparatória do Processo Seletivo Simplificado N.º 001/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 022, DE 16 DE JANEIRO DE 2016.

NOMEIA MARIO PEREIRA DA SILVA, PARA O CARGO EM COMISSÃO DE GERÊNCIA DE ESPORTE E LAZER, LOTADO NA SECRETARIA DE ESPORTE, LAZER, CULTURA E TURISMO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Alto Garças**,** Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 71, inciso X da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear**MARIO PEREIRA DA SILVA,** portador da Carteira de Identidade com Registro Geral Nº. 1729252-2 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o n° 031.240.511-14,para o exercíciodo cargo em comissão de **GERÊNCIA DE ESPORTE E LAZER,** lotado na Secretaria de Esporte, Lazer, Cultura e Turismo, **por um período de quatro meses, a partir de 18 de Fevereiro de 2016 em substituição à servidora WEINA BORGES DE MORAES,** que está em uso de licença maternidade.

Parágrafo Único - Determinar à Gerência de Recursos Humanos da Secretaria de Administração, proceder às anotações e providências cabíveis de que trata o *caput* deste artigo, na forma da legislação vigente que disciplina a matéria.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Alto Garças MT, em 16 de Fevereiro de 2016.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N°. 02/2016

O Senhor CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JUNIOR, Prefeito Municipal de Alto Garças-MT, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o Resultado Final do Concurso Público, convoca o candidato abaixo relacionado a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças-MT, situada à Rua Dom Aquino nº 346, no prazo de 30 (TRINTA) dias, munido dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente ocasionado à perda da respectiva vaga:

Cargo 034– 34 Vigia		
Inscrição	Nome	Colocação
0001711	EVELINO PEREIRA PEIXOTO	13

Cargo 004– 4 Apoio Administrativo Educacional-Nutrição Escolar (Merendeira)		
Inscrição	Nome	Colocação
0000597	ELAINE ARAUJO E SILVA	06

ALTO GARÇAS-MT, 23 de Fevereiro de 2016.

CEZALPINO MENDES TEIXEIRA JÚNIOR
Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 010/2016

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Alto Garças – MT, através da Portaria N° 01/2016 de 04 de janeiro de 2016, torna público ao interessados que o Processo de Dispensa de Licitação N° 010/2016, cujo objeto é a **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (KIT DENGUE) E UNIFORMES PARA OS AGENTES DE ENDEMIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA**, conforme especificações descritas no Termo de Referência. Sagra – se vencedora a empresa GLOBAL VIDA E SAUDE LTDA-ME, com o valor de R$ 6.290,00 (Seis mil duzentos noventa reais**).** Alto Garças – MT, 01 fevereiro de 2016. Marciana Vila Alves-Presidente da CPL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 028/2016

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2016

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço por Item, no **dia 10 de março de 2016, às 13:00 horas**, para **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CASCALHO PARA SUPRIR A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E OBRAS,** de acordo com o Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos. A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail pmaltogarcasmt@hotmail.com, pelo site www.altogarcas.mt.gov.br ou pelo telefone (66) 3471-2450/ 3471-1155. Alto Garças - MT, 23 de fevereiro de 2016. Merques Ap. Xavier – Pregoeiro Oficial.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS/ LICITAÇÕES
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 016/2016

DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 010/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS (KIT DENGUE) E UNIFORMES PARA OS AGENTES DE ENDEMIAS DO MUNICÍPIO DE ALTO GARÇAS MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

FAVORECIDO: GLOBAL VIDA E SAÚDE LTDA ME

CNPJ: 19.142.659/0001-00

PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS: Imediato

VALOR:6.290,00 (Seis mil duzentos noventa reais**)**

FUNDAMENTO LEGAL**: Art. 24 inciso II da Lei n° 8.666/93.**

Ratifico a Dispensa de Licitação com fulcro na justificativa de Dispensa de Licitação n° 010/2016 e no Parecer Jurídico anexos ao processo, nos termos da Lei n° 8.666/93 e alterações posteriores.Alto Garças – MT, em 01 fevereiro de 2016.

Cezalpino Mendes Teixeira Júnior-Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

JURIDICO
RESCISÃO CONTRATO 183/2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 183/2015.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPF Nº 03.648.532/0001-28 com sede administrativa à Rua Tiradentes Nº 40, nesta cidade de Alto Paraguai-MT, através do Prefeito Municipal, na pessoa do Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, RG Nº 0928756-8 – SSP/MT e CPF Nº 604.418.441-20.

CONTRATADO – JOLIETH CONCEIÇÃO RODRIGUES LEITE , brasileira, portadora do RG nº 12440329 SSP/MT E CPF n. 91005892172, residente e domiciliado na Rua Santos Dumont, Centro, Alto Paraguai - MT, **de comum acordo resolvem RESCINDIR o contrato entabulado entre as partes, com fulcro na Lei 8666/93 e ofício n. 25/2016 encaminhado pela Se. Mun. De Educação, proc. Adm. 715/2016.**

CLÁUSULA 1ª. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:

A presente rescisão se dá com fundamento na Cláusula 10ª. do contrato n°. 183/2015, firmado em 03 de novembro de 2015.

CLÁUSULA 2ª. DO OBJETO DA RESCISÃO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, a partir de 19/02/2016 , nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer titulo e em qualquer época, ressaltando ainda, que com relação à multa prevista na cláusula nona do contrato original não será paga pelo contratante tendo em vista o acordo celebrado entre as partes.

CLAUSULA 3ª. DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino-MT.

CLAUSULA 4ª. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 23 de fevereiro de 2016.

Adair José Alves Moreira	**Jolieth Conceição R. Leite**
Prefeito Municipal	Contratada
Testemunhas:	

CPF: _____	CPF: _____

GABINETE DO PREFEITO/SETOR DE LICITACAO
DECRETO Nº 013/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO Nº 013/2016, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, o Senhor **ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA,** no uso de suas atribuições legais, e em obediência ao que disciplina a Legislação,

Considerando a importância de se propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município e os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política e o Desenvolvimento Urbano;

Considerando a necessidade de sensibilizar a mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade:

Considerando a necessidade de propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade, estimulando a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município;

Considerando, ainda, que a realização da 6ª Conferência Municipal da Cidade de Alto Paraguai-MT é fator indispensável para a participação do Município na 6ª Conferência Estadual das Cidades, a realizar-se em Cuiabá, no período de 01 de novembro de 2016 a 31 de março de 2017,

D E C R E T A:

Art. 1° - Fica convocada a 6ª Conferência Municipal da Cidade de Alto Paraguai-MT, a realizar-se no dia 04 de março de 2016, no Plenário da Câmara Municipal, das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00, sob a coordenação da Chefia de Gabinete.

Art. 2° - A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Alto Paraguai-MT desenvolverá seus trabalhos a partir da temática Nacional "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 3° - A 6ª Conferência Municipal da Cidade de Alto Paraguai-MT será presidida pelo Chefe de Gabinete da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT.

Art. 4° - Caberá a Chefia de Gabinete da Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT a constituição e instalação da Comissão Organizadora, que terá as seguintes atribuições:

I – definir pauta e temário da 6ª Conferência Municipal das Cidades de Alto Paraguai-MT, contemplando as questões municipais, regionais e estaduais, além do temário nacional;

II – promover a realização da 6ª Conferência Municipal das Cidades de Alto Paraguai-MT;

III – definir critérios para a eleição dos delegados da 6ª Conferência Municipal das Cidades de Alto Paraguai-MT, respeitando as diretrizes e definições do Regimento da 6ª Conferência Estadual das Cidades;

IV – examinar e proferir decisão sobre os recursos encaminhados pelas entidades participantes da Conferência;

V – decidir casos omissos ou conflitantes.

Art. 5° - A Comissão Organizadora de que trata o artigo 4° deste Decreto deverá contemplar representantes dos seguintes segmentos da sociedade:

I – gestores, administradores públicos e membros do legislativo municipal;

II – movimentos sociais e populares;

III – trabalhadores, através de suas entidades sindicais;

IV – entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos de classes;

V – empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

VI – organizações não-governamentais com atuação no desenvolvimento urbano;

Art. 6° - A Comissão Organizadora elaborará o Regimento da 6ª Conferência Municipal das Cidades de Alto Paraguai-MT, que será aprovado pela comissão preparatória.

Art. 7° - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT, 19 de fevereiro de 2016.

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

JURIDICO
EXTRATO CONTRATO 011/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 011/2016

REF. PREGÃO PRESENCIAL N° 001/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO N. -006/2016

O **MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO,** Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.648.532/0001-28, com sede administrativa na Av. Presidente Médici, nº 470, Jardim Planalto, na cidade de Alto Paraguai-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Adair José Alves Moreira,** brasileiro, casado, advogado, portador da Carteira de Identidade RG nº **09287868-SSP/MT,** e do CPF nº **604.418.441-20**, residente e domiciliado na cidade de Alto Paraguai-MT, neste instrumento doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e de outro lado a Empresa **MARQUES E OLIVEIRA LTDA,** localizado na Rua: Desembargador J. P. F. Mendes, Nº: 878, Centro, Diamantino-MT, inscrito no CNPJ sob o nº 07.976.057/0001-70, neste ato doravante denominado simplesmente de **CONTRATADA,** celebram o presente Contrato Administrativo de Fornecimento, com base no **PREGÃO PRESENCIAL N 001/2016 e ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016,** e nas Leis Federais nº 8.666/93 e nº 8.958/94

DO OBJETO- Constitui objeto do presente Contrato Administrativo a aquisição de **Serviços Funerais, para atendimento às famílias em situação de vulnerabilidade Social, conforme lei de beneficio eventual, Secretaria de Assistência Social.**

dO PREÇO- A **CONTRATADA** se obriga a executar o OBJETO deste Contrato, pelo preço certo e ajustado, conforme proposta REGISTRADA abaixo:

VALORES REGISTRADOS

ITEM	QTDE	UND.	DESCRIÇÃO	VALOR UNT. R$	VALOR TOTAL R$
01	100	Funeral	FUNERAL COMPLETO DE CRIANÇAS ENTRE 0 E 12 ANOS DE IDADE COM URNA MODELO PADRÃO SIMPLES O FUNERAL COMPREENDE: PREPARAÇÃO DO CORPO; FORNECIMENTO DE UMA URNA MORTUÁRIA FORMATO SEXTAVADO em madeira 18mm de espessura, forro interior em tecido, acabamento na cor branca; tampa com 04 chavetas; com 04 alças articuladas tipo parreira; padrão popular;	680,86	**6808,60**
02	100	Funeral	FUNERAL DE PESSOAS ACIMA DE 12 ANOS DE IDADE COM URNA PADRÃO SIMPLES O FUNERAL COMPREENDE: PREPARAÇÃO DO CORPO; FORNECIMENTO DE UMA URNA MORTUÁRIA FORMATO SEXTAVADO em madeira 18mm de espessura, forro interior em tecido, na cor branca; tampa com 04 chavetas; com 06 alças articuladas tipo parreira; padrão popular;	858,89	**8588,90**
03	5000	Km	TRANSLADO FUNERÁRIO – Todas as medidas relacionadas ao transporte de restos mortais humanos, em urna funerária, até sua destinação final.	1,95	**9750,00**
04	10	Un	Urna funerária que suprote acima de 90 kg, em madeira de pinos, estilo sextavado, envernizada, sem visor, alça dura, tamanho interno: 2,10 de comprimento, 0,63 cm de largura e 0,52 cm de altura, tamanho externo: 2,18 de comprimento, 0,87 cm de largura e 0,57 cm de altura; 01 Véu simples (em tule);	1050,00	**10500,00**
05	Un.	110	Serviço Assistencial	195,00	**21. 450,00**
06	Un.	110	Carro para cortejo	213,33	**23. 466,33**

DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA- As despesas decorrentes da presente aquisição correrão por conta da seguintes dotações orçamentárias:

Unid. Orçam.	Projeto/ Atividade	Elemento Despesa
08 003 08 244 0011	**2 076**	**339030**
64 003 08 244 0011	**2 076**	**339039**

DA VIGÊNCIA- A vigência do contrato será de até 12 (doze) meses, com início em 23/02/2016 e término em 23/02/2017, podendo ser prorrogado até o limite da vigência e na condição prevista na Lei 8.666/93, mediante termo aditivo, até o limite de 60 (sessenta) meses, consoante faculta o art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

DO GESTOR/FISCAL DO CONTRATO- O presente Contrato terá como Gestor a Sra. **Elizabete Mendes Borges Pedroso**, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Alto Paraguai-MT, Secretária Municipal,

DAS PARTES INTEGRANTES - A condições estabelecidas no **Pregão Presencial nº 001/2016 e ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016** e na Proposta apresentada pela empresa ora **CONTRATADA,** são partes integrantes deste instrumento, independentemente de transcrição

Alto Paraguai-MT, 23 de fevereiro de 2016.

MARQUES E OLIVEIRA LTDA

CNPJ 07.976.057/0001-70

CONTRATADA

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ELIZABETE MENDES B. PEDROSO

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

_____

CPF:

_____

CPF:

JURIDICO
RESCISAO CONTRATO 184/2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 184/2015.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPF Nº 03.648.532/0001-28 com sede administrativa à Rua Tiradentes Nº 40, nesta cidade de Alto Paraguai-MT, através do Prefeito Municipal, na pessoa do Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, RG Nº 0928756-8 – SSP/MT e CPF Nº 604.418.441-20.

CONTRATADO – LUCINEIA ORMOND DA SILVA , brasileira, portadora do RG nº 1182971-0SSP/MT E CPF n. 887109981-87, residente e domiciliado na Rua Estrada Fazenda Velha, Alto Paraguai - MT, **de comum acordo resolvem RESCINDIR o contrato entabulado entre as partes, com fulcro na Lei 8666/93 e ofício n. 24/2016 encaminhado pela Se. Mun. De Educação, Proc. Adm. 714/2016.**

CLÁUSULA 1ª. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:

A presente rescisão se dá com fundamento na Cláusula 10ª. do contrato n°. 184/2015, firmado em 03 de novembro de 2015.

CLÁUSULA 2ª. DO OBJETO DA RESCISÃO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, a partir de 19/02/2016 , nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer titulo e em qualquer época, ressaltando ainda, que com relação à multa prevista na cláusula nona do contrato

original não será paga pelo contratante tendo em vista o acordo celebrado entre as partes.

CLAUSULA 3ª. DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino-MT.

CLAUSULA 4ª. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 23 de fevereiro de 2016.

Adair José Alves Moreira	**Lucineia Ormond da Silva**
Prefeito Municipal	Contratada
Testemunhas:	
CPF: _____	CPF: _____

JURIDICO
RESCISAO CONTRATO 142/2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 142/2015.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPF Nº 03.648.532/0001-28 com sede administrativa à Rua Tiradentes Nº 40, nesta cidade de Alto Paraguai-MT, através do Prefeito Municipal, na pessoa do Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, RG Nº 0928756-8 – SSP/MT e CPF Nº 604.418.441-20.

CONTRATADO – MARINEY CONCEIÇÃO PROENÇA , brasileira, portadora do RG nº 1411269-8 SSP/MT E CPF n. 652872021-20, residente e domiciliado na Rua Fernando Correa da Costa, n. 269, Centro em Alto Paraguai - MT, **de comum acordo resolvem RESCINDIR o contrato entabulado entre as partes, com fulcro na Lei 8666/93 e ofício n. 23/2016 encaminhado pela Se. Mun. De Educação, Proc. Adm. 713/2016.**

CLÁUSULA 1ª. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:

A presente rescisão se dá com fundamento na Cláusula 10ª. do contrato n°. 142/2015, firmado em 01 de setembro de 2015.

CLÁUSULA 2ª. DO OBJETO DA RESCISÃO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, a partir de 19/02/2016 , nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer titulo e em qualquer época, ressaltando ainda, que com relação à multa prevista na cláusula nona do contrato original não será paga pelo contratante tendo em vista o acordo celebrado entre as partes.

CLAUSULA 3ª. DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino-MT.

CLAUSULA 4ª. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 23 de fevereiro de 2016.

Adair José Alves Moreira	**Mariney Conceição de Proença**
Prefeito Municipal	Contratada
Testemunhas:	
CPF: _____	CPF: _____

JURIDICO
RESCISAO CONTRATO 142/2015

TERMO DE RESCISÃO DO CONTRATO N° 142/2015.

CONTRATANTE - MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CPF Nº 03.648.532/0001-28 com sede administrativa à Rua Tiradentes Nº 40, nesta cidade de Alto Paraguai-MT, através do Prefeito Municipal, na pessoa do Sr. **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA**, RG Nº 0928756-8 – SSP/MT e CPF Nº 604.418.441-20.

CONTRATADO – MARINEY CONCEIÇÃO PROENÇA , brasileira, portadora do RG nº 1411269-8 SSP/MT E CPF n. 652872021-20, residente e domiciliado na Rua Fernando Correa da Costa, n. 269, Centro em Alto Paraguai - MT, **de comum acordo resolvem RESCINDIR o contrato entabulado entre as partes, com fulcro na Lei 8666/93 e ofício n. 23/2016 encaminhado pela Se. Mun. De Educação, Proc. Adm. 713/2016.**

CLÁUSULA 1ª. DA JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL:

A presente rescisão se dá com fundamento na Cláusula 10ª. do contrato n°. 142/2015, firmado em 01 de setembro de 2015.

CLÁUSULA 2ª. DO OBJETO DA RESCISÃO

Por força da presente rescisão, as partes dão por terminado o Contrato de que trata a Cláusula Primeira, a partir de 19/02/2016 , nada mais tendo a reclamar uma da outra, a qualquer titulo e em qualquer época, ressaltando ainda, que com relação à multa prevista na cláusula nona do contrato original não será paga pelo contratante tendo em vista o acordo celebrado entre as partes.

CLAUSULA 3ª. DO FORO

Para dirimir as questões oriundas do presente instrumento, é competente o foro da Comarca de Diamantino-MT.

CLAUSULA 4ª. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E por estarem de acordo com todas as condições e termos aqui explicitados, assinam as partes o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas.

Prefeitura Municipal de Alto Paraguai-MT, 23 de fevereiro de 2016.

Adair José Alves Moreira	**Mariney Conceição de Proença**
Prefeito Municipal	Contratada
Testemunhas:	
CPF: _____	CPF: _____

SECRETARIA DE RECEITA E CONTROLE
DECRETO Nº 015/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

"*Cancela despesa inscrita em Restos a Pagar não Processados, empenhada no exercício de 2012., porém, não consumado o implemento de condição na sua totalidade, considerando a impossibilidade de sua realização, na forma que especifica e dá outras providências*".

O PREFEITO MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no uso da competência e atribuições que lhes conferem as Constituições da República e do Estado de Mato Grosso, bem assim a Lei Orgânica do Município, e no exercício da direção superior da Administração, tendo em vista o superior e predominante interesse do Município, fulcrado no que dispõe a legislação vigente aplicável à espécie, especialmente o art. 36, em combinação com o parágrafo único do art. 92, da Lei Federal nº 4320/64, de 17/03/64, considerando não haver ocorrido o implemento de condição na sua totalidade e a impossibilidade de sua realização,

D E C R E T A:

Art. 1º. Ficam, por força deste decreto, cancelados os créditos empenhados nos exercícios de *2012.*, inscritos em Restos a Pagar - não Processados, no balanço geral do MUNICÍPIO DE ALTO PARAGUAI/MT, a saber:

EXERCICIO DE 01/01/2012 a 31/12/2012

01 – Nota de Empenho nr. 413/2012, emitido em 09/02/2012, Em favor de HORA H ARTIGO VESTUARIO LTDA-ME, no valor de R$ 210,00;

02 – Nota de Empenho nr.799/2012, emitido em 09/03/2012, Em favor de UNIMAGEM UNIDADE DE DIAGNOSTICOSA POR IMAGEM, no valor de R$ 460,00;

03 – Nota de Empenho nr. 1520/2012, emitido em 09/05/2012, Em favor de MARIA CLEIDE DE OLIVEIRA – ME, no valor de R$ 105,00;

04 – Nota de Empenho nr. 1539/2012, emitido em 10/05/2012, Em favor de WIMAQUINAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP, no valor de R$ 19,69;

05 – Nota de Empenho nr. 1606/2012, emitido em 14/05/2012, Em favor de JAIME ANTONIO SGANZERLA, no valor de R$ 48,00

06 – Nota de Empenho nr. 1625/2012, emitido em 16/05/2012. Em favor de MARCIA CECILIA DE MATOS GALVAO-ME, no valor de R$ 110,00;

07 – Nota de Empenho nr. 1709/2012, emitido em 25/05/2012, Em favor de PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI, no valor de R$ 60,65;

08 – Nota de Empenho nr. 1812/2012, emitido em 06/06/2012, Em favor de LUZIA DE FATIMA FONTANA – ELETRICA, no valor de R$ 135,00;

09 – Nota de Empenho nr. 1813/2012, emitido em 06/06/2012, Em favor de LUZIA DE FATIMA FONTANA – ELETRICA, no valor de R$ 80,00;

10 – Nota de Empenho nr. 1814/2012, emitido em 06/06/2012, Em favor de GILSON LUIZ NEFF HANSER, no valor de R$ 280,00;

11 – Nota de Empenho nr. 1820/2012, emitido em 08/06/2012, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 61,33;

12 – Nota de Empenho nr. 1832/2012, emitido em 08/06/2012, Em favor de C. VALE - COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL, no valor de R$ 123,30;

13 – Nota de Empenho nr. 2047/2012, emitido em 28/06/2012, Em favor de APROCAMPO MAQ AGRICOLAS E REP COMERCIAIS LTDA, no valor de R$ 388,27;

14 – Nota de Empenho nr. 2100/2012, emitido em 02/07/2012, Em favor de SANDRA CRISTINA FERREIRA DA SILVA, no valor de R$ 150,00;

15 – Nota de Empenho nr. 2129/2012, emitido em 06/07/2012, Em favor de CLINICA DE ORTOPEDIA MATO GROSSO LTDA EPP, no valor de R$ 180,00;

16 – Nota de Empenho nr. 2892/2012, emitido em 28/09/2012, Em favor de GEOVANI LUIS MARCATO, no valor de R$ 625,00;

17 – Nota de Empenho nr. 2993/2012, emitido em 08/10/2012, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 13,71;

18 – Nota de Empenho nr. 3072/2012, emitido em 17/10/2012, Em favor de ENERGISA MATO GROSSO- DISTRIBUIDORA DE ENERGIA, no valor de R$ 1.322,73;

19 – Nota de Empenho nr. 3105/2012, emitido em 24/10/2012, Em favor de AGNALDO F. CAMPOS, no valor de R$ 150,00;

20 – Nota de Empenho nr. 3122/2012, emitido em 25/10/2012, Em favor de LUIS PAIXAO DOS SANTOS –EPP, no valor de R$ 28,00;

21 – Nota de Empenho nr. 3164/2012, emitido em 29/10/2012, Em favor de J. P. S. VELASCO – ME, no valor de 380,00;

22 – Nota de Empenho nr. 3363/2012, emitido em 14/11/2012, Em favor de R SOARES BETTIN-ME, no valor de R$ 1.075,00;

23 – Nota de Empenho nr. 3562/2012, emitido em 07/12/2012, Em favor de WALDEBRANDE MACEDO DE OLIVEIRA, no valor de R$ 622,00;

TOTAL DO EXERCÍCIO DE 2012 R$ 6.627,68 **(Seis mil, Seiscentos e Vinte e Sete Reais e Sessenta e Oito Centavos).**

Parágrafo Único – Os créditos cancelados citados neste artigo, não processado e não liquidado, bem como ainda não enquadrado nas disposições do artigo 36, da Lei Federal nº 4.320/64, de 17/03/64, são anulados por ausência dos Implementos de Condições e por impossibilidade de suas realizações, decorrentes de culpas unilaterais dos credores titulares dos mesmos, não podendo ser utilizados como recursos para abertura de créditos adicionais, devendo, tão-somente, serem formalizadas as suas baixas legais no passivo do balanço do exercício de 2012, para os fins de mister, não se admitindo a sua restauração, em nenhuma hipótese, pela impossibilidade de seu processamento em virtude da não implementação de condições por parte dos credores.

Art. 2º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário, para que surtam todos os seus jurídicos e legais efeitos e produza os resultados de seu objeto de mister.

CUMPRA-SE, PUBLIQUE-SE E PROVIDENCIE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai, 23 de fevereiro de 2016.

Adair Jose Alves Moreira

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO/SETOR DE LICITACAO
AVISO DE LICITAÇÃO

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 001/2016

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, apresente Dispensa de Licitação enquadrada no Inciso I, II e IV do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda ao Contrato de Prestação de Serviço, de **LUIZ BEZERA DE SOUZA, CNPJ.: 18.253.491/0001-48** no valor previsto de **R$ 14.700,00 (Quatorze Mil e Setecentos Reais)**, devido a necessidade da Dispensa para reforma parcial das Escolas Municipais Pedro Duarte e Bela Vista, tendo em vista que as escolas estão necessitando de alguns reparos para que os alunos tenham melhor atendimento durante o começo do ano Letivo 2016, foi solicitado o serviço acima no fim do ano de 2015, mas devido a problemas com falta de dotação orçamentária não foi possível realização de Processo Licitatório. Foi o que apresentou as melhores condições e disposição pretendidos, para a execução dos serviços. A contratação procede devido a necessidade exposto acima justificado pela Secretária de Educação Sra. Marilene Souza de Almeida, que a reforma tem como foco atender os alunos que fazem parte da rede municipal, disponibilizando qualidade no ambiente escolar e motivando todos que ali trabalham, objetivando a **Contratação de mão de obra Reforma Parcial das Escolas Municipais Pedro Duarte e Bela Vista, na zona urbana, no município de Alto Paraguai.** Correndo tal despesa à dotação: (1458) 06 002 12 361 0029 2158 339039 0000, dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de alto Paraguai, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2016.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Alto Paraguai - MT, 22 de Fevereiro de 2016.

_____

ADAIR JOSÉ ALVES MOREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SMPLAG/RH
PORTARIA 31/2016

PORTARIA 31/2016

O Prefeito Municipal de Alto Paraguai – MT., **ADAIR JOSE ALVES MOREIRA,** no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar á pedido os Servidores Contratados, lotados junto a Secretária Municipal da Educação, conforme segue:

MARINEY CONCEIÇÃO DE PROENÇA– Professora;

LUCINÉIA ORMOND DA SILVA- Professora;

JOLIETH CONCEIÇÃO R. LEITE - Professora;

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Paraguai–MT, 19 de Fevereiro de 2016.

ADAIR JOSE ALVES MOREIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 023/2016

DECRETO Nº 023/2016

"Dispõe sobre Exoneração da Servidora que menciona".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerada, a pedido, do cargo de *Monitora de Educação Infantil*, efetiva, a Servidora **Noeli dos Santos Melo Cerrijo**, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 375.501.098-42.

Artigo 2°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 17 de fevereiro de 2016.

MAURÍCIO JOEL DE SÁ

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL COMPLEMENTAR 12 01/2016/ PMAT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL COMPLEMENTAR 12

01/2016/PMAT

RESULTADOS PARCIAIS PARA CARGOS DE MÃE SOCIAL E MOTORISTA.

CARGO: MÃE SOCIAL

	Nome	Avaliação Psicológica*	Resultado Parcial
1	LUZIA ALVES BARCELOS	APTO	CLASSIFICADO
2	VERA LUCIA AUGUSTA DE SOUZA	APTO	CLASSIFICADO
3	SEBASTIANA VIEIRA DOS SANTOS	INAPTO	DESCLASSIFICADO

*CONFORME EDITAL (ITEM 10.1 A 10.8) DA ANÁLISE DO EXAME PSICOLÓGICO RESULTARÃO PARECERES APTO OU INAPTO, SENDO QUE A NÃO APROVAÇÃO DESTA ETAPA PRESSUPÕE SOMENTE A DIVERGÊNCIA DO PERFIL PSICOLÓGICO ADEQUADO E NECESSÁRIO PARA O EXERCÍCIO DAS ATRIBUIÇÕES REFERENTES AO CARGO DE MÃE SOCIAL.

CARGO: MOTORISTA

	Nome	Prova Prática*	Resultado Parcial
1	RONALDO MARQUES DE ABREU	9,95	CLASSIFICADO
2	WAGNER COSTA LIMA	9,8	CLASSIFICADO
3	JOEL SOARES DE LIMA	9,5	CLASSIFICADO
4	NELSON CARDODO RIBEIRO	9,5	CLASSIFICADO
5	JOSE SEVERINO DA SILVA	9	CLASSIFICADO
6	JOSE VITOR FERREIRA FILHO	8,2	CLASSIFICADO
7	FABIANO CORREIA DE LIMA	8	CLASSIFICADO
8	SULAMAR OLIVEIRA SOUZA	7,97	CLASSIFICADO
9	SANDES JUNIOR BERNARDES DA SILVA	7,45	CLASSIFICADO
10	FAUSTO PEREIRA DA SILVA	6,5	CLASSIFICADO
11	ELY JESUS DE SOUZA	6,45	CLASSIFICADO
12	JOSE APARECIDO DOS SANTOS FILHO	5,6	CLASSIFICADO
13	ISAIAS GOMES DAMASCENA	5,35	CLASSIFICADO
14	IZAEL BARBOSA DA SILVA	4,95	DESCLASSIFICADO
15	LUCIANO DOS SANTOS	4,7	DESCLASSIFICADO
16	WILLIAN MAHIS MARTINS DA SILVA	4,35	DESCLASSIFICADO
17	JOSE GEOVAN OTAVIO DOS SANTOS	4,22	DESCLASSIFICADO
18	LUCIANO BEZERRA DOS SANTOS	NP**	DESCLASSIFICADO
19	LUIZ ANGELO DA SILVA	NP**	DESCLASSIFICADO
20	GENISLEY MENDES DOS SANTOS	NP**	DESCLASSIFICADO

*A CLASSIFICAÇÃO AQUI APRESENTADA REFERE-SE EXCLUSIVAMENTE À NOTA DA PROVA PRÁTICA, SENDO A CLASSIFICAÇÃO DOS RESULTADOS PRELIMINARES E FINAIS, CONDICIONADAS AO SOMATÓRIO DA PROVA ESCRITA (PONTUAÇÃO MÁXIMA DE 100,0 PONTOS) COM A PROVA PRÁTICA (PONTUAÇÃO MÁXIMA DE 10,0).

**CANDIDATOS QUE FALTARAM OU QUE POR OUTROS MOTIVOS NÃO ATENDERAM AS EXIGÊNCIAS PRESCRITAS NO EDITAL, FICANDO IMPOSSIBILITADOS DE REALIZAREM A PROVA PRÁTICA.

Alto Taquari, 17 de Fevereiro de 2016.

Maurício Joel de Sá

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 16/2016

DECRETO Nº 16/2016

"Dispõe sobre Exoneração da Servidora que menciona".

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Maurício Joel de Sá**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc. ..

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica exonerada **a pedido**, do cargo de **Técnico em Farmácia**, efetiva, a Servidora **Marlene Aparecida Borges de Espírito**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 106.969.188-70.

Artigo 2°. – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 05 de Fevereiro de 2016.

Maurício Joel de Sá

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL COMPLEMENTAR 14 001/2016/ PMAT PARA ATENDIMENTO DE REQUERIMENTO DE PNE, ALTERA O ROL DE MÁQUINAS PERMITIDO EM EDITAL PA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL COMPLEMENTAR 14

001/2016/PMAT

PARA ATENDIMENTO DE REQUERIMENTO DE PNE, ALTERA O ROL DE MÁQUINAS PERMITIDO EM EDITAL PARA REALIZALÇÃO DO TESTE PRÁTICO.

Onde se lê:

9.9 A Prova Prática para o cargo de Operador de Máquinas em Geral constará de execução de manobras e outros conhecimentos técnicos, onde a Comissão Interna para Criação, Acompanhamento e Avaliação de Processos Seletivos definirá o equipamento para a avaliação prática durante ato da prova, podendo optar por um ou mais equipamentos, dentre as opções de Pá Carregadeira, Patrola, Retro Escavadeira ou Esteira, disponibilizado em local apropriado. Leia-se: 9.9 A Prova Prática para o cargo de Operador de Máquinas em Geral constará de execução de manobras e outros conhecimentos técnicos, onde a Comissão Interna para Criação, Acompanhamento e Avaliação de Processos Seletivos definirá o equipamento para a avaliação prática durante ato da prova, podendo optar por um ou mais equipamentos, dentre as opções de Pá Carregadeira, Patrola, Retro Escavadeira, Esteira ou Bobcat, disponibilizado em local apropriado.

Alto Taquari, 23 de Fevereiro de 2016.

Maurício Joel de Sá

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL COMPLEMENTAR 15 001/2016/PMAT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL COMPLEMENTAR 15

001/2016/PMAT

CONVOCA OS CANDIDATOS CLASSIFICADOS PARA O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS, PARA PARTICIPAREM DA SEGUNDA ETAPA DO SELETIVO SIMPLIFICADO – TESTE PRÁTICO.

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS EM GERAL*

	Nome	LINGUA PORTUGUESA	CONHECIMENTOS GERAIS	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	Pontuação Total	Resultado da 1ª Etapa
1	ISAAC FREITAS DE MELO	40	27	24	91	CLASSIFICADO
2	ALCEU LUIZ DA SILVA	28	24	12	64	CLASSIFICADO
3	MOACIR PEREIRA DE CARVALHO	12	18	21	51	CLASSIFICADO
4	FABIO GOMES DA SILVA	-----	-----	-----	FALTOU	DESCLASSIFICADO
5	JOCIMAR DA SILVA	-----	-----	-----	FALTOU	DESCLASSIFICADO

*CANDIDATOS “CLASSIFICADOS” PARA O CARGO DE OPERADOR DE MÁQUINAS EM GERAL, DEVERÃO COMPARECER NO DIA 26/02/2016, ÀS 17:00HS (HORÁRIO OFICIAL DE CUIABÁ, QUE CORRESPONDE ÀS 18:00HS DO HORÁRIO DE BRASÍLIA, ADOTADO EM ALTO TAQUARI), NO FINAL DA AVENIDA MACÁRIO SUBTIL DE OLIVEIRA, ESQUINA COM RUA 01, PARQUE ALTO TAQUARI (AO LADO DA JHON DEERE), MUNIDOS DE CNH, OBEDECENDO AOS CRITÉRIOS DESCRITOS NO EDITAL nº 01/2016/PMAT.

Alto Taquari, 23 de Fevereiro de 2016.

Maurício Joel de Sá

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL COMPLEMENTAR 13 001/2016/PMAT

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI-MT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL COMPLEMENTAR 13

001/2016/PMAT

RESULTADOS PRELIMINARES PARA CARGOS: AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO, AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO, COZINHEIRA, ENFERMEIRO, GUARDA DE PATRIMÔNIO, MÃE SOCIAL, MOTORISTA, ODONTÓLOGO, TÉCNICO ADMINISTRATIVO E TÉCNICO EM ENFERMAGEM.

CARGO: AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO

	Nome	Pontuação Prova Escrita	Resultado
1	ELCYELEM MARIA MEIRELES DE OLIVEIRA	100	APROVADO
2	FRANCISCA HELENICE FERNANDES DE MELO	100	CLASSIFICADO
3	LAIS PASSOS DOS SANTOS	100	CLASSIFICADO
4	DANILA ALVES BERTOLINO	100	CLASSIFICADO

5	CLEITON RIBEIRO DA SILVA	100	CLASSIFICADO
6	ADINEIA SILVERIO	97	CLASSIFICADO
7	JORCINEI CRISTIAN DA SILVA	97	CLASSIFICADO
8	JENILSA MARIA GOMES	97	CLASSIFICADO
9	MARIA MONTEIRO DA SILVA	96	CLASSIFICADO
10	ALCYLENE MARIA MEIRELES DE OLIVEIRA	96	CLASSIFICADO
11	SERGIO LUIZ MACHADO DE MORAES	94	CLASSIFICADO
12	JOELMA CRISTIAN DA SILVA	93	CLASSIFICADO
13	LUZIA ALVES TEODORO	93	CLASSIFICADO
14	DAIANI ARANTES NOVAIS	93	CLASSIFICADO
15	RIVAEL CARLITO DE SOUZA	92	CLASSIFICADO
16	ANA MARGARIDA INACIO DE SOUZA	90	CLASSIFICADO
17	CRISTIANE DE SOUZA	90	CLASSIFICADO
18	MARIA ROSILENE DA SILVA	90	CLASSIFICADO
19	LEIDE LAURA SANTOS PAULA	90	CLASSIFICADO
20	JOELMA ROCHA DE AMORIM	90	CLASSIFICADO
21	ANA CARLA LISBOA DA SILVA	90	CLASSIFICADO
22	ABILAINE MARTINS DE MELO	89	CLASSIFICADO
23	TATIANE DA SILVA	87	CLASSIFICADO
24	MARIA ANDREZA DOS SANTOS	87	CLASSIFICADO
25	GELDEVAN BARBOSA DIAS	86	CLASSIFICADO
26	JANAINA DOS SANTOS SILVA	86	CLASSIFICADO
27	SONIA MARIA DE OLIVEIRA	84	CLASSIFICADO
28	CLEUDINEIA DOS SANTOS SOUSA	84	CLASSIFICADO
29	KLEITON SILVA ARAUJO	84	CLASSIFICADO
30	LULY TOLENTINO OLIVEIRA GRACIANO	84	CLASSIFICADO
31	ELIZETE LIMA SILVA	83	CLASSIFICADO
32	SONIA FAGUNDES DE OLIVEIRA	83	CLASSIFICADO
33	DEUSZIENE BENTA DE REZENDE	83	CLASSIFICADO
34	FABIANA OLIVEIRA DA SILVA	82	CLASSIFICADO
35	ALEXANDRA TEIXEIRA DOS SANTOS	82	CLASSIFICADO
36	ELISANGELA RODRIGUES DE SOUZA	82	CLASSIFICADO
37	LEDIANE DA SILVA GALVAO	82	CLASSIFICADO
38	LILIANE LINO DA SILVA SANTOS	81	CLASSIFICADO
39	IRONI DOS SANTOS	80	CLASSIFICADO
40	MARIA ISABEL INACIO	80	CLASSIFICADO
41	WERITAN LORRANE MESQUITA	80	CLASSIFICADO
42	ALINE BATISTA	79	CLASSIFICADO
43	ATAIDE JOAQUIM DE SOUZA	78	CLASSIFICADO
44	CLEUDICE PEREIRA DA SILVA HUBNER	78	CLASSIFICADO
45	CAMILA SOUSA DE JESUS	78	CLASSIFICADO
46	KAUANA SOARES DA SILVA	77	CLASSIFICADO
47	MARIA TATIANE DA SILVA LINS	77	CLASSIFICADO
48	LUCINEIDE MIRANDA DA COSTA	76	CLASSIFICADO
49	IRANUSIA ROQUE DA SILVA	76	CLASSIFICADO
50	LUCIANA LUIZA DA SILVA	76	CLASSIFICADO
51	TULIELSON JESUS DE OLIVEIRA	76	CLASSIFICADO
52	JOELMA MARIA DOS SANTOS	75	CLASSIFICADO
53	VANDERLEIA SUPRIANO NEVES	74	CLASSIFICADO
54	SILMARA SILVA DE SOUZA	74	CLASSIFICADO
55	FERNANDA SANTOS BATISTA	74	CLASSIFICADO
56	MARIA DE JESUS COSTA DOS SANTOS	72	CLASSIFICADO
57	LEILSON DA SILVA	72	CLASSIFICADO
58	FRENCIELI PEREIRA DA SILVA	71	CLASSIFICADO
59	ROSENIR DA SILVA SOUZA	70	CLASSIFICADO
60	RAQUEL CORREIA COSTA	70	CLASSIFICADO
61	AMANDA JULIANA BERNARDO DA SILVA	69	CLASSIFICADO
62	VANDERLEIA DA SILVA	68	CLASSIFICADO
63	ANA LUCIA BEZERRA DA SILVA	67	CLASSIFICADO
64	SIRLENE PERES FERREIRA DA SILVA	66	CLASSIFICADO
65	ZIZIANE INACIA RODRIGUES	66	CLASSIFICADO
66	MARLI ROCHA DE SOUZA	58	CLASSIFICADO
67	ANTONIO ALVES DIAS	56	CLASSIFICADO
68	LUCIENI ANA DE JESUS	56	CLASSIFICADO
69	RAIMUNDO NATANAEL PEREIRA SILVA	56	CLASSIFICADO
70	VALERIA GENEROSA LOFICGO DA SILVA	55	CLASSIFICADO
71	SUAIL GONÇALVES DE BARROS	52	CLASSIFICADO
72	ELAINE DA SILVA CHAGAS	52	CLASSIFICADO
73	ANTONIA ALBENE FURTADO SILVA	50	CLASSIFICADO
74	ELTON SOUZA SILVA	45	DESCLASSIFICADO
75	NEILA REJANE MARTINS DE MELO	45	DESCLASSIFICADO
76	FARLENE DE SA FONTES	40	DESCLASSIFICADO
77	MARIA GIRLENE DOS SANTOS	35	DESCLASSIFICADO
78	JANETE DA SILVA	16	DESCLASSIFICADO
79	MARCOS ALVES VILELA	FALTOU	DESCLASSIFICADO
80	DAILA CRISTINA ALVES ANDRE	FALTOU	DESCLASSIFICADO
81	FRANCISCO ERLEY ALMEIDA MOTA	FALTOU	DESCLASSIFICADO

82	IRANICE MORAES DE CAMPOS	FALTOU	DESCLASSIFICADO
83	JOCELENE CRISTIAN DA SILVA	FALTOU	DESCLASSIFICADO
84	JOSIANE EVA DOS SANTOS	FALTOU	DESCLASSIFICADO
85	LEILIANE GOUVEIA DA SILVA NASCIMENTO	FALTOU	DESCLASSIFICADO
86	MARIA JOSEFA DA SILVA	FALTOU	DESCLASSIFICADO
87	MARIA QUITERIA DOS SANTOS	FALTOU	DESCLASSIFICADO
88	MARIA TAMIRES SOARES GALDINO	FALTOU	DESCLASSIFICADO
89	PATRICIO ALVES MONTEIRO	FALTOU	DESCLASSIFICADO
90	ROZELY ARANTES DE OLIVEIRA	FALTOU	DESCLASSIFICADO
91	SIMONE MAIOLI DOS SANTOS	FALTOU	DESCLASSIFICADO
92	SONIA MARIA GONÇALVES DE ANCHIETA	FALTOU	DESCLASSIFICADO
93	TANIA CRISTINA MAIOLI	FALTOU	DESCLASSIFICADO

CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

	Nome	Pontuação Prova Escrita	Resultado
1	LINDIANA CECILIA DA SILVA	36	DESCLASSIFICADO
2	MARIA JOSILENE DOS SANTOS SILVA	24	DESCLASSIFICADO

CARGO: COZINHEIRA

	Nome	Pontuação Prova Escrita	Resultado
1	TAMARA SEVERINA DA SILVA	97	APROVADO
2	MARIA ADRIANA DOS SANTOS	90	CLASSIFICADO
3	NORMA LUZIA DE ALMEIDA DOS SANTOS	83	CLASSIFICADO
4	IVANI ALVES DOS SANTOS	72	CLASSIFICADO
5	ALMERINDA MAGGIONI	53	CLASSIFICADO
6	DIVINA APARECIDA DE SOUZA	12	DESCLASSIFICADO
7	ELISANGELA LEANDRO	FALTOU	DESCLASSIFICADO
8	KLAUCIANE DA SILVA	FALTOU	DESCLASSIFICADO

CARGO: ENFERMEIRO

	Nome	Pontuação Prova Escrita	Pontuação Prova de Títulos	Pontuação Final	Resultado
1	IVONETE DE LIMA	74	5	79	APROVADO
2	LUANA OLIVEIRA POWER DE AS	72	5	77	CLASSIFICADO
3	WESLAINE BRITO DE JESUS	60	5	65	CLASSIFICADO
4	DEISE JULIANA COELHO OLIVEIRA	64	----	64	CLASSIFICADO
5	ELIANE ALVES GOMES	64	----	64	CLASSIFICADO
6	WEDRIA DE JESUS FOGACA	62	----	62	CLASSIFICADO
7	GLAUCIA VANUSA COELHO DE OLIVEIRA	62	----	62	CLASSIFICADO
8	BIANE PEREZ CAMPOS	60	----	60	CLASSIFICADO
9	DABIANE DINATO VILELA	60	----	60	CLASSIFICADO
10	ANDRESSA TAILINE DE JESUS LOPES	60	----	60	CLASSIFICADO
11	FERNANDA RONICHI COSTA	56	----	56	CLASSIFICADO
12	CACILDO DA CRUZ BANDEIRA FILHO	44	----	44	CLASSIFICADO
13	HELLEN CRISTINA SOUZA DE OLIVEIRA	42	----	42	CLASSIFICADO
14	CAMILA GOMES BARBOSA	FALTOU	----	----	DESCLASSIFICADO
15	CHAIENNY BARBOSA RODRIGUES	FALTOU	----	----	DESCLASSIFICADO
16	JOSIHETT SOUZA REZENDE	FALTOU	----	----	DESCLASSIFICADO

CARGO: GUARDA DE PATRIMÔNIO

	Nome	Pontuação Prova Escrita	Resultado
1	JOSE LAERTE VIEIRA CAMPOS	100	APROVADO
2	THIAGO FREITAS SOUZA	100	CLASSIFICADO
3	FRANKLAND GOMES PEREIRA	97	CLASSIFICADO
4	JULIANO BRAUN	97	CLASSIFICADO
5	ADMIR GOMES DE LEMOS	97	CLASSIFICADO
6	ALEF MORAES BISPO	97	CLASSIFICADO
7	ADEVAIR DOS SANTOS BARBOSA	96	CLASSIFICADO
8	ADMILTON APARECIDO GOMES LEMOS	94	CLASSIFICADO
9	PAMILA APARECIDA ARAUJO	94	CLASSIFICADO
10	DORVALINA JOAQUINA DOS SANTOS	93	CLASSIFICADO
11	ALEXSSANDRA VICENTE DE ANDRADE	91	CLASSIFICADO
12	TATIANE MARTINS DA SILVA	91	CLASSIFICADO
13	ELISANGELA JOAQUINA DA SILVA	91	CLASSIFICADO
14	PAULO EDUARDO OLIVEIRA NERIS	91	CLASSIFICADO
15	JORCILENE NUNES DE SOUZA	91	CLASSIFICADO
16	MILTON SILVA SOUZA	89	CLASSIFICADO
17	IRANI GOMES BATISTA ARAUJO	89	CLASSIFICADO
18	ANDRE ALEXANDRE DE MOURA	89	CLASSIFICADO
19	JANAINA VIEIRA DE MELO	88	CLASSIFICADO
20	LAYANE CRISTINA GOIS DA ORA	88	CLASSIFICADO

21	ANASTACIO BARBOSA DA SILVA	87	CLASSIFICADO
22	MILENA REGO CALDAS DA SILVA	87	CLASSIFICADO
23	JOANA DARC ALVES DA SILVA	85	CLASSIFICADO
24	FATIMA DE FREITAS OLIVEIRA	85	CLASSIFICADO
25	AURILIAN ALVES DA SILVA	84	CLASSIFICADO
26	ROSINEY SOUZA UMBELINO	83	CLASSIFICADO
27	ANTONIO ELENILTON R REBOUÇAS	83	CLASSIFICADO
28	JOSENITA OLIVEIRA DE LIMA	83	CLASSIFICADO
29	ENEIDA FERREIRA BRONZAT DA SILVA	81	CLASSIFICADO
30	DEUSLEI RODRIGUES PEREIRA	80	CLASSIFICADO
31	EVAIR DOS SANTOS	79	CLASSIFICADO
32	BRUNA CHIMENES COSTA	78	CLASSIFICADO
33	ROZELI VIEIRA	76	CLASSIFICADO
34	AUZINEI JOSE DE SOUZA	76	CLASSIFICADO
35	MAGDA DE SOUZA PRIMO	73	CLASSIFICADO
36	SEBASTIAO PEREIRA MAGALHAES	72	CLASSIFICADO
37	JOELSON LAURENTINO SILVA	72	CLASSIFICADO
38	JOSMAR DA SILVA OLIVEIRA	71	CLASSIFICADO
39	GILBERTO PEDROSO DA CHAGA	71	CLASSIFICADO
40	ZIZIELICA INACIA PEREIRA	70	CLASSIFICADO
41	MANOEL DE SOUZA MACIEL SOARES	63	CLASSIFICADO
42	FABIANA DA ROCHA SILVA	56	CLASSIFICADO
43	MARCOS ALVES DOS SANTOS	54	CLASSIFICADO
44	ROVANIL CEZAR	51	CLASSIFICADO
45	CARLOS CARRIJO DOS SANTOS	28	DESCLASSIFICADO
46	DIUMA SANTANA CHIMENES	10	DESCLASSIFICADO
47	JOSE EDSON DE BARROS	3	DESCLASSIFICADO
48	OSVALDO ALVES DE MELO	3	DESCLASSIFICADO
49	ALESSANDRO FREITAS GONCALVES	FALTOU	DESCLASSIFICADO
50	ALEXSANDRA CONCEICAO REZENDE	FALTOU	DESCLASSIFICADO
51	ANTONIA MARIA DA SILVA	FALTOU	DESCLASSIFICADO
52	DAVIEL CASTRO FRAZAO	FALTOU	DESCLASSIFICADO
53	DIEGO MENEZES DA ROCHA	FALTOU	DESCLASSIFICADO
54	ILDEVANIO ALVES DA SILVA	FALTOU	DESCLASSIFICADO
55	INDIAMIRA OLIVEIRA LIMA	FALTOU	DESCLASSIFICADO
56	LAURINDO JOAQUIM DE SOUZA	FALTOU	DESCLASSIFICADO
57	REINALDO DIAS DOS SANTOS	FALTOU	DESCLASSIFICADO
58	VALDETE RODRIGUES GOMES DOS SANTOS	FALTOU	DESCLASSIFICADO
59	VANESSA LIGIA DE OLIVEIRA SIQUEIRA	FALTOU	DESCLASSIFICADO
60	VANESSA MONTEIRO DA SILVA	FALTOU	DESCLASSIFICADO

CARGO: MÃE SOCIAL

	Nome	Pontuação Prova Escrita	Pontuação Prova de Experiência	Pontuação Final	Avaliação Psicológica	Resultado
1	LUZIA ALVES BARCELOS	76	5	81	APTO	APROVADO
2	VERA LUCIA AUGUSTA DE SOUZA	55	5	60	APTO	CLASSIFICADO
3	SEBASTIANA VIEIRA DOS SANTOS	51	----	51	INAPTO	DESCLASSIFICADO
4	SILVIA REGINA COUTINHO LERMEN	48	----	48	----	DESCLASSIFICADO
5	MARIA NATIVIDADE DE FREITAS	47	----	47	----	DESCLASSIFICADO
6	RAQUEL ROCHA DE AMORIM	45	----	45	----	DESCLASSIFICADO
7	JOELITA LIMA DE ARAUJO	43	----	43	----	DESCLASSIFICADO
8	JOSEMAR ENGRACIA FERREIRA	42	----	42	----	DESCLASSIFICADO
9	ALZIRENE FELIX DA SILVA SOUZA	41	----	41	----	DESCLASSIFICADO
10	ALCYLEM MARIA MEIRELES DE OLIVEIRA	39	----	39	----	DESCLASSIFICADO
11	SIMONE RAUBER DE ALMEIDA	39	----	39	----	DESCLASSIFICADO
12	MARIA CRISTIANE DA SILVA	38	----	38	----	DESCLASSIFICADO
13	NEUREME LISBOA DA SILVA	33	----	33	----	DESCLASSIFICADO
14	LISLENE ANTONIA DE REZENDE	17	----	17	----	DESCLASSIFICADO
15	DEJANIRA MARTINS PEREIRA	FALTOU	----	0	----	DESCLASSIFICADO

CARGO: MÉDICO CLÍNICO GERAL

NÃO HOUVERAM INSCRITOS

CARGO: MOTORISTA

	Nome	Pontuação Prova Escrita	Pontuação Prova Prática	Pontuação Final	Resultado
1	SANDES JUNIOR BERNARDES DA SILVA	97	7,45	104,45	APROVADO
2	ELY JESUS DE SOUZA	97	6,45	103,45	CLASSIFICADO
3	JOSE APARECIDO DOS SANTOS FILHO	96	5,6	101,6	CLASSIFICADO
4	WAGNER COSTA LIMA	89	9,8	98,8	CLASSIFICADO
5	FABIANO CORREIA DE LIMA	90	8	98	CLASSIFICADO
6	SULAMAR OLIVEIRA SOUZA	83	7,97	90,97	CLASSIFICADO
7	JOEL SOARES DE LIMA	80	9,5	89,5	CLASSIFICADO
8	FAUSTO PEREIRA DA SILVA	80	6,5	86,5	CLASSIFICADO
9	RONALDO MARQUES DE ABREU	75	9,95	84,95	CLASSIFICADO

10	JOSE SEVERINO DA SILVA	75	9	84	CLASSIFICADO
11	JOSE VITOR FERREIRA FILHO	71	8,2	79,2	CLASSIFICADO
12	ISAIAS GOMES DAMASCENA	65	5,35	70,35	CLASSIFICADO
13	NELSON CARDODO RIBEIRO	56	9,5	65,5	CLASSIFICADO
14	WILLIAN MAHIS MARTINS DA SILVA	92	4,35*	96,35	DESCLASSIFICADO
15	LUCIANO DOS SANTOS	89	4,7*	93,7	DESCLASSIFICADO
16	JOSE GEOVAN OTAVIO DOS SANTOS	87	4,22*	91,22	DESCLASSIFICADO
17	IZAEL BARBOSA DA SILVA	85	4,95*	89,95	DESCLASSIFICADO
18	LUIZ ANGELO DA SILVA	97	FALTOU	----	DESCLASSIFICADO
19	GENISLEY MENDES DOS SANTOS	90	FALTOU	----	DESCLASSIFICADO
20	LUCIANO BEZERRA DOS SANTOS	74	FALTOU	----	DESCLASSIFICADO
21	IVAN DA SILVA SANTOS	FALTOU	----	----	DESCLASSIFICADO
22	JOAO PAULO FELIZARDO DA SILVA	FALTOU	----	----	DESCLASSIFICADO
23	JOSE LOURENCO MARTINS	FALTOU	----	----	DESCLASSIFICADO
24	RAFAEL SILVA LIMA	FALTOU	----	----	DESCLASSIFICADO

*CONFORME ITEM 9.5: "*As provas práticas, de caráter eliminatório e classificatório, serão avaliadas na escala de 0,0 a 10,0 pontos, sendo eliminado o candidato que obtiver nota inferior a 5,0 (cinco) pontos. A pontuação dos candidatos aprovados nesta etapa será somada à pontuação de sua respectiva prova escrita para fins de classificação".*

CARGO: ODONTÓLOGO

	Nome	Pontuação Prova Escrita	Pontuação Prova de Títulos	Resultado
1	LUCIANA YURI HOKAZONO DE OLIVEIRA	74	----	CLASSIFICADO
2	ALANDER SILVA ARAUJO	58	----	CLASSIFICADO
3	MAICO FELIPE FOLLMANN	44	----	DESCLASSIFICADO
4	VERONICA VILLALBA	40	----	DESCLASSIFICADO
5	KELIN CRISTIANE FOLLMANN	FALTOU	----	DESCLASSIFICADO
6	NATHALIA FARIA TREVIZAM	FALTOU	----	DESCLASSIFICADO
7	TIAGO ARANTES DE SOUSA	FALTOU	----	DESCLASSIFICADO

CARGO: OPERADOR DE MÁQUINAS EM GERAL

*CONFORME EDITAL COMPLEMENTAR 11, SERÁ DIVULGADA NOVA DATA PARA PROVA PRÁTICA DE OPERADOR DE MÁQUINAS EM GERAL.

CARGO: TÉCNICO ADMINISTRATIVO

	Nome	Pontuação Prova Escrita	Resultado
1	NEURACI BARBOSA DE LIMA	81	APROVADO
2	LUZIA HELENA SOUZA REZENDE	78	CLASSIFICADO
3	ILANA RODRIGUES TANAKA	78	CLASSIFICADO
4	MORGANA DAL PIVA MELLO	68	CLASSIFICADO
5	MATHEUS PEREIRA LOPES	66	CLASSIFICADO
6	GLEISON CEZAR DE SOUZA	65	CLASSIFICADO
7	MARCOS PAULO LEMES FERREIRA	63	CLASSIFICADO
8	GERIELLY MORAES DE SOUSA	62	CLASSIFICADO
9	CALMIRANDA FREITAS PAES	61	CLASSIFICADO
10	GISLAINE ANTKIEWICZ	61	CLASSIFICADO
11	JESSICA BARBOSA CARVALHO	61	CLASSIFICADO
12	HIAGO DANILO ZANONI	61	CLASSIFICADO
13	DANIELE DE SOUZA GONÇALVES	59	CLASSIFICADO
14	DHIONATAN THAIGRE LAMPERT	57	CLASSIFICADO
15	ONEIDA BARBOSA SANTOS	56	CLASSIFICADO
16	RUBINEIA DA COSTA SILVA	56	CLASSIFICADO
17	ROSEANE FERREIRA GOMES	54	CLASSIFICADO
18	EDINEIVA COELHO ALMEIDA	54	CLASSIFICADO
19	ROSANGELA MENEZES DA ROCHA LEMOS	54	CLASSIFICADO
20	JAQUELINE SANTANA DE OLIVEIRA	54	CLASSIFICADO
21	CIBELE CRISTINA COUTINHO LERMEN	54	CLASSIFICADO
22	ROSENARA DENISE BREMM	51	CLASSIFICADO
23	FABIANA ALVES DA SILVA	51	CLASSIFICADO
24	ELISANGELA SILVA ROCHA	51	CLASSIFICADO
25	NATALY BARBOSA LOCATELLI	51	CLASSIFICADO
26	LEILIANE SOUZA	50	CLASSIFICADO
27	KELLY CRISTINA PEREIRA	50	CLASSIFICADO
28	AMANDA FERREIRA SILVA	48	DESCLASSIFICADO
29	ISABEL DOMINGAS DOS SANTOS ARAUJO	48	DESCLASSIFICADO
30	CYNTIA RODRIGUES DE SOUZA	46	DESCLASSIFICADO
31	GERILIANE APARECIDA FREITAS MORATO	46	DESCLASSIFICADO
32	LUIZ RAFAEL DE LIMA GARCIA	46	DESCLASSIFICADO
33	SHEILA MARA FERRI	46	DESCLASSIFICADO
34	ANE CAROLINE GIFANI CRUZ	45	DESCLASSIFICADO
35	ELISNEIA FATIMA DOS SANTOS	45	DESCLASSIFICADO
36	REBECA DA COSTA RIBEIRO	44	DESCLASSIFICADO
37	FLORIANA FREITAS DE OLIVEIRA	43	DESCLASSIFICADO
38	KAREN CARLA SILVA MARTINS	43	DESCLASSIFICADO

39	JOSENILTON DA SILVA LINS	42	DESCLASSIFICADO
40	OLESIA RODRIGUES DE SOUZA SILVA	42	DESCLASSIFICADO
41	SARA MARTINS SOUZA	42	DESCLASSIFICADO
42	ALESSANDRA OLIVEIRA BATISTA	41	DESCLASSIFICADO
43	FERNANDA NASCIMENTO DE FREITAS	41	DESCLASSIFICADO
44	FRANCIELE DE SOUZA RAMOS	40	DESCLASSIFICADO
45	GABRIELA BEZERRA DIAS	40	DESCLASSIFICADO
46	GUSTAVO LIMA DA SILVA	40	DESCLASSIFICADO
47	LEIDIANE ATAIDES GALVÃO	39	DESCLASSIFICADO
48	MARALICIA SILVERIO	39	DESCLASSIFICADO
49	ROSELAINE VIANA	39	DESCLASSIFICADO
50	YOHANA CRISTINA DOS SANTOS	39	DESCLASSIFICADO
51	FERNANDA PAULA CONCEICAO	38	DESCLASSIFICADO
52	ELEN CONCEICAO PEREIRA	35	DESCLASSIFICADO
53	FERNANDA RODRIGUES DO NASCIMENTO	35	DESCLASSIFICADO
54	ISAURA MARIA ALMEIDA DE SOUSA LUIZ	35	DESCLASSIFICADO
55	NADJA MARIA DA PAZ SANTOS	34	DESCLASSIFICADO
56	VANIA APARECIDA KRONBAUER	32	DESCLASSIFICADO
57	ANDRESSA LAIANE N. DO NASCIMENTO	31	DESCLASSIFICADO
58	ROSELI DA APARECIDA LIMA DE SENE	30	DESCLASSIFICADO
59	LENI ALVES DIAS	29	DESCLASSIFICADO
60	AUGUSTO JOSE BERALDI FEDRIGO	FALTOU	DESCLASSIFICADO
61	CLAUDIO VENICIUS FERNANDES SILVA	FALTOU	DESCLASSIFICADO
62	EDILAINE GOMES DA SILVA	FALTOU	DESCLASSIFICADO
63	EVERSON FERREIRA GOMES	FALTOU	DESCLASSIFICADO
64	KATIA CRISTINA DE OLIVEIRA QUARTAROLI	FALTOU	DESCLASSIFICADO
65	KREISKI PEREIRA DE OLIVEIRA	FALTOU	DESCLASSIFICADO
66	RENI APARECIDA G. MONTAGNINI VILELA	FALTOU	DESCLASSIFICADO
67	ROSEMARI DA SILVA	FALTOU	DESCLASSIFICADO
68	VITORIA DIAS LONDERO	FALTOU	DESCLASSIFICADO

CARGO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

	Nome	Pontuação Prova Escrita	Resultado
1	ANA LIDIA COUTINHO LERMEN	54	APROVADO
2	ANTONIA FERNANDES DA SILVA	22	DESCLASSIFICADO

Alto Taquari, 17 de Fevereiro de 2016.

Maurício Joel de Sá

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

RECURSOS HUMANOS
DECRETO Nº. 909/2016.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE CARGO EM COMISSÃO

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais...

D E C R E T A

Artigo 1º - Exonerar a pedido o Sr. **Wagner Fagundes de Freitas**, nomeado no cargo de Chefe da Divisão de Esportes, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua afixação ou publicação.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Apiacás-MT.,23 de Fevereiro de 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 070/2016

SUMULA: "AUTORIZA A INCLUSÃO DE GRATIFICAÇÃO POR DESEMPENHO DE PRODUTIVIDADE AOS SERVIDORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-ATENÇÃO BÁSICA, EM FOLHA DO PAGAMENTO DO MÊS DE FEVEREIRO /2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

Considerando: o atingimento das metas estabelecidas pelo Ministério da Saúde para Atenção Básica, no exercício de 2015;

Considerando: o recebimento de recursos financeiros do Ministério da Saúde especificamente para incentivo à produtividade dos servidores;

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica autorizado a incluir na folha de pagamento no mês de Fevereiro de 2016, a gratificação pela produtividade aos Servidores da Atenção Básica do Município de Apiacás-MT, individualmente o montante de R$100,00 (cem reais) à cada Servidor.

Artigo 2º - O valor hora autorizado aos Servidores da Atenção Básica são provenientes do Ministério da Saúde através do PMAQ-AB Programa de Melhoria de Acesso e Qualidade da Atenção Básica.

Parágrafo Único: Serão beneficiários todos os servidores prestadores de serviços que laboram diretamente na Estratégia de Saúde da Família a serem designados por Ato da Secretaria Municipal de Saúde.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, para cumprimento na folha de pagamento no mês de Fevereiro de 2016 nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se.

Apiacás-MT, 23 de Fevereiro de 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 071/2016

SUMULA: "AUTORIZA A INCLUSÃO DE GRATIFICAÇÃO AOS SERVIDORES ABAIXO RELACIONADOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE-ATENÇÃO BÁSICA, EM FOLHA DO PAGAMENTO DO MÊS DE FEVEREIRO /2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica autorizado a incluir na folha de pagamento no mês de Fevereiro de 2016, a gratificação pela produtividade aos Servidores da Atenção Básica do Município de Apiacás-MT, individualmente o montante de R$100,00 (cem reais) à cada Servidor recursos provenientes do Ministério da Saúde através do PMAQ-AB Programa de Melhoria de Acesso e Qualidade da Atenção Básica:

Adriana de Oliveira da Souza;

Alzira Carvalho de Lima;

Anderson Ribeiro dos Santos;

Aurea Kelen Manthai Bacelar;

Gustavo Caetano da Silva;

João Torres da Macena;

José Carlos Diefenthaeler;

Agna de Souza Gonçalves;

Cleoma da Silva da Conceição;

Clevair Machado;

Elza Santana Baleeiro;

Geneci de Moura Radin;

Iraene Reis Santos;

Jaqueline Vieira da Silva;

Linéia Radin;

Maria Alice Barbosa Garcia;

Maria Aparecida Rodrigues Lima;

Maria Ines dos Santos;

Maritania Fabonatto;

Norma Raimunda da Silva;

Odete Cuba Martins;

Silvia Garcia Alves;

Vera Lucia Higino;

Charlene Machado;

Gisele Teixeira da Silva Araujo;

Silvia dos Santos Arantes Siqueira;

Sirley de Jesus Machado;

Tania Marisa Lourenço;

Vera Lucia Meinerz;

Claudia Macedo Soares;

Luciana Martins de Araujo;

Marco Aurelio Campos Ferreira;

Josiane Gonçalves.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, para cumprimento na folha de pagamento no mês de Fevereiro de 2016 nos lugares de costume, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se,

Cumpra-se,

Publica-se.

Apiacás-MT, 23 de Fevereiro de 2016.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-PREFEITO MUNICIPAL-

PREFEITURA MUNICIPAL
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N° 002/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que retificou o Edital da licitação na modalidade **Pregão Presencial 002/2016, a data de abertura será** no dia **08/03/2016 às 10:00 horas (dez horas).** (Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo Decreto Municipal nº. 0156/2008, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: LOCAÇÃO DE SOFTWARES- **SISTEMAS INTEGRADOS DE GESTÃO PÚBLICA**

O Edital de retificação contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT ou no site /www.apiacas.mt.gov.br/

Informações pelo telefone (66) 3593-1344.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA

I TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015.

I TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 05/2015.

Por este Termo de Aditamento Contratual, que entre si celebram de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA – MT**, sito a Rua Bahia, 426, centro, inscrita no CNPJ/MF sob nº. 03.947.926/0001-87, neste ato representado ato pela Prefeita Municipal, senhora **MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, brasileira, casada em regime de Comunhão Universal de Bens, portadora da Cédula de Identidade RG sob nº. 486. 517-SSP/GO, e devidamente inscrito no MF com CPF sob n.º 592.724. 901-97, residente e domiciliada na Chácara das Mangueiras, as Margens da Rodovia MT-100, KM 72, Zona Rural, CEP 78.615-000 Araguainha (MT), doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **HI TECH NET LTDA-ME, CNPJ N.º 06.133.628/ 0001-41,** estabelecida na Rua Epitácio Pessoa, Qd. 41, Lt. 4-A, Centro, Ribeirãozinho/MT, representado por seu proprietário **WALLISNEY ANDRADE LOPES**, brasileiro, casado, inscrito no RG n.º 3460353-6970052 SSP/ GO, doravante denominada de CONTRATADA, celebrar o presente Termo Aditivo nos termos do Edital de Pregão Presencial nº. 05/2015, conforme cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto o aditamento de valor à Ata de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de Serviços de Comunicação Multimídia – SCM, modalidade Link IP Dedicado, conforme especificações no Anexo I.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO ADITIVO DE VALOR

Diante do aumento da demanda do quantitativo inicialmente previsto e da obrigação das fornecedores adjudicatárias de entregá-los, nas mesmas condições iniciais, com os acréscimos que se

fizeram necessários de até o percentual de 25% (vinte e cinco por cento) do lote 01 da Ata de Registro de Preços nº 05/2015, fica o seu valor total alterado de R$ 21.600,00 (Vinte e Hum Mil e Seiscentos Reais) para R$ 22.400,00, (Vinte e Dois Mil e Quatrocentos Reais), conforme demonstrativos abaixo:

Item	Descrição	Acrés.	Valor Unit.	Valor Total
01	Aquisição de Serviços de Comunicação Multimídia – SCM, modalidade Link IP Dedicado, conforme especificações no Anexo I.	R$: 400,00	R$: 2. 200,00	R$: 22. 400,00

CLÁUSULA TERCEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO.

O Acréscimo do quantitativo original individual da Ata de Registro de Preços nº 05/2015 tem seu fundamento no artigo 92 do Decreto Estadual nº 7. 217, de 14 de março e 2006, bem como no artigo 65 e §1º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA QUARTA – DAS RETIFICAÇÕES. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do instrumento originário não alteradas por este instrumento.

CLÁUSULA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO.

Para dar eficácia a este instrumento, a Prefeitura Municipal de Araguainha providenciará a sua publicação resumida no Diário Oficial do Município, nos moldes da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEXTA – DO FORO.

Fica eleito o foro da Comarca de Alto Araguaia – MT, o local competente para dirimir todas as questões do presente Termo, sendo sete competente para a propositura de qualquer medida judicial dele decorrente, com a exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Araguainha - MT, 17 de Fevereiro de 2016.

_____

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

Contratante

_____

HI TECH NET LTDA-ME

CNPJ: 06.133.628/0001-41

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Celis Antonio R. de Oliveira CPF: 592.842.931-20 RG: 081.538-09 SSP/MT	Vander Lucio Nunes de Jesus CPF: 003.914.751-77 RG: 3829835/DGPC-GO

DECRETO Nº.91 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

DECRETO Nº.91 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE FERIADO MUNICIPAL EM VIRTUDE DO ANIVERSÁRIO DO MUNÍCIPIO DE ARAGUAINHA - MT".

A PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA, ESTADODE MATO GROSSO, Sr.ª**MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

DECRETA:

Art. 1º -Em virtude do Feriado do Aniversário do Município do dia 24 de Fevereiro de 2016, a Prefeitura prorrogou o Feriado municipal em todas suas Secretarias para o dia 26 de Fevereiro de 2016.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

. **Art. 3º -** Publica-se, Registra-se e Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAGUAINHA-MT

_____

MARIA JOSÉ DAS GRAÇAS AZEVEDO

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
PORTARIA N.º 21/2016

PORTARIA N.º 21/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO/CONVOCAÇÃO DE CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 02/2014.

O Prefeito Municipal de Araputanga, estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2014, para ingresso em cargo Público de provimento Temporário**,** publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) de 16 de maio de 2014;

Considerando o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado, publicado no Diário Oficial dos Municípios (AMM-MT) em 24 de junho de 2014;

Considerando a Homologação, realizado por meio Decreto Municipal nº. 36/2014, em 26 de junho 2014 e a Lei Municipal nº 1.187/2016;

RESOLVE:

Art. 1.º - Nomear/Convocar os candidatos aprovados/classificados, constante nos quadro abaixo relacionado, para provimento de cargo Temporário, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

CARGO – 02: APOIO ADMINISTRATIVO EDUCACIONAL

CLASSE	NOME	NOTA FINAL
15	Soleni Alves da Costa	51
16	Varilia Storch	51
17	Fabiana de Cassia Silva	51
18	Rosangela Pereira de Souza	50
19	Gisele Domingos Correia	50
20	Ellen Cristhine Petreli da Costa	50
21	Veralice Maria de Oliveira	50
22	Marineia Lino da Silva Marques	49
23	Gislaine Vieira Fuzat Ambrosio	49
24	Valdineia Rodrigues Domiciano	49
25	Eunice Ferreira de França Almeida	49
26	Ana Paula Gregorio da Silva	49
27	Beunadir Maria da Rocha	48

CARGO - 06: MONITOR DE CRECHE

CLASS	NOME	NOTA FINAL
28	Laila Aline Neves Zanette	48
29	Maria Regina Rodrigues Ferreira	47
30	Mayara Serafim dos Reis	47
31	Edivania Pedro da Costa	47
32	Juscilene Gomes de Morais	46
33	Juliana Pereira da Silva	46
34	Rosiane Leite de Campos	46
35	Rosana Pereira de Souza	46
36	Jessica Silva Santos	46
37	Maria Estella Santos de Souza	46
38	Eliane Aparecida da Silva	45
39	Ana Karoline Soares Teixeira	45
40	Valeria Tiago de Paiva	45
41	Susany Pedro da Costa	45

CARGO - 07: MOTORISTA

CLASS	NOME	NOTA FINAL
23	Paulo Batista dos Santos	47
24	Cesar do Carmo Magalhães Guimarães	47
25	Vinicius Eduardo Pereira	46
26	Adnaldo Ferreira Gonçalves	45

Art. 2.º- Exigindo desde o momento, o comparecimento dos candidatos na Diretoria de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Araputan-

ga/MT, munido de todos os documentos necessários para comprovação dos requisitos do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado desistente, perdendo a respectiva vaga.

Art. 3º- Esta Portaria Entra em Vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário. Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e dois (22) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezesseis (2016).

Paulo Cesar Alves de Araújo

Prefeito Municipal

LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO Nº 002-2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

REF: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 011-2015 – PREGÃO PRESENCIAL SRP Nº 022-2015. - REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU - MT.

Objeto da Ata de Registro de Preço: AQUISIÇÃO DE UM VEÍCULO 0 KM ANO/MODELO 2015 1.0 FLEX 4 PORTAS COR BRANCA.

INTERESSADO A ADESÃO: PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA - MT - Representado pelo Sr. **PAULO CESAR ALVES DE ARAUJO** – Prefeito Municipal.

FORNECEDOR: DOMANI DISTRIBUIDORA DE VEICULOS LTDA, inscrita no **CNPJ sob o n.º 01.016.616/0001-13**

SECRETARIA requerente: Secretaria Municipal de Saúde, consignados no Orçamento do ano corrente, serão empenhados na rubrica: **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

DOS QUANTITATIVOS: os quantitativos aderidos são de 100% (cem por cento) de sua totalidade dos itens da referida Ata.

Araputanga MT, 23 de fevereiro de 2016.

PAULO CESAR ALVES DE ARAUJO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 25/2016, REVOGAÇÃO DA PORTARIA 160/2015, FABIO ANDRÉ TEIXEIRA DOS SANTOS

DISPÕE SOBRE REVOGAÇÃO DA PORTARIA 160/2015 DO SERVIDOR FABIO ANDRÉ TEIXEIRA DOS SANTOS, DO MUNICÍPIO DE ARAPUTANGA/MT.

PAULO CESAR ALVES DE ARAUJO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas por lei:

RESOLVE**:**

Art. 1.º - Revogar a Portaria Nº 160/2015, datada de 24/09/2015 que nomeia o Sr. Fabio André Teixeira dos Santos, para exercer o cargo em comissão de Diretor Administrativo da Secretaria de Administração**,** da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT. A partir de 29 de fevereiro de 2016.

Art. 2.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três (23) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezesseis (2016).

PAULO CESAR ALVES DE ARAUJO

Prefeito Municipal E.E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 24/2015 ELEVAÇÃO DE GRAUS E NIVEL DOS SERVIDORES LEI 971/2011

PAULO CESAR ALVES DE ARAUJO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando a Lei Municipal nº 971/2011, datada de 09 (nove) de fevereiro de 2011, Art. 17; Art. 19; Art. 41.

Considerando o Anexo da Lei Municipal nº 971/2011, tabela de cargos e salários;

RESOLVE:

Art. 1.º- Promover a elevação de Graus e Classe, dos servidores públicos municipais, relacionados no quadro em anexo, conforme o anexo V, da Lei Municipal nº 971/2011, da Prefeitura Municipal de Araputanga/MT:

Art. 2.º- Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga- MT, aos vinte e três (23) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezesseis (2016).

ANEXO I

ELEVACAO DE GRAU DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

CONFORME Art. 17; Art. 19; Art. 41, DA LEI Nº 971/2011.

NOME	CARGO	ADMISSÃO	GRAU/ NIVEL	SALARIO
Cleidemara de Oliveira Silva	Auxiliar de Enfermagem	06/01/2010	C/02	R$ 1. 585,93
Dartanhan Neruda Lopes Adams	Psicologo	15/02/2013	C/01	R$ 3. 889,34
Elizeu Alves da Cruz	Operador de Maquinas Pesadas	10/02/2004	C/02	R$ 2. 114,59
Glete Aparecida de Souza Volpato	Fonoaudiologa	12/02/2007	C/01	R$ 3. 542,07
Maria Julia Pereira Arruda	Auxiliar de Serviços Gerais	19/01/2010	C/02	R$ 815,63
Michel Alves dos Santos	Operador do Smae	02/01/2013	B/01	R$ 1. 026,62
Sandra Maria Rodrigues Soares	Auxiliar de Serviços Gerais	28/01/2010	C/02	R$ 815,63
Suzye Stelle Alves de Arruda Souza	Auxiliar de Enfermagem	06/01/2010	C/02	R$ 1. 585,93
Milayne Gonçalves de Alcantara e Adriani	Técnico Florestal	11/12/2012	B/02	R$ 2. 607,84
Willie Douglas Martes Fereira	Técnico Florestal	22/11/2012	B/02	R$ 2. 607,84
Robson Maximo da Costa	Técnico em Radiologia	11/06/2012	B/02	R$ 2. 607,84

PAULO CESAR ALVES DE ARAUJO

Prefeito Municipal E-E

GABINETE - DEPTO JURIDICO
PORTARIA N.º 020/2016

PORTARIA N.º 020/2016

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2016, PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDOR PÚBLICO.

PAULO CESAR ALVES DE ARAÚJO, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1.º - Nomear e de*signar a Comissão Organizadora para do Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2016, que será composta pelos seguintes componentes:*

Nome	***FUNÇÃO***	***CARGO***

Lindinalva de Souza Andrade	*Representante as SEMEC*	*Professora*
Maria Apª Domingos	*Representante de Diretores das escolas*	*Professora*
Antonio Miguel Bianco Teles	*Representante de Diretores das escolas*	*Professor*
Maria Apª da Silva Rodrigues	*Representante de Diretores dos Centro de Educação Infantil*	*Professora*
Agda Rodrigues Rios Silvério	*Representante de Diretores dos Centro de Educação Infantil*	*Professora*
Roseli da S. Gomes Corsino	*Representante de Diretores dos Centro de Educação Infantil*	*Professora*
Eliene Xavier de Lima	*Representante do Sindicato dos Servidores Municipais (SISMARA)*	*Professora*

Parágrafo Único: A Comissão Organizadora terá a responsabilidade de cumprir as determinações da legislação vigente e o respectivo Edital do *Processo Seletivo Simplificado n.º 01/2016*.

Art. 2 º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro (02) do ano de dois mil e dezesseis (2016).

PAULO CESAR ALVES DE ARAÚJO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS

PREFEITURA- CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES	74.459,13	17.272,91	5.819,46	5.819,46	78.244,75	7.667,83
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes	74.459,13	17.272,91	5.819,46	5.819,46	78.244,75	7.667,83
DESPESAS DE CAPITAL	296.083,87	2.237.676,59	334.699,61	334.691,81	1.721.246,18	477.814,67
Investimentos	296.083,87	2.237.676,59	334.699,61	334.691,81	1.721.246,18	477.814,67
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL	370.543,00	2.254.949,50	340.519,07	340.511,27	1.799.490,93	485.482,50

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES	452.405,19	603.056,41	568.925,98		486.535,62
Pessoal e Encargos Sociais	368,19	128.255,62	128.255,62		368,19
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes	452.037,00	474.800,79	440.670,36		486.167,43
DESPESAS DE CAPITAL	19.607,61	28.965,34	33.146,67		15.426,28
Investimentos	19.607,61	28.965,34	33.146,67		15.426,28
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL	472.012,80	632.021,75	602.072,65		501.961,90

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

JOSE MAURO FIGUEIREDO	MARIA FERNANDES BEATO	ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8	SECRETARIO MUN.FAZENDA

PREFEITURA- CONTABILIDADE
BALANÇO FINANCEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)
BALANÇO FINANCEIRO
Dezembro/2015

Data de emissão: 23/02/2016

Exercício: 2015 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**16.507.309,92**		**Despesa Orçamentária**	**17.169.764,15**	
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	18.439.891,39		Ordinária	17.169.764,15	
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária	1.932.581,47				
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**	**732.427,18**	
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas	732.427,18	
Recebimentos Extra-Orçamentários	**3.915.170,37**		**Despesas Extra-Orçamentárias**	**3.046.457,43**	
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	1.887.586,95		Pagos no período	942.583,92	
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	2.023.951,59		Outras movimentações extra-orçamentárias	2.100.241,68	
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	3.631,83		Outras movimentações extra-orçamentárias	3.631,83	
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversao)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho			**Ajuste de Investimentos - Perda**		
Ajuste de Investimentos - Ganho			Ajuste de Investimentos - Perda		
Saldo em espécie do exercício anterior	**1.841.206,44**		**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**1.315.037,97**	
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento	1.841.206,44		Bancos conta movimento	1.315.037,97	
Aplicações financeiras			Aplicações financeiras		
Aplicações financeiras - RPPS			Aplicações financeiras - RPPS		
(-) Provisão p/ perdas de investimento			(-) Provisão p/ perdas de investimento		

Emissão: 23/02/2016 14:10:16 Página 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2015

TOTAL	**22.263.686,73**		**TOTAL**	**22.263.686,73**	

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Emissão: 23/02/2016 14:10:16

Página 2

Homologado

PREFEITURA- CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	17.200.000,00	17.200.000,00	1.708.563,19	9,93	16.507.309,92	95,97	692.690,08
RECEITAS CORRENTES	15.311.000,00	15.311.000,00	1.625.583,18	10,61	16.324.329,91	106,61	-1.013.329,91
RECEITA TRIBUTARIA	923.700,00	923.700,00	99.398,12	10,76	1.311.703,60	142,00	-388.003,60
Impostos	832.000,00	832.000,00	96.295,35	11,57	1.212.528,76	145,73	-380.528,76
Taxas	91.700,00	91.700,00	3.102,77	3,38	99.174,84	108,15	-7.474,84
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	460.000,00	460.000,00			145.509,20	31,63	314.490,80
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas	460.000,00	460.000,00			145.509,20	31,63	314.490,80
RECEITA PATRIMONIAL	74.100,00	74.100,00	10.137,92	13,68	118.665,44	160,14	-44.565,44
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	74.100,00	74.100,00	10.137,92	13,68	118.665,44	160,14	-44.565,44
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	13.642.045,27	13.642.045,27	1.500.447,98	10,99	14.419.319,60	105,69	-777.274,33
Transferências Intergovernamentais	13.312.045,27	13.312.045,27	1.500.447,98	11,27	14.142.521,58	106,23	-830.476,31
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	330.000,00	330.000,00			276.798,02	83,87	53.201,98
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	211.154,73	211.154,73	15.599,16	7,38	329.132,07	155,87	-117.977,34
Multa de Juros de Mora	75.405,00	75.405,00	5.337,21	7,07	91.730,91	121,65	-16.325,91
Indenizações e Restituições	24.010,00	24.010,00			17.739,35	73,88	6.270,65
Receita da Dívida Ativa	104.796,00	104.796,00	9.714,50	9,26	200.695,82	191,51	-95.899,82
Receitas Diversas	6.943,73	6.943,73	547,45	7,88	18.965,99	273,13	-12.022,26
RECEITAS DE CAPITAL	1.889.000,00	1.889.000,00	82.980,01	4,39	182.980,01	9,68	1.706.019,99
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Móveis	10.000,00	10.000,00					10.000,00
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.879.000,00	1.879.000,00	82.980,01	4,41	182.980,01	9,73	1.696.019,99
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	1.879.000,00	1.879.000,00	82.980,01	4,41	182.980,01	9,73	1.696.019,99
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	17.200.000,00	17.200.000,00	1.708.563,19	9,93	16.507.309,92	95,97	692.690,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	17.200.000,00	17.200.000,00	1.708.563,19	9,93	16.507.309,92	95,97	692.690,08
DÉFICIT (VI)		704.572,82			662.454,23	94,02	42.118,59
TOTAL(VII) = (V + VI)	17.200.000,00	17.904.572,82	1.708.563,19	9,54	17.169.764,15	95,89	734.808,67
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 23/02/2016 14:04:17

Page 1 de 2
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)							
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES							
Contribuições Sociais							
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES							
Multas e Juros de Mora							
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)							
DÉFICIT (IV)							
TOTAL (V) = (III + IV)							

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Emissão: 23/02/2016 14:04:17

Page 2 de 2
Homologado

PREFEITURA- CONTABILIDADE
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO -DESPESAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	17.200.000,00	704.572,82	17.904.572,82	485.279,88	17.169.764,15	16.229.090,13	15.282.177,20	95,89	734.808,67
DESPESAS CORRENTES	15.109.695,01	1.035.873,95	16.145.568,96	481.179,89	15.430.828,09	15.376.777,99	14.475.177,26	95,57	714.740,87
Pessoal e Encargos Sociais	8.438.277,53	933.785,12	9.372.062,65	615.802,54	8.916.959,93	8.916.959,93	8.589.287,99	95,14	455.102,72
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	6.671.417,48	102.088,83	6.773.506,31	-134.622,65	6.513.868,16	6.459.818,06	5.885.889,27	96,16	259.638,15
DESPESAS DE CAPITAL	2.013.749,99	-254.746,13	1.759.003,86	4.099,99	1.738.936,06	852.312,14	806.999,94	98,85	20.067,80
Investimentos	1.758.749,99	-71.894,04	1.686.855,95	4.099,99	1.666.788,15	780.164,23	744.874,53	98,81	20.067,80
Inversões Financeiras	5.000,00	-5.000,00							
Amortização da Dívida	250.000,00	-177.852,09	72.147,91		72.147,91	72.147,91	62.125,41	100,00	
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	76.555,00	-76.555,00							
RESERVA DO RPPS									
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)									
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	17.200.000,00	704.572,82	17.904.572,82	485.279,88	17.169.764,15	16.229.090,13	15.282.177,20	95,89	734.808,67
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	17.200.000,00	704.572,82	17.904.572,82	485.279,88	17.169.764,15	16.229.090,13	15.282.177,20	95,89	734.808,67
SUPERÁVIT (XIII)				1.223.283,31		1.225.132,72			
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	17.200.000,00	704.572,82	17.904.572,82	1.708.563,19	17.169.764,15	17.454.222,85	15.282.177,20	95,89	734.808,67

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)									
Pessoal e Encargos Sociais									
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)									
SUPERÁVIT (IV)									
TOTAL (V) = (III + IV)									

Emissão: 23/02/2016 14:04:17

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

JOSE MAURO FIGUEIREDO	MARIA FERNANDES BEATO	ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
PREFEITO MUNICIPAL	CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8	SECRETARIO MUN,FAZENDA

Emissão: 23/02/2016 14:04:17

Homologado

PREFEITURA- CONTABILIDADE
BALANÇO PATRIMONIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2015

Data de emissão: 23/02/2016

Exercício: 2015 **P. Contas: PCASP-MT**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
ATIVO CIRCULANTE			**PASSIVO CIRCULANTE**		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.315.037,97	1.841.206,44	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	328.040,13	128.623,81
CREDITOS A CURTO PRAZO	2.199.014,87	2.989.955,06	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO	10.022,50	8.607,13
CLIENTES			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.094.444,12	998.432,14
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	300,00		FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO	1.094.444,12	998.432,14
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	2.138.732,21	2.466.736,91	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO		
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - CLIENTES	39.486,35	57.225,70	OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO	8.789,48	7.964,02
CREDITOS DE TRANSFERENCIAS A RECEBER	2.288.630,90	2.734.127,04	OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			PROVISOES A CURTO PRAZO		
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO	-2.268.134,59	-2.268.134,59	DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO	51.182,60	2.714.393,37
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO	127.467,12	127.467,12			
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS					
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR					
CREDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZACAO DA PRESTACAO DE SERVICOS PUBLICOS					
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO					
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS-CONSOLIDACAO					
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - DEMAIS CREDITOS					
OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO					
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO					
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO					
ESTOQUES	48.298,35				
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE					
ATIVO NÃO CIRCULANTE			**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**		
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	452.330,63		OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		
CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO	452.330,63		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO	-10.022,50	75.513,95
CLIENTES			FORNECEDORES A LONGO PRAZO		
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER			OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO		
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA	436.478,15		PROVISOES A LONGO PRAZO		
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - CLIENTES	15.852,48		DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			RESULTADO DIFERIDO		
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO			**TOTAL DO PASSIVO**	**2.576.900,45**	**4.931.966,56**
CREDITOS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS			**PATRIMÔNIO LIQUIDO**		

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2015

Data de emissão: 23/02/2016

CREDITOS A LONGO PRAZO INTER OFSS - UNIAO			**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - ESTADO			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		
CREDITOS A LONGO PRAZO INTER OFSS - MUNICIPIO			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			RESERVAS DE CAPITAL		
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		
ESTOQUES - CONSOLIDACAO			RESERVAS DE LUCROS		
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			DEMAIS RESERVAS		
INVESTIMENTOS			RESULTADOS ACUMULADOS	8.463.969,98	6.319.632,26
PARTICIPACOES PERMANENTES			RESULTADO DO EXERCÍCIO	-399.950,65	
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	6.319.632,26	6.319.632,26
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	2.544.288,37	
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL			OUTROS RESULTADOS		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO			(-) ACOES / COTAS EM TESOURARIA		
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO					
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES					
(-)DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE PARTICIPAÇÕES PERMANENTES					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES					
IMOBILIZADO	5.804.277,37	5.294.538,06			
BENS MOVEIS	4.511.148,84	4.006.923,44			
BENS IMOVEIS	2.160.824,60	1.287.614,62			
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-867.696,07				
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO					
INTANGIVEL					
SOFTWARES					
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS					
DIREITO DE USO DE IMOVEIS					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL					
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**8.463.969,98**	**6.319.632,26**
TOTAL	**9.946.426,31**	**10.253.166,68**	**TOTAL**	**9.946.426,31**	**10.253.166,68**

ATIVO FINANCEIRO	**1.442.505,09**	**1.968.673,56**	**PASSIVO FINANCEIRO**	**1.482.456,33**	**3.849.413,34**
ATIVO PERMANENTE	**8.503.921,22**	**8.284.493,12**	**PASSIVO PERMANENTE**		**84.121,08**
SALDO PATRIMONIAL				**8.463.969,98**	**6.319.632,26**

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2015

Data de emissão: 23/02/2016

Compensação

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS			EXECUCAO GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		
EXECUCAO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES	167.832,60	167.832,60	EXECUCAO DE OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES		
EXECUCAO DE DIREITOS CONTRATUAIS			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	3.234.134,11	4.156.632,29
EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2.186.032,24	1.982.282,24
TOTAL	**167.832,60**	**167.832,60**	**TOTAL**	**5.420.166,35**	**6.138.914,53**

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO
ORDINÁRIA	
100000000 - Recursos Ordinários	-3.782.982,45
101000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	2.931.267,80
102000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	901.456,53
114000000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	-909.550,55
115000000 - Transferencia de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educacao - FNDE	146.796,12
116000000 - Contribuicao de Intervencao do Dominio Economico - CIDE	8.941,94
117000000 - Contribuicao para o Custeio dos Servicos de Iluminacao Publica - COSIP	168.290,85
118000000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exer	-474.167,88
119000000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	-183.891,47
122000000 - Transferencias de Convenios - Educacao	302.989,88
123000000 - Transferencias de Convenios - Saude	-204.781,26
124000000 - Transferencias de Convenios - Outros (nao relacionados a educacao/saude/assistencia social)	-800.632,41
129000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	78.296,56
194000000 - Remuneracao de Depositos Bancarios	199.931,39
TOTAL	**-1.618.034,95**

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2015

Data de emissão: 23/02/2016

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

PREFEITURA- CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DAS MUTAÇÕES NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Dezembro/2015

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**18.467.229,69**	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	**1.748.181,75**	
IMPOSTOS	1.586.069,77	
TAXAS	162.111,98	
CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUIÇÕES	**145.509,20**	
CONTRIBUICOES SOCIAIS		
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO		
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA	145.509,20	
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**43.020,12**	
VENDA DE MERCADORIAS		
VENDA DE PRODUTOS		
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	43.020,12	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**115.449,91**	
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA	23.952,11	
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	91.497,80	
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS	**16.089.384,94**	
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS	16.089.384,94	
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS		
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS		
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS E DESINCOPORAÇÃO DE PASSIVOS	**325.683,77**	
REAVALIACAO DE ATIVOS	62.421,11	
GANHOS COM ALIENACAO		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS	202.025,00	
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS	61.237,66	
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES		
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS		
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		

Emissão: 23/02/2016 14:17:12 Página 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2015

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**18.867.180,34**	
PESSOAL E ENCARGOS	**9.033.811,80**	
REMUNERACAO A PESSOAL	7.203.827,17	
ENCARGOS PATRONAIS	1.716.671,73	
BENEFICIOS A PESSOAL		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	113.312,90	
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		
APOSENTADORIAS E REFORMAS		
PENSOES		
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA		
BENEFICIOS EVENTUAIS		
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA		
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS		
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**6.922.534,69**	
USO DE MATERIAL DE CONSUMO	2.278.164,91	
SERVICOS	3.776.673,71	
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	867.696,07	
CUSTO DE MATERIAIS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS	**8.071,92**	
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA		
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS	8.071,92	
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**2.862.436,10**	
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	732.427,18	
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.072.237,02	
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS	57.771,90	
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**40.325,83**	
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	40.325,83	
PERDAS COM ALIENACAO		
PERDAS INVOLUNTARIAS		
INCORPORACAO DE PASSIVOS		
DESINCORPORACAO DE ATIVOS		
TRIBUTÁRIAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUICOES		
CUSTO DAS MERCADORIAS E PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS		
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PREMIACOES		
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES		
INCENTIVOS		
SUBVENCOES ECONOMICAS		
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES		
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES		
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Resultado Patrimonial do Período	**-399.950,65**	

Emissão: 23/02/2016 14:17:12 Página 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2015

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	1.114.856,04	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	72.147,91	
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Emissão: 23/02/2016 14:17:12 Página 3

Homologado

PREFEITURA- CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DA DIVIDA FLUTUANTE

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2015

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
ATIVO FINANCEIRO						
REALIZAVEL						
RESPONSABILIDADES FINANCEIRAS						
CREDITOS DE INSS A COMPENSAR EM SEFIP						
SALARIO MATERNIDADE						
Subtotal:						
PASSIVO FINANCEIRO						
RESTOS A PAGAR						
RP 2013 - PROCESSADOS PREFEITURA	29.473,75			11.780,06		17.693,69
RP 2013 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS PREFEITURA						
RP 2013 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR PREFEITURA	27.744,02				10.621,70	17.122,32
RP 2012 - PROCESSADOS PREFEITURA	170.157,30			10.069,23		160.088,07
RP 2012 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS PREFEITURA						
RP 2012 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR PREFEITURA	3.000,01				3.000,01	
RP 2012 - PROCESSADOS FMS	139.657,27			1.500,00		138.157,27
RP 2012 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS FMS						
RP 2012 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR FMS						
RP 2013 - PROCESSADOS FMS	40.660,41			6.090,30		34.570,11
RP 2013 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS FMS		1.200,00		1.200,00		
RP 2013 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR FMS	20.022,70			1.200,00	18.822,70	
RP 2013 - PROCESSADOS FUNDEB	96,75					96,75
RP 2013 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS FUNDEB						
RP 2013 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR FUNDEB						
RP 2009 - PROCESSADOS PREFEITURA	31.170,07			31.170,07		
RP 2009 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS PREFEITURA						
RP 2009 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR PREFEITURA	12.740,58	31.170,07			31.814,89	12.095,76
RP 2010 - PROCESSADOS PREFEITURA	7.296,76					7.296,76
RP 2010 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS PREFEITURA						
RP 2010 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR PREFEITURA	63.951,75				1.944,48	62.007,27
RP 2012 - PROCESSADOS FUNDEB	6.972,67					6.972,67
RP 2012 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS FUNDEB						
RP 2012 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR FUNDEB						
RP 2011 - PROCESSADOS PREFEITURA	5.263,48			108,72		5.154,76
RP 2011 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS PREFEITURA		83.123,75		83.123,75		
RP 2011 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR PREFEITURA	205.343,12			83.123,75	42.225,87	79.993,50
RP 2010 - PROCESSADOS FMAS	188,96					188,96
RP 2010 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS FMAS						
RP 2010 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR FMAS	0,04				0,04	
RP 2010 - PROCESSADOS FMS	13.803,00					13.803,00
RP 2010 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS FMS						
RP 2010 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR FMS	0,04				0,04	
RP 2013 - PROCESSADOS FMAS	935,40					935,40
RP 2013 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS FMAS						
RP 2013 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR FMAS	4.730,00				4.730,00	
RP 2011 - PROCESSADOS FMS	55.987,60					55.987,60
RP 2011 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS FMS						
RP 2011 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR FMS	1.825,75				1.825,75	
RP 2012 - PROCESSADOS FMAS	211,40					211,40
RP 2012 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS FMAS						
RP 2012 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR FMAS						

Emissão: 23/02/2016 14:20:53 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2015

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
RP 2011 - PROCESSADOS FMAS	1.300,05					1.300,05
RP 2011 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS FMAS						
RP 2011 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR FMAS	14,92				14,92	
RP 2011 - PROCESSADOS FUNDEB	8,00					8,00
RP 2011 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS FUNDEB						
RP 2011 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR FUNDEB						
RP 2014 - PROCESSADOS FMS	332.948,12			315.901,27		17.046,85
RP 2014 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS FMS		187.287,42		187.287,42		
RP 2014 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR FMS	280.574,75			187.287,42		93.287,33
RP 2014 - PROCESSADOS FMAS	1.345,79			1.250,80		94,99
RP 2014 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS FMAS						
RP 2014 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR FMAS						
RP 2014 - PROCESSADOS PREFEITURA	267.938,83			225.591,48		42.347,35
RP 2014 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS PREFEITURA		68.907,90		68.900,10		7,80
RP 2014 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR PREFEITURA	1.974.374,75			68.907,90	1.684.490,53	220.976,32
RP 2014 - PROCESSADOS FUNDEB	29.789,01			29.780,79		8,22
RP 2014 - NAO PROCESSADOS - LIQUIDADOS FUNDEB						
RP 2014 - NAO PROCESSADOS - A LIQUIDAR FUNDEB						
R.P. de 2015 Nao Processados		940.674,02				940.674,02
R.P. de 2015 Processados		946.912,93				946.912,93
Subtotal:	**3.729.527,05**	**2.259.276,09**		**1.314.273,06**	**1.799.490,93**	**2.875.039,15**
DEPOSITOS						
INSS - EDUCACAO	1.835,76	24.691,78		25.255,97		1.271,57
INSS - SAUDE	482,92	10.863,04		11.345,96		
INSS - FUNDEB 60 %	10.027,97	141.567,51		138.247,64		13.347,84
INSS - FUNDEB 40%	4.197,27	58.755,36		57.420,02		5.532,61
INSS - DEMAIS SEGURADOS	14.119,07	179.995,09		194.114,16		
INSS- CAMARA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS						
INSS- SAUDE- FUNDO A FUNDO	14.185,11	184.139,78		197.670,20		654,69
INSS -FNAS	1.105,39	18.784,52		19.889,91		
INSS 13 SALARIO - EDUCACAO		1.703,32		1.703,32		
INSS 13 SALARIO - SAUDE		443,41		443,41		
INSS 13 SALARIO - FUNDEB 60%		8.774,44		8.774,44		
INSS 13 SALARIO - FUNDEB 40%		3.817,19		3.817,19		
INSS 13 SALARIO - DEMAIS SERVIDORES		14.255,38		14.255,38		
INSS 13 SALARIO - SAUDE - FUNDO A FUNDO		13.481,35		13.481,35		
INSS 13 SALARIO - FNAS		1.416,33		1.416,33		
PENSAO ALIMENTICIA - EDUCACAO		4.425,64		4.037,10		388,54
PENSAO ALIMENTICIA - SAUDE						
PENSAO ALIMENTICIA - FUNDEB 60%		2.701,20		2.701,20		
PENSAO ALIMENTICIA - FUNDEB 40%		777,08		777,08		
PENSAO ALIMENTICIA - DEMAIS SERVIDORES		4.073,96		4.073,96		
PENSAO ALIMENTICIA - SAUDE - FUNDO A FUNDO						
PENSAO ALIMENTICIA - SAUDE - FNAS						
CONSIGNACAO BB - EDUCACAO		17.176,26		16.828,66		347,60
CONSIGNACAO BB - SAUDE						
CONSIGNACAO BB - FUNDEB 60%		74.439,90		74.439,90		
CONSIGNACAO BB - FUNDEB 40%		46.548,89		46.548,89		
CONSIGNACAO BB - DEMAIS SERVIDORES	11.158,29	117.044,93		128.203,22		
CONSIGNACAO BB - FUNDO A FUNDO	10.549,66	120.597,93		131.147,59		

Emissão: 23/02/2016 14:20:53 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS Página 2

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2015

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
CONSIGNACAO BB - FNAS	333,90	10.237,42		10.571,32		
CONSIGNACAO C E F - EDUCACAO		1.852,90		1.852,90		
CONSIGNACAO C E F - SAUDE						
CONSIGNACAO C E F - FUNDEB 60%		27.156,69		27.156,69		
CONSIGNACAO C E F - FUNDEB 40%		19.254,24		19.254,24		
CONSIGNACAO C E F - DEMAIS SERVIDORES	4.655,08	50.581,23		55.236,31		
CONSIGNACAO C E F - FUNDO A FUNDO	3.076,62	31.321,85		34.398,47		
CONSIGNACAO C E F - FNAS						
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - EDUCACAO		2.355,38		2.187,17		168,21
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - SAUDE						
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - FUNDEB 60%		6.246,92		6.246,92		
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - FUNDEB 40%		3.241,88		3.241,88		
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - DEMAIS SERVIDORES	884,41	9.398,69		10.283,10		
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - FUNDO A FUNDO	1.348,02	12.992,12		14.340,14		
CONSIGNACAO B V FINANCEIRA - FNAS						
PASEP - EDUCACAO						
PASEP - SAUDE						
PASEP - FUNDEB 60%						
PASEP - FUNDEB 40%						
PASEP - DEMAIS SERVIDORES						
PASEP - FUNDO A FUNDO						
PASEP - FNAS						
SINTEP - EDUCACAO		533,39		484,90		48,49
SINTEP - FUNDEB 60%		652,02		652,02		
SINTEP - FUNDEB 40%						
SISPUMA - EDUCACAO		632,73		605,65		27,08
SISPUMA - SAUDE						
SISPUMA - FUNDEB 60%		7.344,76		7.344,76		
SISPUMA - FUNDEB 40%		4.185,75		4.185,75		
SISPUMA - DEMAIS SEGURADOS	1.006,98	12.006,52		13.013,50		
SISPUMA - FUNDO A FUNDO	1.303,16	16.118,37		17.421,53		
SISPUMA - FNAS	22,90	1.301,04		1.323,94		
CONTRIB. SIND. ANUAL - EDUCACAO		684,79		684,79		
CONTRIB. SIND. ANUAL - SAUDE						
CONTRIB. SIND. ANUAL - FUNDEB 60%		3.825,95		3.825,95		
CONTRIB. SIND. ANUAL - FUNDEB 40%		1.419,98		1.419,98		
CONTRIB. SIND. ANUAL - DEMAIS SERVIDORES		3.995,70		3.995,70		
CONTRIB. SIND. ANUAL - FUNDO A FUNDO		4.396,73		4.396,73		
CONTRIB. SIND. ANUAL - FNAS		444,82		444,82		
IRRF SERVIDORES - EDUCACAO		5.544,63		5.179,26		365,37
IRRF SERVIDORES - SAUDE		48,84				48,84
IRRF SERVIDORES - FUNDEB 60%		34.841,56		30.887,44		3.954,12
IRRF SERVIDORES - FUNDEB 40%		4.921,41		4.576,25		345,16
IRRF SERVIDORES - DEMAIS SERVIDORES		61.874,64		61.672,53		202,11
IRRF SERVIDORES - FUNDO A FUNDO		108.335,69		107.687,60		648,09
IRRF SERVIDORES - FNAS		13.481,63		13.481,63		
IRRF DE TERCEIROS - EDUCACAO		251,75		251,75		
IRRF DE TERCEIROS - SAUDE		9.288,57		9.288,57		
IRRF DE TERCEIROS - FUNDEB 60%						
IRRF TERCEIROS - FUNDEB 40%						

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2015

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
IRRF TERCEIROS - DEMAIS SERVIDORES		13.992,84		13.992,84		
IRRF TERCEIROS - FUNDO A FUNDO		1.238,48		1.238,48		
IRRF TERCEIROS - FNAS						
INDENIZACOES E RESTITUICOES						
ISS RETIDO - DESPESA EDUCACAO		5.046,35		5.046,35		
ISS RETIDO - DESPESA SAUDE		16.352,71		16.352,71		
ISS RETIDO - DESPESA FUNDEB 60%						
ISS RETIDO - DESPESA FUNDEB 40%		1.848,00		1.848,00		
ISS RETIDO - DEMAIS DESPESAS		17.139,31		17.139,31		
ISS RETIDO - FUNDO A FUNDO		11.458,84		11.458,84		
ISS RETIDO - FNAS		154,66		154,66		
ISS- FNDE- FONTE 115		14,00		14,00		
CONSIGNACOES DIVERSAS - ACERTOS FUTUROS						
DEPOSITOS JUDICIAIS - EM JUIZO						
CAUCAO DE PARTICIPACAO						
CAUCAO DE CONTRATO	12.604,46					12.604,46
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- EDUCACAO		15.522,73		13.415,02		2.107,71
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- SAUDE						
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FUNDEB 60		30.853,56		30.853,56		
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FUNDEB 40		10.810,94		10.810,94		
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- DEMAIS SERVIDORES	2.625,51	54.529,38		57.154,89		
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FUNDO A FUNDO	4.445,99	56.796,33		61.242,32		
CONSIGNACAO- B.BRADESCO- FNAS		557,15		557,15		
CONSIGNACAO- UNIMED- EDUCACAO	1.072,33	13.053,89		13.761,32		364,90
CONSIGNACAO-UNIMED - SAUDE						
CONSIGNACAO-UNIMED - 60% FUNDEB	3.481,32	37.659,97		41.141,19		0,10
CONSIGNACAO-UNIMED -40% FUNDEB	689,08	7.581,46		7.101,83		1.168,71
CONSIGNACAO-UNIMED -DEMAIS SERVIDORES	6.174,73	94.833,45		101.008,18		
CONSIGNACAO-UNIMED - FUNDO A FUNDO	5.520,20	71.916,38		77.436,58		
CONSIGNACAO-UNIMED -FNAS	448,65	11.436,87		11.885,52		
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - EDUCACAO						
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - SAUDE						
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - FUNDEB 60%						
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - FUNDEB 40%						
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - DEMAIS SERVIDORES						
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - FUNDO A FUNDO	364,16	4.005,76		4.369,92		
CONSIGNACAO-BANCO GERADOR - FNAS						
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- EDUCACAO						
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- SAUDE		815,26		815,26		
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- FUNDEB 60%		10.482,96		10.482,96		
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- FUNDEB 40%						
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- DEMAIS SERVIDOR	1.352,09	7.268,09		8.620,18		
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- FUNDO A FUNDO	815,26	7.337,34		8.152,60		
CONSIGNACAO- COOPERATIVA SICREDI- FNAS						

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 17 da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA FLUTUANTE

EXERCÍCIO DE 2015

(art. 123 da Lei nº 4.320/1964) em R$

TÍTULOS	SALDO DO EXERCÍCIO (a)	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (a+(b+c)- (d+e))
		RECEITAS		DESPESAS		
		INSCRIÇÃO (b)	RESTABELECIMENTO (c)	BAIXA (d)	CANCELAMENTO (e)	
SALARIO FAMILIA						
Subtotal:	119.886,29	2.023.951,59		2.100.241,68		43.596,20
Subtotal:	3.849.413,34	4.283.227,68		3.414.514,74	1.799.490,93	2.918.635,35
TOTAL	3.849.413,34	4.283.227,68		3.414.514,74	1.799.490,93	2.918.635,35
TOTAL GERAL	3.849.413,34	TOTAL (b+c)	4.283.227,68	TOTAL (d+e)	5.214.005,67	2.918.635,35

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Emissão: 23/02/2016 14:20:53 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS Página 5

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
PORTARIAS Nº 022 A 027.2016

PORTARIA Nº. 022/2016.

O Sr. **JOSE MAURO FIGUEIREDO**, Prefeito Municipal de Arenápolis – MT, no uso e gozo de suas atribuições legais que lhe confere a Lei municipal nº.889/05 de 27 de julho de 2005, resolve:

NOMEAR

Art. 1º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável- CMDRS – do Município de Arenápolis-MT, integrado por representantes do poder Público Municipal e de Organizações da Sociedade civil e Parcerias ligadas a área da Agropecuária, conforme segue:

REPRESENTANTES DA PREFEITURA MUNICIPAL

José Alves de Oliveira CPF. 227.116.519-91

Aparecido Gilvan Vieira da Silva CPF. 812.419.099-20

REPRESENTANTES DA CAMARA MUNICIPAL

Alzinio José de Campos CPF 106.777.801-25

José de Oliveira Miranda CPF 840.280.331-87

REPRESENTANTES DA EMPAER

Thiago Félix da Silva CPF 654.842.901-04

Joaquina Tenório Santos CPF 570.654.549-91

REPRESENTANTES DO INDEA

Gustavo Alves de Abreu CPF 630.998.101-34

Paulo Cezar Falcão granja CPF 172.741.501-97

REPRESENTANTES DO SINDICATO RURAL

Carlos Alberto Rodrigues de Figueiredo CPF 172.741.411-04

José Ribeiro da Silva CPF 316..258.358-68

REPRESENTANTES DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

Joselino Francisco da Silva CPF 808.763.741-00

Zenilda Ramos Alves CPF 011.489.981-95

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS DO ASSENTAMENTO TAPIRAPUÃ I E II

Ozires Alves Ferreira CPF 487.676.891-91

Aguinaldo Ermita DPF 845.356.874-15

REPRESENTANTES DA ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS PEQUENOS PRODUTORES

RURAIS DO ASSENTAMENTO EMACULADO CORAÇÃO DE MARIA

Edilson Pires dos Santos CPF 772.581.001-30

Leonildo Ferreira da Cruz CPF 206.715.201-72

Art. 2º - As Funções dos membros do Conselho acima mencionados serão exercidas a titulo de relevante função social e de desenvolvimento sustentável sem qualquer remuneração.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, Publique-se e Cumpra-se

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis, ao 01 dia do mês de Fevereiro de 2016.

JOSE MAURO FIGUEIREDO

Prefeito de Arenápolis

P O R T A R I A Nº. 023/2016

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

N O M E A R

As servidoras efetivas, vinculadas ao cargo de ***Coordenadoras da Rede Municipal de Educação para o ano de 2016,*** conforme relação abaixo*.*

Maria Aparecida Freitas do Rosário – Creche Municipal Tia Fifi

Jucinei Marques Ribeiro – Centro Infantil Professora Luiza Amâncio.

Lucia Ferreira Damascena de Carvalho e **Dulcinéia Maria de Souza** – Escola Municipal Prefeito Duílio Ribeiro Braga

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 01 dia do mês de Fevereiro de 2016.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 024/2016

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Licença Maternidade a servidora **Elma de Oliveira,** brasileira, casada, Professora, portadora do **RG. nº.** 740591 SSP/MT e **CPF. nº.** 781.147. 211-20, lotada na Secretaria Municipal de Educação junto ao CIMPLAF.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 01 dia do mês de Fevereiro de 2016.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 025/2016

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E

Férias Regulamentares, aos funcionários da Secretaria Municipal de Saúde, conforme segue:

Funcionário:	**Período**
Jenifer Roberta Garcia Parpinelli	2013/2014
Andréa Oliveira Barroso	2012/2013

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 01º dia do mês de Fevereiro de 2016.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 026/2016

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

C O N C E D E R

Férias Remuneradas ao servidor **Rodrigo Paula Oliveira,** brasileiro, solteiro, Técnico de Informática, portador do **RG. nº.** 1506972-9 SSP/MT e **CPF. nº.** 000.909.281-13, lotado na Secretaria Municipal de Administração, referente ao período de 2014/2015.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis aos 10 dias do mês de Fevereiro de 2016.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

P O R T A R I A Nº. 027/2016

O Prefeito Municipal de Arenápolis Estado de Mato Grosso Sr. **JOSÉ MAURO FIGUEIREDO**, no uso de suas atribuições legais, Consoante as normas gerais de direito Público, Resolve:

R E S O L V E

Art. 1º. Fica nomeado o Sr. **Samuel Salgado,** brasileiro, casado, engenheiro civil, portador do CPF: 070.215.409-14 RG: 9.396.623-6 SESP/PR E CREA PR-135972/0, residente e domiciliado na Rua Julis Rimet, s/nº, Bairro Vila Nova, nesta cidade, como **Fiscal Responsável pelas Obras** do Município de Arenápolis/MT, para o pleito de 2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Edifício da Prefeitura Municipal de Arenápolis ao 10º dia do mês de fevereiro de 2016.

JOSÉ MAURO FIGUEIREDO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA- CONTABILIDADE
DEMONSTRATIVO DA DIVIDA FUNDADA INTERNA

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS

ANEXO 16 DA LEI 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DA DÍVIDA FUNDADA INTERNA

EXERCÍCIO DE 2015

(art. 124 da Lei nº 4.320/1964) em R$

DÍVIDA FUNDADA INTERNA NÃO VINCULADA

AUTORIZAÇÕES						SALDO CIRCULAÇÃO ANTERIOR EM	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO				SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
LEIS	DESCRIÇÃO	PARCELAS TOT.	PARCELAS PAGAS	DATA	VALOR EMISSÃO		EMISSÃO	ATUALIZAÇÃO	RESGATE	CANCELAMENTO	QUANTIDADE	VALOR
899/2005	PARCELAMENTO CEMAT	106	3	16/11/2005	1.070.866,56	60.135,00			30.067,50	30.067,50	103	
517/1992	PARCELAMENTO DE INSS	49	2	23/04/1992	481.684,68	15.378,95		8.071,92	23.450,87		47	
/0000	TRIBUNAL DE JUSTICA DO ESTADO DE MATO GROSSO	11	8	17/10/2014	11.834,77	8.607,13			8.607,04	0,09	3	
TOTAL					**1.564.386,01**	**84.121,08**		**8.071,92**	**62.125,41**	**30.067,59**	**153**	
TOTAL GERAL					**1.564.386,01**	**84.121,08**		**8.071,92**	**62.125,41**	**30.067,59**	**153**	

JOSE MAURO FIGUEIREDO
PREFEITO MUNICIPAL

MARIA FERNANDES BEATO
CONTADORA - CRC-MT 009487/0-8

ANDERSON ROELLA DE OLIVEIRA
SECRETARIO MUN.FAZENDA

Emissão: 23/02/2016 14:19:48 PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENAPOLIS Página 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARENÁPOLIS
RESOLUÇÃO Nº 008.2015

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE ARENÁPOLIS

RUA POAEIROS BAIRRO PRIMAVERA

RESOLUÇÃO Nº 08, DE 31 Dezembro DE 2015.

Dispõe sobre aprovação dosaldo financeiro do FMAS-Fundo Municipal de Assistência Social do exercíciode 2015 para o exercício de 2016, dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Sociale Estadual, dentro de cada Bloco de Financiamento a que pertencem.

O Conselho Municipal de Assistência Social de Assistência social de Arenapolis-MT, em reunião ordináriarealizada no dia 31 de dezembro de 2015, no uso da competência conferida pelo artigo 18 da lei 8742, de 07 de dezembro de 1993 e artigo 2°. da Lei de Municipal nº.1142/2013,

Considerando:

A Lei N°. 8742/93 (LOAS), a Política Nacional de Assistência Social, (PNAS 2004), e a Norma Operacional Básica/2005 (NOB/SUAS), que tem como diretrizes a descentralização político administrativa para os Estados, Distrito Federal e os Municípios, e comando único das ações em cada esfera de governo; As Portarias MDS nº. 440, de 25 de agosto de 2005 e nº. 442, de 26 de agosto de 2005, que regulamentam os pisos da Proteção Social Básica e Especial estabelecidos pela Norma Operacional Básica NOB/SUAS, sua composição e co-financiamento; Federal; A portaria MDS n°. 459, de 09 de setembro de 2005 que dispõe sobre o repasse de recursos e a prestação de contas do co-financiamento Federal; A portaria nº. 351, de 21 de novembro de 2006, que altera o art. 19 da portaria MDS n°.459/2005, no que tange a reprogramação dos saldos repassados pelo FNAS, aos Fundos Municipais existente em 31 de dezembro de cada ano,para o exercício seguinte; e da outras providências; PortariaNº 113, De Dezembro De 2015, regulamenta o Cofinanciamento Federaldo Sistema Único de Assistência Social -SUAS e a transferência de recursos namodalidade fundo a fundo e dá outrasprovidências.

Resolve:

Artigo – 1º Aprovara reprogramação dos saldos financeiros conforme Ata nº.59de reunião ordinária de 31 de dezembro de 2015, do FMAS- Fundo Municipal de Assistência Social do exercício de 2015 para o exercício de 2016, dos recursos oriundos do Fundo Nacional de Assistência Social e Estadual,dentro de cada Bloco de Financiamento a que pertencem, nas seguintes contas:

GRUPO/SERVIÇOS/GESTÃO	*BLOCO*	*N°. CONTA*	*SALDO*
Proteção Social /Serviço	FEAS- Fundo Estadual de Assistência Social	*21673-9*	*16.992.73*
Proteção Social Básica/Serviço	SCFV-Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos	*22105-8*	*17.881,46*
Proteção Social Básica/Serviço	PAIF.	*22105-8*	*18.995.80*
Proteção Social Básica/Serviços	FUPIS-Fundo Partilhado deInvestimento Social	*13803-7*	*1.997,41*

Programas/ Projetos	Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho-Acessuas Trabalho.	*22093-0*	*16.948. 91*
Programa/Projetos	BPC Na Escola	*22096-5*	*80.00*
Gestão	IGD- Índice de Gestão Descentralizada do SUAS.	*22101-5*	*3. 146,54*
Gestão	IGDBF- Índice de Gestão Descentralizada-do BolsaFamília e Cadastro Único.	*22097-3*	*18.239. 74*

Artigo 2º -O Conselho Municipal de Assistência Social declara ter ciência destes saldos reprogramados, e os serviços co-financiados pelo Governo Federal e Estadual, correspondentes a estes saldos, foram prestados de forma continua, em suficiente quantidade e qualidade, embora tenham ocorrido saldos nas contas.

Artigo 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Arenapolis-MT, 31 dezembro de 2015.

ROSANE ALVES GOMES

PRESIDENTA DO CMASA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N°. 2.781/2016

SÚMULA:

"REGULAMENTA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULACAO CONFORME LEI AUTORIZATIVA NO VALOR DE R$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS) NO ORÇAMENTO VIGENTE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais com amparo na Lei Orçamentária 1303 de 23 de dezembro de 2015 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal.

DECRETA:

ARTIGO 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) na função programática e dotação orçamentária correspondente:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		***VALOR***
06.002.08.244.0012.2021 – Manutenção e Encargos do CREAS			
3390.3600 – Outros Serviços de Terceiros – P. Física	*01.00*	R$	10. 000,00
TOTAL		**R$**	***10.000,00***

ARTIGO 2º Para cobertura do crédito adicional suplementar aberto no artigo anterior será anulado saldo orçamentário da seguinte dotação orçamentária:

Quadro Detalhamento da Despesa	**Fonte**		***VALOR***
06.002.08.244.0012.2021 – Manutenção e Encargos do CREAS			
3390.3000 – Material de Consumo	*01.00*	R$	10. 000,00
TOTAL		**R$**	***10.000,00***

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã aos 10 de fevereiro de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

ELISANETE MERIZIO JORGE

Secretária Mun. de Finanças

MAT

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 2.785/2016.

SÚMULA:

"**NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO DE ARIPUANÃ – CMTb E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em substituição membro do Conselho Municipal do Trabalho de Aripuanã, alterando o **Decreto nº 2.495/2014**, que passa a constar com a seguinte formação:

I – Representantes do Poder Público

a) **Secretaria Municipal de Ação Social**

Titular: Cleide Alessandra da Silva

Suplente: Regiane Santos de Moura

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições e nomeações do Decreto nº 2.495/2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Aripuanã/MT, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 8.621/2016

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido da Srª. **LUANA DE ANDRADE GALINDO**, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 2701265-4 SESP/MT e inscrita no CPF sob o nº. 059.700.011-55, do cargo de Carreira de **Recepcionista - Sede do Município,** lotada na *Secretaria Municipal de Saúde***,** a partir de 22/02/2016, tornando sem efeito as Portarias n° 7.937/2015 e n° 8.037/2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Aripuanã, aos 23 dias de fevereiro de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 022/2016

AO CONTRATO Nº 212/2015 PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA CONSTRUÇÃO DE MURO E CALÇADA NA ESCOLA MUNICIPAL JARI EDIGAR ZAMBIASI INCLUINDO MAO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; PK CONS-

TRUÇÕES CIVIS LTDA EPP; ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR R$ 1.411,35; TOMADA DE PREÇOS N° 011/2015; A PARTIR DE 23/02/2016.

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 023/2016

AO CONTRATO Nº 213/2015 REFERENTE A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MURO E CALÇADA NA ESCOLA MUNICIPAL MARIA LUIZA DO NASCIMENTO SILVA INCLUINDO MAO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO ARQUITETÔNICO EM ANEXO PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; PK CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA EPP; ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR R$ 853,33; TOMADA DE PREÇOS N° 013/2015; A PARTIR DE 23/02/2016.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 2.786/2016.

SÚMULA:

"**NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em substituição membro do Conselho Municipal do Idoso, alterando o **Decreto nº 2.470/2014**, que passa a constar com a seguinte formação:

I – ENTIDADES REPRESENTANTES DO GOVERNO MUNICIPAL:

.....

c) Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Turismo, Indústria, Comércio, Esportes e Lazer

Antonieta Varaschin – Titular.

Márcia Auxiliadora da Silva – Suplente.

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições e nomeações do Decreto nº 2.470/2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Aripuanã/MT, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
SEGUNDO TERMO ADITIVO Nº. 024/2016

AO CONTRATO N°. 216/2015 QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA NA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRA DE OBRA DE CONSTRUÇÃO DE MURO E CALÇADA NA ESCOLA MUNICIPAL WILMA CALVI BATTISTI INCLUINDO MAO DE OBRA E MATERIAIS CONFORME PLANILHA ORÇAMENTÁRIA E PROJETO ARQUITETÔNICO EM ANEXO PARA ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DESTE MUNICÍPIO DE ARIPUANÃ; PK CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA EPP; ADITIVO DE ACRESCIMO DE VALOR R$ 641,49; TOMADA DE PREÇOS N° 015/2015; A PARTIR DE 23/02/2016.

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RESCISÃO 005/2016 AO CONTRATO Nº 192/2015

DISTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; DISTRATADA: LIZANDRA MENDES DOS SANTOS; REFERENTE A REENQUADRAMENTO EM SERVIÇOS TEMPORÁRIO DE ADMISSÃO PESSOAL NA REDE EDUCACIONAL; RESCINDIDO UNILATERALMENTE; A PARTIR DE 14/02/2016.

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 2.784/2016.

SÚMULA:

"**NOMEIA EM SUBSTITUIÇÃO MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE COM AMPARO NA LEI MUNICIPAL Nº. 1.230/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"**

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado em substituição membro do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, alterando o **Decreto nº 2.410/2014**, que passa a constar com a seguinte formação:

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

.....

c) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fabrícia Naiara Souza da Silva – Titular

Sandreli Maria Mazurek – Suplente.

d) SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO.

Lindalva Cruz Cabral – Titular.

Viviane de Andrade Galindo – Suplente.

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições e nomeações do Decreto nº 2.410/2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Aripuanã/MT, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 2.783/2016.

SÚMULA:

"NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - CMDM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Aripuanã, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Municipal nº. 1.165/2014 e no Artigo 81, Inciso III da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - CMDM, de acordo com a Lei Municipal nº.1.165/2014 e alteração, conforme segue:

I - REPRESENTANTES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL:

a) SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL.

Lucinéia Alves da Silva – Titular.

Jaqueline Rita Kerkhoff Tacada– Suplente.

b) SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Eunice Teste de Oliveira – Titular

Osneide Zeferino – Suplente

c) SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:

Sandreli Mazurek – Titular

Lúcia Helena Nascimento Silva – Suplente

d) SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS:

Rejane Oliveira de Moura – Titular

Jaqueline Pinto – Suplente

e) CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES:

Ver. Jessé Martins Vaz – Titular

Ver. Claudinei da Silva Gonçalves – Suplente.

II - REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL:

a) Associação de Bairros:

Andréia de Amorin Gonçalves – Titular

Clarisse Mônica Martins Feijó – Suplente.

b) Associação Comercial e Empresarial de Aripuanã – ACIA:

Solange A. Karpinski - Titular

Cleonice Arnuti Battisti – Suplente

c) Paróquia São Francisco de Assis

Carmem M. Peixer – Titular

Lucia Maria Lohmann – Suplente

d) Representante Indígena:

Sarina Valéria Durigan – Titular

Rosalina Ferreira de Souza zakaizaero – Suplente

e) Representante das Associações Rurais:

Maria das Graças Rodrigues Cristino– Titular

Antonia Kulper – Suplente

Art. 2º Os membros acima nomeados terão um mandato de 02(dois) anos, permitida uma recondução.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em Aripuanã/MT, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

EDNILSON LUIZ FAITTA

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

RAFAEL GOMES PAULINO

Secretário Mun. de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

EXTRATO DE CONTRATO N° 004/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: GILSON THALES DA SILVA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AJUDANTE DE PEDREIRO NA REFORMA DA CRECHE MUNICIPAL IZABERLINA RAMOS DA SILVA, SEDE DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 A 04/02/2016.

VALOR: R$ 81.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 002/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: CARLOS CESAR DA SILVA SANTOS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AJUDANTE DE PEDREIRO NA REFORMA DA CRECHE MUNICIPAL IZABERLINA RAMOS DA SILVA, SEDE DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 A 04/02/2016.

VALOR: R$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 005/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: WILSON JOSE DA SILVA

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO AJUDANTE DE PEDREIRO NA REFORMA DA CRECHE MUNICIPAL IZABERLINA RAMOS DA SILVA, SEDE DO MUNICÍPIO DE BARÃO DE MELGAÇO.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 A 04/02/2016.

VALOR: R$ 81.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO N° 001/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: ROBSON EDUARDO DE AMORIM SILVA

OBJETO: SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE MICRO COMPUTADORES, IMPRESSORAS E NOBREAK, MANUTENÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO FIREWALL LOCAL, INSTALAÇÃO, MANUTENÇÃO E DA REDE LÓGICA, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESTE MUNICÍPIO.

VIGÊNCIA: 04/01/2016 a 04/05/2016.

VALOR: R$ 10.000,00 (dez mil reais).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N°03/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

CONTRATADO: JAQUELINE QUEIROZ MARTINS

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COMO MERENDEIRA DO SCFV (SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULO), DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

VIGÊNCIA: 02/03/2015 a 31/12/2015.

VALOR: R$ 1.440,00 (um mil quatrocentos e quarenta reais).

ANTONIO RIBEIRO TORRES

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RETIFICAÇÃO DO EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº: 022/2015

O município de Barra do Bugres – MT, torna público, que tendo em vista o equivoco ocorrido na publicação que circulou no dia 22 de Janeiro de 2016, no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso • ANO XI, Edição 2.399, página 29, retifica-se da seguinte forma: **Onde se Lê: Vigência: 31/12/2015 à 22/02/2016**

.**Leia-se;**.**Vigência: 31/12/2015 à 31/12/2016**

.

Barra do Bugres, 23 de Fevereiro 2016.

EDIRLEI SOARES DA COSTA

Comissão permanente de Licitação

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA – RGF 3º QUADRIMESTRE DE 2.015

Aos Vinte e Dois dias do Mês de Fevereiro do Ano de Dois Mil e Dezesseis, as 19:00 horas, primeiramente marcado para o Auditório do Anfiteatro da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, e posteriormente transferido para a sala de reuniões da Prefeitura Municipal de Barra do Bugres – MT, localizado na Praça Angelo Masson, nº 1.000, reuniram – se com o proposito de debater os Relatórios de Gestão Fiscal referente ao 3º Quadrimestre do Exercício de 2.015. Fazendo a abertura o Sr.º Rudinei da Cruz Linhares, Secretário Municipal de Finanças, onde falou da importância da Transparência na Gestão Fiscal, apresentando os Anexos dos Relatórios de Gestão Fiscal, demonstrando a Despesa Gasta com Pessoal pelos entes e Consolidada, conforme Anexo I, e demonstrando o valor da Divida Consolidada Liquida, conforme Anexo II. Por fim abriu – se a palavra para se debater os anexos e os índices levantados. Fez presente também o Prefeito Municipal de Barra do Bugres – MT, Sr.º Júlio César Florindo, onde destacou a baixa participação da sociedade nas Audiências Públicas. Depois de debatidos e do consenso de todos, deu – se por encerrado os trabalhos. Eu Denis Henrique Seconello, Diretor de Contabilidade, lavrei essa Ata, que após de lida e achada conforme, vai assinada por todos em folha anexo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA

Tabela 3 - Demonstrativo da Receita Corrente Líquida

MUNICIPIO DE BARRA DO BUGRES - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO DE 2015 A DEZEMBRO DE 2015

RREO - Anexo 3 (LRF, Art. 53, inciso I) — Em Reais

ESPECIFICAÇAO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ULTIMOS 12 MESES)
	Janeiro 15	Fevereiro 15	Março 15	Abril 15	Maio 15	Junho 15	Julho 15	Agosto 15	Setembro 15	Outubro 15	Novembro 15	Dezembro 15	
RECEITAS CORRENTES (I)	**7.049.864,67**	**7.935.711,31**	**6.088.010,10**	**6.040.825,11**	**6.543.663,02**	**5.722.216,87**	**6.592.819,93**	**5.580.057,88**	**5.395.126,61**	**7.243.293,76**	**5.635.878,81**	**7.523.958,09**	**77.351.426,16**
Receita Tributária	**1.193.724,97**	**339.679,17**	**1.031.426,21**	**434.158,11**	**436.963,72**	**499.481,73**	**846.058,40**	**438.998,53**	**472.620,78**	**452.164,04**	**429.938,15**	**463.505,61**	**7.038.719,42**
IPTU	312,03	0,00	0,00	0,00	19.883,87	59.104,85	343.217,94	27.840,01	99.978,86	13.283,81	14.860,02	12.716,19	591.197,58
ISS	227.830,93	169.387,25	217.224,67	212.996,22	235.625,08	183.234,94	189.767,85	156.329,34	151.626,12	177.534,08	211.132,72	212.268,07	2.344.957,27
ITBI	763.471,35	15.576,22	506.489,71	28.425,88	18.517,17	39.107,63	44.440,69	92.916,04	37.862,10	116.458,30	50.945,18	60.069,61	1.774.279,88
IRRF	137.471,86	98.026,20	183.896,31	149.858,71	121.055,00	135.271,17	139.599,04	117.454,96	124.658,89	117.600,84	119.181,55	152.574,33	1.596.648,86
Outras Receitas Tributárias	64.638,80	56.689,50	123.815,52	42.877,30	41.882,60	82.763,14	129.032,88	44.458,18	58.494,81	27.287,01	33.818,68	25.877,41	731.635,83
Receita de Contribuições	**193.502,69**	**201.977,53**	**155.010,00**	**178.595,46**	**258.086,69**	**201.566,37**	**166.068,39**	**239.603,66**	**170.370,15**	**211.583,03**	**172.121,33**	**1.585,95**	**2.150.071,25**
Receita Patrimonial	**699.618,97**	**247.035,37**	**253.921,51**	**603.164,57**	**650.401,96**	**209.762,37**	**286.127,73**	**233.054,15**	**220.717,28**	**673.634,92**	**424.253,87**	**508.969,33**	**5.010.662,03**
Receita Agropecuária	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita Industrial	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
Receita de Serviços	**160.461,74**	**139.408,14**	**163.900,22**	**124.212,59**	**14.088,69**	**124.230,76**	**353.202,12**	**169.437,71**	**160.465,12**	**198.112,22**	**159.420,01**	**198.510,20**	**1.965.449,52**
Transferências Correntes	**4.770.373,88**	**6.967.623,60**	**4.434.168,53**	**4.645.630,25**	**5.096.467,42**	**4.634.322,75**	**4.799.301,85**	**4.468.213,43**	**4.248.597,33**	**5.640.178,27**	**4.382.765,79**	**5.879.651,65**	**59.967.294,75**
Cota-Parte do FPM	1.523.737,66	1.555.440,94	1.132.910,25	1.222.710,37	1.503.592,70	1.308.278,08	1.146.008,36	1.133.007,86	944.595,71	1.075.106,45	1.213.879,59	2.052.590,36	15.811.858,33
Cota-Parte do ICMS	1.195.201,54	975.469,16	1.271.552,21	1.108.980,03	1.165.676,81	1.200.512,11	1.205.137,41	1.142.731,00	1.388.548,16	1.265.944,63	1.122.452,73	1.578.046,88	14.620.252,67
Cota-Parte do IPVA	20.768,54	315.783,08	187.348,14	232.624,90	238.808,53	151.981,51	194.474,39	110.798,08	68.098,99	43.336,57	43.506,29	69.569,12	1.677.098,14
Cota-Parte do ITR	51.109,88	8.632,80	1.943,82	8.737,11	4.277,14	637,01	1.849,50	1.317,03	35.907,73	711.627,56	154.786,12	158.364,93	1.139.190,63
Transferências da LC 87/1996	0,00	0,00	0,00	24.504,24	6.126,06	6.126,06	6.126,06	6.126,06	6.126,06	6.126,06	6.126,06	6.126,06	73.512,72
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	930.611,60	768.424,35	787.891,05	738.386,06	889.825,13	804.105,36	729.988,10	753.274,59	757.519,37	860.238,60	731.585,35	948.812,61	9.700.662,17
Outras Transferências Correntes	1.048.944,66	3.343.873,27	1.052.523,06	1.309.687,54	1.288.161,05	1.162.682,62	1.515.718,03	1.320.958,81	1.047.801,31	1.677.798,40	1.110.429,65	1.066.141,69	16.944.720,09
Outras Receitas Correntes	**32.182,42**	**39.987,50**	**49.583,63**	**55.064,13**	**87.654,54**	**52.852,89**	**142.061,44**	**30.750,40**	**122.355,95**	**67.621,28**	**67.379,66**	**471.735,35**	**1.219.229,19**
DEDUÇÕES (II)	**558.163,47**	**571.065,11**	**518.750,79**	**519.511,22**	**583.409,72**	**533.506,83**	**475.265,13**	**478.795,87**	**488.655,22**	**620.428,15**	**508.390,66**	**641.585,69**	**6.497.527,86**
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para Formação do FUNDEB	558.163,47	571.065,11	518.750,79	519.511,22	583.409,72	533.506,83	475.265,13	478.795,87	488.655,22	620.428,15	508.390,66	641.585,69	6.497.527,86
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**6.491.701,20**	**7.364.646,20**	**5.569.259,31**	**5.521.313,89**	**5.960.253,30**	**5.188.710,04**	**6.117.554,80**	**5.101.262,01**	**4.906.471,39**	**6.622.865,61**	**5.127.488,15**	**6.882.372,40**	**70.853.898,30**

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO GARÇAS

AVISO DE PRORROGAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL (SRP) **–** Nº 09/2016/PMBG-MT

O Município de Barra do Garças/MT, torna público que será PRORROGADO o Pregão Presencial (SRP) n.º 09/2016. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA EM EQUIPAMENTOS MÉDICOS ODONTOLÓGICOS E OUTROS, DE FORMA MENSAL COM INCLUSÃO DE PEÇAS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.** Data da sessão pública: **08/03/2016** às **14h00min** (horário local). Edital e demais informações no Setor de Licitação, bloco I, Rua: Carajás, n° 522, Centro, Barra do Garças – MT. Fone: 0XX.66.3402.2000 – Ramal – 2045. Vilma Vanete Sasso (Pregoeira Oficial) e equipe de apoio, 23/02/2016.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 004/2016

O Prefeito do Município de Barra do Garças, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento das normas previstas no artigo 37, inciso II da Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988, a Lei Orgânica Municipal e as Leis Complementares nº 03, de 04/12/1991, 049 de 17/05/1999, 091 de 22/12/2005 e 096 de 09/06/2006, CONVOCA os candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos, abaixo relacionados para tomarem posse, nos termos do item 7 do Edital nº 001/2011 e legislação em vigor. Os candidatos abaixo relacionados deverão se apresentar nas respectivas Secretarias Municipais, no período das 12:00 às 17:00 horas, pelo prazo improrrogável de 10 (dez) dias úteis a partir da publicação do presente Edital. No ato do comparecimento os candidatos convocados deverão apresentar em cópia os seguintes documentos: 1. Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos; 2. Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88); 3. Certidão de Casamento ou Nascimento; 4. Certidão

de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso); 5. Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso); 6. Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF); 7. Cartão do PIS/PASEP; 8. Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse; 9. Título de Eleitor; 10. Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado); 11. Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse; 12. Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido por profissional médico; 13. 02 (duas) fotos 3x4, coloridas e recentes; 14. Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade; 15. Certidão de Reservista (quando do sexo masculino); 16. Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC; 17. Declaração contendo endereço residencial; 18. Declaração negativa de acúmulo de cargo público; 19. Declaração de Bens; 20. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função. 21. – Os candidatos aprovados e convocados submeter-se-ão à inspeção médica admissional, atendendo legislação em vigor, observando o que segue: 21.1 A inspeção médica terá caráter eliminatório; ESTADO DE MATO GROSSO Prefeitura Municipal de Barra do Garças 21.2 Todos os exames correrão às expensas do candidato; 21.3 Caberá ao médico emitir atestado de saúde, considerando o candidato "apto" ou "inapto" para o cargo. 21.4 Os exames complementares a serem realizados e apresentados (original e cópia) no momento do exame médico admissional são os abaixo discriminados: Exames Laboratoriais: o Urina tipo I; o Hemograma completo; o VDRL; o Protoparasitológicos; - Todos os documentos acima elencados deverão ser comprovados por meio de apresentação da documentação original, juntamente com a fotocópia, sendo eliminado do Concurso Público aquele que não os apresentar impreterivelmente na 1ª convocação, assim como aquele candidato (a) que for considerado inapto no exame médico pré-admissional. O não comparecimento do candidato aprovado no prazo estipulado por esse Edital implicará na sua desistência e imediata convocação do próximo candidato aprovado conforme a ordem de classificação. SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE CARGO: Agente de Combate a Endemias ORDEM NOME INSCRIÇÃO 01 ZIGOMAR SOARES DOS SANTOS 01401 02 ROBERTA VERÍSSIMO DE ALVARENGA 03670 03 MARIA DO SOCORRO SILVA 02783 04 MARIA DA GLÓRIA SANTOS MOTA 07523 05 ELOENE MENDES DE OLIVEIRA 05081 06 JOSÉ NILSON RODRIGUES 03074 07 POLLIANA LIMA FERNANDES 00990 08 FÁTIMA RODRIGUES NUNES 05578 09 ELAINE CRISTINO CORTES BERNARDES 03988 10 ALEXANDRO ALVES SIQUEIRA 01606 CARGO: Auxiliar de Serviços Gerais ORDEM NOME INSCRIÇÃO 01 NILMA REGINA MARQUES SALES DE OLIVEIRA 06724 Barra do Garças/MT, 22 de fevereiro de 2016. ROBERTO ÂNGELO DE FARIAS Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 021/2016

PORTARIA N.º 021/2016

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Laudemir José de Carvalho Silva".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Laudemir José de Carvalho Silva,** portador do CPF nº. 536.196.921-49, *efetivo no cargo de Guarda, lotado na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 29/02/2016 a 28/02/2017, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 058/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 29/02/2016.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 19 de fevereiro de 2015.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 19.02.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 020/2016

PORTARIA N.º 020/2016

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Maria Izabel Fernandes".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Maria Izabel Fernandes,** portadora do CPF nº. 536.100.831-15, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Governo, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 02/02/2016 a 31/03/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 074/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 02/02/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 19 de fevereiro de 2015.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 19.02.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
EXTRATO PUBLICAÇÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N°. 04/2016

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica a contratação de prestação de serviços:

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N°. 004/2016

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

CONTRATADO: AGENDA, ASSESSORIA, PLANEJAMENTO E INFORMATICA LTDA.

OBJETO: Prestação de serviço para realização de cálculo atuarial.

PRAZO: Ofício Cronograma

VALOR: R$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

DATA ÍNICIO DAS ATIVIDADES: 25/01/2016

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.000 – Outros Serviços Terceiros Pessoa Jurídica

Cáceres, 25 de janeiro de 2016.

LUIZ EMIDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
EXTRATO PUBLICAÇÃO DE CONTRATO N°. 07/2016

O PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica a contratação de prestação de serviço:

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

CONTRATADO: GM10 Construtora e Incorporadora Ltda.

OBJETO: Contrato de prestação de serviço em manutenção predial.

PRAZO FINAL : 22/02/2016

VALOR ESTIMADO: R$ 60.031,00 (sessenta mil trinta e um reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.39.00.00.0000 Outros Serviços de Terceiro Pessoa -Jurídica.

Cáceres, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

DIRETOR EXECUTIVO

Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres

Afixado: 22/02/2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 023/2016

PORTARIA N.º 023/2016

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor **Avelino Sena Santiago".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Avelino Sena Santiago,** portador do CPF nº. 782.013.901-30**,** *efetivo no cargo de Contador, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 06/02/2016 a 05/08/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 024/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 06/02/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 22.02.2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 056 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta nos despachos e no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 7533 de 16 de fevereiro de 2016;

RESOLVEM:

Art. 1º Alterar a nomenclatura da Coordenação de Comercial para Coordenação de Arquitetura, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com efeitos desde 16 de fevereiro de 2016.

Parágrafo Único. As atribuições da Coordenadoria de Arquitetura estão descritas no Anexo Único, sendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de fevereiro de 2016.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 19.02.16

ANEXO DO DECRETO Nº 056, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

ATRIBUIÇÕES DA COORDENADORIA DE ARQUITETURA

Elaborar, coordenar e controlar projetos básicos e executivos arquitetônicos; Elaborar termos de referência que possam subsidiar o processo de licitação de projetos relacionados à infraestrutura; Acompanhar e disciplinar no âmbito da sua competência as ações que tenham interferências nas vias, logradouros, edificações e estradas municipais; Analisar e emitir parecer em processos em sua área de competência, inclusive relativos a intervenções em logradouros públicos; Acompanhar a evolução da legislação vigente e propor as mudanças pertinentes; Exercício de outras competências correlatas, em razão de sua natureza.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 029/2016

PORTARIA N.º 029/2016

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Vivian Thais Tiecher".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Vivian Thais Tiecher,** portadora do CPF nº. 615.736.711-34, *efetiva no cargo de Técnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 28/02/2016 a 26/03/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 008/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 28/02/2016.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 22.02.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 028/2016

PORTARIA N.º 028/2016

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Nilsa Cornélio de Oliveira".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Nilsa Cornélio de Oliveira,** portadora do CPF nº. 429.390.701-72, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Governo com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 20/02/2016 a 21/04/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 038/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 20/02/2016.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres - MT, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 22.02.2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 055 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e:

CONSIDERANDO o que consta nos despachos e no Processo submetido ao Protocolo Geral sob nº 7533 de 16 de fevereiro de 2016;

RESOLVEM:

Art. 1º Alterar a nomenclatura da Coordenação Operacional para Coordenação de Engenharia Elétrica e Iluminação Pública, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, com efeitos desde 16 de fevereiro de 2016.

Parágrafo Único. As atribuições da Coordenadoria de Engenharia Elétrica e Iluminação Pública estão descritas no Anexo Único, sendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 19 de fevereiro de 2016.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 19.02.16

ANEXO DO DECRETO Nº 055, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

ATRIBUIÇÕES DA COORDENADORIA DE ENGENHARIA ELÉTRICA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA

Elaborar e executar projetos elétricos e planilhas orçamentais; Elaborar cronogramas físico-financeiro e memoriais descritivos; Análise de projetos elétrico interno e externo; Coordenar serviços de instalações elétricas e prediais em obras públicas; Exercício de outas competências correlatas, em razão de sua natureza.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 024/2016

PORTARIA N.º 024/2016

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Ana Suely Gattas Alvares".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora***Ana Suely Gattas Alvares,** portadora do CPF nº. 432.568.801-34, *efetiva no cargo de Professora Licenciada em Biologia, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 20/01/2016 a 12/04/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 004/2016.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 20/01/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 22.02.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 027/2016

PORTARIA N.º 027/2016

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor do Senhor**Denis Marcelo Granado".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º*Prorrogar o benefício de Auxílio Doença ao servidor* **Denis Marcelo Granado,** portador do CPF nº. 419.948.171-00, *efetivo no cargo deOdontólogo Clínico Geral, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 05/02/2016 a 05/08/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº082/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 05/02/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 22.02.2016

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº10/2016-PREGÃO ELETRONICO N° 07/2016 – MENOR PREÇO POR ITEM

Para atendimento do disposto no § 2º do artigo 15 da Lei Federal nº 8.666/93, a Prefeitura de Cáceres, através da Secretaria Municipal de Administração torna públicos os preços registrados na ata abaixo discriminada, bem como, as respectivas empresas detentoras, conforme segue:

Interessada: Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbano

Objeto: Registro de Preço para futura e eventual, aquisição de Pneus, Câmara de Ar, Protetores de Câmara de Ar, Extensão de Válvula (Bico) todos com selo de aprovado pelo INMETRO para Caminhonete, Caminhão e Maquinário e remendo para câmara de ar, kit espátula para desmontar e montar pneus sem câmara de caminhão para suprir as necessidades diárias da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos – SMOSU, conforme Termo de Referência.

Empresas Vencedoras:

Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
05	PNEU 14.00/24. Produto novo, não reformado, não remoldado e não recauchutado, reformado, conformidade: o item deverá atender as normas ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, com selo do INMETRO. Material de primeira linha. Linha de montagem fornecer documento do fabricante com garantia mínima de 01 ano. Rodagem traseira de Retroescavadeira e Rodagem dianteira e traseira de Motoniveladora. Mínimo de 16 lonas. Qualidade igual ou superior as marcas Pirelli, Goodyear e Firestone.	Advance/ TL G2/L2	UND	40	R$2. 664,50	R$106. 580,00

CONSTRUPEL COMERCIO E SERVICOS PARA CONSTRUCAO LTDA - ME CNPJ: 09.492.967/0001, totalizando um valor de **R$ 106.580,00 (cento e seis mil quinhentos e oitenta reais).**

Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total
01	PNEU 18.4-30. Produto novo, não reformado, não remoldado e não recauchutado, reformado, conformidade: o item deverá atender as normas ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, com selo do INMETRO. Material de primeira linha. Linha de montagem fornecer documento do fabricante com garantia mínima de 01 ano. Rodagem traseira - Trator. Mínimo de 12 lonas. Qualidade igual ou superior as marcas Pirelli, Goodyear e Firestone.	Tornel	UND	04	R$2. 754,00	R$11. 016,00
02	PNEU 275/80, aro 22,5, 16 lonas, pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado. O item devera atender as normas ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, com selo do INMETRO. Material de primeira linha. Linha de montagem fornecer documento do fabricante com garantia mínima de 01 ano. Qualidade igual ou superior as marcas Pirelli, Goodyear e Firestone.	F Drive Pirelli	UND	50	R$1. 678,00	R$83. 900,00
03	PNEU 10.00/20, 16 lonas, Radial liso, original de fabrica, produto novo (sem uso), pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado. O item devera atender as normas ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, com selo do INMETRO. Material de primeira linha. Linha de montagem fornecer documento do fabricante com garantia mínima de 01 ano. Qualidade igual ou superior as marcas Pirelli, Goodyear e Firestone.	F Drive Pirelli	UND	70	R$1. 535,00	R$107. 450,00
04	PNEU 7.50/16, Radial, Produto novo, pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado. O item devera atender as normas ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, com selo do INMETRO. Material de primeira linha. Linha de montagem fornecer documento do fabricante com garantia mínima de 01 ano. Qualidade igual ou superior as marcas Pirelli, Goodyear e Firestone.	Pirelli	UND	20	R$585,00	R$11. 700,00
06	PNEU 17.5/25. Produto novo, não reformado, não remoldado e não recauchutado, reformado, conformidade: o item deverá atender as normas ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, com selo do INMETRO. Material de primeira linha. Linha de montagem fornecer documento do fabricante com garantia mínima de 01 ano. Rodagem dianteira e traseira – Pá Carregadeira. Mínimo de 12 lonas. Qualidade igual ou superior as marcas Pirelli, Goodyear e Firestone.	Pegasus	UND	16	R$2. 972,00	R$47. 552,00
07	PNEU 12/16.5. Produto novo, não reformado, não remoldado e não recauchutado, reformado, conformidade: o item deverá atender as normas ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, com selo do INMETRO. Material de primeira linha. Linha de montagem fornecer documento do fabricante com garantia mínima de 01 ano. Rodagem dianteira - Retroescavadeira. Mínimo de 12 lonas. Qualidade igual ou superior as marcas Pirelli, Goodyear e Firestone.	Pegasus	UND	06	R$693,00	R$4. 158,00
08	PNEU 215/75 R 17.5, Radial, Produto novo, pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado. O item devera atender as normas ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, com selo do INMETRO. Material de primeira linha. Linha de montagem fornecer documento do fabricante com garantia mínima de 01 ano. Qualidade igual ou superior as marcas Pirelli, Goodyear e Firestone.	Ling Long	UND	08	R$773,00	R$6. 184,00
09	PNEU 265/70 R 16, Radial, Produto novo, pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado. O item devera atender as normas ABNT NBR 5531, NBR NM 250 E NBR NM 251, com selo do INMETRO. Material de primeira linha. Linha de montagem fornecer documento do fabricante com garantia mínima de 01 ano. Qualidade igual ou superior as marcas Pirelli, Goodyear e Firestone.	Goodrade	UND	08	R$808,50	R$6. 468,00
10	Câmara para Pneu 18.4-30. Produto novo, o item deverá atender as normas ABNT NBR NM 250:2001 e NBR NM 251:2001	RS	UND	04	R$280,00	R$1. 120,00
11	Câmara para Pneu 7.50/16. Produto novo, o item deverá atender as normas ABNT NBR NM 250:2001 e NBR NM 251:2001	RS	UND	20	R$63,50	R$1. 270,00
12	Câmara para Pneu 10.00/20, o item deverá atender as normas ABNT NBR NM 250:2001 e NBR NM 251:2001	RS	UND	70	R$132,00	R$9. 240,00
13	Câmara para Pneu 14.00/24. Produto novo, o item deverá atender as normas ABNT NBR NM 250:2001 e NBR NM 251:2001	RS	UND	40	R$167,00	R$6. 680,00
14	Câmara para Pneu 17.5/25. Produto novo, o item deverá atender as normas ABNT NBR NM 250:2001 e NBR NM 251:2001	RS	UND	16	R$157,00	R$2. 512,00
15	Câmara para Pneu 12/16.5. Produto novo, o item deverá atender as normas ABNT NBR NM 250:2001 e NBR NM 251:2001	RS	UND	06	R$95,00	R$570,00
16	Protetor para Pneu 10.00/20, o item deverá atender as normas ABNT NBR NM 250:2001 e NBR NM 251:2001	Vipal	UND	70	R$31,00	R$2. 170,00
17	Protetor para Pneu 7.5/16, o item deverá atender as normas ABNT NBR NM 250:2001 e NBR NM 251:2001	Vipal	UND	20	R$24,00	R$480,00
18	Protetor para Pneu 14.00/24, o item deverá atender as normas ABNT NBR NM 250:2001 e NBR NM 251:2001	Pegasus	UND	40	R$79,00	R$3. 160,00
19	Protetor para Pneu 17.5/24, o item deverá atender as normas ABNT NBR NM 250:2001 e NBR NM 251:2001	Pegasus	UND	16	R$164,80	R$2. 636,80
20	Extensão de Válvula (Bico) para Pneu 275/80, aro 22,5	Long Bremen	UND	50	R$18,00	R$900,00
21	Extensão de Válvula (Bico) para Pneu 215/75 R 17.5	Long Bremen	UND	08	R$18,00	R$144,00

22	Extensão de Válvula (Bico) para Pneu 265/70 R 16	Bremen	UND	08	R$8,00	R$64,00
23	Remendo para Câmara de Ar R-03 frio 600mm, tipo redondo	Vipal	UND	50	R$10,00	R$500,00
24	Remendo/Refil de borracha (Pit Top), 100mm	Vipal	UND	200	R$15,00	R$3.000,00
25	Kit de espátulas para montar e desmontar pneus sem câmara de caminhões - 01 Espátula de desmontagem - 01 Espátula de montagem - 01 Trava para montagem	Truck Viluz	UND	02	R$680,00	R$1.360,00

ESQUINÃO AUTO CENTER LTDA-EPP CNPJ: 03.723.352/0001-63, totalizando um valor de **R$314.235,80 (trezentos e quatorze mil duzentos e trinta cinco reais e oitenta centavos).**

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 23 de fevereiro 2016.

CRISTIANE CEBALHO DE OLIVEIRA

PREGOEIRA OFICIAL

Portaria nº 582-2015

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 026/2016

PORTARIA N.º 026/2016

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Jucyara Costa Sortica de Souza".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença a servidora* **Jucyara Costa Sortica de Souza,** portadora do CPF nº. 111.457.491-00, *efetiva no cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 02/02/2016 a 01/05/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 137/2014.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 02/02/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 22 de fevereiro de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 22.02.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 022/2016

PORTARIA N.º 022/2016

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Antonia Maria da Silva".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Antonia Maria da Silva,** portadora do CPF nº. 838.511.271-53, *efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 26/01/2016 a 26/04/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 125/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 26/01/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 19 de fevereiro de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 19.02.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.019/2016

PORTARIA N.019/2016

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Janete de Almeida dos Passos".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Janete de Almeida dos Passos,** portadora do CPF nº. 474.322.171-49, *efetiva no cargo de Técnica em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 28/01/2016 a 28/03/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 039/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 28/01/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 19 de fevereiro de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 19.02.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 018/2016

PORTARIA N.º 018/2016

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Ana Marta de Campos".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Ana Marta de Campos,** portadora do CPF nº. 274.363.901-63, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 05/02/2016 a 04/05/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 013/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, a partir de 05/02/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 19 de fevereiro de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 19.02.2016

SAEC
RATIFICAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO N° 01/2016-SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL.

O Diretor do **SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL**,Senhor Paulo Donizete da Costa no uso de suas atribuições legais, em obediência ao **disposto no artigo 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013**,**HOMOLOGA** o processo de Adesão a Ata de Registro de Preços (Carona) **Nº01/2016–ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2015 PROVENIENTE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 38/2015–da Prefeitura Municipal de Cáceres.**

Objeto: Registro de Preço: Registro de Preçosparafutura e eventualcontratação de empresa especializada em fornecimento de Combustíveis (Etanol, Gasolina Comum, Óleo Diesel S10) para os Veículos, Máquinas e Equipamentos que compõe a frota da SAEC conforme especificações constantes deste Plano de Trabalho

EMPRESAS VENCEDORA: PAULO SERGIO DIAS POSTO EPP–CNPJ: 09.136.878/0002-04

GASOLINA COMUM – 1,5% (um e meio por cento %; Desconto no preço de bomba)

ETANOL – 1,5% (um e meio por cento %; Desconto no preço de bomba)

ÓLEO DIESEL S-10 – 1,5% (um e meio por cento %; Desconto no preço de bomba)

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 23 de Fevereiro de 2016.

PAULO DONIZETE DA COSTA

DIRETOR DA SERVIÇO DE SANEAMENTO AMBIENTAL ÁGUAS DO PANTANAL

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 017/2016

PORTARIA N.º 017/2016

"Dispõe sobre Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Maria Jose Ramos Bretas".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Maria Jose Ramos Bretas,** portadora do CPF nº. 352.728.301-30, *efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Educação com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 20/02/2016 a 25/03/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 166/2012.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e seus efeitos a partir de 20/02/2016.*

Registre-se, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 19 de fevereiro de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 19.02.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 016/2016

PORTARIA N.º 016/2016

"Dispõe sobre Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Carla Kruger".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Prorrogar o benefício de Auxílio Doença, à servidora* **Carla Kruger,** portadora do CPF nº. 929.298.850-68, *efetiva no cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Indústria, Comércio Meio Ambiente e Turismo, com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 30/01/2016 a 30/04/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 151/2013.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 30/01/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 19 de fevereiro de 2015.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 19.02.2016

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 015/2016

PORTARIA N.º 015/2016

"Dispõe sobre a Concessão do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Bernadete Cebalho da Silva".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

Art. 1º *Conceder o benefício de Auxílio Doença a servidora* **Bernadete Cebalho da Silva,** portador do CPF nº. 888.118.671-34, *efetiva no cargo de Tecnica de Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 18/02/2016 a 20/03/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 096/2015.*

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 18/02/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpra-se.

Cáceres - MT, 19 de Fevereiro de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 19.02.2016

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO
CONVITE

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES convida toda a população para participar da Audiência Pública de Demonstração e Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais, referente ao 3º Quadrimestre de 2015.

Data: 25/02/2016 (quinta-feira)Horário: 09h00minLocal: Plenário da Câmara Municipal de Cáceres.

A referida Audiência Pública tem por finalidade apresentar ao público a movimentação orçamentária e financeira do Município nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2015, a ser realizada pela Prefeitura Municipal de Cáceres, conforme artigo 9°, § 4º, e artigo 48, § Único, da Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

A presença de todos é de grande importância para que alcancemos o objetivo do evento.

Atenciosamente,

Francis Maris Cruz

Prefeito de Cáceres

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2016

Protocolo Nº 38536 de 28 de outubro de 2015.

Interessado: Secretaria Municipal de Obras e Serviços urbanos

Objeto: TOMADA DE PREÇO visando a contratação de empresa especializada em engenharia visando para a execução de obras da rede de iluminação pública na extensão da BR 070/Avenida São Luiz e Ponte Marechal Rondon no Município de Cáceres – MT.

Despesas: 117-Ampliação da rede de iluminação pública

Vencedor: **ELETROCONSTRO ELETRIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA - CNPJ: 02.091.432/0001-80**

Valor total: R$ 1.178.622,05 (um milhão, cento e setenta e oito mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinco centavos)

Valter de Andrade Zacarkim

Secretário Municipal de Obras e Serviços Urbanos

Prefeitura de Cáceres, 23 de fevereiro de 2015.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
SEGUNDO TERMO ADITIVO TERMO DE COMPROMISSO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO N°. 01/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO TERMO DE COMPROMISSO PARA REALIZAÇÃO DE ESTÁGIO N°. 01/2015

O **PREVI-CÁCERES – Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o n°. 02.332.486/0001-90, comunica o Termo de Compromisso para Realização de Estágio de n°. 01/2015, como segue:

CONTRATANTE: INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES – PREVI-CÁCERES

ESTAGIARIA: SRA. KARINA MITIE SARAN

OBJETO: Altera o item 09 do TRCE nº 001/2015 (bolsa estagio).

VALOR*: R$ 1.399,20 (hum mil trezentos e noventa e nove reais e vinte centavos) por mês.*

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 3.3.90.36.00.00.00.00.0999 Outros serviços de terceiros - pessoa física

Cáceres, 11 de Janeiro de 2016.

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres

Afixado 11/01/2016

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ERRATA Nº 004/2016

A Prefeitura Municipal de Cáceres através da Secretaria Municipal de Administração, torna pública e oficializa a presente "ERRATA" a Notificação do **Decreto nº 602/2015**, referente a nomeação da senhora **EVANILDA COSTA DO NASCIMENTO**, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Onde se lê: Com efeitos desde 01 de janeiro de 2016.

Leia-se: 01 de fevereiro de 2016 ao dia 20 de fevereiro de 2016.

Cáceres- MT, 19 de fevereiro de 2016.

SILVIA MARA GONÇALVES

Secretária Municipal de Administração

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL
ESTADO DE MATO GROSSO PREFEITURA DE CÁCERES
SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 02/2015

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 002/2016, MEDIANTE O TERMO DE PRORROGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DO EDITAL 04/2014.

Considerando o Edital nº 04/2014 de Abertura de Processo Seletivo Simplificado para atender à necessidade de Temporária de Excepcional Interesse Público, da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT**,** prorrogado para mais um (01) ano na forma do item 16.4 do referido Edital.

A Prefeitura de Cáceres – MT, através da Secretaria Municipal de Ação Social e a Comissão do Processo Seletivo Simplificado 01/2014, designada através do Decreto nº 032/2015 para atender a necessidade Temporária de Excepcional Interesse Público - conforme o Edital nº 04/2014. Informa a convocação dos (as) Candidatos (as) classificados (as) no Processo Seletivo Simplificado 01/2014.

Convocação do(s) candidato(s) classificado(s) do Processo Seletivo Simplificado 001/2014 abaixo citado. Considerando que o(s) candidato(s) classificado(s) deverá comparecer a esta secretaria para entrega de documentação no prazo de 05 (cinco) dias a partir da data da publicação para compor o quadro de vagas apresentadas por esta secretaria.

Candidata convocada:

Cargo: Assistente Social – Código 02			
Ordem	Nome	RG	Código
06	Jordana do Amaral Matos	18231594	02

Isso é o que nos cabe informar.

Cáceres-MT, 23 de fevereiro de 2016.

Comissão do Processo Seletivo Simplificado 01/2014 (Decreto nº 032/2015)

Higor Fauber Lemes de Oliveira

Odilei Gomes de Campos

Franciane da Silva Lopes

Claudio Henrique Donatoni

Secretário Mun. De Ação Social.

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 030/2016

PORTARIA N.º 030/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria Voluntária por Idade e Tempo de Contribuição em favor da Srª. Azize Ferreira de Campos".

O Diretor Executivo do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais nos termos do Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, com redação determinada pela EC n.º 41/2003, de 19 de dezembro de 2003; Art. 165 da Lei complementar Municipal n.º 25/1997, de 27 de novembro de 1997; Art. 12, inciso III, alínea "a", § 1° da Lei Municipal Complementar n.º 062/2005, de 12 de Dezembro de 2005; Lei Municipal Complementar nº 048/2003, de 05 de Setembro de 2003; Decreto de Nomeação nº 308 de 13 de agosto de 2002; Decretos de atualização salarial nº 297/2005 de 22 de junho de 2005; n° 222/2006 de 28 de Abril de 2006; n° 225/2007 de 21 de maio de 2007; n° 313/2008 de 09 de maio de 2008; n° 187/2009 de 27 de maio de 2009; n° 376/2010 de 07 de junho de 2010; n° 236/2011 de 17 de maio de 2011; n° 011/2012 de 23 de janeiro de 2012; nº 072/2013 de 29 de Janeiro de 2013 e Lei Complementar nº 100 de 04 de Fevereiro de 2014.

Resolve,

***Art. 1º** Conceder o benefício de **Aposentadoria Voluntária Por Idade e Tempo de Contribuição** em favor da Srª.**Azize Ferreira de Campos**, brasileira, solteira, portadora do CPF n.º 207.955.991-53, RG n.º 0124141-9 SSP/MT, Efetiva no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, Classe "E", Nível "II", matrícula n.º 5.869, lotada na Secretaria Municipal de Governo, com **Proventos Integrais** conforme o processo do PREVI-CÁCERES n.º 146/2014.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 009/2015, Publicada em 14 de janeiro de 2015, retroagindo os efeitos desta, desde 09/01/2015.*

Registre, publique e cumpra-se.

Cáceres-MT, 23 de Fevereiro de 2016.

LUIZ EMIDIO DANTAS JUNIOR* Diretor Executivo *HOMOLOGO:

_____

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres-MT

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
RATIFICAÇÃO AO TERMO DE ADESÃO N° 17/2016 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES-MT

O MUNICÍPIO DE CÁCERES, Estado de Mato Grosso através da Secretaria Municipal de Saúde, comunica a **ADESÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 09/2015, ORIUNDA DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2015 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JULIO-MT**

Objeto:Registro de Preço para eventual aquisição de material hospitalar (**Gaze Hidrófila-Tipo Queijo)** para atender a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Cáceres-MT.

Contratada:

RET FARMA – DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - ME CNPJ: 12.313.826/0001-90

Valor Total de R$ 3.162,50 (três mil cento e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)

Local e data: Prefeitura de Cáceres-MT, 23 de fevereiro de 2016.

Roger Alessandro Rodrigues Pereira

Secretário Municipal de Saúde

INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DE CÁCERES
PORTARIA N.º 025/2016

PORTARIA N.º 025/2016

"Dispõe sobre a Prorrogação do benefício de Auxílio Doença em favor da Senhora **Ana Claudia Carrega Bertholdo".**

O Diretor Executivo do PREVI-CÁCERES - Instituto Municipal de Previdência Social de Cáceres, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 15 da Lei Municipal nº. 062/2005 de 12 de dezembro de 2005.

Resolve:

***Art. 1º** Prorrogar o benefício de Auxílio Doença à servidora* **Ana Claudia Carrega Bertholdo,** portadora do CPF nº. 133.588.168-93, *efetiva no cargo Atendente de Consultório Dentário, lotada na Secretaria Municipal de Saúde com a integralidade da remuneração contributiva a partir de 16/02/2016 a 16/04/2016, conforme processo do PREVI-CÁCERES nº 110/2015.*

***Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo os efeitos desta, desde 16/02/2016.*

Registre-se, Publique-se, Cumpre-se.

Cáceres - MT, 22 de fevereiro de 2016

LUIZ EMÍDIO DANTAS JUNIOR

Diretor Executivo

Afixada em: 22.02.2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2016

Dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015 - e dá outras providencias.

JEOVAN FARIA, PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPINÁPOLIS, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 77, VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

Considerando a desistência da candidata VANUZIA PEREIRA DE MORAIS convocada para assumir o cargo de **AAE/Educação Infantil Sede do Município** relacionado ao Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015;

Considerando a necessidade de se dar continuidade aos serviços Público com qualidade;

Considerando que o processo Seletivo Simplificado 001/2015 foi prorrogado pelo período de um ano Decreto 2583/2016.

RESOLVE

1. CONVOCAR candidatos aprovados no Processo Seletivo simplificado nº 001/2015, para apresentação da documentação constante do item 2 deste Edital para a respectiva contratação temporária.

2. O candidato convocado por meio deste Edital deverá apresentar junto a Chefia de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, até as 18:00h do dia 25/02/2016, a seguinte documentação:

a. CPF, RG, Título de Eleitor.

b. Certidão de Nascimento ou Casamento (fotocópia e original).

c. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

d. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou (fotocópia e original).

e. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos (fotocópia e original).

f. Cópia do contrato de abertura de conta ou cópia do cartão (conta corrente – Banco do Brasil);

g. Comprovante de quitação eleitoral.

h. Declaração de bens (modelo em anexo).

i. Declaração de não acúmulo de cargo público (modelo em anexo).

j. Exame Admissional (original).

l. Cópia da primeira da Carteira de Trabalho (número e série) e segunda parte (emissão da carteira).

m. Cartão PIS/PASEP (fotocópia e original).

n. certificado de reservista para os candidatos do sexo masculino.

3. Em inobservância aos prazos estabelecidos neste Edital implicará na eliminação do candidato ora convocado.

4. Integra o presente Edital, o anexo I – Relação de candidatos convocados, Anexo II - Modelo de declaração de bens; Anexo III - Modelo de Declaração de não Acúmulo de Cargos Públicos.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, 23 de fevereiro de 2016.

JEOVAN FARIA

Prefeito Municipal

ANEXO I – RELAÇÃO DOS CONVOCADOS

ORD	NOME	RG	NOME DO CARGO	SECRETARIA DE LOTAÇÃO
01	JANE GABRIELA LOPES BARROS	2275083-5	AAE- EDUCAÇÃO INFANTIL/ SEDE DO MUNICÍPIO	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA**

ANEXO II- EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 008/2016

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu_____, brasileira, solteiro (a)/casado(a) inscrito no RG nº-_____SSP/MT, e no CPF _____, em cumprimento as exigências contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado 001/215 e orientações do Tribunal de Contas de Mato Grosso para fins de contratação temporária, **DECLARO** possuir os bens abaixo elencados.

Por ser a expressão da verdade, firmo presente para que surta seus efeitos legais.

Campinápolis-MT, 23 de fevereiro de 2016,

_____

Declarante

ANEXO III - EDITAL DE CONVICAÇÃO Nº 008/2016

DECLARAÇÃO DE ACÚMULO OU NÃO DE CARGO PÚBLICO

Eu _____, brasileira, solteiro (a)/casado(a), inscrito no RG nº _____ SSP/SP, e no CPF _____, em cumprimento as exigências contidas no Edital de Abertura do Processo Seletivo Simplificado 001/215 e orientações do Tribunal de Contas de Mato Grosso para fins de contratação temporária, **DECLARO** não ser ocupante de cargo ou Função Pública ilicitamente acumuláveis.

Em função da verdade, assino abaixo, dando fé e validade.

Campinápolis-MT, 23 de fevereiro de 2016.

Ord.	QUANT	DESCRIÇÃO DO BEM	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Declarante

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 108, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 59, I da Lei Orgânica do Município e,

Considerando o disposto na Lei nº. 1.146/2006, alterada pela Lei nº 1. 518/2012 que dispõe sobre a Gestão Democrática da Educação do Município de Campo Novo do Parecis,

Considerando a solicitação da Secretaria Municipal de Educação, através do Memorando nº 089/2016, datado de 16 de fevereiro de 2016,

R E S O L V E

1.**NOMEAR,** com efeitos a partir de 11 de fevereiro de 2016, as servidoras municipais abaixo elencadas, ambas na função de Secretárias Escolares.

a) Escola Municipal Amélia Lena Fedrizzi:

Maria Derci Teixeira dos Santos.

b) Escola Municipal de Educação Infantil Reino Encantado:

Giovana Peinado Viana Pereira

2.Pelo exercício da função, as servidoras perceberão adicional de 50% (cinquenta por cento) a título de gratificação, sobre seus vencimentos básicos mensais, nos termos da Lei Municipal nº 1.145/2006 e alterações posteriores.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal da Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE

Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 006/2016

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1.544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015,

C O N V O C A

O abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado, deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação do Edital de Convocação na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 8h às 11h e de 13h às 15h, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 001/2015.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR – PROFESSOR PEDAGOGIA – ÁREA URBANA – 20 HORAS SEMANAIS

Classificação	***CANDIDATO***
21º	ELIZANGELA DINIZ SILVA LOSS
22º	FERNANDA SANTOS MELO DA SILVA
23º	HELISANDRA CRISTIANE RIBEIRO MISTRO
24º	TATIANE GEBAUER
25º	GEUSA CARMEM DA SILVA
26º	DANIELLI CINTRA DE SOUZA
27º	MARTA HELENA ZAWASKI
28º	DIRCILENE MARIA DE OLIVEIRA MOTA
29º	MICHELLE PATRICIA DOS SANTOS SILVA
30º	LUCIANA ALCANTARA NASCIMENTO
31º	NADJA BARRETO DA SILVA
32º	CLEMILDA PAULA DA SILVA GONÇALVES
33º	CAROLINE SILVA DE ARAUJO
34º	MARLEIDE ARAUJO DE BRITO
35º	GENI ALVES DA SILVA ROSSI
36º	MARIA EDILEUSA DA SILVA
37º	MERCIA GERALDO PEREIRA
38º	MARLENE CHAGAS ANDRADE DA SILVA
39º	BRUNA JULIANA BASTIANI

Cargo: NÍVEL MÉDIO - AGENTE EDUCACIONAL – ÁREA URBANA - 40 HORAS SEMANAIS

Classificação	***CANDIDATO***
15º	JAQUELINE MALAGUT BUENO

Cargo: NÍVEL MÉDIO - AGENTE EDUCACIONAL – ÁREA RURAL(Extensão da Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati Norte, localizada no Distrito Marechal Rondon) - 40 HORAS SEMANAIS

Classificação	***CANDIDATO***
1º	CLEA RODRIGUES DA SILVA

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 17 dias do mês de fevereiro de 2016.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

CPF nº 308.107.010-49

EXTRATO DO ADITIVO Nº 001 AO CONTRATO 004/2015 – DEPTO. R.H.

Aditivo nº 001 ao Contrato Temporário por Excepcional Interesse Público por Tempo Determinado – RH nº.004/2015.

Partes: Município de Campo Novo do Parecis x Suziane Alves Nunes

Objeto: Fica aditado o Contrato Temporário por Excepcional Interesse Público - Por Tempo Determinado – RH Nº. 004/2015, nos termos de sua Cláusula Terceira – Da Vigência, que passa a ser prorrogado por mais um período de 12 meses, com início em 08 de janeiro de 2016 e termino em 07 de janeiro de 2017, que advém do Processo Seletivo Publico nº.001/2014.

Classificação Orçamentária: 10.002.10.301.0006.2.093 3.1.90.04.00.00

Valor Mensal: R$ 1.014,00

Data: 07/01/2016

Secretaria: Saúde.

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 008/2016 CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2012

O Município de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, inscrito no CNPJ sob o n° 24.772.287/0001-36 solicita o comparecimento, no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da publicação do presente EDITAL, dos candidatos aprovados no Concurso Público Municipal nº 001/2012, a fim de assumir sua respectiva função, nos termos que determina o arts. 23 e 24 da Lei Municipal n° 1.130/2006 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Campo Novo do Parecis.

O não comparecimento do candidato no prazo acima estabelecido implicará no reconhecimento da desistência e renúncia quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se a administração o direito de convocar o próximo candidato.

***Cargo* – Agente Educacional– Especialidade:Auxiliar de Creche**

INSCRIÇÃO	*CANDIDATO (A)*	*COLOCAÇÃO*
0000000225	JEANY CANDIDA DIAS	33
0000000075	MARCIA DOURADO DE ASSIS	34

Os (as) candidatos (as) aprovados (as) acima relacionados (as) deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal, munidos (as) dos documentos constantes no Edital de Concurso Público n° 001/2012, no prazo legalmente previsto.

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis/MT, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

CPF nº 308.107.010-49

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 004/2016

Partes: Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis X Gente Seguradora SA

Objeto: Contração de pessoa jurídica para prestação de serviços na área de seguros para veículo camionete, ambulância, micro ônibus e ônibus, pertencentes à frota do Município.

Valor: R$ 12.799,00

Data: 17/02/2016

Procedimento Licitatório: Pregão Presencial n° 05/2016

Secretaria: Saúde, Educação, Esportes e Lazer, Assistência Social.

FUNDO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE CAMPO NOVO DO PARECIS - MT
PORTARIA 29/2016

PORTARIA Nº 29/2016 - RETIFICAÇÃO

"Altera a Portaria nº 26/2016, de 18 de Fevereiro de 2016, que dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Avaliação Probatória dos servidores do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis-MT

O Diretor Executivo do FUNSEM – Fundo de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE:**

Art. 1º - Alterar em parte o teor do o art. 1º item 4 da Portaria 26/2016, Publicada no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso em 19 de Fevereiro de 2016, o qual passa a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê: "Art. 1º .... item 4 CLEIDE VIEIRA PINHEIRO

Leia-se: "Art. 1º .... item 4 CLEIDE VIEIRA BATISTA

Registre, publique e cumpra-se.

Campo Novo do Parecis – MT, 23 de Fevereiro de 2016.

_____

Wilson Leal Miranda Diretor Executivo

Portaria 001/2015

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PORTARIA Nº 105, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município,

Considerando o disposto da Lei Municipal nº. 1.458, de 30 de novembro de 2011, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Municipal,

Considerando a instrução através da Decisão de Julgamento de Processo Administrativo Disciplinar nº 03/2015, publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano X, nº 2.364, pagina 52 e 53, datado de 2 de dezembro de 2015,

Considerando a determinação do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de novo procedimento administrativo,

Considerando as Portarias nº 372/2015, 092/2016 e 103/2016,

Considerando o interesse público e a moralidade administrativa,

R E S O L V E

1. INSTITUIR, a partir desta data, a **COMISSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2016,** com fins de apurar responsabilidades da empresa ***CENTROESTE AMBIENTAL COLETA TRANSPORTE E LIMPEZA URBANA LTDA - ME***,inscrita no CNPJ sob n° 09.255.903/0001-98, Inscrição Estadual n° 134065182, estabelecida na Avenida Jaçanã, n° 2626, Bairro Parque Universitário, CEP: 78.746-577, na cidade de Rondonópolis/MT, quanto ao não cumprimento do Contrato de Prestação de Serviços nº 071/2013, oriundo do processo licitatório **Pregão Presencial n° 120/2013, tendo por objeto a Contratação de empresa especializada para realização de serviços de recebimento, armazenamento e destinação final adequada aos pneus inservíveis existentes no município de acordo com a Resolução nº614/2009 do CONAMA**, sendo que a empresa não cumpriu com o objeto contratado, haja vista a má qualidade dos serviços executados pela empresa, incluindo a não realização da limpeza total do local denominado Ecoponto, trazendo, portanto, prejuizos à Contratante.

2. DESIGNAR uma Comissão composta pelos servidoresabaixo relacionados, sob a presidência de o primeiro, encarregar-se dos respectivos trabalhos, até final conclusão. São eles:

a) Presidente: **II – Juliana Andrade Anunciato,** matrícula funcional nº 587, CPF nº 869.711.231-15;

b) Membro: Elaine Alves de Carvalho, matrícula funcional nº 11, CPF nº. 537.761.941-20;

c) Membro: Lenir Regina da Silva Jacobi, matrícula funcional nº 248, CPF nº 002.146.281-08.

3. A Comissão terá o prazo de 30 (dias) dias, prorrogáveis por igual período, para apresentar ao Chefe do Poder Executivo o relatório conclusivo do referido processo.

4. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, aos 22 dias do mês de fevereiro de 2016.

***MAURO VALTER BERFT* Prefeito Municipal**

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

MARCIO ANTÃO CANTERLE Secretário Municipal de Administração

ASSESSORIA TECNICA E LEGISLATIVA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2015 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 007/2016

MAURO VALTER BERFT, Prefeito Municipal de Campo Novo do Parecis, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº. 1.544, de 19 de dezembro de 2012, que reestrutura o Regime Jurídico Administrativo de contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015,

C O N V O C A

O abaixo relacionado, aprovado no Processo Seletivo Simplificado, deverá comparecer no prazo de **05 (cinco) dias úteis,** a contar da data da publicação do Edital de Convocação na imprensa oficial, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 8h às 11h e de 13h às 15h, para assumir suas funções, na conformidade da Lei, munido dos documentos constantes no Edital de Processo Seletivo Simplificado n° 001/2015.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: NÍVEL MÉDIO - AGENTE EDUCACIONAL – ÁREA URBANA - 40 HORAS SEMANAIS

Classificação	*CANDIDATO*
16º	AURICÉLIA PIRES CARVALHO
17º	AEWELIS NADJA DA SILVA
18º	MARTA SANTOS DA ROSA
19º	IVONE ALVES DE ANDRADE
20º	IZABEL CRISTINA DA SILVA
21º	ALINE GONÇALVES DE ALMEIDA
22º	MARCIA FRANCO FIUZA VELHO
23º	JEANDER MENDES DE MIRANDA
24º	ALEXANDRA DE MELO COSTA
25º	FRANCITÂNIA RODRIGUES DOURADO
26º	MARIANA TEIXEIRA DOS SANTOS ULRICH
27º	EVANDRA GOMES NEIRA
28º	MARIANE VENTURA SIQUEIRA
29º	CAMILA PEREIRA RODRIGUES
30º	JUCELIA GONÇALVES
31º	MARINES WELTER
32º	JOANA D'ARC NASCIMENTO DOS SANTOS
33º	LARISSA RODRIGUES DOS SANTOS
34º	FERNANDA CARLA CARMINATTI
35º	ADALTO DE MIRANDA
36º	NAIURY DO NASCIMENTO VENANCIO DA SILVA
37º	RENATA CRISTINA BODANESI DA SILVA

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR – PROFESSOR LETRAS – ÁREA URBANA – 20 HORAS SEMANAIS

Classificação	*CANDIDATO*
2º	HELENA REIS DA CUNHA
3º	DENIZE LUCIANA OLAVO

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR – PROFESSOR EDUCAÇÃO FÍSICA – ÁREA URBANA – 20 HORAS SEMANAIS

Classificação	*CANDIDATO*
3º	ROBSON DA SILVA AZEVEDO
4º	LÉLANTH DE MORAES HERCULANO
5º	VALDINA ARAÚJO BARBOSA GOMES
6º	ERICK CARLOS XAVIER BARBOSA

Cargo: PROFESSOR NÍVEL SUPERIOR - PROFESSOR PEDAGOGIA -ÁREA RURAL(Extensão da Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati Norte, localizada no Distrito Marechal Rondon) - 40 HORAS SEMANAIS

Classificação	*CANDIDATO*
1º	MARLI TERESINHA VOLPATTO DE ARAUJO

Registrado na Secretaria Municipal de Administração, publicado no Diário Oficial do Município/Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no Portal Transparência do Município e por afixação no local de costume, data supra, cumpra-se.

Campo Novo do Parecis, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

MAURO VALTER BERFT

Prefeito Municipal

CPF nº 308.107.010-49

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº. 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 009

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, homologado em 26 de Janeiro de 2016, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, para comparecer(em), no prazo de **05 (cinco) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Supervisão de Recursos Humanos, a fim de apresentar(em) os documentos exigidos para a efetiva contratação, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

II - As contratações dos candidatos convocados abaixo terão prazo determinado até **31 de Dezembro de 2016**, podendo serem prorrogados por mais um ano, a critério da administração, em conformidade com a Lei Municipal N.º 2.142 de 03 de Novembro de 2015, que autorizou a realização do Processo Seletivo;

III - O distrato das contratações originadas desta convocação dar-se-ão por solicitação do CANDIDATO ou da PREFEITURA MUNICIPAL, de forma expressa, com antecedência previa de 15 (quinze) dias. A rescisão efetuar-se-á imediatamente: a) quando terminados os motivos que fundamentam a contratação; b) em hipótese de inadimplemento de qualquer cláusula e/ou condição contratual; c) quando houver paralisação sem justa

causa das atividades profissionais por mais de 2 (dois) dias consecutivamente, considerando-se uma única vez dentro do período de vigência do contrato; d) por conveniência ou necessidade da PREFEITURA MUNICIPAL; e) a anulação acontecerá quando o instrumento estiver em desacordo com a legislação que fundamenta as contratações;

IV - O(s) candidato(s) que deixar(em) de comparecer no prazo acima indicado será preterido do direito de posse, implicando na desistência da vaga.

Campo Verde-MT, 24 de Fevereiro de 2016.

Cargo: **032 - Professor - Ensino Fundamental**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
36	0000000002	**MARLENE RAMOS DE MORAES**	19/10/1976	67
37	0000001021	**GILCILEY MARTINS DE SOUZA**	14/06/1979	67
38	0000001745	**LANDRIA VIEIRA NEVES**	16/05/1982	67
39	0000001961	**GRACIELE DE JESUS MARINHO**	27/10/1985	66

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO PREGÃO 006/2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM FORNECIMENTO DE PÃO FRANCÊS E PÃO DE HOT DOG.

O Prefeito Municipal de Campo Verde – MT, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 resolve revogar o Pregão n° 006/2016 justificativa anexa ao processo. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde – MT, 23 de Fevereiro de 2016.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO N° 009/2016

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DE ARES-CONDICIONADOS, COM FORNECIMENTO DE PEÇAS**, na modalidade pregão (presencial) n° **009/2016**, a se realizar no dia **08 de março de 2016 às 08h30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 23 de março de 2016.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

NOTIFICAÇÃO DE EMPRESA

Assunto: INEXECUÇÃO DE ENTREGA

PREGÃO: 007/2015

1. Vimos através da presente **NOTIFICAR** a Empresa: **GOMES COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA-ME , CNPJ Nº 11.607.429/0001-68,** pela, não entrega das quantidades solicitadas dos item constante na NAD – Nota de Autorização de Despesas 169/2016, 558/2016, 561/2016, 758/2016, 757/2016 e 896/2016, **no prazo estipulado no Edital**:

2. **Fica estipulado o restabelecimento imediato (no prazo máximo de 24 horas), para que referida empresa entregue no almoxarifado os dos itens constantes nas Notas de Autorização de despesa acima citadas,** sob pena de responder pelas penalidades constantes no referido Edital com base na lei 10.520/2002, subsidiariamente com a lei 8.666/93 e suas alterações.

3. Considerando que a Coordenadora do Almoxarifado Central comunicou da **não entrega no prazo estipulado** e que a empresa esta deixando de cumprir suas obrigações quanto à entrega dos produtos solicitados, informamos que o não cumprimento do prazo a empresa estará sujeita as penalidades e multas estabelecida no edital, ficando ainda sujeita a rescisão contratual/ata de registro de preços, com aplicação das penalidades cabíveis, inclusive impossibilidade de contratar com a administração publica pelo prazo de ate 2(dois) anos conforme as leis supracitadas. Informamos ainda, que caso a empresa não se manifeste, dentro do prazo estipulado, esta notificação será considerada como aviso de penalidade.

4. Informamos que esta notificação será publicada no Diário Oficial dos Municípios, através da mesma a Prefeitura considera a empresa **NOTIFICADA** a partir desta data.

Campo Verde, 23 de fevereiro de 2016.

LEILA GUBERT

Gerente de Compras

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 020

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o Edital de Concurso Público nº 001/2015, homologado em 09 de Abril de 2015, RESOLVE:

I - **CONVOCAR** o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), aprovado(s) no Concurso Público 001/2015, para comparecer(em), no prazo de **30 (trinta) dias** na Sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde-MT, situada na Praça dos Três Poderes, nº 03, Centro, junto a Supervisão de Recursos Humanos, a fim de:

a) Apresentar(em) os documentos exigidos para efetiva nomeação e posse, conforme Edital de Abertura e ANEXO I deste Edital;

b) Agendar o Exame Médico Pericial, na forma do item 17.7 do Edital de Abertura.

II - O(s) candidato(s) que deixar(em) de comparecer no prazo acima indicado será preterido do direito de posse, implicando na desistência da vaga.

Campo Verde-MT, 23 de Fevereiro de 2016.

Cargo: **035 - Pedagogo - Educação Infantil - Escola Santo Antônio da Fartura**

Colocação	Inscrição	Nome	Data de Nasc.	Nota Final
2	0000004475	EMILENE LUGVIG CENTENARO	02/06/1976	74

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 092/2016

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.**

CONTRATADO: **KERRL LUCIA DA SILVA**

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE **PROFESSOR**

VALOR: **R$ 2.168,57 (Dois mil, Cento e Sessenta e Oito com Cinquenta e Sete centavos) MENSAIS**.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM **19 DE FEVEREIRO DE 2016** E COM TÉRMINO EM **31 DE DEZEMBRO DE 2016.**

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 093/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

CONTRATADO: YASMIM LEMES DA SILVA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE ATENDENTE DE FARMÁCIA

VALOR: R$ 997,61 (Novecentos e Noventa e Sete com Sessenta e Um Centavos) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 22 DE FEVEREIRO DE 2016 E COM TÉRMINO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

DEPARTAMENTO RECURSOS HUMANOS
CONTRATO TEMPORÁRIO N.º 094/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE.

CONTRATADO: FRANCIELLY FERREIRA BARBOSA

OBJETIVO: CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CORRESPONDENTE A FUNÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

VALOR: R$ 1.126,34 (Hum Mil, Cento e Vinte e Seis Reais com Trinta e Quatro Centavos) MENSAIS.

VIGÊNCIA: INICIANDO EM 23 DE FEVEREIRO DE 2016 E COM TÉRMINO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 11/2016

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que está realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, sob o nº 11/2016, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, exclusiva para micro e pequenas empresas, com a finalidade de registrar preços para aquisições parceladas de alimentos não-perecíveis, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. A abertura está marcada para o dia **09/03/2016**, às **08h00 (oito horas)** do horário local, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Campos de Julio - MT, situado à Av. Valdir Masutti, 779-W, Bairro Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br. Informações através do telefone (65) 3387-2800.

Campos de Júlio - MT, 23 de fevereiro de 2016.

Eric Rodrigo Pettenan - Pregoeiro

Decreto nº 10/2016

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 071, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE PROCURADOR JURÍDICO.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *as disposições preconizadas no artigo 8º e do § 2º do artigo 17 do Estatuto dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 3º do edital de convocação nº. 014, de 23 de fevereiro de 2016 e do edital do certame nº 001/2012;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a quarta candidata na ordem de classificação do certame regido pelo edital nº 001/2012, **VIVIENE BARBOSA SILVA** ao cargo de provimento efetivo de Procurador Jurídico, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Art. 2º A servidora deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do candidato ora convocado.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 23 de fevereiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL "SRP" Nº 10/2016

A Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT torna público que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL sob o nº 10/2016, pelo SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com a finalidade de selecionar propostas objetivando futura e eventual aquisição de combustível (Diesel comum) e aditivo (Arla-32), para abastecer os veículos da frota Municipal, cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital e seus anexos. A abertura está marcada para o dia **08/03/2016**, às **08h00 (oito horas)** do horário local, no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal de Campos de Julio - MT, situado à Av. Valdir Masutti, 779-W, Bairro Bom Jardim.

Os interessados poderão adquirir o Edital e seus anexos no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Julio – MT, de segunda à sexta, das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, ou no site www.camposdejulio.mt.gov.br. Informações através do fone/fax (65) 3387-2800.

Campos de Júlio - MT, 23 de fevereiro de 2016.

Michelle C. Almeida Silva

Decreto nº 10/2016

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 014, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

CONSIDERANDO *a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no concurso público para preenchimento de vagas do quadro efetivo da administração pública municipal; regido pelo edital nº 001, de 13 de abril de 2012, homologado através do Decreto nº.* 070, de 5 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO *a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal;*

CONSIDERANDO a convocação do terceiro candidato na ordem de classificação do certame, através do Edital de Convocação nº. 010, de 12 de fevereiro de 2016, ao qual apresentou Declaração de Desistência de Vaga conforme protocolo nº. 0000863/2016 datado em 23/02/2016;

CONSIDERANDO a vacância do cargo decorrente da exoneração efetivada a pedido do segundo candidato na ordem de classificação do certame, materializada através da Portaria nº.059, de 12 de fevereiro de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) para nomeação e posse o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Concurso Público 001/2012, de 18/3/2012, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital nº 001/2012 para a efetiva nomeação.

CARGO	CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
PROCURADOR JURÍDICO	VIVIENE BARBOSA SILVA	4º

Art. 2º. Para tomar posse, o (a) candidato (a) deverá apresentar documentação no original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no item 7.4 do edital 001/2012, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

III- Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V-Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII-Cartão do PIS/PASEP;

VIII-Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

IX- Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

XI-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XII-Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

XIII-. duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

XIV-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XV- Certidão de Reservista, se do sexo masculino;

XVI- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

XVII- Declaração contendo endereço residencial;

XVIII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XIX- Declaração de Bens;

XX-. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

Parágrafo único. O(s) candidato(s) ora convocado (s) deverá(ão) submeter-se a exame médico admissional que será realizado por uma junta médica do município,na forma prevista no item 7.5 e seguintes do edital nº.001/2012.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o(s) candidato(s) que não se apresentar a administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse edital.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 9.10.1 do edital nº 001/2012.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 23 de fevereiro de 2016.

DIRCEU MARTINS COMIRAN

Prefeito de Campos de Júlio

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 006/2016

EDITAL Nº 006/2016 DE: 19 de Fevereiro de 2016

"A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte - MT, em cumprimento ao que determina os art. 37, 162 da Constituição Federal e art. 48, 49, 52, 53, 54 e 55 da Lei Complementar 101/2000 e Lei Orgânica Municipal".

Considerando o Principio da Publicidade, *"É o dever atribuído à Administração de dar total transparência a todos os atos que praticar, além de fornecer todas as informações solicitadas pelos particulares, que constem de bancos de dados públicos, pois, como regra geral, nenhum ato administrativo pode ser sigiloso";*

Torna-se público, a Convocação para a Audiência Pública referente ao Terceiro Quadrimestre do ano de 2015. No dia 26 de Fevereiro de 2016, no Plenário da Câmara Municipal deste Município a partir das 15:00 horas.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 005/2016

PORTARIA Nº 005/2016 DE: 19/02/2016

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGANICA MUNICIPAL ARTIGO 83 PARAGRAFO II E XXX ."

Valdez Viana Nunes, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º. - Fica o Sr. **GLEISON MORAIS VIDA,** portador da Cédula de Identidade Civil CI-RG sob nº **1666752-2** Órgão Expedidor SSP/MT e Inscrito no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF. Sob. Nº. **031.109.711-19**, Nomeado para exercer a Função de **CHEFE SUBSTITUTO DA AGENCIA MUNICIPAL DE TRANSITO,** deste Município, no período de 19/02/2016 a 26/02/2016.

Artigo 2º. – Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se toda e qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 19 de Fevereiro de 2016.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE -SE

CUMPRE-SE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 007/2016

EDITAL Nº 007/2016 DE: 19 de Fevereiro de 2016

"A Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte – MT, em cumprimento ao que determina o Art. 182, Inciso II e Art. 184, Inciso II da Resolução nº 14/2007 – TCE/MT."

Torna–se pública o Balancete Financeiro referente ao mês de Janeiro do exercício de 2016, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000.

A documentação referente à publicação encontra-se na Prefeitura a disposição de qualquer contribuinte do Município de Canabrava do Norte – MT, para questionar – lhe sua legitimidade.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRE-SE.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 016/2015

PORTARIA Nº 016/2015 DE: 13/02/2015

"EM CONFORMIDADE COM A LEI ORGANICA MUNICIPAL ARTIGO 83 PARAGRAFO II E XXX ."

Valdez Viana Nunes, Prefeito de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Artigo 1º. – Fica a Srª. **MARIA APARECIDA DOS REIS TAVARES,** portadora da Cédula de Identidade Civil CI-RG sob nº **174835-2** Órgão Expedidor SSP/MT e Inscrita no Cadastro de Pessoa Física CPF/MF. Sob. Nº. **938.656.271-53, Nomeada** para exercer a função de **DIRETORA DA ESCOLA MUNICIPAL CANAÃ,** deste Município.

Artigo 2º. Esta Portaria entrará em vigor a partir de 16 de Março de 2015, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 13 de Fevereiro de 2015.

_____

VALDEZ VIANA NUNES

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE

PUBLIQUE -SE

CUMPRE-SE

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº070/2016

PORTARIA Nº070/2016

De 18 de fevereiro de 2016.

Exonera Servidora.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar ANDREIA CRISTINA SILVA AIRES DE ALMEIDA do cargo de ASSESSOR DE SERVIÇOS DE SAÚDE, cargo de Provimento em Comissão constante na Lei Complementar nº 029/2002, de 23 de dezembro de 2002.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 18 de fevereiro de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

CÂMARA
PORTARIA N° 04/2015

DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

"Dispõe sobre a concessão de férias regulamentar a servidora e dá outras providências".

O presidente da Câmara Municipal de Canarana/MT, senhor Francisco Cavalcante, no uso de suas atribuições legais e regimentais que lhes são conferidas;

RESOLVE:

***Art. 1º** - Fica concedida férias regulamentar a Servidora Eliane Ursula da Silva, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade RG nº 197918-7 SSP/ MT e CPF N° 027.187.721-90, matricula nº 000088, CBO 413110, referente ao período aquisitivo compreendido de 06/01/2015 à 05/01/2016, que serão gozadas de 22/02/2016 à 12/03/2016 .*

***§ 1º** – Fica a Contabilidade da Câmara Municipal autorizada a efetuar o pagamento das férias descritas acima, acrescidas de 1/3 (um terço) do salário normal do Servidor, de conformidade com o estabelecido no Art. 7°, Inciso XVII, da Constituição Federal.*

***§ 2º** – Fica ainda autorizado a conversão de 1/3 (um terço) das férias em pecúnia, nos termos do art. 73 da Lei Complementar nº 028/2002, com retorno previsto para 14 de março de 2016.*

***Art. 2º** - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

Sala da Presidência, 19 de fevereiro de 2016.

FRANCISCO CAVALCANTE

Presidente

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº081/2016.

De 23 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre a transferência de processo administrativo.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 108, Inciso II, c), da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o oficio n.º 11/CAB/2016, de 12 de fevereiro de 2016;

R E S O L V E:

Art. 1º – Determinar que a Comissão permanente de processo administrativo disciplinar, nomeada por meio da portaria nº 599/2015, dê continuidade ao processo administrativo instaurado por meio da portaria 275/2013.

Art. 2º. – Para bem cumprir as suas atribuições, a Comissão permanente de processo administrativo disciplinar, terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 3º - O prazo de realização da Sindicância será de 60 (sessenta) dias prorrogável por igual período, mediante autorização prévia.

Art. 4º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, aos 23 de fevereiro de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2016

REGISTRO DE PREÇOS

'' PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP "

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 575/2015, torna público **Registro de preços para futura e eventual aquisição de diversos moveis e eletrodomesticos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **08/03/2016 às 13h45min** (**Horário Brasilia**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 23 de Fevereiro de 2016.

MARLI INES LONDERO

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, nomeada pela Portaria nº. 575/2015, torna público ***Registro de Preços para futura* e eventual contratação de empresa para locação de caminhão basculante e máquinas pesadas, com operador e demais despesas por conta do locador, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **09/03/2016 às 09h30min** (**Horário Brasilia**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis.Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com**ou no endereço eletrônico**www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 23 de Fevereiro de 2016.

MARLI INES LONDERO

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº072/2016

Portaria nº072/2016

De 18 de fevereiro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUCIANO MONTEIRO DO PRADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor LUCIANO MONTEIRO DO PRADO por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 25/02/2016 a 25/03/2016.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 02/01/2012 A 01/01/2013.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 18 de fevereiro de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº079/2016

PORTARIA Nº079/2016

De 19 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre licença interesse particular.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 102 da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Conceder licença interesse por dois anos para a servidora pública SILVANA LIMA no cargo de provimento efetivo de AGENTE DE SERVIÇOS HOSPITALAR, constante no Anexo I -grupo ocupacional IV Apoio de Serviços do SUS, da Lei Complementar nº 123/2014, de 02 de setembro de 2014.A partir de 17/02/2016.

2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação,com efeitos retroativos de 17/02/2016

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 19 de fevereiro de 2016.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal de Canarana

PREFEITURA MUNICIPAL - GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº082/2016.

De 23 de fevereiro de 2016.

Dispõe sobre a instauração de Sindicância e dá outras providências.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, considerando o que lhe faculta o Art. 108, Inciso II, c), da Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO o art. 209 da Lei Complementar Municipal N° 028, de 23 de dezembro de 2002 e;

CONSIDERANDO o oficio n.º 011/2016 da Secretaria de Obras, de 22 de fevereiro de 2016;

R E S O L V E:

Art. 1º – Determinar a instauração de Sindicância para apurar suposta falta funcional do servidor N. A., lotado na Secretaria de Viação e Obras Públicas.

Parágrafo único. A sindicância será conduzida pela Comissão Permanente de Processo administrativo disciplinar, nomeada por meio da portaria nº 599/2015 que terá acesso a toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e demais provas que entender pertinentes.

Art. 2º - O prazo de realização da Sindicância será de 60 (sessenta) dias prorrogável por mais 30 (trinta), mediante autorização prévia.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, aos 23 de fevereiro de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº073/2016

Portaria nº073/2016

De 18 de fevereiro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL TAÍZA PEREIRA DOS SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora TAÍZA PEREIRA DOS SANTOS por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 18/02/2016 a 18/03/2016.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 14/01/2015 A 13/01/2016.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 18 de fevereiro de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA 061/2016

PUBLICADA NO TRIBUNAL DE CONTAS NUMERO DO DIARIO OFICIAL DO ESTADUAL 807 DO DIA 12/02/2016 E NO SITE DA AMM 2.414 DO DIA 15/02/2016.

Onde se lê:

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 11 de janeiro de 2016.

Leia-se:

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 11 de fevereiro de 2016.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 069/2016

Portaria nº 069/2016

De 17 de fevereiro de 2016.

CONVERTER EM ABONO PECUNIÁRIO FÉRIAS DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL WALTER CUSTÓDIO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade como artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Converter 10 dias em abono pecúnia, período de 07/03/2016 a 16/03/2016 referente às férias do servidor WALTER CUSTÓDIO DA SILVA, conforme portaria nº 687/2015 de 21 de dezembro de 2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 17 de fevereiro de 2016.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº068/2016

PORTARIA Nº068/2016

De 17 de fevereiro de 2016.

Exonerar Servidora.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe o Art. 11 § 2º da Lei Municipal Complementar nº 028/2002, de 23 de dezembro de 2002 - Estatuto dos Servidores Públicos,

RESOLVE:

Art. 1º – Exonerar BALDUINA NOGUEIRA BARBOSA BELTRAMIN do cargo de provimento efetivo de AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE constante no Anexo I,Grupo Ocupacional de Apoio a Prevenção de Doenças, da Lei Complementar nº 123/2014, de 28 de julho de 2014.

2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 17 de fevereiro de 2016.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal de Canarana

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 067/2016

Portaria nº 067/2016

De 17 de fevereiro de 2016.

CONVERTER EM ABONO PECUNIÁRIO FÉRIAS DA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL ADELINA ROSA RODRIGUES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EVALDO OSVALDO DIEHL, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Converter 10 dias em abono pecuniário as férias da servidora ADELINA ROSA RODRIGUES,conforme Portaria nº 687/2015 de 21 de dezembro de 2015. Sendo o gozo de:

Gozo de férias por um período de 10 dias convertido em abono pecuniário no período de 16/02/2016 a 25/02/2016.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende A 28/02/2013 a 27/02/2014.

Art. 4° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação,com efeitos retroativos a 16/02/2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 17 de fevereiro de 2016.

EVALDO OSVALDO DIEHL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL - LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Canarana-MT, através de sua Pregoeira Oficial, torna público ***Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de leitos de casa de apoio para atendimento de pacientes de todas as idades, usuários do SUS - Sistema Único de Saúde*** **em Goiania/GO e ainda deverá fornecer transporte para locomoção Casa de Apoio/Unidade de Saúde/Casa de Apoio, para atender a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações do edital e anexos,** na modalidade **Pregão Presencial** no dia **08/03/2016 às 08h00min** (**Horário Brasília**) na sala de licitações. Este pregão será regido pela Lei Federal 10520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições aplicáveis. Os interessados poderão solicitar e retirar o edital completona Prefeitura Municipal de Canarana/MT - podendo ser retirado pessoalmente, por telefone (66) – 3478.1200, no horário das 07h30min às 17h30min, através do e-mail **licitacoes.canarana@gmail.com** ou no endereço eletrônico **www.canarana.mt.gov.br.**

Canarana-MT., 22 de Fevereiro de 2016.

MARLI INES LONDERO

Pregoeira Oficial

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº071/2016

Portaria nº071/2016

De 18 de fevereiro de 2016.

CONCEDE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Evaldo Osvaldo Diehl, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA por um período de 30 dias, a serem usufruídas no período de 18/02/2016 a 18/03/2016 .

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 01/02/2014 a 31/01/2015

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 18 de fevereiro de 2016.

Evaldo Osvaldo Diehl

Prefeito Municipal.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

LEGISLATIVO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO N.º 005/2016

Número do Processo: **000070/2016**

Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Fundamento: **Art. 24, Inciso II, Lei n.º 8.666/93**.

Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, NA CONSTRUÇÃO DE 230 m2 PISO DE GRANILITE POLIDO E ASSENTAMENTO DE 133 m2 DE CERÂMICAS**.

Nos termos dos elementos constantes da respectiva exposição de motivos que instrui o processo e, observado os Pareceres Técnicos (Jurídico/Contábil) referentes ao processo, modalidade e objeto acima qualificados**...**

ADJUDICO o seu objeto, em favor do senhor **SIVALDO ALVES SANTANA**, pelo valor global de **R$ 12.750,00 (doze mil setecentos e cinquenta reais)**.

DETERMINO, ainda, que seja providenciada a publicação do presente Termo de Adjudicação na imprensa oficial e na Página da Internet ou Portal da Transparência deste Órgão, em cumprimento ao Art. 26.º, da Lei n.º 8.666/93, bem como, posteriormente, formalize registro deste procedimento, nos termos da Lei.

Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 18 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

WESLEY DOS ANJOS BORGES

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra, em local de costume.

LEGISLATIVO
TERMO DE RATIFICAÇÃO N.º 005/2016

Número do Processo: **000070/2016**

Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Fundamento: **Art. 24, Inciso II, Lei n.º 8.666/93**.

Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, NA CONSTRUÇÃO DE 230 m2 PISO DE GRANILITE POLIDO E ASSENTAMENTO DE 133 m2 DE CERÂMICAS.**

RATIFICO o ato do senhor Secretário de Administração da Câmara Municipal de Castanheira - MT, **MARCELO DOS ANJOS RIBEIRO**, que declarou **DISPENSADO DE LICITAÇÃO** o Processo acima referenciado, com base, inclusive, nos Pareceres Técnicos (Jurídico/Contábil), em favor do senhor **SIVALDO ALVES SANTANA**, pelo valor global de **R$ 12.750,00 (doze mil setecentos e cinquenta reais)**, uma vez que o processo se encontra devidamente instruído.

DETERMINO, ainda, que seja providenciada a publicação do presente Termo de Ratificação na imprensa oficial e na Página da Internet ou Portal da Transparência deste Órgão, em cumprimento ao Art. 26.º, da Lei n.º 8. 666/93, bem como, posteriormente, formalize registro deste procedimento, nos termos da Lei.

Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 18 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

AMILCAR PEREIRA RIOS

Presidente da Câmara

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra, em local de costume.

DECRETO N.º 010/2016

DECRETO N.º 010, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

Dispõe sobre o Calendário Escolar das Unidades Escolares pertencentes à Rede Municipal de Ensino de Castanheira-MT para o Ano Letivo de 2016, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA-MT, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, o art. 68, inciso III, da Lei Orgânica Municipal; e,

CONSIDERANDO a necessidade de garantir o cumprimento do disposto no arti. 24, inciso I, da Lei Federal n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e;

CONSIDERANDO a necessidade de normatizar o início e término do Ano Letivo de 2016 nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino, de Castanheira, Estado de Mato Grosso,

DECRETA:

Art. 1.º **O** Calendário Escolar para o Ensino Fundamental e Educação Infantil nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Castanheira, Estado de Mato Grosso, deverá ter no mínimo 200 (duzentos) dias letivos, sendo a matriz curricular mínima de 800 (oitocentas) horas e máxima de 880 (oitocentos e oitenta) horas anual.

Art. 2.º **O termo inicial do A**no Letivo de 2016 nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Castanheira, Estado de Mato Grosso, será a data de 15 de fevereiro de 2016 e o seu término na data de 19 de dezembro de 2016. Exceto do Centro de Educação Infantil "Pequeno Príncipe", que terá início no dia 11 de fevereiro e término no dia 22 de dezembro.

Art. 3.º **O R**ecesso Escolar nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Castanheira, Estado de Mato Grosso, será no período de 18 a 29 de julho de 2016.

Art. 4.º As férias dos Profissionais da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Castanheira, Estado de Mato Grosso, conforme o disposto no art. 56, da Lei Complementar Municipal n.º 734/2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Subsídios dos Profissionais da Educação Básica, deverão ser gozadas nos seguintes períodos:

I - de 18 de julho a 29 de julho de **2016** - período de 15 (quinze) dias de férias escolares - destinadas aos alunos e professores em sala de aula, articulação de aprendizagem e de recursos multifuncionais; e;

II – de 30 de dezembro de 2016 a 29 de janeiro de 2017, no encerramento do Ano Letivo – período de 30 (trinta) dias de férias regulamentares - destinadas aos alunos e a todos os Profissionais da Educação.

Art. 5.º **Todas as Unidades** Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Castanheira, Estado de Mato Grosso deverão observar os seguintes feriados:

25/03 – Sexta-feira da Paixão

21/04 – Tiradentes

26/05 – Corpus Christi

13/06 – Pad. Santo Antônio

04/07 – Aniversário do Mun.

12/08 – Dia do Evangelho

07/09 – Independência

12/10 – N.S. Aparecida

28/10 – Funcionário Público

02/11 – Finados

15/11 – Proc. República

Art. 6.º Compete à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Castanheira-MT, a fiscalização, acompanhamento e o cumprimento do presente Decreto pelas **Unidades** Escolares da Rede Municipal de Ensino.

Art. 7.º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Castanheira -MT, 16 de fevereiro de 2016.

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

DIEGO ZONTA

Secretario Municipal de Educação e Cultura

Poder Executivo – Castanheira-MT

REGISTRADO e PUBLICADO por afixação nesta data no local de costume.

LEGISLATIVO
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 004/2016

Número do Processo: **000070/2016**

Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Fundamento: **Art. 24, Inciso II, da Lei n.º 8.666/93 e Art. 1.º, Inciso II, da Lei n.º 774/2015.**

Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, NA CONSTRUÇÃO DE 230 m2 PISO DE GRANILITE POLIDO E ASSENTAMENTO DE 133 m2 DE CERÂMICAS**.

Declaro **DISPENSADO** de licitação o Processo acima qualificado, com base no fundamento ora destacado, nos Pareceres Técnicos (Jurídico/Contábil) constantes dos autos, após a análise das três propostas/cotações de preços apresentadas e, por se achar a mais vantajosa para a Administração, aprecio em favor de **SIVALDO ALVES SANTANA**, pessoa física, inscrito no CPF n.º 784.792.741-15, pelo valor global de **R$ 12.750,00 (doze mil setecentos e cinquenta reais)**, uma vez que a execução da(s) despesa(s) não alcançará o limite ajustado na Lei n.º 774/2015, de 27/03/2015,

em seu Art. 1.º, Inciso II, bem como enquadra-se no que pressupõe o Art. 24, Inciso II, da Lei n.º 8.666/93.

JUSTIFICATIVA: Tendo em vista a necessidade de acabamento e proteção das dependências internas e externas da Sede da Câmara, é que se faz necessária a contratação dos serviços de pedreiro para a execução da construção do piso em granilite polido, cujo material é de altíssima durabilidade/resistência, bem como assentamento de cerâmicas nas calçadas externas para melhor proteção e acabamento final. Reitero ainda que, para a execução dos serviços pleiteados neste certame, as despesas totais ficarão abaixo do que aduz a legislação em vigor, fato que enquadra o presente Processo abaixo dos limites que exigem a realização de procedimento licitatório convencional; bem como, após a cotação de preços de mercado encontramos no fornecedor acima discriminado a proposta de menor preço e que atende as nossas necessidades.

Face ao disposto no Art. 26 da Lei n.º 8.666/93, submeto o presente ato à Autoridade superior para ratificação e devida publicidade.

Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 18 de fevereiro de 2016.

MARCELO DOS ANJOS RIBEIRO

Secretário de Administração

PORTARIA N.º 005/2016

PORTARIA N.º 005/2016

A Prefeita do Município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e fundamentado**;**

RESOLVE:

***RETIFICAR** a Portaria nº 047/2015, publicada* no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Ano X, nº 2338, em 23 de outubro de 2015, que versa sobre a concessão do beneficio de aposentadoria por idade, da servidora **Sra. DULCE MARIA HORN,** portadora da cédula de identidade RG nº. 2.254.253 SSP/PR, inscrita no CPF sob n.º 531. 316.221-72, conforme processo administrativo do CASTPREV n**.º 2015. 02.00020P:**

Onde se lê: "(...) contando com 20 anos, 01 mês e 15 dias de tempo de contribuição (...)"**.**

Leia-se: "(...) contando com 20 anos, 06 meses e 23 dias de tempo de contribuição (...)"**.**

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Castanheira/MT, 18 de fevereiro de 2016.

Homologo:

MABEL DE FÁTIMA MILANEZI ALMICI

Prefeita Municipal

LEGISLATIVO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO N.º 005/2016

Número do Processo: **000070/2016**

Modalidade: **DISPENSA DE LICITAÇÃO**

Fundamento: **Art. 24, Inciso II, Lei n.º 8.666/93**.

Objeto: **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PEDREIRO, NA CONSTRUÇÃO DE 230 m2 PISO DE GRANILITE POLIDO E ASSENTAMENTO DE 133 m2 DE CERÂMICAS**.

O senhor Presidente da Câmara Municipal de Castanheira, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei n.º 8.666/93 e alterações posteriores, através do presente resolve:

HOMOLOGAR o Processo acima qualificado em favor do senhor **SIVALDO ALVES SANTANA**, pessoa física, inscrita no CPF n.º 784.792.741-15, pelo valor global de **R$ 12.750,00 (doze mil setecentos e cinquenta reais).** E, para que surta os efeitos jurídicos e legais, **DETERMINO** que seja providenciada a publicação do presente Termo de Homologação na imprensa oficial e na Página da Internet ou Portal da Transparência deste Órgão, em cumprimento ao Art. 26.º, da Lei n.º 8.666/93.

Castanheira, Estado de Mato Grosso, em 18 de fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE;

PUBLIQUE-SE;

CUMPRA-SE.

AMILCAR PEREIRA RIOS

Presidente da Câmara

REGISTRADO e **PUBLICADO** na data supra, em local de costume.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 082/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Conceder FG-30% de Coordenadora Educacional a Sra. **Suzana Antoniazzi** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder FG-30% de Coordenadora Educacional a Sra. **Suzana Antoniazzi**, portadora do RG n° 703.824 SSP/MT e CPF n° 481.960. 701-44, no cargo de Professora,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016 REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE – PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2016 REGISTRO DE PREÇOS

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de cestas básicas para a população carente do município, atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social. A Prefeitura Municipal de Cláudia/MT, torna público que no dia 08 de Março de 2016, estará recebendo propostas, para abertura ás 08h00min do Pregão Presencial, para a contratação supracitada. O Edital estará disponível no site WWW.CLAUDIA.MT.GOV.BR. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário de expediente através do telefone (066) 3546-3100. Cláudia/MT, 23 de Fevereiro de 2016.

JOAO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SHIRLEY YOTZCHETZ

Pregoeira Oficial

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 104/2016

DATA: 04 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: DESINGA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor Everson Ceser Konzen, RE:1934, portador do RG n°: 1377774-2 SSP/MT e CPF n°:945.010.251-15, como Fiscal do Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO;

Número/ Ano	Contratado	Objeto
006/ 2016	HERMES GIRELI	Contratação de Empresa para a Prestação de Serviços Técnicos Especializados em Manutenção Preventiva, Corretiva, Adaptativa e Evolutiva, Instalação e Configuração de Redes, hardwares e Softwares das Secretarias Municipais.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 103/2016

DATA: 04 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Nomeia Servidora Aprovado em Concurso Público 001/2015 e dá outras providências.

Considerandoas necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Nomear o Sr. DHEFER BARBOSA PEREIRA, portador do RG 18323804 SSP/MT e CPF n° 039.811.901-57, em caráter efetivo, para exercer o cargo de VIGIA, tendo sido aprovado no Concurso Público Municipal 001/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art.3º- Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUA-SE

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 102/2016

DATA: 04 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Nomeia Cargo Comissionado a Sra. **DEBORA NOGUEIRA DA SILVA,** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° Nomeia em Cargo Comissionado a Sra. **DEBORA NOGUEIRA DA SILVA**, portador do RG n° 1674454-3 SSP/MT e CPF n° 018.974.811-79, no cargo de Chefe de Departamento,lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias, Revogando em Especial a Portaria n.º 081/2015 de 02 de fevereiro de 2015.

Cláudia-MT, 04 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 101/2016

DATA: 04 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Nomeia Servidora Aprovada em Concurso Público 001/2015 e dá outras providências.

Considerandoas necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Nomear a Srta. CRISTIANA BERTA HARTMANN, portadora do RG 1515258-8 SSP/MT e CPF n° 012.259.961-63, em caráter efetivo, para exercer o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, tendo sido aprovada no Concurso Público Municipal 001/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art.3º- Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUA-SE

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 100/2016

DATA: 04 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Nomeia Servidora Aprovada em Concurso Público 001/2015 e dá outras providências.

Considerandoas necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Nomear a Srta. BRUNA TEIXEIRA HOSHINO, portadora do RG 1579457-1 SSP/MT e CPF n° 034.271.741-31, em caráter efetivo, para exercer o cargo de ADVOGADO 20HRS, tendo sido aprovada no Concurso Público Municipal 001/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art.3º- Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUA-SE

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 099/2016

DATA: 04 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Nomeia Servidor Aprovado em Concurso Público 001/2015 e dá outras providências.

Considerandoas necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente.

RESOLVE:

Art.1° - Nomear o Sr. ADENILDO DOS SANTOS LIMA, portador do RG 1633455-8 SSP/MT e CPF n° 005.758.201-79, em caráter efetivo, para exercer o cargo de GARI, tendo sido aprovado no Concurso Público Municipal 001/2015.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art.3º- Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 04 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUA-SE

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 098/2016

DATA: 03 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Nomeia Cargo Comissionado a Sra. **ANTONIA CARVALHO DA SILVA,** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomeia Cargo Comissionado a Sra. **ANTONIA CARVALHO DA SILVA,** portadora do RG n° 1633430-2 SSP/MT e CPF n° 019.379.291.59, no cargo de Chefe de Divisão,lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 097/2016

DATA: 03 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Nomeia Cargo Comissionado Sr. **ALESSANDRO RODRIGUES MADUREIRA** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomeia Cargo Comissionado o Sr. **ALESSANDRO RODRIGUES MADUREIRA,** portador do RG n° 2288176 MTE/MT e CPF n° 044.339. 831-36, no cargo de Chefe de Divisão,lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 096/2016

DATA: 02 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Revigar FG-30% de Orientador Educacional ao Sr. **CARLOS DIVINO CARDOSO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revoga FG-30% de Orientador Educacional ao Sr. **CARLOS DIVINO CARDOSO**, portador do RG n° 10859217 SSP/MT e CPF n° 632.083. 001-82, do cargo de Professor,lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 02 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 095/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Nomear Cargo de Executiva dos Conselhos a Srta. **JULIANA FERREIRA ANTONIOLLO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° Nomear Cargo de Executiva dos Conselhos a Srta. **JULIANA FERREIRA ANTONIOLLO**, portadora do RG n° 1912698-0 SSP/MT e CPF n° 047.286.031.30, lotada no Gabinete do Prefeito.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 094/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Nomeia Cargo de Secretaria da Junta Militar a Srta. **JULIANA FERREIRA ANTONIOLLO e** dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° Nomear Cargo de Secretaria da Junta Militar a Srta. **JULIANA FERREIRA ANTONIOLLO**, do RG n°1912698-0 SSP/MT e CPF n° 047.286. 031-30, lotada no Gabinete do Prefeito.

.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 093/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Nomeia Cargo Comissionado a Srta. **JULIANA FERREIRA ANTONIOLLO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomear em Cargo Comissionado a Srta. **JULIANA FERREIRA ANTONIOLLO**, portadora do RG n° 1912698-0 SSP/MT e CPF n° 047. 286.031-30, no cargo de Assistente Adjunto,lotado no Gabinete do Prefeito.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 092/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Concede FG-06 á **Hemilin Fernanda Tiedt** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder FG-06 Presidente da Comissão de Licitação de R$ 300,00 a **HEMILIN FERNANDA TIEDT** portadora do RG n° 1758120-6 SSP/MT e CPF n° 041.620.821-54, no cargo de Assistente Adjunto,lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 03 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 091/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Revogar FG-08 á **Michelle Rauber Coan** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revogar FG-08 Equipe de Apoio de R$ 150,00 a **MICHELLE RAUBER COAN** portadora do RG n° 26188660 SEJSP/MT e CPF n° 055.660. 081.94, no cargo de Auxiliar Administrativo,lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 090/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Concede Retorno de Licença Saúde **a Srta. Ericka Camilla Nunes Oliveira** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Retorno de Licença Saúde a Srta. **ERICKA CAMILLA NUNES OLIVEIRA**, portadora do RG n° 2536891-5 SEJSP/MT e CPF n° 050.609.851.64, no cargo de Agente de Saúde Bucal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art.3°- Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 089/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Concede Licença Saúde **a Srta. Ericka Camilla Nunes Oliveira** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder Licença Saúde a Srta. **ERICKA CAMILLA NUNES OLIVEIRA**, portadora do RG n° 2536891-5 SEJSP/MT e CPF n° 050.609.851.64, no cargo de Agente de Saúde Bucal, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor a partir do dia 26 de Janeiro de 2016, revogadas as disposições em contrario.

Art.3°- Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°088/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Nomeia Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo Municipal de Cláudia e suas Autarquias e dá outras providências.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no § 4º, do artigo 51, da Lei Federal 8.666, de 21 de Junho de 1. 993.

RESOLVE:

Art.1° - NOMEAR para responderem pela Comissão Permanente de Licitação do Poder Executivo Municipal e suas Autarquias, os seguintes servidores:

1º - Hemilin Fernanda Tiedt Presidente

2º - Shirley Yotzchetz Secretária

3º - Jean Carlos Diedrich Membro

4º - Alison Prevelato Vieira Suplente

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 001/ 2015 de 04 de Janeiro de 2016.

Art.3º - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 087/2016

DATA: 01 de fevereiro de 2016.

SÚMULA: Nomear Cargo Comissionado EDIVAN CLEITON CESAR e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° Nomear em Cargo Comissionado o Sr. **EDIVAN CLEITON CESAR**, portador do RG n° 1863506-7 SSP/MT e CPF n° 035.751.121-26, no Cargo de Chefe de Divisão, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art.3°- Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 086/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Revoga FG 50% de Diretora de Escola, a Sra. **CLAUDIRENE PICON BARBON** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revogar FG 50% de Diretora de Escola, a Sra. **CLAUDIRENE PICON BARBON**, portadora do RG n° 14361795 SSP/MT e CPF n° 821.052. 271-04, do cargo de Professora,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 085/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Conceder FG DE 50% Diretora Escolar á Claudia Carara Guzzi e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder FG de 50% de Diretora da Escola Mun.S.V.E.Vuolo e Canozo a Sra. **CLAUDIA CARARA GUZZI**, portadora do RG n° 996.039 SSP/MT e CPF n° 522.712.341-15, do cargo de Professora,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 084/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Revoga FG de Coordenadora Pedagógica de 30% á **Jaine Teresinha Costa** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revogar FG de 30% á **JAINE TERESINHA COSTA**, portadora do RG n° 538.291 SSP/MT e CPF n° 650.219.671-34, do cargo de Coordenadora Pedagógica,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 083/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Revoga FG-50% de Diretor de Escola a Sra. **Solange Brussolo Petenão** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revogar FG-50% de Diretor de Escola a Sra. **Solange Brussolo Petenão** portadora do RG n° 867.660 SSP/MT e CPF n° 580.802.011.53, do cargo de Professora,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 081/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Concede FG - 50% de Diretora Escolar a Sra. **ELIANE GAMBIM LAZZERI** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Conceder FG-50% de Diretora da Escola Municipal Daniel Titton a Sra. **ELIANE GAMBIM LAZZERI**, portadora do RG n° 755612 SSP/MT e CPF n°621.940.541-20, do cargo de Professora,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 080/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Revoga FG-30% de Coordenador Educacional a Sra. **ELIANE GAMBIM LAZZERI** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revogar FG-30% de Orientadora Educacional a Sra. **ELIANE GAMBIM LAZZERI**, portadora do RG n° 755612 SSP/MT e CPF n°621.940.541-20, do cargo de Professora,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 079/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Revogar FG-30% de Orientador Educacional ao Sr. **CARLOS DIVINO CARDOSO** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revoga FG-30% de Orientador Educacional ao Sr. **CARLOS DIVINO CARDOSO**, portador do RG n° 10859217 SSP/MT e CPF n° 632.083.001-82, do cargo de Professor,lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 078/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Revoga FG de Diretora Escolar de 50% a **Dalila Marques Triburtino Colman** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Revogar FG de 50% de **DALILA MARQUES TRIBURTINO COLMAN**, portadora do RG n° 914128 SSP/MS e CPF n° 535.465.551.04, do cargo de Diretora Escolar,lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 077/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Nomear Cargo Comissionado o Sr. **PAULO CEZAR TAMANHO,** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomear em Cargo Comissionado o Sr. **PAULO CEZAR TAMANHO,** portador do RG n° 703.838 SSP/MT e CPF n° 632.084.151-68, no cargo de Coordenador de Departamento,lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 076/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Nomear Cargo Comissionado o Sr. **WELINGTON TIAGO DOS SANTOS,** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomear em Cargo Comissionado o Sr. **WELINGTON TIAGO DOS SANTOS,** portador do RG n° 2304952-9 SESP/MT e CPF n° 044.674.831-52, no cargo de Monitor de Programas,lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 075/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Nomear em cargo comissionado a Sra. CLAUDEMARI VENDRAMI e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Nomear em cargo comissionado a Sra. Claudemari Vendrami portadora do RG n° 10727140 SJ/MT e CPF n° 632.096.831-15, no cargo de Diretor de Departamento, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA-SE

PUBLIQUA-SE

CUMPRA-SE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 074/2016

DATA: 01 de fevereiro de 2016.

SÚMULA: Nomear Cargo Comissionado SUZANA BROIANO DUARTE e dá outras providências.

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato

Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° Nomear em Cargo Comissionado a Sra. **SUZANA BROIANO DUARTE**, portadora do RG n°764.391SSP/MT e CPF n°815.958.751-15, no Cargo de Diretor de Departamento, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art.2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art.3°- Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 073/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: DESIGNA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Designa o servidor Oldemar Ivanio Ortiz, RE: 1956, portador do RG n°: 699958 SSP/PR e CPF n°: 886.467.779-87, como Fiscal da Ata de registro de Preços abaixo relacionados:

ATA REGISTRO DE PREÇO

002/ 2016	**BRESSAN, LAMONATTO & CIA LTDA**	Para futura e eventual contratação de Pessoa jurídica para Prestação de mão de Obra de Apoio ás atividades Operacionais Subsidiarias para atender as unidades da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 072/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: NOMEIA FISCAL DE CONTRATOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomeia o servidor Gilseu dos Santos Franco, RE: 1854, portador do RG n°: 3031738507 DPTC/RS e CPF n°: 485.620.840-34, como Fiscal dos Contrato abaixo relacionado:

CONTRATO

Número/ Ano	Contratado	Objeto
005/ 2016	**MAPFRE SEGUROS GERAIS S.A**	Contratação de empresa especializada em prestação de fornecimento de seguro total em veículos da frota municipal de Cláudia-MT

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 071/2016

DATA: 01 de Fevereiro de 2016.

SÚMULA: Exoneração á pedido da Sra. **Cristiana Berta Hartmann** e dá outras providências,

Considerando as necessidades do Poder Público Municipal e a supremacia de interesse público, o Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação vigente,

RESOLVE:

Art.1° - Exoneração do Concurso á pedido a Sra. **CRISTIANA BERTA HARTMANN**, portadora do RG n° 1515258-8 SSP/MT e CPF n° 012.259. 961.63, no cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Art. 3° - Ficam expressamente revogadas todas as disposições contrárias.

Cláudia-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

REGISTRA - SE

PUBLIQUA - SE

CUMPRA - SE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 070/2016

Data: 01 DE FEVEREIRO DE 2016

SÚMULA: DETERMINA A ABERTURA DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE SERVIDORES, NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE ELABORAÇÃO E APLICAÇÃO DO TESTE SELETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com amparo na Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o inciso IX, art. 37 da Constituição Federal, a Lei Federal n° 9.601/98, Lei Complementar nº 018/2008 e Lei Municipal nº 256/ 2009, que autorizam a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO que diversas Secretarias Municipais estão com uma quantidade de pessoal reduzida, em razão de servidores estarem ocupando cargos comissionados, outros por terem feito pedido de exoneração do cargo, bem como inexistir candidatos classificados nas respectivas vagas no Concurso Público vigente;

CONSIDERANDO a necessidade de se implantar a referida seleção, primando pelos Princípios da Administração Pública da Publicidade, Transparência e a Formalidade que a seleção impõe.

R E S O L V E:

Art. 1º – Fica determinada a abertura do Processo Seletivo Simplificado 001/2016, para a contratação temporária de cargos, para suprir a deman-

da da Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, Secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de Agricultura e Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos.

Art. 2º – Fica nomeada a Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, para coordenar as atividades de preparar, executar e julgar o Processo Seletivo Simplificado 001/2016.

Art. 3º - A referida comissão será composta dos seguintes membros:

Edson João Sauthier - Presidente

Valdenice Galelli - Membro

Admilson Custodio - Membro

Viviane Otowiczts- Membro

Zonária de Barros Matias - Membro

Art. 4° **–** As dúvidas suscitadas serão deliberadas pela Comissão Municipal de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, que terão competência para decidir sobre os quesitos a serem avaliados, observando os critérios definidos no Edital.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, em 01 de Fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E AFIXE-SE.

REJANE CRISTINA ANDERLE

Secretária Municipal de Administração

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Exmº. Sr. JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA/MT, no uso de suas atribuições legais, torna público, por meio dos murais da Prefeitura e meios de divulgação em massa e eletrônico, e convoca a população em geral para participarem da Audiência Pública da Prefeitura Municipal de Claudia referente ao 2º semestre de 2015 RGF e 6° Bimestre 2015 RREO, a realizar-se no dia 29 de Fevereiro de 2016, a partir das 15h00min no Plenário da Câmara Municipal de Cláudia/MT.

Claudia/MT – 23 de Fevereiro de 2016.

João Batista Moraes de Oliveira

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 032/2016

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2016

SUMULA: **AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CONCEDER REAJUSTE SALARIAL AOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÀO, ALTERANDO OS ANEXOS I E II DA LEI COMPLEMENTAR 014/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar**:**

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo conceder reajuste de 11,36% (onze virgula trinta e seis por cento) de reajuste de salário para os cargos efetivos pertencentes aos grupo de professores, previsto na Tabela A do Anexo I, bem como aos cargos efetivos pertencentes aos grupo de Serviços de Manutenção a Infraestrutura Educacional previsto na Tabela B do Anexo I e ao grupo Serviços de Apoio a Gestão Educacional previsto na Tabela C do Anexo I.

Art. 2º - Os anexos I e II da Lei Complementar 014/2013, passam a vigorar conforme disposto nesta lei.

Art. 3º - Em cumprimento aos artigos 16 e 17 da Lei Complementar n° 101/2000, esta Lei é precedida de estimativa de impacto orçamentário e financeiro e de declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentária, bem como de adequação aos parâmetros financeiros da administração.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 01 de fevereiro de 2016.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE CLÁUDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se

_____

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

ANEXO I

TABELA DE VENCIMENTOS DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

TABELA A - Grupo: Professores							
NÍVEL	**TEMPO DE SERVIÇO**	**COEFICIENTE**	CLASSE **"A"**	CLASSE **"B"**	CLASSE **"C"**	CLASSE **"D"**	CLASSE **"E"**
Subsídio Fixado	**1,50**	**1,70**	**2,00**	**2,30**			
Sobre Classe "A"	**Sobre Classe "A"**	**Sobre Classe "A"**	**Sobre Classe "A"**				
01	00 a 03 anos	Subsídio Fixado	**R$ 1.602,16**	**R$ 2. 403,24**	**R$ 2. 723,67**	**R$ 3. 204,32**	**R$ 3. 684,97**

02	03 a 06 anos	1,04	R$ 1.666,25	R$ 2.499,37	R$ 2.832,62	R$ 3.332,49	R$ 3.832,37
03	06 a 09 anos	1,085	R$ 1.738,34	R$ 2.607,52	R$ 2.955,18	R$ 3.476,69	R$ 3.998,19
04	09 a 12 anos	1,135	R$ 1.818,45	R$ 2.727,68	R$ 3.091,37	R$ 3.636,90	R$ 4.182,44
05	12 a 15 anos	1,19	R$ 1.906,57	R$ 2.859,86	R$ 3.241,17	R$ 3.813,14	R$ 4.385,11
06	15 a 18 anos	1,25	R$ 2.002,70	R$ 3.004,05	R$ 3.404,59	R$ 4.005,40	R$ 4.606,21
07	18 a 21 anos	1,32	R$ 2.114,85	R$ 3.172,28	R$ 3.595,25	R$ 4.229,70	R$ 4.864,16
08	21 a 24 anos	1,41	R$ 2.259,05	R$ 3.388,57	R$ 3.840,38	R$ 4.518,09	R$ 5.195,80
09	24 a 27 anos	1,5	R$ 2.403,24	R$ 3.604,86	R$ 4.085,51	R$ 4.806,48	R$ 5.527,45
10	27 a 30 anos	1,53	R$ 2.451,30	R$ 3.676,96	R$ 4.167,22	R$ 4.902,61	R$ 5.638,00
11	30 a 33 anos	1,56	R$ 2.499,37	R$ 3.749,05	R$ 4.248,93	R$ 4.998,74	R$ 5.748,55
12	33 a 36 anos	1,59	R$ 2.547,43	R$ 3.821,15	R$ 4.330,64	R$ 5.094,87	R$ 5.859,10

TABELA B - Grupo: Serviços de Manutenção a Infraestrutura Educacional							
NÍVEL	**TEMPO DE SERVIÇO**	**COEFICIENTE**	CLASSE **"A"**	CLASSE **"B"**	CLASSE **"C"**	CLASSE **"D"**	
Subsídio Fixado	**1,10**	**1,20**	**1,68**				
Sobre Classe "A"	**Sobre Classe "A"**	**Sobre Classe "A"**					
01	00 a 03 anos	Subsídio Fixado	**R$ 1.025,32**	**R$ 1.127,85**	**R$ 1.230,38**	**R$ 1.722,54**	
02	03 a 06 anos	1,04	R$ 1.066,33	R$ 1.172,97	R$ 1.279,60	R$ 1.791,44	
03	06 a 09 anos	1,085	R$ 1.112,47	R$ 1.223,72	R$ 1.334,97	R$ 1.868,95	
04	09 a 12 anos	1,135	R$ 1.163,74	R$ 1.280,11	R$ 1.396,49	R$ 1.955,08	
05	12 a 15 anos	1,19	R$ 1.220,13	R$ 1.342,14	R$ 1.464,16	R$ 2.049,82	
06	15 a 18 anos	1,25	R$ 1.281,65	R$ 1.409,82	R$ 1.537,98	R$ 2.153,17	
07	18 a 21 anos	1,32	R$ 1.353,42	R$ 1.488,76	R$ 1.624,11	R$ 2.273,75	
08	21 a 24 anos	1,41	R$ 1.445,70	R$ 1.590,27	R$ 1.734,84	R$ 2.428,78	
09	24 a 27 anos	1,5	R$ 1.537,98	R$ 1.691,78	R$ 1.845,58	R$ 2.583,81	
10	27 a 30 anos	1,53	R$ 1.568,74	R$ 1.725,61	R$ 1.882,49	R$ 2.635,48	
11	30 a 33 anos	1,56	R$ 1.599,50	R$ 1.759,45	R$ 1.919,40	R$ 2.687,16	
12	33 a 36 anos	1,59	R$ 1.630,26	R$ 1.793,28	R$ 1.956,31	R$ 2.738,83	

TABELA C - Grupo: Serviços de Apoio a Gestão Educacional							
NÍVEL	**TEMPO DE SERVIÇO**	**COEFICIENTE**	CLASSE **"A"**	CLASSE **"B"**	CLASSE **"C"**		
Subsídio Fixado	**1,20**	**1,68**					
Sobre Classe "A"	**Sobre Classe "A"**						
01	00 a 03 anos	Subsídio Fixado	**R$ 1.097,99**	**R$ 1.317,59**	**R$ 1.844,62**		
02	03 a 06 anos	1,04	R$ 1.141,91	R$ 1.370,29	R$ 1.918,41		
03	06 a 09 anos	1,085	R$ 1.191,32	R$ 1.429,58	R$ 2.001,42		
04	09 a 12 anos	1,135	R$ 1.246,22	R$ 1.495,46	R$ 2.093,65		
05	12 a 15 anos	1,19	R$ 1.306,61	R$ 1.567,93	R$ 2.195,10		
06	15 a 18 anos	1,25	R$ 1.372,49	R$ 1.646,99	R$ 2.305,78		
07	18 a 21 anos	1,32	R$ 1.449,35	R$ 1.739,22	R$ 2.434,90		
08	21 a 24 anos	1,41	R$ 1.548,17	R$ 1.857,80	R$ 2.600,92		
09	24 a 27 anos	1,5	R$ 1.646,99	R$ 1.976,38	R$ 2.766,93		
10	27 a 30 anos	1,53	R$ 1.679,92	R$ 2.015,91	R$ 2.822,27		
11	30 a 33 anos	1,56	R$ 1.712,86	R$ 2.055,44	R$ 2.877,61		
12	33 a 36 anos	1,59	R$ 1.745,80	R$ 2.094,96	R$ 2.932,95		

ANEXO II

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO - QUADRO PERMANENTE

Grupo: PROFESSORES		
CARGO	**VENCIMENTO INICIAL CLASSE B - PROFESSORES**	**Nº DE VAGAS**
Professor – 30 Horas	**R$ 2.403,24**	**90**

Grupo: Serviços de Apoio de Manutenção e Infraestrutura Educacional		
CARGO	**VENCIMENTO INICIAL**	**Nº DE VAGAS**
Nutrição Escolar	**R$ 1.025,32**	**15**
Manutenção da Infraestrutura Escolar	**R$ 1.025,32**	**32**
Vigia Educacional	**R$ 1.025,32**	**12**

Grupo: Serviços de Apoio a Gestão Educacional		
CARGO	**VENCIMENTO INICIAL**	**Nº DE VAGAS**
Técnico Administrativo Educacional	**R$ 1.097,99**	**10**
Técnico em Desenvolvimento Infantil e Especial	**R$ 1.097,99**	**35**

B) QUADRO TEMPORÁRIOS DOS SERVIDORES

Grupo: PROFESSORES		
CARGO	**VENCIMENTO INICIAL CLASSE A - PROFESSORES**	**Nº DE VAGAS**
Professor – 30 Horas	**R$ 1.602.16**	**10**

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 599/2016.

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

SUMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CELEBRAR CONVÊNIO DE REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS COM A ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO TRANSPORTE COLETIVO DE CLÁUDIA – AETCC, BEM COMO ABRIL CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado o Poder Executivo Municipal a repassar recursos financeiros, mediante convênio para a **ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO TRANSPORTE COLETIVO DE CLÁUDIA - AETCC**, inscrita no CNPJ sob o n.º 12.893.007/0001-69, com sede á Rua Ferreira Mendes, n.º 736, Centro, Cláudia – MT.

Art. 2º - O valor do Convênio a ser celebrado entre as partes para o repasse dos recursos financeiros é de até R$ 385.000,00 (Trezentos e oitenta e cinco mil reais), divididos em 11 (onze) parcelas iguais, mensais e sucessivas, diretamente à beneficiária, na forma de convênio a ser celebrado entre as partes.

Parágrafo Único - Os recursos financeiros de que dispõe este artigo serão destinados a custear despesas com o transporte escolar dos universitários até o Município de Sinop - MT.

Art. 3º - Para cobertura das despesas decorrentes da presente Lei fica autorizado o chefe do Poder Executivo a abrir um crédito adicional suplementar para complementar este programa previsto no orçamento vigente, no valor de R$ 385.000,00 (trezentos e oitenta e cinco mil reais).

05 – Secretaria Municipal de Educação

05.001 – Gabinete do Secretário Municipal de Educação

05.001.12 – Educação

05.001.12.363 – Ensino Profissional

05.001.12.363.0018 – Educação Básica de Qualidade

05.001.12.363.0018.1014 – Apoio ao Ensino Profissionalizante

05.001.12.363.0018.1014.3350.41.00.00.00 – Contribuições R$ 385.000,00

Art. 4º *- A* **ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DO TRANSPORTE COLETIVO DE CLÁUDIA – AETCC**, deverá prestar contas à Administração Municipal dos recursos recebidos até 31 de dezembro de 2016.

§ 1º - A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, em duas vias, no prazo previsto, instruídas com os seguintes documentos:

a) **Ofício encaminhando a Prestação de Contas;**

b) **Cópias dos documentos suportes de despesa;**

c) **Devolução de saldo devedor se houver.**

§ 2º -A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 5º *- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.*

Gabinete do Prefeito Municipal de Cláudia, Estado De Mato Grosso, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Fevereiro de 2016.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se

_____

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 598/2016.

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2016

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER AUXÍLIO FINANCEIRO PARA PASTORAL DA CRIANÇA DO MUNICÍPIO DE CLÁUDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo, autorizado a firmar convênio com a **PASTORAL DA CRIANÇA**, visando transferir recursos financeiros no valor total de R$ 7.700.00 (sete mil e setecentos reais) divididos em 11 (onze) parcelas iguais de R$ 700,00 (setecentos reais), mensais, com o fim exclusivo de custeio de despesas.

§1° – O convênio de que trata esta lei terá validade até 31 de dezembro de 2016.

Art. 2º - Para cobertura das despesas decorrentes da presente Lei, serão utilizados recursos da seguinte dotação orçamentaria:

04.001.04.122.0004.2018.335041 – Contribuições R$ 7.700.00

Art. 3º - A PASTORAL DA CRIANÇA deverá prestar contas à Administração Municipal dos recursos recebidos e previstos no art. 1°, sendo que a prestação de contas deverá ser realizada até 31 de dezembro de 2016.

§1º - A Prestação de Contas, dos recursos recebidos, será apresentada ao Executivo Municipal, em duas vias, no prazo previsto, instruídas com os seguintes documentos:

a) **Ofício encaminhando a Prestação de Contas;**

b) **Cópias dos documentos suportes de despesa;**

c) **Devolução de saldo devedor, se houver.**

§2º -A Prestação de Contas e demais documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente ser assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada.

Art. 4º *- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.*

Art. 5º *- Revogam-se as disposições em contrário.*

Gabinete do Prefeito Municipal de Cláudia, Estado De Mato Grosso, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Fevereiro de 2016.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se

_____

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 597/2016.

DATA: 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

SÚMULA: **AUTORIZA A REPASSAR RECURSOS FINANCEIROS MEDIANTE CONVÊNIO PARA A ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE CLÁUDIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Cláudia, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, faz saber que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º *- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a repassar recursos financeiros mediante convênio à* ***ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI DE CLÁUDIA,*** inscrita no CNPJ sob n.º 02.372.804/0001-47, com sede Av. Marechal Candido Rondon, S/N, Bairro Centro, Cláudia - MT.

Art. 2º *- O valor dos recursos financeiros a serem repassados, serão de R$46.000,00 (quarenta e seis mil reais) em 10 parcelas, sendo a primeira no valor de R$10.000.00 (dez mil reais) e 9 parcelas iguais, mensais e sucessivas de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) cada uma, diretamente à beneficiária, nos meses de fevereiro a dezembro de 2016, podendo ser antecipados os pagamentos caso haja disponibilidade financeira, na forma de convênio a ser celebrado entre as partes.*

Art. 3º - Para atender as despesas de que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da dotação orçamentária, constante no orçamento vigente para o presente exercício, à seguinte conta:

05.001.12.122.0018.1020.3350.43.00.00.00 – Subvenções Sociais R$ 46.000,00

Art. 4° - Os recursos financeiros que dispõe esta lei serão destinados para ajuda na manutenção dos diversos serviços da ASSOCIAÇÃO PESTALOZZI e deverão ser depositados em Conta Bancária específica.

Art. 5º *- A Associação favorecida por esta Lei deverá apresentar o Plano de Trabalho, onde se evidencie a aplicação dos recursos.*

Art. 6º - A Associação deverá prestar contas à Prefeitura Municipal da aplicação dos recursos ora autorizados até 31/12/2016, instruída com os seguintes documentos:

a) Ofício ao Prefeito Municipal encaminhando a Prestação de Contas.

b) Balancete Financeiro.

c) Extrato Bancário de Conta Especial e Conciliação de Saldo, se houver.

d) Xerocópias dos documentos suportes de despesa.

e) Declarações do lançamento contábil, ratificando o ingresso dos valores, na receita orçamentária da entidade.

Parágrafo único - A Prestação de Contas e demais Documentos, que comprovem a boa e real aplicação dos recursos recebidos, deverão obrigatoriamente assinados, pelos ordenadores de despesa da entidade conveniada, sendo que cópia da prestação de contas deverá ser encaminhada ao legislativo municipal para acompanhamento.

Art. 8º *- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.*

.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cláudia, Estado De Mato Grosso, aos 23 (vinte e três) dias do mês de Fevereiro de 2016.

Registra-se,

Publica-se,

Cumpra-se

JOÃO BATISTA MORAES DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 03/2016

AO EDITAL Nº 02/2015 PROCESSO SELETIVO PÚBLICO

O Prefeito do Município de Colíder - MT, Sr. **NILSON JOSÉ DOS SANTOS**, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público, nomeada pelo Decreto 072 /2015, de 20 de agosto de 2015, torna público o edital Complementar do Edital do Processo Seletivo Público 02/2015.

Art. 1º - Ficam **Convocados os aprovados** do Processo Seletivo Público nº. 02/2015, os candidatos abaixo relacionados, que deverão comparecer na Secretaria Municipal de Gestão Pública - Prefeitura Municipal de Colíder - MT, situada na Travessa dos Parecis nº. 85, Centro, Setor Leste, durante o **período de 24 a 01 de fevereiro de 2016,** no horário das 8:00 as 11:00 e das 13:00 as 16:00 horas, munidos dos seguintes documentos originais e três cópias legíveis, na ordem que se pede que serão retidas.

-Certificado, de conclusão de curso do Ensino Fundamental;

-Certidão de quitação eleitoral emitida pelo Tribunal Superior Eleitoral-TSE;

-Titulo de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;

-Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;

-Carteira de Identidade;

-Cadastro de Pessoa Física - CPF;

-Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;

-Carteira de Trabalho;

-Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;

-CNIS (retirado no INSS);

-Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;

-Comprovante de residência, (conta de água, luz, telefone ou outro documento idôneo);

-Conta corrente (Banco Bradesco);

-Carteira Nacional de Habilitação;

-Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);

Originais:

-03 fotos 3x4 atual e colorida;

-Carteira de Trabalho;

-Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;

-Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS);

-Atestado de Sanidade Mental (emitidos por profissionais do SUS);

-Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;

-Declaração de Bens;

-Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

Art. 2º - O provimento do candidato no emprego fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima. A posse será realizada a partir do dia **02 de Março de 2016**.

Art. 3º - O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido para esse fim facultará ao Poder executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.

Cargo : 002 - Agente Comunitário De Saúde - (PSF – Bom Jesus)

Inscrição	Nome	Classificação	Situação
083	DÉBORA BERGAMIN DE OLIVEIRA	05	Classificado

Colíder /MT, 23 de Fevereiro de 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS LUCIENE DE ALMEIDA TEODÓRIO

Prefeito Municipal Presidente da Comissão

Colíder/MT Processo Seletivo Público nº 02/2015

DEPARTAMENTO DE PROJETOS
DECRETO Nº 014/2016

DATA: 01 DE FEVEREIRO DE 2016.

SUMULA: ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS, PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar no Valor de R$ 354.000,00 (trezentos e cinquenta e quatro mil reais), nos termos do artigo 3º da Lei Municipal 2.844/2015, e Lei Municipal 2.816/2016, para reforço da dotação consignada no orçamento corrente:

01. CÂMARA MUNICIPAL

01.001. CÂMARA MUNICIPAL

01.001.01. LEGISLATIVA

01.001.01.031. AÇÃO LEGISLATIVA

01.001.01.031.0001. GESTÃO E MANUTENÇÃO DO LEGISLATIVO

01.001.01.031.0001.2031. MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CÂMARA MUNICIPAL

01.001.01.031.0001.2031.3.1.90.11.00.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil.....R$ 113.000,00

01.001.01.031.0001.2031.3.1.90.13.00.00 - Obrigações Patronais.....R$ 15.000,00

01.001.01.031.0001.2031.3.1.91.13.00.00 - Obrigações Patronais.....R$ 10.000,00

01.001.01.031.0001.2031.3.3.90.93.00.00 - Indenizações e Restituições.....R$ 216.000,00

TOTAL.....R$ 354.000,00

Art. 2º - Para fazer face ao crédito autorizado no artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação constante do orçamento vigente:

04. SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA

04.001. SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO PÚBLICA

04.001.04. ADMINISTRAÇÃO

04.001.04.122. ADMINISTRAÇÃO GERAL

04.001.04.122.0007. GESTÃO DE MAN. DA SECRET. DE GESTÃO PÚBLICA

04.001.04.122.0007.2 046. MAN. E ENCARGOS DAS ATIV. DA SECRET. DE GESTÃO PÚBLICA

05.001.04.122.0004.2 046.31.90.11.00.00.00.00 - FONTE 100000 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL R$ 354.000,00

TOTAL.....R$ 354.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE COLIDER, ESTADO DE MATO GROSSO, AO PRIMEIRO DIA DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2016.

NILSON JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 001/2016

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS SRP Nº 001/2016

A Prefeitura Municipal de Colniza/MT faz saber aos interessados que se fará **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL *Registro de Preços para futura e eventual Contratação de Casa de Apoio exclusivamente com sede na Capital do Estado Cuiabá – MT,*** para prestação de serviços no atendimento a pacientes do SUS os quais se encontram em tratamento de saúde fora de seu domicilio, para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Colniza – MT. Conforme especificações constantes do anexo I, parte integrante do edital.

Rege a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal nº. 160/2009, subsidiariamente, a Lei nº. 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia **08 de Março de 2016, às 09h00-min (nove) horas,** no Departamento de Licitação da Prefeitura Municipal de Colniza - MT, onde e quando os interessados deverão apresentar os envelopes nº. 01 - Propostas de Preços e nº. 02 - Documentos de Habilitação ao Pregoeiro, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame.

Os interessados, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio, junto ao Pregoeiro, a partir das **09h00min** do dia especificado no parágrafo anterior.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado observado às condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de licitação, impresso, de segunda a sexta-feira, no horário de 7h30min até 12h30-min ou via site www.colniza.mt.gov.br. É necessário que, seja informado ao Departamento de Licitação **via e-mail: licitação.colniza@hotmail.com** a retirada do mesmo, para que possamos comunicar possíveis alterações que se fizerem necessárias. Este setor de licitação não se responsabilizará pela falta de informações relativas ao procedimento àqueles interessados que não confirmarem, pelos meios expostos, a retirada do Edital. Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone **(066) 3571- 2227.**

Colniza- MT, 23 de fevereiro de 2016.

Antonio Apolinário

Pregoeiro Oficial

PORTARIA N.º 001/2016/SMS/COLNIZA

PORTARIA N.º 001/2016/SMS/COLNIZA

Institui comissão responsável pela condução e orientação do processo de atribuição da jornada de trabalho dos Profissionais Contratados da Rede Municipal de saúde para o ano de 2016.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, diante do processo de atribuição da jornada de trabalho da rede municipal, conforme Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, para contratação temporária, em observância à legislação vigente, a Constituição Federal/88, a Lei de Diretrizes e Bases da Saúde n° Lei Municipal nº 499/2011, 500/2011, 501/2011, 502/2011, 608/2014 e 639/2015.

RESOLVE:

Art. 1º. Instituir comissão responsável pela condução e orientação do processo de atribuição *da jornada de trabalho dos Profissionais Contratados da Rede Municipal de Saúde – SAMU para o ano de 2016*, que será composta pelos seguintes membros:

1. Celia Marcia Nunes Machado 2. Karla Silveira Barbosa 3. Leia Fabiano Zimmermann

Art. 2º. A comissão acima constituída deverá conduzir e orientar o processo de atribuição *da jornada de trabalho dos Profissionais Contratados da Rede Municipal de Saúde- SAMU, para o ano de 2016.*

Art. 3º. *Os representantes deverão registrar em ata o processo de atribuição da jornada de trabalho dos Profissionais Contratados da Rede Municipal de Saúde – SAMU, para o ano de 2016.*

Art.4º. Os trabalhos da referida comissão serão coordenados pelo Secretário Municipal de Saúde Alessandro Faustino Polastrini.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Colniza-MT, 23 de fevereiro de 2016

Alessandro Faustino Polastrini

Secretario Municipal de Saúde

Decreto Nº043/GP/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Edital de Convocação

Ficam convocados os candidatos aprovados no teste **Seletivo Publico 001/2015**, para os Cargos abaixo relacionados, para se apresentarem na Secretaria Municipal de saúde da Prefeitura Municipal, na Av. Tarumã nº 116, Bairro Centro, em Colniza-MT, Estado de Mato Grosso, fone: (66) 3571-1000, 3571 2227 ou 3571-1315, no período de 23/02/2016 a 01/03/2016, no horário de 07hs as 13hs, pessoalmente ou por procurador munido de instrumento de Procuração.

01. Cargo: Enfermeiro-Samu

Candidato	Inscrição	Classificação
Jenniffer da Silva Oliveira	001207	1°
Tatiane Alves Pontes	000231	2°
Debora Lucio dos Santos	000720	3°

02. Cargo: Motorista Veiculo Pesados-Samu

Candidato	Inscrição	Classificação
Leandro Muniz Rodrigues	000532	1°
Elessandro Muniz Rodrigues	000222	2°

Célia Márcia Nunes Machado Karla Silveira Barbosa

Leia Fabiano Zimmermann

Membros da Comissão da SMS do Teste Seletivo 001/2015

Alessandro Faustino Polastrini

Secretário Municipal de Saúde

Decreto 043/GP/2016

DECRETO N° 166/GP/PMC//2016

DECRETO N° 166/GP/PMC//2016

"DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO nº 038/2015 – OBJETO: a presente licitação tem por objeto, a modalidade de Pregão Presencial Registro de Preço (SRP), visando a futura e eventual contratação de empresa para a aquisição de grupo gerador diesel e contratação de empresa para prestação de serviço de instalação de grupo gerador diesel. Atendendo assim as necessidades da secretaria solicitante por período de 12 (doze) meses".

ESVANDIR ANTONIO MENDES, prefeito municipal em exercício de Colniza - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei:

1. Considerando que o conceito de ato Administrativo é baseado no de ato jurídico, diferenciando-se deste pela finalidade pública; **2.** Considerando que o ato Administração é toda manifestação unilateral da vontade da administração pública, que agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, e; **3.** Considerando que o controle que a Administração exerce sobre os seus atos caracteriza o Principio Administrativo da autotutela Administrativa, firmado legalmente por duas súmulas: ***SÚMULA 346*** *A administração pública pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.* ***SÚMULA 473*** *A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.* **4.** Considerando que essas súmulas estabeleceram que a administração poderá revogar, por motivo de interesse, ou anular, em razão de ilegalidade, seus atos; **5.** Considerando o Princípio da legalidade, fundamental em qualquer

Estado de Direito, porquanto o Poder Público estará sujeito aos mandamentos previstos em lei (lato sensu). Ocorre que, a Administração Pública, vigora o princípio da indisponibilidade do interesse público, que é determinado exatamente pela lei. Facultando-se fazer tudo aquilo que a lei não proíba. **6.** Considerando o artigo 49 da Lei 8.666/93, ao dispor que a autoridade competente pela licitação deverá: *"anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado".* **7.** Considerando que como previsto em lei, a autoridade pública deverá anular ato administrativo defeituoso por ilegalidade, de oficio ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado; **8.** Considerando que o processo licitatório modalidade pregão presencial registro de preço 038/2015 – objeto: "a presente licitação tem por objeto, a modalidade de pregão presencial registro de preço (SRP), visando a futura e eventual contratação de empresa para a aquisição de grupo gerador diesel e contratação de empresa para prestação de serviço de instalação de grupo gerador diesel. Atendendo assim as necessidades da secretaria solicitante por período de 12 (doze) meses", esta eivado de vícios insanáveis e que o tornam ilegal por estar em desacordo com a Lei 8.666/93. **9.** Considerando que a anulação é meio utilizado quando o ato especifico é ilegal, e quando o ato administrativo realizado em discordância com o preceito legal é viciado, defeituoso, deve ser anulado, não havendo margem para a administração deliberar sobre o atendimento ao interesse público e a mera quebra de premissa de lei ocasiona o vicio, sendo passível de anulação, suscitada de oficio pela autoridade ou por interessados. Assim decreta: **Art. 1°** - Fica anulado o processo licitatório modalidade Pregão Presencial Registro de Preço nº 038/2015. **Art. 2° -** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Registre-se, Publique-se, e Cumpra-se. Gabinete do prefeito municipal de Colniza/MT, em 23 de fevereiro de 2016. _____ **ESVANDIR ANTONIO MENDES PREFEITO MUNICIPAL EM EXERCÍCIO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

PORTARIA Nº 016/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

COMODORO - PREVI

PORTARIA N.º 016/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez da servidora LUCINDA VIEIRA DE OLIVEIRA."

O Sr. GUSTAVO ANDRÉ ROCHA, Diretor Executivo DO COMODORO-PREVI, FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 6-A da Emenda Constitucional Nº 41/2003 com redação da Emenda Constitucional Nº 70/2012, Lei Municipal n.º 1.519/2014, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, Lei Municipal n.º 1.330/2011, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos, combinado com a Lei nº 1.329/2011 que trata do estatuto dos profissionais da educação;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria por Invalidez**, a servidora Sra. LUCINDA VIEIRA DE OLIVEIRA, CASADA, portadora da cédula de identidade RG n.º 57649356, SSP-PR, inscrita no CPF sob o n.º 792.035. 311-49, efetiva no cargo de PROFESSORA PIII, classe "E", nível "4", lotada no FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL, com proventos INTEGRAL contidos na planilha de calculo de proventos, conforme processo administrativo do COMODORO-PREVI, n.º **2015.03.01968P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir 06/10/2015,revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

COMODORO - MT, 23 de Outubro de 2015.

GUSTAVO ANDRE ROCHA

Diretor do COMODORO-PREVI

HOMOLOGO:

MARLISE MARQUES MORAES

PREFEITA MUNICIPAL DE COMODORO.

PORTARIA Nº 002/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

COMODORO - PREVI

PORTARIA N.º 002/2016

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 005/2015, que trata da APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora NILCE ANIZELLI DA SILVA."

O **Diretor Executivo do COMODORO-PREVI** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de COMODORO, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no Art. 6º ,inciso I,II,III e IV da Emenda Constitucional 41/2003, e Art. 12,III, "a" § 3º da Lei Municipal 1.519/2014, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, da Lei Municipal nº 1.330/2011, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos.

Art. 1º Conceder o benefício APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, à servidora Sra. *NILCE ANIZELLI DA SILVA*, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 323888 SSP/RO, inscrita no CPF nº 316.650.202-53, efetiva no cargo de PROFESSOR PII, Classe "H" nível "4", lotada no FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL, com proventos Integral, conforme processo administrativo do COMODORO-PREVI, n.º **2015.04.01792P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 02 de Março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

COMODORO - MT, 22 de Fevereiro de 2016.

GUSTAVO ANDRE ROCHA Diretor

Executivo do COMODORO-PREVI

Homologo:

MARLISE MARQUES MORAES Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 003/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

COMODORO - PREVI

PORTARIA N.º 003/2016

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 014/2015, que trata da APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora ELORITA KATIA MALVEZZI DIAS."

O **Diretor Executivo do COMODORO-PREVI** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de COMODORO, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 6º, inciso I,II,III e IV da Emenda Constitucional 41/2003,combinado com o artigo 12, III, "a" § 3º da Lei Municipal n.º 1519/2014, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, da Lei Municipal nº 1.330/2011, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos.

Art. 1º Conceder o benefício APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, à servidora Srª. ELORITA KATIA MALVEZZI DIAS, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 197527 SSP/MS, inscrita no CPF nº 203.563.402-44, efetiva no cargo de PROFESSOR PIII, classe "D", nível "4", lotada no FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL, com proventos Integral, conforme processo administrativo do COMODORO-PREVI, n.º **2015.04.01866P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 02 de Junho de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

COMODORO - MT, 22 de Fevereiro de 2016.

GUSTAVO ANDRE ROCHA Diretor

Executivo do COMODORO-PREVI

Homologo:

MARLISE MARQUES MORAES

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 019/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

COMODORO - PREVI

PORTARIA N.º 019/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez a servidora MARIA GESSY BIER."

O Sr. GUSTAVO ANDRÉ ROCHA, Diretor Executivo DO COMODORO-PREVI, FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 1º, I da Constituição Federal 88 com redação da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c Art. 12, I, "a e b" da Lei nº. 1.519/2014, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, da Lei Municipal n.º 1. 330/2011, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos, combinado com a Lei nº 1.329/2011, que trata do Estatuto dos Profissionais da Educação.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria por Invalidez**, a servidora Sra. MARIA GESSY BIER, DIVORCIADA, portadora da cédula de identidade RG n.º 6709013 SSP/SP, inscrita no CPF sob o n.º 176.556.171-04, efetiva no cargo de PROFESSORA PII, classe "C", nível "4", lotada no FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL, com proventos PROPORCIONAL contidos na planilha de calculo de proventos, conforme processo administrativo do COMODORO-PREVI, n.º **2015.03.02012P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos à partir 06/10/2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

COMODORO - MT, 23 de Outubro de 2015.

GUSTAVO ANDRÉ ROCHA

Diretor do COMODORO-PREVI

HOMOLOGO:

MARLISE MARQUES MORAES.

PREFEITA MUNICIPAL

EDITAL N.º 004/2016

EDITAL n.º 004/2016

De: 23.02.2016

MARLISE MARQUES MORAES,Prefeita Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Art. 1º. Convoca os candidatos abaixo relacionados classificados e aprovados no Processo Seletivo Simplificado da Educação, para comparecerem junto a Secretaria Municipal de Administração/Departamento de Recursos Humanos, a fim de apresentar os documentos exigidos para a contratação nas funções **abaixo relacionadas,** em conformidade com o Edital de Abertura n.º 001, de 18 de novembro de 2015, Edital n.º 005, de 29 de janeiro de 2016 e Decreto de Homologação n.º 005, de 02 de fevereiro de 2016, para o cargo de:

EDUCAÇÃO URBANA

CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS DE CRECHE

ESCOLAS URBANAS

NOME DO CANDIDATO (A)	Classificação
Rosana Rodrigues da Silva	19 º

CARGO: PROFESSOR PII – CADASTRO RESERVA

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

ESCOLAS URBANAS

NOME DO CANDIDATO (A)	Classificação
Maysa de Souza Martins	7º

Art. 2º. Os documentos para a Contratação de cada candidato deverão ser apresentados conforme normas e instruções do Departamento de Recursos Humanos.

Art. 3º. O não comparecimento no período de 15(quinze) dias, contados a partir da publicação deste Edital, implicará na desistência da vaga.

Gabinete da Prefeita Municipal de Comodoro, Estado de Mato Grosso, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

Marlise Marques Moraes

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 004/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

COMODORO - PREVI

PORTARIA N.º 004/2016

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 006/2015, que trata da APOSENTADORIA POR INVALIDEZ à servidora MARIA TEREZA NOGUEIRA."

O **Diretor Executivo do COMODORO-PREVI** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de COMODORO, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, §1º, I da Constituição Federal /88 com redação da Emenda Constitucional nº 41/2003 c/c Art. 12, I, "a e b" da Lei nº 1.519/2014, que regula-

menta o Regime Próprio de Previdência Social, da Lei Municipal nº 1.330/2011, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos;

Art. 1º Conceder o benefício APOSENTADORIA POR INVALIDEZ, à servidora Srª. MARIA TEREZA NOGUEIRA, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 971181 SSP/MT, inscrita no CPF nº 532.135.801-04, efetiva no cargo de MONITOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, referência classe "B", nível "3", lotada no FUNDEB 40% ENSINO FUNDAMENTAL, com proventos PROPORCIONAL, conforme processo administrativo do COMODORO-PREVI, n.º **2015.03.01851P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 02 de Março de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

COMODORO - MT, 22 de Fevereiro de 2016.

GUSTAVO ANDRE ROCHA

Diretor Executivo do COMODORO-PREVI

Homologo:

MARLISE MARQUES MORAES

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 020/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

COMODORO - PREVI

PORTARIA N.º 020/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade a servidora Sra. *APARECIDA ROSA DE PAULA."*

O Sr. GUSTAVO ANDRÉ ROCHA, Diretor Executivo DO COMODORO-PREVI, FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 40, § 1º, III, "b" da Constituição Federal /88 com redação da Emenda Constitucional nº 41/2003 Art. 12, III, "b" da Lei nº. 1.519/2014, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, anexo III, da Lei Municipal n.º 1.326/2011, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos, combinado com a Lei nº 1.328/2011 que trata do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria por Idade**, a servidora Sra. APARECIDA ROSA DE PAULA, UNIÃO ESTÁVEL, portadora da cédula de identidade RG n.º 232872 SSP/RO, inscrito no CPF sob o n.º 190.991.182-87, efetiva no cargo de GARI, classe "A", nível "1", lotada na SECRETARIA DE OBRAS DEPARTAMENTO SERVIÇOS PÚBLICO, com proventos proporcionais contidos na planilha de calculo de proventos, conforme processo administrativo do COMODORO-PREVI, n.º **2016.02.02009P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à partir de 04/11/2015 revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

COMODORO - MT, 23 de Novembro de 2015.

GUSTAVO ANDRÉ ROCHA

Diretor do COMODORO-PREVI

HOMOLOGO:

MARLISE MARQUES MORAES

PREFEITA MUNICIPAL DE COMODORO

PORTARIA Nº 005/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

COMODORO - PREVI

PORTARIA N.º 005/2016

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 007/2015, que trata da APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO à servidora JACIRA TEODORO DE SOUZA."

O **Diretor Executivo do COMODORO-PREVI** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de COMODORO, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no Art. 6º ,inciso I, II, III e IV da Emenda Constitucional 41/2003, e Art. 12,III, "a" § 3º da Lei Municipal 1.519/2014, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, da Lei Municipal nº 1.330/2011, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos.

Art. 1º Conceder o benefício APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, à servidora Sra. JACIRA TEODORO DE SOUZA, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 249961 SSP/RO, inscrita no CPF nº 220.783.392-53, efetiva no cargo de PROFESSOR PIII, Classe "I" nível "4", lotada no FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL, com proventos Integral, conforme processo administrativo do COMODORO-PREVI, n.º **2015.04.01832P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 02 de Maio de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

COMODORO - MT, 22 de Fevereiro de 2016.

GUSTAVO ANDRE ROCHA

Diretor Executivo do COMODORO-PREVI

Homologo:

MARLISE MARQUES MORAES

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 006/2016

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

COMODORO - PREVI

PORTARIA N.º 006/2016

"Dispõe sobre a retificação da Portaria nº 002/2015, que trata da APOSENTADORIA POR IDADE a MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA."

O **Diretor Executivo do COMODORO-PREVI** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de COMODORO, Estado de MT, no uso de suas atribuições legais e fundamentado no Art. 40, § 1º, III, "b" da Constituição Federal /88 com redação da Emenda Constitucional nº 41/2003, Art. 12, III, "b" da Lei Municipal 1.519/2014, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, da Lei Municipal nº 1.330/2011, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos.

Art. 1º Conceder o benefício APOSENTADORIA POR IDADE, à servidora Sra. MARIA DAS GRAÇAS DA SILVA, casada, portadora da cédula de identidade RG nº 314816 SSP/RO, inscrita no CPF nº 387.070.552-34,

efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, Classe "C" nível "3", lotada no FUNDEB 40% ENSINO FUNDAMENTAL, com proventos Proporcionais, conforme processo administrativo do COMODORO-PREVI, n.º **2015.02.01793P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 12 de Janeiro de 2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

COMODORO - MT, 22 de Fevereiro de 2016.

GUSTAVO ANDRE ROCHA

Diretor Executivo do COMODORO-PREVI

Homologo:

MARLISE MARQUES MORAES

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 017/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

COMODORO - PREVI

PORTARIA N.º 017/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez a servidora VERA LUCIA NUNES CORDEIRO."

O Sr. GUSTAVO ANDRÉ ROCHA, Diretor Executivo DO COMODORO-PREVI, FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 6-A da Emenda Constitucional Nº 41/2003 com redação da Emenda Constitucional Nº 70/2012, Lei Municipal n.º 1.519/2014, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, a Lei Municipal n.º 1.330/2011, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos, combinado com a Lei nº 1.329/2011, que trata do estatuto dos profissionais da educação;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria por Invalidez**, a servidora Sra. VERA LUCIA NUNES CORDEIRO, CASADA, portadora da cédula de identidade RG n.º 378434 SSP-RO, inscrita no CPF sob o n.º 390.434. 872-87, efetiva no cargo de PROFESSOR PII, classe "E", nível "2", lotada no FUNDEB 60% ENSINO FUNDAMENTAL, com proventos INTEGRAL contidos na planilha de calculo de proventos , conforme processo administrativo do COMODORO-PREVI, n.º **2015.03.02013P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroatrivos à partir de 06/10/2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

COMODORO - MT, 23 de Outubro de 2015.

GUSTAVO ANDRE ROCHA

Diretor do COMODORO-PREVI

Homologo

Marlise Marques Moraes

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 015/2015

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL

COMODORO - PREVI

PORTARIA N.º 015/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Invalidez servidora NEUZA LUIZA GOMES SOARES."

O Sr. GUSTAVO ANDRE ROCHA, Diretor Executivo DO COMODORO-PREVI, FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, Estado de MT no uso de suas atribuições legais; e

Considerando o preenchimento dos pressupostos legais contidos no Art. 6-A da Emenda Constitucional Nº 41/2003 com redação da Emenda Constitucional Nº 70/2012, Lei 1.519/2014, que regulamenta o Regime Próprio de Previdência Social, Lei 1.326/2011, que trata sobre o plano de cargo, carreira e vencimentos, a Lei Municipal nº 1328/2011, que trata do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder o benefício **Aposentadoria por Invalidez**, a servidora Sra. NEUZA LUIZA GOMES SOARES, CASADA, portadora da cédula de identidade RG n.º 1584928 SSP/MT, inscrita no CPF sob o n.º 567.386. 681-04, efetiva no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, classe "D", nível "2", lotada no FUNDEB 40% ENSINO FUNDAMENTAL, com proventos INTEGRAL contidos na planilha de calculo de proventos, conforme processo administrativo do COMODORO-PREVI, n.º **2015.03.02014P**, a partir desta data até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à partir de 06/10/2015, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

COMODORO - MT, 23 de Outubro de 2015.

GUSTAVO ANDRE ROCHA

Diretor do COMODORO-PREVI

HOMOLOGA:

MARLISE MARQUES MORAES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 02/2016

A Prefeitura de Confresa-MT, declara vencedora do processo licitatório nº 05/2016 Pregão Presencial 02/2016, cujo objeto é o **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE AÉREO DE ENCOMENDAS**, a empresa: HV Turismo EIRELI - ME no valor global de R$ 28.500,00.

Confresa 18/02/2016.

José Carneiro da Silva

Pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EDITAL DE PUBLICACAO DO BALANÇO GERAL PREVI COTRI

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO BALANÇO GERAL DA INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA COTRIGUACU

EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 31 § 3º DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA E AO QUE DISPÕE O ARTIGO 209 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO, BEM COMO ESTABELICIDO NO ARTIGO 146 DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, COMUNICA QUE AS CONTAS ANUAIS COMPOSTA PELO BALANÇO GERAL E DEMAIS ANEXOS DA **INSTITUTO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA COTRIGUACU,** AO EXERCICÍO DE 2015, ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO PARA APRECIAÇÃO DOS CIDADÃOS E INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL , OS QUAIS PODERÃO QUESTIONAR-LHES A LEGITIMIDADE DE ACORDO COM O QUE PRESCREVE O ARTIGO 49 DA LEI Nº 101/2000 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. A DISPONIBILIDADE DA-SE DO DIA 15/02/2016 À 31/12/2016.

JOAO FRANCISCO PEREIRA NETO

Contador

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 049/2015

REFERENTE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº. 038/2015

Processo 054/2015

Aos vinte e três dias do mês de Fevereiro de 2016, na Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, localizada na Avenida 20 de Dezembro nº 725 Centro, Cotriguaçu-MT, neste ATO representado pela Prefeita Municipal **Srº: ROSANGELA APARECIDA NERVIS,** brasileira, solteira, residente e domiciliado na Travessa Beija Flor, n° 16, na cidade de Cotriguaçu – MT, Portador de C.I. RG nº 1030709-5 SSP/MT e do CPF/MF nº 769.037.371-20 de acordo com o disposto no artigo 15 da Lei Federal nº. 8.666/93 e o Decreto Municipal nº. 796/2013, que Institui o Sistema de Registro de Preços no município, e de acordo com os termos do **PREGÃO Nº. 038/2015, cujo objeto:"AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO E GENEROS ALIMENTICIOS PARA ESCOLAS DO DISTRITO DE NOVA UNIÃO, E SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA EM NOVA UNIÃO", e ata de registro de Preços 049/2015, a qual sagrou-se vencedora a empresa : COMERCIAL NAUE EIRELI - EPP , CNPJ Nº 11.121.912/0001-38**, localizada na AV. Marechal Rondon s/ nº Nova União distrito de Cotriguaçu/MT, CEP 78.330-000, **RESOLVE ajustar de acordo ao presente termo nos termos da Lei Federal 8.666/93, e suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis, mediante as cláusulas e condições seguintes :**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo estabelecer o equilíbrio financeiro dos itens conforme abaixo:

					Valores iniciais da ata	Valores aditivados		
Item	Descrição	Quant	Marca	Uni	Valor Unit	Valor Total	Valor Unit	Valor Total
4	ACUCAR CRISTAL ESPECIAL COR CLARA EMBALADOS EM SACO PLASTICO DE 2KG	700	ITAMARATY	PCT	R$ 3,95	R$ 2. 765,00	R$ 5,42	R$ 3,794,00
15	ARROZ GRUPO BENEFICIADO CLASSE LONGO FINO TIPO I ISENTO DE MOFO ODORES ESTRANHOS SUBSTANCIAS NOCIVAS COLORACAO UNIFORME E CARACTERISTICA DO ARROZ TIPO I EMBALAGEM EM SACO PALSTICO DE 5KG	1660	MASSON	UNI	R$ 12,45	R$ 20. 667,00	R$ 15,62	R$ 25. 929,20
	Valor Total							R$ 29. 723,20

§ 1º - A justificativa do reequilíbrio econômico financeiro deve-se ao aumento comprovado através da apresentação da nota Fiscal do distribuidor.

§ 2 ° - A razoabilidade do valor decorrente do reequilíbrio deve-se ao fato do aumento da inflação resultando na majoração dos valores nos itens acima, sendo divulgado pelos mais diversos meios de comunicação.

§ 3 º - O reequilíbrio financeiro fundamenta-se no artigo 65 , II , " d" , e § 5º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLAUSULA SEGUNDA – DO VALOR

O valor referente ao reequilíbrio financeiro eleva o valor unitário do item: Acucar Cristal Especial Cor Clara Embalados Em Saco Plastico De 2kg **De R$ 3,95 (Três reais e noventa centavos), para R$ 5,42 (Cinco reais e quarenta e dois centavos). O Valor unitário do item:** Arroz Grupo Beneficiado Classe Longo Fino, Tipo I Embalagem Em Saco Plástico De 5kg de R$ 12,45 (Doze reais e quarenta e cinco centavos) para R$ 15,62 (Quinze reais e sessenta e dois centavos).

§ 1° - O acréscimo financeiro decorrente, do reequilíbrio equivale a quantia de R$ 6.291,20(Seis mil e duzentos e noventa e um reais vinte centavos).

§ 2 ° - O valor consolidado passa a ser R$ 189.147,50(Cento e oitenta e nove mil e cento e quarenta e sete reais e cinquenta centavos).

§ 3º - Os efeitos financeiros decorrentes do reequilíbrio vigorá para o saldo do item restante na Ata de Registros de Preços 049/2015.

CLAUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORCAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste instrumento correrão por conta do orçamento próprio.

CLAUSULA QUARTA- DO AMPARO LEGAL

O presente termos aditivo está amparado no artigo 65 , II , " d" , e § 5º da Lei Federal nº 8.666/93.

CLAUSULA QUINTA- DISPOSIÇÕES FINAIS

Ficam inalteradas as demais clausulas contratuais estabelecidas na Ata de Registro de Preços n 049/2015, celebrado entre as partes na data de 10/08/2015.

E para constar, foi lavrado o presente instrumento, que , depois de lido e achado conforme, vai pelos contratados assinado, na presença de duas testemunhas , em duas vias de igual teor e efeito, de onde serão extraídas as cópias necessárias.

Cotriguaçu –MT 23 de Fevereiro de 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

ROSANGELA APARECIDA NERVIS

Prefeita Municipal

COMERCIAL NAUE EIRELI - EPP

CNPJ Nº 11.121.912/0001-38

Giano Ricardo Naue

Representante legal

TESTEMUNHAS:

1 ..... 2 .....

Elaine Castanha Bonavigo Noeli Maria Lorandi

RG nº 6.975.323-0 SSP/PR RG nº 12/R.235.428SSP/SC

DEPARTAMENTO LICITAÇÕES
CONTRATO N° 003/2016

DATA: 23/02/2016 – OBJETO: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICO-PROFISSIONAL ESPECIALIZADO PARA A REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL, AQUI COMPREENDIDO COMO ATOS PREPARATÓRIOS, ELABORAÇÃO, APLICAÇÃO DE PROVAS, CORREÇÃO E DEMAIS ATOS CORRELATOS ATÉ FINDAR TAL OBRIGAÇÃO". Prazo: 31/12/2016. Valor: **R$ 38.780,00.**

DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE
EDITAL DE PUBLICACAO DO BALANÇO GERAL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO DO BALANÇO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU

EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 31 § 3º DA CONSTIUTUIÇÃO DA REPÚBLICA E AO QUE DISPÕE O ARTIGO 209 DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO, BEM COMO ESTABELICIDO NO ARTIGO 146 DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO, COMUNICA QUE AS CONTAS ANUAIS COMPOSTA PELO BALANÇO GERAL E DEMAIS ANEXOS DA **PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUACU,** AO EXERCICÍO DE 2015, ENCONTRAM-SE A DISPOSIÇÃO PARA APRECIAÇÃO DOS CIDADÃOS E INSTITUIÇÕES DA SOCIEDADE, NA SEDE DA PREFEITURA MUNICIPAL , OS QUAIS PODERÃO QUESTIONAR-LHES A LEGITIMIDADE DE ACORDO COM O QUE PRESCREVE O ARTIGO 49 DA LEI Nº 101/2000 LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. A DISPONIBILIDADE DA-SE DO DIA 15/02/2016 À 31/12/2016.

JOAO FRANCISCO PEREIRA NETO

Contador

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº. 012/2015

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71.941/2015)

O Município de Cuiabá, através do Pregoeiro Oficial torna público para conhecimentos dos interessados, que na modalidade**TOMADA DE PREÇOS Nº. 012/2015, cujo objeto é** c**ontratação de empresa especializada na área de engenharia para execução de obras adequação na ACESSIBILIDADE nos seguintes pontos turísticos**: **Centro Geodésico – 2) Mercado do Porto – 3) Museu da Imagem e do Som Lázaro Papazian – 4) Museu da Caixa D' Água Velha – 5) Museu do Rio Hid Alfredo Scaff e 6) Palácio da Instrução e 7) Parque Mãe Bonifácia visando a continuidade das obras infraestrutura para adequação na acessibilidade prevista para a Copa do Mundo FIFA – 2014, conforme autorização e Contrato de Repasse n.º 0386.612-59/2012, firmado entre o município de Cuiabá/SMCET e o Ministério do Turismo, bem como, especificações e detalhamentos contido, conforme este edital e seus anexos.**

LOTE ÚNICO:

X NOVA FRONTEIRA CONSTRUÇÕES LTDA

Valor Total de R$ 1.491.304,35 (**Um milhão, quatrocentos e noventa e um mil, trezentos e quatro reais e trinta e cinco centavos**).

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Magda Rossi

Presidente da Comissão de Licitação

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Ana Paula Villaça Lourenço

Secretária Municipal de Gestão

Cuiabá/MT, 23 de fevereiro de 2016.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 002/2016

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 128.866/2015)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Educação - SME

Objeto: Chamamento Público para Credenciamento para a Prestação de Serviços Cartorários Notariais e de Registro por Titular de Cartório situado nesta Capital/MT,com titulação perante o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, comarca de Cuiabá/MT, para realização de atos notariais constante da Tabela de preços uniforme fixados pela Corregedoria Geral da Justiça de Mato Grosso, e atender as unidades escolares e entidades descentralizadas vinculadas direta ou indiretamente a Secretaria Municipal de Educação de Cuiabá.

Data/Horário: 30/03/2016 às 09h00min (nove horas) – Fuso Horário da Capital

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2016

Magda Rossi

Presidente da Comissão de Licitação

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Compra e Licitações

Eroaldo de Oliveira

Secretário Adjunto de Gestão

Cuiabá/MT, 23 de fevereiro de 2016.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

DIRETORIA DE COMPRA E LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 005/2015

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG 42.856/2014)

O Município de Cuiabá, através da Presidente da Comissão, torna público para conhecimentos dos interessados, o resultado referente ao CHAMAMENTO PÚBLICO 005/2015, cujo objeto é CHAMAMENTO PÚBLICO para CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para fornecimento de Órteses, Próteses e Materiais Especiais relacionados ao ato cirúrgico e ao ato não cirúrgico (Tabela/SUS), para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá e Hospital São Benedito de Cuiabá.

Empresa Credenciada Habilitada: QUALITY COMERCIAL DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.

A partir desta publicidade os autos estão com vistas franqueadas aos interessados.

Magda Rossi

Presidente da Comissão de Licitação

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Compra e Licitações

Ana Paula Villaça Lourenço

Secretária Municipal de Gestão

Cuiabá/MT, 23 de fevereiro de 2016.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº. 012/2015

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 71.941/2015)

Adjudicamos e Homologamos a licitação modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº. 012/2015, cujo objeto é c**ontratação de empresa especializada na área de engenharia para execução de obras adequação na **ACESSIBILIDADE nos seguintes pontos turísticos**: **Centro Geodésico – 2) Mercado do Porto – 3) Museu da Imagem e do Som Lázaro Papazian – 4) Museu da Caixa D' Água Velha – 5) Museu do Rio Hid Alfredo Scaff e 6) Palácio da Instrução e 7) Parque Mãe Bonifácia visando a continuidade das obras infraestrutura para adequação na acessibilidade prevista para a Copa do Mundo FIFA – 2014, conforme autorização e Contrato de Repasse n.º 0386.612-59/2012, firmado entre o município de Cuiabá/SMCET e o Ministério do Turismo, bem como, especificações e detalhamentos contido, conforme este edital e seus anexos.**

LOTE ÚNICO:

X NOVA FRONTEIRA CONSTRUÇÕES LTDA

Valor Total de R$ 1.491.304,35 (**Um milhão, quatrocentos e noventa e um mil, trezentos e quatro reais e trinta e cinco centavos**).

Adjudico e Homologo:

Alberto Machado

Secretário Municipal de Cultura, Esportes e Turismo

Cuiabá/MT, 23 de fevereiro de 2016.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 004/2016

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 14.954/2016)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Habitação e Regularização Fundiária - SMHARF

Objeto: contratação de pessoa jurídica para Execução da obra Drenagem de Águas Pluviais e Pavimentação de Ruas do Bairro Dr. Fábio II, no Município de Cuiabá-MT, nas especificações e condições contidas no Termo de Referência, Edital e demais anexos.

Data/Horário: 29/03/2016 às 09:00 (nove horas) – Fuso Horário da Capital.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2016

Magda Rossi

Presidente da Comissão de Licitação

Visto:

José Dias de Oliveira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Eroaldo de Oliveira

Secretário Adjunto de Gestão

Cuiabá/MT, 22 de fevereiro de 2016.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

DIRETORIA DE COMPRA E LICITAÇÃO

CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 005/2015

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº PG 42.856/2014)

Adjudicamos e Homologamos a licitação modalidade CHAMAMENTO PÚBLICO 005/2015, cujo objeto é CHAMAMENTO PÚBLICO para CREDENCIAMENTO de pessoas jurídicas para fornecimento de Órteses, Próteses e Materiais Especiais relacionados ao ato cirúrgico e ao ato não cirúrgico (Tabela/SUS), para atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Cuiabá e Hospital São Benedito de Cuiabá.

Empresa Credenciada Habilitada: QUALITY COMERCIAL DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA.

Adjudico e Homologo:

Ary Soares de Souza Júnior

Secretário Municipal de Saúde

Cuiabá/MT, 23 de fevereiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 094 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre o reajuste salarial aos funcionários efetivos no âmbito da educação, do Município de Curvelândia-MT."

ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal de CURVELÂNDIA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido reajuste salarial aos servidores efetivos no âmbito da Educação do Município de Curvelândia, o percentual de 11,36% (onze vírgula trinta e seis por cento), com reflexos retroativos ao mês de janeiro de 2016;

Art. 2º - Fica estabelecido que os valores retroativos relativos aos meses anteriores à publicação desta lei, serão pagos na folha do mês seguinte ao da publicação.

Art. 3º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 22 de Fevereiro de 2016.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016.

ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal de Curvelândia-MT, no uso de suas atribuições legais, convoca todos os **munícipes curvelandenses** à participarem da Audiência Pública, referente a avaliação e cumprimento de metas do **Terceiro Quadrimestre de 2015,** em conformidade com ao Art. 9º, § 4 DA LRF – LC 101/00 Lei de Responsabilidade Fiscal, a ser realizada na **Câmara de Vereadores**, localizada na Rua São Paulo, nº 2870, Centro, Curvelândia-MT, no dia **25 de Fevereiro de 2016**, às **09:00h**.

Curvelândia-MT, 22 de Fevereiro de 2016.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS
LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 095 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

"**Dispõe sobre alteração da Lei Complementar Nº 040/2009 e concede reajuste salarial aos funcionários públicos efetivos no âmbito da administração, do Município de Curvelândia**".

ELI SANCHEZ ROMÃO, Prefeito Municipal de CURVELÂNDIA, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - O artigo 6º da Lei Complementar Nº 40 de 21 de dezembro de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação;

Art. 6º. As especificações das categorias funcionais e atribuições dos cargos estão regulados, pelos anexos desta Lei Complementar.

Parágrafo único: O Cargo de Analista de Controle Interno será ocupado por profissionais, com formação em Direito, Administração de Empresas, Economia ou Contabilidade, ficando suas atribuições determinadas pela Lei Municipal nº 220 de 28 de fevereiro de 2008.

Art. 2º - Fica concedido reajuste salarial aos servidores efetivos no âmbito da administração pública, o percentual de 11,36% (onze vírgula trinta e seis por cento), com reflexos retroativos ao mês de janeiro de 2016;

Art. 3º - Fica estabelecido que os valores retroativos relativos aos meses anteriores à publicação desta lei, serão pagos na folha do mês seguinte ao da publicação.

Art. 4º - Excetuam-se do presente reajuste os Servidores Comissionados, Agentes Comunitários de Saúde e Agente de Combate a Endemias, bem como os servidores da Educação, tendo em vista que os referidos servidores possuem regra salarial definidas em Lei específica.

Art. 5º - Incluem no presente projeto de Lei aqueles servidores cuja remuneração é inferior a (1) um salário mínimo, ficando assim readequado para o valor de R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais), conforme determinação do Governo Federal;

Art. 6º - As despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias.

Art. 7º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, 22 de Fevereiro de 2016.

_____

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA MUNICIPAL Nº 046/2016

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL SRA. CRISTIANE DOS SANTOS MASSON, E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ELI SANCHEZ ROMÃO- Prefeito Municipal de Curvelândia - MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas em Lei e;

Em atendimento ao requerimento nº 001/2016, da servidora Cristiane dos Santos Masson,

RESOLVE,

Art. 1º - **EXONERAR** do quadro funcional da Prefeitura Municipal de Curvelândia - MT, a Servidora Municipal Sra. **CRISTIANE DOS SANTOS MASSON**, matrícula funcional 332, efetiva no cargo de **TECNICO DE ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR,** filha de Nilda dos Santos Masson e Jose Aparecido Masson, portadora do RG 1485467-8 SSP/MT e CPF 985.420. 281-04, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 17 de fevereiro de 2016, a pedido da mesma através de requerimento.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação revogada as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Curvelândia - MT, 17 de fevereiro de 2016

ELI SANCHEZ ROMÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2016

DECRETO MUNICIPAL Nº 008/2016.

"Dispõe sobre a convocação da 6ª conferência das cidades do Município de Denise - MT, e da outras providencias".

PEDRO TERCY BARBOSA,

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE DENISE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em obediência ao que disciplina a Legislação,

Considerando a importância de se propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município e os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política e o Desenvolvimento Urbano;

Considerando a necessidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;

Considerando a necessidade de propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade, estimulando a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município;

Considerando, ainda, que a realização da Conferência da Cidade de Denise é fator indispensável para a participação do Município na 6ª Conferência Estadual das Cidades, a realizar-se em Cuiabá, no período de 01 de novembro de 2016 a 31 de março de 2017,

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica convocada a 6ª Conferência da Cidade Denise - MT a realizar-se no dia 24/06/2016, na Câmara Municipal de Denise, Horário 08hs às 11hs e das 13hs às 16hs, sob a coordenação da Secretaria Administração e Planejamento.

Art. 2º - A 6ª Conferencia da Cidade de Denise desenvolverá seus trabalhos a partir da temática Nacional "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e; como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 3º - A 6ª Conferência da Cidade de Denise será presidida pelo Secretário de Administração e Planejamento.

Art. 4º - Caberá à Administração Publica a constituição e instalação da Comissão

Organizadora, que terá as seguintes atribuições:

I - II - definir pauta e temário da 6ª Conferência das Cidades do Estado de Mato Grosso, contemplando as questões municipais, além do temário nacional;

III – promovera realização da Conferência Municipal;

IV - definir critérios para a eleição dos delegados da Conferência Municipal, respeitando as diretrizes e definições do Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades;

V - examinar e proferir decisão sobre os recursos encaminhados pelas entidades participantes da Conferencia;

VI - decidir casos omissos ou conflitantes.

Art. 5º - A Comissão Organizadora de que trata o artigo 4º deste Decreto deverá contemplar representantes dos seguintes segmentos da sociedade:

I - gestores, administradores públicos e membros dos legislativos estadual e municipais;

I - movimentos sociais e populares;

III - trabalhadores, através de suas entidades sindicais;

IV - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos de classes;

V - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

VI - organizações não-governamentais com atuação no desenvolvimento urbano.

Art. 6º - A Comissão Organizadora elaborará o Regimento da 6ª Conferência que será aprovado pela comissão preparatória.

Artigo 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PAÇO MUNICIPAL DE DENISE-MT, AOS 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

PEDRO TERCY BARBOSA PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e Publicado na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

LICITAÇÃO
CHAMADA PUBLICA Nº 001/2016

O **MUNICÍPIO DE DENISE/MT** torna público que fará **CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016**, com Dispensa de Licitação para a **AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, POR MEIO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO, VISANDO PROMOVER A ALIMENTAÇÃO SAUDÁVEL E ADEQUADA À CLIENTELA DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR – PNAE**. Os interessados deverão apresentar a documentação de habilitação para venda até o dia **16/03/2016** as **09:00 horas**. Local: Sede da Prefeitura Municipal de Denise-MT, sito à Praça Brasília n.º 111 – Centro – Denise/MT. O Edital da Chamada Pública estará disponível junto a Prefeitura Municipal de Denise/MT, durante o horário normal de expediente das 07h00 às 11h00. Maiores informações pelo telefone: (65) 3342 1397.

Denise/MT, 24 de Fevereiro de 2016.

GESLAN CARLOS LUIZ

Presidente da C.P.L.

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

II TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 004/2015 – Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE COLETA, REMOÇÃO E TRANSPORTE DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES E COMERCIAIS ATÉ SUA DESTINAÇÃO FINAL, VARRIÇÃO MANUAL, CAPINA MANUAL, QUIMICA E RASPAGEM, DE RUAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO – MT**. Detentor: **ELETROCONSTRO ELETRIFICAÇÃO E CONSTRUÇÃO LTDA.** ASS: 23/02/2016 – referente ao acréscimo sobre o valor original do contrato de **10,96%**. Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DIAMANTINO /MT em 23 de Fevereiro de 2016.

***JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL*.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
V TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 237/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

V TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 237/2014 – Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE**

DA FAMÍLIA NO BAIRRO JARDIM ALVORADA, NO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT. Detentor**LIMA MURÇA & MURÇA LTDA ME,** ASS: 15/02/2016 – referente ao acréscimo sobre o valor original do contrato de **R$ R$ 49.940,90** (Quarenta e nove mil e novecentos e quarenta Reais e noventa centavos). Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato.

DIAMANTINO /MT em 15 de Fevereiro de 2016.

JUVIANO LINCOLN-PREFEITO MUNICIPAL.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2016

RATIFICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 004/2016

O Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso no uso de suas atribuições legais e estando de conformidade com a legislação pertinente, RATIFICA a presente Dispensa de Licitação enquadrada no Inciso II do Art. 24, da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e, ainda com base no Parecer Jurídico exarado pela Douta Assessoria Jurídica do Município, para que se proceda a contratação da empresa **GOMES COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA - ME,** CNPJ: 11.607.429/0001-68, no valor previsto de **R$ 7.375,04** (Sete mil trezentos e setenta e cinco Reais e quatro centavos), Objetivando a **AQUISIÇÃO DE 08 UNIDADES DE LOUSA DE VIDRO TEMPERADO COM SUPORTE PARA ATENDER A SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO - MT.** Correndo tal despesa à dotação específica constante na Lei Orçamentária do Município de Diamantino, Estado de Mato Grosso, para o Exercício Financeiro de 2016.

Publique-se, para os fins do artigo 26 da Lei n° 8.666/93.

Diamantino - MT, 23 de Fevereiro de 2016.

_____

JUVIANO LINCOLN

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO
PUBLICAÇÃO INEXIGILIDADE LICITAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE DIAMANTINO-MT AVISO DISPENSA DE LICITAÇÃO - INEXIBILIDADE 01/2016

A Câmara Municipal de Diamantino, através da sua Comissão Permanente de Licitação, Portaria n. 003/2016, torna publico aos interessados, o resultado do processo de Inexigibilidade nº. 001, cujo objeto trata-se da Contribuição Associativa da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Diamantino/MT à UCMMAT – União Das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso.

Empresa vencedora: UCMMAT – União das Câmaras Municipais do Estado de Mato Grosso, com valor total de R$ 14.520,00 (Quatorze mil quinhentos e vinte reais);

Diamantino-MT, 23 de fevereiro de 2016.

LUCIMARA COSTA BARROS

Presidente da CPL

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 024/2016 – SMEC

Dispõe sobre o retorno do profissional da Educação Básica e dá outras providências.

O Secretário Municipal de Educação e Cultura de Diamantino – Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais.

R E S O L V E,

Artigo 1º - **RETORNAR**, a servidora **HELENA TERESINHA DA SILVA**, matrícula nº 529, portadora do CPF nº 888.563.211-49, RG nº 12537616 – SSP/MT no cargo de Apoio Administrativo Educacional – Nutrição Escolar, pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura, lotada na Escola Municipal Prefeito João Batista de Almeida, onde a mesma cumpriu o programa de Reabilitação Profissional do INSS, estando apta para o exercício da função Vigia na referida Escola, a partir do dia 19 de Fevereiro de 2016, tendo em vista que ficou comprovada que houve incapacidade para o trabalho no cargo de origem.

Artigo 2º - Esta Portaria passa a vigorar a partir de sua publicação, revogam-se as disposições em contrario.

PUBLIQUE-SE, REGISTRA-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino – MT, em de 22

de Fevereiro de 2016.

PROF. NILVO PEDRO LANZA

Secretário Municipal de Educação e Cultura

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 020/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para comporem a Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Diamantino os seguintes servidores:

Presidente: GILDO GOBIRA DE SOUZA

Secretário: DURVAL DOMINGOS

Membro: LAURO JOSNEY CORREA

Membro: JOÃO PAULO BRAZ DA SILVA

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, ficando REVOGADA a portaria n° 006/2016 de 04 de Janeiro de 2016.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de Fevereiro de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO-DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO DISPENSA Nº 003/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

ESTADO DE MATO GROSSO

RETIFICAÇÃO DISPENSA Nº 003/2016

A Prefeitura Municipal de Diamantino, através do Presidente da CPL, torna público, para conhecimento de interessados que **RETIFICA** a Ratificação da DISPENSA nº 003/2016, cujo objetivo é: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE FUNILARIA PARA CONFECÇÃO DE PORTÕES E GRADES DE PROTEÇÃO E REPAROS EM PORTAS METALICAS NO MUNICIPIO DE DIAMANTINO – MT.**

Onde se lê:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE **FUNILARIA**;

Leia-se:

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE **SERRALHERIA;**

Diamantino - MT, 22 de Fevereiro de 2016.

_____

ODAIR DE SOUZA BARBOSA

Presidente da CPL

Pref. Municipal de Diamantino.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 018/GAB/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.67, VI da Lei Orgânica do Município.

CONSIDERANDO o Art. 76 da Lei nº 006/90 Estatuto dos Servidores Públicos Municipais do Município de Diamantino-MT.

RESOLVE:

Art. 1° – **Conceder** 24 (vinte e quatro) meses de Afastamento sem remuneração, por motivos particulares conforme o requerimento protocolado no dia 03/02/2016, a servidora publica **DILMA GUSMÃO SILVA**, matricula nº 3284, RG nº 1909543-0 , CPF Nº 033.078.991-04, ocupante do cargo Apoio Administrativo Educacional – Nutrição Escolar, nomeada pelo Decreto Municipal nº 070/2012, tomou posse no dia 08/03/2012, sendo que o período de seu afastamento é de:

INICIO - 03/02/2016

TÉRMINO - 01/02/2018

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se e Cumpre-se.

Diamantino – MT, em 03 de Fevereiro 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

SETOR RH
DECRETO Nº 021/2016

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital nº 001/2015.

CONVOCA:

Art. 1º - O candidato (a) no Processo Seletivo, relacionado no anexo II, deverá comparecer no prazo de **15 (Quinze)** dias a contar data de publicação do Decreto, no Departamento de Recursos Humanos, no horário de 7:00h às 11:00h e de 13:00h às 17:00, para,assumir as suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o item2.3 edital 001/2015citado no anexo I.

Art. 2º - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, -- de Fevereiro de 2016.

JUVIANO LINCOLN Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 021/2016

QTD	DOCUMENTOS PARA POSSE AUTENTICADOS
01	Fotocópia da Cédula de Identidade
01	Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
01	Fotocópia da Certidão de Nascimento ou Casamento
01	Fotocópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso) e Fotocópia do RG e CPF dos dependentes
01	Fotocópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5(cinco) anos de idade (se for o caso)
01	Fotocópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF
01	Fotocópia do Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar Declaração de não cadastrado expedida pelo próprio candidato).
01	Fotocópia do comprovante de votação das ultimas eleições que antecedem a posse
01	Fotocópia do Titulo de Eleitor
01	Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado)
01	Certidão Negativa de Débitos para com o Município
01	Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
01	Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
01	Fotocópia do Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
01	Fotocópia do Comprovante de Escolaridade
01	Fotocópia do Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
01	Declaração de acumulo ou não de Cargo público
01	Declaração de Bens
01	Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
01	Fotocópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS (págs. fotografia e identificação)
01	Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital.

ANEXO II DO DECRETO Nº 021/2016

Cargo: TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - URBANO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
62º	MARIA CONCEIÇÃO MARTINS
63º	MARIA ZILENE SALES

Cargo: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL - URBANO

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
33º	DARCILENE DOS SANTOS
34º	AQUILEIA APARECIDA BATISTA DE SENNA

Diamantino-MT, 18 de Fevereiro de 2016.

JUVIANO LINCOLN Prefeito Municipal

SETOR RH
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 061/2016

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 061/2016 - CONTRATADO: ALIF IGOR OLIVEIRA DA CRUZ: O presente contrato tem como objeto a contratação do servidor com o cargo de **Agente Administrativo**, lotado na **Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Tributos, para Recadastramento Imobiliário**. A CONTRATADAreceberá o vencimento de R$ 1.142,71 (Hum Mil Cento e Quarenta e Dois Reais e Setenta e Um Centavos) mensais, equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Finanças. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria – 2.045. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00. 00.00.0001. IV – Fonte do Recurso: Próprio.Diamantino, 17 de Fevereiro de 2016.

SETOR RH
CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 065/2016

CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 065/2016 - CONTRATADO: KAMILA TARGINO DE MACEDO: O presente contrato tem como objeto a contratação da servidora com o cargo de **Agente Administrativo**, lotada na **Secretaria Municipal de Finanças – Setor de Tributos, para Recadastramento Imobiliário**. A CONTRATADAreceberá o vencimento de R$ 1.142,71 (Hum Mil Cento e Quarenta e Dois Reais e Setenta e Um Centavos) mensais, equivalentes à carga horária de 40 (quarenta) horas semanais. A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: Secretaria Municipal de Finanças. II – Programa de Trabalho: Manutenção e Encargos com a Secretaria – 2.045. III – Natureza da Despesa: Contratação por tempo determinado - 3.1.90.04.00.00. 00.00.0001. IV – Fonte do Recurso: Próprio. Diamantino, 22 de Fevereiro de 2016.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº 072/2014

AO CONTRATO TEMPORÁRIO Nº 072/2014

O **MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO,** pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ/MT sob o nº 03.648. 540/0001-74, com sede administrativa nesta cidade de Diamantino sito à Av. Desembargador Joaquim Pereira Ferreira Mendes, nº 2.341, através do Secretário Municipal de Educação e Cultura, Srº **NILVO PEDRO LANZA,** brasileiro, casado, portador do RG nº 271215 SSP/MT e do CPF nº 279.621.640-34, residente e domiciliado na Rua Acelino Bibiano de Oliveira, nº 184, Bairro da Ponte, nesta cidade, doravante denominado simplesmente de **CONTRATANTE** e a Sra. **TATIANE LUCIA DA COSTA,** brasileira, casada, portadora do RG n° 1472808-7 SSP/MT e CPF/MF n°998. 578.391-34, residente e domiciliada na Rua Ipê, nº 218, Bairro Novo Diamantino, nesta cidade, doravante denominada **CONTRATADA.**

O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO DO CONTRATO DE SERVIDOR TEMPORÁRIO Nº 072/2014,** tendo como objeto a contração temporária da servidora com o cargo de Professora Educação Infantil, lotada na Escola Municipal de Educação Infantil “Criança Feliz”, em substituição a Jane Clair Verza, detentora de um cargo efetivo e foi designada para função gratificada de Coordenadora Pedagógica da referida escola.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A CONTRATANTE nos termos da cláusula oitava do referido contrato, resolve na presente data, dissolver unilateralmente, nas razões do interesse da administração, quaisquer direitos e obrigações oriundas do contrato firmado entre as partes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Todas as cláusulas e condições contidas no referido contrato, restam desde já, **RESCINDIDAS.**

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente Termo de Rescisão de Contrato tem sua validade a partir da assinatura do mesmo, sendo eleito o Foro da Justiça Comum da Comarca de Diamantino/MT para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente **RESCISÃO.**

Diamantino/MT, 22 de Fevereiro de 2016.

MUNICÍPIO DE DIAMANTINO ESTADO DE MATO GROSSO

Prof. NILVO PEDRO LANZA

Secretário Municipal de Educação e Cultura

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 019/2016

JUVIANO LINCOLN, Prefeito Municipal de Diamantino, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar o Art. 2º da Portaria nº 223/2013, correção **onde se lê** “**Art. 2º** - A remuneração será a de DAS 3 conforme o anexo V da Lei 881/2013. **Leia-se** Art. 2º - A Remuneração será a de DAS 5, conforme anexo V da Lei 1.042/2015.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CUMPRA-SE.

Diamantino, 02 de fevereiro de 2016.

JUVIANO LINCOLN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
PORTARIA Nº 083/2016

AUTORIZA A CESSÃO DE SERVIDOR

O Prefeito do Município de Dom Aquino -MT, no uso de suas atribuições legais em conformidade com o dispostoda Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :

Art. 1º Fica cedida a servidora abaixo especificada pertencente ao quadro efetivo desta Administração Pública Municipal, para exercer o cargo de Gerente de Aquisições e Contratos em Divisão Geral de Assessoramento– DGA8, junto a SETAS/MT – Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Socialdo Estado de Mato Grosso, conforme previsão no art. 52, § 4º, da lei 854 de 2003 e posteriores alterações.

MATRÍCULA	*SERVIDOR*	*CARGO*
1342	*MARIELLY DIVINA ESPIRITO SANTO*	*PROCURADORA MUNICIPAL*

Art. 2º A remuneração da ora servidora será com ônus para o Estado de Mato Grosso, qual ressarcirá as despesas mensais da ora servidora cedida, após encaminhamento mensal do DAR pelo setor competente da Prefeitura Municipal de Dom Aquino – MT.

Art. 3º O prazo da cessão será de 01 (um) ano, podendo ser renovada, se assim for do interesse do Estado de Mato Grosso, bem como do Município de Dom Aquino – MT.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação**.**

Prefeitura do Município de Dom Aquino, 22 de fevereiro de 2016.

JOSAIR JEREMIAS LOPES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2016, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 006/2016

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar às 08:00 horas do dia 08 de março de 2016, em sua Sede, na Av. Maravilha, Praça da Bíblia, PREGÃO PRESENCIAL Nº. 006/2016, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 006/2016, objetivando ao **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÁGUA MINERAL, GÁS DE COZINHA E GELO.** O edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.feliznatal.mt.gov.br. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Feliz Natal, situado à Av. Maravilha, Praça da Bíblia, na cidade de Feliz Natal, ou pelo telefone (66) 3585-2700.

Feliz Natal – MT, 24 de fevereiro de 2016.

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PREFEITURA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓPOLIS D´OESTE

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL N°002/2016

O Município de Figueirópolis D'Oeste, por intermédio de sua Pregoeira, comunica aos interessados que será **ABERTA** a licitação na Modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº002/2016,** no dia **07 de Março de 2016 às 07h30min**, na Sala de licitações da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D'Oeste – MT, localizada na Rua Santa Catariana, 146, Centro. Objeto**:** Futura e Eventual aquisição de pneus, câmaras, protetores e prestação de serviços de recapagem e recauchutagem - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE. Os interessados no Edital poderão solicitar pelo email: licitacoes@figueiropolisdoeste.mt.gov.br e pelo Telefone (65) 3235-1586.

Figueiropolis D'Oeste - MT, 23 de Fevereiro de 2016.

Dandra Renata Souza Lima – Pregoeira.

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PORTARIA Nº.033/2016 - DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº.033/2016 - DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Designa responsável para acompanhamento e fiscalização do Contrato Nº. 007/2016.

O Senhor. **LINO CUPERTINO TEIXEIRA,** Prefeito do Município de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pelo art. 76, VIII da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67, Resolve:

Art. 1º - Designar o Senhor**Gelcimar Ferreira Clara da Silva,** para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **Contrato nº007/2016**, firmado entre o **MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D OESTE - MT**, e do outro lado à empresa: **Alexandro Murilo Meuci Tonholo 02790464138,** contratada para a prestação de serviços de desenvolvimento e implantação do site da Prefeitura Municipal com domínio: www.figueiropolisdoeste.mt.gov.br

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Figueirópolis D'Oeste, 02 de Fevereiro de 2016.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

SUPERVISORA DE RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2016

De 23 de Fevereiro de 2016.

"Dispõe sobre a Convocação de Candidato Aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015 da Prefeitura Municipal de Figueirópolis D´Oeste-MT"

O prefeito do Município de Figueirópolis D´Oeste-MT, Estado de Mato Grosso, Sr**. LINO CUPERTINO TEIXEIRA**, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital do Processo Seletivo Simplificado 003/2014.

RESOLVE:

Art. 1º Fica convocado para admissão no cargo público o candidato aprovado no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2015, conforme relação abaixo:

CARGO: PROFESSOR NIVEL SUPERIOR

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	APROVADO
19	MARCILENE ROSA DA SILVA BILHEIRO	57	6º

CARGO: PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL

INSCRIÇÃO	CANDIDATO	PONTUAÇÃO	APROVADO
24	BRENO BLESSON MOREIRA CAMPOS	39	9º

Art. 2º O candidato aprovado e ora convocado neste Edital deverá comparecer à sede da prefeitura Municipal – Supervisão de Recursos Humanos, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contados da publicação deste, para que sejam empossados nos cargos a que foram aprovados.

Art. 3º Para a tomada de posse no cargo público, o aprovado deverá apresentar a seguinte documentação:

Originais e/ou fotocópias:

a) Cópia da cédula de identidade;

b) Cópia do cadastro de pessoa física – CPF/MF;

c) Cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral;

d) Cópia do reservista ou documento equivalente;

e) Cópia da certidão de casamento ou nascimento;

f) Cópia da certidão de nascimento dos filhos;

g) Cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos ou declaração de frequência escolar dos filhos acima de 07 anos até 14 anos;

h) Cópia do certificado de escolaridade exigida pelo cargo;

i) Cópia da carteira profissional no caso de profissão regulamentada;

j) Cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP, exceto se nunca fora inscrito;

k) Atestado médico admissional;

l) Cópia do comprovante de residência.

m) Declaração de não acúmulo de cargo assinada pelo interessado e em caso de possuir um vínculo empregatício, com acumulação legal de cargo;

n) Declaração de próprio punho do interessado de não ter sido penalizado em processo de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar no Serviço Público;

o) Certidão Negativa de Antecedentes Criminais do Fórum da Comarca, dos últimos 5 (cinco) anos. **P)** Cópia do cadastro de pessoa física – CPF/MF; do Pai e Mãe.

Art. 4º A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário e a jornada de trabalho será aquela constante no Edital do Processo Seletivo Simplificado PSS Nº 002/2015.

Parágrafo único – O candidato que não comparecer no prazo estabelecido será considerado desistente.

Art. 5º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Figueirópolis D´Oeste-MT, em 23 de Fevereiro de 2016.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

SUPERVISORA DE RH
PORTARIA 025/2016

PORTARIA 025/2016 DE 01 DE FEVEREIRO DE 2016

SÚMULA: “Concede Férias regulamentadas aos Servidores Públicos Municipais”.

O Excelentíssimo Senhor, LINO CUPERTINO TEIXEIRA, Prefeito Municipal de Figueirópolis D’Oeste - MT, no uso de suas atribuições ;

Resolve:

Art. 1° - CONCEDER FÉRIAS REGULAMENTARES, aos servidores públicos municipais, conforme menciona abaixo:

Servidor	Período de Aquisitivo	Período de gozo
AGNA SILVA DE ASSIS	09/12/2014 A 08/12/2015	01/02/2016 a 01/03/2016
ELENICE DE OLIVEIRA MEDEIROS	01/03/2014 a 28/02/2015	01/02/2016 a 01/03/2016
JESSICA CAFE MARINHO DOS SANTOS	15/01/2014 a 14/01/2015	01/02/2016 a 01/03/2016
JOAO FERREIRA DA SILVA	01/02/2014 a 31/01/2015	01/02/2016 a 01/03/2016
LUCINEIDE DE OLIVEIRA TOMAZ	08/03/2013 a 07/03/2014	01/02/2016 a 01/03/2016
MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA SOUZA	01/01/2014 a 14/01/2016	11/02/2016 a 01/03/2016
PEDRO GUEVARA PEREIRA	13/02/2014 a 12/02/2015	01/02/2016 a 01/03/2016
ROSANA NASCIMENTO FARIA	17/03/2014 a 16/03/2015	22/02/2016 a 12/03/2016
SILVIO PEDRO DA SILVA	01/03/2013 a 28/02/2014	01/02/2016 a 01/03/2016
VANDERLEY DE SOUZA	01/03/2014 a 28/02/2015	01/02/2016 a 01/03/2016

Art. 2° - Esta Portaria passa a vigorar na data de sua homologação, revogadas as disposições em contrário.

Figueirópolis D´Oeste-MT, 01 de Fevereiro de 2016.

Registra-se;

Publique-se;

Cumpra-se;

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PORTARIA Nº.032/2016 - DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº.032/2016 - DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Designa responsável para acompanhamento e fiscalização do Contrato Nº. 006/2016.

O Senhor. **LINO CUPERTINO TEIXEIRA,** Prefeito do Município de Figueirópolis D’Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pelo art. 76, VIII da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67, Resolve:

Art. 1º - Designar a Senhora **Maria Neuda dos Reis Brito,** para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **Contrato nº006/2016**, firmado entre o **MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D OESTE - MT**, e do outro lado à empresa: **Peregrino & Cia Ltda - ME,** contratada para a prestação de serviços especializada em assessoria, consultoria e Sistemas para Gestão Educacional, com implantação e treinamento de servidores.

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Figueirópolis D’Oeste, 02 de Fevereiro de 2016.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PORTARIA Nº.027/2016 - DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº.027/2016 - DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Designa responsável para acompanhamento e fiscalização do Contrato Nº. 027/2015.

O Senhor. **LINO CUPERTINO TEIXEIRA,** Prefeito do Município de Figueirópolis D’Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pelo art. 76, VIII da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67, Resolve:

Art. 1º - Designar o Senhor**Willian David da Hora,** para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **Contrato nº027/2015**, firmado entre o **MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D OESTE - MT**, e do outro lado à empresa: **EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS,** contratada para a prestação de serviços e venda de produtos postais.

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Figueirópolis D’Oeste, 02 de Fevereiro de 2016.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PORTARIA Nº.028/2016 - DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº.028/2016 - DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Designa responsável para acompanhamento e fiscalização do Contrato Nº. 001/2016.

O Senhor. **LINO CUPERTINO TEIXEIRA,** Prefeito do Município de Figueirópolis D’Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pelo art. 76, VIII da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67, Resolve:

Art. 1º - Designar a Senhora **Claudia Franciele Ferreira,** para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **Contrato nº001/2016**, firmado entre o **MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D OESTE - MT**, e do outro lado à empresa: **Televida Centro Especializado de Telediagnóstico Ltda.** contratado para a prestação de serviços de Assessoria Cardiológica Transtelefonica.

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Figueirópolis D’Oeste, 02 de Fevereiro de 2016.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PORTARIA Nº.029/2016 - DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº.029/2016 - DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Designa responsável para acompanhamento e fiscalização do Contrato Nº. 002/2016.

O Senhor. **LINO CUPERTINO TEIXEIRA,** Prefeito do Município de Figueirópolis D’Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pelo art. 76, VIII da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67, Resolve:

Art. 1º - Designar a Senhorita **Jéssica Café Marinho do Santos,** para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **Contrato nº002/2016**, firmado entre o **MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D OESTE - MT**, e do outro lado à pessoa física: **Cleonice Maria Nunes,** contratada para a prestação de serviços de Lavagem de Uniformes Esportivos para a Secretaria de Esportes e Lazer.

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Figueirópolis D'Oeste, 02 de Fevereiro de 2016.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

SUPERVISÃO DE LICITAÇÃO E COMPRAS
PORTARIA Nº.030/2016 - DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA Nº.030/2016 - DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

Designa responsável para acompanhamento e fiscalização do Contrato Nº. 003/2016.

O Senhor. **LINO CUPERTINO TEIXEIRA,** Prefeito do Município de Figueirópolis D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e prerrogativas legais conferidas pelo art. 76, VIII da Lei Orgânica Municipal, considerando a Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, em especial em seu art. 67, Resolve:

Art. 1º - Designar o Senhor **Jânio de Souza Serpa,** para responder pela gestão, acompanhamento e fiscalização do **Contrato nº003/2016**, firmado entre o **MUNICÍPIO DE FIGUEIRÓPOLIS D OESTE - MT**, e do outro lado à pessoa física: **José Xavier dos Santos,** contratado para a prestação de serviços de Coveiro e Manutenção de Cemitério.

Art. 2º - Revoga-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Essa portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registrada, Publicada, Cumpra-se.

Figueirópolis D'Oeste, 02 de Fevereiro de 2016.

LINO CUPERTINO TEIXEIRA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: 007/2016

Modalidade: Pregão Presencial 035/2015

Contratante: Prefeitura Municipal De Gaúcha Do Norte.

Contratado: I.C. da Cruz-ME

Objeto: Prestação de serviços de manutenção urbana em vias públicas de forma fracionada e de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Valor Global: R$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais)

Assinatura: 23/02/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo: 001/2016 ao Contrato nº 007/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

Contratado: Alessandro Ap. M. Ubeda & Cia LTDA-ME

Objeto do Aditivo: Prorrogação da vigência do contrato por mais 12 (doze) meses.

Valor Global do Contrato: R$ 119.304,00 (cento e dezenove mil trezentos e quatro reais)

Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

Assinatura: 15/02/2016

PRIMEIRO TERMO ADITIVO - CONTRATO Nº 007/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 007/2015, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE – MT E A EMPRESA ALESANDRO AP. M. UBEDA & CIA LTDA-ME, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Avenida Brasil nº1298 Centro, cidade de Gaúcha do Norte – MT, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ sob o № 01.614.539/0001-01, neste ato representado pelo Prefeito Municipal senhor NILSON FRANCISCO ALLÉSIO, brasileiro, casado, agricultor, residente e domiciliado à Rua Bahia, nesta cidade de Gaúcha do Norte-MT portador da Cédula de Identidade – Registro Geral № 12R563622 SSP/MT e 401.167. 199-15, doravante denominado, simplesmente de CONTRATANTE, e a empresa ALESANDRO AP. M. UBEDA & CIA LTDA-ME, devidamente inscrita no CNPJ nº. 17.875.817/0001-06, localizada à Rua 04 nº 830, bairro Operário, na cidade de Água Boa-MT, por intermédio de seu representante legal, o Sr ALESANDRO APARECIDO MEDINA UBEDA, portador da Cédula de Identidade nº 5.694.195-9 SSP/PR e do CPF nº. 695.236.149-91, chamado simplesmente de CONTRATADA, resolvem celebrar o presente aditivo ao contrato, conforme cláusulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1 - Prorrogar a vigência do presente contrato pelo período de 12 (doze) meses, passando a expirar em 23/02/2017;

1.2 - Reajustar o valor do contrato com base no Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M/FGV.

CLAUSULA SEGUNDA: DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

2.1 - A Administração optou em promover a renovação do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que o advento da prorrogação é economicamente viável e vantajoso para a Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela Contratada são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da Contratante, além do que os serviços não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades da Prefeitura Municipal.

2.2 – Para a referida prorrogação há previsão legal e contratual conforme **Cláusula Terceira, inciso 3.7** do contrato e ainda encontra embasamento legal no art. 57, inciso II e ainda Artigo 65, Inciso I da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

2.3 – O reajuste do valor mensal encontra embasamento nos termos do artigo 65, II, "d" da Lei nº 8.666/93, amparados também pela Cláusula Quarta, inciso 4.5 do Contrato n.º 007/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO VALOR

3.1 - O valor global do presente aditivo de prorrogação é de R$ 119.304,00 (cento e dezenove mil, trezentos e quatro reais) em função da aplicação do Índice Geral de Preços de Mercado – IGP-M/FGV, no Percentual de 10,96 % (dez inteiros e noventa e seis centésimos por cento) acumulados no período Fevereiro de 2015 à Janeiro de 2016, conforme previsão na Cláusula Quarta do referido Contrato.

3.2 - O valor mensal passará para R$ 9.942,00 (nove mil, novecentos e quarenta e dois reais) no decorrer dos próximos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA QUARTA: DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

4.1 - As despesas decorrentes do presente aditivo contratual serão empenhadas no exercício de 2016, conforme Orçamento Anual e correrão por conta das dotações orçamentárias apresentadas na Cláusula 5.1 do Contrato n. 007/2015.

CLÁUSULA QUINTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

5.1 - As demais cláusulas do contrato originário permanecem inalteradas.

5.2 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga – MT, para dirimir quaisquer dúvidas que por ventura surgirem em função da execução do presente termo.

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste instrumento, sujeitando-se as normas contidas na Lei nº 8.666/93 e assinam o presente em 03 (três) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 02 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Gaúcha do Norte - MT, 15 de Fevereiro de 2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

Nilson Francisco Aléssio

CONTRATANTE

ALESANDRO AP M UBEDA & CIA LTDA-ME

Alesandro Ap. M. Ubeda

Sócio Diretor (proprietário)

CONTRATADA

NOME

FISCAL DO CONTRATO

TESTEMUNHAS:

_____ _____

JUSTIFICATIVA

Ref: Prorrogação do Contrato n. 007/2015

Empresa: Alesandro Ap. M. Ubeda & Cia Ltda-ME.

Objeto: Prestação de serviços de Assessoria e Consultoria em Contratações e Aquisições Publicas, com presença física de no mínimo 08 (oito) dias úteis por mês ou de acordo com as necessidades quando solicitado.

Fato incontroverso que na Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte/MT existem servidores efetivos e/ou comissionados competentes para a prática dos atos administrativos voltados para o bom funcionamento da gestão pública. Contudo, a experiência obtida ao longo dos anos nos faz perceber que muitos atos administrativos tendem a entrar nas rotinas de erros de condução, em virtude do alto número de procedimentos realizados em cada exercício, de modo que os fatos cotidianos são levados a uma rotina tão estressante, que inconsistências restam-se praticadas, não por má-fé dos gestores e colaboradores, mas sim pela ausência de tempo para uma efetiva dedicação ao processo.

Por esta razão, tronou-se necessário a contratação permanente dos serviços de consultoria, como modelo complementar a permitir a segurança de que os procedimentos administrativos desta municipalidade estão sendo praticados com base nos princípios gerais do direito administrativo, leis e jurisprudência.

Deste modo, os serviços de Consultoria supra indicados, tem o condão de serem continuados para essa Municipalidade, pois tem por objetivo impedir que possíveis e prováveis irregularidades e ilegalidades prosperem em nossa administração, caso sejam realizadas pelos nossos gestores, pois a realização de orientações concomitantes e preventivas, bem como uma conferência complementar dos processos administrativos, nos permitirá detectá-las e, via de consequência, corrigi-las em tempo.

No mais, o TCU entende que **a Administração é que deve definir, em processo próprio, quais são os seus serviços contínuos**, uma vez que aquele serviço que é contínuo para determinado órgão pode não ser para outro. Deste modo, serviço contínuo deve ser analisado caso a caso.

Nesse sentido, o Tribunal de Contas da União – TCU já esclareceu que os órgãos, com base no art. 115, poderão editar norma própria definindo o que consideram serviços contínuos, pois o que é contínuo para um órgão pode não ser para outro.

Nas palavras do doutrinador Marçal Justen Filho,

"serviços de natureza continuada se caracterizam por contratos que impõem à parte o dever de realizar uma conduta que se renova ou se mantém no decurso do tempo." Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª Ed, pág. 666.

No mesmo sentido, **a Instrução Normativa 18/97/Mare** define serviços continuados *"como sendo aqueles serviços auxiliares, necessários à Administração para o desempenho de suas atribuições, cuja interrupção possa comprometer a continuidade de suas atividades e cuja contratação deva estender-se por mais de um exercício financeiro."*

Orientações do TCU quanto a Serviços de Natureza Continuada

O que é contínuo para determinado órgão ou entidade pode não ser para outros. (...) Em processo próprio, deve a Administração definir e justificar quais outros serviços contínuos necessita para desenvolver as atividades que lhe são peculiares.

TCU. Orientações e Jurisprudências do TCU. 4ª edição. 2006, **p. 772.**

Instrua, no caso de prorrogação de serviços de execução continuada, os processos administrativos comprovando que a prorrogação é mais vantajosa para a Administração, nos termos do art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/1993.

Acórdão 740/2004 Plenário

Deve ser observado atentamente o inciso II do art. 57 da Lei nº 8.666/1993, ao firmar e prorrogar contratos, de forma a somente enquadrar como serviços contínuos contratos cujos objetos correspondam a obrigações de fazer e a necessidades permanentes.

Decisão 1136/2002 Plenário

Ainda, para os contratos de serviços continuados, não há a necessidade de fixar a vigência coincidindo com o término do ano civil. Basta a comprovação da existência de recursos orçamentários para exercício ulterior, a fim de pagamento das obrigações.

Não existe a necessidade de fixar a vigência coincidindo com o ano civil, nos contratos de serviços continuados cuja duração ultrapasse o exercício financeiro em curso, uma vez que não pode ser confundido o conceito de duração dos contratos administrativos, de que trata o art. 57 da Lei nº 8.666/1993, com a condição de comprovação de existência de recursos orçamentários para o pagamento das obrigações executadas no exercício financeiro em curso, prevista no art. 7º, § 2º, III, da lei referida, pois nada impede que contratos dessa natureza tenham a vigência fixada para 12 meses, ultrapassando o exercício financeiro inicial, e os créditos orçamentários quem adstritos ao exercício financeiro em que o termo contratual é pactuado, conforme dispõe o art. 30 e §§, do Decreto nº 93.872/1986. **Decisão 586/2002 Segunda Câmara**

Gaúcha do Norte-MT., 15 de Fevereiro de 2016.

NILSON FRANCISCO ALÉSSIIO

Prefeito Municipal

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo: 001/2016 ao Contrato nº 084/2015

Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

Contratado: Só Águas Construções, Saneamento e Pavimentações LTDA-EPP

Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo de execução da obra por mais 90 (noventa) dias.

Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

Assinatura: 15/02/2016

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Termo Aditivo: 004/2016 ao Contrato nº 110/2014

Contratante: Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte.

Contratado: Só Águas Construções, Saneamento e Pavimentações LTDA-EPP

Objeto do Aditivo: Prorrogação da vigência do contrato por mais 120 (cento e vinte) dias.

Fundamentação Legal: Clausula 15ª, item 15.3 do contrato originário e no artigo 57,§ 1º, Inciso II da Lei nº8. 666/93.

Assinatura: 17/02/2016

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato: 006/2016

Modalidade: Pregão Presencial 025/2015

Contratante: Prefeitura Municipal De Gaúcha Do Norte.

Contratado: Pedreira Shalon LTDA

Objeto: Fornecimento de brita com frete incluso, para entrega diária e fracionada de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais e pagamento em até 10 (dez) parcelas.

Valor Global: R$ 186.000,00 (cento e oitenta e seis mil reais)

Assinatura: 18/02/2016

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, torna público que fará realizar-se na sala de Licitações, a seguinte Licitação regida pela Lei nº 8.666/93 de 21 de junho de 1993 e atualizada pela Lei nº 8.883/94 e suas alterações posteriores.

MODALIDADE: Tomada de Preços nº. 001/2016.

OBJETO: Contratação de empresa para execução de obras de Construção de 01 (um) terminal Rodoviário, conforme contrato de repasse nº 1017480-14/2014/MTUR – Programa Turismo no Brasil, planilha orçamentária, projetos arquitetônicos, memorial descritivo e cronograma físico financeiro, conforme Edital.

REALIZAÇÃO: 14/03/2016.

HORAS: 14:30 hs (horário Cuiabá).

O Edital completo contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no horário das 07:00 às 17:00 horas, pelo endereço eletrônico www.gauchadonorte.mt.gov.br até o terceiro dia que anteceder o recebimento dos envelopes.

Gaúcha do Norte - MT, 23 de Fevereiro de 2016.

_____

MARTA ELEUZA RAMOS DA SILVA

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PROCESSO LICITATÓRIO N° 002/2016

AVISO DE RESULTADO

PROCESSO LICITATORIO N° 002/2016

TOMADA DE PREÇO Nº 001/2016

MODALIDADE: Tomada de Preço N° 001/2016

Tipo: Menor Preço Global

A Prefeitura Municipal de General Carneiro-MT torna público aos interessados que na Tomada de Preço Nº 001/2016, cujo objeto é a **Prestação de Serviços dePavimentação Asfáltica emTSDcom capa Selante, Drenagem Superficial e Sinalização, no BairroDauri Riva, no Município de General Carneiro MT,** cuja abertura ocorreu às 09:00 horas horário de Brasília, do dia 23/02/2016, na sede da Prefeitura Municipal, situada a Av. João Ponce de Arruda, s/n, Centro, General Carneiro-MT, com o objetivo de análise dos envelopes de habilitação e proposta das licitantes sagrando – se Classificada no certame a empresa: **CONSDEPI CONSTRUTORA LTDA - EPP**, CNPJ: 12.123.368/0001-26, no valor de **R$ 535.621,28 (quinhentos e trinta e cinco mil seiscentos e vinte um reais e vinte e oito centavos)**, abrindo o prazo para interposição de recursos.

Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro, 23 de Fevereiro de 2016.

Alickson Belo Gama

Presidente da CPL

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2016 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através da Pregoeira a senhora Silvana de Lourdes Pereto, torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 018/2016-SRP, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de serviços de TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**),onde ocorrerána sala de licitações, prevista para abertura no dia 10/03/2016 às 08h00min. O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.guarantadonorte.mt.gov.br, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Jardim Vitória, em Guarantã do Norte/MT.

Guarantã do Norte/MT, 23 de Fevereiro de 2016.

SILVANA DE LOURDES PERETO

PREGOEIRA

LICITAÇAO
RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016 – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal, através do Pregoeiro Sr. Luis Gustavo Zandarim Soares, torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial nº 008/2016, obteve o seguinte resultado: A empresa **STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA** sagrou-se vencedora para os seguintes ITENS: **15, 17, 23 e 24**. A empresa **GRAFFITE COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA – EPP** sagrou-se vencedora para os seguintes ITENS: **03 e 13**. A empresa **D. A. ARAGÃO COMÉRCIO – ME** sagrou-se vencedora para os seguintes ITENS: **01, 29, 30, 31, 36**. A empresa **JAIME TRENTIN & CIA LTDA** sagrou-se vencedora para os seguin-

tes ITENS: **02, 07, 08, 09, 10, 18, 26, 32 e 37**. A empresa **CIDADE VERDE MÓVEIS E EQUIPAMENTOS EIRELI - ME** sagrou-se vencedora para os seguintes ITENS: **04, 05, 06, 16, 22 e 27**. A empresa **JUDITE TEREZINHA UMANN RIBEIRO – EPP** sagrou-se vencedora para o seguinte ITEM: **28**. O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, n° 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã Norte/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público. Guarantã do Norte/MT, 23 de Fevereiro de 2016. – Luis Gustavo Zandarim Soares – Pregoeiro.

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA NC Nº 011/2016 DE 22/02/2016.

PORTARIA NC Nº 011/2016 DE 22/02/2016.

"DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DE NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEAR em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 a candidata **MARLETE SOARES DE MELO** brasileira, maior, portadora do RG Nº 1433194-2 SSP/MT e do CPF Nº 949.642.971-87, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **PROFESSORA PEDAGOGIA/SÉRIES INICIAIS,** com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 18 de fevereiro de 2016,** revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 22/02/2016.

NP 191/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA NC Nº 007/2016 DE 18/02/2016.

PORTARIA NC Nº 007/2016 DE 18/02/2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEAR em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 a candidata **NOEMI DE OLIVEIRA GOMES** brasileira, maior, portadora do RG Nº 1483261-5 SSP/MT e do CPF Nº 021.562.281-24, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **PROFESSORA PEDAGOGIA/EDUCAÇÃO INFANTIL,** com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 15 de fevereiro de 2016,** revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 18 (dezoito) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 18/02/2016.

NP 171/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA NC Nº 008/2016 DE 18/02/2016.

PORTARIA NC Nº 008/2016 DE 18/02/2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEAR em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 a candidata **ROSEANI CONSTANTINO DA SILVA** brasileira, maior, portadora do RG Nº 1191963-9 SSP/MT e do CPF Nº 915.994.401-30, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **PROFESSORA PEDAGOGIA/EDUCAÇÃO INFANTIL,** com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 15 de fevereiro de 2016,** revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 18 (dezoito) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 18/02/2016.

NP 181/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA NC Nº 009/2016 DE 18/02/2016.

PORTARIA NC Nº 009/2016 DE 18/02/2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEAR em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 a candidata **RAFFAELE STHEFANI WATANABE** brasileira, maior, portadora do RG Nº 1508455-8 SSP/MT e do CPF Nº 066.790.281-29, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **PROFESSORA PEDAGOGIA/EDUCAÇÃO INFANTIL,** com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 15 de fevereiro de 2016,** revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 18 (dezoito) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 18/02/2016.

NP 184/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016 SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através da Pregoeira a senhora Mirian da Silva Mello, torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 017/2016-SRP, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**),onde ocorrerána sala de licitações, prevista para abertura no dia 09/03/2016 às 08h00min. O edital se encontra disponível, via solicitação por email licitacaogta@gmail.com ou telefone (66) 3552-5135, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Jardim Vitória, em Guarantã do Norte/MT, no valor de 0,50 (cinquenta centavos) por página impressa, valor não reembolsável.

Guarantã do Norte/MT, 23 de Fevereiro de 2016.

MIRIAN DA SILVA MELLO

PREGOEIRA

LICITAÇAO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2016 SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal, através da Pregoeira a senhora Mirian da Silva Mello, torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade Pregão Presencial nº 017/2016-SRP, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento de **MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS** para atender as necessidades da Administração Municipal, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**),onde ocorrerána sala de licitações, prevista para abertura no dia 09/03/2016 às 08h00min. O edital se encontra disponível, via solicitação por email licitacaogta@gmail.com ou telefone (66) 3552-5135, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte/MT, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Jardim Vitória, em Guarantã do Norte/MT, no valor de 0,50 (cinquenta centavos) por página impressa, valor não reembolsável.

Guarantã do Norte/MT, 23 de Fevereiro de 2016.

MIRIAN DA SILVA MELLO

PREGOEIRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA NC Nº 010/2016 DE 22/02/2016.

PORTARIA NC Nº 010/2016 DE 22/02/2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATA APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 001/2012, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

SANDRA MARTINS, PREFEITA MUNICIPAL, DE GUARANTÃ DO NORTE/MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS EM LEI, PELA PRESENTE PORTARIA,

RESOLVE:

ARTIGO 1° - NOMEAR em caráter efetivo nos termos do Concurso Público Municipal Nº 001/2012, Edital Nº 001/2012 a candidata **MARLETE SOARES DE MELO** brasileira, maior, portadora do RG Nº 1433194-2 SSP/MT e do CPF Nº 949.642.971-87, residente e domiciliada nesta cidade e município de Guarantã do Norte, para exercer o cargo de **PROFESSORA PEDAGOGIA/SÉRIES INICIAIS,** com carga horária de 30 (trinta) horas semanais.

ARTIGO 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, **retroagindo seus efeitos a partir do dia 18 de fevereiro de 2016,** revogadas a disposições ao contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Guarantã do Norte/MT, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis.

SANDRA MARTINS

PREFEITA MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria

Afixada no Mural do Paço Municipal e

Publicado no site da Prefeitura Municipal, em 22/02/2016.

NP 191/2016.

LOURIVAL FRANCISCO DOS REIS

Secretário Municipal de Governo e Articulação Institucional

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE

PREFEITURA MUNICIPAL / RECURSOS HUMANOS
EDITAL Nº. 007/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE – MT

O Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte – MT, Estado de Mato Grosso, Sr. Pedro Ferronatto, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse público e a necessidade da Administração;

Considerando ainda o Decreto Municipal nº 014/2016 e o **Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016 e o atendimento da necessidade emergencial de pessoal da Secretaria Municipal de Saúde e de Educação Cultura e Esporte de Ipiranga do Norte-MT,**

RESOLVE :

Art. 1°. Convocar para a posse e entrada em exercício no respectivo cargo no interesse Secretaria Municipal de Saúde e de Educação Cultura e Esporte os candidatos aprovados dentro do número de vagas, conforme consta no Decreto de Homologação nº 014/2016.

Art.2º. O candidato ora convocado na forma deste Edital deve comparecer ao Deptº. Pessoal, sito à Rua dos Girassóis, nº. 387 – Esq. Av. Fortaleza – Centro – CEP. 78578-000 Ipiranga do Norte – MT, no prazo de 10 (dez) dias para a regularização de documentos pessoais e mais 20 (vinte) dias para a posse a contar da publicação ou afixação deste Edital, para as providências necessárias e cabíveis com vista aos procedimentos de conferência da documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a posse e designação dos respectivos locais de trabalho;

Parágrafo Único – O não comparecimento do candidato no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

Art. 3º - O candidato convocado:

INSC	CANDIDATO	CARGO	PT	OC	RE
02	**ADRIANE DAMIN CECHETTI**	PROFESSOR COM LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FISICA	7,1	1º	AP
03	**LUIZA FIALHO GUIMARÃES**	MÉDICO	9,5	1º	AP

Art.4º. Para contratação os candidatos deveram apresentar fotocópia **autenticada em cartório** da documentação, que comprove o que segue abaixo:

1 – Cédula de Identidade;

2 – ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88);

3 – Certidão de Casamento ou Nascimento;

4 – Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

5 – Carteira de Vacinação dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

6 – Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

7 – Comprovante de votação da última eleição que antecede a posse ou certidão de quitação eleitoral;

8 – Título de Eleitor;

9 – Atestado Médico Adicional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal pela Medicina do Trabalho;

10 – Ter registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada;

11 – Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

12 – Comprovante de Escolaridade;

13 – Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

14 – Declaração de não ter infringindo as leis que fundamentaram este Edital;

15 – Cartão do PIS/PASEP (se houver);

16 – Cópia onde consta o número da Carteira de Trabalho;

17 – Comprovante de residência em nome do candidato ou declaração de residência;

18 – Declaração de bens.

19 – Cópia comprovante de freqüência escolar dos filhos menores de 14 anos; (se houver)

20 – 1 foto 3x4 recente;

21 – Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com trânsito em julgado);

22 – Declaração de não ter sido demitido por justa causa do serviço publico;

23 – Conta Corrente no Banco do Brasil ou Sicredi;

24 - Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

Parágrafo único. A jornada de trabalho é aquela definida no referido Edital.

Art. 5º. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal, 23 de fevereiro de 2016.

PEDRO FERRONATTO Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002/2016

"Revoga o Decreto nº002/2014 e seus efeitos, conforme julgamento do Tribunal de Justiça do MT."

O Sr. Sérgio Medeiros de Araújo, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, encaminha para deliberação o seguinte Projeto Decreto Legislativo:

Art. 1º - Fica revogado os efeitos do Decreto Legislativo nº 002/2014, conforme julgamento do Tribunal de Justiça do Mato Grosso, na ação Direta de Inconstitucionalidade 154905/2014, a qual reconheceu a Inconstitucionalidade do Decreto nº 040/2013, e por arrastamento o Decreto nº 002/2014.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Ipiranga do Norte/MT, em 22 de fevereiro de 2016.

_____ _____

Sérgio Medeiros de Araújo Susana Teixeira

Presidente 1ª Secretária

PREFEITURA MUNICIPAL / JURIDICO
PORTARIA Nº. 081/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia os Membros para a Comissão Especial de Organização e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado – PSS nº 002/2016 e dá outras providências.

PEDRO FERRONATTO, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, resolve:

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão Especial de Organização e Avaliação do Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2016:

1º. ROGÉRIO NORO, ocupante do cargo de Diretor de Departamento, mat. n° 885, CPF nº 030.570.611-09, Presidente.

2°. ROSINARA DE LURDES FERREIRA SCOPEL, ocupante do cargo de Diretora de Departamento, mat. n° 884, CPF nº 906.620.400.15, Secretária.

3º. RENATA CRISTIANE GONÇALVES, ocupante do cargo de Assistente Social, mat. n° 859, CPF nº 019.314.701-70, Membro.

4º. CRISTIANE HEUKO MARTINS, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Enfermagem, mat. n° 807, CPF nº 056.366.199-28, Membro.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 23 de fevereiro de 2016.

PEDRO FERRONATTO

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO N. º 003/2016, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

RESOLUÇÃO N. º 003/2016, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

"INSTITUI O AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO AOS SERVIDORES PÚBLICOS EFETIVOS, COMISSIONADOS E CONTRATADOS DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICIPIO DE IPIRANGA DO NORTE – MT, NAS CONDIÇÕES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

A **Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores**, no uso de suas atribuições legais, propõe o seguinte Projeto de Resolução Municipal:

Art. 1º. Fica instituído o auxilio – alimentação, concedido mensalmente aos servidores públicos efetivos, comissionados e contratados do Poder Legislativo de Ipiranga do Norte – MT, ocupantes de cargos ou funções públicas:

§1º - A concessão do auxílio-alimentação terá caráter indenizatório e será feita sob a forma de distribuição de cartão magnético ou de documentos para aquisição de gêneros alimentícios, in natura ou preparados para consumo imediato, materiais de higiene pessoal e produtos de limpeza, em estabelecimentos comerciais devidamente credenciados junto a operadora de cartão no município de Ipiranga do Norte.

§ 2º - O valor mensal do beneficio a que se refere este artigo é de R$ 300,00 (trezentos reais) que serão cumulativos por apenas 03 (três) meses.

§ 3º - O auxílio – alimentação é inacumulável com outros de espécie semelhante, tais como auxílio para a cesta básica ou vantagem pessoal originária de qualquer forma de auxílio ou beneficio alimentação, exceto cesta de natal.

Art. 2° Fica vedado o pagamento do auxilio- alimentação aos servidores que se encontrarem reclusos ou afastados a qualquer titulo e, ainda:

I – licenciado ou afastado do exercício do cargo ou função, em decorrência de licença para tratar da saúde de pessoa da família, após o trigésimo dia;

II – cedido para outro órgão público, exceto se houver lei especifica;

III – licença para tratamento de interesse particular;

IV - suspenso em decorrência de sindicância ou instauramento de processo disciplinar.

§ 1° - Os afastamentos que se referem ao caput deste artigo não abrangem os servidores requisitados pela Justiça Eleitoral para período das eleições, quando convocados para participar de Tribunal de Júri ou para doar sangue e, ainda os autorizados a se ausentarem do serviço pelo chefe do Poder Legislativo.

§ 2° - Tem direito ao beneficio do vale alimentação o servidor afastado para tratamento da própria saúde. Também por motivo de acidente em serviço ou doença profissional, quando não puder haver readaptação de espécie alguma, ambos até o limite de vinte e quatro meses.

Art. 3º - O pagamento indevido do auxilio – alimentação caracteriza falta grave, sujeitando o servidor responsável pelo apontamento da freqüência ou a autoridade ás penalidades previstas em lei.

Parágrafo Único. Os valores recebidos indevidamente serão restituídos no mês subseqüente, de uma só vez, com desconto efetuado em folha de pagamento.

Art. 4º - O auxílio – alimentação instituído por esta Resolução:

I – não detém natureza salarial ou remuneratória;

II – não é caracterizado como salário-utilidade ou prestação salarial in natura;

III – não se incorpora ao vencimento ou a remuneração do servidor para quaisquer efeitos;

IV – não é considerado pra efeito de décimo terceiro salário;

V - não constitui base de calculo para qualquer contribuição previdenciária ou de assistência á saúde;

VI – não configura rendimento tributável do servidor.

Art. 5º - Cabe ao responsável pela gestão de pessoas ou de recursos humanos do Poder Legislativo acompanhar os apontamentos de licenças, afastamentos, faltas e mudanças de jornada de trabalho, quando for o caso.Ficando a chefia imediata co-responsável pela comunicação, ao responsável, de fatos eventuais que ocorrerem.

Art. 6º - O Poder Legislativo poderá contratar empresa para administrar o auxilio – alimentação, devendo observar os procedimentos legais.

Art. 7º - As despesas decorrentes com a execução desta lei correrão por conta da seguinte dotação orçamentária suplementada se necessário:

- 01.001.01.031.0001.2001.3.3.90.46.00.0.1.00.000000 – Auxilio Alimentação.

Art. 8º – Esta Resolução entre em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 1º de fevereiro de 2016.

Art. 9º – Revogam-se as disposições em contrário.

Ipiranga do Norte - MT, em 22 de fevereiro de 2016.

_____ _____

Sérgio Medeiros de Araújo Susana Teixeira

Vereador/Presidente Vereador/1ª Secretária

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL N°. 002/2016

A Pregoeira juntamente com sua Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT), torna pública que na Licitação tipo Pregão Presencial n° **002/2016**, instaurada para **Futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviço de transporte escolar de alunos da rede pública de ensino do Município de Itanhangá-MT."**Sagrou-se vencedoras as seguintes empresas, **K A M PEREIRA - ME – CNPJ: 08.497.090/0001-80**, com o valor global de **R$ 372.995,70** (Trezentos e setenta e dois mil novecentos e noventa e cinco reais e setenta centavos), e **MAURO ALVES TRANSPORTES – ME – CNPJ: 08.580.753/0001-25,** com o valor global de R$ 141.572,34 (Cento e quarenta e um mil quinhentos e setenta e dois reais e trinta e quatro centavos).

Itanhangá/MT 23 de Fevereiro de 2016.

CAMILA SANTOS BALIEIRO

Pregoeira

CÂMARA MUNICIPAL
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

CAMARA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Dezembro/2015

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**768.000,00**	
IMPOSTOS, TAXAS E □ONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		
IMPOSTOS		
TAXAS		
CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
□ONTRIBUIÇÕES		
CONTRIBUICOES SOCIAIS		
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO		
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA		
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS		
VENDA DE MERCADORIAS		
VENDA DE PRODUTOS		
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINAN□EIRAS		
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA		
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		
TRANSFERÊN□IAS E DELEGAÇÕES RE□EBIDAS	**768.000,00**	
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	768.000,00	
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS		
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES RECEBIDAS		
VALORIZAÇÃO E GANHOS □OM ATIVOS E DESIN□OPORAÇÃO DE PASSIVOS		
REAVALIACAO DE ATIVOS		
GANHOS COM ALIENACAO		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS		
DESINCORPORACAO DE PASSIVOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES		
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS		
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		

Emissão: 23/02/2016 14:29:57 Página 1

Homologado

CAMARA MUNICIPAL DE ITANHANGA

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2015

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**739.706,00**	
PESSOAL E ENCARGOS	**623.483,02**	
REMUNERACAO A PESSOAL	453.173,14	
ENCARGOS PATRONAIS	92.309,88	
BENEFICIOS A PESSOAL		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS	78.000,00	
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS		
APOSENTADORIAS E REFORMAS		
PENSOES		
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA		
BENEFICIOS EVENTUAIS		
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA		
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS		
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**100.556,54**	
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		
SERVICOS	96.716,97	
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO	3.839,57	
CUSTO DE MATERIAIS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA		
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	**174,10**	
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	174,10	
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS	**15.492,34**	
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS	15.492,34	
PERDAS COM ALIENACAO		
PERDAS INVOLUNTARIAS		
INCORPORACAO DE PASSIVOS		
DESINCORPORACAO DE ATIVOS		
TRIBUTÁRIAS		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUICOES		
CUSTO DAS MERCADORIAS E PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS		
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
PREMIACOES		
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES		
INCENTIVOS		
SUBVENCOES ECONOMICAS		
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES		
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES		
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Resultado Patrimonial do Período	**28.294,00**	

Emissão: 23/02/2016 14:29:57 Página 2

Homologado

CAMARA MUNICIPAL DE ITANHANGA
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Dezembro/2015

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS (decorrentes da execução orçamentária)		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
INCORPORAÇÃO DE ATIVO	2.704,00	
DESINCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS		
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVO		

NELSO LUIZ MARCON
PRESIDENTE

JOCEMAR ELIAS KRAUSE
SECRETARIO

MARIA FABIANA HAMMEL
CONTADOR CRC MT016460

Emissão: 23/02/2016 14:29:57 Página 3

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.º 011/2016

SÚMULA: HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº. 1113/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI:

D E C R E T A

ART. 1º – Fica **HOMOLOGADO** o resultado do Processo Seletivo Simplificado de Provas, de acordo com a Lei Municipal nº. 1113/2016, em conformidade com os Editais de Processo Seletivo nº. 001/2016.

ART. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis .

RAIMUNDO ZANON Prefeito Municipal REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 23/02/2016 À 23/03/2016

FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAÚDE MUN. DE ITAÚBA

AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016.

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

CONVOCAÇÃO:

A Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, através da Comissão de Apoio, nomeada pela portaria nº 05/2015 de 06/01/2015, comunica aos interessados no ramo de atividade comercio em geral que irá realizar procedimento licitatório na Modalidade de Pregão, com objeto, data e horário abaixo descrito;

OBJETO:

Aquisição de Gêneros alimentícios e materiais de higiene e limpeza para suprir as necessidades desta Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba/MT.

ABERTURA:

As propostas serão recebidas e abertas no dia 09 de março de 2016, às **09:00 (nove)** horas, na sala de licitação da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba/MT, situada na Avenida Tiradentes, nº 295, centro de Itaúba/MT, onde os interessados poderão obter o Edital Completo e maiores informações no horário de expediente ou pelo Telefone: (**66) 3561-1527, no horário de expediente.

Itaúba – MT, 23 de fevereiro de 2016.

OTAVIO LUIZ FIEL

PREGOEIRO

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

CONVITE Nº 002/2016

A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba, torna público aos interessados que a **Carta Convite nº 002/2016**, para **Contratação de empresa técnica especializada para prestação de serviços de assessoria gerencial, orçamentária, patrimonial, financeira e de planejamento, para a Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba/MT, no período de março a dezembro do exercício de 2016**, com comparecimento de no mínimo um dia semanal, independentemente quando do comparecimento por ocasião da realização de audiências judiciais, consultas de processos administrativos e/ou perante quaisquer órgãos administrativos, instâncias ou tribunais foi a Empresa: **BENASSI, FRASSON JR & DOS SANTOS LTDA CNPJ: 19.454.422/0001-65**.

ITAÚBA-MT, 23 de Fevereiro de 2016.

MARCELO MESQUITA

Pres. de Comissão Permanente de Licitação

CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚBA - MT

DECRETO LEGISLATIVO

Nº. 002/2016

A MESA DIRETORA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONFERIDAS PELA ALÍNEA "D" DO ARTIGO 30 DO REGIMENTO INTERNO, PROMULGA O SEGUINTE DECRETO LEGISLATIVO;

CONSIDERANDO a decisão do soberano Plenário.

DECRETA

Art. 1º. Ficam **APROVADAS** as Contas Anuais de Governo do exercício de 2014 da Prefeitura Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, sob responsabilidade administrativa e financeira do Prefeito Municipal Sr. Raimundo Zanon.

Art. 2º. Este Decreto Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, em 23 de fevereiro de 2016.

WAGNER PEREIRA DA CRUZ

Presidente

ROTEMBERG ESTEVES VIANA

1º Secretário

PUBLICA-SE

REGISTRA-SE

CUMPRA-SE

PUBLICADO E AFIXADO NO MURAL DA CÂMARA MUNCIPAL NO PERÍODO DE 23/02/2016 À 23/03/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
GABINETE DO PREFEITO

DECRETO N.º 012/2016

SÚMULA: HOMOLOGA RESULTADO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO DA FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE SAUDE MUNICIPAL DE ITAÚBA-MT, DE ACORDO COM A LEI MUNICIPAL Nº. 1114/2016 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXMO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚBA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR. RAIMUNDO ZANON, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE CONFERE A LEI:

D E C R E T A

ART. 1º – Fica **HOMOLOGADO** o resultado do Processo Seletivo Simplificado de Provas, da Fundação Hospitalar de Saúde Municipal de Itaúba-MT de acordo com a Lei Municipal nº. 1114/2016, em conformidade com os Editais do Processo Seletivo nº. 001/2016.

ART. 2º – Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaúba, Estado de Mato Grosso, aos vinte e três dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis .

RAIMUNDO ZANON Prefeito Municipal REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE. PUBLICADA E AFIXADA NO MURAL DESTA PREFEITURA MUNICIPAL NO PERÍODO DE 23/02/2016 À 23/03/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚBA

ERRATA DA RELAÇÃO DOS APROVADOS E CLASSIFICADOS

REFERENTE EDITAL Nº. 001/2016

A Prefeitura Municipal de Itaúba Estado de Mato Grosso, vem a público retificar a Relação dos Aprovados e Classificados do Processo Seletivo referente ao Edital 001-2016, Publicado em 18 de Fevereiro de 2016 no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso, Site Oficial do Município e Mural da Prefeitura Municipal de Itaúba onde.

Altera em parte:

Onde se lê:

A. S. G - AJUDANTE SERVIÇO GERAIS

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**ISMAEL COSTA RODRIGUES**	**044.915.321-50**	**100**	**APROVADO**
02	**OSVALDO PEREIRE NIZA**	**091.963.168-10**	**100**	**APROVADO**
03	JESUEL PRADO	037.662.391-80	97	CLASSIFICADA
04	JORGE LUIZ ANTUNES DUARTE	039.287.841-02	93	CLASSIFICADA
05	REGINO SANTOS RODRIGUES	859.587.595-23	86	CLASSIFICADA
06	ANGELINO DE JESUS SANTOS	859.586.565-54	74	CLASSIFICADA
07	ROSANGELA APARECIDA FERNANDES	014.609.111-64	55	CLASSIFICADA
08	WANDERLEY ARISTIDES DE ALMEIDA	009.770.461-09	50	CLASSIFICADA
09	ADRIANA ALVEZ DA SILVA	024.621.241-10	45	CLASSIFICADA
10	GERALDO BRITO DE FREITAS	036.263.701-60	AUSENTE	AUSENTE
11	HENRIQUE FERNANDES DOS SANTOS	522.704.081-87	AUSENTE	AUSENTE
12	JOEL ANTONIO BATISTA	003.609.951-10	AUSENTE	AUSENTE
13	SIMONE TEMOTIO DOS SANTOS	041.497.901-08	AUSENTE	AUSENTE
14	GEOVANA APARECIDA DE MENEZES DA CRUZ	064.807.261-46	AUSENTE	AUSENTE

ZELADORA

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**VILSINEIA GUIMARAES MOURAO**	**040.924.682-64**	**100**	**APROVADA**
02	**MARTA DOS SANTOS OLIVEIRA**	**843.618.161-15**	**100**	**APROVADA**
03	SIMONE DE FRANÇA	021.914.771-00	97	CLASSIFICADA
04	ADENISIA LISBOA SOARES BENITES	010.008.581-46	97	CLASSIFICADA
05	MATILDE SARATE	928.918.361-91	97	CLASSIFICADA
06	RENATA RODRIGUES NUNES	037.726.391-51	97	CLASSIFICADA
07	VALDINEIA RIGO	038.145.071-69	97	CLASSIFICADA
08	CRISTIANE CARVALHO DA FONSECA PLACIDO	028.303.191-33	96	CLASSIFICADA
09	LUCILENE DA SILVA OLIVEIRA	033.945.431-84	96	CLASSIFICADA
10	PATRICIA NEGRETE	012.258.651-40	94	CLASSIFICADA
11	VANESSA DOS SANTOS PIO	042.904.761-47	94	CLASSIFICADA
12	QUELITA JULIAO SILVA	031.366.311-45	94	CLASSIFICADA
13	MARIA CONCEICAO SOARES	002.231.921-20	93	CLASSIFICADA
14	LUCELIA DA SILVA	015.411.841-90	93	CLASSIFICADA
15	VERA LUCIA MIRANDA DOS SANTOS	037.240.071-08	93	CLASSIFICADA
16	VALDENICE XAVIER PINHEIRO	013.592.591-63	93	CLASSIFICADA
17	MARIA SANDRA DA SILVA	033.512.361-90	90	CLASSIFICADA
18	ROSELI ASSUNÇÃO DUTRA	059.310.441-24	90	CLASSIFICADA
19	DAIANE DA SILVA	050.681.161-14	89	CLASSIFICADA
20	ANDREIA ANTUNES RIBEIRO	007.278.151-30	88	CLASSIFICADA
21	VANESSA LAURENTINO SILVA	042.251.441-19	87	CLASSIFICADA
22	CRISTIANA ARISTIDES DE ALMEIDA	044.458.081-64	86	CLASSIFICADA
23	MARIA DE FATIMA AUGUSTO	043.048.311-27	85	CLASSIFICADA
24	APARECIDA MAIRA DA SILVA	019.905.261-10	84	CLASSIFICADA
25	ANA MARIA NIZA DA COSTA	047.202.601-10	83	CLASSIFICADA
26	ELIZETH GARCIA DE SOUZA	019.650.451-11	82	CLASSIFICADA
27	NELCI DE FATIMA SERATI DE MELO	429.542.901.53	81	CLASSIFICADA
28	ANDREIA APARECIDA DOS SANTOS MEDEIROS PEREIRA	009.419.551-09	81	CLASSIFICADA
29	ROSIMEIRE PERLI DO NASCIMENTO	004.992.581-42	81	CLASSIFICADA
30	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	027.354.779-83	80	CLASSIFICADA
31	ODETE GOMES BRAGA	885.285.021-04	80	CLASSIFICADA
32	ZELIA CONCEIÇÃO PEREIRA	007.386.421-85	77	CLASSIFICADA
33	ANDREIA DE SOUZA FAGUNDES DA SILVA	051.510.341-11	76	CLASSIFICADA
34	ANA CLAUDIA NIZA DA COSTA	047.202.681-02	76	CLASSIFICADA
35	JOSIANE SALES DE MORAES	063.252.841-94	76	CLASSIFICADA
36	ELAINE GOMES DE LIMA AZEVEDO	038.866.561-01	74	CLASSIFICADA
37	SONIA OLINDA PINTO	604.631.471-20	73	CLASSIFICADA
38	ADALIA GOMES	604.661.741-20	68	CLASSIFICADA
39	VALERIA SIMPLICIO DOS SANTOS	053.328.491-09	68	CLASSIFICADA
40	JAKELINE DA SILVA ALVES	046.411.771-20	67	CLASSIFICADA
41	GISLAINE DOS SANTOS SILVA	021.033.451.77	65	CLASSIFICADA
42	VANESSA GARCIA DOS SANTOS	029.343.121-35	64	CLASSIFICADA
43	ROSAINE SOARES BARBOSA	016.097.481.01	64	CLASSIFICADA
44	KEDIMA ALMEIDA DOS SANTOS	058.673.921-12	63	CLASSIFICADA
45	NECILDA MARIA DA SILVA NUNES	650.597.511-04	62	CLASSIFICADA
46	ANGELA MARIA ALVES	927.784.451-53	61	CLASSIFICADA
47	GRECILANDE RODRIGUES DA SILVA	021.489.821-09	60	CLASSIFICADA
48	IVANEIDE FAUSTINO DOS SANTOS	040.968.691-39	59	CLASSIFICADA
49	URÇULA MARIA FONSECA RIBEIRO	983.207.693.53	57	CLASSIFICADA
50	ILZA MONTELLO FARIAS	235.518.793-20	57	CLASSIFICADA
51	MARILZE FERNANDES	977.235.501-97	56	CLASSIFICADA
52	PATRICIA GOMES VAILANTE	022.974.121-50	56	CLASSIFICADA
53	ROSILEIA ROSA DOS SANTOS	011.896.101-24	55	CLASSIFICADA
54	APARECIDA DE FATIMA FRANCISCO	894.697.639-04	54	CLASSIFICADA
55	LUZIA GOMES DA COSTA	021.244.001-26	50	CLASSIFICADA
56	ELIZANGELA LOPES DE ARAUJO	019.905.421-58	47	REPROVADA
57	VANDA LUCIA DA SILVA MEDEIROS	571.248.841-87	39	REPROVADA
58	IANA SILVA DE OLIVEIRA	080.731.053-06	31	REPROVADA
59	VALERIA CORREIA DE ALMEIDA	053.214.291-89	AUSENTE	AUSENTE
60	VALQUIRIA INACIO DA SILVA ALBRING	002.611.321-05	AUSENTE	AUSENTE
61	MARIA PEREIRA AGUIAR	027.890.881-01	AUSENTE	AUSENTE
62	LINDONEIS ASSUNÇÃO DUTRA	030.131.431-42	AUSENTE	AUSENTE
63	ALEXANDRA VANESSA VANCINI	041.443.831-05	AUSENTE	AUSENTE
64	HETHIY CLEDY DOS SANTOS	013.784.411-50	AUSENTE	AUSENTE

65	LUCELIA BRITO DE FREITAS	019.562.581-16	AUSENTE	AUSENTE
66	ERICA PEREIRA DA COSTA	038.394.981-55	AUSENTE	AUSENTE
67	ROSICLEIA POLIANA RIBEIRO	947-493-451-72	AUSENTE	AUSENTE
68	CLEUZA LIMA RODRIGUES DA SILVA	699.937-429-53	AUSENTE	AUSENTE
69	MARIA JOSIANE DA SILVA	019.702.551-02	AUSENTE	AUSENTE
70	ADRIA SANTANA DA SILVA	008.024.271-54	AUSENTE	AUSENTE
71	RAIANE GABRIELA SANTOS FELIX	053.240.901-90	AUSENTE	AUSENTE
72	ANA DOS SANTOS GUEDES	018.520.305-18	AUSENTE	AUSENTE
73	SANDRA PEREIRA DA SILVA	014.168.681-27	AUSENTE	AUSENTE
74	APARECIDA SILVA SANTOS	021.355.421-64	AUSENTE	AUSENTE
75	FABIANA GONÇALVES BARBOSA	039.754.461-88	AUSENTE	AUSENTE
76	MARIA APARECIDA DOS SANTOS SILVA	621.351.551-87	AUSENTE	AUSENTE
77	BENEDITA MIRANDA	001.420.551-31	AUSENTE	AUSENTE
78	MARIA APARECIDA DE ALMEIDA	038.681.941-69	AUSENTE	AUSENTE
79	SUELI DOS SANTOS ALMEIDA	011.896.401-12	AUSENTE	AUSENTE
80	INGRID DA SILVA MEDEIROS	060.052.831-62	AUSENTE	AUSENTE
81	AURICELIA MAGALHAES LIMA	007.976.221-28	AUSENTE	AUSENTE
82	DAIANE SOARES DA SILVA	042.345.801-98	AUSENTE	AUSENTE

VIGIA

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**APARECIDO BONFIM**	**281.287.459-72**	**97**	**APROVADO**
02	**AGNALDO DE ANDRADE SILVA**	**941.029.021-04**	**97**	**APROVADO**
03	**RUBENS DE SOUZA PIRONI**	**015.287.561-18**	**97**	**APROVADO**
04	CLAYTON MARTINS RODRIGUES	047.201.811-63	94	CLASSIFICADO
05	LEANDRO DIAS DA SILVA	011.525.401-30	94	CLASSIFICADO
06	ANTONIO CARLOS DA SILVA	019.905.281-63	93	CLASSIFICADO
07	SUZANA RIBEIRO DOS SANTOS	045.845.061-63	92	CLASSIFICADA
08	KERMILLI LUANA DA SILVA SANTOS NASCIMENTO	022.812.221-01	90	CLASSIFICADA
09	ALEX AMORIM UCHOA	047.203.311-57	80	CLASSIFICADO
10	ELIAS SOUZA DE ALMEIDA	005.150.321-23	80	CLASSIFICADO
11	TAYELEN PEREIRA LUZ	062.276.151-02	73	CLASSIFICADA
12	LUCAS ANTONIO DE SOUZA TONIAZZO	055.356.961-96	71	CLASSIFICADO
13	ANDRESA SOUZA FLORENTINO	063.037.071-06	67	CLASSIFICADA
14	JOAO GOMES DE LIMA	050.681.151-42	63	CLASSIFICADO
15	WEMERSON DOS REIS SANTOS	038.393.001-42	63	CLASSIFICADO
16	JOSE MACEDO DE SANTANA	377.583.491-53	35	REPROVADA
17	WANDERLEI FERREIRA DE AZEVEDO	805.394.081-15	30	REPROVADO
18	GIOVANI VIEIRA DA SILVA	054.531.441-06	AUSENTE	AUSENTE
19	RONI MARTINI	033.489.479-44	AUSENTE	AUSENTE
20	CLEONICE PRIMARAROSA DE OLIVEIRA	722.350-981-34	AUSENTE	AUSENTE
21	TATIANE DE CARVALHO	036.165.401-43	AUSENTE	AUSENTE
22	FABIO ANDRE MANGOLIN	000.721.861-35	AUSENTE	AUSENTE
23	JANIARA DOS SANTOS	053.513.491-67	AUSENTE	AUSENTE
24	NILTON DOMINGOS DOS SANTOS	659.900.055-04	AUSENTE	AUSENTE
25	ANTONIO ROBERTH PEREIRA SA COSTA	004.741.093-32	AUSENTE	AUSENTE
26	ALCIONI MACHADO DOS SANTOS	027.973.041-10	AUSENTE	AUSENTE
27	CESAR SEBASTIAO BEZERRA	050.681.171-96	AUSENTE	AUSENTE
28	ANDRE LUIZ RODRIGUES DA SILVA	049.666.061-60	AUSENTE	AUSENTE
29	MIRIAM MARQUES DE LIMA	013.832.891-90	AUSENTE	AUSENTE
30	LEONARDO DE SIQUEIRA LIBANO SOARES	116.907.497-92	AUSENTE	AUSENTE
31	VALDELICE DE OLIVEIRA G. DE CARVALHO	893.499.701-04	AUSENTE	AUSENTE
32	ANTONIA DE MARIA ALEXANDRE RIBEIRO	010.474.321-29	AUSENTE	AUSENTE
33	NATIELI NATATI FERRAZ COTT	055.350.641-89	AUSENTE	AUSENTE
34	DIENE CARINA CORREIA DE SOUZA	060.550.641-89	AUSENTE	AUSENTE
35	ANTONIA DE MARIA ALEXANDRE RIBEIRO	010.474.321-29	AUSENTE	AUSENTE

MECANICO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**LEIMAR MATHIAS**	**229.516.871-68**	**77**	**APROVADO**
02	LUIS CARLOS SUZARTE	795.321.011-87	AUSENTE	AUSENTE
03	LEONARDO DUARTE DE AGUIAR	047.203.701-36	AUSENTE	AUSENTE
04	AGNALDO CARVALHO PINTO	963.730.831-87	AUSENTE	AUSENTE
05	EDERSON DOS SANTOS ALENCAR	828.251.902-25	AUSENTE	AUSENTE

MOTORISTA - ADMINISTRAÇÃO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**EDMAR DE JESUS PEREIRA RIBEIRO**	**882.665.403-49**	**100**	**APROVADO**
02	**SERGIO SOUZA DA CRUZ**	**051.685.029-62**	**100**	**APROVADO**
03	ANDRE NUNES BUDIA	964.598.241-34	94	CLASSIFICADO
04	SILVANDO DA SILVA	001.636.481-31	93	CLASSIFICADO
05	JOHN WELLIINGHITTON DIAS RODRIGUES	041.964.691-40	90	CLASSIFICADO
06	WILLIAN CESAR GOMES PEREIRA	862.026.771-04	86	CLASSIFICADO
07	GILBRAIR SILVA ALEXANDRE	981.923.881-15	84	CLASSIFICADA
08	JOAO CLAUDIO ALEXANDRE	029.934.411-83	84	CLASSIFICADA
09	HENRIQUE STEFANI DE OLIVEIRA	022.092.511-92	83	CLASSIFICADO
10	JULIO PAZ	026.890.361-18	82	CLASSIFICADO
11	RENATO DOS SANTOS	036.751.821-00	82	CLASSIFICADA
12	RICARDO TEIXEIRA DOS SANTOS	000.736.961-10	81	CLASSIFICADO
13	RAFAEL DOS SANTOS	036.858.751-75	81	CLASSIFICADO
14	NERI RICARDO PRUDENTE DE SOUZA	746.045.461-34	74	CLASSIFICADO
15	VILSON CARDOSO DA SILVA	896.615.081-00	72	CLASSIFICADO
16	ADRIANO FERREIRA DA SILVA	035.970.771-88	71	CLASSIFICADO
17	JAIRO GEREMIAS CASSIANO DA SILVA	971.779.11-20	69	CLASSIFICADO
18	ADILSON ANTUNES PEREIRA	985.166.121-04	63	CLASSIFICADO
19	REINALDO FERREIRA	029.627.151-92	60	CLASSIFICADO
20	JOSE RINALDO FERREIRA BATISTA	984.414.421.34	53	CLASSIFICADO
21	JAIR RODRIGUES DA SILVA	858.040.451-72	22	REPROVADO
22	EDERSON OELKE	061.339.079.24	AUSENTE	AUSENTE
23	ELZA APARECIDA DE SOUZA	365.464.619-00	AUSENTE	AUSENTE
24	JARDEL LOPES SILVA	016.754.341-58	AUSENTE	AUSENTE

25	DERLI DE MORAES	700.654.209.00	AUSENTE	AUSENTE
26	JOSE ADILSON OLIVEIRA	331.307.108.25	AUSENTE	AUSENTE
27	ROOSIVELTI MIQUEIAS MELLO BENVINDO	980.182.562-68	AUSENTE	AUSENTE
28	GERALDO DE CASTRO JUNCKER	842.002.511-91	AUSENTE	AUSENTE
29	MOISES DE OLIVEIRA	830.313.321-72	AUSENTE	AUSENTE
30	ABENER NOGUEIRA DA SILVA	869.265.781-68	AUSENTE	AUSENTE
31	ODENIL JOSE DE LIMA	017.010.551-20	AUSENTE	AUSENTE
32	JULIO CESAR VIEIRA DA SILVA	048.940.791-94	AUSENTE	AUSENTE
33	EDSON ANTONIO DE AZEVEDO	003.353.651-16	AUSENTE	AUSENTE
34	MARCOS ANTONIO DE BARROS LUDVICHAK	047.548.131-38	AUSENTE	AUSENTE
35	JOAO FELIZ	020.741.831-43	AUSENTE	AUSENTE
36	PAULO HENRIQUE PIRES DE MORAES	050.410.481-00	AUSENTE	AUSENTE

MOTORISTA - EDUCAÇÃO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**RAFAEL JONATHAS DA SILVA RIBEIRO**	**922.479.031-34**	**91**	**APROVADO**
02	ENIO TONIAZZO	878.979.111-87	73	CLASSIFICADO
03	NELSON TONIAZZO	627.131.081-87	72	CLASSIFICADO
04	FABIO GOMES MENDES	015.877.441-80	AUSENTE	AUSENTE
05	REGINALDO AMARAL DE BRITO	003.949.181-18	AUSENTE	AUSENTE
06	ADRIANO MARTINS NIEUWENHOFF	017.295.991-84	AUSENTE	AUSENTE

OPERADOR DE MAQUINAS

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**GERALDO PEREIRA DA SILVA**	**537.973.371-91**	**97**	**APROVADO**
02	**ALEXANDRE ALVES DA GAMA**	**032.938.461-90**	**97**	**APROVADO**
03	CLOVIS DE ALMEIDA FERREIRA	848.698.361-49	94	CLASSIFICADO
04	ROBERTO DOS SANTOS	049.546.121-01	93	CLASSIFICADO
05	SOLANGE GUARAIS DO NASCIMENTO	897.708.462-87	91	CLASSIFICADO
06	RIQUESI MARIANO DE OLIVEIRA	053.826.471-35	88	CLASSIFICADO
07	RICARDO AUGUSTO MONTANHER	032.893.991-92	83	CLASSIFICADO
08	GIOVANI GONÇALVES PAIN	036.164.081-13	74	CLASSIFICADO
09	GILMAR PRADO	559.202.091-00	68	CLASSIFICADO
10	ALEXANDRO DOS SANTOS RODRIGUES	038.013.501-93	58	CLASSIFICADO
11	EDSON ROSSETO DE ALMEIDA	820.594.891-72	AUSENTE	AUSENTE
12	RENILSON SIQUEIRA SILVA	021.582.103-38	AUSENTE	AUSENTE
13	JHONATTAN FERNANDES DOURADO	025.913.661-10	AUSENTE	AUSENTE
14	VANDIR CELITO EIDT	003.466.551-02	AUSENTE	AUSENTE
15	THIAGO BONFIM MATHIAS	039.571.391-98	AUSENTE	AUSENTE
16	CARLOS MARTINS NIEUWENHOFF	014.904.061-07	AUSENTE	AUSENTE

FISCAL TRIBUTÁRIO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**DANIEL FARIAS CANDINDE**	**044.109.181-41**	**81**	**APROVADO**
02	VALDIRENE FERREIRA FIDELES	832.242.621-68	80	CLASSIFICADA
03	ANA PAULA MAGALHAES PARO	058.239.231-47	76	CLASSIFICADA
04	SIDINEI FERNANDES DOS SANTOS	009.886.461-02	70	CLASSIFICADO
05	CICERO ALESSANDRO SIMEAO	035.482.431-77	66	CLASSIFICADO
06	DIEIS CAMARGO PEREIRA	010.459.921-94	64	CLASSIFICADA
07	CELIA CRISTINA PESSOA DE MORAES	703.685.911-31	64	CLASSIFICADA
08	ELOIZA DE NAZARE BUENO ROCHA	054.190.551-12	59	CLASSIFICADA
09	PAMELA FRANCILLY MOLINAS	047.203.611-45	58	CLASSIFICADA
10	JOCIELI PEREIRA MESQUITA	066.859.899-98	57	CLASSIFICADA
11	EDINALDO DA SILVA	017.012.021-07	55	CLASSIFICADO
12	MARILDA DE FATIMA DA SILVA NUNES	328.045.801-30	51	CLASSIFICADA
13	CRISTINA SAYURI RODRIGUES KAWANO	047.201.251-74	50	CLASSIFICADA
14	CARLA FERNANDA GATTI DA CONCEICAO	054.131.551-07	49	REPROVADA
15	LUCINEIDE DA SILVA	016.127.231-28	38	REPROVADA
16	DONIZETE STORARI PRADO	058.304.551-00	34	REPROVADO
17	HEIDY PEREIRA PINTO FALCADE	031.916.761-55	AUSENTE	AUSENTE
18	EDIVANIA FERREIRA QUEIROZ	048.391.691-95	AUSENTE	AUSENTE
19	ROGERIO CAMPAGNOLO	003.543.451-17	AUSENTE	AUSENTE
20	APARECIDA PRADO	022.247.359-28	AUSENTE	AUSENTE
21	LOURENA CARVALHO DE OLIVEIRA	035.461-091-04	AUSENTE	AUSENTE
22	GERSON VIEIRA DE BARROS	885.638.719-00	AUSENTE	AUSENTE
23	WILLIAN DOS SANTOS DIAS	037.557.851-02	AUSENTE	AUSENTE
24	ONILIA ARNDT CAVALCANTE	045.913.981-96	AUSENTE	AUSENTE
25	ROSILENE APARECIDA DA SILVA	002.947.781-60	AUSENTE	AUSENTE
26	JESSICA BARRIN FERREIRA	019.937.601-80	AUSENTE	AUSENTE
27	MANOEL ANAIQUIX VIEIRA MORAIS	707.694.002-72	AUSENTE	AUSENTE
28	VALTER FERNANDES DOS SANTOS	032.293.661-66	AUSENTE	AUSENTE
29	UILIANS DRUZIAN CANDIDO	025.782.281.08	AUSENTE	AUSENTE
30	JORDEAN PEREIRA DA SILVA	017.314.041-66	AUSENTE	AUSENTE
31	SIDNEI COSTA DE SOUZA	913.207.121-34	AUSENTE	AUSENTE
32	EDSON APARECIDO DE OLIVEIRA	003.946.031.25	AUSENTE	AUSENTE

TECNICO EM MONITORAMENTO DE COMPUTADORES

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**DEOLINDO GABRIEL DE GODOI NETO**	**060.215.921-07**	**79**	**APROVADO**
02	**VANESSA KETRYN WEIMER**	**043.251.271-35**	**79**	**APROVADA**
03	JOSE DE ANCHIETA MARTINS NETO	072.837.054-90	74	CLASSIFICADO
04	THIAGO DE OLIVEIRA ONEDA	038.013.481-05	64	CLASSIFICADO
05	RAFAEL LIMA CUSTODIO	042.736.541-48	31	REPROVADO
06	MARCIANA PRISCILA FERRI DA ROCHA	058.424.271-92	29	REPROVADA
07	OLIVIA THAMIRIS QUIMARAES RIBEIRO	061.008.761-40	AUSENTE	AUSENTE
08	ROBERTO CARLOS CANO	614.826.681-49	AUSENTE	AUSENTE
09	LEANDRO ALEX WOLMUTH	027.019.471-11	AUSENTE	AUSENTE
10	THIAGO ESPUNIER COSTA	006.952.581-17	AUSENTE	AUSENTE

TECNICO DE ENFERMAGEM

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**ROSENILDA DA SILVA NUNES**	**005.684.431-01**	**70**	**APROVADA**

02	GILSON DANIELLI DOS SANTOS	026.341.341-18	68	CLASSIFICADO
03	MARIA DA CONCEIÇAO SANTOS	025.563.441-21	67	CLASSIFICADA
04	JOCIMAR ARMI TEIXEIRA	035.697.971-71	61	CLASSIFICADO
05	SONIA REGINA DA SILVA	917.913.081-04	53	CLASSIFICADA
06	MAURIDES ANTUNES PEREIRA OLIVEIRA	886.262.451-49	50	CLASSIFICADA
07	LUCIENE LOPES DA SILVA PRADO	913.969.301-59	38	REPROVADA
08	FRANCIELLY THAYSE ALDAVES ROCHA	005.367.481-28	AUSENTE	AUSENTE
09	CARLA NOGUEIRA MONTEIRO ORTIZ	040.711.291-07	AUSENTE	AUSENTE
10	ALEXANDRINA APARECIDA DE OLIEIRA	084.565.248.67	AUSENTE	AUSENTE
11	VIVIANE DEBORA DA SILVA SOUZA	020.089.451-03	AUSENTE	AUSENTE
12	KETLYN ALESSANDRA ALVES	043.704.331-26	AUSENTE	AUSENTE
13	ANA CAROLINA DE ARAUJO BEZERRA	033.811.221-93	AUSENTE	AUSENTE
14	MARIA DE FATIMA DE LIMA	832.567.251-04	AUSENTE	AUSENTE
15	GILMARA DE SOUZA SANTOS	613.269.783-73	AUSENTE	AUSENTE
16	JOSEANIA BENVINDO DA SILVA	029.610.331-44	AUSENTE	AUSENTE
17	THELMA CAMPOS DE ABREU	988.392.331-72	AUSENTE	AUSENTE

ASSISTENTE TECNICO ADMINISTRATIVO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**JANAINA FLAVIA DO NASCIMENTO**	**057.348.616-69**	**82**	**APROVADA**
02	**JESSICA APARECIDA PINTO PRADO**	**704.358.261-07**	**81**	**APROVADA**
03	MARISE MALAGURTI ZANON	018.626.241-86	79	CLASSIFICADA
04	JULIANA FERREIRA CARDIA	051.947.631-07	77	CLASSIFICADA
05	PRISCILA DE JESUS FONSECA RIBEIRO	035.258.393-24	76	CLASSIFICADA
06	EUZENEI VASCONCELOS	008.372.849-02	75	CLASSIFICADA
07	ANGELICA APARECIDA DIAS	051.950.101-29	74	CLASSIFICADA
08	LUCIANA MARTINS	033.451.591-20	70	CLASSIFICADA
09	ADRIANA URIAS ALEXANDRINO	253.364.788-81	70	CLASSIFICADA
10	JESSICA QUITILIANA DE OLIVEIRA	047.204.511-36	68	CLASSIFICADA
11	JOSIVAN CONCEIÇAO SILVA	703.672.951-13	68	CLASSIFICADO
12	FABIANA APARECIDA CORREA YAMACIRO	026.718.221-03	68	CLASSIFICADA
13	DAIANE SOUZA DE SIQUEIRA	040.601.311-05	67	CLASSIFICADA
14	MAYARA MARJORI DA SILVA NOGUEIRA	043.393.161-21	66	CLASSIFICADA
15	GELSON JOSE DA SILVA BARROS	523.261.012-00	65	CLASSIFICADA
16	ROSIANE ALVES DA SILVA	024.685.711-00	65	CLASSIFICADA
17	SEBASTIANA PEREIRA DA SILVA	581.967.651-34	64	CLASSIFICADA
18	ALZIRENE DOS SANTOS	019.737.221-00	64	CLASSIFICADA
19	TALITA LAYS NOBERTO VIANA	050.716.261-79	63	CLASSIFICADA
20	RENATA APARECIDA DE ANDRADE CLIN	054.920.139-47	63	CLASSIFICADA
21	CLEBER FANALI	038.317.579-84	63	CLASSIFICADO
22	ANDRESSA CAROLINE DA CRUZ	060.123.441-39	60	CLASSIFICADA
23	JULIA CAROLINE DE CASTRO TOME	059.635.341-35	59	CLASSIFICADA
24	FRANCIELE PINHEIRO DA SILVA	049.089.751-75	59	CLASSIFICADA
25	ELIZANGELA ALVES BATISTA	904.171.002-72	59	CLASSIFICADA
26	SIRLEI MARIA DA SILVA	835.312.541-20	58	CLASSIFICADA
27	INGRID BERNARDO GEHLEN	042.233.161-92	58	CLASSIFICADA
28	THOMAS JEFFERSON DE LIMA SOARES	020.812.461-63	57	CLASSIFICADA
29	ALESSANDRA AMARAL DE OLIVEIRA BRITO	010.338.041-85	57	CLASSIFICADA
30	KEYLA DE SOUZA RODRIGUES	047.202.131-11	57	CLASSIFICADA
31	ALEXANDRE APARECIDO CREMONEZZI	054.694.461-23	57	CLASSIFICADO
32	VALDIRENE XAVIER PINHEIRO SANTIAGO	593.539.701-30	56	CLASSIFICADA
33	ALESSANDRA DOS SANTOS VIAIS	040.373.041-47	56	CLASSIFICADA
34	VILSON MIRANDA BENEDITO	949.703.941-72	55	CLASSIFICADO
35	GISELY FERREIRA MESQUITA	045.365.871-79	55	CLASSIFICADA
36	PATRICIA DA SILVA ADELINO	029.664.441-26	55	CLASSIFICADA
37	ROSMERI PONCIO DA SILVA	034.564.941-90	55	CLASSIFICADA
38	EDUARDO RIBEIRO DOS SANTOS	044.020.341-40	55	CLASSIFICADO
39	MARCIANA FARIAS CANINDE	043.329.231-89	54	CLASSIFICADA
40	JAQUELINE MACHADO DE OLIVEIRA	051.651.361-32	54	CLASSIFICADA
41	BRUNO ALVES BOTTEGA	108.461.199-60	54	CLASSIFICADO
42	ADONAY NOBERTO VIANA	038.621.061-60	54	CLASSIFICADO
43	JOZE ADRIANA MELO SANTOS	033.822.161-16	53	CLASSIFICADA
44	SUZANE APARECIDA SOARES	008.933.451-56	53	CLASSIFICADA
45	ADAIR SOARES GUEDES	038.013.471-33	51	CLASSIFICADO
46	SINARA PADILHA KONECHEFF	703.677.321-90	51	CLASSIFICADA
47	KATIA MARIA DE ARRUDA PINHEIRO	054.454.231-23	49	REPROVADA
48	ANDRE INACIO DOS SANTOS OLIVEIRA	060.538.651-09	48	REPROVADO
49	CHAIENY KARLA DO NASCIMENTO	038.682.411-83	48	REPROVADA
50	GABRIEL NOBERTO VIANA	060.129.041-00	47	REPROVADO
51	JEFFERSON DE OLIVEIRA BRAGA	052.256.261-22	47	REPROVADO
52	LUANA ALINE PEREIRA DA SILVA	703.673.941-03	47	REPROVADA
53	KARINE AZEVEDO BENITES LAMEIRA	047.202.851-04	46	REPROVADA
54	EMILIANO LIMA DA SILVA	025.268.151-77	42	REPROVADO
55	ELIZANA PEREIRA SANTOS	857.015.801-72	42	REPROVADA
56	DANIELLI DOS SANTOS SARMENTO	053.754.461-54	41	REPROVADA
57	PRISCILA FERNANDES DE SOUZA	063.140.971-85	32	REPROVADA
58	GISLAINE CRISTINA DONATO	011.920.321-95	AUSENTE	AUSENTE
59	PRISCILA KELI OLIVEIRA	025.549.621-46	AUSENTE	AUSENTE
60	KEURY VANESSA MENEZES DA SILVA	028.811.961-44	AUSENTE	AUSENTE
61	EMILLY GRACIELI EMIDIO	056.023.891-64	AUSENTE	AUSENTE
62	VANESSA DE ASSIS SILVA	040.949.391-05	AUSENTE	AUSENTE
63	JULIANE RODRIGUES DA SILVA WALDAMERY	998.619.411-34	AUSENTE	AUSENTE
64	ITACINETH SILVA DO NASCIMENTO	036.368.241-47	AUSENTE	AUSENTE
65	CINTIA DOS SANTOS SOUZA	060.539.021-52	AUSENTE	AUSENTE
66	THAIS MONTANARI VIAIS	058.638.961-08	AUSENTE	AUSENTE
67	ANDRESSA APARECIDA PAVAO	059.221.071-51	AUSENTE	AUSENTE
68	REGINA MESQUITA CARDOSO	031.177.021-56	AUSENTE	AUSENTE
69	ANA MARCIA DA SILVA SANTOS	055.355.741-63	AUSENTE	AUSENTE
70	THIAGO DA SILVA PERLI	043.092.851-39	AUSENTE	AUSENTE

71	DAVID ANTONIO RODRIGUES DE SALES	027.954.121-01	AUSENTE	AUSENTE
72	SILVIA NAZARETH NEVES MARTINS	658.999.462-53	AUSENTE	AUSENTE
73	RAFAELE SANTOS RIBEIRO	024.334.451-16	AUSENTE	AUSENTE
74	MABLY REGINA SILVA REIS	023.076.061-90	AUSENTE	AUSENTE
75	VIVIANE APARECIDA DA SILVA	014.597.071-09	AUSENTE	AUSENTE
76	CAMILA STEFANI CARVALHO	025.586.621-63	AUSENTE	AUSENTE
77	AMANDA CRISTINA MACIEL	060.189.451-00	AUSENTE	AUSENTE
78	ALINE WENCELOSKI	051.047.451-98	AUSENTE	AUSENTE
79	JEFFERSON DE OLIVEIRA BRAGA	052.256.262-22	AUSENTE	AUSENTE
80	VALDINEI GUEDES DE LIMA	005.577.211-05	AUSENTE	AUSENTE
81	CRISILANDIA DENAVI	063.041.213-85	AUSENTE	AUSENTE
82	JOCILENE PEREIRA DOS SANTOS	047.202.411-66	AUSENTE	AUSENTE
83	ANDRESSA ARAUJO DOS REIS	059.017.101-18	AUSENTE	AUSENTE
84	LEILIANE GALVAO DE ABREU	015.181.332-90	AUSENTE	AUSENTE
85	MONICA ALVES FERREIRA	754.623.111-68	AUSENTE	AUSENTE
86	CHRISTIAN MICHAEL FERREIRA ROLON	047.834.881-93	AUSENTE	AUSENTE
87	TAYSA MELLO FREITAS	054.663.071-57	AUSENTE	AUSENTE
88	JOSE CARLOS VIEGAS	688.976.421-87	AUSENTE	AUSENTE
89	DEBORA MATIAS LEITE	063.369.021-02	AUSENTE	AUSENTE
90	MARIA ELENA DA SILVA	013.833.261-42	AUSENTE	AUSENTE
91	SCHAIANE HASSE	037.765.021-85	AUSENTE	AUSENTE
92	MARINA DELABENETA SOUZA	058.120.021-77	AUSENTE	AUSENTE
93	JESSIKA DAYARA MEGGIOLARO	037.747.771-01	AUSENTE	AUSENTE
94	GLAUCIA JULIANA SILVA QUEIROZ	044.952.911-81	AUSENTE	AUSENTE
95	JANAYNA NOTARI	042.181.071-81	AUSENTE	AUSENTE
96	ALEXANDRE PEOVAO DE OLIVEIRA	245.667.458-80	AUSENTE	AUSENTE
97	NATHALIA DAL APRIA BARBOSA DE ARAUJO	040.645.391-84	AUSENTE	AUSENTE
98	CLAUDIA KLASSEN	037.536.671-70	AUSENTE	AUSENTE
99	JESSIKA MAYARA BARBOSA NUNES	041.585.571-35	AUSENTE	AUSENTE
100	JOELENE SOUZA SANTOS	602.391.263-00	AUSENTE	AUSENTE
101	VALDIRENE KOVALSKI SOARES	889.441.231-87	AUSENTE	AUSENTE
102	ROSALIA DA SILVA VASCONCELOS	033.969.701-60	AUSENTE	AUSENTE
103	KATIA CIRLENE RAMOS	972.039.711-04	AUSENTE	AUSENTE
104	MAYARA CRISTINA MAIA REIS	045.430.341-63	AUSENTE	AUSENTE
105	ELESSANDRA PEIXEITO DOS SANTOS	022.091.371-44	AUSENTE	AUSENTE
106	FERNANDA DE OLIVEIRA COSTA	743.128.801-82	AUSENTE	AUSENTE
107	LIZIANE CRISTINA MOSSOLIN	031.085.231-55	AUSENTE	AUSENTE
109	THIAGO AUGUSTO KUHN	035.943.961-69	AUSENTE	AUSENTE
109	ALINE FRANCIELI DA SILVA	059.203.201-92	AUSENTE	AUSENTE
110	ELAINE DE FATIMA LEITE	046.967.981-60	AUSENTE	AUSENTE
111	TEREZINHA MADALENA DA SILVA	000.740.911-74	AUSENTE	AUSENTE
112	ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS	002.611.461.57	AUSENTE	AUSENTE
113	CAMILA MARIA RIMAR WEBER	046.348.231-01	AUSENTE	AUSENTE
114	JANICE APARECIDA DOS SANTOS	020.826.251-25	AUSENTE	AUSENTE
115	MIGUEL SOUZA BONFIM JUNIOR	016.951.642-37	AUSENTE	AUSENTE
116	RUTE DE CASSIA FERREIRA	650.623.371-00	AUSENTE	AUSENTE
117	JAIR ROSA DA ROCHA	010.120.391-88	AUSENTE	AUSENTE
118	GEMERSON PINEIRO BETCEL	025.106.452-56	AUSENTE	AUSENTE

ORIENTADOR SOCIAL

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**GEISY MARY DOS SANTOS**	**021.033.441-03**	**77**	**APROVADA**
02	**FLAVIA THAIS DA SILVA RODRIGUES**	**047.202.891-00**	**77**	**APROVADA**
03	CAROLINA MARIAH FIEL PEDROTTI	038.881.161-71	75	CLASSIFICADA
04	BARTIRA JULIANA DOS SANTOS	021.760.081-62	75	CLASSIFICADA
05	FRANCISMARA DE OLIVEIRA LOPES	010.441.629-70	74	CLASSIFICADA
06	RENATA DA COSTA RODRIGUES	025.686.991-08	67	CLASSIFICADA
07	KAMILA DA SILVA SANTOS	047.137.541-10	60	CLASSIFICADA
08	SANDRA BARBOSA DE JESUS	017.826.501-21	60	CLASSIFICADA
09	ALEXANDRE BATISTA DE OLIVEIRA	851.909.421-04	58	CLASSIFICADO
10	JOSIELA DA SILVA CALISTO	002.552.871.86	58	CLASSIFICADA
11	TAIANA DELATORRE CORREA YAMACIRO	017.776.641-79	54	CLASSIFICADA
12	ELAINE ADRIANA GOMES	738.243-991-72	53	CLASSIFICADA
13	SILVIA PRISCILA DONZELLE DE OLIVIERA	040.905.631-60	51	CLASSIFICADA
14	FRANCINETE SILVA DOS SANTOS CAMARGO	028.890.681-02	48	REPROVADA
15	MARIA OLANDA LEMES DA SILVA	815.212.601-25	48	REPROVADA
16	RAMONA SOARES GUEDES PANIZZON	022.233.381-27	47	REPROVADA
17	FRANCIANE CARVALHO DOS SANTOS	060.552.911-69	46	REPROVADA
18	BRUNA KETLIN DA SILVA CALISTO	060.885.551-06	46	REPROVADA
19	IRACI DE SOUZA FERNANDES	003.748.761-26	36	REPROVADA
20	MARIA ALZENI NOBERTO VIANA	484.587.084-34	33	REPROVADA
21	LUCIMARA DA SILVA RODRIGUES	005.970.451-94	32	REPROVADA
22	MARILZA ANTUNES PEREIRA	000.414.131.80	AUSENTE	AUSENTE
23	RENATA DA COSTA RODRIGUES	025.686.991-08	AUSENTE	AUSENTE
24	LEIDIANE CARVALHO DE OLIVEIRA	029.831.871-79	AUSENTE	AUSENTE
25	MARIA LUCIA DE OLIVEIRA	899.871.361-68	AUSENTE	AUSENTE
26	CAMILA DOS SANTOS DA SILVA	028.509.601-01	AUSENTE	AUSENTE
27	SIMONE RODRIGUES BARRIM	011.486.341-50	AUSENTE	AUSENTE
28	THASIANE THAIS SILVA	046.828.731-05	AUSENTE	AUSENTE
29	POLIANA APARECIDA SOARES	754.622.731-34	AUSENTE	AUSENTE
30	ANA YULI MENDES BRITES	046.058.601-77	AUSENTE	AUSENTE
31	ROSELI BELARMINO	031.376.211-27	AUSENTE	AUSENTE
32	FABIANA BARBOSA	015.855.573-23	AUSENTE	AUSENTE

QUIMICO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**THIAGO TEIXEIRA HOSHINO**	**039.862.711-80**	**73**	**APROVADO**
02	MELQUISEDEC XAVIER DE OLIVEIRA	037.890.709-39	46	REPROVADO
03	ODAIR JOSE CATARINO	879.183.231-49	AUSENTE	AUSENTE

ODONTOLOGO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**ANA CLAUDIA DOS SANTOS**	**023.543.671-20**	**72**	**APROVADA**
02	CAIRO PIO DE MAGALHAES NETO	857.985.921-20	70	CLASSIFICADO
03	ANA CAROLINA ZANETI	039.126.321-89	68	CLASSIFICADA
04	BRUNA LORRANY RODRIGUES DA SILVA	037.798.501-50	62	CLASSIFICADA
05	VICTORIA APARECIDA FELIX SOARES DOS SANTOS	039.175.801-28	57	CLASSIFICADA
06	BRUNO MATSUCHITA	039.868.771-42	57	CLASSIFICADO
07	THALITA RUBYA CARVALHO RIBEIRO DOS SANTOS	078.576.009-11	57	CLASSIFICADA
08	LAURA NUNES SEVERINO	081.926.416-43	53	CLASSIFICADA
09	TUHANNY MAYARA GOUVEIA	034.266.391-73	53	CLASSIFICADA
10	LARISSA FREITAS MACHADO	006.208.951-01	50	CLASSIFICADA
11	CAROLINY ADIB NAF PEREIRA	043.816.851-80	48	REPROVADA
12	DAVID FERREIRA DO NASCIMENTO	049.295.531-05	46	REPROVADO
13	WILLIAN SABELLA SANAJOTTO	038.573.921-42	42	REPROVADO
14	RAISSA TOLIN MACHADO	056.930.519-51	AUSENTE	AUSENTE
15	LUCIANA DE BARROS	011.661.521-46	AUSENTE	AUSENTE
16	IVELEN JUAN DA COSTA FRANCISCO	515.379.402-44	AUSENTE	AUSENTE
17	LETICYA FERNANDA GOUVEIA	039.609.881-92	AUSENTE	AUSENTE
18	JAYNE SILVA GONCALVES	044.285.591-51	AUSENTE	AUSENTE
19	DIEGO SANTOS REZENDE	043.595.291-98	AUSENTE	'
20	ROBERTA LOPES RODRIGUES SILVA	003.778.531-19	AUSENTE	AUSENTE
21	NADIA CRISTINA DE CAMPOS	130.964.978-26	AUSENTE	AUSENTE
22	LINCOLN RITIELLI ROCHA DA SILVA	006.525.872-08	AUSENTE	AUSENTE
23	DANIELLE CARLOS DA SILVA	037.955.381-30	AUSENTE	AUSENTE
24	GUILHERME JUAN MINUSCULI	050.850.221-73	AUSENTE	AUSENTE
25	JUCIE JOSE DA SILVA JUNIOR	029.828.091-41	AUSENTE	AUSENTE
26	DANILO ANTONIO ALMEIDA	023.820.661-05	AUSENTE	AUSENTE
27	ANDRE LAURETTI	098.860.398-50	AUSENTE	AUSENTE
28	TULIO LUIZ NUNES SILVA	048.966.161-03	AUSENTE	AUSENTE
29	CAMIA REGINA KLAUS MASSAROTTO	075.991.439-71	AUSENTE	AUSENTE
30	ISABELA TAVARES DE SOUZA	021.161.761-07	AUSENTE	AUSENTE
31	ANDREA LUIZA DA ROCHA	715.909.959-19	AUSENTE	AUSENTE
32	NATHALIA TEIXEIRA SOTOLANI	027.774.981-64	AUSENTE	AUSENTE
33	DANNYLO DE ALMEIDA MACHADO	998.020.152-53	AUSENTE	AUSENTE
34	ALEX ALINE SILVA	046.668.396-07	AUSENTE	AUSENTE
35	MELINA MANGOLIN SCUSSERL	689.736.321-91	AUSENTE	AUSENTE
36	GUSTAVO CESAR OLIVEIRA DA SILVA	022.249.601-07	AUSENTE	AUSENTE
37	JESSICA ALVES DE AQUINO	029.367.521-08	AUSENTE	AUSENTE

FISIOTERAPEUTA

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**JESSICA DOS SANTOS NASCIMENTO**	**036.022.661-25**	**61**	**APROVADA**
02	HUENDEL JOSE NERVO	012.511.741-83	59	CLASSIFICADO
03	GEVERSON THIAGO MACEDO MATOS	030.260.811-75	54	CLASSIFICADO
04	CAMILA FRANÇA CAMARGO	012.636.661-67	52	CLASSIFICADA
05	PAULA CRISTINA COSTA SILVA	338.024.478-32	50	CLASSIFICADA
06	FERNADO MODESTO LOURENÇO DOS SANTOS	358.934.548.98	46	REPROVADO
07	KAMILA ROSA DOS SANTOS DE SOUZA PEREIRA	025.286.891-95	AUSENTE	AUSENTE
08	FABIANA BIF FERNANDES	046.908.351-44	AUSENTE	AUSENTE
09	ELIN ROZANA OLIVEIRA PIZZATTO	026.050.211-14	AUSENTE	AUSENTE
10	JULIANA SIMON	001.689.111-24	AUSENTE	AUSENTE
11	JACKIENE PENA PAVIN	051.005.461-74	AUSENTE	AUSENTE

BIOQUIMICO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**THAIS PERINA DA CRUZ**	**032.494.151-03**	**78**	**APROVADA**
02	TAISSA STEFANI QUICHINI COSTA	024.225.451-90	71	CLASSIFICADA
03	MYLENA PARIS	043.747.231-02	70	CLASSIFICADA
04	ANGELICA GUADAGNINI BATISTA	040.735.511-16	69	CLASSIFICADA
05	JANAINA CORDEIRO DE ALMEIDA OLIVEIRA	014.576.031.60	63	CLASSIFICADA
06	JULIANA DA SILVA CASELATO	042.370.071-54	61	CLASSIFICADA
07	BERNARDO TEIXEIRA HOSHINO	044.734.291-64	55	CLASSIFICADO
08	CAROLINE DA SILVA IOCCA	037.189.361-51	51	CLASSIFICADA
09	AMANDA FARINA CUNHA	050.895.721-43	47	REPROVADA
10	BRUNO SABELLA SANAJOTTO	016.108.451-61	45	REPROVADO
11	THAISY NAIARA DAPPER	029.583.401-39	44	REPROVADO
12	RAMIRO DOUGLAS GOMES	020.419.551-09	31	REPROVADO
13	LUCIANO DA SILVA PEREIRA	020.833.271-52	AUSENTE	AUSENTE
14	SUELLEN MOREIRA DA SILVA	045.181.541-69	AUSENTE	AUSENTE
15	RHANYER FREITAS PAMPLOLA	073.410.996-23	AUSENTE	AUSENTE
16	TIANA CEZARINA DA SILVA SILVEIRA	012.094.961-00	AUSENTE	AUSENTE
17	ROSICLER HERGESELL	036.843.031-60	AUSENTE	AUSENTE
18	ANALICE FRANCISCA DA SILVA	014.746.051-41	AUSENTE	AUSENTE
19	IVSON LELIS GAMA	101.466.197-81	AUSENTE	AUSENTE
20	SUZIELI LOCKS CRUZ	724.423.441-49	AUSENTE	AUSENTE
21	ANA PAULA CRUZ RIBEIRO	314.647.638-01	AUSENTE	AUSENTE
22	THAIS DUARTE RESENDE	039.323.161-50	AUSENTE	AUSENTE
23	JOSE HENRIQUE DE SOUZA	037.647.911-60	AUSENTE	AUSENTE
24	ANA TEREZA DOS SANTOS SIMOES	960.354.632-15	AUSENTE	AUSENTE

VETERINARIO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**RAFAEL SCHIO**	**025.479.041-68**	**68**	**APROVADO**
02	FELIPE AUGUSTO DE SOUZA GOMES CARDOSO	928.749.402-91	66	CLASSIFICADO
03	JAMILE MARTINS MALUF	029.187.851-21	64	CLASSIFICADA
04	JESSICA DOS SANTOS	026.296.791-01	62	CLASSIFICADA
05	BRUNO RAFAEL DA FONSECA	030.309.921-60	61	CLASSIFICADO
06	MARIANA GONTIJO MIHOMEM	982.847.033-00	58	CLASSIFICADA
07	SAMIRA DIVIE GOMES BRANDÃO	021.572.631-60	57	CLASSIFICADA
08	PATRICIA RIBEIRO BARROSO	036.413.771-10	56	CLASSIFICADA

09	NOBORU TOMIYOSHI JUNIOR	029.587.351-50	52	CLASSIFICADO
10	PEDRO DE SOUZA AZEVEDO JUNIOR	013.926.981-97	52	CLASSIFICADO
11	LUCIANA RODRIGUES JACOME MACHADO	836.525.583-91	51	CLASSIFICADA
12	EDUARDA RAMBO KAFER	040.425.471-33	51	CLASSIFICADA
13	JOSE AUGUSTO ANDRADE DE MORAIS	022.179.461-10	47	REPROVADO
14	LUIZ GUSTAVO GRIMAS MARQUES	736.139.169-91	44	REPROVADO
15	MARIELLI FLAVIA CORREIA	016.916.831-08	42	REPROVADA
16	PAULO FAVARO PECIOLI	054.478.099-08	AUSENTE	AUSENTE
17	OLIVIA SOUZA RAMOS	117.542.826.44	AUSENTE	AUSENTE
18	GABRIELA DIERINGS SAGGIN	041.505.921-60	AUSENTE	AUSENTE
19	AFONSO RIVERINO PEREIRA	978.173.761-15	AUSENTE	AUSENTE
20	CAMILA RIBEIRO DE LIMA	111.523.956-29	AUSENTE	AUSENTE
21	JUNIOR BARBOSA CACHYAMA	013.519.381-85	AUSENTE	AUSENTE
22	JANIO MAGGIONI JUNIOR	031.280.511-00	AUSENTE	AUSENTE
23	ANDRESSA DE OLIVEIRA CELESTINO	003.627.032-64	AUSENTE	AUSENTE
24	NATALIA BALDASSO ROMERO	022.263.181-35	AUSENTE	AUSENTE
25	ANGELICA SABEH DE CASTRO	730.322.631-15	AUSENTE	AUSENTE
26	LUCAS FERNANDO MATEUS DA SILVA	025.912.891-07	AUSENTE	AUSENTE
27	ARYANE CARVALHO LIMA	906.706.121-20	AUSENTE	AUSENTE
28	PATRIZIO DE FREITAS RODRIGUES	047.013.391-05	AUSENTE	AUSENTE

JULIANA NOTARI

Presidente da Comissão

RAIMUNDO ZANON

Prefeito Municipal

Leia-se:

A. S. G - AJUDANTE SERVIÇO GERAIS

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**ISMAEL COSTA RODRIGUES**	**044.915.321-50**	**100**	**APROVADO**
02	**OSVALDO PEREIRE NIZA**	**091.963.168-10**	**100**	**APROVADO**
03	JESUEL PRADO	037.662.391-80	97	CLASSIFICADA
04	JORGE LUIZ ANTUNES DUARTE	039.287.841-02	93	CLASSIFICADA
05	REGINO SANTOS RODRIGUES	859.587.595-23	86	CLASSIFICADA
06	ANGELINO DE JESUS SANTOS	859.586.565-54	74	CLASSIFICADA
07	ROSANGELA APARECIDA FERNANDES	014.609.111-64	55	CLASSIFICADA
08	WANDERLEY ARISTIDES DE ALMEIDA	009.770.461-09	50	CLASSIFICADA
09	ADRIANA ALVEZ DA SILVA	024.621.241-10	45	CLASSIFICADA
10	GERALDO BRITO DE FREITAS	036.263.701-60	AUSENTE	AUSENTE
11	HENRIQUE FERNANDES DOS SANTOS	522.704.081-87	AUSENTE	AUSENTE
12	JOEL ANTONIO BATISTA	003.609.951-10	AUSENTE	AUSENTE
13	SIMONE TEMOTIO DOS SANTOS	041.497.901-08	AUSENTE	AUSENTE
14	GEOVANA APARECIDA DE MENEZES DA CRUZ	064.807.261-46	AUSENTE	AUSENTE

ZELADORA

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**VILSINEIA GUIMARAES MOURAO**	**040.924.682-64**	**100**	**APROVADA**

02	**MARTA DOS SANTOS OLIVEIRA**	**843.618.161-15**	**100**	**APROVADA**
03	SIMONE DE FRANÇA	021.914.771-00	97	CLASSIFICADA
04	ADENISIA LISBOA SOARES BENITES	010.008.581-46	97	CLASSIFICADA
05	MATILDE SARATE	928.918.361-91	97	CLASSIFICADA
06	RENATA RODRIGUES NUNES	037.726.391-51	97	CLASSIFICADA
07	VALDINEIA RIGO	038.145.071-69	97	CLASSIFICADA
08	CRISTIANE CARVALHO DA FONSECA PLACIDO	028.303.191-33	96	CLASSIFICADA
09	LUCILENE DA SILVA OLIVEIRA	033.945.431-84	96	CLASSIFICADA
10	PATRICIA NEGRETE	012.258.651-40	94	CLASSIFICADA
11	VANESSA DOS SANTOS PIO	042.904.761-47	94	CLASSIFICADA
12	QUELITA JULIAO SILVA	031.366.311-45	94	CLASSIFICADA
13	MARIA CONCEICAO SOARES	002.231.921-20	93	CLASSIFICADA
14	LUCELIA DA SILVA	015.411.841-90	93	CLASSIFICADA
15	VERA LUCIA MIRANDA DOS SANTOS	037.240.071-08	93	CLASSIFICADA
16	VALDENICE XAVIER PINHEIRO	013.592.591-63	93	CLASSIFICADA
17	MARIA SANDRA DA SILVA	033.512.361-90	90	CLASSIFICADA
18	ROSELI ASSUNÇÃO DUTRA	059.310.441-24	90	CLASSIFICADA
19	DAIANE DA SILVA	050.681.161-14	89	CLASSIFICADA
20	ANDREIA ANTUNES RIBEIRO	007.278.151-30	88	CLASSIFICADA
21	VANESSA LAURENTINO SILVA	042.251.441-19	87	CLASSIFICADA
22	CRISTIANA ARISTIDES DE ALMEIDA	044.458.081-64	86	CLASSIFICADA
23	MARIA DE FATIMA AUGUSTO	043.048.311-27	85	CLASSIFICADA
24	APARECIDA MAIRA DA SILVA	019.905.261-10	84	CLASSIFICADA
25	ANA MARIA NIZA DA COSTA	047.202.601-10	83	CLASSIFICADA
26	ELIZETH GARCIA DE SOUZA	019.650.451-11	82	CLASSIFICADA
27	NELCI DE FATIMA SERATI DE MELO	429.542.901.53	81	CLASSIFICADA
28	ANDREIA APARECIDA DOS SANTOS MEDEIROS PEREIRA	009.419.551-09	81	CLASSIFICADA
29	ROSIMEIRE PERLI DO NASCIMENTO	004.992.581-42	81	CLASSIFICADA
30	MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA	027.354.779-83	80	CLASSIFICADA
31	ODETE GOMES BRAGA	885.285.021-04	80	CLASSIFICADA
32	ZELIA CONCEIÇÃO PEREIRA	007.386.421-85	77	CLASSIFICADA
33	ANDREIA DE SOUZA FAGUNDES DA SILVA	051.510.341-11	76	CLASSIFICADA
34	ANA CLAUDIA NIZA DA COSTA	047.202.681-02	76	CLASSIFICADA
35	JOSIANE SALES DE MORAES	063.252.841-94	76	CLASSIFICADA
36	ELAINE GOMES DE LIMA AZEVEDO	038.866.561-01	74	CLASSIFICADA
37	SONIA OLINDA PINTO	604.631.471-20	73	CLASSIFICADA
38	ADALIA GOMES	604.661.741-20	68	CLASSIFICADA
39	VALERIA SIMPLICIO DOS SANTOS	053.328.491-09	68	CLASSIFICADA
40	JAKELINE DA SILVA ALVES	046.411.771-20	67	CLASSIFICADA
41	GISLAINE DOS SANTOS SILVA	021.033.451.77	65	CLASSIFICADA
42	VANESSA GARCIA DOS SANTOS	029.343.121-35	64	CLASSIFICADA
43	ROSAINE SOARES BARBOSA	016.097.481.01	64	CLASSIFICADA
44	KEDIMA ALMEIDA DOS SANTOS	058.673.921-12	63	CLASSIFICADA
45	NECILDA MARIA DA SILVA NUNES	650.597.511-04	62	CLASSIFICADA
46	ANGELA MARIA ALVES	927.784.451-53	61	CLASSIFICADA
47	GRECILANDE RODRIGUES DA SILVA	021.489.821-09	60	CLASSIFICADA
48	IVANEIDE FAUSTINO DOS SANTOS	040.968.691-39	59	CLASSIFICADA
49	URCULA MARIA FONSECA RIBEIRO	983.207.693.53	57	CLASSIFICADA
50	ILZA MONTELLO FARIAS	235.518.793-20	57	CLASSIFICADA

51	MARILZE FERNANDES	977.235.501-97	56	CLASSIFICADA
52	PATRICIA GOMES VAILANTE	022.974.121-50	56	CLASSIFICADA
53	ROSILEIA ROSA DOS SANTOS	011.896.101-24	55	CLASSIFICADA
54	APARECIDA DE FATIMA FRANCISCO	894.697.639-04	54	CLASSIFICADA
55	LUZIA GOMES DA COSTA	021.244.001-26	50	CLASSIFICADA
56	ELIZANGELA LOPES DE ARAUJO	019.905.421-58	47	REPROVADA
57	VANDA LUCIA DA SILVA MEDEIROS	571.248.841-87	39	REPROVADA
58	IANA SILVA DE OLIVEIRA	080.731.053-06	31	REPROVADA
59	VALERIA CORREIA DE ALMEIDA	053.214.291-89	AUSENTE	AUSENTE
60	VALQUIRIA INACIO DA SILVA ALBRING	002.611.321-05	AUSENTE	AUSENTE
61	MARIA PEREIRA AGUIAR	027.890.881-01	AUSENTE	AUSENTE
62	LINDONEIS ASSUNÇÃO DUTRA	030.131.431-42	AUSENTE	AUSENTE
63	ALEXANDRA VANESSA VANCINI	041.443.831-05	AUSENTE	AUSENTE
64	HETHIY CLEDY DOS SANTOS	013.784.411-50	AUSENTE	AUSENTE
65	LUCELIA BRITO DE FREITAS	019.562.581-16	AUSENTE	AUSENTE
66	ERICA PEREIRA DA COSTA	038.394.981-55	AUSENTE	AUSENTE
67	ROSICLEIA POLIANA RIBEIRO	947-493-451-72	AUSENTE	AUSENTE
68	CLEUZA LIMA RODRIGUES DA SILVA	699.937-429-53	AUSENTE	AUSENTE
69	MARIA JOSIANE DA SILVA	019.702.551-02	AUSENTE	AUSENTE
70	ADRIA SANTANA DA SILVA	008.024.271-54	AUSENTE	AUSENTE
71	RAIANE GABRIELA SANTOS FELIX	053.240.901-90	AUSENTE	AUSENTE
72	ANA DOS SANTOS GUEDES	018.520.305-18	AUSENTE	AUSENTE
73	SANDRA PEREIRA DA SILVA	014.168.681-27	AUSENTE	AUSENTE
74	APARECIDA SILVA SANTOS	021.355.421-64	AUSENTE	AUSENTE
75	FABIANA GONÇALVES BARBOSA	039.754.461-88	AUSENTE	AUSENTE
76	MARIA APARECIDA DOS SANTOS SILVA	621.351.551-87	AUSENTE	AUSENTE
77	BENEDITA MIRANDA	001.420.551-31	AUSENTE	AUSENTE
78	MARIA APARECIDA DE ALMEIDA	038.681.941-69	AUSENTE	AUSENTE
79	SUELI DOS SANTOS ALMEIDA	011.896.401-12	AUSENTE	AUSENTE
80	INGRID DA SILVA MEDEIROS	060.052.831-62	AUSENTE	AUSENTE
81	AURICELIA MAGALHAES LIMA	007.976.221-28	AUSENTE	AUSENTE
82	DAIANE SOARES DA SILVA	042.345.801-98	AUSENTE	AUSENTE

VIGIA

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**APARECIDO BONFIM**	**281.287.459-72**	**97**	**APROVADO**
02	**AGNALDO DE ANDRADE SILVA**	**941.029.021-04**	**97**	**APROVADO**
03	**RUBENS DE SOUZA PIRONI**	**015.287.561-18**	**97**	**APROVADO**
04	CLAYTON MARTINS RODRIGUES	047.201.811-63	94	CLASSIFICADO
05	LEANDRO DIAS DA SILVA	011.525.401-30	94	CLASSIFICADO
06	ANTONIO CARLOS DA SILVA	019.905.281-63	93	CLASSIFICADO
07	SUZANA RIBEIRO DOS SANTOS	045.845.061-63	92	CLASSIFICADA
08	KERMILLI LUANA DA SILVA SANTOS NASCIMENTO	022.812.221-01	90	CLASSIFICADA
09	ALEX AMORIM UCHOA	047.203.311-57	80	CLASSIFICADO
10	ELIAS SOUZA DE ALMEIDA	005.150.321-23	80	CLASSIFICADO
11	TAYELEN PEREIRA LUZ	062.276.151-02	73	CLASSIFICADA
12	LUCAS ANTONIO DE SOUZA TONIAZZO	055.356.961-96	71	CLASSIFICADO
13	ANDRESA SOUZA FLORENTINO	063.037.071-06	67	CLASSIFICADA
14	JOAO GOMES DE LIMA	050.681.151-42	63	CLASSIFICADO
15	WEMERSON DOS REIS SANTOS	038.393.001-42	63	CLASSIFICADO
16	JOSE MACEDO DE SANTANA	377.583.491-53	35	REPROVADA
17	WANDERLEI FERREIRA DE AZEVEDO	805.394.081-15	30	REPROVADO
18	GIOVANI VIEIRA DA SILVA	054.531.441-06	AUSENTE	AUSENTE
19	RONI MARTINI	033.489.479-44	AUSENTE	AUSENTE
20	CLEONICE PRIMARAROSA DE OLIVEIRA	722.350-981-34	AUSENTE	AUSENTE
21	TATIANE DE CARVALHO	036.165.401-43	AUSENTE	AUSENTE
22	FABIO ANDRE MANGOLIN	000.721.861-35	AUSENTE	AUSENTE
23	JANIARA DOS SANTOS	053.513.491-67	AUSENTE	AUSENTE
24	NILTON DOMINGOS DOS SANTOS	659.900.055-04	AUSENTE	AUSENTE
25	ANTONIO ROBERTH PEREIRA SA COSTA	004.741.093-32	AUSENTE	AUSENTE
26	ALCIONI MACHADO DOS SANTOS	027.973.041-10	AUSENTE	AUSENTE
27	CESAR SEBASTIAO BEZERRA	050.681.171-96	AUSENTE	AUSENTE
28	ANDRE LUIZ RODRIGUES DA SILVA	049.666.061-60	AUSENTE	AUSENTE
29	MIRIAM MARQUES DE LIMA	013.832.891-90	AUSENTE	AUSENTE
30	LEONARDO DE SIQUEIRA LIBANO SOARES	116.907.497-92	AUSENTE	AUSENTE
31	VALDELICE DE OLIVEIRA G. DE CARVALHO	893.499.701-04	AUSENTE	AUSENTE
32	ANTONIA DE MARIA ALEXANDRE RIBEIRO	010.474.321-29	AUSENTE	AUSENTE
33	NATIELI NATATI FERRAZ COTT	055.350.641-89	AUSENTE	AUSENTE
34	DIENE CARINA CORREIA DE SOUZA	060.550.641-89	AUSENTE	AUSENTE
35	ANTONIA DE MARIA ALEXANDRE RIBEIRO	010.474.321-29	AUSENTE	AUSENTE

MECANICO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**LEIMAR MATHIAS**	**229.516.871-68**	**77**	**APROVADO**
02	LUIS CARLOS SUZARTE	795.321.011-87	AUSENTE	AUSENTE
03	LEONARDO DUARTE DE AGUIAR	047.203.701-36	AUSENTE	AUSENTE
04	AGNALDO CARVALHO PINTO	963.730.831-87	AUSENTE	AUSENTE
05	EDERSON DOS SANTOS ALENCAR	828.251.902-25	AUSENTE	AUSENTE

MOTORISTA - ADMINISTRAÇÃO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**EDMAR DE JESUS PEREIRA RIBEIRO**	**882.665.403-49**	**100**	**APROVADO**
02	**SERGIO SOUZA DA CRUZ**	**051.685.029-62**	**100**	**APROVADO**
03	ANDRE NUNES BUDIA	964.598.241-34	94	CLASSIFICADO
04	SILVANDO DA SILVA	001.636.481-31	93	CLASSIFICADO
05	JOHN WELLIINGHITTON DIAS RODRIGUES	041.964.691-40	90	CLASSIFICADO
06	WILLIAN CESAR GOMES PEREIRA	862.026.771-04	86	CLASSIFICADO
07	GILBRAIR SILVA ALEXANDRE	981.923.881-15	84	CLASSIFICADA
08	JOAO CLAUDIO ALEXANDRE	029.934.411-83	84	CLASSIFICADA
09	HENRIQUE STEFANI DE OLIVEIRA	022.092.511-92	83	CLASSIFICADO
10	JULIO PAZ	026.890.361-18	82	CLASSIFICADO
11	RENATO DOS SANTOS	036.751.821-00	82	CLASSIFICADA

12	RICARDO TEIXEIRA DOS SANTOS	000.736.961-10	81	CLASSIFICADO
13	RAFAEL DOS SANTOS	036.858.751-75	81	CLASSIFICADO
14	NERI RICARDO PRUDENTE DE SOUZA	746.045.461-34	74	CLASSIFICADO
15	VILSON CARDOSO DA SILVA	896.615.081-00	72	CLASSIFICADO
16	ADRIANO FERREIRA DA SILVA	035.970.771-88	71	CLASSIFICADO
17	JAIRO GEREMIAS CASSIANO DA SILVA	971.779.11-20	69	CLASSIFICADO
18	ADILSON ANTUNES PEREIRA	985.166.121-04	63	CLASSIFICADO
19	REINALDO FERREIRA	029.627.151-92	60	CLASSIFICADO
20	JOSE RINALDO FERREIRA BATISTA	984.414.421.34	53	CLASSIFICADO
21	JAIR RODRIGUES DA SILVA	858.040.451-72	22	REPROVADO
22	EDERSON OELKE	061.339.079.24	AUSENTE	AUSENTE
23	ELZA APARECIDA DE SOUZA	365.464.619-00	AUSENTE	AUSENTE
24	JARDEL LOPES SILVA	016.754.341-58	AUSENTE	AUSENTE
25	DERLI DE MORAES	700.654.209.00	AUSENTE	AUSENTE
26	JOSE ADILSON OLIVEIRA	331.307.108.25	AUSENTE	AUSENTE
27	ROOSIVELTI MIQUEIAS MELLO BENVINDO	980.182.562-68	AUSENTE	AUSENTE
28	GERALDO DE CASTRO JUNCKER	842.002.511-91	AUSENTE	AUSENTE
29	MOISES DE OLIVEIRA	830.313.321-72	AUSENTE	AUSENTE
30	ABENER NOGUEIRA DA SILVA	869.265.781-68	AUSENTE	AUSENTE
31	ODENIL JOSE DE LIMA	017.010.551-20	AUSENTE	AUSENTE
32	JULIO CESAR VIEIRA DA SILVA	048.940.791-94	AUSENTE	AUSENTE
33	EDSON ANTONIO DE AZEVEDO	003.353.651-16	AUSENTE	AUSENTE
34	MARCOS ANTONIO DE BARROS LUDVICHAK	047.548.131-38	AUSENTE	AUSENTE
35	JOAO FELIZ	020.741.831-43	AUSENTE	AUSENTE
36	PAULO HENRIQUE PIRES DE MORAES	050.410.481-00	AUSENTE	AUSENTE

MOTORISTA - EDUCAÇÃO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**RAFAEL JONATHAS DA SILVA RIBEIRO**	**922.479.031-34**	**91**	**APROVADO**
02	ENIO TONIAZZO	878.979.111-87	73	CLASSIFICADO
03	NELSON TONIAZZO	627.131.081-87	72	CLASSIFICADO
04	FABIO GOMES MENDES	015.877.441-80	AUSENTE	AUSENTE
05	REGINALDO AMARAL DE BRITO	003.949.181-18	AUSENTE	AUSENTE
06	ADRIANO MARTINS NIEUWENHOFF	017.295.991-84	AUSENTE	AUSENTE

OPERADOR DE MAQUINAS

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**GERALDO PEREIRA DA SILVA**	**537.973.371-91**	**97**	**APROVADO**
02	**ALEXANDRE ALVES DA GAMA**	**032.938.461-90**	**97**	**APROVADO**
03	CLOVIS DE ALMEIDA FERREIRA	848.698.361-49	94	CLASSIFICADO
04	ROBERTO DOS SANTOS	049.546.121-01	93	CLASSIFICADO
05	SOLANGE GUARAIS DO NASCIMENTO	897.708.462-87	91	CLASSIFICADO
06	RIQUESI MARIANO DE OLIVEIRA	053.826.471-35	88	CLASSIFICADO
07	RICARDO AUGUSTO MONTANHER	032.893.991-92	83	CLASSIFICADO
08	GIOVANI GONÇALVES PAIN	036.164.081-13	74	CLASSIFICADO
09	GILMAR PRADO	559.202.091-00	68	CLASSIFICADO
10	ALEXANDRO DOS SANTOS RODRIGUES	038.013.501-93	58	CLASSIFICADO
11	EDSON ROSSETO DE ALMEIDA	820.594.891-72	AUSENTE	AUSENTE
12	RENILSON SIQUEIRA SILVA	021.582.103-38	AUSENTE	AUSENTE
13	JHONATTAN FERNANDES DOURADO	025.913.661-10	AUSENTE	AUSENTE
14	VANDIR CELITO EIDT	003.466.551-02	AUSENTE	AUSENTE
15	THIAGO BONFIM MATHIAS	039.571.391-98	AUSENTE	AUSENTE
16	CARLOS MARTINS NIEUWENHOFF	014.904.061-07	AUSENTE	AUSENTE

FISCAL TRIBUTÁRIO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**DANIEL FARIAS CANDINDE**	**044.109.181-41**	**81**	**APROVADO**
02	VALDIRENE FERREIRA FIDELES	832.242.621-68	80	CLASSIFICADA
03	ANA PAULA MAGALHAES PARO	058.239.231-47	76	CLASSIFICADA
04	SIDINEI FERNANDES DOS SANTOS	009.886.461-02	70	CLASSIFICADO
05	CICERO ALESSANDRO SIMEAO	035.482.431-77	66	CLASSIFICADO
06	DIEIS CAMARGO PEREIRA	010.459.921-94	64	CLASSIFICADA
07	CELIA CRISTINA PESSOA DE MORAES	703.685.911-31	64	CLASSIFICADA
08	ELOIZA DE NAZARE BUENO ROCHA	054.190.551-12	59	CLASSIFICADA
09	PAMELA FRANCILLY MOLINAS	047.203.611-45	58	CLASSIFICADA
10	JOCIELI PEREIRA MESQUITA	066.859.899-98	57	CLASSIFICADA
11	EDINALDO DA SILVA	017.012.021-07	55	CLASSIFICADO
12	MARILDA DE FATIMA DA SILVA NUNES	328.045.801-30	51	CLASSIFICADA
13	CRISTINA SAYURI RODRIGUES KAWANO	047.201.251-74	50	CLASSIFICADA
14	CARLA FERNANDA GATTI DA CONCEICAO	054.131.551-07	49	REPROVADA
15	LUCINEIDE DA SILVA	016.127.231-28	38	REPROVADA
16	DONIZETE STORARI PRADO	058.304.551-00	34	REPROVADO
17	HEIDY PEREIRA PINTO FALCADE	031.916.761-55	AUSENTE	AUSENTE
18	EDIVANIA FERREIRA QUEIROZ	048.391.691-95	AUSENTE	AUSENTE
19	ROGERIO CAMPAGNOLO	003.543.451-17	AUSENTE	AUSENTE
20	APARECIDA PRADO	022.247.359-28	AUSENTE	AUSENTE
21	LOURENA CARVALHO DE OLIVEIRA	035.461-091-04	AUSENTE	AUSENTE
22	GERSON VIEIRA DE BARROS	885.638.719-00	AUSENTE	AUSENTE
23	WILLIAN DOS SANTOS DIAS	037.557.851-02	AUSENTE	AUSENTE
24	ONILIA ARNDT CAVALCANTE	045.913.981-96	AUSENTE	AUSENTE
25	ROSILENE APARECIDA DA SILVA	002.947.781-60	AUSENTE	AUSENTE
26	JESSICA BARRIN FERREIRA	019.937.601-80	AUSENTE	AUSENTE
27	MANOEL ANAIQUIX VIEIRA MORAIS	707.694.002-72	AUSENTE	AUSENTE
28	VALTER FERNANDES DOS SANTOS	032.293.661-66	AUSENTE	AUSENTE
29	UILIANS DRUZIAN CANDIDO	025.782.281.08	AUSENTE	AUSENTE
30	JORDEAN PEREIRA DA SILVA	017.314.041-66	AUSENTE	AUSENTE
31	SIDNEI COSTA DE SOUZA	913.207.121-34	AUSENTE	AUSENTE
32	EDSON APARECIDO DE OLIVEIRA	003.946.031.25	AUSENTE	AUSENTE

TECNICO EM MONITORAMENTO DE COMPUTADORES

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**RAFAEL LIMA CUSTODIO**	**042.736.541-48**	**84**	**APROVADO**

02	DEOLINDO GABRIEL DE GODOI NETO	060.215.921-07	79	CLASSIFICADO
03	VANESSA KETRYN WEIMER	043.251.271-35	79	CLASSIFICADO
04	JOSE DE ANCHIETA MARTINS NETO	072.837.054-90	74	CLASSIFICADO
05	THIAGO DE OLIVEIRA ONEDA	038.013.481-05	64	CLASSIFICADO
06	MARCIANA PRISCILA FERRI DA ROCHA	058.424.271-92	29	REPROVADA
07	OLIVIA THAMIRIS QUIMARAES RIBEIRO	061.008.761-40	AUSENTE	AUSENTE
08	ROBERTO CARLOS CANO	614.826.681-49	AUSENTE	AUSENTE
09	LEANDRO ALEX WOLMUTH	027.019.471-11	AUSENTE	AUSENTE
10	THIAGO ESPUNIER COSTA	006.952.581-17	AUSENTE	AUSENTE

TECNICO DE ENFERMAGEM

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**ROSENILDA DA SILVA NUNES**	**005.684.431-01**	**70**	**APROVADA**
02	**GILSON DANIELLI DOS SANTOS**	**026.341.341-18**	**68**	**APROVADO**
03	MARIA DA CONCEIÇAO SANTOS	025.563.441-21	67	CLASSIFICADA
04	JOCIMAR ARMI TEIXEIRA	035.697.971-71	61	CLASSIFICADO
05	SONIA REGINA DA SILVA	917.913.081-04	53	CLASSIFICADA
06	MAURIDES ANTUNES PEREIRA OLIVEIRA	886.262.451-49	50	CLASSIFICADA
07	LUCIENE LOPES DA SILVA PRADO	913.969.301-59	38	REPROVADA
08	FRANCIELLY THAYSE ALDAVES ROCHA	005.367.481-28	AUSENTE	AUSENTE
09	CARLA NOGUEIRA MONTEIRO ORTIZ	040.711.291-07	AUSENTE	AUSENTE
10	ALEXANDRINA APARECIDA DE OLIEIRA	084.565.248.67	AUSENTE	AUSENTE
11	VIVIANE DEBORA DA SILVA SOUZA	020.089.451-03	AUSENTE	AUSENTE
12	KETLYN ALESSANDRA ALVES	043.704.331-26	AUSENTE	AUSENTE
13	ANA CAROLINA DE ARAUJO BEZERRA	033.811.221-93	AUSENTE	AUSENTE
14	MARIA DE FATIMA DE LIMA	832.567.251-04	AUSENTE	AUSENTE
15	GILMARA DE SOUZA SANTOS	613.269.783-73	AUSENTE	AUSENTE
16	JOSEANIA BENVINDO DA SILVA	029.610.331-44	AUSENTE	AUSENTE
17	THELMA CAMPOS DE ABREU	988.392.331-72	AUSENTE	AUSENTE

ASSISTENTE TECNICO ADMINISTRATIVO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**JANAINA FLAVIA DO NASCIMENTO**	**057.348.616-69**	**82**	**APROVADA**
02	**JESSICA APARECIDA PINTO PRADO**	**704.358.261-07**	**81**	**APROVADA**
03	MARISE MALAGURTI ZANON	018.626.241-86	79	CLASSIFICADA
04	JULIANA FERREIRA CARDIA	051.947.631-07	77	CLASSIFICADA
05	PRISCILA DE JESUS FONSECA RIBEIRO	035.258.393-24	76	CLASSIFICADA
06	EUZENEI VASCONCELOS	008.372.849-02	75	CLASSIFICADA
07	ANGELICA APARECIDA DIAS	051.950.101-29	74	CLASSIFICADA
08	LUCIANA MARTINS	033.451.591-20	70	CLASSIFICADA
09	ADRIANA URIAS ALEXANDRINO	253.364.788-81	70	CLASSIFICADA
10	JESSICA QUITILIANA DE OLIVEIRA	047.204.511-36	68	CLASSIFICADA
11	JOSIVAN CONCEIÇAO SILVA	703.672.951-13	68	CLASSIFICADO
12	FABIANA APARECIDA CORREA YAMACIRO	026.718.221-03	68	CLASSIFICADA
13	DAIANE SOUZA DE SIQUEIRA	040.601.311-05	67	CLASSIFICADA
14	MAYARA MARJORI DA SILVA NOGUEIRA	043.393.161-21	66	CLASSIFICADA
15	GELSON JOSE DA SILVA BARROS	523.261.012-00	65	CLASSIFICADA
16	ROSIANE ALVES DA SILVA	024.685.711-00	65	CLASSIFICADA
17	SEBASTIANA PEREIRA DA SILVA	581.967.651-34	64	CLASSIFICADA
18	ALZIRENE DOS SANTOS	019.737.221-00	64	CLASSIFICADA
19	TALITA LAYS NOBERTO VIANA	050.716.261-79	63	CLASSIFICADA
20	RENATA APARECIDA DE ANDRADE CLIN	054.920.139-47	63	CLASSIFICADA
21	CLEBER FANALI	038.317.579-84	63	CLASSIFICADO
22	ANDRESSA CAROLINE DA CRUZ	060.123.441-39	60	CLASSIFICADA
23	JULIA CAROLINE DE CASTRO TOME	059.635.341-35	59	CLASSIFICADA
24	FRANCIELE PINHEIRO DA SILVA	049.089.751-75	59	CLASSIFICADA
25	ELIZANGELA ALVES BATISTA	904.171.002-72	59	CLASSIFICADA
26	SIRLEI MARIA DA SILVA	835.312.541-20	58	CLASSIFICADA
27	INGRID BERNARDO GEHLEN	042.233.161-92	58	CLASSIFICADA
28	THOMAS JEFFERSON DE LIMA SOARES	020.812.461-63	57	CLASSIFICADA
29	ALESSANDRA AMARAL DE OLIVEIRA BRITO	010.338.041-85	57	CLASSIFICADA
30	KEYLA DE SOUZA RODRIGUES	047.202.131-11	57	CLASSIFICADA
31	ALEXANDRE APARECIDO CREMONEZZI	054.694.461-23	57	CLASSIFICADO
32	VALDIRENE XAVIER PINHEIRO SANTIAGO	593.539.701-30	56	CLASSIFICADA
33	ALESSANDRA DOS SANTOS VIAIS	040.373.041-47	56	CLASSIFICADA
34	VILSON MIRANDA BENEDITO	949.703.941-72	55	CLASSIFICADO
35	GISELY FERREIRA MESQUITA	045.365.871-79	55	CLASSIFICADA
36	PATRICIA DA SILVA ADELINO	029.664.441-26	55	CLASSIFICADA
37	ROSMERI PONCIO DA SILVA	034.564.941-90	55	CLASSIFICADA
38	EDUARDO RIBEIRO DOS SANTOS	044.020.341-40	55	CLASSIFICADO
39	MARCIANA FARIAS CANINDE	043.329.231-89	54	CLASSIFICADA
40	JAQUELINE MACHADO DE OLIVEIRA	051.651.361-32	54	CLASSIFICADA
41	BRUNO ALVES BOTTEGA	108.461.199-60	54	CLASSIFICADO
42	ADONAY NOBERTO VIANA	038.621.061-60	54	CLASSIFICADO
43	JOZE ADRIANA MELO SANTOS	033.822.161-16	53	CLASSIFICADA
44	SUZANE APARECIDA SOARES	008.933.451-56	53	CLASSIFICADA
45	ADAIR SOARES GUEDES	038.013.471-33	51	CLASSIFICADO
46	SINARA PADILHA KONECHEFF	703.677.321-90	51	CLASSIFICADA
47	KATIA MARIA DE ARRUDA PINHEIRO	054.454.231-23	49	REPROVADA
48	ANDRE INACIO DOS SANTOS OLIVEIRA	060.538.651-09	48	REPROVADO
49	CHAIENY KARLA DO NASCIMENTO	038.682.411-83	48	REPROVADA
50	GABRIEL NOBERTO VIANA	060.129.041-00	47	REPROVADO
51	JEFFERSON DE OLIVEIRA BRAGA	052.256.261-22	47	REPROVADO
52	LUANA ALINE PEREIRA DA SILVA	703.673.941-03	47	REPROVADA
53	KARINE AZEVEDO BENITES LAMEIRA	047.202.851-04	46	REPROVADA
54	EMILIANO LIMA DA SILVA	025.268.151-77	42	REPROVADO
55	ELIZANA PEREIRA SANTOS	857.015.801-72	42	REPROVADA
56	DANIELLI DOS SANTOS SARMENTO	053.754.461-54	41	REPROVADA
57	PRISCILA FERNANDES DE SOUZA	063.140.971-85	32	REPROVADA
58	GISLAINE CRISTINA DONATO	011.920.321-95	AUSENTE	AUSENTE

59	PRISCILA KELI OLIVEIRA	025.549.621-46	AUSENTE	AUSENTE
60	KEURY VANESSA MENEZES DA SILVA	028.811.961-44	AUSENTE	AUSENTE
61	EMILLY GRACIELI EMIDIO	056.023.891-64	AUSENTE	AUSENTE
62	VANESSA DE ASSIS SILVA	040.949.391-05	AUSENTE	AUSENTE
63	JULIANE RODRIGUES DA SILVA WALDAMERY	998.619.411-34	AUSENTE	AUSENTE
64	ITACINETH SILVA DO NASCIMENTO	036.368.241-47	AUSENTE	AUSENTE
65	CINTIA DOS SANTOS SOUZA	060.539.021-52	AUSENTE	AUSENTE
66	THAIS MONTANARI VIAIS	058.638.961-08	AUSENTE	AUSENTE
67	ANDRESSA APARECIDA PAVAO	059.221.071-51	AUSENTE	AUSENTE
68	REGINA MESQUITA CARDOSO	031.177.021-56	AUSENTE	AUSENTE
69	ANA MARCIA DA SILVA SANTOS	055.355.741-63	AUSENTE	AUSENTE
70	THIAGO DA SILVA PERLI	043.092.851-39	AUSENTE	AUSENTE
71	DAVID ANTONIO RODRIGUES DE SALES	027.954.121-01	AUSENTE	AUSENTE
72	SILVIA NAZARETH NEVES MARTINS	658.999.462-53	AUSENTE	AUSENTE
73	RAFAELE SANTOS RIBEIRO	024.334.451-16	AUSENTE	AUSENTE
74	MABLY REGINA SILVA REIS	023.076.061-90	AUSENTE	AUSENTE
75	VIVIANE APARECIDA DA SILVA	014.597.071-09	AUSENTE	AUSENTE
76	CAMILA STEFANI CARVALHO	025.586.621-63	AUSENTE	AUSENTE
77	AMANDA CRISTINA MACIEL	060.189.451-00	AUSENTE	AUSENTE
78	ALINE WENCELOSKI	051.047.451-98	AUSENTE	AUSENTE
79	JEFFERSON DE OLIVEIRA BRAGA	052.256.262-22	AUSENTE	AUSENTE
80	VALDINEI GUEDES DE LIMA	005.577.211-05	AUSENTE	AUSENTE
81	CRISILANDIA DENAVI	063.041.213-85	AUSENTE	AUSENTE
82	JOCILENE PEREIRA DOS SANTOS	047.202.411-66	AUSENTE	AUSENTE
83	ANDRESSA ARAUJO DOS REIS	059.017.101-18	AUSENTE	AUSENTE
84	LEILIANE GALVAO DE ABREU	015.181.332-90	AUSENTE	AUSENTE
85	MONICA ALVES FERREIRA	754.623.111-68	AUSENTE	AUSENTE
86	CHRISTIAN MICHAEL FERREIRA ROLON	047.834.881-93	AUSENTE	AUSENTE
87	TAYSA MELLO FREITAS	054.663.071-57	AUSENTE	AUSENTE
88	JOSE CARLOS VIEGAS	688.976.421-87	AUSENTE	AUSENTE
89	DEBORA MATIAS LEITE	063.369.021-02	AUSENTE	AUSENTE
90	MARIA ELENA DA SILVA	013.833.261-42	AUSENTE	AUSENTE
91	SCHAIANE HASSE	037.765.021-85	AUSENTE	AUSENTE
92	MARINA DELABENETA SOUZA	058.120.021-77	AUSENTE	AUSENTE
93	JESSIKA DAYARA MEGGIOLARO	037.747.771-01	AUSENTE	AUSENTE
94	GLAUCIA JULIANA SILVA QUEIROZ	044.952.911-81	AUSENTE	AUSENTE
95	JANAYNA NOTARI	042.181.071-81	AUSENTE	AUSENTE
96	ALEXANDRE PEOVAO DE OLIVEIRA	245.667.458-80	AUSENTE	AUSENTE
97	NATHALIA DAL APRIA BARBOSA DE ARAUJO	040.645.391-84	AUSENTE	AUSENTE
98	CLAUDIA KLASSEN	037.536.671-70	AUSENTE	AUSENTE
99	JESSIKA MAYARA BARBOSA NUNES	041.585.571-35	AUSENTE	AUSENTE
100	JOELENE SOUZA SANTOS	602.391.263-00	AUSENTE	AUSENTE
101	VALDIRENE KOVALSKI SOARES	889.441.231-87	AUSENTE	AUSENTE
102	ROSALIA DA SILVA VASCONCELOS	033.969.701-60	AUSENTE	AUSENTE
103	KATIA CIRLENE RAMOS	972.039.711-04	AUSENTE	AUSENTE
104	MAYARA CRISTINA MAIA REIS	045.430.341-63	AUSENTE	AUSENTE
105	ELESSANDRA PEIXEITO DOS SANTOS	022.091.371-44	AUSENTE	AUSENTE
106	FERNANDA DE OLIVEIRA COSTA	743.128.801-82	AUSENTE	AUSENTE
107	LIZIANE CRISTINA MOSSOLIN	031.085.231-55	AUSENTE	AUSENTE
109	THIAGO AUGUSTO KUHN	035.943.961-69	AUSENTE	AUSENTE
109	ALINE FRANCIELI DA SILVA	059.203.201-92	AUSENTE	AUSENTE
110	ELAINE DE FATIMA LEITE	046.967.981-60	AUSENTE	AUSENTE
111	TEREZINHA MADALENA DA SILVA	000.740.911-74	AUSENTE	AUSENTE
112	ROSANGELA APARECIDA DOS SANTOS	002.611.461.57	AUSENTE	AUSENTE
113	CAMILA MARIA RIMAR WEBER	046.348.231-01	AUSENTE	AUSENTE
114	JANICE APARECIDA DOS SANTOS	020.826.251-25	AUSENTE	AUSENTE
115	MIGUEL SOUZA BONFIM JUNIOR	016.951.642-37	AUSENTE	AUSENTE
116	RUTE DE CASSIA FERREIRA	650.623.371-00	AUSENTE	AUSENTE
117	JAIR ROSA DA ROCHA	010.120.391-88	AUSENTE	AUSENTE
118	GEMERSON PINEIRO BETCEL	025.106.452-56	AUSENTE	AUSENTE

ORIENTADOR SOCIAL

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**GEISY MARY DOS SANTOS**	**021.033.441-03**	**77**	**APROVADA**
02	**FLAVIA THAIS DA SILVA RODRIGUES**	**047.202.891-00**	**77**	**APROVADA**
03	CAROLINA MARIAH FIEL PEDROTTI	038.881.161-71	75	CLASSIFICADA
04	BARTIRA JULIANA DOS SANTOS	021.760.081-62	75	CLASSIFICADA
05	FRANCISMARA DE OLIVEIRA LOPES	010.441.629-70	74	CLASSIFICADA
06	RENATA DA COSTA RODRIGUES	025.686.991-08	67	CLASSIFICADA
07	KAMILA DA SILVA SANTOS	047.137.541-10	60	CLASSIFICADA
08	SANDRA BARBOSA DE JESUS	017.826.501-21	60	CLASSIFICADA
09	ALEXANDRE BATISTA DE OLIVEIRA	851.909.421-04	58	CLASSIFICADO
10	JOSIELA DA SILVA CALISTO	002.552.871.86	58	CLASSIFICADA
11	TAIANA DELATORRE CORREA YAMACIRO	017.776.641-79	54	CLASSIFICADA
12	ELAINE ADRIANA GOMES	738.243-991-72	53	CLASSIFICADA
13	SILVIA PRISCILA DONZELLE DE OLIVIERA	040.905.631-60	51	CLASSIFICADA
14	FRANCINETE SILVA DOS SANTOS CAMARGO	028.890.681-02	48	REPROVADA
15	MARIA OLANDA LEMES DA SILVA	815.212.601-25	48	REPROVADA
16	RAMONA SOARES GUEDES PANIZZON	022.233.381-27	47	REPROVADA
17	FRANCIANE CARVALHO DOS SANTOS	060.552.911-69	46	REPROVADA
18	BRUNA KETLIN DA SILVA CALISTO	060.885.551-06	46	REPROVADA
19	IRACI DE SOUZA FERNANDES	003.748.761-26	36	REPROVADA
20	MARIA ALZENI NOBERTO VIANA	484.587.084-34	33	REPROVADA
21	LUCIMARA DA SILVA RODRIGUES	005.970.451-94	32	REPROVADA
22	MARILZA ANTUNES PEREIRA	000.414.131.80	AUSENTE	AUSENTE
23	RENATA DA COSTA RODRIGUES	025.686.991-08	AUSENTE	AUSENTE
24	LEIDIANE CARVALHO DE OLIVEIRA	029.831.871-79	AUSENTE	AUSENTE
25	MARIA LUCIA DE OLIVEIRA	899.871.361-68	AUSENTE	AUSENTE
26	CAMILA DOS SANTOS DA SILVA	028.509.601-01	AUSENTE	AUSENTE

27	SIMONE RODRIGUES BARRIM	011.486.341-50	AUSENTE	AUSENTE
28	THASIANE THAIS SILVA	046.828.731-05	AUSENTE	AUSENTE
29	POLIANA APARECIDA SOARES	754.622.731-34	AUSENTE	AUSENTE
30	ANA YULI MENDES BRITES	046.058.601-77	AUSENTE	AUSENTE
31	ROSELI BELARMINO	031.376.211-27	AUSENTE	AUSENTE
32	FABIANA BARBOSA	015.855.573-23	AUSENTE	AUSENTE

QUIMICO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**THIAGO TEIXEIRA HOSHINO**	**039.862.711-80**	**73**	**APROVADO**
02	MELQUISEDEC XAVIER DE OLIVEIRA	037.890.709-39	46	REPROVADO
03	ODAIR JOSE CATARINO	879.183.231-49	AUSENTE	AUSENTE

ODONTOLOGO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**ANA CLAUDIA DOS SANTOS**	**023.543.671-20**	**72**	**APROVADA**
02	CAIRO PIO DE MAGALHAES NETO	857.985.921-20	70	CLASSIFICADO
03	ANA CAROLINA ZANETI	039.126.321-89	68	CLASSIFICADA
04	BRUNA LORRANY RODRIGUES DA SILVA	037.798.501-50	62	CLASSIFICADA
05	VICTORIA APARECIDA FELIX SOARES DOS SANTOS	039.175.801-28	57	CLASSIFICADA
06	BRUNO MATSUCHITA	039.868.771-42	57	CLASSIFICADO
07	THALITA RUBYA CARVALHO RIBEIRO DOS SANTOS	078.576.009-11	57	CLASSIFICADA
08	LAURA NUNES SEVERINO	081.926.416-43	53	CLASSIFICADA
09	TUHANNY MAYARA GOUVEIA	034.266.391-73	53	CLASSIFICADA
10	LARISSA FREITAS MACHADO	006.208.951-01	50	CLASSIFICADA
11	CAROLINY ADIB NAF PEREIRA	043.816.851-80	48	REPROVADA
12	DAVID FERREIRA DO NASCIMENTO	049.295.531-05	46	REPROVADO
13	WILLIAN SABELLA SANAJOTTO	038.573.921-42	42	REPROVADO
14	RAISSA TOLIN MACHADO	056.930.519-51	AUSENTE	AUSENTE
15	LUCIANA DE BARROS	011.661.521-46	AUSENTE	AUSENTE
16	IVELEN JUAN DA COSTA FRANCISCO	515.379.402-44	AUSENTE	AUSENTE
17	LETICYA FERNANDA GOUVEIA	039.609.881-92	AUSENTE	AUSENTE
18	JAYNE SILVA GONCALVES	044.285.591-51	AUSENTE	AUSENTE
19	DIEGO SANTOS REZENDE	043.595.291-98	AUSENTE	'
20	ROBERTA LOPES RODRIGUES SILVA	003.778.531-19	AUSENTE	AUSENTE
21	NADIA CRISTINA DE CAMPOS	130.964.978-26	AUSENTE	AUSENTE
22	LINCOLN RITIELLI ROCHA DA SILVA	006.525.872-08	AUSENTE	AUSENTE
23	DANIELLE CARLOS DA SILVA	037.955.381-30	AUSENTE	AUSENTE
24	GUILHERME JUAN MINUSCULI	050.850.221-73	AUSENTE	AUSENTE
25	JUCIE JOSE DA SILVA JUNIOR	029.828.091-41	AUSENTE	AUSENTE
26	DANILO ANTONIO ALMEIDA	023.820.661-05	AUSENTE	AUSENTE
27	ANDRE LAURETTI	098.860.398-50	AUSENTE	AUSENTE
28	TULIO LUIZ NUNES SILVA	048.966.161-03	AUSENTE	AUSENTE
29	CAMIA REGINA KLAUS MASSAROTTO	075.991.439-71	AUSENTE	AUSENTE
30	ISABELA TAVARES DE SOUZA	021.161.761-07	AUSENTE	AUSENTE
31	ANDREA LUIZA DA ROCHA	715.909.959-19	AUSENTE	AUSENTE
32	NATHALIA TEIXEIRA SOTOLANI	027.774.981-64	AUSENTE	AUSENTE
33	DANNYLO DE ALMEIDA MACHADO	998.020.152-53	AUSENTE	AUSENTE
34	ALEX ALINE SILVA	046.668.396-07	AUSENTE	AUSENTE
35	MELINA MANGOLIN SCUSSERL	689.736.321-91	AUSENTE	AUSENTE
36	GUSTAVO CESAR OLIVEIRA DA SILVA	022.249.601-07	AUSENTE	AUSENTE
37	JESSICA ALVES DE AQUINO	029.367.521-08	AUSENTE	AUSENTE

FISIOTERAPEUTA

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**JESSICA DOS SANTOS NASCIMENTO**	**036.022.661-25**	**61**	**APROVADA**
02	HUENDEL JOSE NERVO	012.511.741-83	59	CLASSIFICADO
03	GEVERSON THIAGO MACEDO MATOS	030.260.811-75	54	CLASSIFICADO
04	CAMILA FRANÇA CAMARGO	012.636.661-67	52	CLASSIFICADA
05	PAULA CRISTINA COSTA SILVA	338.024.478-32	50	CLASSIFICADA
06	FERNADO MODESTO LOURENÇO DOS SANTOS	358.934.548.98	46	REPROVADO
07	KAMILA ROSA DOS SANTOS DE SOUZA PEREIRA	025.286.891-95	AUSENTE	AUSENTE
08	FABIANA BIF FERNANDES	046.908.351-44	AUSENTE	AUSENTE
09	ELIN ROZANA OLIVEIRA PIZZATTO	026.050.211-14	AUSENTE	AUSENTE
10	JULIANA SIMON	001.689.111-24	AUSENTE	AUSENTE
11	JACKIENE PENA PAVIN	051.005.461-74	AUSENTE	AUSENTE

BIOQUIMICO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**THAIS PERINA DA CRUZ**	**032.494.151-03**	**78**	**APROVADA**
02	TAISSA STEFANI QUICHINI COSTA	024.225.451-90	71	CLASSIFICADA
03	MYLENA PARIS	043.747.231-02	70	CLASSIFICADA
04	ANGELICA GUADAGNINI BATISTA	040.735.511-16	69	CLASSIFICADA
05	JANAINA CORDEIRO DE ALMEIDA OLIVEIRA	014.576.031.60	63	CLASSIFICADA
06	JULIANA DA SILVA CASELATO	042.370.071-54	61	CLASSIFICADA
07	BERNARDO TEIXEIRA HOSHINO	044.734.291-64	55	CLASSIFICADO
08	CAROLINE DA SILVA IOCCA	037.189.361-51	51	CLASSIFICADA
09	AMANDA FARINA CUNHA	050.895.721-43	47	REPROVADA
10	BRUNO SABELLA SANAJOTTO	016.108.451-61	45	REPROVADO
11	THAISY NAIARA DAPPER	029.583.401-39	44	REPROVADO
12	RAMIRO DOUGLAS GOMES	020.419.551-09	31	REPROVADO
13	LUCIANO DA SILVA PEREIRA	020.833.271-52	AUSENTE	AUSENTE
14	SUELLEN MOREIRA DA SILVA	045.181.541-69	AUSENTE	AUSENTE
15	RHANYER FREITAS PAMPLOLA	073.410.996-23	AUSENTE	AUSENTE
16	TIANA CEZARINA DA SILVA SILVEIRA	012.094.961-00	AUSENTE	AUSENTE
17	ROSICLER HERGESELL	036.843.031-60	AUSENTE	AUSENTE
18	ANALICE FRANCISCA DA SILVA	014.746.051-41	AUSENTE	AUSENTE
19	IVSON LELIS GAMA	101.466.197-81	AUSENTE	AUSENTE
20	SUZIELI LOCKS CRUZ	724.423.441-49	AUSENTE	AUSENTE
21	ANA PAULA CRUZ RIBEIRO	314.647.638-01	AUSENTE	AUSENTE
22	THAIS DUARTE RESENDE	039.323.161-50	AUSENTE	AUSENTE
23	JOSE HENRIQUE DE SOUZA	037.647.911-60	AUSENTE	AUSENTE

24	ANA TEREZA DOS SANTOS SIMOES	960.354.632-15	AUSENTE	AUSENTE

VETERINARIO

	NOME	CPF	NOTA	CLASSIFICAÇÃO
01	**RAFAEL SCHIO**	**025.479.041-68**	**68**	**APROVADO**
02	FELIPE AUGUSTO DE SOUZA GOMES CARDOSO	928.749.402-91	66	CLASSIFICADO
03	JAMILE MARTINS MALUF	029.187.851-21	64	CLASSIFICADA
04	JESSICA DOS SANTOS	026.296.791-01	62	CLASSIFICADA
05	BRUNO RAFAEL DA FONSECA	030.309.921-60	61	CLASSIFICADO
06	MARIANA GONTIJO MIHOMEM	982.847.033-00	58	CLASSIFICADA
07	SAMIRA DIVIE GOMES BRANDÃO	021.572.631-60	57	CLASSIFICADA
08	PATRICIA RIBEIRO BARROSO	036.413.771-10	56	CLASSIFICADA
09	NOBORU TOMIYOSHI JUNIOR	029.587.351-50	52	CLASSIFICADO
10	PEDRO DE SOUZA AZEVEDO JUNIOR	013.926.981-97	52	CLASSIFICADO
11	LUCIANA RODRIGUES JACOME MACHADO	836.525.583-91	51	CLASSIFICADA
12	EDUARDA RAMBO KAFER	040.425.471-33	51	CLASSIFICADA
13	JOSE AUGUSTO ANDRADE DE MORAIS	022.179.461-10	47	REPROVADO
14	LUIZ GUSTAVO GRIMAS MARQUES	736.139.169-91	44	REPROVADO
15	MARIELLI FLAVIA CORREIA	016.916.831-08	42	REPROVADA
16	PAULO FAVARO PECIOLI	054.478.099-08	AUSENTE	AUSENTE
17	OLIVIA SOUZA RAMOS	117.542.826.44	AUSENTE	AUSENTE
18	GABRIELA DIERINGS SAGGIN	041.505.921-60	AUSENTE	AUSENTE
19	AFONSO RIVERINO PEREIRA	978.173.761-15	AUSENTE	AUSENTE
20	CAMILA RIBEIRO DE LIMA	111.523.956-29	AUSENTE	AUSENTE
21	JUNIOR BARBOSA CACHYAMA	013.519.381-85	AUSENTE	AUSENTE
22	JANIO MAGGIONI JUNIOR	031.280.511-00	AUSENTE	AUSENTE
23	ANDRESSA DE OLIVEIRA CELESTINO	003.627.032-64	AUSENTE	AUSENTE
24	NATALIA BALDASSO ROMERO	022.263.181-35	AUSENTE	AUSENTE
25	ANGELICA SABEH DE CASTRO	730.322.631-15	AUSENTE	AUSENTE
26	LUCAS FERNANDO MATEUS DA SILVA	025.912.891-07	AUSENTE	AUSENTE
27	ARYANE CARVALHO LIMA	906.706.121-20	AUSENTE	AUSENTE
28	PATRIZIO DE FREITAS RODRIGUES	047.013.391-05	AUSENTE	AUSENTE

JULIANA NOTARI

Presidente da Comissão

RAIMUNDO ZANON

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 010/2016

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2016

A Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Avenida Lúcio Mendonça Primo, 621, Conjunto Habitacional Arco Íris II, através da senhora Juliane Presotto, pregoeira, torna público para conhecimento dos interessados que na licitação citada objetivando **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA MERENDA ESCOLAR DAS ESCOLAS E CRECHES MUNICIPAIS,** do tipo menor preço por item, obteve o seguinte resultado: **NEUZA BATISTA DE MELLO RIBEIRO COMÉRCIO – ME, CNPJ nº 14.924.283/0001-72** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 68.280,00 (sessenta e oito mil duzentos e oitenta reais)**; **ELSON ALVES ROCHA – EPP, CNPJ nº 26.598.227/0001-74** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 374.613,00 (trezentos e oitenta e quatro mil seiscentos e treze reais); SOLANGE DA SILVA – ME, CNPJ nº 11.444.693/0001-28** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 85.134,50 (oitenta e cinco mil cento s trinta e quatro reais e cinquenta centavos)** e **MINIMERCADO SOL NASCENTE EIRELI – ME, CNPJ nº 17.197.140/0001-02** sagrou-se vencedora com o valor total de **R$ 164.950,50 (cento e sessenta e quatro mil novecentos e cinquenta reais e cinquenta centavos).**

Itiquira/MT, 23 de fevereiro de 2016.

Juliane Presotto

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA

CONTABILIDADE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JACIARA - EDITAL DE PUBLICAÇÃO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Jaciara, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público, em cumprimento ao disposto no art. 31, § 3° da Constituição Federal, art. 209 da Constituição Estadual, torna público para conhecimento de todos os Munícipes interessados, que as CONTAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, relativas ao EXERCÍCIO DE 2015, encontra-se a disposição de toda Municipalidade na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, pelo prazo de 60 (sessenta) dias, e de acordo ainda com o disposto no art. 49 da LC 101/00, até 31/12/2016 o Balanço Geral do Município de Jaciara, e para que ninguém alegue desconhecimento e ignorância, determina a fixação deste edital nos lugares de costume, bem como sua publicação em meios eletrônicos.

Jaciara(MT, 15 de Fevereiro de 2016.

VALDIS CASTILHO SOARES JUNIOR

SECRETARIO MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO CONTRATO Nº. 008/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JACIARA – MT; **CONTRATADA:** TRB ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI – EPP;**OBJETO** "Contratação da empresa TRB ENGENHARIA, CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELLI – EPP, detentora do CNPJ nº. 12.538.397/0001-59, para prestação de serviços de segurança (fiscais de evento) especializados em eventos diurnos e noturnos de grande público realizados no Município de Jaciara/MT";**VALOR GLOBAL R$** 23.584,00 (vinte e três mil e quinhentos e oitenta e quatro reais);**ASSINATURA: 05/02/2016.**

ADEMIR GASPAR DE LIMA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA

PRORROGAÇÃO DE ABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

REGISTRO DE PREÇOS Nº 004/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JANGADA - MT, C.N.P.J. nº 24.772.147/0001-68, localizada na Rua Paço Municipal Júlio Domingos de Campos, S/Nº, Centro, Jangada - MT., CEP 78.490-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar, a **PRORROGAÇÃO DE**

ABERTURA da licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL com Registro de Preços, do tipo "Menor Preço por Item", tendo como objetivo: **AQUISIÇÃO DE BRITA, PEDRISCO E CALCÁRIO PARA ATENDER O MUNICIPIO DE JANGADA/MT.** O Pregoeiro estará indisponível nesta data, portanto considera-se prorrogado a abertura desta licitação para o dia 07/03/2016. Às 10:00 horas, Informações mais detalhadas e o edital completo poderão ser solicitados no endereço supra mencionado, de segunda a sexta – feira, das 07:00 as 13:00, com a CPL e pelo e-mail: licitacaojangada@hotmail.com . Jangada/MT, 23 de Fevereiro de 2016. ADILSON PEREIRA NUNES – Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

PORTARIA 090/2016

PORTARIA Nº. 090 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO ORGANIZADORA DA 6ª CONFERÊNCIA MUNICIPAL DAS CIDADES EM JAURU-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS, PREFEITA MUNICIPAL DE JAURU, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS:

RESOLVE:

Artigo 1° - Ficam nomeados os membros para constituir a Comissão Organizadora Municipal da 6ª Conferência Municipal das Cidades em Jauru, conforme o Anexo I.

Art. 2º. Compete à Comissão Organizadora Municipal da 6ª Conferência Municipal das Cidades em Jauru:

I - adotar o Regimento da 6ª Conferência Municipal das Cidades em Jauru, no que se refere ao âmbito Municipal, definindo data, local e pauta;

II - elaborar o Regimento da Conferência Municipal, respeitadas as diretrizes e as definições do Regimento Estadual;

III – constituir as Comissões de Infraestrutura e Logística, Mobilização e Articulação, Sistematização e Metodologia, que serão responsáveis por toda organização e realização da etapa municipal;

IV – planejar a infraestrutura para a realização da etapa municipal;

V – mobilizar a sociedade civil e o poder público, no âmbito de sua atuação no município, para sensibilização e adesão à 6ª Conferência das Cidades;

VI – prever na programação da Conferência Municipal o tempo necessário para debater o temário, sem prejuízo do conteúdo, sendo que este tempo não pode ser inferior a carga horária de 8 horas, excluindo a cerimônia de abertura;

VII – elaborar o relatório, ao final da Conferência Municipal das Cidades de acordo com o modelo disponível no sitio da 6ª Conferência Nacional das Cidades, e enviar à Comissão Organizadora Estadual competente no prazo de 30(trinta) dias após a realização da conferência;

VIII – preencher o formulário disponibilizado pela Coordenação Executiva da 6ª Conferência Nacional das Cidades por meio do sítio eletrônico a ser disponibilizado pelo Ministério das Cidades, com as informações da Conferência Municipal, até 30 dias após a realização da Conferência, e;

IX – encaminhar à Comissão Estadual Recursal e de Validação, os recursos impetrados contra atos da Comissão Preparatória Municipal ou quaisquer questionamentos referentes a atos ou omissões de agentes envolvidos na realização ou participação na referida conferência, no prazo regimental.

Art. 3º A Comissão Organizadora Municipal da 6ª Conferência Municipal das Cidades em Jauru realizará reuniões periódicas conforme calendário a ser estabelecido por seu Coordenador.

Art. 5º. A Comissão Organizadora Municipal da 6ª Conferência Municipal das Cidades em Jauru resolverá os casos omissos.

Art. 6º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita, Paço Municipal "José Perez" em Jauru-MT, 19 de Fevereiro de 2016.

ENÉRCIA MONTEIRO DOS SANTOS

Prefeita Municipal

ANEXO I

Membros da Coordenação Executiva da 6ª Conferência Municipal das Cidades

***Coordenação Geral Anderson Pavini e Sub Coordenação Andréia Cristina dos Santos Gomes**

Comissão Preparatória da 6ª conferencia das Cidades	
MEMBRO	**SEGMENTO**
Anderson Pavini (Secretaria Administração)	Poder Publico Municipal
Andréia Cristina dos Santos Gomes (Secretaria Finanças)	Poder Publico Municipal
Shirley Aparecida (Secretaria Social)	Poder Publico Municipal
Cícero Guilherme da Silva (Secretaria Educação)	Poder Publico Municipal
Claudeci (Secretaria Obras)	Poder Publico Municipal
Fabiane Osmário (Secretaria Meio Ambiente)	Poder Publico Municipal
Edvaldo Alves (Secretaria Saúde)	Poder Publico Municipal
Otávio Lana (Secretaria Esportes)	Poder Publico Municipal
Petronílio Ladeira da Silva(Vereador)	Poder Publico Municipal
Ivo Negrão da Silva (Eletronorte)	Poder Publico Federal
Jucinei Nagliat	Empresários
Dielson Alves de Souza	Empresários
Vanderlúcio de Lana (Farmavida)	Empresários
Eliseu Vidal (Emicel)	Empresários
Valtair Rufino Bento (VR Construção)	Empresários
Romualdo Ferandes Matos (Sindicato Rural)	Trabalhadores
Eurídes Ramos (Sintep)	Trabalhadores
Sandra Lúcia dos Passos (Sintep)	Trabalhadores
Marlucinéia Firmina da Silva (UAB)	Entidades Profissionais Acadêmicas e de Pesquisa
Nilton Fernando Lucato (UAB)	Entidades Profissionais Acadêmicas e de Pesquisa

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 006/2016/ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO: Nº. 008/2016/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332. 219-0O**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **EDUARDO ZIMMERMAN COSTA - MEI**, inscrita no CNPJ: 23.980.825/0001-15, localizada na Rua Goiânia, nº 282, CENTRO, CEP: 78.575-000, no município de Juara/MT, representada pela Srº **EDUARDO ZIMMERMAN COSTA**, brasileiro, portadora da Cédula de Identidade n. 34623.180-2 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o n. 302.800.358-96, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por **ITEM**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/ 93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para Futura e Eventual Prestação de Serviços de Facilitar e Orientador de Oficinas em Atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho – SMAST / CRAS e CREAS,conforme valores, proposta vencedora e demais condições e especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Presencial n. 008/2016 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados à partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada ITEM registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a SECAD, através de Fiscal de Contratos devidamente designado no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do município, nas questões legais.

4.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014, e na Lei nº 8.666/93.

4.2.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento. Independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.2.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

4.2.3. Caso decorra licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo órgão aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgãos participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 8.000,00 (oito mil reais), para cada item da Ata.

4.2.4. Todo o órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº 3.931, de 2001.

5. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

5.1 Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FACILITADORE E ORIENTADORES – CREAS

ITEM	COD.	DETALHAMENTO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	FACILITADOR
01	94879	FACILITADOR DE OFICINAS “PROFESSOR DE ARTES MARCIAIS”	HORAS	3.200	7,50	24.000,00	EDUARDO ZIMMERMAN

5.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do princípio previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

5.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

5.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, fretes, treinamentos e etc.) sem ônus adicional para o perfeito cumprimento das obrigações de fornecimento e execução dos serviços de fornecimento registrados.

5.5. Os preços registrados e a indicação do respectivo Fornecedor detentor da Ata serão publicados na imprensa oficial.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. A empresa licitante vendedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer quando convocado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

6.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

6.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a SECAD se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

6.5. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser solicitado pela contratada o reequilíbrio econômico-financeiro do pacto, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei n. 8.666/93.

6.6. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da publicação da ata de Registro de Preço, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela SECAD.

6.7. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

6.8. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECAD solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

6.9. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECAD poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

6.10. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

6.11. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

6.11.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

6.11.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.11.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

6.11.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

6.11.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

6.12. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

6.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

6.14. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

6.15. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues, anteriormente ao cancelamento.

6.16. Caso a SECAD não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

6.17. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.

6.18. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Administração.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir o objeto da contratação, entregando os produtos e/ou serviços especificados e adjudicado no Pregão, conforme disposições contidas neste Edital e, em conformidade com o prazo de entrega, recebimento e aceitação dos produtos:

7.1.1. Prazo de entrega/execução: A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias consecutivos contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento para realizar a entrega dos produtos.

7.1.2. Os serviços deverão ser executados de forma parcelada, conforme solicitação da Contratante, a partir da Emissão de Ordem de Serviços.

7.2. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.3. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal, fornecimento de equipamentos necessários em regime de comodato e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela SECAD.

7.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.5. Responder perante a Prefeitura de Juara/MT e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, mau acondicionamento dos produtos ou forma inadequada no seu transporte até a localidade.

7.6. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Prefeitura de Juara/MT.

7.7. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

7.8. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da Prefeitura de Juara/MT.

7.9. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.10. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação dos itens, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

7.11. Da garantia:

7.11.1. De acordo com a especificação do item.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

8.2. Encaminhar ao Fornecedor Registrado as solicitações dos produtos e/ou serviços com as necessidades a serem desenvolvidas;

8.3. Fornecer ao Fornecedor Registrado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Edital e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

8.4. Efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.7. Comunicar à contratada, por escrito e tempestivamente, sobre imperfeições, qualquer alteração, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.9. O Contrato será fiscalizado pela Sra.Flávia Cavichioli da Silva, fiscal de contratos legalmente designada, telefone: (66) 3556-9400/9401.

9. DA ORDEM DE SERVIÇOS

9.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de Ordem de Serviços, instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente similar, conforme disposto no artigo 62 de Lei nº 8.666/93, e obedecidas os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

9.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

9.1.2. O órgão gerenciador deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

9.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante as Fazendas Municipal e Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.3. Caso se trate de serviço de natureza continua, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, com base no art. 57, II da Lei n. 8666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada à sessenta meses.

10.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos **ÓRGÃOS/ENTIDADES** adesos ao registro de preços.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado à Contratada mediante crédito(s) em conta(s) corrente(s), até o 30º (trigésimo) dia contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente ordem de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

11.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal; **11.3.** Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 18.1 fluirá a partir da respectiva data de regularização. **11.4.** O faturamento deverá ser emitido para: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ: 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, Cep: 78.575-000, na cidade de Juara/MT. **11.5.** No corpo da Nota Fiscal deverá constar o número do Edital, Item, número da Nota de Empenho e do Contrato e/ou Ata de Registro de Preços, nome do banco, agência e conta-corrente e o nome da Unidade Destinatária.

11.6. Os valores contratados não sofrerão reajuste contratual.

11.7. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, os valores devidos poderão ser corrigidos, mediante solicitação da empresa a ser contratada, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna- IGP-DI, coluna 2, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrido entre a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

11.8. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring; **11.9.** O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco discriminado na nota fiscal; **11.10.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado; **11.11.** O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia; **11.12.** Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados; **11.13.** Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

11.14. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11.15. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente a empresa a ser contratada, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

11.16. No valor do contrato estarão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

11.17. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

11.18. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

11.19. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças / Divisão de Cadastros.

12. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1.993.

12.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

12.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

12.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

12.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

12.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

12.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

f) Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

13.3. Em quaisquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro de preços do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

14.

DAS PENALIDADES

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93, a seguir discriminadas.

14.2. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:

I – no caso de atraso até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

14.3. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

I – no atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor do contrato;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso.

14.4. Por atraso injustificado na prestação de serviço:

I – para atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;

II – para atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinqüenta centésimos por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;

III – no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.5. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

14.6. As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente.

14.7. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

15. DOFORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 23 de Fevereiro de 2016.

EDSON MIGUEL PIOVESAN

Prefeitura Municipal de Juara/MT

EDUARDO ZIMMERMAN COSTA – MEI

CNPJ: 23.980.825/0001-15

Srª **Eduardo Zimmerman Costa**

RG n. 34623.180-2 SSP/SP

CPF/MF n. 302.800.358-96

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO Nº. 08/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA-MT

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO:

MODALIDADE: PREGÃO Nº. 08/2016

TIPO: PRESENCIAL

JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 250/2010, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 02/2016, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão nº. 08/2016, cuja abertura ocorreu as 08h30, do dia 19/02/2016, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA "MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS" PARA PRESTAREM SERVICOS DE ORIENTADORES DE OFICINAS EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO** sagrou-se vencedoras para o **ITEM 01** – **EDUARDO ZIMMERMAN COSTA - MEI**, inscrita no CNPJ: 23.980.825/0001-15, localizada na Rua Goiânia, nº 282, CENTRO, CEP: 78.575-000, no município de Juara/MT, com o valor global de **R$ 28.000,00 (vinte e quatro mil reais);** para o **ITEM 02** – **ANA ETELVINA RODRIGUES - MEI**, inscrita no CNPJ: 15.561.716/0001-35, localizada na Rua Hamilton da Silva Leite, nº s/n, Bairro Santa Terezinha, CEP: 78.575-000, no município de Juara/MT, com o valor global de **R$ 23.680,00 (vinte três mil seiscentos e oitenta reais.**

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006-A/2016

PREGÃO PRESENCIAL nº 008/2016

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006-A/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 006-A/2016/ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO: Nº. 008/2016/ADMINISTRAÇÃO – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES, contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

Pelo presente instrumento, **A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO**, inscrita com o CNPJ sob o **15.072.663/0001-99**, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, na cidade de Juara-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Edson Miguel Piovesan**, brasileiro, Prefeito Municipal e Empresário, portador da Cédula de Identidade n.º **949618-1 SSP/PR** e inscrito no **CPF/MF** sob o n.º **139.332.219-0O**, residente e domiciliado na Rua Manaus, n. 677-N, Bairro Centro, na cidade de Juara-MT, **RESOLVE** registrar os preços da empresa, **ANA ETELVINA RODRIGUES - MEI**, inscrita no CNPJ: 15.561.716/0001-35, localizada na Rua Hamilton da Silva Leite, nº s/n, Bairro Santa Terezinha, CEP: 78.575-000, no município de Juara/MT, representada pela Srª **ANA ETELVINA RODRIGUES**, brasileira, portadora da Cédula de Identidade n. 9155589 SSP/SP e inscrita no CPF/MF sob o n. 205.398.431-72, na quantidade estimada, de acordo com a classificação por ela alcançada por **ITEM**, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/2002 e suas alterações, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para Futura e Eventual Prestação de Serviços de Facilitar e Orientador de Oficinas em Atendimento a Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho – SMAST / CRAS e CREAS,conforme valores, proposta vencedora e demais condições e especificações do Termo de Referência e quantidades estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a contratação pretendida, sendo assegurada ao beneficiário do Registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do Edital de Pregão Presencial n. 008/2016 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados à partir da data de sua publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso.

3.2. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

3.3. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, não poderá exceder, por órgão ou entidade, a 100% dos quantitativos dos itens registrados na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.4. As adesões à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal ou Estadual, não excedendo, na sua totalidade, ao quíntuplo do quantitativo de cada ITEM registrado na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

4. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1 O gerenciamento deste instrumento caberá a SECAD, através de Fiscal de Contratos devidamente designado no seu aspecto operacional e à Assessoria Jurídica do município, nas questões legais.

4.2. Poderá utilizar-se da Ata de Registro de Preços, ainda, qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892, de 2013, alterado pelo Decreto nº 8.250, de 23 de maio de 2014, e na Lei nº 8.666/93.

4.2.1. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento. Independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

4.2.2. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

4.2.3. Caso decorra licitação exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte e cooperativas enquadradas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, o órgão gerenciador somente autorizará a adesão caso o valor da contratação pretendida pelo órgão aderente, somado aos valores das contratações já praticadas pelo órgão gerenciador, pelos órgãos participantes ou por aderentes anteriores, não ultrapasse o limite de R$ 8.000,00 (oito mil reais), para cada item da Ata.

4.2.4. Todo o órgão, antes de contratar com o fornecedor registrado, deve assegurar-se que a contratação atende a seus interesses, sobretudo aos valores praticados, conforme artigo 3º do Decreto nº 3.931, de 2001.

5. DA ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADE E PREÇO.

5.1 Os itens, as especificações, unidades, as quantidades, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FACILITADORE E ORIENTADORES – CREAS

ITEM	COD.	DETALHAMENTO	UND	QUANT	V. UNT	V. TOTAL	FACILITADOR
01	81606	FACILITADOR DE OFICINAS “ARTE E CULTURA”	HORAS	3.200	7,40	23.680,00	ANA ETELVINA

5.2. Os valores acima poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial desta Ata, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, “d” e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do princípio previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

5.3. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado;

5.4. Nos preços supracitados estão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, fretes, treinamentos e etc.) sem ônus adicional para o perfeito cumprimento das obrigações de fornecimento e execução dos serviços de fornecimento registrados.

5.5. Os preços registrados e a indicação do respectivo Fornecedor detentor da Ata serão publicados na imprensa oficial.

6. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

6.1. A empresa licitante vendedora, assim declarada no ato de adjudicação e homologação deverá comparecer quando convocado no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da convocação formal, para assinatura da Ata de Registro de Preços.

6.2. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses.

6.3. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar a ata de registro de preços injustificadamente será aplicada à regra seguinte: quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura da ata, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis na Lei 8.666/93, 10.520/02 e demais disposições vigentes.

6.4. No caso de descumprimento (não assinatura), a SECAD se reserva no direito de convocar outro licitante, observada a ordem de classificação, para assinar a ata, sendo este o novo detentor.

6.5. É vedado reajustes de preços antes de decorrido 12 (doze) meses de vigência da Ata de Registro de Preços.

6.5.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser solicitado pela contratada o reequilíbrio econômico-financeiro do pacto, mediante a comprovação dos fatos previstos no artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei n. 8.666/93.

6.6. Os reajustes permitidos pelo artigo 65, da Lei n. 8.666/93, serão concedidos depois de decorrido 12 (doze) meses da publicação da ata de Registro de Preço, por provocação dos Órgãos/ Entidades adesos, que deverão comprovar através de percentuais do INPC/FGV, o reajuste pleiteado, que passarão por análise contábil de servidores designados pela SECAD.

6.7. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

6.8. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a SECAD solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

6.9. Fracassada a negociação com o primeiro colocado, a SECAD poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

6.10. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços.

6.11. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

6.11.1. Quando o fornecedor/consignatário não cumprir as obrigações constantes no Edital e da Ata de Registro de Preços;

6.11.2. Quando o fornecedor/consignatário der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII, do art. 78 da Lei 8.666/93;

6.11.3. Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto oriundo da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

6.11.4. Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

6.11.5. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas.

6.12. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da Ata de Registro de Preços.

6.13. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

6.14. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo Órgão/Entidade, facultando-se a este neste caso, a aplicação das penalidades previstas em Edital.

6.15. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR relativas ao fornecimento de itens, permanecendo mantido o compromisso da garantia e assistência técnica dos equipamentos entregues, anteriormente ao cancelamento.

6.16. Caso a SECAD não se utilize da prerrogativa de cancelar a Ata de Registro de Preços, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o Fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

6.17. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a ata de registro de preços.

6.18. É vedado caucionar ou utilizar a ata decorrente do registro de preços para qualquer operação financeira sem a prévia e expressa autorização da Secretaria de Estado de Administração.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1. Cumprir o objeto da contratação, entregando os produtos e/ou serviços especificados e adjudicado no Pregão, conforme disposições contidas neste Edital e, em conformidade com o prazo de entrega, recebimento e aceitação dos produtos:

7.1.1. Prazo de entrega/execução: A CONTRATADA terá um prazo de 10 (dez) dias consecutivos contados a partir da emissão da Ordem de Fornecimento para realizar a entrega dos produtos.

7.1.2. Os serviços deverão ser executados de forma parcelada, conforme solicitação da Contratante, a partir da Emissão de Ordem de Serviços.

7.2. Cumprir todas as leis e posturas federais, estaduais e municipais pertinentes e responsabilizar-se por todos os prejuízos decorrentes de infrações a que houver dado causa.

7.3. Assumir, com exclusividade, todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência do objeto da contratação e quaisquer outras despesas que se fizerem necessárias ao cumprimento do objeto pactuado, inclusive quanto ao transporte, carga e descarga, despesas com pessoal, fornecimento de equipamentos necessários em regime de comodato e apresentar os respectivos comprovantes quando solicitado pela SECAD.

7.4. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem, no objeto deste instrumento de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.5. Responder perante a Prefeitura de Juara/MT e terceiros por eventuais prejuízos e danos decorrentes de sua demora ou de sua omissão, mau acondicionamento dos produtos ou forma inadequada no seu transporte até a localidade.

7.6. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração de estimativa de custos e que redundem em aumento de despesas para a Prefeitura de Juara/MT.

7.7. Responsabilizar-se pelo ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos causados por culpa ou dolo de seus empregados, prepostos e/ou contratados, bem como se obrigar por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionadas com o cumprimento da contratação.

7.8. Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto da contratação, a associação da Contratada com outrem, a cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação sem autorização expressa da Prefeitura de Juara/MT.

7.9. Manter-se, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

7.10. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos, de acordo com a especificação dos itens, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de condição estabelecida.

7.11. Da garantia:

7.11.1. De acordo com a especificação do item.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Emitir ordem de fornecimento estabelecendo dia, hora, quantidade, local e demais informações que achar pertinentes para o bom cumprimento do objeto;

8.2. Encaminhar ao Fornecedor Registrado as solicitações dos produtos e/ou serviços com as necessidades a serem desenvolvidas;

8.3. Fornecer ao Fornecedor Registrado todos os elementos e dados necessários à perfeita execução do objeto deste Edital e do Contrato, inclusive permitindo o acesso de empregados, prepostos ou representantes da contratada em suas dependências;

8.4. Efetuar o pagamento ao Fornecedor no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

8.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa adjudicatária, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

8.6. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

8.7. Comunicar à contratada, por escrito e tempestivamente, sobre imperfeições, qualquer alteração, falhas ou irregularidades verificadas no produto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

8.8. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

8.9. O Contrato será fiscalizado pela Sra.Flávia Cavichioli da Silva, fiscal de contratos legalmente designada, telefone: (66) 3556-9400/9401.

9. DA ORDEM DE SERVIÇOS

9.1. A contratação com o fornecedor registrado, de acordo com a necessidade do órgão, será formalizada por intermédio de Ordem de Serviços, instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento equivalente similar, conforme disposto no artigo 62 de Lei nº 8.666/93, e obedecidas os requisitos pertinentes do parágrafo 4º, do artigo 3º, do Decreto nº 3.931, de 2001.

9.1.1. As condições de fornecimento constam do Termo de Referência anexo ao Edital e da Ata de Registro de Preços, e poderão ser detalhadas, em cada contratação específica, no respectivo pedido de contratação.

9.1.2. O órgão gerenciador deverá assegurar-se de que o preço registrado na Ata permanece vantajoso, mediante realização de pesquisa de mercado prévia à contratação (artigo 3º, parágrafo 4º, inciso II, do Decreto nº 3.931, de 2001).

9.2. Como condição para emissão da Nota de Empenho, o licitante vencedor deverá estar com a documentação obrigatória devidamente atualizada ou comprovar situação regular no Cadastro de Fornecedores Municipal, ou ainda perante as Fazendas Municipal e Federal, à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

9.3. Caso se trate de serviço de natureza continua, o contrato terá vigência de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, com base no art. 57, II da Lei n. 8666/93, com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada à sessenta meses.

10.DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação, objeto desta Licitação, correrão à conta dos **ÓRGÃOS/ENTIDADES** adesos ao registro de preços.

11. DO PAGAMENTO

11.1. O pagamento será efetuado à Contratada mediante crédito(s) em conta(s) corrente(s), até o 30º (trigésimo) dia contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura discriminativa acompanhada da correspondente ordem de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

11.2. A nota fiscal deverá ser acompanhada da Certidão de Regularidade Fiscal; **11.3.** Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como, qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo constante no item 18.1 fluirá a partir da respectiva data de regularização. **11.4.** O faturamento deverá ser emitido para: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA – ESTADO DE MATO GROSSO, CNPJ: 15.072.663/0001-99, com sede administrativa na Rua Niterói, 81N, Centro, Cep: 78.575-000, na cidade de Juara/MT. **11.5.** No corpo da Nota Fiscal deverá constar o número do Edital, Item, número da Nota de Empenho e do Contrato e/ou Ata de Registro de Preços, nome do banco, agência e conta-corrente e o nome da Unidade Destinatária.

11.6. Os valores contratados não sofrerão reajuste contratual.

11.7. Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma a Contratada, os valores devidos poderão ser corrigidos, mediante solicitação da empresa a ser contratada, pela variação do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna- IGP-DI, coluna 2, publicada pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrido entre a data final prevista para o pagamento até a data de sua efetiva realização.

11.8. O contratante não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que foram negociados com terceiros por intermédio da operação de factoring; **11.9.** O contratante efetuará o pagamento via ordem bancária, por intermédio do Banco do Brasil, para o banco

discriminado na nota fiscal; **11.10.** As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças, serão de responsabilidade do contratado; **11.11.** O pagamento efetuado ao contratado não isentará de suas responsabilidades vinculadas ao fornecimento, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia; **11.12.** Havendo acréscimos dos quantitativos, isto imporá ajustamento no pagamento, pelos preços unitários constantes da proposta de preços, em face dos acréscimos realizados; **11.13.** Os pagamentos não realizados dentro do prazo, motivados pela CONTRATADA, não serão geradores de direito a reajustamento de preços.

11.14. Não serão efetuados quaisquer pagamentos enquanto perdurar pendência de liquidação de obrigações, em virtude de penalidades impostas à CONTRATADA, ou inadimplência contratual, não podendo este fato ensejar direito de reajustamento de preços ou a atualização monetária.

11.15. Todo e qualquer pagamento será efetuado diretamente a empresa a ser contratada, na forma estabelecida nos subitens anteriores, eximindo-se a terceiros, por títulos colocados em cobrança, descontos, ficando estabelecido que, em hipótese alguma, aceitará tais títulos, os quais serão devolvidos INCONTINENTI, a pessoa jurídica que os houver apresentado.

11.16. No valor do contrato estarão incluídas todas as despesas relativas ao objeto contratado (tributos, seguros, encargos sociais, etc.).

11.17. Os valores poderão eventualmente sofrer revisão (aumento ou decréscimos) nas seguintes hipóteses:

a) Para mais, visando restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevir fatos supervenientes imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior caso fortuito, fato do príncipe e fato da administração, nos termos do art. 65, II, "d" e § 5º da Lei 8.666/93;

b) Para menos, na hipótese do valor contratado ficar muito superior ao valor do mercado, ou, ainda, quando ocorrer o fato do príncipe previsto no art. 65, § 5º da Lei 8.666/93.

11.18. A revisão de preços será feita com fundamento em planilhas de composição de custos e/ou preço de mercado.

11.19. O pagamento somente será efetuado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

a) Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda da sede ou domicilio do credor;

b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), quando o Poder Executivo do Estado de Mato Grosso for solidário na obrigação.

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, expedida pela Secretaria Municipal de Finanças / Divisão de Cadastros.

12. DA ALTERAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas as disposições contidas no artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1.993.

12.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou produtos registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores.

12.3. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

12.3.1. Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

12.3.2. Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

12.3.3. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

12.4.1. Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

12.4.2. Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

12.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes nesta Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;

b) Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da Nota de Empenho decorrente deste Registro;

d) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas;

f) Não mantiver as condições de habilitação durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

13.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preços na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

13.3. Em quaisquer das hipóteses acima, o órgão gerenciador comunicará o cancelamento do registro de preços do fornecedor aos órgãos participantes, se houver.

14.

DAS PENALIDADES

14.1. A licitante vencedora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas nos artigos 86 e 87 da Lei n. 8.666/93, a seguir discriminadas.

14.2. Quanto ao atraso para assinatura da Ata:

I – no caso de atraso até 2 (dois) dias úteis, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da proposta da licitante;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 10º (décimo) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 11º (décimo primeiro) dia útil de atraso.

14.3. Quanto ao atraso para assinatura do contrato:

I – no atraso até 02 (dois) dias úteis, multa de 2 % (dois por cento) sobre o valor do contrato;

II – a partir do 3º (terceiro) dia útil até o limite do 5º (quinto) dia útil, multa de 4% (quatro por cento), caracterizando-se a inexecução total da obrigação a partir do 6º (sexto) dia útil de atraso.

14.4. Por atraso injustificado na prestação de serviço:

I – para atraso de até 10 (dez) dias, multa diária de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;

II – para atraso superior a 10 (dez) dias, multa diária de 0,50% (cinqüenta centésimos por cento) sobre o valor do contrato, sem prejuízo das demais cominações legais;

III – no caso de atraso no recolhimento da multa aplicada, incidirá nova multa sobre o valor devido, equivalente a 0,20% (vinte centésimos por cento) até 10 (dez) dias de atraso e 0,40% (quarenta centésimos por cento) acima desse prazo, calculado sobre o total dos dias em atraso.

14.5. Pela inexecução parcial ou total das condições estabelecidas neste ato convocatório, poderão ser aplicadas também, garantida a prévia defesa, as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa de até 10% (vinte por cento) sobre o valor homologado, atualizado, recolhida no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da comunicação oficial, sem embargo de indenização dos prejuízos porventura causados à Administração;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com a Administração, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral por prazo não superior a 02 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada.

14.6. As multas aplicadas deverão ser pagas no prazo de dez dias úteis a contar da notificação, e não sendo recolhidas nesse prazo, além de nova penalização, serão descontadas dos créditos da empresa CONTRATADA ou cobradas administrativa ou judicialmente.

14.7. As penalidades previstas acima têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente:

I – a sua aplicação não exime a empresa da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar à Administração;

II – não exclui a responsabilização judicial por atos ilícitos;

III – as penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui as demais, quando cabíveis.

15. DOFORO

15.1. As partes contratantes elegem o foro de Juara-MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente Ata de Registro de Preço, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Juara-MT, 23 de Fevereiro de 2016.

EDSON MIGUEL PIOVESAN

Prefeitura Municipal de Juara/MT

ANA ETELVINA RODRIGUES – MEI

CNPJ: 15.561.716/0001-35

Srª **Ana Etelvina Rodrigues**

Cédula de Identidade n. 9155589 SSP/SP

CPF/MF sob o n. 205.398.431-72

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

SETOR DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 035/2016 PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 029/2016.

ÓRGÃO GESTOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL SRP N° 026/2016

VALIDADE: 12 (doze) Meses contados a partir da data de sua publicação no Jornal Oficial, podendo ser prorrogada na forma da lei.

OBJETO: Registro de preços para Futura e Eventual Contratação de Prestação de Serviços de Hospedagem (diárias), para Atender aos Pacientes fora do domicílio, encaminhados para tratamento na cidade de Cuiabá, além de prestação de serviços de assessoria de assistência social aos pacientes, oferecendo transporte, alimentação para atender as necessidades dessa municipalidade.

ÓRGÃO GERENCIADOR: Secretaria Municipal de Saúde, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

O preço, a quantidade, o fornecedor e as especificações dos itens registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

DORACI ARRUDA BERTOLDI EIRELI - ME CNPJ: 22.446.279/0001-74

Quant.	Unid	Descrição	Val. Unit	Val. Total
700	DIÁRIA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HOSPEDAGEM (DIÁRIAS), PARA ATENDER AOS PACIENTES FORA DO DOMICÍLIO, ENCAMINHADOS PARA TRATAMENTO NA CIDADE DE CUIABÁ, COM ALOJAMENTOS SEPARADOS POR SEXO, 04 REFEIÇÕES DIÁRIAS (CAFÉ DA MANHÃ, ALMOÇO, CAFÉ DA TARDE E JANTAR), ALÉM DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL AOS PACIENTES, OFERECENDO TRANSPORTE PARA AO LOCAL DO RESPECTIVO TRATAMENTO, TANTO PARA O PACIENTE QUANTO PARA O ACOMPANHANTE. O LOCAL DEVERÁ POSSUIR RAMPAS DE ACESSIBILIDADE E BANHEIROS PARA PORTADORES DE NECESSIDADES FÍSICAS.	35,00	24.500,00

TOTAL DO FORNECEDOR R$ 24.500,00

Thais Pires Moraes

Pregoeira Oficial

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2016

A Prefeitura Municipal de Juruena, através da Pregoeira Oficial, designada pela Portaria 168/2015 de 19/06/2015, torna público o RESULTADO do PREGÃO PRESENCIAL **026/2016**, cujo objeto é o Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Prestação de Serviços de Hospedagem (diárias), para Atender aos Pacientes fora do domicílio, encaminhados para tratamento na cidade de Cuiabá, além de prestação de serviços de assessoria de assistência social aos pacientes, oferecendo transporte, alimentação para atender as necessidades dessa municipalidade. Onde sagrou-se vencedora a Empresa **DORACI ARRUDA BERTOLDI EIRELI - ME CNPJ: 22.446.279/0001-74.**

Juruena – MT 23 de Fevereiro de 2016

_____

Thais Pires Moraes

Pregoeira Oficial

SETOR DE LICITAÇÃO
TERMO DE RETIFICAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL SRP N.º 028/2016

Processo Administrativo n.º 031/2016

O Município de Juruena, através da Secretaria Municipal de Administração, por intermédio de sua Pregoeira Oficial , torna público, para conhecimento de todos os interessados, o presente:

TERMO DE RETIFICAÇÃO

conforme segue:

1 – DO OBJETO

O presente Termo tem por objeto a retificação assim a ratificação do Edital de Licitação do Pregão Presencial SRP n.º 028/2016, constante dos autos do Processo Administrativo n.º 031/2016.

2 – DAS RETIFICAÇÕES

Fica pelo presente retificados os itens abaixo descritos:

TERMO DE REFERENCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
01	ENVELOPES 114X229	UNIDADE	6.600
02	ENVELOPES 185X248	UNIDADE	9.000
03	ENVELOPES 260X360	UNIDADE	10.500
04	CARTAZ F: 2 COLORIDO	UNIDADE	1.200
05	BONÉS EM CORES	UNIDADE	900
06	CAMISETAS ESTAMPA EM CORES MANGA CURTA	UNIDADE	2.000
07	CAMISETAS ESTAMPA EM CORES MANGA LONGA	UNIDADE	200
08	BLOCOS DE FICHA TÉCNICA 50X2	UNIDADE	20
09	BANNER EM LONA	M2	200
10	CARIMBO AUTOMÁTICA PRINTER 50	UNIDADE	30
11	CARIMBO AUTOMÁTICA PRINTER 40	UNIDADE	40
12	CARIMBO AUTOMÁTICO PRINTER 30	UNIDADE	80
13	CARIMBO AUTOMÁTICO PRINTER 20	UNIDADE	130
14	CARIMBO SIMPLES MADEIRA	UNIDADE	150
15	REFIL PRINTER 50	UNIDADE	30
16	REFIL PRINTER 40	UNIDADE	30
17	REFIL PRINTER 30	UNIDADE	50
18	REFIL PRINTER 20	UNIDADE	100
19	FOLHAS DE OFICIO TIMBRADO COLORIDO	UNIDADE	50.000
20	FOLHAS DE OFICIO TIMBRADO 1 COR	UNIDADE	30.000
21	CAPAS DE IPTU E DIVERSOS COLORIDA	UNIDADE	10.000
22	CARTÃO DE VISITA	UNIDADE	5.000
23	ALVARÁ F: 9 COUCHÊ	UNIDADE	5.000
24	PASTAS PROCESSO PAGAMENTO F4 1 COR CART. 180	UNIDADE	22.000
25	PANFLETO COLORIDO 18X21 COLORIDO	UNIDADE	30.000
26	PLACAS DE SINALIZAÇÃO 60X60 REFLETIVA EM AÇO	UNIDADE	120
27	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE OBRAS 1,50X0,90 PVC 3MM	UNIDADE	70
28	PLACAS DE SINALIZAÇÃO SEGURANÇA INTERNA 50X30	UNIDADE	100
29	PLACAS DE SINALIZAÇÃO ADVERTÊNCIA 50X25	UNIDADE	50
30	ADESIVOS LOGOMARCA 55X40	UNIDADE	200
31	ADESIVOS LOGOMARCA 35X30	UNIDADE	120
32	JALECO PARA GARI BRIM PESADO	UNIDADE	50
33	CALÇA PARA GARI BRIM PESADO	UNIDADE	50
34	MEDALHAS PERSONALIZADA	UNIDADE	500
35	BORRACHA PARA CARIMBOS	UNIDADE	50
36	ADESIVOS LOGO EDUCAÇÃO 30X10 MOTOS	UNIDADE	50
37	ADESIVOS LOGO EDUCAÇÃO 55X45	UNIDADE	50
38	PELÍCULA PROTETORA RAIOS ULTRA VIOLETA - INSULFIM	M2	150
39	FAIXAS IMPRESSA EM LONA	M2	70
40	BOLSA TIPO PASTA COM ALÇA PERSONALIZADA	UNIDADE	350
41	ADESIVO COLORIDO DIVERSOS 10X15	UNIDADE	200
42	ADESIVOS IMPRESSÃO DIGITAL	M2	80
43	CANECAS ACRILICA PERSONALIZADA	UNIDADE	1.200
44	FOLDER COLORIDO COM 3 ABAS	UNIDADE	15.000
45	CARTÃO DO BOLSA FAMILIA FRENTE E VERSO	UNIDADE	3.000
46	PANFLETO COLORIDO 18X21 COLORIDO	UNIDADE	5.000
47	ABANADORES PERSONALIZADOS	UNIDADE	3.000
48	CRACHAS SIMPLES	UNIDADE	200
49	PRONTUÁRIO SUAS CARTILHAS	UNIDADE	400
50	CADASTRO INDIVIDUAL - ESUS 50X1 F/V	UNIDADE	200

51	CADASTRO DOMICILIAR - ESUS 50X1 F/V	UNIDADE	200
52	FICHA DE VISITA DOMICILIAR ESUS - 50X1 F/V	UNIDADE	200
53	ATIVIDADE COLETIVA - ESUS 50X1 F/V	UNIDADE	200
54	ATENDIMENTO INDIVIDUAL - ESUS 50X1 F/V	UNIDADE	200
55	FICHA ODONTOLÓGICA - ESUS 50X1 F/V	UNIDADE	200
56	FICHA DE PROCEDIMENTO - ESUS 50X1 - F/V	UNIDADE	200
57	FICHA DE NOTIFICAÇÃO SINAN - ACIDENTE C/ ANIMAIS - F/V	UNIDADE	25
58	FICHA DE NOTIFICAÇÃO SINAN - DENGUE 50X1 - F/V	UNIDADE	100
59	FICHA DE NOTOFICAÇÃO SINAN - ACIDENTE DE TRAB. F/V	UNIDADE	50
60	FICHA DE NOTIFICAÇÃO SINAN CONCLUSÃO	UNIDADE	200
61	FICHA DE NOTIFICAÇÃO LEISHMANIOSE TEGUMENTAR F/V	UNIDADE	30
62	FICHA DE NOTIFICAÇÃO SINAN ATEND. ANTIRRÁBICO - F/V	UNIDADE	40
63	FICHA NOTIFICAÇÃO SINAN - VIOLÊNCIAS 50X1 - F/V	UNIDADE	40
64	FICHA NOTIFICAÇÃO HANSENIASE 50X1 - F/V	UNIDADE	10
65	FICHA NOTIFICAÇÃO SINAN- ACIDENTE C/ MAT. BIOLÓGICO F/V	UNIDADE	20
66	FICHA NOTIFICAÇÃO SINAN- INTOXICAÇÃO EXÓGENA 50X1 - F/V	UNIDADE	20
67	FICHA DE PREVENTIVOS F/V	UNIDADE	100
68	SISPRENATAL C/ 05 PAGINAS CADASTRO GESTANTE F/V	UNIDADE	40
69	BOLSA FAMILIA 50X1 F/V	UNIDADE	50
70	FICHA REFERÊNCIA (ENCAMINAMENTO) F/V	UNIDADE	200
71	FICHA HISTÓRICA DE ENFERMAGEM - F/V	UNIDADE	200
72	SISVAN - CADASTRO DE DOMICILIO F/V	UNIDADE	200
73	SISVAN - CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS 50X1 - F/V	UNIDADE	200
74	SISVAN - INDIVIDUO 50X1 F/V	UNIDADE	200
75	ROA 50X1 -F. 18 F/V	UNIDADE	300
76	SOLICITAÇÃO DE EXAMES 50X1 F/V	UNIDADE	300
77	PSE - AVALIAÇÃO ANTROPEMETRICA 50X1 F/V	UNIDADE	200
78	ENCAMINHAMENTO DO PSE - F/V	UNIDADE	200
79	PRESCRIÇÃO HOSPITALAR INTERNADOS 50X1 - F/V	UNIDADE	200
80	RECEITUÁRIO SIMPLES F. 18 - 50X1	UNIDADE	500
81	ATESTADO MÉDICO F. 18 - 50X1	UNIDADE	500
82	PEDIDO DE EXAMES SIMPLES 50X1	UNIDADE	400
83	CARTÃO DE GESTANTE FRENTE E VERSO 50X1	UNIDADE	2.000
84	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL 2 VIAS F. 18	UNIDADE	400
85	SOLICITAÇÃO DE EXAMES PARA LABORATÓRIO 50X1	UNIDADE	300
86	PROTUÁRIO MÉDICO FRENTE E VERSO	UNIDADE	300
87	FICHA DE INTERNAÇÃO FRENTE E VERSO 50X1	UNIDADE	300
88	ADESIVO DE PAPEL SORO	UNIDADE	10.000
89	FOLHA DE PREESCRIÇÃO HOSPITALAR 50X1	UNIDADE	200
90	LAUDO DE SOLIC. AUTORIZAÇÃO DE INT. HOSPITALAR 2 VIA	UNIDADE	150
91	LAUDO DE SOLIC. AUT. PROCEDIMENTO AMBULATORIAL 2 VIA	UNIDADE	60

que passa a vigorar com a seguinte redação:

TERMO DE REFERENCIA

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT
01	ENVELOPES 114X229	UNIDADE	6.600
02	ENVELOPES 185X248	UNIDADE	9.000
03	ENVELOPES 260X360	UNIDADE	10.500
04	CARTAZ F: 2 COLORIDO	UNIDADE	1.200
05	BONÉS EM CORES	UNIDADE	900
06	CAMISETAS ESTAMPA EM CORES MANGA CURTA	UNIDADE	2.000
07	CAMISETAS ESTAMPA EM CORES MANGA LONGA	UNIDADE	200
08	BLOCOS DE FICHA TÉCNICA 50X2	UNIDADE	20
09	BANNER EM LONA	M2	200
10	CARIMBO AUTOMÁTICA PRINTER 50	UNIDADE	30
11	CARIMBO AUTOMÁTICA PRINTER 40	UNIDADE	40
12	CARIMBO AUTOMÁTICO PRINTER 30	UNIDADE	80
13	CARIMBO AUTOMÁTICO PRINTER 20	UNIDADE	130
14	CARIMBO SIMPLES MADEIRA 6X4	UNIDADE	150
15	REFIL PRINTER 50	UNIDADE	30
16	REFIL PRINTER 40	UNIDADE	30
17	REFIL PRINTER 30	UNIDADE	50
18	REFIL PRINTER 20	UNIDADE	100
19	FOLHAS DE OFICIO TIMBRADO COLORIDO	UNIDADE	50.000
20	FOLHAS DE OFICIO TIMBRADO 1 COR	UNIDADE	30.000
21	CAPAS DE IPTU F.09 COLORIDA	UNIDADE	10.000
22	CARTÃO DE VISITA	UNIDADE	5.000
23	ALVARÁ F: 9 COUCHÊ	UNIDADE	5.000
24	PASTAS PROCESSO PAGAMENTO F4 1 COR CART. 180	UNIDADE	22.000
25	PANFLETO COLORIDO 18X21 COLORIDO	UNIDADE	30.000
26	PLACAS DE SINALIZAÇÃO 60X60 REFLETIVA EM AÇO	UNIDADE	120
27	PLACA DE SINALIZAÇÃO DE OBRAS 1,50X0,90 PVC 3MM	UNIDADE	70
28	PLACAS DE SINALIZAÇÃO SEGURANÇA INTERNA 50X30	UNIDADE	100
29	PLACAS DE SINALIZAÇÃO ADVERTÊNCIA 50X25	UNIDADE	50
30	ADESIVOS LOGOMARCA 55X40 (INCLUINDO APLICAÇÃO NO LOCAL)	UNIDADE	200
31	ADESIVOS LOGOMARCA 35X30 (INCLUINDO APLICAÇÃO NO LOCAL)	UNIDADE	120
32	JALECO PARA GARI BRIM PESADO	UNIDADE	50
33	CALÇA PARA GARI BRIM PESADO	UNIDADE	50
34	MEDALHAS PERSONALIZADA	UNIDADE	500
35	BORRACHA PARA CARIMBOS	UNIDADE	50
36	ADESIVOS LOGO EDUCAÇÃO 30X10 MOTOS (INCLUINDO APLICAÇÃO NO LOCAL)	UNIDADE	50
37	ADESIVOS LOGO EDUCAÇÃO 55X45 (INCLUINDO APLICAÇÃO NO LOCAL)	UNIDADE	50
38	PELÍCULA PROTETORA RAIOS ULTRA VIOLETA – INSULFIM (INCLUINDO APLICAÇÃO NO LOCAL)	M2	150
39	FAIXAS IMPRESSA EM LONA	M2	70
40	BOLSA TIPO PASTA COM ALÇA PERSONALIZADA	UNIDADE	350
41	ADESIVO COLORIDO DIVERSOS 10X15 (INCLUINDO APLICAÇÃO NO LOCAL)	UNIDADE	200
42	ADESIVOS IMPRESSÃO DIGITAL (INCLUINDO APLICAÇÃO NO LOCAL)	M2	80
43	CANECAS ACRILICA PERSONALIZADA	UNIDADE	1.200
44	FOLDER COLORIDO COM 3 ABAS	UNIDADE	15.000
45	CARTÃO DO BOLSA FAMILIA FRENTE E VERSO	UNIDADE	3.000
46	PANFLETO COLORIDO 18X21 COLORIDO	UNIDADE	5.000
47	ABANADORES PERSONALIZADOS	UNIDADE	3.000
48	CRACHAS SIMPLES	UNIDADE	200
49	PRONTUÁRIO SUAS CARTILHAS F.04 ABERTO C/ 42 PAGS. CAPA COLORIDA	UNIDADE	400
50	CADASTRO INDIVIDUAL - ESUS 50X1 F/V	UNIDADE	200
51	CADASTRO DOMICILIAR - ESUS 50X1 F/V	UNIDADE	200
52	FICHA DE VISITA DOMICILIAR ESUS - 50X1 F/V	UNIDADE	200
53	ATIVIDADE COLETIVA - ESUS 50X1 F/V	UNIDADE	200
54	ATENDIMENTO INDIVIDUAL - ESUS 50X1 F/V	UNIDADE	200
55	FICHA ODONTOLÓGICA - ESUS 50X1 F/V	UNIDADE	200
56	FICHA DE PROCEDIMENTO - ESUS 50X1 - F/V	UNIDADE	200
57	FICHA DE NOTIFICAÇÃO SINAN - ACIDENTE C/ ANIMAIS - F/V	UNIDADE	25
58	FICHA DE NOTIFICAÇÃO SINAN - DENGUE 50X1 - F/V	UNIDADE	100
59	FICHA DE NOTOFICAÇÃO SINAN - ACIDENTE DE TRAB. F/V	UNIDADE	50
60	FICHA DE NOTIFICAÇÃO SINAN CONCLUSÃO	UNIDADE	200
61	FICHA DE NOTIFICAÇÃO LEISHMANIOSE TEGUMENTAR F/V	UNIDADE	30
62	FICHA DE NOTIFICAÇÃO SINAN ATEND. ANTIRRÁBICO - F/V	UNIDADE	40
63	FICHA NOTIFICAÇÃO SINAN - VIOLÊNCIAS 50X1 - F/V	UNIDADE	40
64	FICHA NOTIFICAÇÃO HANSENIASE 50X1 - F/V	UNIDADE	10
65	FICHA NOTIFICAÇÃO SINAN- ACIDENTE C/ MAT. BIOLÓGICO F/V	UNIDADE	20
66	FICHA NOTIFICAÇÃO SINAN- INTOXICAÇÃO EXÓGENA 50X1 - F/V	UNIDADE	20
67	FICHA DE PREVENTIVOS F/V	UNIDADE	100
68	SISPRENATAL C/ 05 PAGINAS CADASTRO GESTANTE F/V	UNIDADE	40
69	BOLSA FAMILIA 50X1 F/V	UNIDADE	50
70	FICHA REFERÊNCIA (ENCAMINAMENTO) F/V	UNIDADE	200
71	FICHA HISTÓRICA DE ENFERMAGEM - F/V	UNIDADE	200

72	SISVAN - CADASTRO DE DOMICILIO F/V	UNIDADE	200
73	SISVAN - CRIANÇAS MENORES DE 5 ANOS 50X1 - F/V	UNIDADE	200
74	SISVAN - INDIVIDUO 50X1 F/V	UNIDADE	200
75	ROA 50X1 -F. 18 F/V	UNIDADE	300
76	SOLICITAÇÃO DE EXAMES 50X1 F/V	UNIDADE	300
77	PSE - AVALIAÇÃO ANTROPEMETRICA 50X1 F/V	UNIDADE	200
78	ENCAMINHAMENTO DO PSE - F/V	UNIDADE	200
79	PRESCRIÇÃO HOSPITALAR INTERNADOS 50X1 - F/V	UNIDADE	200
80	RECEITUÁRIO SIMPLES F. 18 - 50X1	UNIDADE	500
81	ATESTADO MÉDICO F. 18 - 50X1	UNIDADE	500
82	PEDIDO DE EXAMES SIMPLES 50X1	UNIDADE	400
83	CARTÃO DE GESTANTE FRENTE E VERSO 50X1	UNIDADE	2.000
84	RECEITUÁRIO CONTROLE ESPECIAL 2 VIAS F. 18	UNIDADE	400
85	SOLICITAÇÃO DE EXAMES PARA LABORATÓRIO 50X1	UNIDADE	300
86	PROTUÁRIO MÉDICO FRENTE E VERSO F.09 50 FOLHAS POR BLOCO	UNIDADE	300
87	FICHA DE INTERNAÇÃO FRENTE E VERSO 50X1	UNIDADE	300
88	ADESIVO DE PAPEL SORO (INCLUINDO APLICAÇÃO NO LOCAL)	UNIDADE	10.000
89	FOLHA DE PREESCRIÇÃO HOSPITALAR 50X1	UNIDADE	200
90	LAUDO DE SOLIC. AUTORIZAÇÃO DE INT. HOSPITALAR 2 VIA	UNIDADE	150
91	LAUDO DE SOLIC. AUT. PROCEDIMENTO AMBULATORIAL 2 VIA	UNIDADE	60

Fica retificado também o item:

1.2- O local de credenciamento e abertura da sessão pública será na **PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA – SALA DE LICITAÇÃO - END: AV 04 E JULHO N° 360 – CENTRO - JURUENA/MT.**

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

Data: 26 de Fevereiro de 2016 – Horário: 13h30min (treze horas e trinta minutos) – Fuso Horário da Capital (MT). que passa a vigorar com a seguinte redação:

1.2- O local de credenciamento e abertura da sessão pública será na **PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA – SALA DE LICITAÇÃO - END: AV 04 E JULHO N° 360 – CENTRO - JURUENA/MT.**

SESSÃO PÚBLICA PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO:

Data: 07 de Março de 2016 – Horário: 08h00min (oito horas) – Fuso Horário da Capital (MT).

retifica-se também o item: **2.1.** O Objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Impressão, Cópias Xerográficas, Plotagens, Confecção e Aplicação de Adesivos em Geral, Confecção de Banners, Confecção de Carimbos e Confecção de Camisetas Estampadas em Cores** para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e Secretarias, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital, pelo período de 12 meses.

que passa a vigorar com a seguinte redação: **2.1.** O Objeto da presente licitação é o **Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Impressão, Cópias Xerográficas, Plotagens, Confecção de Adesivos em Geral (incluindo aplicação no local), Confecção de Banners, Confecção de Carimbos e Confecção de Camisetas Estampadas em Cores** para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Juruena e Secretarias, conforme especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo neste Edital, pelo período de 12 meses. 3 – DAS RATIFICAÇÕES

A partir da presente data, ficam **RATIFICADOS** todos os itens e anexos constante do Edital de Licitação do Pregão Presencial SRP n.º 028/2016, constante dos autos do Processo Administrativo n.º 031/2016, que não foram alterados pelo presente Termo, surgindo todos os efeitos administrativos e jurídicos legais.

Juruena-MT, 23 de Fevereiro de 2016.

Thais Pires Moraes Pregoeira	**Luciane Rubinho dos Santos Membro**
Andressa Silveira Membro	

DECRETO N.º 2626, DE 23 DE FEVEREIRO 2016.

"Dispõe sobre a pauta de valores para cálculo do ITR/2016, estabelecendo valores do VTN conforme aptidão agrícola".

O Prefeito Municipal de Juruena, Estado de Mato Grosso, no desempenho de suas atribuições legais, atendendo o que dispõe o inciso III do parágrafo 4º do artigo 153 da Constituição Federal, que permite aos Municípios por meio de convênio com a União, fiscalizar e cobrar o ITR e o constante do Convênio que se encontra anexo a Instrução Normativa nº 884, de 05 de novembro de 2008, especialmente a Cláusula Sexta Obrigações do conveniado do citado Convênio que determina em seu inciso VII a obrigação do Município de informar a Superintendência da Receita Federal do Brasil, os valores da terra nua por hectare (VTN/há), para fins de atualização do Sistema de Preços de Terras (SIPT) da RFB e especialmente o disposto na Instrução Normativa RFB nº 1562, de 29 de abril de 2015, cujos valores devem refletir um valor médio por aptidão agrícola do VTN por hectare, conforme metodologia apontada em levantamento de preços baseado em transações, ofertas ou opiniões;

DECRETA:

Art.1.º Fica criada como parâmetro mínimo para fins de fiscalização do ITR exercício de 2016 (Imposto Territorial Rural) a PAUTA DE VALORES DE TERRA NUA, obtida em conformidade com o disposto na IN nº 1562/15 – RFB que estabelece valor médio do VTN por hectare, conforme metodologia apontada em levantamento de preços baseado em transações, ofertas ou opiniões, sendo os resultados definidos segundo aptidão agrícola:

Ano	Lavoura Aptidão Boa	Lavoura Aptidão Regular	Lavoura Aptidão Restrita	Pastagem Plantada	Silvicultura ou Pastagem Natural	Preservação da Fauna e Flora
2016	R$ 1.500,00	R$ 1.200,00	R$ 1.000,00	R$ 1.000,00	R$ 600,00	R$ 300,00

Art.2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Prefeitura Municipal, Juruena – MT, em 23 de Fevereiro de 2016.

RAIMUNDO MANSKE

Prefeito Municipal

Registrada e publicada por afixação em local público de costume, conforme autorização da Lei Municipal nº. 484, de 04 de março de 2002.

MARCOS ANDRÉ RAUBER

Secretário Municipal de Administração

e Finanças

PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCIARA

PORTARIA 014/2016

PORTARIA N.º 014/2016 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDORA MARIA DE JESUS SILVA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

Fausto Aquino de Azambuja Filho, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 100 da Lei 505/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Luciara,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder à servidora **MARIA JOSÉ FERREIRA DE SOUZA**, portadora do CPF n.° 513.921.351-68, ocupante do cargo efetivo de AAE-Infra-Estrutura, lotada na Secretaria Municipal de Educação, 90 (noventa) dias de licença-prêmio por assiduidade.

Parágrafo Único – A licença citada no "caput" deste artigo será gozada no período de 1.º de fevereiro de 2016 a 30 de abril de 2016.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1.º de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 02 de fevereiro de 2016.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO Nº 006/2016. DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a convocação da 6ª Conferência das Cidades do Município de LUCIARA e dá outras providencias".

O EXMO. SENHOR PREFEITO MUNICIPAL de LUCIAA, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em obediência ao que disciplina a Legislação,

Considerando a importância de se propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município e os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política e o Desenvolvimento Urbano;

Considerando a necessidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;

Considerando a necessidade de propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade, estimulando a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município;

Considerando, ainda, que a realização da Conferência da Cidade de LUCIARA é fator indispensável para a participação do Município na 6ª Conferência Estadual das Cidades, a realizar-se em Cuiabá, no período de 01 de novembro de 2016 a 31 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 6ª Conferência da Cidade LUCIARA a realizar-se no dia **14/04/2016**, no Plenário Deliberativo da Câmara Municipal de Luciara, das 08:00h às 18:00h, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Meio Ambiente, Comunicação Social e Assuntos Indígenas.

Art. 2º - A 6ª Conferencia da Cidade de LUCIARA desenvolverá seus trabalhos a partir da temática Nacional "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e; como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 3º - A 6ª Conferência da Cidade de LUCIARA será presidida pela Secretária Municipal de Turismo, Cultura, Meio Ambiente, Comunicação Social e Assuntos Indígenas.

Art. 4º - Caberá à Secretaria de Turismo, Cultura, Meio Ambiente, Comunicação Social e Assuntos Indígenas a constituição e instalação da Comissão Organizadora, que terá as seguintes atribuições:

I - II -definir pauta e temário da 6ª Conferência das Cidades do Estado de Mato Grosso, contemplando as questões municipais, além do temário nacional;

III – promovera realização da Conferência Municipal;

IV - definir critérios para a eleição dos delegados da Conferência Municipal, respeitando as diretrizes e definições do Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades;

V -examinar e proferir decisão sobre os recursos encaminhados pelas entidades participantes da Conferencia;

VI - decidir casos omissos ou conflitantes.

Art. 5º - A Comissão Organizadora de que trata o artigo 4º deste Decreto deverá contemplar representantes dos seguintes segmentos da sociedade:

I - gestores, administradores públicos e membros dos legislativos estadual e municipais;

II - movimentos sociais e populares;

III - trabalhadores, através de suas entidades sindicais;

IV - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos de classes;

V - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

VI - organizações não-governamentais com atuação no desenvolvimento urbano.

Art. 6º - A Comissão Organizadora elaborará o Regimento da 6ª Conferência que será aprovado pela comissão preparatória

Art. 7º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos 22 de fevereiro de 2016.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

Prefeito Municipal

EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO

PORTARIA N.º 013/2016 De 02 de fevereiro DE 2016

"EXONERA OCUPANTE DE CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Fausto Aquino de Azambuja Filho, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Artigo 1º - **EXONERAR, a partir de 1.° de fevereiro de 2016,** a Senhora **FERNANDA JORGE E SILVA,** portadora do RG n.º 1430537-2 SSP-MT e do CPF n.º 003.745.021-29, do Cargo em Comissão de **Chefe da Divisão de Assuntos Pedagógicos e Educacionais** da Prefeitura Municipal de Luciara-MT, nomeada através da Portaria 083/2013, de 04 de março de 2013.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, em 02 de fevereiro de 2016.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 015/2016

PORTARIA N.º 015/2016 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2016

"CONCEDE LICENÇA-PRÊMIO POR ASSIDUIDADE À SERVIDORA MARIA IRAENE DA SILVA E DÁ PROVIDÊNCIAS".

Fausto Aquino de Azambuja Filho, Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 100 da Lei 505/2009 – Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Luciara,

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder à servidora **MARIA IRAENE DA SILVA**, portadora do RG n.° 1314229 SSP/MA e do CPF n.° 550.873.611-53, ocupante do cargo efetivo de AAE-Infra-Estrutura, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, 90 (noventa) dias de licença-prêmio por assiduidade.

Parágrafo Único – A licença citada no "caput" deste artigo será gozada no período de 1.º de fevereiro de 2016 a 30 de abril de 2016.

Artigo 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1.º de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Luciara, Estado de Mato Grosso, em 02 de fevereiro de 2016.

Registre-se,

Publique-se e

Cumpra-se.

FAUSTO AQUINO DE AZAMBUJA FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

ADMINISTRAÇÃO/SECRETARIA
LEI Nº. 912/2016

DATA: 23/02/2016

SÚMULA: ALTERA O NOME DA RUA JURUÁ, NESTE MUNICÍPIO, PARA RUA AVELINO BERTOLUSSI.

A Câmara Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário aprovou e Senhor **ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE**, no uso das atribuições de seu cargo, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º. – Passa a denominar-se Rua Avelino Bertolussi a Rua Juruá, neste município de Marcelândia, Estado de Mato Grosso.

Art.2° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal, em Marcelândia – MT, 23 de fevereiro de 2016.

_____

Arnóbio Vieira de Andrade

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRET0 Nº 2.961/2016

DECRETO Nº 2.961 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a convocação da 6ª Conferência das cidades do Município de Mirassol D´Oeste, e dá outras providencias".

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE MIRASSOL D´OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em obediência ao que disciplina a Legislação,

Considerando a importância de se propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município e os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política e o Desenvolvimento Urbano;

Considerando a necessidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;

Considerando a necessidade de propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade, estimulando a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município;

Considerando, ainda, que a realização da Conferência da Cidade de MIRASSOL D´OESTE é fator indispensável para a participação do Município na 6ª Conferência Estadual das Cidades, a realizar-se em Cuiabá, no período de 01 de novembro de 2016 a 31 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica convocada a 6ª Conferência da Cidade de MIRASSOL D´OESTE a realizar-se nos dias 05 e 06 de abril do corrente ano, No Plenário das Deliberações da Câmara Municipal de Mirassol D´Oeste, sendo dia 05 de abril das 19 às 21 Horas e dia 06 de abril das 08 às 11 Horas e das 13 às 17 Horas, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º A 6ª Conferencia da Cidade de MIRASSOL D´OESTE desenvolverá seus trabalhos a partir da temática Nacional "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e; como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 3º A 6ª Conferência da Cidade de MIRASSOL D´OESTE será presidida pelo presidente do Conselho da Cidade de Mirassol D´Oeste.

Art. 4º Caberá ao Gabinete do Prefeito a constituição e instalação da Comissão Organizadora, que terá as seguintes atribuições:

I - definir pauta e temário da 6ª Conferência das Cidades do Estado de Mato Grosso, contemplando as questões municipais, além do temário nacional;

II – promover a realização da Conferência Municipal;

III - definir critérios para a eleição dos delegados da Conferência Municipal, respeitando as diretrizes e definições do Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades;

IV - examinar e proferir decisão sobre os recursos encaminhados pelas entidades participantes da Conferencia;

V - decidir casos omissos ou conflitantes.

Art. 5º A Comissão Organizadora de que trata o artigo 4º deste Decreto deverá contemplar representantes dos seguintes segmentos da sociedade:

I - gestores, administradores públicos e membros dos legislativos estadual e municipais;

II - movimentos sociais e populares;

III - trabalhadores, através de suas entidades sindicais;

IV - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos de classes;

V - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

VI - organizações não-governamentais com atuação no desenvolvimento urbano.

Art. 6º A Comissão Organizadora elaborará o Regimento da 6ª Conferência que será aprovado pelo Conselho da Cidade e homologado por decreto do executivo.

Artigo 7º - Fica designada a data de 10 de março do corrente ano às 08 (oito) horas nas dependências da sede do CDL de Mirassol D´Oeste para Reunião do Conselho da Cidade, com a seguinte pauta:

a) Composição da Comissão Organizadora; b) Apresentação de previa de Regimento Interno; c) Definição das ações micro e macro da Comissão Organizadora; d) Outros assuntos pertinentes à matéria.

Artigo 8º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Municipio de Mirassol D´Oeste, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho aos 19 dias do mês de fevereiro do ano de 2016.

Elias Mendes Leal Filho

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 064/2016

PORTARIA Nº 064 DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

NOMEIA ENGENHEIRO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DE OBRAS QUE ESPECIFICA.

ELIAS MENDES LEAL FILHO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições;

R E S O L V E

Artigo 1º - Nomear **ENGENHEIRO** para responder pela execução das obras de construção de galerias de águas pluviais no bairro Cidade Tamandaré, em regime de execução direta, a saber:

KLEYTON ANTONIO BESSA - Engenheiro Civil CREA 17315/AP-GO

RG: 4234741 DGPC-GO CPF: 001.335.171-01

End: Rua Bento Alexandre dos Santos s/nº - Centro – Mirassol D´Oeste-MT

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 15 de fevereiro de 2016.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA Nº 065/2016

PORTARIA Nº 065 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

NOMEIA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições; e em especial atendendo ao disposto na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, resolve baixar a seguinte,

P O R T A R I A

Art. 1º- Ficam nomeados os servidores **CÉLIA REGINA DE MATTOS PRADO,** Agente Administrativo, Matrícula nº 000006; **JUSCELINO DA SILVA ALMEIDA,** Escriturário, Matrícula/Registro nº 000041; e, **MARA APARECIDA AMARANTE,** Auxiliar Administrativo, Matrícula nº 000995, para, sob a presidência da primeira, comporem a **COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO – CPL**, da Prefeitura do Município de Mirassol D'Oeste/MT.

Art. 2º- Ficam nomeados como suplentes os servidores **HAROLDO GUSTAVO GREVE,** Auxiliar de Tributação*,* Matrículanº000576**, CLEUZA NUNES** Auxiliar Administrativo, Matrícula nº 000111; e, **RODRIGO DONIZETE TERRADAS,** Auxiliar Administrativo**,** Matrículanº000993.

Art. 3º- Compete à Comissão Permanente de Licitação – CPL praticar todos os atos previstos na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, bem como nas demais legislações pertinentes buscando:

I - Planejar, em conjunto com os demais órgãos e entidades da Administração Municipal, a dinâmica anual de contratações demandadas;

II - Utilizar, preferencialmente, o sistema de registro de preços nas contratações mais comuns da Administração Municipal;

III - Processar a fase externa das licitações, submetendo os respectivos julgamentos à homologação e adjudicação do titular do órgão ou entidade promotor do certame;

IV - Aprovar, após verificação de preços de mercado, as dispensas de licitação demandadas pela Administração Direta, quando enquadradas nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993;

V - Disciplinar tecnicamente as licitações em sua fase interna, a ser levada a cabo pelos órgãos e entidades de origem;

VI - Reduzir os valores previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666 de 21 de julho de 1993, assim como exercer as opções facultadas pelo art. 23, § 4º do mencionado diploma legal;

VII - Definir, com base na estratégia de contratações da Prefeitura do Município de Mirassol D´Oeste, entre a utilização de procedimentos convencionais de licitação, pregão eletrônico ou pregão convencional, quando admitidos pelas normas gerais de licitações e contratos;

VIII - Emitir parecer prévio acerca dos convênios ou outros atos negociais análogos, em que seja previsto repasse de verbas da Administração Direta ou Indireta Municipal, assim como nas dispensas e inexigibilidades de licitação, submetendo os respectivos processos à homologação do titular do órgão ou entidade adquirente;

IX - Aprimorar e dinamizar os procedimentos de licitação e contratações diretas do município, inclusive editando as normas necessárias a tanto;

X- Constituir o Registro de Preços e organizar instrumentos como o Cadastro Padronizado de Objetos, Tabela de Acompanhamento de Preços de Mercado e outros, para facilitar os procedimentos das contratações da Administração Municipal;

XI - Garantir a compatibilidade com o valor de mercado das contratações da Administração Direta e Indireta, sejam elas precedidas ou não de licitação;

XII - Controlar e manter atualizado os contratos do Sistema de Registro de Preços;

XIII - Organizar e manter atualizado o Cadastro Geral de Licitantes do Município;

XIV - Diligenciar para que seus atos, registros, cadastros e bancos de dados tenham a publicação necessária e a mais ampla divulgação, inclusive através da sua disponibilização na página do Município na rede mundial de computadores; e

XV - Comunicar ao Chefe do Poder Executivo, e à Procuradoria Geral do Município, todos os indícios de possíveis ilícitos criminais que chegarem ao seu conhecimento, constituindo grave infração funcional a omissão ou o retardo nesta providência.

Art. 4º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Edifício da Prefeitura do Município de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Gabinete do Prefeito, Paço Municipal “Miguel Botelho de Carvalho”, em 16 de fevereiro de 2016.

ELIAS MENDES LEAL FILHO

Prefeito

HOSPITAL SAMUEL GREVE
H O M O L O G A Ç Ã O

H O M O L O G A Ç Ã O

Mirassol D'Oeste, 18 de Fevereiro de 2016

Licitação: **02/16 PREGÃO PRESENCIAL 01**

Aberta em 05/02/2016

Resumo do Objeto:

O objeto deste Pregão é o REGISTRO DE PREÇO, do tipo menor preço por ITEM, visando à FUTURA E EVENTUAL COMPRA DE MEDICAMENTOS, para o período de 12 (doze) meses para a Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos.

Comunicamos a V.Sra que resultante da análise das propostas apresentadas a licitação acima especificada, a Comissão Permanente de Licitações desta Fundação Municipal adjudicou e a Excelentíssima Senhora Presidente desta Fundação Municipal homologou em favor destas empresas, **D.R MALAGUTTI PRESUTTO & CIA LTDA - ME INSCRITA NO CNPJ 12.067.462/0001-05,** parte do objeto da licitação, no valor de R$ 355.455,00 (Trezentos e Cinquenta e Cinco Mil Quatrocentos e Cinquenta e Cinco Reais),conforme Relação em Anexo.

Sem mais para o momento, firmamos atenciosamente.

_____

Luzia Cristina de Freitas

Diretora Presidente

ANEXO I

26868 - D.R MALAGUTTI PRESUTTO & CIA LTDA - ME						
Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
7	003.001.056	FIO CATGUT SIMPLES 0 AGULHA 3 (SHALLON)	CX	60	125,00	7.500,00
8	003.002.024	FIO CATGUT SIMPLES 1 AGULHA 4	CX	60	132,00	7.920,00
12	003.001.205	GARROTE (FREE AZUL TIRAS)	UN	100	10,90	1.090,00
14	001.034.009	NIMESULIDA 100MG COMP	UN	3.000	0,56	1.680,00
16	001.049.012	SORO FISIOLOGICO 0,9% 100ML	UN	10.000	2,79	27.900,00
17	001.049.011	SORO FISIOLOGICO 0,9% 500ML	UN	20.000	4,15	83.000,00
18	001.049.013	SORO FISIOLOGICO 250ML	UN	40.000	3,27	130.800,00
19	001.049.017	SORO GLICOFISIOLOGICO 500ML	UN	1.500	4,59	6.885,00
20	001.049.014	SORO GLICOSADO 250ML	UN	18.000	3,70	66.600,00
21	001.049.015	SORO GLICOSADO 500ML	UN	4.000	4,35	17.400,00
22	001.049.018	SORO RINGER LACTATO 500ML	UN	1.000	4,68	4.680,00

Valor Total Geral: Valor Total da Licitação:

355.455,00

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
DECRETO Nº 2.960/2016

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE
Rua Antônio Tavares, 3310 Centro CEP 78.280.000 FONES: (65) 3241.1914 / 1915 / 2027 - FAX: (65) 3241.3591 www.mirassoldoeste.mt.gov.br e-mail: pmmd@mirassoldoeste.mt.gov.br

DECRETO Nº 2.960 DE 19 DE FEVEREIRO DE 2016

"DEFINE TABELA PARA COBRANÇA DE TAXA DE FISCALIZAÇÃO RELATIVA À LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS NO MUNICIPIO DE MIRASSOL D´OESTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D´OESTE, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que são conferidas pela Lei Orgânica;

Considerando a suspensão da aplicação dos itens 3 e 4 do anexo II, de que trata o inciso I, do art. 132 da Lei Complementar 134 de 26 de dezembro de 2013, em sede de Liminar proferida na ADIM nº 74699/2014;

Considerando a existência de normatização anterior que autoriza o exercício do Poder de Policia, mormente a lei nº 046 de 19 de dezembro de 2005;

Considerando a necessidade de se evitar prejuízos ao erário do município, bem como, proporcionar condições para o exercício do poder de policia no que concerne à expedição de alvarás de localização e funcionamento;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica a Secretaria Municipal de Fazenda, através dos setores competentes, nos termos da Liminar constante da ADIM nº 74699/2014, autorizados a efetuarem o lançamento das taxas de Fiscalização relativas à localização e funcionamento de estabelecimentos, conforme tabela definida no itens 3 e 4 do ANEXO II da Lei Complementar 046/2005.

Art. 2º - Os incisos 3 e 4 do anexo II da Lei Complementar 046/2005, passa a fazer parte deste decreto como Anexo I.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Mirassol D´Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal Miguel Botelho de Carvalho em 19 de fevereiro de 2016.

Elias Mendes Leal Filho
Prefeito

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE
Rua Antônio Tavares, 3310 Centro CEP 78.280.000 FONES: (65) 3241.1914 / 1915 / 2027 - FAX: (65) 3241.3591 www.mirassoldoeste.mt.gov.br e-mail: pmmd@mirassoldoeste.mt.gov.br

ANEXO I – Decreto nº 2.960/2016

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO RELATIVA À LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS DE COMERCIO VAREJISTA E DE PRESTADORES DE SERVIÇO

ORD	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	QUANTIDADE EM UFM OU % AO ANO
3	- COMÉRCIO VAREJISTA :	
3.1	- De produtos alimentícios:	
3.1.1	- supermercados, por m²	2,17%
3.2	- Armazéns, mercadinho:	
3.2.1	- Mercearias e empórios, por m²	1,97%
3.3	- Casas de carne e peixaria, por m²	1,97%
3.4	- Confeitarias, docerias e padarias, por m²	1,97%
3.5	- Bares, botequinhos e cantinas, por m²	1,47%
3.6	- Restaurantes, pizzarias, churrascarias e lanchonetes, por m²	2,17%
3.7	- Outros não especificados nos itens anteriores, por m²	1,97%
3.8	- Do vestuário, objetos e artigos para usos diversos:	
3.8.1	- Tecidos, confecções, calçados e aviamentos, por m²	2,46%
3.8.2	- Boutique, por m²	2,90%
3.8.3	- Bijouteria e demais artigos de fantasias, por m²	1,97%
3.8.4	- Relojoaria, joalheria e artigos de óticas, por m²	2,90%
3.8.5	- Artigos de armarinhos, bazar e miudezas em geral, inclusive artigos religiosos, por m2	2,46%
3.9	- Outros não especificados nos itens anteriores, por m²	2,46%
3.10	- Do mobiliário, aparelho eletrodoméstico e suas peças e acessórios, por m²	2,46%
3.11	- De equipamentos e máquinas para o comércio, industrias e prestação de serviços, por m2	2,46%
3.12	- De produtos químico, farmacêuticos e medicinais, por m²	2,46%
3.13	- De artigos para recreação e desportos:	
3.13.1	- Brinquedos e artigos recreativo, por m²	2,46%
3.13.2	- Armas, munições, artigos para caça e pesca em geral, por m²	2,90%
3.13.3	- Discos e fitas, por m²	2,46%
3.13.4	- Projetos de imagens, aparelhos e objetos cinematográficos e instrumentos musicais, inclusive peças e acessórios, por m²	2,90%
3.3.5	- Outros não especificados nos itens anteriores, por m²	2,46%
3.14	- De materiais para construções:	
3.14.1	- Materiais para construção em geral, por m²	2,46%
3.14.2	- Madeira e artefatos de madeira para construção	3,71-UFM
3.14.3	- Vidros em geral, por m²	2,90%
3.14.4	- Produtos químicos para pinturas: tintas, vernizes impermeabilizantes, solventes ou secantes e assemelhados, por m²	2,90%
3.14.5	- Cimento, cal e assemelhados, por m²	2,46%
3.14.6	- Artefatos de cimento e amianto	3,71-UFM
3.14.7	- Telhas, tijolos ou outros artigos de barro cozido, inclusive cerâmico	3,71-UFM
3.14.8	- Aço e ferro para construção, por m²	2,46%
3.14.9	- Outros não especificados nos itens anteriores, por m²	2,46%
3.15	- De veículos, implementos, peças e acessórios:	
3.15.1	- Automóveis novos, inclusive peças e acessórios, por m²	2,90%
3.15.2	- Automóveis usados, por m²	2,46%
3.15.3	- Peças, acessórios, equipamentos e materiais elétricos para veículos, por m²	3,15%
3.15.4	- Biciclos motorizados ou não, inclusive suas peças e acessórios, por m²	2,46%
3.15.5	- Pneumáticos e câmara de ar, por m²	2,90%
3.15.6	- Tratores e implementos agrícolas	11,30-UFM
3.15.7	- Combustível e lubrificantes	11,30-UFM
3.15.8	- Peças e acessórios para tratores e implementos agrícolas, por m²	2,90%
3.15.9	- Peças usadas para veículos em geral	2,97-UFM
3.15.10	- Demais não especificados nos itens anteriores, por m²	2,46%
3.16	- De produtos para lavoura e pecuárias:	

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE
Rua Antônio Tavares, 3310 Centro CEP 78.280.000 FONES: (65) 3241.1914 / 1915 / 2027 - FAX: (65) 3241.3591 www.mirassoldoeste.mt.gov.br e-mail: pmmd@mirassoldoeste.mt.gov.br

3.16.1	- Produtos agropecuários em geral, por m²	3,68%
3.16.2	- Vacina e produtos veterinários, por m²	3,68%
3.16.3	- Sacaria em geral, por m²	1,97%
3.16.4	- Sementes em geral, por m²	2,46%
3.16.5	- Arames lisos e farpados, por m²	2,90%
3.16.6	- Selarias e artefatos de couro e peles, por m²	2,46%
3.16.7	- Demais não especificados nos itens anteriores, por m²	2,46%
3.17	- De artigos de livraria, papelaria e produtos de arte gráfica, por m²	2,46%
3.18	- De produtos diversos:	
3.18.1	- Tabacaria, por m²	2,90%
3.18.2	- Carvão vegetal, por m²	2,76%
3.18.3	- Gás liquefeito de petróleo, recipientes e similares	8,40-UFM
3,18.4	- Deposito fechado de empresa:	
3.18.4.1	- Até 50m²	1,23-UFM
3.18.4.2	- De 51 a 100m²	2,46-UFM
3.18.4.3	- De 101 a 200m²	3,69-UFM
3.18.4.4	- Acima de 200m²	7,38-UFM
3.19	- Demais não especificados nos itens anteriores, por m²	2,46%
3.20	- Lotérica	2,04-UFM
3.21	- Pesque e Pague	3-UFM
3.22	- Demais varejistas não especificados nos itens anteriores, por porte:	
3.22.1	- Pequeno de 1 a 100m²	2-UFM
3.22.2	- Médio de 101 a 300m²	4-UFM
3.22.3	- Grande de 301m² acima	6-UFM
4	- PRESTADORES DE SERVIÇOS:	
4.1	- Hotéis, motéis, pensões e similares:	
4.1.1	- Por quarto:	
4.1.1.1	- Até 10	2-UFM
4.1.1.2	- De 11 a 20	2,5-UFM
4.1.1.3	. A acima de 20	3,5-UFM
4.1.2	. Por apartamento	0,5-UFM
4.2	- Instituição Financeira de Crédito e Seguros em geral:	
4.2.1	- Financiamento e/ou investimento, cooperativa de crédito e/ou serviços	20-UFM
4.2.2	- Posto avançados de bancos e assemelhados	15-UFM
4.2.3	- Factoring e assemelhados	10-UFM
4.2.4	- Seguros e capitalização	10-UFM
4.3	- Estúdio fotográfico, Atelier de pintura, desenho e assemelhados	1,5-UFM
4.4	- Fotografo e assemelhado (rudimentar)	1-UFM
4.5	- Academia de ginásticas, karatê, judô e assemelhado, por porte:	
4.5.1	- Pequeno de 01 a 100m²	1,31-UFM
4.5.2	- Médio de 101 a 250m²	2-UFM
4.5.3	- Grande de 251m² acima	2,46-UFM
4.6	- Barbearia e salão de beleza, por nº de cadeira	1-UFM
4.7	- Laboratório de análise clinica	2,47-UFM
4.8	- Clinica em Geral:	
4.8.1	- Veterinária	2,7-UFM
4.8.2	- Odontológico	3-UFM
4.8.3	- Fisioterapia e assemelhados	2,2-UFM
4.8.4	- Médica em geral	3-UFM
4.9	- Estabelecimentos Hospitalares:	
4.9.1	- até 25 leitos	7-UFM
4.9.2	- de 26 leitos acima	11-UFM
4.10	- Consultórios em Geral:	
4.10.1	- Odontológico e assemelhados	2,5-UFM
4.10.2	- Prótese Dentária em geral	2,5-UFM
4.10.3	- Médicos em geral	2,5-UFM
4.10.4	- Veterinário	2,5-UFM
4.10.5	- Demais consultórios não especificados nos itens anteriores	2,5-UFM

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE
Rua Antônio Tavares, 3310 Centro CEP 78.280.000 FONES: (65) 3241.1914 / 1915 / 2027 - FAX: (65) 3241.3591 www.mirassoldoeste.mt.gov.br e-mail: pmmd@mirassoldoeste.mt.gov.br

4.11	- Escritório em Geral:	
4.11.1	- Advocacia em geral	2,5-UFM
4.11.2	- Contabilidade em geral	2,5-UFM
4.11.3	- Engenharia de construção residência e comercial em geral	2,5-UFM
4.11.4	- Engenharia Elétrica de alta tensão, rural e assemelhado	2,5-UFM
4.11.5	- Engenharia elétrica urbana	2,5-UFM
4.11.6	- Consultoria, planejamento e assessoria em geral	3-UFM
4.11.7	- Turismo e agenciamento de viagem	4-UFM
4.11.8	- Despachantes e assemelhados	2,5-UFM
4.11.9	- Imobiliária em geral	2,5-UFM
4.11.10	- Distribuição de guias, leitura, corte de energia elétrica e assemelhada	3-UFM
4.11.11	- Distribuição de guias, leitura corte de água potável e assemelhado	3-UFM
4.11.12	- Representante comerciais, corretores, agentes e prepostos em geral	2,5-UFM
4.11.13	- Demais escritório não especificado nos itens anteriores	2,5-UFM
4.12	- Locadora de objeto de transmissão de imagem para de vídeo, DVD e vídeo	2,5-UFM
4.13	- Locadora de livros e objetos cultural	0,5-UFM
4.14	- Locadora de Software e assemelhado de informática	2-UFM
4.15	-Cartório em geral	4-UFM
4.16	- Funerária	2-UFM
4.17	- Empreiteira e Incorporadora	2,5-UFM
4.18	- Conservação, Limpeza e Segurança	2,5-UFM
4.19	- Clube recreativo (esporte, piscina, sauna e assemelhados)	2-UFM
4.20	- Guarda, tratamento e adestramento	2-UFM
4.21	- Paisagismo e decoração	3-UFM
4.22	- Zincografia, litografia e assemelhados	2-UFM
4.23	- Comunicação em geral:-	
4.23.1	- Serviços de telecomunicação	3-UFM
4.23.2	- Agência de Correio e Telegrafo	3-UFM
4.23.3	- Publicidade em geral (sonorização)	3-UFM
4.23.4	- Publicidade automotiva	3-UFM
4.23.5	- Estação de rádio(transmissão)	3-UFM
4.23.6	- Estação de televisão(transmissão)	4-UFM
4.23.7	- Telemensagem	2-UFM
4.23.8	- Jornal e revista	3-UFM
4.23.9	- Distribuição de jornal e revistas	1,5-UFM
4.23.10	- Sub-estação de energia elétrica	3-UFM
4.23.11	- Torre de recepção e transmissão de TV	3-UFM
4.23.12	- Torre de recepção e transmissão de telefonia fixa e móvel	3-UFM
4.23.13	- Torre de rádio difusão	3-UFM
4.23.14	- Demais meio de comunicação, não especificada nos itens anteriores	2-UFM
4.24	- Oficina de reparo, manutenção e conservação em geral:	
4.24.1	- Até 20m²	0,74-UFM
4.24.2	- De 21 a 75m²	1,23-UFM
4.24.3	- De 76 a 150m²	2,46-UFM
4.24.4	- De 151m² acima	3,69-UFM
4.25	- Torno e solda	2,47-UFM
4.26	- Lava-jato e outros serviços para automotores	2,5-UFM
4.27	- Sapateiro, bolsa, sandália, bola e assemelhados	1-UFM
4.28	- Costureiro (a), alfaiataria, tinturaria e assemelhados	1-UFM
4.29	- Lavanderia e assemelhados	2-UFM
4.30	- Instalador, eletricista, encanador	1-UFM
4.31	- Recuperadora de pneus	4-UFM
4.32	- Radiadores	1,5-UFM
4.33	- Relógio, jóia	1,23-UFM
4.34	- Demais atividades não incluídas nos itens anteriores	1-UFM
4.35	- Estabelecimento de ensino ou curso em geral, por sala:	1-UFM
4.35.1	- Ensino de informática	0,9-UFM
4.35.2	- Ensino de corte e costura, e artesanato	1,5-UFM

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D'OESTE
Rua Antônio Tavares, 3310 Centro CEP 78.280.000 FONES: (65) 3241.1914 / 1915 / 2027 - FAX: (65) 3241.3591 www.mirassoldoeste.mt.gov.br e-mail: pmmd@mirassoldoeste.mt.gov.br

4.35.3	- Particular de ensino de 1º e 2º grau.....	2-UFM
4.35.4	- Particular de ensino superior.....	1-UFM
4.35.5	- Demais estabelecimentos, não constantes nos itens anteriores.....	6-UFM
4.36	- Diversões públicas:	
4.36.1	- Restaurantes dançantes, boates e similares	3-UFM
4.36.2	- Bilhares e quaisquer outros jogos, por mesa	1-UFM
4.36.3	- Boliches, por pista	1-UFM
4.36.4	- Exposições, feiras de amostras e quermesses , por dia.....	1-UFM
4.36.5	- Circo, por dia	1-UFM
4.36.6	- Parque de diversões, rodeio e assemelhados, por dia.....	1-UFM
4.36.7	- Quaisquer outros espetáculos ou diversões, por dia	5-UFM
4.37	- Transporte rodoviário de passageiro:	
4.37.1	- Ônibus.....	5-UFM
4.37.2	- Vans, Kombi e/ou similar.....	6-UFM
4.38	- Transporte rodoviário de carga:	
4.38.1	– Caminhão (porte igual F-4000 à acima)	4-UFM
4.38.2	– Caminhonete (porte F-1000, pampa e assemelhado)	4-UFM
4.39	- Transporte urbano de passageiros:	
4.39.1	- Ônibus	2-UFM
4.39.2	- Vans, Kombi e/ou similar.....	2,5-UFM
4.39.3	- Táxi (carro de passeio)	2,5-UFM
4.40	- Transporte Urbano de Carga:	
4.40.1	– Caminhão (porte igual F-4000 à acima)	1,5-UFM
4.40.2	– Caminhonete (porte F-1000, pampa e assemelhado)	1,23-UFM
4.41	- Outros serviços não especificados nos itens anteriores.....	1,00-UFM
4.42	- Demais atividades não especificadas nos itens anteriores dessa tabela.....	
	FICA ESTABELECIDO O MÍNIMO DE 0,5 (MEIA) UFM E O MÁXIMO DE 20 (VINTE) UFM PARA COBRANÇA DA TAXA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS CONSTANTES DESTA LISTA.	

HOSPITAL SAMUEL GREVE
A D J U D I C A Ç Ã O

Mirassol D'Oeste, 18 de Fevereiro de 2016

Licitação: **02/16 PREGÃO PRESENCIAL 01**

Aberta em 05/02/2016

Resumo do Objeto:

O objeto deste Pregão é o REGISTRO DE PREÇO, do tipo menor preço por ITEM, visando à FUTURA E EVENTUAL COMPRA DE MEDICAMENTOS, para o período de 12 (doze) meses para a Fundação Municipal de Saúde Prefeito Samuel Greve, conforme especificações e condições constantes no edital e seus anexos.

Resultante da análise e classificação das propostas apresentadas a licitação acima especificada, a Comissão Permanente de Licitação desta Fundação Municipal resolve adjudicar aos proponentes, **D.R MALAGUTTI PRESUTTO & CIA LTDA - ME INSCRITA NO CNPJ 12.067.462/0001-05,** parte do objeto da licitação, no valor de R$ 355.455,00 (Trezentos e Cinquenta e Cinco Mil Quatrocentos e Cinquenta e Cinco Reais), conforme Relação em Anexo.

A D J U D I C A Ç Ã O

Comissão Permanente de Licitações,

ANEXO I

26868 - D.R MALAGUTTI PRESUTTO & CIA LTDA - ME						
Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
7	003.001.056	FIO CATGUT SIMPLES 0 AGULHA 3 (SHALLON)	CX	60	125,00	7.500,00
8	003.002.024	FIO CATGUT SIMPLES 1 AGULHA 4	CX	60	132,00	7.920,00
12	003.001.205	GARROTE (FREE AZUL TIRAS)	UN	100	10,90	1.090,00
14	001.034.009	NIMESULIDA 100MG COMP	UN	3.000	0,56	1.680,00
16	001.049.012	SORO FISIOLOGICO 0,9% 100ML	UN	10.000	2,79	27.900,00
17	001.049.011	SORO FISIOLOGICO 0,9% 500ML	UN	20.000	4,15	83.000,00
18	001.049.013	SORO FISIOLOGICO 250ML	UN	40.000	3,27	130.800,00
19	001.049.017	SORO GLICOFISIOLOGICO 500ML	UN	1.500	4,59	6.885,00
20	001.049.014	SORO GLICOSADO 250ML	UN	18.000	3,70	66.600,00
21	001.049.015	SORO GLICOSADO 500ML	UN	4.000	4,35	17.400,00
22	001.049.018	SORO RINGER LACTATO 500ML	UN	1.000	4,68	4.680,00

Valor Total Geral: Valor Total da Licitação:

355.455,00

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO TEMPORÁRIO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR PRAZO DETERMINADO Nº 036/2015

PRIMEIRO TERMO ADITIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE e ***CÁSSIA LOSANGELA DA SILVA PINTO DUTRA*****,** com permissivo constitucional (artigo 37, inciso X) e a teor do disposto na LC n. 008/1998, LC nº 087/2009 e alterações e Lei autorizativa nº 1266 de 11 de novembro de 2014.

Pelo presente instrumento, considerando que há candidato remanescente de concurso, o Município de Mirassol D'Oeste - MT, representado pelo Prefeito Municipal Sr. **ELIAS LEAL MENDES FILHO**, portador do RG 04979486 SEJSP/MT e CPF 354.096.061.91, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra. ***CASSIA LOSANGELA DA SILVA PINTO DUTRA*****,** brasileira, casada, residente e domiciliada nesta Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 1348124-0 SESP/MT e CPF 903.907.171-34, resolvem celebrar o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado nº 036/2015, contratada para o cargo de **PROFESSORA DA ÁREA DE PEDAGOGIA/NORMAL SUPERIOR*,*** considerando a necessidade da continuidade da Prestação de Serviços para atender as necessidades do município, de acordo com atribuição de aula realizada em exercício 2016 e conforme condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: **Do Objeto**

O presente termo aditivo tem por objeto prorrogar o prazo de que trata a cláusula Sexta do Contrato temporário de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado, firmado em 23 de fevereiro de 2015.

CLÁUSULA SEGUNDA: Da Prorrogação

Fica prorrogado até ***20/12/2016*** o prazo de que trata a cláusula sexta do contrato nº 036/2015.

CLÁUSULA TERCEIRA: Da Ratificação

Continuam em pleno vigor, as demais cláusulas e condições do Contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Prazo Determinado que não conflitarem com o presente instrumento.

E por estarem ambas as partes de pleno acordo, assinam o presente, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença de duas (02) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 29 de janeiro de 2016

ELIAS MENDES LEAL FILHO MARLI ANDROMEDE FERREIRA

Prefeito Municipal Sec. de Educação e Cultura

CÁSSIA LOSANGELA DA SILVA PINTO DUTRA

Contratada

Testemunhas:

Alcilena C. Queiroz Botelho RODRIGO DONIZETE TERRADAS

RG: 375911 SSP/MT RG: 1982516-1 SSP/MT

CPF 303.820.681-49 CPF: 024.713.901-70

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

RH
DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 99/2015, FIRMADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES E O/A Sr.(A) JOSE ROBERTO DIAS DE OLIVEIRA.

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES - MT**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 03.424.272/0001-07, com sede à Rua J, s/nº, Jardim Paraná, nesta cidade de Nobres, neste ato representado pelo Sr **SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA**, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado nesta cidade de Nobres - MT, portador da Cédula de Identidade n.º 0429671-0 SSP-MT e CPF n.º 318.480.011-34, denominado simplesmente **CONTRATANTE** e o/a Sr.(a) **JOSE ROBERTO DIAS DE OLIVEIRA**, brasileiro(a), portador(a) do RG n° **938.686 SSP/MT**, e do CPF n° **280.273.371-00**, doravante denominado de CONTRATADO.

Nesta data, entre as partes contratantes acima qualificadas, ficou ajustado o aditamento ao contrato firmado entre as partes acima qualificadas em **10/02/2015**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - PRAZO E VALIDADE

1.1 – Fica estabelecido a prorrogação do prazo do contrato original por mais 12 (Doze) meses, valido a partir do dia **01/01/2016 a 31/12/2016.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

2.1 – As demais Clausulas do Contrato original permanecem inalteradas

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FORO

3.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Nobres, para dirimir as dúvidas que por ventura surgirem em decorrência deste aditamento, excluindo-se qualquer outro por mais privilegiado que seja.

3.2 - E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitarem as disposições estabelecidas neste Instrumento, e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual valor e teor e para todos os efeitos legais, na presença de 2 (duas) testemunhas idôneas e civilmente capazes.

Nobres - MT, 30 de dezembro de 2015.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA JOSE ROBERTO DIAS DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal Contratado

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____ Assinatura: _____

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N.º 044/2016

PORTARIA Nº. 044/2016

"Concede Licença sem remuneração por motivospessoais, a Srª. ***MARIA MADALENA XAVIER DA CONCEIÇÃO****".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **Sebastião Gilmar Luiz da Silva**, no uso das atribuições legais lhe conferida pela Lei, **RESOLVE:**

Art. 1º. Conceder licença sem remuneração por motivos pessoais a Srª. ***MARIA MADALENA XAVIER DA CONCEIÇÃO***, portadora do RG nº. 1339726-5 SSP/MT, e inscrita no CPF nº. 948.363.291-91, servidora efetiva no Cargo de Ajudante de Serviços Gerais, com Termo de Posse nº. 207/2011, lotada na Secretaria Municipal de Infra Estrutura, de acordo com o Art. 88 da Lei nº. 992/2006 de 20 de abril de 2006 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais), por período de 02 (dois) anos a partir de 01 de março de 2016 a 01 de março de 2018.

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em Nobres/MT, 22 de fevereiro de 2015.

Sebastião Gilmar Luiz da Silva **Prefeito Municipal de Nobres**

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 016/2016

DECRETO Nº. 016/2016

"Dispõe sobre a Revogação do Decreto nº. 010/2016 sobre o reajuste na tarifa básica de água potável*".*

O Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, Sr. **SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA**, no uso das atribuições lhe conferida por Lei, **DECRETA:**

Art. 1º. - **Fica Revogado o Decreto nº. 010/2016, de 02 de fevereiro de 2016**, onde autorizava o reajuste de **18,58%** (dezoito vírgula cinquenta e oito por cento), na tarifa básica de água potável, sobre os valores praticados atualmente, conforme tabela em anexo.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário,

Gabinete do Prefeito Municipal de Nobres/MT, em 23 de fevereiro de 2016.

Sebastião Gilmar Luiz da Silva

Prefeito Municipal de Nobres

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 015/2016

DECRETO Nº 015/2016 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016

"DISPÕE SOBRE A CONVOCAÇÃO DA 6ª CONFERÊNCIA DAS CIDADES DO MUNICÍPIO DE NOBRES/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

O Exmo. Senhor Prefeito Municipal de Nobres, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, e em obediência ao que disciplina a Legislação,

Considerando a importância de se propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município e os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política e o Desenvolvimento Urbano;

Considerando a necessidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;

Considerando a necessidade de propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade, estimulando a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município;

Considerando, ainda, que a realização da Conferência da Cidade de Nobres/MT é fator indispensável para a participação do Município na 6ª Conferência Estadual das Cidades, a realizar-se em Cuiabá/MT, no período de 01 de novembro de 2016 a 31 de março de 2017;

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 6ª Conferência da Cidade do Município de Nobres/MT a realizar-se no dia 29/06/2016, Local Clube da Melhor Idade, com inicio as 08:00 hs, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão.

Art. 2º - A 6ª Conferencia da Cidade do Município de Nobres/MT desenvolverá seus trabalhos a partir da temática Nacional "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e; como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 3º - A 6ª Conferência da Cidade do Município de Nobres/MT será presidida pelo Sr. Roberto Rogério da Silva Dias.

Art. 4º - Caberá à Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Gestão a constituição e instalação da Comissão Organizadora, que terá as seguintes atribuições:

I - definir pauta e temário da 6ª Conferência das Cidades do Estado de Mato Grosso, contemplando as questões municipais, além do temário nacional;

II – promover a realização da Conferência Municipal;

III - definir critérios para a eleição dos delegados da Conferência Municipal, respeitando as diretrizes e definições do Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades;

IV - examinar e proferir decisão sobre os recursos encaminhados pelas entidades participantes da Conferencia;

V - decidir casos omissos ou conflitantes.

Art. 5º - A Comissão Organizadora de que trata o artigo 4º deste Decreto deverá contemplar representantes dos seguintes segmentos da sociedade:

I - gestores, administradores públicos e membros dos legislativos estadual e municipais;

II - movimentos sociais e populares;

III - trabalhadores, através de suas entidades sindicais;

IV - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos de classes;

V - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

VI - organizações não-governamentais com atuação no desenvolvimento urbano.

Art. 6º - A Comissão Organizadora elaborará o Regimento da 6ª Conferência que será aprovado pela comissão preparatória

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura municipal de Nobres, em 22 de fevereiro de 2016.

SEBASTIÃO GILMAR LUIZ DA SILVA

Prefeito Municipal de Nobres

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE RESULTADO TOMADA DE PREÇO 001/2015

ATA TOMADA DE PREÇOS 001/2015

Ata de abertura e julgamento da Tomada de Preços nº 001/2015, referente ao Edital Publicado no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado (TCE-MT), no Jornal Oficial dos Municípios de Mato Grosso, no Site institucional do Município e Mural da Prefeitura. Aos dezenove de fevereiro de dois mil e dezesseis, às nove horas, na Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, sito à Av. Prefeito João Macaúba, nº 82, sala de Licitações, em Sessão Pública, realiza-se a Tomada de Preços, que tem por objeto a "contratação de empresa de engenharia/arquitetura especializada para realizar a reforma das pontes substituindo as peças necessárias conforme especificadas nos projetos de reforma e planilhas orçamentarias anexos desse edital". Constatada a presença de todos os Membros da Comissão que foi designada através da Portaria 554/2016, constatou-se que não compareceu nenhuma empresa interessada no objeto da presente licitação. A Comissão permanente de Licitação dentro de suas atribuições, declarou **DESERTA** a presente licitação. Encerra-se a presente sessão às nove horas e vinte e dois minutos do dia dezenove de fevereiro de dois mil e dezesseis. A presente decisão será divulgada nos órgãos oficiais de publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

ERRATA NA PORTARIA Nº 030-2016

ERRATA

Na portaria nº 030-2016 publicada no diário oficial da AMM do dia 17/02/2016, ano XI nº 2.416,

onde se lê: a partir de 01/02/2016.

Lê - se: a partir de 03/02/2016.

Nossa Senhora do Livramento, 23/02/2016.

Carlos Roberto da Costa

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016

Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 005/2016

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a licitação abaixo especificada:

PROCESSO Nº.:007/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 005/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS/MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, (CONVENIO FNDE – FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO/ PNAE – PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR), A SEREM ADQUIRIDOS DE FORMA PARCELADA -EXERCÍCIO DE 2016 -.

DATA DE ABERTURA/HORA: dia 09 (nove) de Março de 2016 às 8:00 horas.

LOCAL: Sala de Licitações, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro de Nova Bandeirantes/MT.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de Licitações - das 09:00 às 13:00 horas, de 2ª a 6ª feira, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62 – Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1950/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: licitacaonovabandeirantes2013@hotmail.com.br

Nova Bandeirantes/MT, 23 de fevereiro de 2016.

_____

Andressa Cristine Ferreira Moreira

Pregoeira Oficial (Decreto 103/2013)

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016

Aviso de Licitação – Pregão Presencial nº 004/2016

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, torna público que fará realizar a licitação abaixo especificada:

PROCESSO Nº.:006/2016

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 004/2016

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO:REGISTRO DE PREÇOS, PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS, (UTENSÍLIOS E MATERIAIS DE LIMPEZA; HIGIENE; COPA E COZINHA; E OUTROS) A SEREM ADQUIRIDOS DE FORMA PARCELADA - EXERCÍCIO DE 2016 -.

DATA DE ABERTURA/HORA: dia 08 (oito) de Março de 2016 às 8:00 horas.

LOCAL: Sala de Licitações, Avenida Comendador Luiz Meneghel nº 62 – Centro de Nova Bandeirantes/MT.

INFORMAÇÕES: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados noSetor de Licitações - das 09:00 às 13:00 horas, de 2ª a 6ª feira, sito na Avenida Comendador Luiz Meneghel, nº 62 – Centro – Nova Bandeirantes/MT– Tel.: 66-3572-1950/1968, ou através de solicitação pelo e-mail: licitacaonovabandeirantes2013@hotmail.com.br

Nova Bandeirantes/MT, 23 de Fevereiro de2016.

_____

Andressa Cristine Ferreira Moreira

Pregoeira Oficial (Decreto 103/2013)

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 601 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

LEI Nº 601/2016 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre o Piso Salarial aos Profissionais da Educação – Professor Magistério em conformidade com a Lei Federal nº 11.738/2008 e dá outras providências".

JAMAR DA SILVA LIMA, Prefeito do Município de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e nos termos da Lei Orgânica do Município.

Faço saber que a Câmara Municipal, pelos seus representantes, aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica concedido, a partir de 1º de janeiro de 2016, reajuste de **11,36% (onze vírgula trinta e seis por cento)** no salário base dos profissionais do magistério do Município, compreendidos os ocupantes de cargo de Professor.

Parágrafo único: O piso salarial será de R$. 1.334,77 (hum mil, trezentos e trinta e quatro reais, setenta e sete centavos), para uma jornada semanal de 25 (vinte e cinco) horas, para o Professor de Magistério, nível inicio de carreira.

Art. 2º. Esta Lei estará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de Janeiro de 2016 e revogando as disposições em contrário.

***Nova Brasilândia /MT**, 23 de Fevereiro de 2016.*

_____

JAMAR DA SILVA LIMA

Prefeito Municipal

SECRETARIA DO GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 012 - 2016 DISCIPLINA A APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA

Decreto nº 012, de 22 de fevereiro de 2016.

DISCIPLINA A APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA ESCRITA E DA SUSPENSÃO NO QUE COUBER, PELA CHEFIA IMEDIATA DO SERVIDOR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JAMAR DA SILVA LIMA, Prefeito do Município de Nova Brasilândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo nº 61, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, e nos artigos nºs. 168, Inciso I e II, 170 e 172, da Lei Complementar Municipal nº 324, de 27 de julho de 2007.

CONSIDERANDO a necessidade e conveniência do monitoramento e acompanhamento direto das chefias sobre seus subordinados;

CONSIDERANDO o caráter pedagógico que deve revestir os procedimentos correcionais adotados pelo Município;

CONSIDERANDO que a advertência escrita aplicada pela chefia imediata não resulta em prejuízo funcional, moral ou financeiro para o servidor, desde que não haja reincidência;

CONSIDERANDO que o interesse público deve ser preservado por meio de uma prestação de serviços eficiente e eficaz;

DECRETA:

Art. 1º Ensejará aplicação de Advertência escrita por parte da chefia imediata, o descumprimento dos deveres funcionais e quaisquer práticas das proibições estabelecidas nos artigos nºs. 152 e seus incisos, e 153 Incisos I ao XI, da Lei Complementar Municipal nº 324/2007 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º Antes da aplicação da advertência de que trata o caput deste artigo, o servidor receberá uma notificação por escrito, conforme Anexo I deste Decreto.

§1º Recebida a notificação de que trata o caput deste artigo, o servidor terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar justificativa que deverá ser por escrito.

§2º Caso a justificativa apresentada pelo servidor seja convincente, será aceita pela chefia imediata e esta deixará de aplicar a advertência.

§3º Esgotado o prazo de que trata o §1º deste artigo sem manifestação do servidor ou não sendo sua justificativa considerada convincente pela chefia imediata, a advertência poderá ser aplicada, conforme modelo constante no Anexo II deste Decreto.

§4º A chefia imediata deverá comunicar ao servidor, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após a apresentação de sua justificativa, da aplicação ou não da advertência.

§5º Caso o servidor se recuse a receber e assinar a notificação de que trata o caput deste artigo, a chefia imediata providenciará relatório, assinado por 2 (duas) testemunhas que tenham presenciado a recusa do servidor em ser notificado e encaminhará à Procuradoria Jurídica Municipal para as providências cabíveis.

§6º Não caberá recurso da advertência aplicada pela chefia imediata.

Art.3º Caso o servidor seja advertido por sua chefia imediata por mais de uma vez, independentemente do motivo, o fato poderá ser comunicado no prazo de 03 (três) dias úteis à Procuradoria Jurídica do Município, anexando-se à comunicação, as respectivas Advertências.

Art. 4º A suspensão será aplicada, conforme modelo constante no Anexo III deste Decreto, no caso de reincidência das faltas punidas com advertência e de violação das demais proibições contidas na da Lei Complementar nº 324/2007, que não tipifiquem infração sujeita a penalidade de demissão, não podendo exceder a 90 (noventa) dias.

§1º Quando a suspensão for por tempo superior a 30 (trinta) dias, será obrigatória a instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

§2º A suspensão poderá ser convertida em multa, na base de 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento, ficando o servidor obrigado a permanecer no serviço.

Art. 5º Na hipótese de ausência injustificada do servidor por um período superior a 30 (trinta) dias consecutivos, o fato será comunicado ao Departamento de Recursos Humanos, no prazo de 03 (três) dias úteis, visando à suspensão do pagamento do servidor.

Parágrafo único. Após a suspensão do pagamento, que deverá ocorrer no prazo de 03 (três) dias úteis, o Departamento de Recursos Humanos encaminhará a comunicação prevista no caput deste artigo à Procuradoria Jurídica Municipal, visando a instauração do procedimento correcional competente.

Art. 6º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Nova Brasilândia – MT, 22 de fevereiro de 2016.

JAMAR DA SILVA LIMA

Prefeito Municipal

Publique-se Registre-se Cumpra-se.

CLEBER PAIXÃO DE ANDRADE MASCARENHAS

Secretário Municipal de Administração, Cultura, Esportes e Lazer

FRANCISCA GONÇALVES

Secretária Municipal de Assistência social

NICOMEDES RODRIGUES DA COSTA

Secretário Municipal de Chefia de Gabinete

ROSE BONFIM LOPES

Secretária Municipal de Educação

JOAQUIM ANTONIO SODRÉ MASCARENHAS

Secretário Municipal de Saúde

JOSÉ MOREIRA VIEGAS

Secretário Municipal de Desenvolvimento Agrário e Meio Ambiente

JOSÉ FAUSTINO LOBO

Secretário Municipal de Economia e finanças

PAULO FERREIRA DE ALMEIDA

Secretário Municipal de Infraestrutura

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE

GABINETE
EXTRATO DO CONTRATO TERMO DE COOPERAÇÃO N° 003/2016

Prefeitura Municipal De Nova Canaã Do Norte-MT

Associação de Pais e Amigos de Nova Canaã Do Norte – MT

Objeto: O presente termo tem a finalidade de viabilizar e ratificar todos os dispositivos da lei municipal nº. 948/2013 que "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER AJUDA DE CUSTO PARA A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS – APAE DO MUNICÍPIO DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS", O auxilio da Prefeitura Municipal de Nova Canaã do Norte - MT será na importância total de até R$ 100.000,00 (Cem Mil Reais) anual, destinado a complementar as suas despesas de manutenção, divididos em 01 (Uma) parcela no valor de R$ 10.000,00 (Dez Mil Reais) e 10 (Dez) parcelas no valor R$ 9.000,00 (Nove Mil Reais) cada uma.

Data Da Assinatura: 22 de Fevereiro de 2016.

Vicente Gerotto de Medeiros

Prefeito Municipal

GABINETE
DECRETO Nº. 010/2016

SUMULA: altera o HORÁRIO DE ATENDIMENTO das repartições públicas municipais DE NOVA CANAÃ DO NORTE – MTe dá outras providências

VICENTE GEROTTO DE MEDEIROS, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE-MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS;

DECRETA

Art. 1º: Fica estabelecido o horário de funcionamento nas repartições Públicas Municipais de Nova Canaã do Norte – MT:

§ 1º - O horário de expediente que trata o caput do presente artigo será de segunda a sexta-feira das **7h00mim** às **11h00mim** e das **13h00mim** às **17h00mim**

Art. 2º: Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CANAÃ DO NORTE/MT

Em, 20 de fevereiro de 2016.

Vicente Gerotto de Medeiros

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

CONSÓRSIO DE SAÚDE
TERMO DE RATIFICAÇÃO

TERMO DE RATIFICAÇÃO

Processo de Inexigibilidade de Licitação n.° 001/2016

Fica ratificada a contratação por inexigibilidade de licitação da empresa Adriana da Silva Arantes (CNPJ/MF n.° 10.764.248/0001-82), no valor global de **R$ 109.000,00** (**Cento e Nove Mil Reais**) com fundamento no artigo 25, *caput* da Lei Federal n.° 8.666/93, tendo como objeto os itens 1, 4 e 5 do Anexo I do Edital de Credenciamento n.° 01/2015.

Colíder/MT, 23 de fevereiro de 2016.

FRANCISCO ENDLLER

Presidente CRISNM

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 003/2016 - A

EDITAL DE PROCESSO DE SELEÇÃO PÚBLICA Nº 003/2016 - A

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Nova Lacerda – MT, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o resultado do pedido de isenção do valor da taxa de inscrição, referente ao Processo de Seleção Pública aberto através do Edital de Processo de Seleção Pública Nº 003/2016, conforme abaixo discriminado:

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO	RESULTADO
211834	AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE – PSF II	LUIZ ALBERTO RIBEIRO DA CRUZ	687766	DEFERIDO

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Lacerda - MT, 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO DEPTO RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 - A

EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2016 - A

Art. 1º - O Prefeito Municipal de Nova Lacerda – MT, no uso de suas atribuições legais, **DIVULGA** o resultado dos pedidos de isenção do valor da taxa de inscrição, referente ao Concurso Público aberto através do Edital de Concurso Nº 001/2016, conforme abaixo discriminado:

INSCRIÇÃO	CARGO	NOME	DOCUMENTO	RESULTADO
211833	OUVIDOR MUNICIPAL	LUIZ ALBERTO RIBEIRO DA CRUZ	687766	DEFERIDO
211883	ANALISTA TRIBUTÁRIO	MARCOS VINICIUS SILVA FIGUEIREDO	19948042	DEFERIDO

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Nova Lacerda - MT, 22 de fevereiro de 2016.

VALMIR LUIZ MORETTO

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL 08/2016

AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL PREGÃO 08/2016

À Prefeitura Municipal de Nova Lacerda, torna público que fará realizar Pregão Presencial 08/2016.

ABERTURA: 08 de março de 2016 ás 09:00 horas;

CREDENCIAMENTO: das 08:30 ás 09:00 horas;

OBJETO: Registro de Preeço para Contratação de empresa especializada em cessão de direito de uso (locação) dos seguintes sistemas integrados de gestão pública,: Planejamento (PPA, LDO e LOA), Tributação, Contabilidade Pública, Educação, Recursos Humanos e Folha de Pagamento, Pa-

trimônio Público, Administração de Materiais (almoxarifado), Compras, Licitações e Contratos, Administração de Frotas, com Instalação, Migração/Conversão de Dados (se necessária), Treinamento, Testes, Suporte Técnico, Manutenção, Atualização e Customização, Portal da Transparência e as alterações que se fizerem necessárias durante a execução do Contrato, atendendo solicitação da Secretaria Municipal de Administração.

Os interessados em adquirir o Edital completo e maiores informações (65) 3259-4045 ou no site: novalacerda.mt.gov.br.

Nova Lacerda-MT 23 de fevereiro de 2016.

JOSÉ CARLOS MONTEIRO JÚNIOR

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL N º 720/2016

EMENTA: AUTORIZA RECOMPOSIÇÃO SALARIAL ANUAL RELATIVA AO PERCENTUAL ACUMULADO DO INPC EXERCÍCIO FINANCEIRO DO ANO DE 2015 (DOIS MIL E QUINZE), AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WENER KLESLEY DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, o inciso X, do art. 37, da Constituição Federal, Lei Municipal 675 de 10 e março de 2014, lei orgânica municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Concede revisão anual de 11,27% (onze vírgula vinte e sete pontos porcentuais) - INPC/2015 – Fonte IBGE – **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA**, aos servidores e cargos públicos do poder executivo conforme dispõe o inciso X, do art. 37 da Constituição Federal.

§1º - A recomposição de que trata o caput, terá seus efeitos financeiros caso necessário, retroagidos ao dia 1º de fevereiro de 2015, conforme dispõe a Lei Municipal n.º 675/2014.

§2º - A recomposição Salarial se dará a todos os servidores municipais excetos aos que serão beneficiados com a recomposição do piso do magistério;

Art. 2º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Executivo.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Marilândia, aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2016;

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 723/2016.

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA A IMPLANTAR O PROGRAMA “ALUGUEL SOCIAL” E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WENER KLESLEY DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoantes às normas gerais de direito público, a Lei Orgânica Municipal, a Lei Federal nº 8.742/93 alterada pela Lei 12.435/2011 que trata da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, faz saber que Câmara Municipal aprovou a ele e sanciona a seguinte lei;

Art. 1º. Autoriza o Programa Aluguel Social consiste na concessão de subsídio assistencial eventual para pagamento de aluguel de imóvel de terceiros, que visa disponibilizar acesso à moradia segura em caráter emergencial e temporário, podendo ser destinado à famílias e/ou indivíduos:

I- em situação de risco habitacional de emergência;

II - em situação de risco e/ou vulnerabilidade social temporária;

III- situação de calamidade pública decorrentes dos efeitos da catástrofe climática;

IV- jovens desacolhidos do Abrigo Institucional ao completarem 18 anos de idade e que não possuam vínculos familiares estabelecidos e/ou familiares com condições financeiras para assisti-los;

V - não possuir outro imóvel próprio que esteja alugado no município.

§ 1º Será considerado como vulnerabilidade social as famílias com renda per capta de até meio salário mínimo nacional vigente;

§ 2º Na composição da renda familiar deverá ser levada em consideração a totalidade da renda bruta dos membros da família, oriundos do trabalho e/ou de outras fontes de renda de qualquer natureza.

§ 3º As famílias serão contempladas com o benefício Aluguel Social, considerando as disposições desta Lei, as quais serão averiguadas e constatadas através de Estudo Social elaborado por um assistente social lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, mediante emissão de Parecer Social.

§ 4º Para efeitos desta Lei será caracterizado como família o núcleo de pessoas formado por, no mínimo, um dos pais ou responsável legal, filhos e/ou dependentes que estejam sob tutela ou guarda, devidamente formalizado pelo Juízo competente;

§ 5º O subsídio do programa aluguel social será destinado exclusivamente ao pagamento de locação residencial temporária.

§ 6º Para fazer jus ao benefício, não pode o beneficiário, nem qualquer membro da família, ser proprietário, promitente comprador e/ou cessionário de outro imóvel, e nem ter sido beneficiário de programa habitacional promovido por qualquer uma das esferas governamentais.

Art. 2º. A interdição do imóvel será reconhecida por ato da Defesa Civil do Município, com base em avaliação técnica devidamente fundamentada.

Parágrafo Único: No ato da interdição de qualquer imóvel deverá ser realizado cadastro dos respectivos moradores, no qual deve ser identificado, no mínimo, um representante legal por moradia preferencialmente mulher.

Art. 3º. O valor máximo do Aluguel Social corresponderá em até R$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, por família, atualizado anualmente pelo INPC (Índice Nacional dos Preços ao Consumidor).

§ 1º Na hipótese do aluguel mensal contratado ser inferior ao valor máximo estabelecido nesta Lei, o pagamento limitar-se-á ao valor do aluguel do imóvel locado;

§ 2º A concessão do Aluguel Social fica limitada à quantidade máxima de até 05 (cinco) famílias que atendam aos requisitos e condições exigidos nesta Lei, conforme disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 4º. Será dada preferência à inclusão no Programa Aluguel Social a família que possuir, nesta ordem, as seguintes condições:

I - condições extremas de insalubridade e/ou periculosidade no imóvel, havendo maior risco de habitabilidade conforme parecer técnico da Defesa Civil e da Secretaria Municipal de Assistência Social;

II – gestante, nutriz e/ou presença de criança/adolescente de 0 a 17 anos;

III - pessoas deficientes, idosos e/ou pessoas com doenças crônicas degenerativas que impossibilitem para o trabalho, mediante apresentação de laudo médico.

Art. 5º. São atribuições da Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir das informações colhidas no ato de interdição do imóvel pela Defesa Civil:

I – cadastramento das famílias em situações de risco e sua inclusão no Cadastro Único.

II – realização de visita domiciliar in loco e/ou outras providências que se fizerem necessárias, a fim de se tomar diligências para obter levantamento de informações para inclusão da família no Programa Aluguel social e emisão de Parecer Social.

III - reconhecimento do preenchimento das condições por parte das famílias, considerando as disposições desta Lei.

IV - Elaboração do Plano Familiar envolvendo profissionais de outras políticas públicas identificadas na demanda apresentada, garantindo assim a intersetorialidade, onde serão traçadas as metas a serem cumpridas pela família inserida no Programa. Este plano tem por objetivo traçar estratégias que subsidiem a superação da condição de vulnerabilidade social vivenciada no momento da inclusão da família no programa, visando o seu desligamento;

V - Inserir as famílias atendidas nos serviços da rede socioassistencial e proceder seu acompanhamento;

VI - Encaminhar as famílias para cadastro e inscrição em programas habitacionais disponíveis no município que visarem a entrega de novas casas populares, o que não vincula o município, entretanto, em qualquer tipo de responsabilidade caso as famílias não cumpram os requisitos exigidos por tais programas e consequentemente não sejam contempladas nos programas habitacionais;

VII - Acompanhamento das condições de trabalho e renda das famílias inseridas no Programa, realização de reuniões periódicas e elaboração de relatórios através da equipe técnica sugerindo a sua manutenção ou desligamento do Programa.

VIII- fiscalização do cumprimento da lei e sua execução aos beneficiários do Programa.

Art. 6º. Somente poderão ser objeto de locação nos termos do Programa criado por esta Lei, os imóveis localizados no Município de Nova Marilândia, que possuam condições de habitabilidade e estejam situados fora de área de risco.

Art. 7º. A localização do imóvel, a negociação de valores, a contratação da locação e o pagamento mensal aos locadores será de inteira responsabilidade do titular do benefício.

Art. 8º. A Administração Pública não será responsável por qualquer ônus financeiro ou legal com relação ao locador, em caso de inadimplência ou descumprimento de qualquer cláusula contratual por parte do beneficiário.

Art. 9º. O benefício será concedido em prestações mensais mediante depósito bancário em conta no nome do titular responsável, atendendo as responsabilidades abaixo:

§ 1º Para cada núcleo familiar beneficiário será indicada uma pessoa física como titular do aluguel social. A titularidade para o pagamento do benefício será preferencialmente concedida à mulher responsável pela família.

§ 2º O pagamento que se refere o caput somente será efetivado mediante apresentação do contrato de locação devidamente assinado pelas partes contratantes, contendo cláusula expressa de ciência pelo locatário que o locador é beneficiário do Programa Aluguel Social;

Art. 10. O benefício será concedido pelo prazo máximo de até 06 (seis) meses prorrogável por igual período, mediante avaliação da equipe intersetorial e emissão de parecer.

Art. 11. É vedada a concessão do benefício a mais de um membro da mesma família cadastrada, sob pena de cancelamento do benefício.

Parágrafo Único: O não atendimento de qualquer comunicado emitido pela Secretaria Municipal de Assistência Social implicará o desligamento do beneficiário do Programa Aluguel Social.

Art. 12. O benefício do programa Aluguel Social cessará:

I - Por solicitação do beneficiário, a qualquer tempo;

II - Pela extinção das condições que determinaram sua concessão mediante parecer da equipe intersetorial.

III - Por alteração de dados cadastrais que impliquem em perda das condições de habilitação ao benefício, conforme relatórios que serão realizados pela equipe competente;

IV - Pela desocupação do imóvel pelo beneficiário;

V - Quando for constatada qualquer tentativa de fraude aos objetivos do presente Programa;

VI - Não cumprimento das metas estabelecidas no Plano Familiar elaborado pela equipe intersetorial;

VII - Pelo desatendimento, a qualquer tempo, aos critérios estabelecidos na presente lei;

VIII - Sublocar o imóvel objeto da concessão do benefício;

IX - Prestar declaração falsa ou empregar os valores recebidos para finalidade diferente do proposto nesta Lei, qual seja, para pagamento de aluguel residencial.

Art. 13. Caberá ao Poder Executivo, na concessão da Bolsa Aluguel Social:

I – Estabelecer na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual e Plano Plurianual os recursos reservados para a concessão do benefício;

II – Zelar pela pontualidade no pagamento da Bolsa Aluguel Social.

Parágrafo Único: As despesas decorrentes deste programa correrão por dotação orçamentária própria, suplementadas se necessário.

Art. 14. O Poder Executivo, através de Decreto, regulamentará esta lei no que couber.

Art. 15. Fica autorizado ao Poder Executivo a tomar todas as providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais e fiscais para o fiel cumprimento da presente lei.

Art. 16 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Marilândia, aos 23 (vinte e três) dias de fevereiro de 2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA – MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração na data supra e na forma da lei.

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 05/2016 – CMAS – NM

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE FOI DELIBERADO, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DEZESSETE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, BAIXA A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

RESOLVEM:

Art. 1º - Avaliar e aprovar o Planejamento das ações que serão custeadas em 2016 com recurso reprogramado de 2015 para 2016 do Cofinanciamento do Governo do Estado de MT, da Assistência Social município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - Ficaaprovado pelos conselheiros do CMAS o Planejamento das ações que serão custeadas em 2016 com recurso reprogramado de 2015 para 2016 do Cofinanciamento do Governo do Estado de MT, da Assistência Social do município de Nova Marilândia-MT.

Art. 3º - E assim, avaliado e aprovado o Planejamento das ações que serão custeadas em 2016 com recurso reprogramado de 2015 para 2016 do Cofinanciamento do Governo do Estado de MT, da Assistência Social do município de Nova Marilândia-MT. esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

NOVA MARILÂNDIA-MT, EM 17 de fevereiro de 2016.

Luci de Oliveira Pinheiro

CPF:008.530.171-07

Presidente do CMAS

PLANEJAMENTO

Para atingir objetivos e metas, definimos ações, necessários para realização dos trabalhos da Assistência Social / CRAS Girassol de Nova Marilandia – MT, onde será apresentado ao conselho CMAS para aprovação das despesas com recursos Reprogramado do Cofinanciamento do Estado de Mato de 2015 para 2016.

Ações	Despesa	Custo
Atendimento as famílias em situação em vulnerabilidade	ALUGUEL SOCIAL	4.5000,00
Atendimento Social	FUNERAL	1.300,00
Para usufruto da pessoa idosa	MOBILIÁRIO	3.421,00
Encontro semanal com as pessoas idosas	ALIMENTOS	1.723,74
TOTAL		10.944,74 Nova Marilândia- 17 de fevereiro de 2016

Osmarina Ferreira Dalfior Luci Oliveira Pinheiro

Secretária de Assistência Social Presidente do CNAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONTRATO ADMINISTRATIVO TEMPORÁRIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS PESSOAIS Nº 022/2016

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ/MF nº 37.464.989/0001-02, com sede administrativa à Rua Tiradentes, 211 N, na cidade de Nova Marilândia-MT

CONTRATADO: WILLIAN SOARES DE OLIVEIRA

OBJETIVO: O objetivo da presente contratação por excepcional interesse público, é a prestação de serviços para exercer a função de **"Professor Matemática - CLT**", a ser desempenhado junto a Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Turismo de Nova Marilândia-MT, com uma jornada de 30 (trinta) horas semanais, reservado descanso semanal remunerado, em razão de não haver professor de matemática concursado no município de Nova Marilândia-MT para assumir o cargo.

VALOR: R$ 2.157,50 (Dois mil, cento e cinquenta e sete reais e cinquenta centavos) mensais

DATA DE VIGÊNCIA: 19/02/2016 a 23/12/2016

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 03/2016 – CMDCA – NM

O CONSELHO MUNICIPAL DE DIREITO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE, DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE FOI DELIBERADO, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DEZENOVE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, BAIXA A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

RESOLVEM:

Art. 1º - Foi nomeado os representantes do Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente, do município de Nova Marilândia-MT gestão 2016/2018.

Art. 2º - Ficaeleita e aprovada para presidir o Conselho Municipal de Direito da Criança e Adolescente do município de Nova Marilândia-MT, o senhor **GEOVANIO FRANCISCO DA SILVA REIS RG**: **1135258-2** para um mandato dois anos, iniciando em 19/02/2016 e terminando em 19/02/2018.

Art. 3º - E assim, eleita e aprovada pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Marilândia–MT, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

NOVA MARILÂNDIA-MT, EM 19 de fevereiro de 2016.

Crestiano Soares Arruda

CPF:835.400.161-04

Presidente do CMDCA

LICITAÇÕES E CONTRATOS
RESULTADO DE JULGAMENTO DO PREGÃO 004/2016 SRP 003/2016

EDITAL DE PREGÃO Nº 004/2016 SRP 003/2016

OBJETO DO PREGÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS (OLEO DIESEL COMUM, OLEO DIESEL S 10, GASOLINA COMUM E ALCOOL COMUM)

Data da realização: 23/02/2016

Licitante Vencedor:

MORADA DA SERRA COMERCIO DE COMBUSTÍVEIS LTDA, inscrito no CNPJ: **CNPJ 01.213.281/0001-23:**

lote 001 com o valor por litro de R$-3,45 (três reais e quarenta e cinco centavos) e o valor total de **R$-708.975,00 (SETECENTOS E OITO MIL NOVECENTOS E SETENTA E CINCO REAIS).**

lote 002 com o valor por litro de R$-3,56 (três reais e cinquenta e seis centavos) e o valor total de **R$-421.860,00 (QUATROCENTOS E VINTE E UM MIL OITECENTOS E SESSENTA REAIS).**

lote 003 com o valor por litro de R$-3,93 (três reais e noventa e três centavos) e o valor total de **R$-204.360,00 (duzentos e quatro mil trezentos e sessenta reais).**

lote 004 com o valor por litro de R$-2,94 (dois reais e noventa e quatro centavos) e o valor total de **R$-99.960,00 (noventa e nove mil novecentos e sessenta reais).**

NOVA MARILANDIA MT, 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

JOSE CLEITON SOUTO DE OLIVEIRA

PREGOEIRO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 057/2016

EEMENTA: "DESIGNAR O RESPONSÁVEL PELA GESTÃO DOS RECURSOS DO PREVINOM - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE NOVA MARILANDIA – MT".

WENER KLESLEY DOS SANTOS,

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM E NOS TERMOS DO ART. 2º, § 4º DA PORTARIA N. 519, DE 24 DE AGOSTO DE 2011,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, ocupante de cargo em comissão, Srª. **ALINE DE ALMEIDA SANTOS,**portadora da Cédula de Identidade sob o RG nº 2849252-8 – SEJUSP/MT e inscrita no CPF sob o nº 066.979.311-67 como responsável pela gestão de recursos do PREVINOM - Fundo Municipal de Previdência Social de Nova Marilandia - MT, atendendo o disposto na Portaria MPS Nº 519/2011.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Prefeitura Municipal de Nova Marilândia – MT, em 23 de Fevereiro de 2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito de Nova Marilandia – MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração na data supra e na forma da lei.

ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA Nº 42 /2016 DO CONSELHO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Ata nº 42 /2016 do Conselho Municipal da Assistência Social

Aos dezessete dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis, reuniram-se na Secretaria de Assistência Social de Nova Marilândia, os membros do Conselho Municipal de Assistência Social. Dando abertura à reunião a presidente do conselho senhora Luci Oliveira Pinheiro a mesma cumprimentou e agradeceu a todos pela presença em seguida passou a palavra para a Secretaria de Assistência Social senhora Osmarina Ferreira Dalfior que iniciou com uma oração em seguida agradeceu a todos pela presença na sequencia apresentou o extrato da conta número C/c 21.330-6 referente ao Cofinanciamento do governo do Estado de MT, e as notas fiscais contendo as despesas realizadas no ano de 2015 (dois mil e quinze) para apreciação e parecer final do conselho. Após analise o conselho aprovou por unanimidade a prestação de contas em pauta. Em seguida foi apresentado o planejamento das ações contendo as despesas que serão realizada no ano de dois mil e dezesseis com o saldo reprogramado do Cofinanciamento do governo do Estado de MT de 2015 (dois mil e quinze) para 2016(dois mil e dezesseis)os conselheiros analisaram o planejamento das ações e aprovaramas despesas por unanimidade. Em seguida a presidente do conselhosenhora Luci relata que não poderá permanecer no conselho como presidente por estar exercendo uma função que exige senha para acesso ao sistema, e por este motivo deixa a disposição o cargo de presidente do Conselho Municipal de Assistência Social. Após discussão entre os membros do conselho foi apresentado candidata única senhora Sueni de Fatima Souto, a mesma foi eleita por unanimidade. A Senhora Sueni de Fatima Souto RG 958779 SSP/MT CPF: 947820401-72 eleita para presidente do Conselho Municipal da Assistência Social do Munícipio de Nova Marilândia- MT, período de um ano e seis meses, iniciando em dezessete de fevereiro de dois mil e dezesseis (17/02/2016) a vinte e seis de junho de dois mil e dezessete (26/06/2017). Não havendo nada mais a tratar a reunião foi encerrada. Eu Cristiane Dalfior de Oliveira silva Leite secretária executiva do conselho lavrei a presente ata que após lida e aprovada será por mim e demais presentes assinada. Cristiane Dalfior de Oliveira Silva Leite, Sueni de Fátima Souto, Osmarina Ferreira Dalfior, Elza Alves de Sena Ferreira, Maria das Graças da Costa, Rayany Cristina Rinaldi, Julia Nascimento Furtado, Waldirene Ferreira da Silva, Luci Oliveira Pinheiro.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 722/2016.

EMENTA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA A CEDER BEM PÚBLICO MUNICIPAL QUE ESPECIFICA A ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES E PECUARISTA UNIDOS DA GLEBA POMPÉIA NOVA MARILÂNDIA - MT E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WENER KLESLEY DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Marilândia, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoantes as normas gerais de direito público e a Lei Orgânica Municipal, faz saber que Câmara Municipal aprovou a ele e sanciona a seguinte lei;

Art. 1º Fica autorizado o Poder Executivo do Município de Nova Marilândia a proceder cessão de uso de máquina e equipamentos pertencentes ao Município, pelo prazo de 01 (um) ano, à **ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES E PECUARISTA UNIDOS DA GLEBA POMPÉIA NOVA MARILÂNDIA - MT** pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob nº 11.544.067/0001-03, com sede na Gleba Pompéia, Zona Rural do Município de Nova Marilândia – MT, CEP 78415000, conforme descritos abaixo:

01 TRATOR AGRICOLA 4X4 MOTOR 130CV - Nº Patrimônio: 0002187

01 PLAINA MODULAR FRONTAL - Nº Patrimônio: 0003590

01 CARRETA DE 06 TONELADAS 04 RODAS - Nº Patrimônio: 0003581

01 DISTRIBUIDOR DE ADUBOS E FERTILIZANTES - Nº Patrimônio:

02 PULVERIZADOR AGRICOLA TRES BICOS TANQUE 800LTS - Nº Patrimônio:0003588

01 GRADE NIVELADORA 32X20" - Nº Patrimônio:0003584

01 GRADE ARADORA INTERMEDIARIA 28" X 7,5MM - Nº Patrimônio:0003585

Art. 2º A máquina e os equipamentos serão utilizados para prestarem serviços somente no Município de Nova Marilândia – MT, atendendo os serviços de forma associativa em especial avicultura familiar fortalecendo parceria com a Secretaria Municipal de Agricultura.

Art. 3º Fica o Poder Executivo dispensado da realização de Concorrência Pública, para formalizar a concessão de que trata esta lei, em razão do interesse público relevante, fomento da agricultura familiar, incentivo ao cooperativismo de forma associativa e com base na Lei Orgânica do Município de Nova Marilândia, combinado com o artigo 116 da Lei Federal 8.666/93.

Art. 4º As condições especiais e cláusulas de reversão e de revogação da cessão de uso prevista nesta lei, serão estabelecidas no Termo de Cessão de Uso pelo cessionário e cedente.

Art. 5º - Fica autorizado ao Poder Executivo a tomar todas as providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis, patrimoniais e fiscais para o fiel cumprimento da presente lei.

Art. 6º – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Marilândia, aos 23 (vinte três) dias de Fevereiro de 2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DE NOVA MARILÂNDIA – MT

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº056/2016

EMENTA: NOMEIA A Srª. **ALINE DE ALMEIDA SANTOS** PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE "**CHEFE OPERACIONAL DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS"** DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILANDIA – MT.

WENER KLESLEY DOS SANTOS,

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E EM CONFORMIDADE COM O QUE DETERMINA A LEI Nº. 675/2014 DE 10/03/2014 EXPEDE A SEGUINTE PORTARIA.

RESOLVENDO:

Art. 1º - Nomear a partir do dia 23 de Fevereiro de 2016 Srª. **ALINE DE ALMEIDA SANTOS**, portadora da Carteira de Identidade sob o RG Nº 2849252-8 SESP/MT e do CPF N º 066.979.311-67, para exercer o cargo em comissão de **CHEFE OPERACIONAL DE PROGRAMAS ASSISTENCIAIS,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência do Município de Nova Marilandia - MT.

Art. 2º - As atribuições do cargo são previstas em Lei e restritas a elas, devendo a nomeada agir com total dedicação e responsabilidade de suas funções.

Art. 3º - A remuneração da funcionária ora nomeada será de acordo com fulcro na Lei Nº **675/2014**.

Art. 4º - A Nomeada tomará posse imediatamente após registro e a publicação da presente Portaria.

Parágrafo Único - A ocupante do cargo, de que trata esta Portaria no ato de sua posse fará a entrega ao setor Administrativo de Pessoal a sua declaração de bens e valores, para fins de direito.

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS – 23/02/2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito Municipal

Registrada e Publicada pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 724/2016

EMENTA: AUTORIZA O REAJUSTE DO PISO SALARIAL DOS PROFESSORES DO MAGISTÉRIO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

WENER KLESLEY DOS SANTOS, Prefeito do Município de Nova Marilândia – MT, Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições legais, consoante às normas gerais de direito público, A Lei Federal n° 11.738/2008 Lei Municipal n° 1.185/2014, a Constituição Federal, e a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica reajustado em 11,36 (onze vírgula trinta e seis pontos percentuais) o piso salarial dos professores do magistério com carga horária de 30 (trinta) horas semanais em R$ 1.604,29 (um mil seiscentos e quatro reais e vinte e nove centavos), conforme determina o art. 5º da Lei Federal n.º 11. 738 de 16 de julho de 2008;

Art. 2° - Fica autorizado ao Poder Executivo Municipal a fazer as alterações que se fizerem necessárias na Lei Municipal que trata do PPA/2016/2021 e nas Leis Municipais que tratam, respectivamente, da LDO e LOA/2016, para dar cumprimento a presente lei.

Art. 3º - As despesas decorrentes com a execução da presente Lei correrão por conta de verbas próprias consignadas no Orçamento Geral Anual do Poder Executivo, referente ao exercício financeiro de 2016 e subsequentes.

Art. 4°. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos financeiros a partir de 01 de Fevereiro de 2016.

Edifício da Prefeitura Municipal de Nova Marilandia - MT, aos 23 (vinte e três) dias de Fevereiro de 2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA/MT

Registrado e publicado pela Secretaria Municipal de Administração na data supra e na forma da lei

ANEXO I – LEI MUNICIPAL Nº 724/2016 TABELA SALARIAL DE PROGRESSÃO FUNCIONAL						
PISO SALARIAL DOS PROFESSORES - 30 HORAS						
		MAGISTÉRIO	SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
CLASSE	A	B	C	D	E	
NÍVEL	1,00	1,50	1,70	2,00	2,30	
		1601,72	2402,58			
1	1,00	1601,72	2402,58	2722,92	3203,44	3683,96
2	1,04	1665,79	2498,68	2831,84	3331,58	3831,31
3	1,09	1745,87	2618,81	2967,99	3491,75	4015,51
4	1,14	1825,96	2738,94	3104,13	3651,92	4199,71
5	1,19	1906,05	2859,07	3240,28	3812,09	4383,91
6	1,25	2002,15	3003,23	3403,66	4004,30	4604,95
7	1,32	2114,27	3171,41	3594,26	4228,54	4862,82
8	1,41	2258,43	3387,64	3839,32	4516,85	5194,38
9	1,50	2402,58	3603,87	4084,39	4805,16	5525,93
10	1,52	2434,61	3651,92	4138,84	4869,23	5599,61
11	1,56	2498,68	3748,02	4247,76	4997,37	5746,97
12	1,59	2546,73	3820,10	4329,45	5093,47	5857,49
TABELA SALARIAL DE PROGRESSÃO FUNCIONAL						
PISO SALARIAL DOS PROFESSORES - 20 HORAS						
		MAGISTÉRIO	SUPERIOR	ESPECIALIZAÇÃO	MESTRADO	DOUTORADO
CLASSE	A	B	C	D	E	

NÍVEL	1,00	1,50	1,70	2,00	2,30	
		1067,81	1601,72			
1	1,00	1067,81	1601,72	1815,28	2135,62	2455,96
2	1,04	1110,52	1665,78	1887,89	2221,04	2554,20
3	1,09	1163,91	1745,87	1978,65	2327,83	2677,00
4	1,14	1217,30	1825,96	2069,42	2434,61	2799,80
5	1,19	1270,69	1906,04	2160,18	2541,39	2922,60
6	1,25	1334,76	2002,14	2269,10	2669,53	3069,95
7	1,32	1409,51	2114,26	2396,17	2819,02	3241,87
8	1,41	1505,61	2258,42	2559,54	3011,22	3462,91
9	1,50	1601,72	2402,57	2722,92	3203,43	3683,94
10	1,52	1623,07	2434,61	2759,22	3246,14	3733,06
11	1,56	1665,78	2498,68	2831,83	3331,57	3831,30
12	1,59	1697,82	2546,73	2886,29	3395,64	3904,98

ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 004/2016 – CMAS – NM

RESOLUÇÃO Nº 004/2016 – CMAS – NM

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS E TENDO EM VISTA O QUE FOI DELIBERADO, NA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA DEZESSETE DE FEVEREIRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSEIS, BAIXA A SEGUINTE RESOLUÇÃO:

RESOLVEM:

Art. 1º - Avaliar e aprovar a prestação de contas/2015 do Cofinanciamento do Governo do Estado de MT, da Assistência Social município de Nova Marilândia-MT.

Art. 2º - Fica aprovada pelos conselheiros do CMAS a prestação de contas/2015 do Cofinanciamento do Governo do Estado de MT, da Assistência Social município de Nova Marilândia-MT.

Art. 3º - E assim, avaliada e aprovada a prestação de contas/2015 do Cofinanciamento do Governo do Estado de MT, da Assistência Social município de Nova Marilândia-MT pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Nova Marilândia–MT, esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

NOVA MARILÂNDIA-MT, EM 17 de fevereiro de 2016.

Luci de Oliveira Pinheiro

CPF:008.530.171-07

Presidente do CMAS

ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA Nº 30/2016 CMCDA

Aos dezenove dias do mês de fevereiro de dois mil e dezesseis as quatorze horas, reuniram na Secretaria Municipal de Assistência Social de Nova Marilândia os membros do Conselho municipal de Direitos da Criança e Adolescente de Nova Marilândia para dar posse ao novo Conselho municipal de Direitos da Criança e Adolescente de Nova Marilândia. Dando abertura à reunião o presidente do conselho o senhor Crestiano Soares de Arruda onde o mesmo cumprimentou e agradeceu a todos pela presença e pela confiança de um ano e dois meses como presidente deste conselho. Em seguida passou a palavra para a Secretaria de Assistência Social a senhora Osmarina Ferreira Dalfior que também cumprimentou e agradeceu a todos pela presença e pela participação que cada um teve durante estes dois anos não mediram esforços para estarem presente nas reuniões, estudos, avaliações e tomada de decisões. Mas que a cada dois anos conforme a Lei Municipal nº 664/2013 tem que haver a substituição. Na sequencia foi apresentado e empossado os novos Conselheiros com a seguinte composição: Representantes governamentais: **DANIELA CRISTINA ESPÓSITO SANTOS** (1ª Titular) **RG:**30262326; **KEILA CRISTINA DOS SANTOS** (1ª Suplente) **RG:**1438822-7; **ÉDRIA FERREIRA SOAVE** (2ª Titular) **RG**:1424606-; **MARILENE RAMALHO B. DE ALMEIDA** (2ª Suplente) **RG:**12239771; **JOSIANNE PEREIRA DA SILVA (**Titular) **RG:** 1438754-9 **; JOSILENE JAQUELINE SCAFFI R. ALVES (**Suplente**) RG:** 2022304-8; **SANDRA ALIRIO GONÇALVES** (Titular) **RG**:1438723-9; **LUCIANA BONETTI DO NASCIMENTO** (Suplente) **RG:**001465136; **VANICE TEREZINHA TESSELE (**Titular) **RG:**0632285-9; **MARIA APARECIDA SILVA TESSELE (**Suplente) **RG**: 074062-07; Representantes da Sociedade Civil: **KÁTIA PATRICIA LIMA DA SILVA (**Titular) **RG:**2380137-9; **GRACIONE ALIRIO G. DE SOUZA (**Suplente) **RG:** 1438833-2; **GEOVANIO FRANCISCO DA SILVA REIS (**Titular) **RG**: 1135258-2; **SUENI DE FÁTIMA SOUTO** (Suplente) **RG:** 958779, **WILIAN SOARES DE OLIVEIRA** (Titular) **RG:**1620809-9; **JANAINA DE SOUZA RODRIGUES SOARES** (Suplente**) RG:**2581941-0; **SILVANA COSTA DALFIOR** (Titular) **RG:**1201416-8, **ALDA MARIA FERREIRA SUAVE** (Suplente**) RG:135692**. Em seguida a secretaria deixa em aberta para escolha do presidente e vice presidente do conselho. Após discussão entre os membros do conselho foi apresentado candidato único para presidente foi eleito senhor Geovanio Francisco da Silva Reis e a vice presidente a senhora Keila Cristina dos Santos, os mesmos foram eleita por unanimidade. O Senhor Geovanio Francisco da Silva Reis RG: 1135258-2 CPF: 694.136.061-53 eleito para presidente do Conselho do Direito da Criança e Adolescente do Munícipio de Nova Marilândia- MT e vice presidente a senhora Keila Cristina dos Santos **RG:**1438822-7 **CPF:**011.370.571-90, período dois anos, iniciando em dezenove de fevereiro de dois mil e dezesseis (19/02/2016) a dezenove de fevereiro de dois mil e dezoito (19/02/2018). Não havendo nada mais a tratar a reunião foi encerrada. Eu Cristiane Dalfior de Oliveira silva Leite secretária executiva do conselho lavrei a presente ata que após lida e aprovada será por mim e demais presentes assinada. Cristiane Dalfior de Oliveira Silva Leite,Vanice Terezinha Tessele, Luciana Bonetti do Nascimento,Silvana Costa Dalfior,Marilene Ramalho B. de Almeida,keila Cristina dos Santos, Osmarina Ferreira Dalfior,Geovanio Francisco da Silva Reis,Sueni de Fátima Souto.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI MUNICIPAL Nº 721/2016

EMENTA: "DISPÕE SOBRE ALTERAÇÕES NA LEI MUNICIPAL N.° 680/2014, A QUAL CRIOU A VERBA INDENIZATÓRIA PELO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE PARLAMENTAR, AUTORIZA A RECOMPOSIÇÃO SALARIAL DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS DO PODER LEGISLATIVO DE NOVA MARILÂNDIA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

WENER KLESLEY DOS SANTOS,

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO E AS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS VIGENTES, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - O art. 1º, *caput*, da Lei Municipal n° 680/2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

"**Art. 1°** - Fica instituída na Câmara Municipal de Nova Marilândia – MT, verba de caráter indenizatório, pelo exercício de atividade parlamentar de controle externo sob o título de Verba Indenizatória, no valor máximo de R$ 1.000,00 (mil reais), para o Vereador no exercício do mandato e R$ 1.400,00 (um mil e quatrocentos reais) para o Vereador em Exercício da Presidência da Câmara, nos termos do Inciso XI, do Artigo 37, da Constituição da República Federativa do Brasil".

Art. 2° - Nos Exatos Termos do art. 107, § 5°, da Lei Complementar Municipal n.°02/2014**,** fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a recompor as perdas inflacionárias nos salários dos Servidores Públicos da Câmara Municipal de Nova Marilândia-MT, no patamar de 11,27 %, conforme INPC/IBGE/2015, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5° - Revogam-se disposições em contrário.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA - MT, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

Prefeito de Nova Marilândia – MT

Registrado e Publicado pela Secretaria Municipal de Administração na data supra e na forma da lei.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 005/2016

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE CLASSIFICADOS DO EDITAL Nº 013/2015 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO, REALIZADO PELO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT.

WENER KLESLEY DOS SANTOS, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA, ESTADO DE MATO GROSSO, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, CONSOANTE AS NORMAS GERAIS DE DIREITO PÚBLICO, EM ESPECIAL AS CONSTANTES DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL E DO ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS, OBSERVANDO O QUE DISPÕE O PLANO DE CARGOS E SALÁRIOS,

TORNA PÚBLICO E CONVOCA:

Art. 1º - Ficam convocados os candidatos classificados em **EDITAL Nº 013/2015 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO**, realizado pelo Poder Executivo do Município de Nova Marilândia-MT, constantes da relação abaixo discriminada, para comparecerem perante a Secretaria Municipal de Administração (Departamento de Recursos Humanos), da Prefeitura Municipal de Nova Marilândia, situada à Av. Tiradentes, nº 211 N, Centro, nesta mesma cidade, **no prazo de 30 (TRINTA) dias**, contados do dia 23 de Fevereiro de 2016, das 8:00 às 11:00 horas, de segunda a sexta feira, para o fim de apresentarem os documentos necessários e exigidos para a posse, observando-se o disposto neste ato instrumental convocatório, sob as penas da lei.

§ 1º - A seguir a **RELAÇÃO DE DOCUMENTOS** (original e cópia), a serem apresentados, necessários ao cadastramento de pessoal e obrigatório para a posse, de acordo com o art. 25 do**EDITAL Nº 009/2015 – PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO** a saber:

25.4 - *Os aprovados deverão apresentar para a contratação os seguintes documentos:*

25.4.1 *– RG e CPF,*

25.4.2 - *Certidão de Nascimento ou Casamento,*

25.4.3 *- Título de Eleitor, Certidão de Quitação Eleitoral e Certidão de Crimes eleitorais,*

25.4.4 *- Carteira de reservista, se do sexo masculino,*

25.4.5 *- Comprovante de endereço atual,*

25.4.6 *- Carteira de habilitação na categoria preterida, no caso de motorista,*

25.4.7 *- Comprovante do grau de escolaridade referente ao cargo pleiteado,*

25.4.8 *- Carteira de trabalho, cartão ou documento oficial expedido pela instituição competente constando o cadastro de PIS/PASEP,*

25.4.9 *– Certidão de nascimento de filhos menores;*

25.4.10 *- Declaração de bens e valores,*

25.4.11*-Declaração de que não exerce outro cargo público,*

25.4.12 *– Atestados de Sanidade Física e Mental,*

25.4.13*- Certidão Negativa de Tributo Municipal.*

25.4.14 – *Comprovante de experiência de no mínimo 02 (dois) anos, no caso de Mecânico.*

§ 2º - A não apresentação dos documentos enumerados no parágrafo anterior, no prazo acima estipulado, acarretará a perda do direito e a consequente convocação do candidato subsequente, ficando os convocados desde já notificados.

§ 3º - **ANEXO ÚNICO – RELAÇÃO DO CANDIDATO CONVOCADO**:

PROFESSOR- PEDAGOGIA

ORD	NOME DO INSCRITO	C.P.F	Nota Prova Objetiva	Nota Prova subjetiva	Nota Final	Situação Final
8	Josianne Pereira da Silva Cardozo	001.947.051-70	5,50	0,50	6,00	Classificado

Art. 2º - A nomeação para o cargo obedecerá à ordem de classificação final dos candidatos habilitados, de acordo com as necessidades da administração pública municipal.

Art. 3º - Posse é a aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de desempenhá-lo com probidade e obediência as normas legais e regulamentares, formalizada com a assinatura do termo pela autoridade competente e pelo empossado.

§ 1º - A posse, mesmo excepcionalmente, não poderá dar-se mediante procuração.

§ 2º - Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer no prazo previsto no § 1º deste artigo.

§ 3º - A posse ocorrerá mediante apresentação de todos os documentos acima citado.

Art. 4º - A autoridade que der posse deverá verificar, sob pena de responsabilidade, se foram satisfeitas as condições estabelecidas em Lei ou Regulamentos específicos, para a investidura no cargo.

Art. 5º - Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo para o qual o servidor for nomeado.

Parágrafo único - Apresentada a documentação necessária e preenchidos os requisitos para a investidura no cargo, os convocados tomarão posse no prazo estabelecido neste Edital.

Art. 6º - Ao chefe da repartição ou serviço onde for designado o servidor, compete dar-lhe exercício.

Art. 7º - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Administração, em conjunto com a Secretaria Municipal de Fazenda.

E, para que ninguém possa alegar desconhecimento ou ignorância, expediu-se o presente Edital que será publicado na forma, para conhecimento de todos.

Maiores informações poderão ser obtidas através do telefone (65) 3352-1137, ou pessoalmente junto à Secretaria Municipal de Administração, na sede da Prefeitura Municipal, durante o horário de expediente.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PAÇO MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA-MT, AOS 23 DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DE 2016.

WENER KLESLEY DOS SANTOS

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE NOVA MARILÂNDIA-MT

Registrado e publicado pela Secretaria Municipal de Administração, na data supra, na forma da lei.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LEI Nº 866 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016

Súmula: "Altera dispositivos da Lei Municipal nº 217/2001, que dispõe sobre a Estrutura Administrativa da Prefeitura Municipal, reorganiza os quadro de Pessoal segundo o Regime Jurídico Único dos Servidores Municipais e dá providências".

EDILSON CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 47. IV da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica criado na Lei Municipal nº 217/2001, a Secretária Municipal de Meio Ambiente, que passa a vigorar no Anexo X e XI, com a seguinte sigla "SMMA".

Parágrafo primeiro - - Ficam desvinculado as atribuições referente ao Meio Ambiente da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente que passa a ter a nomenclatura de Secretaria Municipal de Agricultura.

Paragrafo segundo - Ficam desvinculado as atribuições referente ao Departamento de Água e Esgoto da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, que passa a ter a nomenclatura de Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º. Fica transferido o Departamento de Água e Esgoto criado pela Lei Municipal n. 754/2013, constante da estrutura da Secretaria Municipal de Saúde para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 3º. Fica transferido o cargo de Encarregado do Setor de Distribuição de Água, para a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, bem como fica criado com 01 vaga de Secretário Municipal de Meio Ambiente e 01 vaga para Chefe de Departamento de Meio Ambiente, passando o art. 7º da Lei Municipal nº 217/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

IX. Secretaria Municipal de Meio Ambiente – SMMA, constante do Anexo XI, que conta com as seguintes unidades subordinadas:

1. Secretário Municipal.

1.1 – Chefe de Departamento do Meio Ambiente

1.2. Encarregado do Setor de Distribuição de Água.

Art. 4º - Nos termos do *caput* do art. 3º da presente lei, fica alterado o anexo XI da Lei Municipal nº 217/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO XI – QUADRO DE CARGOS COMISSIONADOS			
Quantidade	Denominação	CHS	Salário
01	Secretário(a) Municipal de Meio Ambiente	44 horas	R$ 6.000,00
01	Chefe de Departamento do Meio Ambiente	44 horas	R$ 2.374,43
01	Encarregado do Setor de Distribuição de Água	44 horas	R$ 1.694,70

Art. 5º. O art. 9º da Lei Municipal nº 217/2001, passa a vigorar com a seguinte redação:

(...)

IX. A Secretaria Municipal de Meio Ambiente tem por atribuições:

I. formular, executar e avaliar a Política Municipal de Preservação, Conservação, Fiscalização, Controle e Uso Sustentável dos Recursos Naturais, em consonância com as diretrizes gerais do Governo Municipal e da legislação vigente;

II. formular, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que visem à preservação, recuperação e o uso sustentável dos recursos ambientais, no âmbito das competências do Município;

III. regulamentar, organizar, coordenar e executar as atividades relativas à fiscalização do cumprimento das normas referentes ao Meio Ambiente, em consonância com a legislação vigente;

IV. formular, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que visem à recomposição de áreas com remanescentes de biomas, no âmbito das competências do Município;

V. manter permanente coordenação e integração com as polícias ambiental e florestal, nas atividades de fiscalização e controle dos recursos naturais e ambientais do Município, em consonância com legislação vigente;

VI. subsidiar a concessão de alarás na área de sua competência, em consonância com legislação vigente;

VII. regulamentar, organizar, coordenar e executar as atividades relativas ao licenciamento de empreendimentos, projetos e obras públicas e privadas, de acordo com as normas vigentes;

VIII. estudar e propor diretrizes municipais, normas e padrões relativos à preservação e à conservação de recursos ambientais e paisagísticos no Município;

IX. em coordenação com a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, promover e realizar estudos e propor medidas para regulamentação do zoneamento, exploração e ocupação do solo visando assegurar o uso sustentável dos recursos ambientais;

X. articular-se com órgãos estaduais, regionais e federais competentes, e quando for o caso, com outros Municípios, objetivando a solução de problemas comuns relativos à proteção e fiscalização ambiental;

XI. fixar, na forma e nos limites da legislação vigente, a contribuição pela exploração com finalidades econômicas dos recursos ambientais existentes no Município;

XII. promover o desenvolvimento e a difusão de pesquisas e tecnologias orientadas à conservação e uso sustentável dos recursos ambientais do Município;

XIII. formular, coordenar e executar programas e campanhas de educação ambiental, objetivando a preservação, a conservação e o uso sustentável dos recursos ambientais do Município;

XIV. articular-se com entidades públicas e privadas para a promoção de convênios e implantação de programas e projetos no âmbito do desenvolvimento sustentável do Município;

XV. implantar, alimentar e manter atualizado um sistema integral de informação sobre a preservação, conservação, fiscalização e controle e uso sustentável dos recursos naturais do Município;

XVI. implantar, alimentar e manter atualizado o Cadastro Técnico Municipal de atividades potencialmente poluidoras ou que utilizem Recursos Naturais;

XVII. planejar, definir, implementar, coordenar e controlar a política municipal de proteção ao meio ambiente;

XVIII. estabelecer procedimentos para a realização e aprovação de relatórios de impacto ambiental;

XIX. conceder licenciamento para a localização, instalação e operação, bem como fiscalizar, monitorar e ampliar atividades potencialmente degradadoras e poluidoras;

XX. elaborar e atualizar cadastro municipal das fontes de poluição;

XXI. conceder registros e expedir licenças para a exploração de recursos naturais, em articulação com outros órgãos municipais e estaduais; estabelecer normas visando a criação, conservação e regeneração de áreas consideradas como de preservação ambiental;

XXII. coordenar e manejar viveiros;

XXIII. assistir à área de educação ambiental;

XXIV. impor notificações, multas e restrições por danos causados ao meio ambiente nos termos da legislação em vigor;

XXV. em coordenação com as Secretarias Municipais de Administração e Planejamento, de Finanças e de Administração, realizar os procedimentos administrativos e de gestão orçamentária e financeira necessários para a execução de suas atividades e atribuições, dentro das normas superiores de delegações de competências;

XXVI. acompanhar e apoiar as atividades dos órgãos colegiados afins, com vistas a colher subsídios para a definição de políticas, diretrizes e estratégias para o desenvolvimento ambiental do Município;

XXVII. estudar, projetar, administrar, produzir, distribuir, controlar, manter o tratamento de água dentro das normas técnicas exigidas e prestar manutenção, distribuição aos serviços de abastecimento de água do Município e da rede de esgoto;

XXXVIII. exercer atividades de suporte e coordenação dos órgãos colegiados de deliberação, de controle social e afins na sua área de atuação.

Art. 6º. Os demais cargos, valores e itens do anexo XI da Lei Municipal n. º 217/2001 permanecem inalterados.

Art. 7º. Fica o Poder Executivo autorizado a transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aproadas nas Leis Orçamentárias de 2016 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e unidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura funcional e programática, expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, os objetivos, os indicadores e as metas, assim como o respectivo detalhamento por grupos de natureza de despesa e por modalidades de aplicação.

Parágrafo Único: A transposição, transferência ou o remanejamento não poderão resultar em alteração dos valores das programações aproadas nas Leis Orçamentárias ou em créditos adicionais estabelecidos para os órgãos ou unidades extintos, transformados, transferidos, incorporados ou desmembrados.

Art. 8º. A Lei Orçamentária, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei que consigna o Plano Plurianual, terão em conta a estrutura administrativa e as demais previsões constantes desta Lei.

Art. 9º. Esta Lei entra em vigor na data a parti de 01 de fevereiro de 2016, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 05 de fevereiro de 2016.

EDILSON CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal em Exercício

DECRETO Nº 004/2016/GABPRE

"Dispõe sobre a convocação da 6ª conferência das cidades do Município de Nova Maringá/MT, e dá outras providencias".

O Prefeito Municipal de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, Sr. João Braga neto, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Legislação em vigor,

Considerando a importância de se propor a interlocução entre autoridades e gestores públicos do Município e os diversos segmentos da sociedade sobre assuntos relacionados à Política e o Desenvolvimento Urbano;

Considerando a necessidade de sensibilizar e mobilizar a sociedade para o estabelecimento de agendas, metas e planos de ação para enfrentar os problemas existentes na cidade;

Considerando a necessidade de propiciar a participação popular de diversos segmentos da sociedade, considerando as diferenças de sexo, idade, raça e etnia, para a formulação de proposições e realização de avaliações sobre a função social da cidade e da propriedade, estimulando a gestão democrática das políticas de desenvolvimento urbano no Município;

Considerando, ainda, que a realização da Conferência da Cidade de Nova Maringá/MT é fator indispensável para a participação do Município na 6ª Conferência Estadual das Cidades, a realizar-se em Cuiabá, no período de 01 de novembro de 2016 a 31 de março de 2017,

DECRETA:

Art. 1º - Fica convocada a 6ª Conferência da Cidade Nova Maringá/MT a realizar-se no dia 22/06/2016, Local Auditório do PSF - Marcos Luiz Alamino, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º - A 6ª Conferencia da Cidade de Nova Maringá/MT desenvolverá seus trabalhos a partir da temática Nacional "A Função Social da Cidade e da Propriedade", e; como lema: "Cidades Inclusivas, Participativas e Socialmente Justas".

Art. 3º - A 6ª Conferência da Cidade de Nova Maringá/MT será presidida pelo Prefeito Municipal e na sua ausência pelo Secretário Municipal de Planejamento.

Art. 4º - Caberá ao Secretário Municipal de Planejamento a constituição e instalação da Comissão Organizadora, que terá as seguintes atribuições:

I - II - definir pauta e temário da 6ª Conferência das Cidades do Estado de Mato Grosso, contemplando as questões municipais, além do temário nacional;

III – promover a realização da Conferência Municipal;

IV - definir critérios para a eleição dos delegados da Conferência Municipal, respeitando as diretrizes e definições do Regimento da 6ª Conferência Nacional das Cidades;

V - examinar e proferir decisão sobre os recursos encaminhados pelas entidades participantes da Conferencia;

VI - decidir casos omissos ou conflitantes.

Art. 5º - A Comissão Organizadora de que trata o artigo 4º deste Decreto deverá contemplar representantes dos seguintes segmentos da sociedade:

I - gestores, administradores públicos e membros dos legislativos estadual e municipais;

II - movimentos sociais e populares;

III - trabalhadores, através de suas entidades sindicais;

IV - entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisas e conselhos de classes;

V - empresários relacionados à produção e ao financiamento do desenvolvimento urbano;

VI - organizações não-governamentais com atuação no desenvolvimento urbano.

Art. 6º - A Comissão Organizadora elaborará o Regimento da 6ª Conferência que será aprovado pela comissão preparatória

Art. 7º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Nova Maringá – MT, 22 de fevereiro de 2016.

JOÃO BRAGA NETO Prefeito Municipal

LEI Nº 867 DE 16 DE FEVEREIRO DE 2016

Súmula: "*Dispõe sobre a renovação do prazo para Registro Imobiliário do Loteamento Arinos no Município de Nova Maringá/MT dá outras providências".*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o Artigo 47, inciso IV da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica renovada a aprovação do Loteamento Arinos, concedendo o prazo de mais 180 (cento e oitenta) dias nos termos da Lei Municipal n.º 330/2004 e suas posteriores alterações, para a regularização da área junto aos órgãos públicos competentes.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 16 de fevereiro de 2016.

JOÃO BRAGA NETO

PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 865 DE 05 DE FEVEREIRO DE 2016

Súmula: "*Declara como área urbana o imóvel registrado com a matrícula n.º 3456 no Cartório de Registro de Imóveis 1º Oficio da Comarca de São Jose do Rio Claro."*

EDILSON CESAR DOS SANTOS, Prefeito Municipal em exercício de Nova Maringá, Estado do Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o artigo 47. IV da Lei Orgânica Municipal faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarado como área urbana o imóvel compreendido no perímetro da matrícula n.º 3456 registrado no Cartório de Registro de Imóveis 1º Oficio da Comarca de São Jose do Rio Claro, nos termos do art. Art. 3º e art. 53 da Lei n.º 6.766/79, c/c a Lei Municipal n.º 294/2003 e Lei Municipal n.º 477/2008.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 05 de fevereiro de 2016.

EDILSON CESAR DOS SANTOS

Prefeito Municipal em exercício

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

GABINETE DO PREFEITO
CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato Grosso, comunica aos interessados que fica CANCELADA A PUBLICAÇÃO do *PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - BALANÇO PATRIMONIAL Dezembro/2015, BALANÇO FINANCEIRO Dezembro/2015, BALANÇO ORÇAMENTÁRIO Dezembro/2015, BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS Dezembro/2015, BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RECEITAS Dezembro/2015*, vinculado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso no dia 18 de Fevereiro de 2016 na página nº 02 por motivo de erro em dados na publicação da mesma.

Nova Monte Verde-MT, 23 de Fevereiro de 2016.

MELAINE DUTRA MASCARELLO

Assessora Administrativa de Gabinete

Decreto nº 18/2016

GABINETE DO PREFEITO
PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - RECEITAS DEZEMBRO/2015

PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	752.000,00	752.000,00	115.053,36	15,29	1.009.054,74	134,18	-257.054,74
RECEITAS CORRENTES	752.000,00	752.000,00	115.053,36	15,29	1.009.054,74	134,18	-257.054,74
RECEITA TRIBUTARIA							
Impostos							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	385.000,00	385.000,00	57.859,19	15,02	478.822,06	124,36	-93.822,06
Contribuições Sociais	385.000,00	385.000,00	57.859,19	15,02	478.822,06	124,36	-93.822,06
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL	356.000,00	356.000,00	57.251,05	16,08	577.642,38	162,25	-221.642,38
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários	356.000,00	356.000,00	57.251,05	16,08	577.642,38	162,25	-221.642,38
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES			-1.373,14		-59.558,06		59.558,06
Transferências Intergovernamentais			-1.373,14		-59.558,06		59.558,06
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios							
Transferências para o Combate à Fomte							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	11.000,00	11.000,00	1.316,26	11,96	12.148,36	110,43	-1.148,36
Multa de Juros de Mora	6.000,00	6.000,00					6.000,00
Indenizações e Restituições	5.000,00	5.000,00	1.316,26	26,32	12.148,36	242,96	-7.148,36
Receita da Dívida Ativa							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL							
Transferências Intergovernamentais							
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios							
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	548.000,00	548.000,00	91.188,39	16,64	759.355,73	138,56	-211.355,73
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	1.300.000,00	1.300.000,00	206.241,75	15,86	1.768.410,47	136,03	-468.410,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	1.300.000,00	1.300.000,00	206.241,75	15,86	1.768.410,47	136,03	-468.410,47
DÉFICIT (VI)							
TOTAL(VII) = (V + VI)	1.300.000,00	1.300.000,00	206.241,75	15,86	1.768.410,47	136,03	-468.410,47
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para							
Superávit Financeiro							
Reabertura de Créditos Adicionais							

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

Emissão: 11/02/2016 16:54:58

Page 1 de 2

Homologado

PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Mês (b)	% (b / a)	Até o Mês (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	548.000,00	548.000,00	91.188,39	16,64	759.355,73	138,56	-211.355,73
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	543.000,00	543.000,00	91.100,47	16,77	748.449,21	137,83	-205.449,21
Contribuições Sociais	543.000,00	543.000,00	91.100,47	16,77	748.449,21	137,83	-205.449,21
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL			87,92		10.906,52		-10.906,52
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias			87,92		10.906,52		-10.906,52
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	5.000,00	5.000,00					5.000,00
Multas e Juros de Mora	5.000,00	5.000,00					5.000,00
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	548.000,00	548.000,00	91.188,39	16,64	759.355,73	138,56	-211.355,73
DÉFICIT (IV)							
TOTAL (V) = (III + IV)	548.000,00	548.000,00	91.188,39	16,64	759.355,73	138,56	-211.355,73

MARCIA CRISTINA DE SOUZA BATISTA
DIRETORA EXECUTIVA

SILVANA APARECIDA PECINATO
TESOUREIRA

GILSON LUIZ VERISSIMO
CRC/MT-012883/O-2

Emissão: 11/02/2016 16:54:58

Page 2 de 2
Homologado

GABINETE DO PREFEITO
RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT
RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016.

	ASSISTENTE SOCIAL			PROVA TEÓRICA					NOTA FINAL	RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	HIST. GEO	C. ESP	TOTAL	PRATICA	FINAL	
1º	234	Gislene Nunes Xavier da Silva		15	15	35	65,00	*	65,00	APROVADA
2º	111	Lucinei Guilherme Neves		15	10	25	50,00	*	50,00	APROVADA
	235	Celia da Silva								AUSENTE
	236	Elisangela Pereira da Silva								AUSENTE
	238	Kallita dos Anjos Moraes								AUSENTE
	239	Nicete Regina da Silva								AUSENTE
	237	Sheila Carlos dos Santos Carollo								AUSENTE
	MEDICO			PROVA TEÓRICA				PRATICA	NOTA FINAL	RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	HIST. GEO	C. ESP	TOTAL		FINAL	
1º	219	Anderson Balestrin		20	20	30	70,00	*	70,00	APROVADO

	ENFERMEIRO(A)			PROVA TEÓRICA				PRATICA	NOTA FINAL	RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	HIST. GEO	C. ESP	TOTAL		FINAL	
1º	67	Melaine Dutra Mascarello		25	25	30	80,00	*	80,00	APROVADA
2º	165	Sandra Lisboa da Silva Andrade		15	20	20	55,00	*	55,00	CLASSIFICADA
	229	Fabiana Paula Baumgartner								AUSENTE
	227	Maria Rosangela da Gama								AUSENTE
	230	Naiara Paula Peres da Silva								AUSENTE
								*		
	ODONTOLOGO (A)			PROVA TEÓRICA				PRATICA	NOTA FINAL	RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	HIST. GEO	C. ESP	TOTAL		FINAL	
1º	240	Vanessa Michalczuc Barzon		20	10	45	75,00	*	75,00	APROVADO
2º	243	Carlos Eduardo Silva Negrão		10	25	40	75,00	*	75,00	APROVADO
3º	44	Janaina Bernardo Paulino		20	10	40	70,00	*	70,00	CLASSIFICADO
	241	Cairo Pio de Magalhães Neto								AUSENTE

	242	Lidiane Wudarski de barros								AUSENTE
	244	Lucas da Silva Rocha								AUSENTE
	245	Ricardo Toledo de Freitas								AUSENTE

	AUXILIAR ADMINISTRATIVO			PROVA TEÓRICA				PRATICA	NOTA FINAL	RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	MAT.	HIST. GEO	C. ESP			FINAL
1º	150	Ana Paula Pereira dos Santos		20	25	20	25	*	90,00	APROVADA
2º	207	Rodrigo Aparecido Mariano		20	25	25	20	*	90,00	APROVADO
3º	82	Ana Carolina Barbosa Ferreira		15	25	10	25	*	75,00	CLASSIFICADO
4º	170	Luis Aparecido dos Santos		20	25	20	10	*	75,00	CLASSIFICADO
5º	45	Regina Barbosa Mariano		15	20	20	15	*	70,00	CLASSIFICADO
6º	188	Junior dos Santos Oliveira Fogoça		15	25	15	15	*	70,00	CLASSIFICADO
7º	169	Tiago Coutinho dos Santos		10	20	15	20	*	65,00	CLASSIFICADO
8º	65	Elton Ribeiro Iano		15	20	15	15	*	65,00	CLASSIFICADO
9º	209	Eduardo Rodrigues da Cunha Gomes		20	15	20	10	*	65,00	CLASSIFICADO
10º	154	Tathiane Andrade		15	15	10	20	*	60,00	CLASSIFICADO
11º	55	Alana Beatriz Veríssimo dos Santos		10	15	15	20	*	60,00	CLASSIFICADO
12º	223	Eliane Cordioli		20	20	5	15	*	60,00	CLASSIFICADO
13º	124	Ione da Silva Machado		15	15	20	10	*	60,00	CLASSIFICADO
14º	35	Grazieli Mariano Moreira		10	15	5	25	*	55,00	CLASSIFICADO
15º	94	Elibriane dos Santos de Farias		20	10	5	20	*	55,00	CLASSIFICADO
16º	59	Silvana Apª Camillo de Oliveira		10	15	10	20	*	55,00	CLASSIFICADO
17º	83	Claudia C. de Magalhães Camargo		15	15	10	15	*	55,00	CLASSIFICADO
18º	13	Raíssa Vicente Rodrigues		10	15	15	15	*	55,00	CLASSIFICADO
19º	164	Ana Paula Alves Pinheiro		15	20	10	10	*	55,00	CLASSIFICADO
20º	161	Tiago de Lima Pereira		10	10	5	10	*	35,00	CLASSIFICADO
21º	194	Izabel Cristina Effeting		10	20	0	20	*	50,00	REPROVADO
22º	203	Laudiceia Gomes dos Santos		0	15	20	15	*	50,00	REPROVADO
23º	88	Daiane Lima Oliveira		15	5	0	10	*	30,00	REPROVADO
24º	25	Fernanda Alves dos Santos		10	10	10	0	*	30,00	REPROVADO
25º	157	Eduardo da Silva		0	10	5	5	*	20,00	REPROVADO
	29	Caroline Mendes dos Santos								AUSENTE
	10	Flavia Regina Mauer								AUSENTE

	108	Greidielle Facco Paulino								AUSENTE
	156	Hiago Ferro N. da Silva								AUSENTE
	58	Maria Jose Apª dos Santos								AUSENTE
	25	Raiane Santana Fogaça								AUSENTE
	96	Ana Carolina Spletozer								AUSENTE
	202	Valeria de Souza Almeida								AUSENTE
	85	Viviane Rodrigues Alves								AUSENTE
	AUXILIAR ADMINISTRATIVO (ALTO PARAISO			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	MAT.	HIST. GEO	C. ESP	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	98	Gilvane Campos		15	20	20	25	*	80,00	APROVADA
2º	42	Rosimeire Fernandes da Silva		15	10	20	25	*	70,00	CLASSIFICADA
3º	110	Juliana Frasseto Shmoller		5	15	20	20	*	60,00	CLASSIFICADA
4º	73	Alessandra Batista de Oliveira		15	15	10	10	*	50,00	CLASSIFICADA
5º	176	Roseli Apª Oliveira dos Santos		15	10	5	15	*	45,00	CLASSIFICADA
6º	103	Zileide da Silva Bento		10	10	15	10	*	45,00	CLASSIFICADA
	26	Denise Lehrbach Dilalo								AUSENTE
	TECNICO EM ENFERMAGEM UMS			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	MAT.	HIST. GEO	C. ESP	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	31	Claudinéia de Carvalho		15	20	15	15	*	65,00	APROVADO
2º	18	Aparecida Nunes da Silva Gonçalves		15	15	15	15	*	60,00	APROVADO
3º	76	Simone Pereira Silva Santos		20	20	10	10	*	60,00	APROVADO
4º	101	Daniela Bernardo Costa Silva		10	10	15	20	*	55,00	APROVADO
5º	49	Vânia dos Santos Alves		15	15	10	15	*	55,00	CLASSIFICADA
	TECNICO EM ENFERMAGEM PSF			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	MAT.	HIST. GEO	C. ESP	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	11	Vera Lúcia Martins		25	15	10	15	*	65,00	APROVADA
2º	151	Marilda Pereira		25	10	10	15	*	60,00	APROVADA
	222	Fernanda Regina T. de Magalhães								AUSENTE
	TECNICO EM ENFERMAGEM (ALTO PARAISO			PROVA TEÓRICA				PRATICA		RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	MAT.	HIST. GEO	C. ESP		NOTA FINAL	FINAL
1º	102	Gleice Frez Souza Santos		10	10	15	15	*	50,00	APROVADA
	TECNICO EM RADIOLOGIA			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	MAT.	HIST. GEO	C. ESP	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	97	Ângela Maria Triburtini de Liri		15	20	10	15	*	60,00	APROVADO

	FISCAL DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	MAT.	HIST. GEO	C. ESP	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	152	Edivan Cerqueira Viana		20	20	25	25	*	90,00	APROVADO
2º	217	Sirlei de O. de Farias Spletozer		20	20	15	25	*	80,00	CLASSIFICADO
3º	220	Edna B. Soares L. Vasconcelos		15	25	15	25	*	80,00	CLASSIFICADO
4º	147	Álvaro Antonio Silva Tosta		20	20	20	20	*	80,00	CLASSIFICADO
6º	62	Vanessa Batista Hey		20	20	10	20	*	70,00	CLASSIFICADO
7º	187	Maria de Nasaré P. de Carvalho		15	15	10	25	*	65,00	CLASSIFICADO
5º	64	Kelly T. Hashimoto de Souza		15	25	5	20	*	65,00	CLASSIFICADO
8º	53	Jussara Sobreira Arguelho		10	10	15	25	*	60,00	CLASSIFICADO
9º	72	Robson Ribas Braga		15	20	5	20	*	60,00	CLASSIFICADO
10º	95	Jéssica Amanda Brito da Silva		10	20	15	15	*	60,00	CLASSIFICADO
11º	183	Janaina Ferreira da Silva		10	10	15	15	*	50,00	CLASSIFICADO
12º	91	Sonia Freitas Firme		15	10	10	10	*	45,00	CLASSIFICADO
13º	56	Jefferson de Lima Farias		5	10	10	10		35,00	CLASSIFICADO
	196	Alex Sandro Gavinsk Pinto								AUSENTE
	178	Aline Barreto Lemes								AUSENTE
	106	Cristiano Correia								AUSENTE
	213	Mauro Valcarenghi								AUSENTE
	ATENDENTE DA CASA DO ARTESÃO			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	MAT.	HIST. GEO	C. ESP	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	160	Maissa Daiane da Silva		20	20	15	20	*	75,00	APROVADA
2º	136	Elenize Tainara Pit		20	25	15	15	*	75,00	CLASSIFICADA
3º	155	Geyse Karini Marcondes		15	25	10	20	*	70,00	CLASSIFICADA

5º	20	Marta Justa da Silva		25	15	15	15	*	70,00	CLASSIFICADA
6º	66	Lelliane Nilo Gomes da Silva		15	10	10	25	*	65,00	CLASSIFICADA
7º	149	Ana Paula Alves da Silva	26/11/1986	20	15	10	20	*	65,00	CLASSIFICADA
9º	181	Claudete Nunes de Magalhães	07/04/1990	20	15	10	20	*	65,00	CLASSIFICADA
8º	158	Rosangela dos Reis Marcondes		15	10	20	20	*	65,00	CLASSIFICADA
10º	116	Katia Regina Hwizdalek Duarte		15	15	15	20	*	65,00	CLASSIFICADA
4º	224	Karine e Silva dos Anjos		10	20	15	20	*	65,00	CLASSIFICADA
11º	215	Laudiceia Pereira		15	10	10	20	*	60,00	CLASSIFICADA
12º	118	Edilaine de Lima Ribeiro		25	10	10	15	*	60,00	CLASSIFICADA
14º	93	Nelcinda Pedrozo Lopes Pinto		10	20	15	15	*	60,00	CLASSIFICADA
15º	166	Camila Borges de Aragão		10	15	5	25	*	55,00	CLASSIFICADA
13º	60	Paloma Galvão de Paula		15	15	10	15	*	55,00	CLASSIFICADA
17º	24	Margarete Pilon		15	10	10	20	*	55,00	CLASSIFICADA
16º	105	Danila Taisa da Silva Giroto		5	15	15	20	*	55,00	CLASSIFICADA
18º	144	Janaine Aparecida F. de Lima Krik		15	15	5	15	*	50,00	CLASSIFICADA
19º	216	Rozilene de Carvalho Alencar		10	15	10	15	*	50,00	CLASSIFICADA
20º	21	Fernanda Melo de Jesus		10	15	15	10	*	50,00	CLASSIFICADA
21º	120	Flavia Cristina Moro		10	10	5	15	*	40,00	CLASSIFICADA
	172	Aline Bernadete de O. Padilha								AUSENTE
	113	Aline Gleice da Rocha								AUSENTE
	90	Eva da Rosa								AUSENTE
	137	Franciele Ferreira Farias								AUSENTE
	73	Licelia Delgobo Albach								AUSENTE
	112	Lucia Aparecida dos Santos								AUSENTE
	104	Mirian Aparecida de O. Caitano								AUSENTE
	22	Maria Aparecida Ferreira de Farias								AUSENTE
	AUXILIAR DE CONSULTORIO ODONTOL.			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	MAT.	HIST. GEO	C. ESP	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	167	Adriele Fernanda da Silva		15	20	15	5	*	55,00	APROVADO
2º	33	Eyliene Fonseca da Luz		5	15	5	15	*	40,00	CLASSIFICADO
3º	184	Rosiane dos Santos Pereira		5	15	10	10	*	40,00	CLASSIFICADO

	OUVIDOR DA SUS			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	MAT.	HIST. GEO	C. ESP	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	159	Matilde dos Santos		15	25	10	25	*	75,00	APROVADA
2º	211	Creuza Araujo Onofre Cordioli	19/04/1981	20	20	15	20	*	75,00	CLASSIFICADA
3º	46	Vitória Cristina Rodrigues Alves	26/09/1992	20	20	15	20	*	75,00	CLASSIFICADA
4º	199	Cristiane Cordioli Brito		20	20	10	20	*	70,00	CLASSIFICADA
5º	175	Vanderson Barbosa Lustosa		15	20	25	10	*	70,00	CLASSIFICADA
6º	71	Mônica Cristina Ferreira Luiz		15	15	20	15	*	65,00	CLASSIFICADA
7º	208	Luciano Jesus Brito		15	25	10	15	*	65,00	CLASSIFICADA
8º	50	Janete Perim Claudino		20	15	15	10	*	60,00	CLASSIFICADA
9º	30	Angelica Maria da C. M. Ferreira		15	15	5	20	*	55,00	CLASSIFICADA
10º	81	Daiane Pereira dos Santos		15	20	5	15	*	55,00	CLASSIFICADA
11º	193	Mari Neuza Guedes dos Santos		10	15	15	15	*	55,00	CLASSIFICADA
12º	107	Regina da Silva Lemes Coccia		15	15	15	10	*	55,00	CLASSIFICADA
13º	19	Angelica da Silva Melo		15	20	10	10	*	55,00	CLASSIFICADA
14º	8	Andressa Soares da Silva		10	20	20	5	*	55,00	CLASSIFICADA
15º	79	Tatiane Felix Pereira		15	10	10	15	*	50,00	CLASSIFICADA
16º	180	Cristiane Camargo Vaccaro		10	20	5	15	*	50,00	CLASSIFICADA
17º	205	Sidlei da Silva		5	20	10	10	*	45,00	CLASSIFICADA
18º	185	Cristiane Costa Santos		20	5	5	0	*	30,00	REPROVADA
19º	69	Claudineia Rodrigues		5	10	10	0	*	25,00	REPROVADA
	78	Andressa Lima Zanateli								AUSENTE
	226	Cristiana Barbosa da Silva								AUSENTE
	127	Erica Antunes G. de Lino								AUSENTE
	182	Fernanda Trindade								AUSENTE
	115	Giovana Soares Montanari								AUSENTE
	145	Gisele Alves Bueno Krik								AUSENTE
	109	Isabela Tainara Guedes								AUSENTE
	117	Lisangela Lehrbach Dlugokenski								AUSENTE
	225	Silvana Bazani								AUSENTE
	47	Robcelia Diana P. Fernandes								AUSENTE
	OPERADOR DE PÁ CARREGADEIRA			PROVA TEÓRICA						RESULTADO

CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	PORT.	MAT.	HIST. E GEO	C. ESPEC.	TOTAL	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	84	Lucas de Lima Oliveira Dorta	10	10	15	25	60,00	98	79,00	APROVADO
2º	125	Ademildo Fiori	15	20	10	10	55,00	65	60,00	APROVADO
3º	140	Divonzir Bonfim	15	20	15	15	70,00	45	57,50	CLASSIFICADO
4º	146	Iranil Elias Pereira	15	10	10	10	45,00	50	47,50	CLASSIFICADO
5º	173	Fabiano Barros Lopes	15	25	20	20	80,00	0	40,00	REPROVADO
	173	Gilmar Alves Bueno Krik								AUSENTE
	OPERADOR DE RETROESCAVADEIRA			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	PORT.	MAT.	HIST. E GEO	C. ESP	TOTAL	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	212	Everton Fernandes da Silva	10	15	10	10	45,00	75	60,00	APROVADO
2º	17	Cleverson Lima da Silva	5	15	25	10	55,00	65	60,00	CLASSIFICADO
	192	Anilton Luiz dos Santos								AUSENTE
	174	Juvenal da Silva								AUSENTE
	OPERADOR DE MOTONIVELADORA			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	PORT.	MAT.	HIST. E GEO	C. ESP	TOTAL	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	232	Fabio Artur Lansana	15	15	25	20	75,00	98	86,50	APROVADO
2º	2	Orlei Bonfim	20	20	25	10	75,00	97	86,00	APROVADO
3º	233	Leonardo Barreto da Silva	15	25	20	10	70,00	98	84,00	CLASSIFICADO
4º	195	Nabor Maia Costa Neto	15	25	20	5	65,00	92	78,50	CLASSIFICADO
5º	1	Derci Aparecido Perão	15	15	20	10	60,00	85	72,50	CLASSIFICADO
6º	9	Antonio Coelho de Paula	5	10	5	10	30,00	87	58,50	CLASSIFICADO
	89	Clovis Silva dos santos								AUSENTE
	231	Jaque da Silva								AUSENTE
	OPERADOR DE MOTOSERRA			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	PORT.	MAT.	HIST. E GEO	C. ESP	TOTAL	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
	3	Claudio Aparecido de Carvalho								AUSENTE
	129	Marcos Bonfim Groch								AUSENTE
	MOTORISTA			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	PORT.	MAT.	HIST. E GEO	C. ESP	TOTAL	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	169	Rodrigo Stumm	15	10	15	20	60,00	100	80,00	APROVADO
2º	179	Elizeu de Camargo	15	15	10	20	60,00	100	80,00	CLASSIFICADO
3º	70	Vanderli Alves de Almeida	25	20	20	15	80,00	0	40,00	REPROVADO
	52	Edivaldo Imaculado de Souza								AUSENTE
	221	Elioenai dos Santos de Farias								AUSENTE
	148	Lindenberg Souza dos Santos								AUSENTE
	MOTORISTA DE AMBULANCIA			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	PORT.	MAT.	HIS. E GEO	C. ESP	TOTAL	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	119	Sueudes de Pontes Alexandre	20	20	15	25	80	100	90,00	APROVADO
	6	Josimar Almeida Pacheco	20	15	10	15	65	100	80,00	CLASSIFICADO
	AUXILIAR DE CUIDADOR			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	MAT.	HIST. GEO	C. ESP	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	14	Andrea Cristina Pezzini		20	15	15	15	*	65,00	APROVADA
2º	38	Girlene Fonseca Lima		10	15	10	10	*	45,00	CLASSIFICADA
3º	61	Maria Marta Costa Guedes		10	0	15	15	*	40,00	REPROVADA
	204	Edivani Venancia da Andrade								AUSENTE
	135	Gabriele Alves Galvão								AUSENTE
	133	Maria aparecida Bonfim Groch								AUSENTE
	FACILITADOR DE OFICINAS			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	MAT.	HIST. GEO	C. ESP	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	41	Suellen De Pontes Alexandre		25	25	15	15	*	80,00	APROVADA
2º	63	Marinete Mendes da Cruz		15	25	25	15	*	80,00	CLASSIFICADA
3º	191	Fabricia Ovani da Silva		15	20	15	20	*	70,00	CLASSIFICADA
4º	122	Rosangela Daiane F. Barbosa		15	20	15	15	*	65,00	CLASSIFICADA
5º	132	Alan Mendes da Silva		20	20	15	10	*	65,00	CLASSIFICADA
6º	16	Heloisa Nantes Pereira		20	20	10	10	*	60,00	CLASSIFICADA
7º	123	Maria de Lourdes Ribeiro		10	15	10	20	*	55,00	CLASSIFICADA
8º	177	Juliana Spaulonci Pereira		10	20	10	15	*	55,00	CLASSIFICADA
9º	36	Rosangela Apª dos Santos das Silva		10	25	5	15	*	55,00	CLASSIFICADA
10º	171	Flavia Hirota		15	20	15	5	*	55,00	CLASSIFICADA

11º	12	Ana Paula Campos Almeida		20	15	5	10	*	50,00	CLASSIFICADA
12º	28	Mariana Crisla Farias de Souza		10	20	5	10	*	45,00	CLASSIFICADA
13º	80	Ana Paula Alves da Rocha		20	20	0	10	*	50,00	REPROVADA
14º	126	Viviane Silva de Oliveira		10	15	15	0	*	40,00	REPROVADA
15º	32	Marcelino Martins de Souza		0	5	15	10	*	30,00	REPROVADA
16º	206	Daniela Aparecida da Rocha		5	0	10	10	*	25,00	REPROVADA
	162	Aline aparecida F. da Silva								AUSENTE
	200	Indianara Gomes de Oliveira								AUSENTE
	201	Jaine da Cruz Ramos								AUSENTE
	214	Jefferson Correa								AUSENTE
	190	Joseane Rodrigues Eloi								AUSENTE
	99	Maria Salvador dos santos								AUSENTE
	114	Rosangela F. Lopes Hoinoski								AUSENTE
	168	sandra Maria Pegorini Viana								AUSENTE
	74	Vania Rodrigues								AUSENTE
	121	Vanilde Paricia de Campos								AUSENTE
	AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	MAT.	HIST. GEO	C. ESP	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	37	Sirlene Brandel Pereira		25	20	15	25	*	85,00	APROVADO
2º	34	Angela Maria Batista		15	20	20	20	*	75,00	CLASSIFICADO
3º	54	Andressa Nascimento de Lima		10	25	15	10	*	60,00	CLASSIFICADO
4º	153	Pablo Pereira de Almeida		10	20	10	10	*	50,00	CLASSIFICADO
5º	134	Clóvis da Silva Caldeira		0	0	10	5	*	15,00	REPROVADO
	130	Alan Bonfim Groch								AUSENTE
	40	Ivone Pacifico Cordeiro								AUSENTE
	23	Mauro Cintorião								AUSENTE
	ZELADOR (A)			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	MAT.	HIST. GEO	C. ESP	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	37	Eliana Barbosa Panerari		25	20	25	25	*	95,00	APROVADA
2º	57	Angelica Noetzold Shimitz		20	25	25	20	*	90,00	CLASSIFICADA
3º	39	Francimeure Cordeiro Batista		15	20	25	20	*	80,00	CLASSIFICADA
4º	27	Dinalva Nicodemos S. Lopes		10	15	20	25	*	70,00	CLASSIFICADA
5º	131	Tais de Lima da Silva		20	15	10	20	*	65,00	CLASSIFICADA
6º	189	Cleonice Pereira dos S. Fogaça		10	20	20	15	*	65,00	CLASSIFICADA
7º	128	Idalina dos Santos		15	20	10	10	*	55,00	CLASSIFICADA
8º	15	Valdelene Vieira Dantas		15	10	10	15	*	50,00	CLASSIFICADA
9º	198	Rosenilda de Lourdes Benedito		10	15	10	15	*	50,00	CLASSIFICADA
10º	48	Catarina de Lima Perin		10	10	10	15	*	45,00	CLASSIFICADA
11º	77	Sebastiana de Lima Fermina		5	10	10	5	*	30,00	CLASSIFICADA
	68	Denise dos Santos								AUSENTE
	51	Joanice Apª Foscarini								AUSENTE
	VIGIA			PROVA TEÓRICA						RESULTADO
CLASS	Nº	NOME DO CANDIDATO	DATA NASC.	PORT.	MAT.	HIST. GEO	C. ESP	PRATICA	NOTA FINAL	FINAL
1º	139	Daniel dos Santos Soares		20	20	15	25	*	80,00	APROVADO
2º	186	Vanderlei da Rosa		10	15	10	10	*	45,00	CLASSIFICADO
3º	5	Valdir Pereira Mendes		10	10	10	10	*	40,00	CLASSIFICADO
4º	138	Francisco José da Silva		15	15	5	5	*	40,00	CLASSIFICADO
5º	4	Nelson de Santana Alves		15	10	5	5	*	35,00	CLASSIFICADO
6º	43	Aldo Aparecido dos Santos		0	10	5	10	*	25,00	REPROVADO
7º	197	Ricardo Jacinto da Silva		5	0	0	10	*	15,00	REPROVADO
8º	7	Cleverson Renato Dias		5	0	5	0	*	10,00	REPROVADO

NOVA MONTE VERDE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

JANETE APARECIDA SOARES
Presidente da Comissão Processo Seletivo Simplificado 001/2016
Decreto 203/2015

ARION SILVEIRA
PREFEITO MUNICIAL

GABINETE DO PREFEITO
PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - DESPESAS DEZEMBRO/2015

PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

DESPESAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	1.290.000,00		1.290.000,00	67.634,77	550.352,92	550.352,92	548.623,72	42,66	739.647,08
DESPESAS CORRENTES	706.000,00	10.000,00	716.000,00	67.634,77	550.352,92	550.352,92	548.623,72	76,86	165.647,08
Pessoal e Encargos Sociais	461.000,00	126.000,00	587.000,00	66.459,80	491.705,79	491.705,79	489.976,59	83,76	95.294,21
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes	245.000,00	-116.000,00	129.000,00	1.174,97	58.647,13	58.647,13	58.647,13	45,46	70.352,87
DESPESAS DE CAPITAL	20.000,00	-10.000,00	10.000,00						10.000,00
Investimentos	20.000,00	-10.000,00	10.000,00						10.000,00
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
RESERVA DE CONTINGÊNCIA									
RESERVA DO RPPS	564.000,00		564.000,00						564.000,00
DESPESAS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	10.000,00		10.000,00	405,16	3.084,15	3.084,15	3.084,15	30,84	6.915,85
SUBTOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII + IX)	1.300.000,00		1.300.000,00	68.039,93	553.437,07	553.437,07	551.707,87	42,57	746.562,93
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)									
Amortização da Dívida Interna									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
Amortização da Dívida Externa									
Dívida Mobiliária									
Outras Dívidas									
SUBTOTAL C/REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	1.300.000,00		1.300.000,00	68.039,93	553.437,07	553.437,07	551.707,87	42,57	746.562,93
SUPERÁVIT (XIII)				138.201,82	1.214.973,40	1.216.702,60			-1.214.973,40
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	1.300.000,00		1.300.000,00	206.241,75	1.768.410,47	1.770.139,67	551.707,87	136,03	-468.410,47

DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (d)	Créditos Adicionais (e)	Dotação Atualizada (f = d + e)	Despesas Empenhadas		Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	% (h / f)	Saldo da Dotação (f - h)
				No Mês (g)	Até o Mês (h)	Até o Mês (i)	Até o Mês (j)		
DESPESAS CORRENTES (I)	10.000,00		10.000,00	405,16	3.084,15	3.084,15	3.084,15	30,84	6.915,85
Pessoal e Encargos Sociais	10.000,00		10.000,00	405,16	3.084,15	3.084,15	3.084,15	30,84	6.915,85
Juros e Encargos da Dívida									
Outras Despesas Correntes									
DESPESAS DE CAPITAL (II)									
Investimentos									
Inversões Financeiras									
Amortização da Dívida									
SUBTOTAL DAS DESPESAS (III) = (I + II)	10.000,00		10.000,00	405,16	3.084,15	3.084,15	3.084,15	30,84	6.915,85
SUPERÁVIT (IV)	538.000,00		538.000,00	90.783,23	756.271,58	756.271,58		140,57	-218.271,58
TOTAL (V) = (III + IV)	548.000,00		548.000,00	91.188,39	759.355,73	759.355,73	3.084,15	138,56	-211.355,73

Emissão: 11/02/2016 16:54:57

Page 1 de 2
Homologado

PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

MARCIA CRISTINA DE SOUZA BATISTA DIRETORA EXECUTIVA	SILVANA APARECIDA PECINATO TESOUREIRA	GILSON LUIZ VERISSIMO CRC/MT-012883/O-2

Emissão: 11/02/2016 16:54:57 Page 2 de 2

Homologado

GABINETE DO PREFEITO
PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL - DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DEZEMBRO/2015

PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Dezembro/2015

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	Exercício Atual	**Exercício Anterior**
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	**1.855.996,34**	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA		
IMPOSTOS		
TAXAS		
CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUIÇÕES	**1.314.857,14**	
CONTRIBUICOES SOCIAIS	1.314.857,14	
CONTRIBUICOES DE INTERVENCAO NO DOMINIO ECONOMICO		
CONTRIBUICAO DE ILUMINACAO PUBLICA		
CONTRIBUICOES DE INTERESSE DAS CATEGORIAS PROFISSIONAIS		
EXPLORAÇÃO E VENDA DE BENS, SERVIÇOS E DIREITOS	**-59.558,06**	
VENDA DE MERCADORIAS		
VENDA DE PRODUTOS		
EXPLORACAO DE BENS E DIREITOS E PRESTACAO DE SERVICOS	-59.558,06	
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS	**600.697,26**	
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA	23.054,88	
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS OBTIDOS		
REMUNERACAO DE DEPOSITOS BANCARIOS E APLICACOES FINANCEIRAS	577.642,38	
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS		
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS INTER GOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS DAS INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS DE CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERENCIAS DO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
TRANSFERENCIAS DE PESSOAS FISICAS		
VALORIZAÇÃO E GANHOS COM ATIVOS		
REAVALIACAO DE ATIVOS		
GANHOS COM ALIENACAO		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR DESCOBERTAS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS POR NASCIMENTOS		
GANHOS COM INCORPORACAO DE VALORES APREENDIDOS		
OUTROS GANHOS COM INCORPORACAO DE ATIVOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
VARIACAO PATRIMONIAL AUMENTATIVA A CLASSIFICAR		
RESULTADO POSITIVO DE PARTICIPACOES		
REVERSAO DE PROVISOES E AJUSTES DE PERDAS		
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		

Emissão: 11/02/2016 12:15:16 Página 1

Homologado

PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Dezembro/2015

	Exercício Atual	Exercício Anterior
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**-3.177.707,29**	**8.529.001,16**
PESSOAL E ENCARGOS	**32.401,15**	
REMUNERACAO A PESSOAL	29.150,00	
ENCARGOS PATRONAIS	3.251,15	
BENEFICIOS A PESSOAL		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - PESSOAL E ENCARGOS		
BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	**462.388,79**	
APOSENTADORIAS E REFORMAS	265.742,67	
PENSOES	48.886,81	
BENEFICIOS DE PRESTACAO CONTINUADA		
BENEFICIOS EVENTUAIS		
POLITICAS PUBLICAS DE TRANSFERENCIA DE RENDA		
OUTROS BENEFICIOS PREVIDENCIARIOS E ASSISTENCIAIS	147.759,31	
USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	**40.963,03**	**1.188,08**
USO DE MATERIAL DE CONSUMO		395,00
SERVICOS	40.963,03	
DEPRECIACAO, AMORTIZACAO E EXAUSTAO		793,08
CUSTO DE MATERIAIS, SERVICOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO		
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS FINANCEIRAS		
JUROS E ENCARGOS DE EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS OBTIDOS		
JUROS E ENCARGOS DE MORA		
VARIACOES MONETARIAS E CAMBIAIS		
DESCONTOS FINANCEIROS CONCEDIDOS		
OUTRAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - FINANCEIRAS		
TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS		
TRANSFERENCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES PRIVADAS		
TRANSFERENCIAS A INSTITUICOES MULTIGOVERNAMENTAIS		
TRANSFERENCIAS A CONSORCIOS PUBLICOS		
TRANSFERENCIAS AO EXTERIOR		
EXECUCAO ORCAMENTARIA DELEGADA		
OUTRAS TRANSFERENCIAS E DELEGACOES CONCEDIDAS		
DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS		
REAVALIACAO, REDUCAO A VALOR RECUPERAVEL E AJUSTE PARA PERDAS		
PERDAS COM ALIENACAO		
PERDAS INVOLUNTARIAS		
TRIBUTÁRIAS	**17.684,10**	
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUICOES DE MELHORIA		
CONTRIBUICOES	17.684,10	
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS, DOS PRODUTOS VENDIDOS E DOS SERVICOS PRESTADOS		
OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	**-3.731.144,36**	**8.527.813,08**
PREMIACOES		
RESULTADO NEGATIVO DE PARTICIPACOES		
INCENTIVOS		
SUBVENCOES ECONOMICAS		
PARTICIPACOES E CONTRIBUICOES		
VPD DE CONSTITUICAO DE PROVISOES	-3.731.144,36	8.527.813,08
DIVERSAS VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Resultado Patrimonial do Período	**5.033.703,63**	**-8.529.001,16**

Emissão: 11/02/2016 12:15:16 Página 2

Homologado

PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL
Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
Dezembro/2015

MARCIA CRISTINA DE SOUZA DIRETORA EXECUTIVA	SILVANA APARECIDA PECINATO TESOUREIRA	GILSON LUIZ VERISSIMO CRC/MT-012883/O-2

GABINETE DO PREFEITO
PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL-BALANÇO PATRIMONIAL DEZEMBRO/2015

PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2015

Data de emissão: 11/02/2016

Exercício: 2015 **P. Contas: PCASP-MT**

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
ATIVO CIRCULANTE			**PASSIVO CIRCULANTE**		
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.761.706,01	4.546.563,68	OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A CURTO PRAZO	1.729,20	419,22
CREDITOS A CURTO PRAZO	98.590,05	73.411,72	EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A CURTO PRAZO		
CLIENTES	98.590,05	73.411,72	FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR A CURTO PRAZO		
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR NACIONAIS A CURTO PRAZO		
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA			FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR ESTRANGEIROS A CURTO PRAZO		
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - CLIENTES			OBRIGACOES FISCAIS A CURTO PRAZO		1.141,05
CREDITOS DE TRANSFERENCIAS A RECEBER			OBRIGACOES DE REPARTICAO A OUTROS ENTES		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			PROVISOES A CURTO PRAZO		
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CREDITOS A CURTO PRAZO			DEMAIS OBRIGACOES A CURTO PRAZO		
DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO					
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS					
TRIBUTOS A RECUPERAR/COMPENSAR					
CREDITOS A RECEBER POR DESCENTRALIZACAO DA PRESTACAO DE SERVICOS PUBLICOS					
CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO					
DEPOSITOS RESTITUIVEIS E VALORES VINCULADOS-CONSOLIDACAO					
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - DEMAIS CREDITOS					
OUTROS CREDITOS A RECEBER E VALORES A CURTO PRAZO					
(-) AJUSTE DE PERDAS DE DEMAIS CREDITOS E VALORES A CURTO PRAZO					
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A CURTO PRAZO					
ESTOQUES					
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE					
ATIVO NÃO CIRCULANTE			**PASSIVO NÃO CIRCULANTE**		
ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	62.407,54		OBRIGACOES TRABALHISTAS, PREVIDENCIARIAS E ASSISTENCIAIS A PAGAR A LONGO PRAZO		
CREDITOS A LONGO PRAZO - CONSOLIDACAO	62.407,54		EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS A LONGO PRAZO		
CLIENTES			FORNECEDORES A LONGO PRAZO		
CREDITOS TRIBUTARIOS A RECEBER	62.407,54		OBRIGACOES FISCAIS A LONGO PRAZO		
DIVIDA ATIVA TRIBUTARIA			PROVISOES A LONGO PRAZO	4.796.668,73	8.527.813,09
DIVIDA ATIVA NAO TRIBUTARIA - CLIENTES			DEMAIS OBRIGACOES A LONGO PRAZO		
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS CONCEDIDOS			RESULTADO DIFERIDO		
(-) AJUSTES DE PERDAS DE CREDITOS A LONGO PRAZO			**TOTAL DO PASSIVO**	**4.798.397,93**	**8.529.373,36**
CREDITOS A LONGO PRAZO - INTRA OFSS			**PATRIMÔNIO LIQUIDO**		

Homologado

PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2015

Data de emissão: 11/02/2016

CREDITOS A LONGO PRAZO INTER OFSS - UNIAO			**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
CREDITOS A LONGO PRAZO - INTER OFSS - ESTADO			PATRIMONIO SOCIAL E CAPITAL SOCIAL		
CREDITOS A LONGO PRAZO INTER OFSS - MUNICIPIO			ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		
DEMAIS CREDITOS E VALORES A LONGO PRAZO			RESERVAS DE CAPITAL		
INVESTIMENTOS E APLICACOES TEMPORARIAS A LONGO PRAZO			AJUSTES DE AVALIACAO PATRIMONIAL		
ESTOQUES - CONSOLIDACAO			RESERVAS DE LUCROS		
VARIACOES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE			DEMAIS RESERVAS		
INVESTIMENTOS			RESULTADOS ACUMULADOS	1.130.825,51	-3.902.878,12
PARTICIPACOES PERMANENTES			RESULTADO DO EXERCÍCIO	5.033.703,63	
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL			RESULTADO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-3.902.878,12	-3.902.878,12
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE EQUIVALENCIA PATRIMONIAL			OUTROS RESULTADOS		
PARTICIPACOES AVALIADAS PELO METODO DE CUSTO			(-) ACOES / COTAS EM TESOURARIA		
PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
INVESTIMENTOS DO RPPS DE LONGO PRAZO					
DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES					
(-)DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE PARTICIPAÇÕES PERMANENTES					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE INVESTIMENTOS DO RPPS					
(-)REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE DEMAIS INVESTIMENTOS PERMANENTES					
IMOBILIZADO	6.519,84	6.519,84			
BENS MOVEIS	8.082,00	8.082,00			
BENS IMOVEIS					
(-) DEPRECIACAO, EXAUSTAO E AMORTIZACAO ACUMULADAS	-1.562,16	-1.562,16			
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE IMOBILIZADO					
INTANGIVEL					
SOFTWARES					
MARCAS, DIREITOS E PATENTES INDUSTRIAIS					
DIREITO DE USO DE IMOVEIS					
(-) AMORTIZACAO ACUMULADA					
(-) REDUCAO AO VALOR RECUPERAVEL DE INTANGIVEL					
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LIQUIDO	**1.130.825,51**	**-3.902.878,12**
TOTAL	**5.929.223,44**	**4.626.495,24**	**TOTAL**	**5.929.223,44**	**4.626.495,24**

ATIVO FINANCEIRO	**5.761.706,01**	**4.546.563,68**	**PASSIVO FINANCEIRO**		
ATIVO PERMANENTE	**167.517,43**	**79.931,56**	**PASSIVO PERMANENTE**	**7.058.319,75**	**722.056,85**
SALDO PATRIMONIAL				**-1.129.096,31**	**3.904.438,39**

Homologado

PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO PATRIMONIAL

Dezembro/2015

Data de emissão: 11/02/2016

Compensação

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR	ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Saldo dos Atos Potenciais Ativos			Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
EXECUCAO DE GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS			EXECUCAO GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS CONCEDIDAS		
EXECUCAO DE DIREITOS CONVENIADOS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONVENIADAS E OUTROS INSTRUMENTOS CONGENERES		
EXECUCAO DE DIREITOS CONTRATUAIS			EXECUCAO DE OBRIGACOES CONTRATUAIS	10.800,00	10.800,00
EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS ATIVOS			EXECUCAO DE OUTROS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS		
TOTAL			**TOTAL**	**10.800,00**	**10.800,00**

MARCIA CRISTINA DE SOUZA BATISTA
DIRETORA EXECUTIVA

SILVANA APARECIDA PECINATO
TESOUREIRA

GILSON LUIZ VERISSIMO
CRC/MT-012883/O-2

Emissão: 11/02/2016 12:13:11 Página 3

Homologado

GABINETE DO PREFEITO
PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL-BALANÇO ORÇAMENTÁRIO- RESTOS A PAGAR DEZEMBRO/2015

PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Demonstrativo Contábil da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Dezembro/2015

(art. 102 da Lei n.º 4.320/1964) R$ 1,00

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS:

RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	INSCRITOS		LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(e)	(f)=(a+b-c-e)
DESPESAS CORRENTES						
Pessoal e Encargos Sociais						
Juros e Encargos da Dívida						
Outras Despesas Correntes						
DESPESAS DE CAPITAL						
Investimentos						
Inversões Financeiras						
Amortização da Dívida						
TOTAL						

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS:

RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	INSCRITOS		PAGOS	CANCELADOS	SALDO
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)	(c)	(d)	(f)=(a+b-c-d)
DESPESAS CORRENTES		1.560,27	1.560,27		
Pessoal e Encargos Sociais					
Juros e Encargos da Dívida					
Outras Despesas Correntes		1.560,27	1.560,27		
DESPESAS DE CAPITAL					
Investimentos					
Inversões Financeiras					
Amortização da Dívida					
TOTAL		1.560,27	1.560,27		

Nota: Demonstrativo Contábil em conformidade com o MCASP.

MARCIA CRISTINA DE SOUZA BATISTA
DIRETORA EXECUTIVA

SILVANA APARECIDA PECINATO
TESOUREIRA

GILSON LUIZ VERISSIMO
CRC/MT-012883/O-2

GABINETE DO PREFEITO
PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL -BALANÇO FINANCEIRO DEZEMBRO/2015

PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2015

Data de emissão: 11/02/2016

Exercício: 2015 **P. Contas: PCASP-MT**

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**	**ESPECIFICAÇÃO**	**EXERCÍCIO ATUAL**	**EXERCÍCIO ANTERIOR**
Receita Orçamentária	**1.768.410,47**	**1.413.852,11**	**Despesa Orçamentária**	**553.437,07**	**439.705,96**
Ordinárias			Ordinárias		
Ordinária	1.827.968,53	1.413.852,11	Ordinária	553.437,07	439.705,96
Dedução					
(-) Deduções da Receita Orçamentária	59.558,06				
Transferências Financeiras Recebidas			**Transferencias Financeiras Concedidas**		
Transferências Financeiras Recebidas			Transferências Financeiras Concedidas		
Recebimentos Extra-Orçamentários	**6.097,18**		**Despesas Extra-Orçamentárias**	**5.928,25**	**1.284,80**
Restos a Pagar			Restos a Pagar		
Inscritos no período	1.729,20		Pagos no período	1.560,27	1.284,80
Depósitos			Depósitos		
Outras movimentações extra-orçamentárias	4.367,98		Outras movimentações extra-orçamentárias	4.367,98	
Outros Movimentos			Outros Movimentos		
Outras movimentações extra-orçamentárias			Outras movimentações extra-orçamentárias		
Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Reversao)			Provisão p/ perdas de invest. e reserva adm. (Const.)		
Ajuste de Investimentos - Ganho			**Ajuste de Investimentos - Perda**		
Ajuste de Investimentos - Ganho			Ajuste de Investimentos - Perda		
Saldo em espécie do exercício anterior	**4.546.563,68**		**Saldo em espécie do exercício seguinte**	**5.761.706,01**	
Disponível			Disponível		
Caixa			Caixa		
Bancos conta movimento	13.254,47		Bancos conta movimento	32.352,48	
Aplicações financeiras	4.533.309,21		Aplicações financeiras	5.729.353,53	
Aplicações financeiras - RPPS			Aplicações financeiras - RPPS		
(-) Provisão p/ perdas de investimento			(-) Provisão p/ perdas de investimento		

Emissão: 11/02/2016 16:58:59 Página 1

Homologado

PREVVER - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDENCIA SOCIAL

Demonstrativo Contábil da lei nº 4.320, de 17 de março de 1964 - (Modelo NBCASP)

BALANÇO FINANCEIRO

Dezembro/2015

TOTAL	**6.321.071,33**	**1.413.852,11**	**TOTAL**	**6.321.071,33**	**440.990,76**

MARCIA CRISTINA DE SOUZA BATISTA
DIRETORA EXECUTIVA

SILVANA APARECIDA PECINATO
TESOUREIRA

GILSON LUIZ VERISSIMO
CRC/MT-012883/O-2

Emissão: 11/02/2016 16:58:59 Página 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

DECRETO N.º 1468 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

DECRETO N.º 1468 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

"Dispõe sobre a **ALTERAÇÃO** dos membros dos conselhos Curador e Fiscal do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Nova Nazaré - PREVI - Nazaré, e dá outras providências."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE Nova Nazaré, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e.

Considerando o disposto nos art. 66 da lei Municipal n.º 129/ 2004, de 18/ 06/2004.

DECRETA:

Art. 1º Fica constituído os membros do Conselho Curador, para mandato de 02 (dois) anos, conforme o cargo para o qual foram designados ou eleitos:

Representante do Executivo:

1) Titulares:

Enoque de Sousa Lima

Valdivina de Sousa Lima

Grazielle Izabella Gonçalves dos Santos

Waldenir Junior Ribeiro da Cruz

Jefferson Batista Santos

Maria das Graças dos Santos

Representante de Legislativo:

Alessandra Cristina Ferreira Gondim

Edson Iuen

2) Suplentes:

Luciene Leite da Silva

Katia Simone Santos Almeida Silva

Art. 2º Fica constituído os membros do Conselho Fiscal, para mandato de 02 (dois) anos, conforme o cargo para o qual foram designados ou eleitos:

1) Titulares:

Ellen Mendes Lopes Santos

Núbia Matildes de Carvalho.

Juliana Ferreira de Rezende Alves

2) Suplentes

Ludmilla Crispim de Souza

Maria Isabel Teixeira dos Santos

Art. 3º Os servidores acima nomeados serão regidos pela Lei n.º 129, de 18 de junho de 2004 e seus respectivos Regimentos Internos.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal, em 23 de fevereiro de 2016.

RAILDA DE FÁTIMA ALVES

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO OO1/2016

CRONOGRAMA DE APLICAÇÃO DAS PROVAS

A Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria Nº 022 de 04 de fevereiro de 2016, no uso de sua competência que lhe foi outorgada pelo Chefe do Executivo Municipal, torna comunica sobre pessoal e procedimentos necessários para aplicação da Prova Objetiva

Local de Realização da Prova

- Escola Municipal de Educação Básica “Sagrado Coração de Jesus”

Horário de Inicio:

- A prova está marcada para iniciar as 08h00min.

- Os membros da Comissão Examinadora, Aplicadores e Fiscais, devem comparecer no local as 07h00min.

Comissão Examinadora:

- Luciana de Freitas Alves

- Carmen Lúcia Rodrigues Moura

- Rosenilda Lima Almeida

- Suzany Passarelo Araújo

Aplicadores:

- Jucimar Dias de Oliveira

- Maria das Dores de Oliveira

- Cristiane de Freitas Alves

- Luzenilda Izidoro da Silva

- Luciana Sirleide do Nascimento

- Vilmar Rodrigues Ferreira

- Luciléia Rodrigues Moura

- Débora Cristiane Ferreira

Fiscais

- Junior César Pereira da Silva – Fiscal de Portão

- Rosiane Amaro da Silva Cesário - Fiscal de Corredor

Coordenador de Prédio:

- Leika de Almeida Alexandre

- Erineide Eunice Dantas

Imprensa

- Nelson Alves

Nova Olímpia-MT, 18 de fevereiro de 2016.

Comissão Examinadora do processo Seletivo Simplificado nº 001/2016.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016 EDITAL 003/2016

A Prefeitura de Nova Olímpia - MT, através da Comissão Examinadora, nomeada pela Portaria nº 22 de 04 de fevereiro de 2016, nos termos da legislação vigente e das exigências do Edital do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2016, torna público**, a relação dos candidatos aprovados e classificados do processo seletivo simplificado para contratação de professores** conforme segue:

CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS

CARGO: PEDAGOGO– ZONA URBANA

Ordem	Candidato	Nº de Insc.	Pontuação Obtida	Status		
Prova de Títulos	Prova Objetiva	Pontos Total				
1º	Cleonice Roberto de Melo	077	10,41	76,00	86,41	Aprovada
2º	Heloisa Quessada Justino de Almeida	043	5,03	80,00	85,03	Aprovada
3º	Sandra Giovana Santana	046	8,75	72,00	80,75	Aprovada
4º	Adriana dos Santos Almeida Oliveira	053	16,00	64,00	80,00	Aprovada
5º	Silvania Martins de Araújo Batista	013	11,32	68,00	79,32	Aprovada
6º	Leidiana Nonata Pereira	036	9,60	68,00	77,60	Aprovada
7º	Rosinete L. de Morais do Nascimento	044	13,0	64,00	77,00	Aprovada
8º	Adinéia Santos Souza	034	6,72	68,00	74,72	Aprovada
9º	Andressa Costa Tito da Silva	052	13,00	60,00	73,00	Aprovada
10º	Nanci Francini Behrenz	017	12,00	60,00	72,00	Aprovada
11º	Angélica Ventura Miranda	057	3,67	68,00	71,67	Classificada
12º	Maria Alliny Silva Santos	010	3,50	64,00	67,50	Classificada
13º	Marcia Ferreira de Melo	040	7,38	60,00	67,38	Classificada
14º	Rosangela Lindinalva da Silva	029	3,17	64,00	67,17	Classificada
15º	Ediana Dias Pavan	086	10,77	56,00	66,77	Classificada
16º	Ivanir Gonçalves Alves	068	10,00	56,00	66,00	Classificada
17º	Iracilda Gabriel da Silva	011	9,00	56,00	65,00	Classificada
18º	Ledilândia Oliveira Dias	088	12,77	52,00	64.77	Classificada
19º	Maria de Fatima de Oliveira Silva	082	8,00	56,00	64,00***	Classificada
20º	Joanize Cristina Corrêa	045	8,00	56,00	64,00***	Classificada
21º	Jaqueline da Silva Dias	070	3,95	60,00	63,95	Classificada
22º	Vanderléia de Souza	061	7,58	56,00	63,58	Classificada

23º	Juciele Sindiamara de Souza	065	14,75	48,00	62.75	Classificada
24º	Rosangela Silva Maranhão	064	6,25	56,00	62,25	Classificada
25º	Greice Reichambach da Rosa Zocche	003	5,07	56,00	61,07	Classificada
26º	Odilene Maria Fernandes	020	13,0	48,00	61,00	Classificada
27º	Lilia Carla da Silva	089	4,56	56,00	60,56	Classificada
28º	Jozilene Nunes da Costa	015	8,02	52,00	60,02	Classificada
29º	Pamela Ferraz Camargo	073	4,00	56,00	60,00*	Classificada
30º	Maria Ângela Satzinger Pinho	009	8,00	52,00	60,00*	Classificada
31º	Luciana Aparecida Antunes Pessoa	107	3,87	56,00	59,87	Classificada
32º	Maria Genilda Felix dos Santos	093	7,00	52,00	59,00***	Classificada
33º	Talita Andreia de Pinho Freitas	026	7,00	52,00	59,00***	Classificada
34º	Marcela Fabricia Ferencini Oliveira	004	2,52	56,00	58,52	Classificada
35º	Zilda de Castilho Agra Silva	094	2,00	56,00	58,00	Classificada
36º	Neiry Sorreição da Costa Oliveira	030	4,25	52,00	56,25	Classificada
37º	Lisa Danielle de Sousa Carvalho	076	12,0	44,00	56,00	Classificada
38º	Maria Dorli Moreira de Lima	063	11,40	44,00	55,40	Classificada
39º	Valéria Aparecida Baraniuk	035	3,25	52,00	55,25	Classificada
40º	Dayanne Polyanna Moranti	079	3,00	52,00	55,00*	Classificada
41º	Marciele Cristina de Matos	062	7,00	48,00	55,00*	Classificada
42º	Angélica Gomes Araújo Ferreira	023	9,50	44,00	53,50	Classificada
43º	Cenilda Carvalho Oliveira	025	13,0	40,00	53,00	Classificada
44º	Mercia Geraldo Pereira	103	8,75	44,00	52,75	Classificada
45º	Aléssia dos Santos	012	4,12	48,00	52,12	Classificada
46º	Roselei Kurz Gomes	078	8,00	44,00	52,00	Classificada
47º	Edma Neusa de Moraes Ribeiro	091	3,55	48,00	51,55	Classificada
48º	Rizoní Alves de Souza	059	7,00	44,00	51,00	Classificada
49º	Maria Apª Freire da C. dos Santos	067	5,75	44,00	49,75	Classificada
50º	Katia Cristina Cardoso da Silva	019	5,22	44,00	49,22	Classificada
51º	Eucilene de Souza Pereira	058	8,85	40,00	48,85	Classificada
52º	Edinéia Maria da Cunha	048	8,00	40,00	48,00**	Classificada
53º	Neiva Carvalho Costa	105	8,00	40,00	48,00**	Classificada
54º	Kelli Katiane R. Cardoso Chagas	018	3,75	44,00	47,75	Classificada
55º	Maria José Ribeiro	084	3,47	44,00	47,47	Classificada
56º	Juliana Longaretti de Almeida	039	7,00	40,00	47,00	Classificada
57º	Claudete Ferreira de Souza	080	7,00	40,00	47,00	Classificada
58º	Marta Barbosa dos Santos	002	2,75	44,00	46,75	Classificada
59º	Regiane Cristina Leandro	042	8,75	36,00	44,75	Classificada
60º	Rosana Magalhães da Silva	056	7,00	36,00	43,00	Classificada
61º	Zenilda Moreira	060	6,42	36,00	42,42	Classificada
62º	Ana Paula da Silva	024	5,90	36,00	41,90	Classificada
63º	Luci Cleide dos Santos Dionízio	087	9,50	32,00	41,50	Classificada
64º	Eliz Raguel Betencourth Dias	037	4,45	36,00	40,45	Classificada
65º	Maria Rozeni Santana	099	8,00	32,00	40,00	Classificada
66º	Elizabete Maria de Lima	097	3,17	36,00	39,17	Classificada
67º	Solange Schefer	033	2,87	36,00	38,87	Classificada
68º	Maria Rosevelte de O. Silva	072	6,17	32,00	38,17	Classificada
69º	Vanderlucia F. dos Santos Siqueira	074	5,85	32,00	37,85	Classificada
70º	Ivaneide Dias de Oliveira	008	11,17	24,00	35,17	Classificada
71º	Marivânia dos Santos	007	7,00	28,00	35,00	Classificada

72º	Rita Valeria do Nascimento	108	2,00	32,00	34,00	Classificada
73º	Neuza Francisco da Silva	041	-	32,00	32,00	Classificada
74º	Wesekei Fernanda da Silva	106	3,37	28,00	31,37	Classificada
75º	Leia Maria da Silva Ris	102	7,00	24,00	31,00***	Classificada
76º	Nayara Cristina da Silva Araújo	101	7,00	24,00	31,00***	Classificada
77º	Leonice Campos	001	4,00	24,00	28,00	Classificada
	Alice Pereira Ramos	014	Eliminada, item 7.3.10 e 7.3.11 - Das Fases do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2016			
	Simone Pereira de Araújo	028	Eliminada item 7.3.15 - Das Fases do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2016			
	Ivoneide das Graças Alves	031	Eliminada item 7.3.15 - Das Fases do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2016			
	Cristiane Arlinda Marcelino	038	Eliminada item 7.3.15 - Das Fases do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2016			
	Elenice Maria Locatelli	050	Eliminada item 7.3.15 - Das Fases do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2016			
	Enedina Benedita Corrêa	069	Eliminada item 7.3.15 - Das Fases do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2016			
	Francisca Fatima Figueiredo Vaz	083	Eliminada item 7.3.15 - Das Fases do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2016			
	Clarete Aparecida M. Soares	085	Eliminada item 7.3.15 - Das Fases do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2016			
	Rosilene Santana Lima	100	Eliminada item 7.3.15 - Das Fases do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2016			
	Daiane Pereira da Silva Souza	032	Eliminada item 7.3.15 - Das Fases do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2016			
	Vera Maria Peixoto da Silva	075	Eliminada item 7.3.6 - Das Fases do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2016			
	Michele Xavier da S. Sestari	090	Eliminada item 7.3.6 - Das Fases do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2016			

Critérios de desempate:
*candidato com maior nota na Prova Objetiva.
** candidato com maior titulação
*** candidato com maior idade.

CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS

CARGO: PEDAGOGO– ZONA RURAL

Ordem	**Candidato**	**Nº de Insc.**	**Pontuação Obtida**	**Status**		
Prova de Títulos	**Prova Objetiva**	**Pontos Total**				
1º	Tereza Cristina de Souza	005	10,0	56,00	66,00	Aprovada
2º	Ozenide da Silva Moreira	016	10,0	52,00	62,00	Aprovada
3º	Luzinete Hortêncio de Barros Matias	027	8,75	48,00	56,75	Aprovada
4º	Juçara de Queiroz Silva	092	8,0	48,00	56,00	Aprovada
5º	Neiril Maria da Silva Souza	098	8,0	44,00	52,00	Aprovada
6º	Maria Lucia dos Santos	104	8,0	36,00	44,00	Classificada
7º	Zenilda Dias do Nascimento	066	Eliminada item 7.3.6 - Das Fases do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2016			

CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS

CARGO: EDUCAÇÃO FÍSICA– ZONA RURAL

Ordem	**Candidato**	**Nº de Insc.**	**Pontuação Obtida**	**Status**		
Prova de Títulos	**Prova Objetiva**	**Pontos Total**				
1º	Elisângela Pontes da S. M. de Lima	047	**10,0**	48,00	58,00	Aprovada
2º	Caroline Moreira Alves	081	**9,0**	48,00	57,00	Classificada

CANDIDATOS APROVADOS E CLASSIFICADOS

CARGO: EDUCAÇÃO FÍSICA– ZONA URBANA

Ordem	**Candidato**	**Nº de Insc.**	**Pontuação Obtida**	**Status**		
Prova de Títulos	**Prova Objetiva**	**Pontos Total**				
1º	Patrícia Fernanda Carneiro da Silva	049	**7,0**	64,00	71,00	Aprovada
2º	Daniela de Carvalho	051	**10,81**	52,00	62,81	Aprovada
3º	Francisco da Silva Cunha	021	**8,0**	52,00	60,00	Aprovado
4º	Rodolfo Peres Lessi	054	**8,0**	40,00	48,00	Aprovado
5º	Diego Henrique dos Santos	055	**2,88**	32,00	34,88	Aprovado

6º	Rozemeire Pinheiro da Silva	022	**8,0**	24,00	32,00	Classificada
7º	Aline Priscile da Silva Lima	095	**2,0**	28,00	30,00	Classificada
8º	Dayany Nascimento Chiarelli	006	Eliminada item 7.3.15 - Das Fases do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2016			
9º	Deisiane Zarzenon Ramos Chiall	071	Eliminada item 7.3.15 - Das Fases do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2016			
10º	Jair Alves de Souza	096	Eliminada item 7.3.15 - Das Fases do Processo Seletivo Simplificado, Edital 001/2016			

Nova Olímpia - MT, 23 de fevereiro de 2016.

COMISSÃO EXAMINADORA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 001/2016

CRONOGRAMA DOS FISCAIS

- Sala 01 – Pedagogo Zona Urbana

- Aplicadores:

Cristiane e Luciléia

- Sala 02 – Pedagogo Zona Urbana

- Aplicadores:

Jucimar e Maria das Dores

- Sala 03 – Pedagogo Zona Urbana

- Aplicadores:

Vilmar e Nilda

- Sala 04 – Pedagogo Zona Rural, Educação Física - Zona Rural e Educação Física -Zona Urbana

- Aplicadores:

Débora Cristiane e Luciana Sirleide

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2016

DECLARAÇÃO

A Prefeitura de Nova Olímpia, através da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2016, nomeada pela Portaria nº 022 de 04 de fevereiro de 2016, DECLARA para os devidos fins que não houve nenhum recurso interposto contra a Homologação das inscrições deferidas e indeferidas.

Nova Olímpia, 19 de fevereiro de 2016

Comissão Examinadora do processo Seletivo Simplificado nº 001/2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO ABERTURA DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 006/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, através de sua pregoeira, torna público a quem interessar que se realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo “MENOR PREÇO - POR LOTE”, onde a data prevista para o Credenciamento dos participantes será realizado das 08h30min às 09h00min do dia 07 de março de 2016, e os envelopes contendo a Proposta de Preços e os Documentos de Habilitação definidos neste Edital e seus anexos, deverão ser entregues a pregoeira no ato do Credenciamento, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, no Paço Municipal José Gabriel Lorca, s/nº, onde o Edital completo poderá ser obtido gratuitamente pelos interessados no horário comercial ou através do site municipal: www.novasantahelana.mt.gov.br no ícone Portal da Transparência – Agili Cidade Digital, tendo como objeto REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAR SERVIÇOS DE COLETA E EXAMES LABORATORIAIS, PARA ATENDIMENTO DOS PACIENTES ENCAMINHADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, conforme condições e especificações constantes neste edital e seus anexos. Nova Santa Helena,**23**de fevereiro de 2016. FRANCIANE PAULATTI – Pregoeira.

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - PROFESSOR II

Nova Santa Helena/MT., 22 de fevereiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR II**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

ROSANGELA DA SILVA RG Nº. 1.584.614-8 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: ..... EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - PROFESSOR I

Nova Santa Helena/MT., 15 de fevereiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR I**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

DENISE APARECIDA DA SILVA RG Nº. 1.491.279-1 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: ..... EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - PROFESSOR II

Nova Santa Helena/MT., 22 de fevereiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR II**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

Ao Ilustríssimo Senhor

DIONISIO CASSENOTE RG Nº. 1.366.155-8 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: ..... EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nova Santa Helena/MT., 22 de janeiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

FRANCIELI FISCHER RG Nº. 1.832.501-7 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: ..... EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nova Santa Helena/MT., 22 de janeiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

GABRIELA KARINA PESSOA DA SILVA RG Nº. 2.681.174-0 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: ..... EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - PROFESSOR I

Nova Santa Helena/MT., 22 de fevereiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR I**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

SUZANE APARECIDA SOARES RG Nº. 1.783.827-4 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: ..... EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - PROFESSOR I

Nova Santa Helena/MT., 15 de fevereiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR I**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

LUCILEIA LUNA FURQUIM RG Nº. 1.468.243-5 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: ..... EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - PROFESSOR I

Nova Santa Helena/MT., 15 de fevereiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR I**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

DANIELA PRISCILA DUARTE DE OLIVEIRA RG Nº. 2.394.613-0 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: ..... EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - PROFESSOR II

Nova Santa Helena/MT., 22 de fevereiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR II**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

MICHELLE FERNANDA MATIAS LEITE RG Nº. 1.702.714-4 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: ..... EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - PROFESSOR II

Nova Santa Helena/MT., 22 de fevereiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR II**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

EUNICE CABRAL RUBIO CAMPOS RG Nº. 904.198 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: ..... EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - PROFESSOR II

Nova Santa Helena/MT., 22 de fevereiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR II**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

FERNANDA APARECIDA GONÇALVES RG Nº. 8.365.497-0 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: ..... EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - PROFESSOR II

Nova Santa Helena/MT., 22 de fevereiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR II**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

WANDA SILVA MONTEIRO RG Nº. 30.066.32 PCP/PA

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: ..... EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - PROFESSOR II

Nova Santa Helena/MT., 22 de fevereiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR II**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

JULIANE OSCAR DE SOUZA MOURA RG Nº. 1.755.665-1 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: .....
EM_____/_____/_____

RESULTADO LICITAÇÃO CARTA CONVITE 001-2016 - CÂMARA MUNICIPAL

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

RESULTADO DE JULGAMENTO

MODALIDADE: CARTA CONVITE

PROCESSO Nº: 001/2016.

A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, através de sua Comissão de Permanente de Licitação, em cumprimento aos termos da Lei nº 8.666/93 e últimas alterações torna público que conforme Edital da Carta Convite Nº 001/2016, Sagrou-se Vencedora do Certame Licitatório a Empresa:

BENASSI, FRASSON JUNIOR & SANTOS LTDA

Nova Santa Helena - MT, 23 de Fevereiro de 2016.

MARIA HELENA PIMENTEL CRAVO

Presidente da Comissão de Licitação

Portaria nº 003/2016

PUBLIQUE – SE

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - PROFESSOR II

Nova Santa Helena/MT., 22 de fevereiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR II**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

LEILIANE LORCA PAGOTTO RG Nº. 1.573.498-6 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: .....
EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - PROFESSOR II

Nova Santa Helena/MT., 22 de fevereiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR II**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

MARIA LÚCIA MENDES RG Nº. 605.637 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: .....
EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - PROFESSOR II

Nova Santa Helena/MT., 22 de fevereiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR II**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

ILZE GOMES TORRES TEIXEIRA RG Nº. 8.092.509-3 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: .....
EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - PROFESSOR II

Nova Santa Helena/MT., 22 de fevereiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR II**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

MARIA LÚCIA MENDES RG Nº. 605.637 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: ..... EM_____/_____/_____

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

ALESSANDRA BORTOLINI DOS SANTOS RG Nº. 2.315.474-8 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: ..... EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nova Santa Helena/MT., 22 de janeiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Nova Santa Helena/MT., 22 de janeiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **AUXILIAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

LETÍCIA MAYARA SILVA SANTOS

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: .....
EM_____/_____/_____

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 006/2015 - PROFESSOR I

Nova Santa Helena/MT., 22 de fevereiro de 2.016.

CONVOCAÇÃO

Prezado Senhor (a),

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena, Exmo. Sr. Dorival Lorca, no uso de suas atribuições legais e em cumprimento ao disposto no artigo 4º, parágrafos 1º e 2º da Lei Municipal n.º 010 de 17 de janeiro de 2.001 e suas Leis complementares posteriores, e, considerando o resultado final do **Processo Seletivo Simplificado 006/2015** de Provas, para o provimento de cargos no quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, realizado em 20 de dezembro de 2.015, vem à presença de V. Senhoria, nos termos da legislação em vigor, tendo em vista a sua aprovação para o Cargo de **PROFESSOR I**, **CONVOCÁ-LO (A)**, a comparecer na sede da Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, sito na Praça João Alberto Zaneti s/n.º, para tomar posse ao cargo supra, munido dos seguintes documentos, **sob pena de ser considerado desistente**:

- Prova de estar quites com as obrigações eleitorais, através de Certidão expedida pelo Cartório Eleitoral da respectiva Zona Eleitoral a que pertença;

- Prova de Grau de Escolaridade, através do original e cópia de Certificado ou Diploma de Conclusão, conforme exigência do cargo ao qual concorreu registrado no órgão competente;

- Atestado de Sanidade Física e Mental expedido por Órgão Oficial;

- Certidão Negativa de Antecedentes Criminais, expedida pelo Cartório do Distribuidor da Justiça Estadual dos locais de residência dos últimos 05 (cinco) anos;

- Cópias da Carteira de Identidade, Cartão de Pessoas Físicas (CPF) e Título de Eleitor;

- Cópia Autenticada da Certidão de Casamento ou Nascimento (solteiros);

- Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos (se for o caso)

- Cópia da Carteira de Trabalho

- Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração de próprio punho, de que não é inscrito;

- Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

- 01 (uma) fotos 3X4 recente.

- Declaração de bens

- Comprovante de Endereço (fotocópia do Talão Energia ou Água ou Telefone).

- Declaração que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação de acumulação de cargos, conforme dispõe o art. 37, inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais.

- CTPS - Carteira de Trabalho da Previdência Social

Atenciosamente,

DORIVAL LORCA

Prefeito Municipal

A Ilustríssima Senhora

ELIENE OLIVEIRA MENDONÇA RG Nº. 1.461.003-5 SSP/MT

NOVA SANTA HELENA – MT.

CIENTE: .....
EM_____/_____/_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

ESTADO DE MATO GROSSO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO E POSSE Nº. 002/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 002/2015

DATA: 22 DE FEVEREIRO DE 2016

O Excelentíssimo Prefeito Municipal de Nova Ubiratã Sr. **Valdenir José dos Santos**, no uso de suas atribuições legais e com amparo no Edital de Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2015 de 25 de Novembro de 2015;

RESOLVE:

ART. 1º. CONVOCAR o candidato abaixo relacionado, classificado no Processo Seletivo Simplificado nº. 002/2015 para comparecer junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã-MT no horário das 07:00 às 13:00 horas, de segunda-feira a sexta-feira, munidos dos documentos pessoais e profissionais, dos exames médicos obrigatórios conforme Art. 14 do referido Edital, para fins de nomeação, posse e exercício (anexo I).

ART. 2º. O candidato classificado que está sendo convocado terá 04 (quatro) dias úteis contados da publicação deste edital de convocação, para se manifestar sobre a aceitação do cargo, conforme item 14.6 do Edital.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

PEDREIRO/SEDE - 40HS/SEM

	CANDIDATO (A)	PONTUAÇÃO PROVA	AP/RP/CLASS/ AUSENTE
1	Valdecir Oissa	9,0	CLASSIFICADO

Nova Ubiratã, MT – 22 de Fevereiro de 2016.

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

CRISTIANE LAZARIN FEIJÓ

Presidente da Comissão Municipal de Elaboração e

Aplicação do Teste Seletivo 002/2015

Portaria nº 300/2015

ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA POSSE

a) 01 foto 3x4 recente.

b) FOTOCÓPIAS ACOMPANHADAS DOS ORIGINAIS DOS SEGUINTES:

I. CPF, RG;

II. Título de Eleitor e Comprovante da última eleição ou Certidão de quitação eleitoral

III. Certificado de reservista para o sexo masculino;

IV. Certidão de Nascimento ou Casamento;

V. Certidão de nascimento dos filhos.

VI. Cartão de vacina dos filhos menores de 14 anos;

VII. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou;

VIII. Comprovante de Residência **(Em nome do Candidato)**

IX. Cartão Contendo nº. de conta no **Banco do Brasil**;

X. Carteira de Trabalho e PIS/PASEP;

XI. Carteira Nacional de Habilitação (CNH) para o cargo que se habilitou;

XII. Declaração de não acúmulo de cargo público. **(Autenticada em Cartório)**

XIII Declaração de bens.

XIV. Negativa criminal e cível, expedida pelo Fórum Local e pelo site www.trf1.gov.br/serviços/certidao.

XV. Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho Dr. Kristian Barros Lira (ligar para agendar) F: 66 9711-6159 / 66 9938-1734.

XVI. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Elaboração e Aplicação do Teste Seletivo, nomeada pelo Município de Nova Ubiratã, havendo necessidade pela Procuradoria Jurídica do Município, tornando a decisão de caráter público.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

PORTARIA/ACGM/ N.º 01, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

PORTARIA/ACGM/ N.º 01, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

Dispõe sobre a abertura de Processo para apuração de responsabilidade administrativa, e dá outras providências.

O **Auditor e Controlador do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais em especial o que confere o art. 3º, da Lei Municipal 1.891/2015, resolve:

Art. 1º Determinar a instauração de Processo Administrativo para averiguar suposta infrações em tese cometidas no Processo Licitatório TP 015/2015 pela empresa INFOBARRA SOLUÇÕES DE INFORMATICA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ nº 10.388.952/0001-88.

Art. 2º Os membros da Comissão Permanente Processante, foram nomeados pela Portaria nº 7272, de 19 de Janeiro de 2016.

Parágrafo único. Fixar o prazo de 90 (noventa dias), prorrogáveis por igual período, se necessário, com justificativa, para conclusão do respectivo procedimento administrativo.

Art. 3º Determinar que a Comissão Processante inicie seus trabalhos imediatamente e que proceda a citação da empresa, para que tenha ciência do teor do presente ato a fim de lhe garantir a ampla defesa e contraditório esculpido no art. 5º inc. LV, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Palácio dos Pioneiros, Sala da Auditoria e Controladoria Geral do Município, Nova Xavantina, 23 de Fevereiro de 2016.

Welton Magnone Oliveira dos Santos

Auditor e Controlador Geral

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

LEI MUNICIPAL N.°1137/2016 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

SÚMULA:*"Altera Artigo 3° da Lei Municipal n.° 1134/2016 de 16 de fevereiro de 2016, e dá outras providências."*

JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA*, Prefeito de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:*

Art. 1° *- Fica alterado na Lei Municipal n.° 1134/2016 de 16 de fevereiro de 2016, que passa a vigorar com a seguinte redação:*

-Onde se lê: *Art. 3º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.*

-Leia-se: *Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a de 1° de janeiro de 2016.*

Art. 2º *Esta Lei Municipal entra em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.*

Registra-se, Publica-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito do Município de Novo Horizonte do Norte /MT, 23 de fevereiro de 2016.

JOÃO ANTÔNIO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LEI MUNICIPAL Nº 1136/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Súmula: "Autoriza o poder Executivo Municipal a realizar Processo Seletivo Público Municipal e dá outras Providencias".

João Antônio de Oliveira, Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica o Poder Executivo Municipal, autorizado a Realizar Processo Seletivo Público Municipal para contratação de Agente Comunitário de Saúde, Sendo 1 (Uma) Vaga na Área 03 - conforme prevê a Lei nº 11. 350, de 5 de Outubro de 2006, Emenda Constitucional nº 051, de 14 de fevereiro de 2006, bem como à Consulta Pública n° 067/2011 do Tribunal de Contas do Estado de Matro Grosso – TCE/MT.

Art. 3º O exercício das atividades de Agente Comunitário de Saúde, nos termos desta Lei, assim como da Lei Federal n.º 11.350/06, dar-se-á exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, na execução das atividades de responsabilidade do Município.

*Parágrafo único.*É vedado aos Agentes Comunitários de Saúde desenvolver atividades típicas do serviço interno das unidades básicas de saúde de sua referência.

Art. 4° O Agente Comunitário de Saúde terá como atribuição o exercício de atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante

ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão do gestor municipal.

Parágrafo único. São consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde, na sua área de atuação:

I - a utilização de instrumentos para diagnostico demográfico e sócio-cultural da comunidade;

II - a promoção de ações de educação para saúde individual e coletiva;

III - o registro, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, de nascimento, óbitos, doenças e outros agravos à saúde;

IV - o estimulo a participação da comunidade nas políticas voltadas para a área da saúde;

V - a realização de visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco a família;

VI - a participação em ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida.

Art. 5° O Município disciplinará as atividades de prevenção de doenças, de promoção da saúde, de controle e de vigilância, observada as diretrizes nacionais definidas pelo Ministério da Saúde.

Art. 7° Após ser aprovado no processo seletivo, o Agente Comunitário de Saúde deverá preencher os seguintes requisitos para o exercício da atividade:

I - residir na área da comunidade em que atuar, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público;

II - haver concluído, com aproveitamento, curso introdutório de formação inicial e continuidade;

III - haver concluído o ensino fundamental.

Art. 8° Os Agente Comunitário de Saúde por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação, estarão vinculados a Administração Pública Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT pelo Regime Jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, sendo em cada caso, analisado a existência de anterior processo de seleção pública, para efeito da dispensa referida no parágrafo único do art. 2º da Emenda Constitucional nº 51, de 14 de fevereiro de 2006, em conformidade com a certificação realizada pelo município.

Artigo 9º -Esta lei entrará em vigor na data de sua Publicação, revogando as disposições em Contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 23 de fevereiro de 2016.

João Antônio de Oliveira

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

LICITIÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 001/2016
REFERENTE AO PREGÃO PRESENCIAL Nº 004/2016 – SRP

Interessado: Prefeitura Municipal de Novo Mundo

Processo nº. 004/2016

Objeto: **Aquisição de Combustíveis para Atendimento ao Gabinete do Prefeito e Secretarias de Educação, Saúde, Assistência Social, Agricultura e Obras**.

Prazo: 12 (doze) meses, a partir desta data.

Registro de Preço da empresa ROSALINA DE LIMA DIAS - EPP inscrita no CNPJ sob o nº 37.488.608/0001-17 localizada na Av. Ayrton Senna Bairro centro cidade de Novo Mundo CEP 78.528-00 representada pelo seu representante senhora ROSALINA DE LIMA DIAS – EPP CPF nº 537. 431.561-72 RG sob o nº 871695 SSP/MT residente e domiciliado na Av. Ayrton Senna Bairro Centro cidade Novo Mundo - MT,

Item	*Qtde.*	*Unid.*	*Descrição do Objeto*	*Marca*	*Valor Unitário*
01	420.000	Litros	Óleo Diesel comum automotivo, de acordo com a legislação vigente na ANP	SMALL	3,49
02	124.600	Litros	Óleo Diesel S-10, de acordo com a legislação vigente na ANP	SMALL	3,64
03	92.500	Litros	Gasolina comum automotiva, de acordo com a legislação vigente na ANP	SMALL	3,99

Novo Mundo, 19 de Fevereiro de 2016

Mirian da Silva Biazotto José Hélio Ribeiro da Silva

Pregoeira Oficial Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 44/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 44/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 81/2015

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 54/2015

Objeto: FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS, QUANTITATIVAS E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA **Nº** 81/2015.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: D. A. ARAGÃO COMERCIO- ME

Valor: R$ 30.500,00 (Trinta mil e quinhentos reais).

Período de vigência: 23/02/2016 à 31/12/2016.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 23 de Fevereiro de 2016.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM
DECRETO 003/2016

DECRETO LEGISLATIVO Nº.003/2016 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

“Designa Gestor financeiro que especifica e dá outras providências”.

O Sr. **HERONIDES JOSE DE CARVALHO**, Presidente da Câmara Municipal de Novo São Joaquim, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

DECRETA

ARTIGO 1º - A Gestão financeira da Câmara Municipal de Novo São Joaquim Mato Grosso, inscrito no CNPJ 00.965.301/0001-50, Será Exercida pelo Presidente da Câmara Municipal de Novo São Joaquim/MT, senhor Heronides José de Carvalho, CPF nº 474.241.501-97, conjuntamente com tesoureiro (a) desta casa Senhor (a) Keila José Gomes, CPF nº 034.406. 201-58.

ARTIGO 2º - A gestão de que trata o artigo anterior estende se a conta corrente Banco do Brasil nº 5000-8, Agencia 5981-1, devendo ser exercida da mesma forma que são:

a) Conta corrente, Câmara Municipal CNPJ: 00.965.301/0001-50.

ARTIGO 3º - A Gestão que se refere os artigos anteriores, deverá abranger todos os atos atinentes a movimentação de contas correntes e aplicação, incluindo as seguintes transações:

a) Abrir contas de deposito;

b) Emitir cheques;

c) Receber, passar recibo e dar quitação;

d) Solicitar saldos, extratos e comprovantes;

e) Requisitar talonários de cheques;

f) Retirar cheques devolvidos;

g) Endossar cheques;

h) Sustar/contraordenar cheques;

i) Cancelar cheques;

j) Baixar cheques;

k) Efetuar resgates/ aplicações financeiras;

l) Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;

m) Efetuar pagamentos por meio eletrônico;

n) Efetuar transferências por meio eletrônico;

o) Efetuar movimentação financeira no RPG;

p) Consultar contas / aplicações programas repasse recursos;

q) Liberar arquivos de pagamento no gerenciador financeiro;

r) Solicitar saldos / extratos;

s) Solicitar saldos / extratos de investimentos;

t) Solicitar saldos / extratos de operação de credito;

u) Emitir comprovantes;

v) Efetuar transferência para mesma titularidade;

w) Efetuar transferência para outras titularidades;

x) Encerrar contas de deposito.

ARTIGO 4º - Toda movimentação dos recursos financeiros deverá ser feita em conta bancaria aberta em banco oficial, devendo constar em todos os documentos relacionados a conta, a assinatura conjunta dos gestores

ARTIGO 5º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ARTIGO 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Novo São Joaquim, MT, 22 de Fevereiro de 2016.

Heronides José de Carvalho

Presidente do Poder Legislativo Municipal

Keila José Gomes

Tesoureira- Portaria 001/2016

LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 43/2016

CONTRATO ADMINISTRATIVO: Nº 43/2016

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 81/2015

PREGÃO PRESENCIAL: Nº 54/2015

Objeto: FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE PARA A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO SÃO JOAQUIM, CONFORME ESPECIFICAÇÕES MÍNIMAS, QUANTITATIVAS E DEMAIS CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA **Nº** 81/2015.

Contratante: Município de Novo São Joaquim / Mato Grosso

Contratada: H. ANDRADE JUNIO- ME

Valor: R$ 34.350,00 (Trinta e quatro mil, trezentos e cinquenta reais).

Período de vigência: 23/02/2016 à 31/12/2016.

Fundamento legal: Este contrato se fundamenta nas disposições consubstanciadas pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

Novo São Joaquim, 23 de Fevereiro de 2016.

LEONARDO FARIA ZAMPA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO/DESERTA/REPUBLICAÇÃO

Chamada Pública 01/2016

1ª REPUBLICAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 038 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou Licitação, pela modalidade, **CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Objeto: Registro de preços de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e Empreendedor Familiar Rural, para atender os alunos matriculados nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, Escolas de Educação Infantil e Indígena do Município de Paranatinga – MT, Conforme especificações constantes no Edital e seus Anexos. Não compareceram interessados para a presente licitação, sendo declarada **DESERTA.** Com data de Abertura em **09/03/2016**, Quarta-Feira às 8h. O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT, Sito Av. Brasil, 1900 – Centro, das 13 às 17h ou pelo site **www.paranatinga.mt.gov.br.**Informações pelo e-mail: edital.ptga@hotmail.com – Licitacoesptga@bol.com.br - telefone 66-3573-1329.Em 23 de Fevereiro de 2016,Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 03/2016

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 03/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. ObjetoConstitui Objeto da Presente licitação o Registro de Preços para Futura e Eventual **Aquisição de Gêneros Alimentícios para Merenda Escolar**, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Empresas vencedoras **APARECIDA MARCIA TOMAZINI – EPP - R$ 697.047,80** e **PL SUPERMERCADO LTDA – EPP – R$ 1.206.193,60.** Em 23 de Fevereiro de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

ASSESSORIA JURÍDICA
DECRETO Nº 1201/2016

DECRETO Nº 1.201, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

“Autoriza a Fazenda Pública Municipal de Paranatinga-MT a receber em doação pura e simples, sem encargos, os bens que mencionam e dá outras providências”.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, Srº. VILSON PIRES**,** no uso e gozo das suas atribuições legais:

D E C R E T A:

Art. 1º- Fica a Fazenda Pública Municipal de Paranatinga-MT autorizada a receber em doação pura e simples, sem quaisquer ônus ou encargos, a doação da Srª. Alice Maria Marques Barbosa os seguintes lotes: de nº 02, 03, 04 e 05 da Quadra nº 17 do Loteamento “Conjunto Habitacional Rui Barbosa, cada lote tem uma área urbana de 360,00m², constante nas seguintes Matrículas de nº 7.618, Livro: 02 - AL, Ficha: 01, datado do dia 14/02/2011, 7.619, Livro: 02 - AL, Ficha: 01, datado do dia 14/02/2011, 7.620,

Livro: 02 - AL, Ficha: 01, datado do dia 14/02/2011, 7.621, Livro: 02 - AL, Ficha: 01, datado do dia 14/02/2011, devidamente registrados no Cartório do 1º Serviço de Registro de Imóveis da Comarca de Paranatinga-MT, sendo que a finalidade destas áreas são para Equipamentos Comunitários.

Parágrafo Único: O valor monetário definido é de R$2.000,00(dois mil reais), e será utilizado para a incorporação de bens ao Patrimônio Publico desta Prefeitura Municipal de Paranatinga, com a finalidade Equipamentos Comunitários.

Art. 2°- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Publique-se, Registra-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Paranatinga-MT; 23 de Fevereiro de 2016.

VILSON PIRES

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial 01/2016

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através dos pregoeiros nomeados pela portaria 039 de 25 de Janeiro de 2016, torna público para conhecimento dos interessados, que na Licitação, pela modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 01/2016**, regido pela lei 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal n°1.005/2014, subsidiada pela Lei 8.666/93. Constitui objeto da presente licitação de Registro de preços para Futura e Eventual **Aquisição de combustíveis (Álcool/etanol, Gasolina comum, Óleo Diesel e Óleo Diesel S-10), para abastecimento de ambulância fora do Município**, atendendo as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde. Empresa vencedora **MARMELEIRO AUTO POSTO LTDA - R$ 232. 262,00.** Em 23 de Fevereiro de 2016. Pregoeiros Devenilson da Silva e Beatriz Elisa Behnen.

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 079/2016 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA Nº 079/2016 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, SR. VILSON PIRES no exercício de suas funções e uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação municipal específica,

CONVOCA os candidatos especificados no Anexo I desta Portaria, aprovados e classificados no PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO n° 001/2015, Termo de Homologação Decreto nº 1189/2016 devidamente publicado no Jornal Oficial da AMM na data de 18 de janeiro de 2016, para realização de perícia médica e entrega dos documentos exigidos para contratação.

1 – DA PERÍCIA MÉDICA E DA CONTRATAÇÃO. 1.1. O Exame Admissional será realizado por Médico do Trabalho, e os demais exames como: urina tipo I, hemograma completo e VDRL deverão ser agendados pelo Médico do PSF ao qual o candidato aprovado pertence. 1.1.1. As despesas referentes ao exame protoparasitológico fica por conta do candidato. 1.1.2. Atestado de aptidão mental. 1.2. Os candidatos deverão apresentar-se para realização de Exame Admissional nas datas e horários determinados, munidos da Carteira de Identidade, bem como dos seguintes exames: ATESTADO DE APTIDÃO MENTAL (expedido por médico psiquiatra);URINA TIPO I;HEMOGRAMA COMPLETO;PROTOPARASITOLÓGICO;VDRL. 1.3. Os candidatos aprovados e convocados terão 03 (três) dias úteis contados da publicação do edital de convocação, para se manifestarem sobre a aceitação do cargo e apresentação na Secretaria Municipal de Educação, cujo atendimento acontece de segunda-feira a sexta-feira das 7:00 às 11:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas, devendo entregar 02 (duas) cópias da seguinte documentação para sua contratação: a) 02 fotos 3x4 recentes. b) 02 Cópias dos documentos abaixo: I. CPF, RG, Título de Eleitor, Certificado de Reservista para o sexo masculino; II. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS (cópia da página com a numeração da CTPS e verso da mesma página, contendo os dados pessoais); III. Certidão de Nascimento ou Casamento; IV. Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos; V. Comprovante de escolaridade para o cargo que se habilitou; VI. Cartão de vacina de filhos menores de 14 anos; VII. Cópia da CNH (Carteira Nacional de Habilitação) de acordo com a categoria exigida para o cargo, em caso de candidato aprovado para os cargos de Apoio Administrativo Educacional II – Motorista. c) Declaração contendo: Endereço residencial; Telefone; n.º de conta corrente no Banco do Brasil; n.º do PIS/PASEP. d) Certidão de quitação eleitoral. e) Certidão Negativa Civil e Criminal. f) Declaração de bens. g) Declaração de não acúmulo de cargo público. h) Exame Admissional realizado pelo Médico do Trabalho. i) Copia acompanhada do original dos títulos que tenha declarado no ato da inscrição.

j) CPF do pai, mãe e filhos.

1.4. Os candidatos que não comparecerem nas datas e horários definidos nesta Portaria, serão desclassificados neste chamamento, sendo reclassificados. 1.5. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. 1.6. Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Paranatinga/MT, 23 de Fevereiro de 2016.

VILSON PIRES

Prefeito Municipal

ANEXO I

Cargo: Apoio Administrativo Educacional I – ASG – Urbano	
Ordem	**Candidato**
41	JULIANE ALVES DA SILVA
42	MARIA PATRICIA DA SILVA E SILVA
43	NATALIA ANDRESSA SILVA GOMES
44	ROSICLEIDE FERREIRA PINTO
45	LUCIENE MIRANDA DO NASCIMENTO COSTA
46	AILA GREISIELE DE OLIVEIRA
47	ALENIL DE PONTES LIMA
48	ESTALONE MARIKO KUKURE
49	MARIA APARECIDA DE SOUZA MARQUES DE LIMA
50	MARIA APARECIDA DA SILVA
51	LEIDIANE LUCIA LOCATELLI
Cargo: Apoio Administrativo Educacional II –Motorista	
Ordem	**Candidato**
19	DIVAGNO GOMES DA SILVA
Cargo: Professor B – Educação Física CLASSIFICAÇÃO PARA O CARGO PROFESSOR B – EDUCAÇÃO FÍSICA - COM A PONTUAÇÃO DO PNAIC	
Ordem	**Candidato**
4	FLAVIA NETO DA SILVA

CONSELHOS MUNICIPAIS
PORTARIA N 080/2016

PORTARIA Nº 080 de 23 de fevereiro de 2016.

"Designa servidor para responder pela Coordenadoria Municipal de Gestão Participativa e Controle Social do Município de Paranatinga e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Lei nº 908 de 18 de junho de 2012.

Resolve:

Artigo 1°. Designar o servidor Leonildo Fabian, matricula nº 77, ocupante do cargo efetivo de Agente Administrativo II, para responder pela Coordenadoria Municipal de Gestão Participativa e Controle Social.

Artigo 2°. Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. Revogam-se as disposições em contrário

Sala das reuniões, aos 23 dias do mês de fevereiro de 2016.

Vilson Pires

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 073/2016. DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES ao Servidor da Secretaria Municipal de Saúde e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a férias, adquirido no período aquisitivo de **09/08/2012 à 09/08/2013.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, a serem usufruídas no período de **16/02/2016 à 16/03/2016.**

JOANA D'ARC SANTANA CARDOSO

Agente Administrativo

***ART. 2º* -** Esta portaria entra vigor na data da sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS QUINZEDIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2016.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

Hernane Carneiro Gomes

Sec. Geral de Coord. Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 066/2016. DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES ao Servidor da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a férias, adquirido no período aquisitivo de **01/04/2013 à 01/04/2014.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de **15/02/2016 à 15/03/2016.**

ANTONIO RODRIGUES VIEIRA

Agente de Vigilância

***ART. 2º* -** Esta portaria entra vigor na data da sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JFEVEREIRO DO ANO DE 2016.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

Hernane Carneiro Gomes

Sec. Geral de Coord. Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 071/2016. DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.016.

Dispõe sobre **NOMEAÇÃO** de Servidor Público Municipal e dá outras providências;

***MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI*, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

ART. 1º - **NOMEAR** o Servidor Público Municipal, o Senhor**José Carlos Peçanha dos Santos**, para ocupar o Cargo de **Médico Plantonista Diurno**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

***ART. 2º* -** Esta portaria está em vigor desde 01/02/2016.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.016.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

Hernane Carneiro Gomes

Sec. Geral de Coord. Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 067/2016. DE 15 DE FEVEREIRO DE 2.016.

Dispõe sobre **licença Prêmio** ao Funcionário Público Municipal, senhora **ELIZABETE DOS SANTOS SILVA**e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art.73, inciso VIII e art. 98 *caput* da Lei nº. 075/98;

CONSIDERANDO que o servidor faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período de **01/09/2010 à 01/09/2015;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio à senhora **ELIZABETE DOS SANTOS SILVA**, ocupante do cargo de **Professora**,lotadajunto à Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de **15/02/2016 à 14/05/2016,** retorno em **12/04/2016.**

ART. 2º- A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2016.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

Hernane Carneiro Gomes

Sec. Geral de Coord. Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 022/2016. DE 04 DE FEVEREIRO DE 2016.

Onde-se lê: **WAGNER OLIVEIRA MELO**, passa-se a se ler: **WAGNER OLIVEIRA DE MELO**

Súmula: Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho COMUNITÁRIO de SEGURANÇA PÚBLICA - CONSEG, no Município de Pedra Preta/MT, e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO os arts. 1º e 4º do Decreto nº 4.638 de 16 de julho de 2002, bem como diante do que estatui a Resolução SEJUSP n° 001/ 2002 de 12/08/2008.

CONSIDERANDO a Ata da Eleição e posse da nova Diretoria do CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA do Município de Pedra Preta – MT.

DECRETA:

ART. 1º - Fica nomeados os cidadãos abaixo declinados para comporem o CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CONSEG, do Município de Pedra Preta – MT., assim descritas:

Presidente: **WAGNER OLIVEIRA DE MELO**

Vice-Presidente: **LUIZ CÂNDIDO RODRIGUES**

1º Secretário: **ZENAIDE DOMEINGOS CONTÓ**

2º Secretário: **ROSELY APARECIDA DA SILVA**

Diretor Financeiro**: RENATO DE OLIVEIRA**

Vice-Diretor Financeiro: **GENÉSIO PÍCOLO**

Diretor Social e Assuntos Comunitários: **MARILDETE R. DOS SANTOS**

Diretor de Esportes: **EDVAN BORGES MUNIZ**

Diretor de Saúde e Desenvolvimento Urbano: **JÉSSICA DAMACENA**

Diretor de Meio Ambiente: **MARIANA CARVALHO ARAÚJO**

Diretor de Educação: **DONIZETE CARLOS DE CARVALHO**

Presidente do Conselho Fiscal: **JOAQUIM BATISTA DA SILVA**

Presidente do Conselho de Ética e Disciplina: **HERNANE C. GOMES**

Art. 2º - Conselho ora nomeado terá mandato pelo prazo instituído no Regimento Interno da entidade.

ART. 3º - Os trabalhos desenvolvidos pelo Conselho e, respectivamente, pelas pessoas que o integram serão realizados gratuitamente, sendo como de grande relevância pública.

Art. 4º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, para que surta seus efeitos legais.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS QUATRO DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2016.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

Hernane Carneiro Gomes

Sec. Geral de Coord. Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 074/2016. DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede FÉRIAS REGULAMENTARES ao Servidor da Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas e dá outras providências.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO que o servidor faz jus a férias, adquirido no período aquisitivo de **18/02/2012 à 18/02/2013.**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder férias ao Servidor Público Municipal, lotado na Secretaria Municipal de Viação e Obras Públicas, a serem usufruídas no período de **21/03/2016 à 21/04/2016.**

LUIZ HENRIQUE LUZINI

MOTORISTA

ART. 2º - Esta portaria entra vigor na data da sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS VINTE E TRÊS DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2016.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

Hernane Carneiro Gomes

Sec. Geral de Coord. Administrativa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 065/2016. DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

Concede Licença Maternidade a senhora **ELINE BRITO DA CONCEIÇÃO** e dá outras providências.

***MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI*, PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA**, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando: o Atestado Médico emitido pelo Drº. JOSÉ BAZAN JUNIOR, CRM-MT 6118, em 10/02/2016.

Considerando ainda: a Lei Municipal nº. 075/98, de 23/03/98, no Título IV, Capitulo I, Seção III, Sub-Seção IV, Artigo 90 e seus respectivos parágrafos;

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Maternidade a Senhora ELINE BRITO DA CONCEIÇÃO,ocupante do Cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada junto à Secretaria Municipal de Educação, a serem usufruídas no período de10/02/2016a 08/06/2016.

ART. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

ART. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE FEVEREIRO DO ANO DE 2.016.

MARILEDI ARAÚJO COELHO PHILIPPI

Prefeita

Registrada nesta Secretaria e

publicada no Diário Oficial.

HERNANE CARNEIRO GOMES

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

CAMARA MUNICIPAL / CONTABILIDADE
PORTARIA Nº 044/2015

PORTARIA N.º 044/2015

De 13 de dezembro de 2015.

SÚMULA: "Exonerar por motivo de aposentadoria o servidor efetivo **João Teles de Almeida**, lotado nesta Câmara Municipal de Vereadores, e dá outras providências",

O Senhor **JORANIR JOSE SOARES**, Presidente da Câmara Municipal de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhes são conferidas por Lei, também às prerrogativas dispostas no Estatuto dos Servidores Público do Município de Peixoto de Azevedo,

R E S O L V E

Artigo 1º - Art. 1º. Exonerar, o servidor por motivo de aposentadoria a Sr. **João Teles de Almeida** - Matrícula nº. **017**,ocupante do cargo efetivo de Guarda Municipal.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE,

PUBLICA-SE,

CUMPRA-SE.

Peixoto de Azevedo MT, 13 de dezembro de 2015

Joranir José Soares

Presidente da Câmara Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 016-2015. DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 001/2015.

FUNDAMENTO AO TERMO: Este termo aditivo na prorrogação das conclusão das metas estabelecida no cronograma físico-financeiro da obra. **DA VIGENCIA CONTRATUAL**: Altera-se a Cláusula Segunda – 20/02/2016, para mais 209 dias compreendendo com fim de vigência em **16/09/2016**. Assinatura: 10/02/2016 **CONTRATANTE**: Prefeitura Municipal de Planalto da Serra-MT **CONTRATADO**:V.A.G DE MATOS E CIA LTDA.

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA-PROCESSO Nº 005/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PLANALTO DA SERRA-MT

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA-PROCESSO Nº 005/2016 PR SRP 005/2016.

O Município de P. da Serra- MT, através da Comissão de Pregão, torna público para conhecimento dos interessados o resultado do Pregão Presencial **nº 005/2016**, com abertura prevista para o dia 22/08/2015 ás 14:00 horas (Horário de Mato Grosso), resultou-se em licitação **DESERTA. CLÁUDIA MÁRCIA S. RODRIGUES -Pregoeira.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE POCONÉ

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 01/2016

A Comissão de Pregão, da Prefeitura Municipal de Poconé, no exercício das atribuições que lhe confere a Portaria n° 16/2016, de 11/01/2016, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia **04/03/2016**, **às 08h00min**, na Sede da Prefeitura Municipal de Poconé, endereço: Praça da Matriz, s/n – Centro - Poconé/MT, para a reunião de recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° 01/2016, na Modalidade Pregão Presencial com Registro de Preços para Compras e Serviços. Informamos aos interessados que o Edital encontra-se disponível no site www.pmpocone.com.br.

Objeto da Licitação:

PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL LOCAÇÃO DE HORAS DE CAMINHOES E MÁQUINAS PESADAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE POCONÉ.

DIA DA ABERTURA: 04/03/2016 às 08h00min.

Poconé, 23 de fevereiro de 2016.

ERASMO PAULO DE LIMA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTAL DO ARAGUAIA

SEC. MUN. ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS / LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO - EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

AVISO DE PRORROGAÇÃO

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2016

Processo Administrativo Licitatório n.º 006/2016

Modalidade: DISPENSA N.° 002/2016

TIPO MENOR PREÇO POR ITEM

A Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia/MT, através da Comissão Permanente de Licitação, comunica a todos os interessados que o Edital, **MODALIDADE**: **DISPENSA Nº. 002/2016**, **OBJETO**: Chamada Pública de contratação de Grupos Formais e Informais da Agricultura Familiar e Empreendedores Familiares Rurais e suas organizações, interessados em apresentar proposta para **FORNECIMENTO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR**, destinados à elaboração de merenda para os alunos da rede básica de ensino deste Município de Pontal do Araguaia/MT, com verba FNDE/PNAE, durante o ano de 2016, **REALIZAÇÃO**: **02/03/2016**, às 14:00 Horas (horário local), foi prorrogado pelo motivo de não comparecimentos de interessados na abertura da sessão. Por oportuno, informamos que estão mantidas todas as demais condições e exigências do instrumento convocatório. O Edital contendo as instruções estará a disposição dos interessados na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Pontal do Araguaia/MT, no horário da 12:00hs às 17:00hs, e

no site: www.pmpontaldoaraguaia.com.br. Demais informações pelo telefone:(66)3401-7450.

Pontal do Araguaia/ MT, 23 de Fevereiro de 2016.

CLAYTON CHAVES DE OLIVEIRA

Presidente CPL.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA

CAMARA MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 001/2015 DE FORNECIMENTO DE INTERNET E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA DA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA.

Por este instrumento particular que fazem de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA,** Estado de Mato Grosso, devidamente inscrita no CNPJ sob nº **15.943.608/0001-27**, situada na Rua Gustavo Nogueira da Silva, s/nº, centro, na cidade de **PONTE BRANCA/MT,** neste ato representada pelo seu Presidente **Vereador JORGE RODRIGUES DE OLIVEIRA,** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **949.799 SSP/GO** e inscrito no CPF/MF sob o n.º **167.835.491-00,** neste ato denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **WALHESNEY ANDRADE LOPES – ME**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 06.133.628/0001-41, estabelecida à Rua Antonio João, centro, Ribeirãozinho – MT, representada neste ato por **Walhesney Andrade Lopes**, brasileiro, portador do CPF nº. 593.584.241-68, doravante denominada de **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente Termo, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Em consonância com a **CLÁUSULA QUARTA** do **Contrato Original n° 001/2015**, por meio deste termo aditivo dá-se a prorrogação de sua vigência para o período de **02/01/2016** à **31/12/2016**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL

Este Termo Aditivo está amparado pelo Art. 55, da lei federal n. º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do **Contrato Original nº 001/2015**, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da comarca de **ALTO ARAGUAIA/MT**, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente aditivo, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou pareça, ficando estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação, seja a que título, será considerada fora de sua jurisdição.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também assinam, para que produza os efeitos legais.

PONTE BRANCA, aos 22 dias do mês de dezembro de 2015.

_____

JORGE RODRIGUES DE OLIVEIRA - PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA/MT

Contratante

_____

WALHESNEY ANDRADE LOPES

WALHESNEY ANDRADE LOPES – ME

Contratado

_____

SULENE GONÇALVES RAMOS

Fiscal de Contratos

TESTEMUNHAS:

NEI RONAN DA SILVA

CPF: 914.862.541-87

WILTON PRADO RIBEIRO

CPF: 800.055.271-04

CAMARA MUNICIPAL
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 003/2015 DE LOCAÇÃO DE SISTEMA INTEGRADO DE GERENCIAMENTO ADMINISTRATIVO PARA CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA.

Por este instrumento particular que fazem de um lado a **CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA,** Estado de Mato Grosso, devidamente inscrita no CNPJ sob nº **15.943.608/0001-27**, situada na Rua Gustavo Nogueira da Silva, s/nº, centro, na cidade de **PONTE BRANCA/MT,** neste ato representada pelo seu Presidente **Vereador JORGE RODRIGUES DE OLIVEIRA,** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **949.799 SSP/GO** e inscrito no CPF/MF sob o n.º **167.835.491-00,** neste ato denominado simplesmente de **CONTRATANTE**, e de outro lado a empresa **RAFAELA FERREIRA RIBEIRO - ME,** inscrita no CNPJ do MF sob o nº 21.267.722/0001-87, estabelecida à Rua Pedro Celestino, s/n°, Centro, Ribeirãozinho – MT, representada neste ato por seu sócio ***Sra. RAFAELA FERREIRA RIBEIRO***, brasileira, solteira, gerente, inscrita no RG n° 4866027 e CPF n° 011.664.421-44, doravante denominada **CONTRATADA,** resolvem celebrar o presente Termo mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO

Em consonância com a **CLÁUSULA NONA** do **Contrato Original n° 003/2015**, por meio deste termo aditivo dá-se a prorrogação de sua vigência para o período de **29/01/2016** à **28/01/2017**.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL

Este Termo Aditivo está amparado pelo Art. 55, da lei federal n. º 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RATIFICAÇÃO

Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do **Contrato Original nº 003/2015**, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA QUARTA – DO FORO

Fica eleito o Foro da comarca de **ALTO ARAGUAIA/MT**, para solucionar quaisquer dúvidas oriundas do presente aditivo, renunciando a qualquer outro por mais privilegiado que seja ou pareça, ficando estabelecido que nenhuma notificação ou interpelação, seja a que título, será considerada fora de sua jurisdição.

E por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente Termo Aditivo em três vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo, que também assinam, para que produza os efeitos legais.

PONTE BRANCA, aos 27 dias do mês de janeiro de 2016.

_____

JORGE RODRIGUES DE OLIVEIRA - PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE PONTE BRANCA/MT

Contratante

_____

RAFAELA FERREIRA RIBEIRO

RAFAELA FERREIRA RIBEIRO - ME

Contratado

_____

SULENE GONÇALVES RAMOS

Fiscal de Contratos

TESTEMUNHAS:

NEI RONAN DA SILVA

CPF: 914.862.541-87

WILTON PRADO RIBEIRO

CPF: 800.055.271-04

PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTES E LACERDA

AVISO PREGÃO N.006/2016 – PMPL

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO N.026/2016-PMPL)

PREGÃO Nº. 006/2016 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 137/2014. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE VEICULOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS UNIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO.

CREDENCIAMENTO: das 07h30 às 08h do dia 07 de março 2016.

INICIO DA SESSÃO: às 08h do dia 07 de março de 2016 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT. Pontes e Lacerda/MT, 23 de fevereiro de 2016.

Leandro Narciso da Costa – Pregoeiro

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA FEVEREIRO/2016

PORTARIA Nº. 055/2016

Dispõe sobre a cessão do servidor Sr. Guilber Henrique Gimenes para desenvolver suas funções junto ao Tribunal Regional Eleitoral

Data: 23/02/2016

AVISO TOMADA DE PREÇOS N.002/2016/PMPL

(PROCESSO N.028/2016)

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Pontes e Lacerda, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar no dia 10 de março do corrente ano, às 10 horas, na sede da Prefeitura Municipal, sito Av. Marechal Rondon, 522, centro, licitação na modalidade de Tomada de Preços, destinada a contratação de empresa para Construção de quadra coberta com vestiários da Escola Municipal Sanária Silveria de Souza, localizada na Rua Vereador Anibas L. de Souza, Qd. 05, Lote 01, Bairro Jardim São Gabriel no Município de Pontes e Lacerda. Os interessados poderão obter informações e cópia do edital completo mediante o prévio recolhimento da importância, não reembolsável, de R$150,00 (cem e cinquenta reais), no horário de expediente, das 07h às 13horas, em dias úteis. Pontes e Lacerda, em 23 de fevereiro de 2016.

PATRICIA MARIA GONÇALVES SILVA

Presidente da Comissão

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA FEVEREIRO/2016

PORTARIA Nº. 054/2016

Dispõe sobre a exoneração do Sr. José Vicente Nunes Ferreira do cargo de Coordenador Geral de Fomento à Agropecuária, e dá outras providências

Data: 23/02/2016

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA FEVEREIRO/2016

PORTARIA Nº. 057/2016

Dispõe sobre a Instauração de Sindicância para apurar possíveis irregularidades praticadas pelo Setor de Licitação e dá outras providencias

Data: 23/02/2016

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO Nº 003/2016

Entidade: Câmara Municipal de Pontes e Lacerda			
Contrato 003/2016	ÓRGÃO CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE ADMINISTRATIVA CÂMARA MUNICIPAL	
CONTRATADA **FAVORITO SUPERMERCADO LTDA**			
Data da Emissão 23/02/2016	Data Vencimento 31/12/2016	Valor R$ 25.478, 69	Dotação 33.90.30
Objeto do Contrato: ***AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO (PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, LIMPEZA E SIMILARES) PARA A CÂMARA MUNICIPAL CONFORME ANEXO III.***			
Licitação Modalidade Convite 003/2016			

Pontes e Lacerda - MT, 23 de fevereiro de 2016.

PEDRO VIEIRA

Vereador Presidente

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA FEVEREIRO/2016

PORTARIA Nº. 058/2016

Dispõe sobre a exoneração da Sra. Valeria Francisca de Oliveira do cargo efetivo de Agente Comunitário de Saúde, e dá outras providências.

Data: 23/02/2016

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA FEVEREIRO/2016

PORTARIA Nº. 053/2016

Dispõe sobre a exoneração da Srª. Eva dos Santos Silva do cargo de Secretária Municipal de Fomento à Agropecuária

Data: 23/02/2016

AVISO PREGÃO N.007/2016/PMPL

REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO N.027/2016-PMPL)

PREGÃO Nº. 007/2016 Regido pela Lei nº. 10.520/2002 e pelo Decreto nº. 137/2014. Subsidiariamente, pela Lei 8.666/1993.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE DE PESSOAS DO PROJETO FELIZ IDADE VINCULADO A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL E TRABALHO.

CREDENCIAMENTO: das 07h30 às 08h do dia 08 de março 2016.

INICIO DA SESSÃO: às 08h do dia 08 de março de 2016 – Aquisição do Edital no site: www.ponteselacerda.mt.gov.br (website: Licitação pregão) – Fone/fax: (65) 3266-2534 e (65) 3266-2716.LOCAL DA AUDIÊNCIA PÚBLICA: SALA DE PREGÃO, DA PREFEITURA DE PONTES E LACERDA, sito à Av. Marechal Rondon, 522, centro em Pontes e Lacerda/MT. Pontes e Lacerda/MT, 23 de fevereiro de 2016.

Leandro Narciso da Costa – Pregoeiro

CÂMARA MUNICIPAL
EXTRATO CONTRATO Nº 004/2016

Entidade: Câmara Municipal de Pontes e Lacerda			
Contrato 004/2016	ÓRGÃO CÂMARA MUNICIPAL	UNIDADE ADMINISTRATIVA CÂMARA MUNICIPAL	
CONTRATADA ***SUPERSOFT TREINAMENTO EM INFORMÁTICA EIRELI - ME***			
Data da Emissão 23/02/2016	Data Vencimento 30/12/2016	Valor R$ 37.236,79	Dotação 33.90.30
Objeto do Contrato: ***AQUISIÇÃO DE SUPRIMENTOS DE INFORMÁTICA (TONERS E CARTUCHOS) PARA CÂMARA MUNICIPAL***			
Licitação Modalidade Convite 002/2016			

Pontes e Lacerda - MT, 23 de fevereiro de 2016.

PEDRO VIEIRA

Vereador Presidente

GABINETE
EXTRATO DE PORTARIAS PREFEITURA FEVEREIRO/2016

PORTARIA Nº. 056/2016

Dispõe sobre a Instauração de Sindicância para apurar possíveis irregularidades praticadas pelo Setor de Licitação e dá outras providencias

Data: 23/02/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0006/2016 - SRP Nº 0003/2016

AVISO DE ABERTURA DE PROCESSO LICITATÓRIO

Processo Licitatório nº 0006/2016

Modalidade: Pregão Presencial nº 0006/2016 - SRP nº 0006/2016

Tipo: Menor Preço Por Item

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, através do Pregoeiro senhor Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira, torna público para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **Pregão Presencial nº 0006/2016**, cujo objeto é o **Registro De Preços Para Futura e eventual contratação de pessoa jurídica para fornecimento de material elétrico destinado a manutenção da iluminação pública conforme constam no anexo 01-termo de referência do edital, tudo em conformidade com as disposições no edital e seus anexos, que o integram e complementam, para todos os efeitos jurídicos legais**, prevista para abertura no dia 08/03/2016 às 09:00 O edital se encontra disponível no endereço eletrônico www.portoalegredonortemt.com.br, podendo alternativamente, ser adquirida uma via impressa, na Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte/MT, situada à Rua Tocantins, Nº 1.143 – Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT, no valor de 0,50 (cinqüenta centavos) por página impressa, valor não reembolsável. Porto Alegre do Norte/MT, 23 de fevereiro de 2016 - Pregoeiro senhor Reinaldo Heverton Ferraz de Oliveira.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO

RECURSOS HUMANOS
TESTE SELETIVO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 011/2016 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2016

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Porto Esperidião, do Estado de Mato Grosso, e Comissão Municipal de Teste Seletivo designada pela Portaria 281/2015, torna público o **RESULTADO FINAL E HOMOLOGA** o Processo Seletivo Simplificado 001/2016 para preenchimentos de vagas em caráter temporário, destinado a atender as necessidades da Administração Pública de Porto Esperidião-MT, alterando os dispositivos elencados.

CARGO:AGENTE ADMINISTRATIVO

CLASS	NOME	RG	NASCIMENTO	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	TOTAL PONTUAÇÃO
1º	CECILLYA MARYANNE FERREIRA DE OLIVEIRA	25859633 SSP/MT	24/02/1996	15	100	115
2º	KESIA PAVIN DOS SANTOS	181398-5 SESP/MT	15/05/1990	14	100	114
3º	MAX DAMIÃO MENACHO DE OLIVEIRA	15939979 SSP/MT	27/09/1985	12	100	112
4º	SONIA MARIA RODRIGUES F. DE OLIVEIRA	1220030 SSP/GO	20/01/1961	11,5	100	111,5
5º	DERLY FIGUEIREDO XAPINA	23360976SJSP/MT	08/07/1992	11,5	100	111,5
6º	SILVIO XAPINA	15204669SSP/MT	17/03/1983	14	90	104
7º	JAQUELINE FERREIRA DA SILVA	1850853-7 SSP/MT	01/09/1982	12,5	90	102,5
8º	ALDAIANE MACEDO LEÃO	24928437SSP/MT	23/05/1994	12,5	90	102,5
9º	ADNILTON SILVA SANTANA	2662258-0 SSP/MT	29/10/1996	11,5	90	101,5
10º	RODRIGO CAMPOS BRITO	18567592 SSP/MT	29/08/1989	10,5	90	100,5
11º	ZELLITY SOUZA LEÃO	2159770-7 SSP/MT	19/12/1990	15,5	85	100,5
12º	ELIEZER GUEDES	24903779SJSP/MT	22/04/1994	10,5	90	100,5
13º	ADEMILSON DA SILVA SANTANA	22616675SSP/MT	14/02/1992	9	90	99
14º	JESSICA LORRAINE F. DOS SANTOS	2416504-2SSP/MT	18/03/1994	9	90	99
15º	ARIELEN CRISTINA RAMOS DALMORO	25446959 SSP/MT	17/11/1997	9	90	99
16º	ADRIANA SANTOS DE AQUINO	1818093-0 SSP/MT	12/06/1991	13	85	98
17º	FABIANA MARTINS	09832319 SSP/MT	17/08/1980	13,5	85	98,5
18º	MARIELY HURTADO FLORES	2431524-9 SSP/MT	08/08/1997	12,5	85	97,5

19º	JUCICLEIA SILVA	2119510-2 SSP/MT	04/11/1989	11	80	91
20º	AGUINALDO MUQUISSAI MASSAVI	2213676-2SSP/MT	10/03/1988	11	75	86
21º	GEDIVALDO PESSOA ORTIZ	2699163-2SSP/MT	15/12/1996	8	70	78
22º	JAKSON FERNANDES BARBOSA	1210514-7 SSP/MT	16/04/1979	8,5	65	73,5
23º	KENNY LYNN ZAMBRANA CAMPOS	2894125-0 SSP/MT	05/10/1986	7	65	72
24º	LEONORA MASSAVI HURTADO	1973236-8 SSP/MT	24/07/1986	6,5	65	71,5
25º	TATIELLY RAMOS SANTANA	26575108SJSP/MT	20/08/1995	8	60	68
26º	LUCIANA DE ARRUDA VENTURA	15284999SJSP/MT	01/10/1983	6,5	60	66,5
27º	SONIA TUMICHA RUMAN	1539874-9SSP/MT	09/07/1982	11,5	50	61,5
28º	MARCOS ANTONIO F. DOS SANTOS	20690258 SSP/MT	17/08/1980	11	50	61
29º	CLAUDILENE PAULINA D. SANDRO	1293498-4SSP/MT	24/05/1981	10,5	50	60,5
30º	DANIELI FERNANDA TERCI ROBELO	1752085-1 SSP/MT	19/08/1987	7,5	50	57,5
31º	EDNO MUQUISSAI	1776595-1SSP/MT	07/04/1988	7,5	50	57,5
32º	ANGELICA RIBEIRO DE SOUZA	2107945-5 SSP/MT	19/01/1988	5,5	50	55,5
33º	CLOVIS CEBALHO NUNES	1209625-3SSP/MT	20/09/1977	7	45	52
34º	GÉSSICA SUÉ DOS SANTOS	2692606-7 SSP/MT	23/10/1996	7,5	30	37,5
35º	TAHANY FERREIRA LEMES	24429449 SESP/MT	20/01/1995	19	AUSENTE	19
36º	LEONARDO RODRIGUES DA SILVA	22260609 SSP/MT	15/04/1995	17	AUSENTE	17
37º	KLEBER ANTONIO MUNIZ	1384723-6 SSP/MT	11/09/1982	14,5	AUSENTE	14,5
38º	CARLA DE FATIMA FLORES	2242611-6 SSP/MT	24/11/1997	13	0	13
39º	ELAINE ALVES CEBALHO	12111961 SSP/MT	01/10/1980	12,5	AUSENTE	12,5
40º	EVANDRO MARQUES DE OLIVEIRA	16124979 SSP/MT	21/10/1986	11	AUSENTE	11
41º	MAURO JUNIOR REGUEIRO	2540400-8SSP/MT	30/05/1996	10	AUSENTE	10
42º	WELBER MARTINS DA CRUZ	1893801-9 SESP/MT	18/10/1993	9,5	AUSENTE	9,5
43º	LUIZ MARIANO EGUES PARABA	2492899-2 SSP/MT	19/08/1994	9,5	AUSENTE	9,5
44º	VANILDES MERCEDES DE L. BARROS	12506621SSP/MT	10/04/1978	7,5	0	7,5
45º	IVONETE DOS SANTOS	2692610-5SSP/MT	13/05/1997	7,5	0	7,5
46º	PAMELA LORRAINE MAGALHÃES DE LACERDA	20471637 SSP/MT	21/05/1990	5,5	AUSENTE	5,5
47º	ALESSANDRA TOMICHA JOVIO	26574314SSP/MT	11/07/1995	4,5	AUSENTE	4,5
48º	SANDRA LOPES DA SILVA	10586024 SSP/MT	27/05/1978	AUSENTE	AUSENTE	0
49º	LINDA INES PIRES DO PRADO	23158662 SSP/MT	28/01/1994	AUSENTE	AUSENTE	0
50º	BRISLAINY DE CARVALHO OLIVEIRA	2349837-4 SSP/MT	20/08/1991	AUSENTE	AUSENTE	0
51º	MICHELLI DAYANE SANTIAGO MARTINS	2286233-1 SSP/MT	09/06/1994	AUSENTE	AUSENTE	0
52º	JOSÉ VANDER URUPE	23898798 SJSP/MT	30/09/1992	AUSENTE	AUSENTE	0
53º	ROSANGELA FERREIRA DE S. LEAL	1843762-1 SSP/MT	12/02/1985	AUSENTE	AUSENTE	0
54º	LUCAS BRUNNER APRIGIOGERMANO	22776451 SSP/MT	02/10/1990	AUSENTE	AUSENTE	0
55º	REGIANE ORTIZ DA SILVA	2503159-7SSP/MT	15/06/1994	AUSENTE	AUSENTE	0
56º	VINICIO URZEDO DA SILVA	2697664-1SSP/MT	12/09/1996	AUSENTE	AUSENTE	0
57º	ANA PAULA RAMOS DE SOUZA	2440641-4SSP/MT	17/05/1995	AUSENTE	AUSENTE	0
58º	GISELVA MUQUISSAI	23438401SSP/MT	25/03/1990	AUSENTE	AUSENTE	0
59º	ANGELICA DA SILVA JUNQUEIRA	24131733SJSP/MT	30/06/1993	AUSENTE	AUSENTE	0
60º	MAURICIO SOARES DE OLIVEIRA	24391069 SSP/MT	06/12/1994	AUSENTE	AUSENTE	0
61º	KELLY MARA DA SILVA GARCIA	17368502 SSP/MT	29/09/1988	AUSENTE	AUSENTE	0
62º	KARINY MARTINHA NEVES LIMA	2257145-0 SSP/MT	29/08/1994	AUSENTE	AUSENTE	0
63º	DERIVALDO RODRIGUES MASSAI	2373255-5 SSP/MT	15/09/1992	AUSENTE	AUSENTE	0
64º	NATHÁLIA MARCINNY SALES	2233547-1SSP/MT	24/12/1995	AUSENTE	AUSENTE	0
65º	KESIA PARA DA SILVA	1906453-5SSP/MT	21/02/1986	AUSENTE	AUSENTE	0
66º	FABIO SOUZA FRANÇA	2159625-5 SSP/MT	08/06/1993	AUSENTE	AUSENTE	0
67º	VANESSA DE SOUZA NASCIMENTO	223220078 SSP/MT	30/12/1991	AUSENTE	AUSENTE	0

CARGO: SERVIÇOS GERAIS - ZONA URBANA

	CARGO: SERVIÇOS GERAIS - ZONA URBANA			
CLASS	**NOME**	**RG**	**NASCIMENTO**	**TOTAL**
1º	JULIANE MARTINS DE BRITO	1634020-5 SSP/MT	27/08/1985	24
2º	GIRLENO POQUIVIQUI	11485558 SSP/MT	31/08/1976	23
3º	RAFAELA MACONHÃO LOPES	1210671-2 SSP/MT	24/10/1979	23
4º	MARIA ISABEL LOPES	1507373-4 SSP/MT	29/07/1984	23
5º	EVANI AUGUSTA DE SOUZA	1499521-2 SSP/MT	01/07/1977	22
6º	LAUANNE DE FÁTIMA MARQUES AGUILAR	2290893-5 SSP/MT	04/05/1995	22
7º	VALNIZETE DOS SANTOS COELHO BATISTA	1540565-6 SSP/MT	30/01/1981	21
8º	GISELI FÁTIMA DOS SANTOS	15090515 SSP/MG	23/02/1985	21
9º	MARINILZA SURUBI TURIBIOS	1795422-3 SSP/MT	08/10/1987	21
10º	ANA JUCILEIA MACHACAU FLORES	2147397-8 SSP/MT	27/03/1989	21
11º	GEISE TATIANE TRINDADE DE SOUZA	23664134 SSP/MT	09/03/1993	21
12º	MARIA JOSÉ ROBERTO DE SOUZA	26735064-8 SSP/MT	29/08/1956	20
13º	PAULINA ORTIZ ASSUNÇÃO	1825376-8 SSP/MT	15/06/1986	20
14º	CLODOALDO NUNES SIQUEIRA	1917354-7 SSP/MT	15/05/1988	20
15º	PATRICIA SANTIAGO DE BRITO	2165113-2 SSP/MT	20/10/1991	20
16º	INGRID FERREIRA DA COSTA	2647170-1 SSP/MT	27/07/1997	20
17º	VANILDE DE ABREU VIEIRA	1558615-4 SSP/MT	19/11/1980	19
18º	JOANES APARECIDO DE OLIVEIRA TEIXEIRA	14643294 SSP/MT	23/12/1981	19
19º	VIVIANE ORTIZ DE ASSUNÇÃO KORB	1481802-7 SSP/MT	07/08/1982	19
20º	ROSINEI SILVESTRE RIBEIRO	1876067-8 SSP/MT	29/03/1986	19

21º	ANA CRISTINA TOMICHA LEMES	16356578 SSP/MT	20/11/1987	19
22º	CRISTIANE SEBALHO GAUTOS	2159843-6 SSP/MT	21/10/1989	19
23º	CRISTIANE NUNES BELTRAME	2324366-0 SSP/MT	09/07/1996	19
24º	ROSELY DAZA PEDRAÇA	16319052 SSP/MT	23/02/1983	18
25º	MARIA ADELAIDE MACONHÃO	1394096-1 SSP/MT	27/06/1985	18
26º	MARIA LUZIA POICHÉ	1833879-8 SSP/MT	27/06/1986	18
27º	CLAUDINETE PINAFFI FERREIRA	22334122 SSP/MT	06/08/1994	18
28º	NELZANA DA SILVA	332895270 SSP/MT	30/05/1978	17
29º	VALDENICE DE ABREU VIEIRA	2102292 - 5 SSP/MT	08/01/1987	17
30º	ROSIMAR DA SILVA MATOS	2081842-4 SSP/MT	14/09/1988	17
31º	EDILAINE PARA SALVATERRA	22492992 SSP/MT	08/11/1991	17
32º	CASSIA DE FATIMA FLORES	2279822-6 SSP/MT	09/03/1992	17
33º	CINTHIA MARIA TONON	487847763 SSP/SP	20/11/1992	17
34º	RAYSSA FERNANDES DA SILVA	17590809 SSP/MT	01/08/1994	17
35º	SUSYELLE NATES ASSONI	2256674-0 SSP/MT	07/12/1994	17
36º	HELEN PATRICIA DOS SANTOS	2242594-2 SSP/MT	22/09/1995	17
37º	ROSEMEIRE ROMA PINAFFI	07713142 SSP/MT	26/12/1969	16
38º	SIRLEIA DE JESUS BARROS	15940110 SSP/MT	25/07/1978	16
39º	LUCIENE RODRIGUES FERREIRA	2115408-2 SSP/MT	14/08/1980	16
40º	MAYARA MARTINS TORQUATO	2004479-8 SSP/MT	15/11/1992	16
41º	ADELIA CHORES	2349834-0 SSP/MT	22/08/1993	16
42º	KARINY DA SILVA AGUILAR	2248996-7 SSP/MT	07/06/1994	16
43º	AMANDA DE JESUS MARANGONI	2388111-9 SSP/MT	01/09/1995	16
44º	ALEXSANDRA MACONHÃO LOPES ROCHA	22797513 SSP/MT	03/06/1996	16
45º	FÁTIMA MELGAR BACA	1855669-8 SSP/MT	12/01/1983	15
46º	ROSEANE CEZARIO POLIS	19078692 SSP/MT	04/08/1985	15
47º	ADAILZA JESUS DA SILVA	2336162-0 SSP/MT	21/06/1989	15
48º	EDCLEIA MARTINS BRITO	2138764-8 SSP/MT	05/12/1990	15
49º	REGIANE FLORES RAMOS	21722749 SSP/MT	03/06/1991	15
50º	BRUNA VIEIRA DA CRUZ DOS SANTOS	26925710 SSP/MT	01/09/1994	15
51º	ROZAIR DA SILVA MIRANDA ALMEIDA	1008711 - 7 SSP/MT	03/11/1975	14
52º	FRANCELINA SIE GOMES	18568335 SSP/MT	30/01/1988	14
53º	LEYDI DAYNNE LOPES	2480739-7 SSP/MT	22/04/1994	14
54º	FRANCISCA ALMERINDA SANTOS	1581710-5 SSP/MT	29/07/1976	13
55º	ALINE CEZÁRIO COUTINHO	23993316 SSP/MT	07/01/1997	13
56º	ANDREIA VERIDIANO DA SILVA	12096342 SSP/MT	10/07/1979	13
57º	MARIA JOSÉ DE JESUS DE OLIVEIRA	14653923 SSP/MT	09/08/1983	13
58º	MARIA LUIZA ARCE DA SILVA	17903718 SSP/MT	03/11/1979	13
59º	TATIANE SEBALHO GAUTOS	2159809-6 SSP/MT	25/02/1990	13
60º	ANA LUIZA MARTINS	1643683-0 SSP/MT	20/08/1982	12
61º	EDNEIA APARECIDA DA SILVA	1231985-6 SSP/MT	06/11/1971	12
62º	ELISANDRA PARA SALVATERRA	1882315-7 SSP/MT	20/09/1987	12
63º	LUCILEIA MARQUES FERREIRA	1226451-2 SSP/MT	01/05/1982	12
64º	SIMONE SANTIAGO ALVES	2409427-7 SSP/MT	12/02/1992	12
65º	VANIA RITA DA SILVA	1142167-3 SSP/MT	10/02/1976	12
66º	ANDREIA RIBEIRO DOS SANTOS	1711966-9 SSP/MT	08/10/1985	11
67º	INEZ TOMICHA DOS SANTOS	1549871-9 SSP/MT	01/09/1980	11
68º	IVETE CHAVES DE SOUZA	1855678-7 SSP/MT	19/03/1986	11
69º	KELLEN COELHO BATISTA	26471353 SSP/MT	29/12/1996	11
70º	LAURA CESÁRIO LEITE RIBEIRO	2160319-7 SSP/MT	20/04/1985	11
71º	ANEDINO APARECIDO DA SILVA	11267690 SJ/MT	06/10/1961	10
72º	LUANA CEBALHO EGUES	2822309-8 SSP/MT	27/03/1997	10
73º	LUCIENE FLORINDA URTADO DE LIMA	1789114-0 SSP/MT	10/01/1985	10
74º	LUZIETE BAZILIO GONÇALVES	16338774 SSP/MT	29/08/1981	10
75º	ALCILENE TOMICHA CASSUPA	2246435-2 SSP/MT	11/08/1993	9
76º	ELIZABETE DA SILVA SIE	14916860 SSP/MT	05/04/1983	9
77º	EDINEIDE JOAQUINA DE SOUZA	1873840-0 SSP/MT	25/02/1982	8
78º	GLAUCIA APARECIDA DE MOURA	1882014-0 SSP/MT	07/04/1985	8
79º	GREISSIANE DE ASSUNÇÃO	2358806-3 SSP/MT	10/03/1990	8
80º	ROSELIA DA CUNHA CAMARGO	15070808 SSP/MT	09/02/1983	8
81º	SEBASTIANA LUIZA GONÇALVES	1209714-4 SSP/MT	20/01/1973	8
82º	TEREZA GOMES URUPI	1307901-8 SSP/MT	15/10/1981	7
83º	APARECIDA DE FÁTIMA LOPES ROCHA	1478717-2 SSP/MT	12/10/1980	5
84º	ADELAIDE DA COSTA CLEMENTE	0933035-6 SSP/MT	14/10/1974	AUSENTE
85º	ADRIANA RIBEIRO DOS SANTOS	1780850-2 SSP/MT	18/03/1984	AUSENTE
86º	ALESSANDRA DA SILVA LARA	2232286-8 SSP/MT	10/04/1988	AUSENTE
87º	ELCIO DA CRUZ DA SILVA	24476625 SSP/MT	25/10/1994	AUSENTE
88º	ERICA DA SILVA SOUZA	2147356-0 SSP/MT	30/06/1994	AUSENTE
89º	FERNANDA RONDOM	2490410-4 SSP/MT	25/04/1988	AUSENTE
90º	GABRIEL DA SILVA CAMPOS	2505164-4 SSP/MT	01/09/1995	AUSENTE
91º	LEIZIANE DE OLIVEIRA SANTOS	2640909-7 SSP/MT	11/08/1995	AUSENTE
92º	LETICIA DE OLIVEIRA SANTOS	2640910-0 SSP/MT	21/04/1994	AUSENTE
93º	LINDALVA BASSAN	16320425 SSP/MT	23/09/1968	AUSENTE
94º	LUCIMAR NASCIMENTO LEITE	24409332 SESP/MT	08/10/1997	AUSENTE
95º	MANOELA LOPES ROCHA ALMEIDA	1507360-2 SSP/MT	07/08/1982	AUSENTE

96º	NAIRA FERNANDA DE JESUS BARROS	1611284-9 SSP/MT	09/10/1989	AUSENTE
97º	NATALIA PROCÓPIO DA SILVA	2677254-0 SSP/MT	21/10/1996	AUSENTE
98º	NEUSANA DA SILVA	332895270 SSP/MT	30/05/1973	AUSENTE
99º	PAULO ORTIZ PAEZANO	1658817-7 SSP/MT	11/09/1984	AUSENTE
100º	POLLIANA MENACHO ANGÉLICO	52482728-X SSP/SP	20/10/1993	AUSENTE
101º	RAQUEL BRAZ DE OLIVEIRA	28064445 SESP/MT	19/10/1996	AUSENTE
102º	RENATA DA SILVA	2557489-2 SSP/MT	21/12/1993	AUSENTE
103º	ROBERTO CARLOS CHORES	2428824-1 SSP/MT	05/06/1992	AUSENTE
104º	ROSELAINE SALVATERRA DE ASSUNÇÃO	1633754-9 SSP/MT	24/11/1980	AUSENTE
105º	RUDINEI DA SILVA SIÉ	1915848-3 SSP/MT	18/10/1984	AUSENTE
106º	SIDNEI DA SILVA SIE	1752146-7 SSP/MT	26/08/1987	AUSENTE
107º	VALDEVINA MIRANDA ROMÃO	16337654 SSP/MT	28/06/1980	AUSENTE
108º	VERA LUCIA ORTIZ DE ASSUNÇÃO	1736968-1 SSP/MT	07/08/1984	AUSENTE
109º	VERONICA FAGUNDES DE MOURA MUNIZ	19878168 SSP/MT	10/02/1986	AUSENTE

Cargo: Serviços Gerais - Zona Rural

Class.	Nome	RG	Nascimento	Total de Pontos
1º	JOSIANE DE JESUS BARBOSA	2326408-0 SSP/MT	19/10/1994	23
2º	INES APARECIDA NAZARIO	14313154 SSP/MT	24/10/1978	22
3º	ADEMIR RODRIGUES DO PRADO	1307903-4 SSP/MT	03/10/1983	22
4º	DANILO BATISTA FERREIRA	2311170-4 SSP/MT	05/09/1997	22
5º	VANESSA DUARTE	1906507-8 SSP/MT	29/07/1987	21
6º	MARIA DE FÁTIMA CHARUPA	10717269 SSP/MT	07/02/1975	20
7º	VANICLÉIA MUQUISSAI MAISSE	2814790-1 SSP/MT	09/11/1996	19
8º	ALESSANDRO BARBOZA DE SOUZA SOBRINHO	2366325-1 SSP/MT	03/03/1993	18
9º	JOICY DE OLIVEIRA LOPES	1588910-6 SSP/MT	21/08/1985	18
10º	LOURDES MARIA DA SILVA	2085398-0 SSP/MT	04/10/1987	18
11º	LUCIANA VALES RODRIGUES	1179401 - SSP/MT	01/01/1974	18
12º	EDILAINE BARBOSA	2029658-4 SSP/MT	23/05/1988	17
13º	INES OLIVEIRA DA FONSECA	470.449 SSP/MT	10/05/1965	17
14º	LUCIMAR MORENO DOS SANTOS	2194708-2 SSP/MT	20/03/1992	17
15º	ELVIS RAMOS	1581718-0 SSP/MT	07/11/1983	16
16º	FAGNER JUNIOR SOUZA SILVA	2279567-7 SSP/MT	24/06/1997	16
17º	SILVANA TRAVA	1605889-5 SSP/MT	09/02/1986	16
18º	ANAIR POICHÉ TOMICHA	2330875-3 SSP/MT	03/05/1989	15
19º	LEIDIANE ANDRADE BORGES	2327105-1 SSP/MT	16/12/1993	15
20º	ADRIANA FERREIRA BARBOSA	1838990-2 SSP/MT	09/12/1982	14
21º	FABIANA SANTOS DA SILVA	2349836-6 SSP/MT	04/06/1991	14
22º	JANAINA VELASCO ORTIZ	19537425 SSP/MT	26/01/1988	14
23º	VALDILEIA VELASCO SURUBI	17128790 SSP/MT	26/01/1985	14
24º	DENILZA SERAFIM DA SILVA NOGUEIRA	1612689-0 SSP/MT	17/06/1979	13
25º	FABIANA SOARES PEREIRA	2146100-7 SSP/MT	10/01/1990	13
26º	GENAILDA FRANCISCA FONSECA	19128053 SSP/MT	30/09/1986	13
27º	LUCAS VINICIUS BEZERRA DE OLIVEIRA	28813472 SSP/MT	27/11/1997	13
28º	SUZANA RODRIGUES MAIA GONÇALVES	1764553-0 SSP/MT	30/08/1987	13
29º	CLEITON FERREIRA DA SILVA	2096716-0 SSP/MT	09/04/1988	12
30º	EDSON RODRIGUES DA SILVA	12107999 SSP/MT	30/01/1977	12
31º	MARLISE GRACIELE MUQUIÇAI RAMOS	24643653 SSP/MT	08/08/1995	12
32º	JOÃO LEITE MUQUISSAI	12097012 SSP/MT	30/05/1972	11
33º	MARLUCE RAMOS	2189528-7 SSP/MT	14/03/1990	11
34º	NEIDE ONESINA FERREIRA DE BRITO	484298 SSP/MT	26/09/1957	11
35º	CRISTIELI ALTINO DE SOUZA GENTIL	2311331-6 SSP/MT	05/06/1989	10
36º	DULCELINA LEMES DA SILVA	1563671-2 SSP/MT	29/08/1975	10
37º	LUCIANA PEREIRA CASTRO	1795285-9 SSP/MT	25/09/1983	10
38º	FERNANDA DE OLIVEIRA CARDOSO	1900888-0 SSP/MT	29/05/1991	9
39º	LUCIANE APARECIDA PINAFFI	1209668-7 SSP/MT	06/08/1979	9
40º	MELZI HELENA DE OLIVEIRA CARDOSO	1417845-1 SSP/MT	22/06/1969	7
41º	SAMUEL DAMIÃO LOPES ORTIZ	2791735-5 SSP/MT	12/08/1997	6
42º	ALESSANDRA TACOO MARTINS	1386017-0 SSP/MT	19/11/1984	AUSENTE
43º	IDIANA ALEXANDRINA CEBALHO NUNES DA SILVA	1658761-8 SJ/MT	05/09/1982	AUSENTE
44º	JANAINA EGUES VIANA	2861165-9 SSP/MT	08/05/1997	AUSENTE
45º	JOELCIO DE OLIVEIRA	1549894-8 SSP/MT	03/04/1985	AUSENTE
46º	ROSIMEIRE PEREIRA DA SILVA MORAES	16144180 SSP/MT	16/07/1978	AUSENTE

CARGO: VIGIA LOTAÇÃO: ZONA URBANA

Class.	Nome	RG	Nascimento	Total de Pontos
1º	EZEQUIAS SERAFIM DOS SANTOS	2159815-0 SSP/MT	10/08/1992	29
2º	TIAGO LUCAS DOS SANTOS DA SILVA	2485284-8 SSP/MT	23/07/1996	25
3º	MARCIEL ASSUNÇÃO DOS SANTOS	1658713-8 SSP/MT	07/02/1993	24
4º	ROGER DE BRITO FIALHO	2492830-5 SESP/MT	04/02/1996	23
5º	JOSÉ NILTON DE LIMA CARLOS	1114664-8 SSP/MT	01/05/1976	22
6º	FLAVIO NEY DE ASSUNÇÃO	1209646-6 SJ/MT	06/11/1978	22
7º	WELINTON ALVES DOS REIS	2115429-5 SSP/MT	18/11/1991	21

8º	CARLOS ALEXANDRE JOVIO	2303564-1 SSP/MT	09/09/1992	21
9º	ROBERT PARABA MACONHO	2249144-9 SSP/MT	27/04/1994	21
10º	ÂNGELA BROMATE RIBEIRO	2708106-0 SSP/MT	10/08/1996	21
11º	EMILIA TOMICHÁ CEBALHO	2249319-0 SSP/MT	20/09/1990	20
12º	MARIANA TOMICHÁ CEBALHO	2601047-0 SSP/MT	27/01/1994	20
13º	SERGIO CEZARIO POLIS	1881987-7 SSP/MT	04/01/1988	19
14º	GLEISSON POQUIVIQUI ASSUNÇÃO	2447657-9 SSP/MT	16/10/1992	19
15º	PAULO CESAR RODRIGUES CHARUPÁ	723946 SSP/MT	06/09/1971	18
16º	CHARLES APARECIDO MACIEL	2159076-1 SSP/MT	16/07/1991	18
17º	WELLITON H. C. DE OLIVEIRA	22492372 SSP/MT	24/08/1994	18
18º	AMILTON NICOLAU DE ALMEIDA	06183433 SSP/MT	07/04/1971	17
19º	MANOEL EMERSSON CEBALHO	983315 SSP/MT	28/08/1978	17
20º	VANILDO GOMES DOS SANTOS	1478484-0 SSP/MT	20/04/1985	17
21º	ARLINDO NUNES CHARUPÁ	876 783 SSP/MT	22/11/1969	16
22º	GILBERTO PINTO DE MIRANDA	0686493-7 SSP/MT	07/06/1964	15
23º	PAULO CÉSAR BISAIO	832938 SSP/MT	11/06/1970	15
24º	JOÃO VILASIO SURUBI GOMES DE CAMPOS	1211393-0 SSP/MT	06/10/1978	15
25º	JAMIR PARABA BACA	1255142-2 SSP/MT	04/02/1982	15
26º	EVANILDE VIANA RODRIGUES	1893842-6 SSP/MT	28/04/1987	15
27º	MAILSON SILVA	20071932830SSP/CE	14/09/1992	15
28º	CARLOS HENRIQUE DE SOUZA BRITO	2558356-5 SSP/MT	01/04/1995	15
29º	VALMIR PIRES SOARES	12096725 SSP/MT	02/01/1980	14
30º	JOSÉ CARLOS DE SOUZA PEREIRA	2303572-2 SSP/MT	17/11/1989	14
31º	ALEXANDRO DA SILVA NEVES	25030809 SSP/MT	19/06/1995	14
32º	OSMAR BORDON	10978283 SJSP/MT	05/06/1979	13
33º	MARCOS DE ASSUNÇÃO	16810732 SSP/MT	17/07/1983	13
34º	WILSON COTRIM DA SILVA	1658811-8 SSP/MT	09/07/1985	13
35º	ANDERSON MIRANDA DA SILVA	1876922-5 SSP/MT	09/05/1989	13
36º	JOSÉ RAFAEL DE OLIVEIRA TRINDADE	2324383-0 SSP/MT	23/06/1986	12
37º	VALDIR ALVES DA SILVA	0384921-0 SSP/SP	20/12/1961	8
38º	SERGIO JOSÉ DE OLIVEIRA	2592439 SSP/MT	13/05/1967	3
39º	ALEXANDRE MIRANDA FRANCISCO	26731002 SJSP/MT	08/05/1997	AUSENTE
40º	ALTAIR MACHADO DO PRADO JUNIOR	2312375-3 SSP/MT	05/09/1995	AUSENTE
41º	BRAULINO FERREIRA FERNANDES	1702930-9 SSP/MT	04/07/1985	AUSENTE
42º	CLESIO MARIA ORTIZ	1739619-0 SSP/MT	12/05/1987	AUSENTE
43º	DOUGLAS DOS SANTOS BARROS	2257138-8 SSP/MT	11/05/1997	AUSENTE
44º	EDILEIA MARTINS BRITO	23111461 SSP/MT	30/01/1997	AUSENTE
45º	EDVALDO SURUBI VARGAS	2336101-8 SSP/MT	20/03/1992	AUSENTE
46º	EGNALDO DA SILVA MAISER	2085670-9 SSP/MT	03/02/1990	AUSENTE
47º	FLAVIANO FLORES PEDROSA	2233530-7 SSP/MT	21/02/1992	AUSENTE
48º	GILSON DA SILVA NOBRE	13611046 SSP/MT	01/10/1990	AUSENTE
49º	GUINAEL MUQUISSAI MASSAVI	23037300SSP/MT	29/07/1989	AUSENTE
50º	HALISSON DA SILVA SANTOS	2249152-0 SSP/MT	05/09/1992	AUSENTE
51º	IDINALDO CEBALHO	1918066-7SSP/MT	23/10/1985	AUSENTE
52º	JEFFSON DA SILVA MIRANDA	2459269-2 SSP/MT	13/08/1993	AUSENTE
53º	JOÃO PAULO RAMOS CEZARIO	21473757 SSP/MT	18/06/1995	AUSENTE
54º	JOSÉ EUCLIDES ORTIZ DE ASSUNÇÃO	19732341 SSP/MT	17/07/1988	AUSENTE
55º	LUCIENE KORB DE ANDRADE	21286060 SSP/MT	20/09/1993	AUSENTE
56º	LUIZ ADRIEL BAPTISTA	17614953 SJSP/MT	03/11/1984	AUSENTE
57º	MARCELO RAMOS CEZARIO	1666114-1 SSP/MT	24/09/1987	AUSENTE
58º	NATHALINO MACHICAL JUNIOR	2128961-1 SSP/MT	03/01/1993	AUSENTE
59º	PAULO JOAQUIM DE FREITAS GUERRA	2965078-0 SSP/MT	07/03/1988	AUSENTE
60º	RONALDO APARECIDP DA SILVA MIRANDA	1993222-7 SSP/MT	28/03/1987	AUSENTE
61º	SIMONE FERREIRA DOS SANTOS	000839966 SSP/MT	22/07/1981	AUSENTE
62º	SINELI LARICE DIAS DOS ANJOS	2210035-0 SSP/MT	30/04/1995	AUSENTE
63º	THIAGO DO CARMO JOVIO	2115394-9 SSP/MT	15/07/1989	AUSENTE
64º	VALDINEI DIAS DE OLIVEIRA	27731448 SSP/MT	10/08/1986	AUSENTE
65º	VANDERLÃ PAULINO DE MIRANDA	24429880 SESP/MT	08/08/1994	AUSENTE
66º	WALDIR PEREIRA DOS SANTOS	1284239-7 SSP/MT	04/01/1980	AUSENTE

Cargo: VIGIA Lotação: Zona Rural

CLASS	Nome	RG	Nascimento	Total de Pontos
1º	STELA VIEIRA DA SILVA	2332169-5 SSP/MT	15/06/1993	26
2º	ANTONIO JOSÉ DO NASCIMENTO	11362552 SSP/MT	04/07/1967	23
3º	CREUNEISE BORGES DE ARRUDA	0618349-2 SSP/MT	01/05/1974	23
4º	THIAGO DA SILVA POQUIVIQUI	2159737-5 SSP/MT	14/04/1993	23
5º	JOSUÉ SILVA DE ABREU	17001412 SSP/MT	20/11/1987	22
6º	EVANILDA ROCHA	1960439-4 SSP/MT	18/05/1985	20
7º	TIAGO VELASCO CALHAU	2552144-6 SSP/MT	07/03/1993	18
8º	JOSÉ WANDER BACCA MAISSE	26574977 SJSP/MT	19/09/1997	17
9º	MARIA APARECIDA RAMOS BERTO	1533376-0 SSP/MT	04/03/1979	17
10º	SILVANE ALVES DE OLIVEIRA	1544005-2 SSP/MT	29/03/1975	16
11º	MARILZA GRACIELA SURUBI	1843370-7 SSP/MT	11/11/1987	12
12º	FLORINDA RAMOS PARANA	10963537 SSP/MT	10/07/1977	11
13º	GILVAN VELASCO FERREIRA	19064160 SSP/MT	19/10/1989	AUSEN

CARGO: MOTORISTA

CLASS	NOME	RG	NASCIMENTO	PROVA OBJETIVA	PROVA PRÁTICA	PONTUAÇÃO TOTAO
1º	ELSO SILVEIRA FARIAS	19805721 SSP/MT	03/12/1986	17	100	117
2º	AGNALDO CARDOSO DE SOUZA	12082392 SJ/MT	17/07/1978	15	100	115
3º	DONIZETE RODRIGUES MIRANDA	1712883-8 SSP/MT	27/06/1985	13	100	113
4º	MARCIO SOUZA DOS SANTOS	767.407 SSP/MT	20/08/1973	14,5	98	112,5
5º	EDMAR ALVES RODRIGUES	18832431 SSP/MT	25/12/1988	12,5	100	112,5
6º	FABIO PEREIRA DOS SANTOS	1520992-0 SSP/MT	28/02/1986	12	100	112
7º	LUIZ CARLOS DE OLIVEIRA	11254718 SSP/MT	25/08/1977	13,5	98	111,5
8º	JOELCIO DE OLIVEIRA	1549894-8 SSP/MT	03/04/1985	11	100	111
9º	ELTON ALEXANDRE DOS SANTOS	20560370 SSP/MT	28/06/1989	13	98	111
10º	MARCIO GOMES SANTANA	1585878-2 SSP/MT	21/03/1981	9,5	100	109,5
11º	GILMAR DA SILVA SILVEIRA	11355921 SSP/MT	05/11/1975	13,5	96	109,5
12º	VALDEMIR ALVES PAULINO	857173 SSP/MT	14/11/1975	9,5	100	109,5
13º	GUSTAVO CEBALHO BRITO	16976029 SSP/MT	25/05/1986	11	98	109
14º	MOISÉS MARÇAL DA COSTA	24094218 SSP/MT	10/03/1993	17	92	109
15º	SILVIO PEREIRA VIEIRA	11917202 SJSP/MT	20/12/1971	14,5	94	108,5
16º	ADAIR VALADARES DA SILVA	696359 SSP/MT	20/10/1969	12	96	108
17º	JOSÉ GOMES FERREIRA	827514 SSP/MT	01/07/1971	8,5	98	106,5
18º	GILMAR DE OLIVEIRA GAIA	1098928-5 SJ/MT	28/10/1975	9,5	96	105,5
19º	ADAILSON HONORATO DA SILVA	22711597 SSP/MT	17/02/1991	9,5	96	105,5
20º	AGNALDO LOPES ROCHA	1210547-3 SSP/MT	22/01/1979	7	98	105
21º	WELLINGTON SIDINEY FERREIRA DOS SANTOS	32938404 SSP/AL	27/03/1989	9,5	94	103,5
22º	GERALDO FAGUNDES JUNIOR	15752046 SSP/MT	20/10/1987	11,5	86	97,5
23º	ADAULTO FABIO DE LIMA	15660494 SSP/MT	19/01/1987	AUSENTE	AUSENTE	0
24º	SIDNEY FARIA CAMARA	1381920-8 SSP/MT	06/09/1983	AUSENTE	AUSENTE	0
25º	GERALDO ALFEU BATISTA GOMES	614 947 SSP/MT	07/09/1968	AUSENTE	AUSENTE	0

Cargo: MERENDEIRA Lotação: ZONA RURAL				
Class.	Nome	RG	Nascimento	Total de Pontos
1º	NADIR RIBEIRO DE ANDRADE	12111864 SJ/MT	28/02/1970	24
2º	LUCIANE TOMICHA	17615011 SSP/MT	04/05/1983	19
3º	MÁRCIA GRIGORIO DA SILVA	19963928 SSP/SP	10/10/1965	17
4º	ROSA GONÇALVES	1358958-0SSP/MG	12/06/1977	16
5º	LUCINEIDE PEÑA BARBA	1405825-1 SSP/MT	04/11/1978	16
6º	GISELVA MUQUISSAI	23438401SSP/MT	25/03/1990	16
7º	NATALINA APARECIDA DA SILVA	05140200-0 SJ/MT	22/12/1968	14
8º	IVANILCE VELASCO	1531441-3 SSP/MT	30/06/1981	13
9º	VANDERLICE MARTINS COIMBRA	1210267-9 SSP/MT	17/04/1976	11
10º	CELIA DA SILVA	1915799-1 SSP/MT	31/08/1984	11
11º	JOANA JOVIO	599138 SSP/MT	03/02/1967	9
12º	EVANIA SURUBI ORTIZ	27081028 SSP/MT	14/08/1990	AUSENTE

Cargo: MERENDEIRA Lotação: ZONA URBANA

Class.	Nome	RG	Nascimento	Total
1º	MARIELA CASUPA SABORE	29131855 SSP/MT	09/08/1989	22
2º	MARLI DOS SANTOS DA SILVA	1493343-8SSP/MT	25/04/1973	18
3º	RENATA CRISTINA DA SILVA	1786399-6 SSP/MT	09/11/1983	15
4º	SANDRA URTADO SURUBI	1886162-8SSP/MT	19/09/1986	15
5º	RENIELE RODRIGUES SANTANA	2450747-4 SSP/MT	30/12/1995	15
6º	SIMONE PEREIRA DE LIMA	1210512-0 SSP/MT	12/10/1976	12
7º	VANIA TEREZINHA DE AZAMBUJA	000893595 SSP/MT	22/08/1956	11
8º	MARIA APARECIDA DA SILVA BEZERRA	13633398-8/SSP/MT	18/03/1960	11
9º	CÉLIA GEOVANA AGUILERA	1815641-0 SSP/MT	23/04/1985	7
10º	ALESSANDRA DA SILVA SIE	2311325-1 SSP/MT	06/12/1988	AUSENT
11º	ANGELA SURUBI LEITE	1444121-7 SSP/MT	14/01/1981	AUSEN
12º	APARECIDA RODRIGUES SOARES	1148669-4 SSP/MT	10/02/1973	AUSEN
13º	CLEIDINEIA BARGAS	1394105-2 SSP/MT	04/06/1984	AUSEN
14º	CLEOMARA APARECIDA F. PALERMO	09577084 SSP/MT	12/04/1976	AUSEN
15º	FABIANA DIAS DE OLIVEIRA	2046994-2 SSP/MT	14/05/1985	AUSEN
16º	LARISSA NUNES DA SILVA	2249547-9 SSP/MT	30/12/1996	AUSEN
	MARIA APARECIDA DA S. BEZERRA	1363398-8 SSP/MT	18/03/1960	AUSEN

CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA/LICENCIATURA LOTAÇÃO - SEDE

CLASS	NOME	RG	NASCIMENTO	TÍTULOS	PROVA OBJETIVA	TOTAL
	ROSILANE BRESSANIN DE SIQUEIRA	728.471 SSP/MT	07/05/1971	21,3	15,5	36,8
	ROSILENE TRAVA	20044666SSP/MT	18/04/1990	28,8	8	36,8
	GYLCEH MARCE DE LIMA E SILVA	7975910 SSP/MT	12/09/1970	23,3	13	36,3
	ROSALINA ROBERTA PEREIRA	663904SSP/MT	04/03/1960	28	8	36
	NILDA SILVA ALVES	6533744SSP/MT	22/12/1972	22,4	12	34,4
	JOELB FERREIRA DE GODOY	12823562 SSP/MT	26/01/1979	22,8	10,5	33,3
	ROSANA DA SILVA	881622 SSP/MT	25/04/1970	26,2	6,5	32,7
	MARTA FERREIRA APRIGIO	16463951 SSP/MT	05/06/1984	22,2	7,5	29,7
	POLIANA MARIA LARA	21724423 SSP/MT	03/12/1989	19	10,5	29,5

	LAUDISSÉIA MEIRA DA COSTA	903971SSD/RO	04/06/1985	19	9,5	28,5
	ALMENI ALVES SANTOS CARVALHO	05527597 SSP/MT	25/08/1966	19	9	28
	MARCIA CRISTINA BATISTA	2335566168 SSP/MT	29/06/1972	19	8	27
	JANE GRAZIELE SANCHES DA SILVA	2023690-5 SSP/MT	20/04/1983	13	13,5	26,5
	CLAUDINEIA DA CRUZ STRAMBECK	19277571 SSP/MT	31/12/1980	13	12	25
	SELMA DE OLIVEIRA FERNANDES	538867 SSP/MT	24/11/1968	14	10	24
	MARIA IZABEL ALVES S. BROMATE	775469SSP/MT	02/02/1969	14	9,5	23,5
	QUESIA MEIRA DA COSTA	20613512 SSP/MT	30/10/1987	13	10,5	23,5
	MANOEL INACIO MASSAY MENDES	309200 SSP/MT	23/07/1966	13,1	10	23,1
	GISLENE SALVATERRA CARVALHO	12551449SSP/MT	30/08/1984	14	7,5	21,5
	ELISANDRA DE SOUZA ALMEIDA	12109274SSP/MT	22/04/1978	14	7	21
	ELAINE CRISTINA BETI	13385267SSP/MT	21/08/1975	13	7,5	20,5
	ICELLI ROSA DOS SANTOS	19709307SSP/MT	24/04/1986	13	7,5	20,5
	ERIVELTO DE SOUZA ALMEIDA	968196SSP/MT	06/06/1976	12,8	7	19,8
	LUCIMEIRE FERRAZ DA COSTA	10733353 SJ/MT	26/09/1975	14	5,5	19,5
	SUELI APARECIDA DE O. SCANDIANI	13051628/SSP/MT	23/07/1981	11,7	7,5	19,2
	CREONICE HANSEN	0343371-4 SSP/MT	25/11/1962	14	4,5	18,5
	SILVANA ALVES DE AGUIAR	10951075 SJ/MT	13/02/1977	9,6	7,5	17,1
	ADRIANA GUERREIRO	09330704SJ/MT	30/01/1979	8	9	17
	ANGELICA DA SILVA DURANTE	21285608SSP/MT	09/07/1991	4	12,5	16,5
	ANA CASSIA SOARES	12106828 SJ/MT	22/05/1980	14	AUSENTE	14
	FLAVIA DE FATIMA SALES	06533566SSP/MT	06/09/1975	13,3	AUSENTE	13,3
	JOCIENE FATIMA SEBALHO	15285219 SSP/MT	27/01/1981	13	AUSENTE	13
	NILVA SUELY BACA	1425705-0 SSP/MT	16/06/1979	8,8	AUSENTE	8,8

NÍVEL - MAGISTÉRIO

	JOELMA DE OLIVEIRA	10978160 SJ/MT	27/09/1980	27	7,5	34,5

NÍVEL - OUTRAS LICENCIATURA

1º	ROSANGELA ROCHA MACHADO	M6554412 SSP/MG	13/07/1973	18	8,5	26,5
2º	VALDIMARES BRITO DE OLIVEIRA	1484348 SSP/MT	17/05/1981	5,1	9,5	14,6

NÍVEL - ACADÊMICO

1º	SUELLEN KAROLINE MARTINS MACHADO	21878170 SSP/MT	24/03/1992	25	5,5	30,5
2º	FRANCELINA CHUE POQUIVIQUI	23361000 SSP/MT	06/02/1989	20	8,5	28,5
3º	CHEILA MICHELE SANTOS	1210007-2 SSP/MT	28/06/1969	19,2	8,5	27,7
4º	ELENIR TRAVA RICO SILVEIRA	1786354-6SPSJ/MT	06/12/1976	13,2	9,5	22,7
5º	LUCIANA APRIGIO GERMANO	2336083-6 SSP/MT	13/03/1993	6,8	9	15,8
6º	ELEN DOS SANTOS	14910977 SSP/MT	07/06/1980	10	5,5	15,5
7º	CLAUDINEI DA SILVA LARA	22423206SSP/MT	28/02/1990	5,1	8	13,1
8º	ELISANGELA SERAFIM DOS S.CARLOS	15276163SSP/MT	27/07/1980	0	8,5	8,5
9º	JOYZIARA DA SILVA MORINIGA	21897050 SSP/MT	30/06/1993	0	7	7

CARGO: PROFESSOR DE PEDAGOGIA/LICENCIATURA LOTAÇÃO - ZONA RURAL

Class.	Nome	RG	Nascimento	Títulos	Prova Objetiva	Total
1º	CARLA CRISTINA MAIA DA SILVA	15889386SSP/MT	08/11/1984	29	13,5	42,5
2º	LUIZA DE MARILAK FERREIRA B.SILVA	15022277SESP/MT	23/01/1983	29	13	42
3º	JUSCILENE BERBEM DA CRUZ	701732 SSP/MT	27/06/1970	27,4	13	40,4
4º	CELIA DA SILVA MARTINS	091305578 SSP/MT	15/10/1967	25	12	37
5º	CATIA OLIVEIRA FERNANDES PERES	14012570 SSP/MT	04/06/1983	25	10,5	35,5
6º	CELIA CERAFIM MUNIZ	19805063SSP/MT	04/11/1986	24	11,5	35,5
7º	MARIA DA GLORIA SILVA	388688SSP/MT	02/02/1964	23	11	34
8º	MARIA JOSÉ BATISTA DE S. PINHEIRO	362996SSP/MT	14/08/1961	25,5	8	33,5
9º	EVA PEREIRA LEITE	10977880SSP/MT	21/05/1980	21,4	7	28,4
10º	HELTON SILVEIRA FARIAS	15468208SSP/MT	06/04/1983	19,1	6,5	25,6
11º	MARCELA APARECIDA S. MILLER	15758761SSP/MT	26/11/1985	9,5	11,5	21
12º	JOSIELY DE JESUS MOURA	23523476SJSP/MT	24/07/1994	13	7,5	20,5
13º	JULIO CESAR COUTO	12450278SSP/MT	27/12/1978	4	11	15
14º	GLEICIANE ALVES R. PEREIRA	13911309 SSP/MT	06/12/1982	14	AUSEN	14
15º	MARCELA SANTOS BRAGA	1328920-9SSP/MT	28/11/1981	13	AUSEN	13
16º	JOSEFA SANTANA DA SILVA	28642210SSP/MT	01/07/1959	7,4	4,5	11,9
17º	VANESSA RAMOS PINAFFI	18121950SSP/MT	16/11/1990	6,8	3,5	10,3

18º	SIRLENE FIRMIANO DE S. OLIVEIRA	MG12953171SSP/MG	09/01/1973	8,1	AUSEN	8,1
19º	MARIA TEODORO DE M. S. ALMEIDA	00489646 SSP/MT	09/04/1983	4	AUSEN	4
20º	CLAUDINEI BARBOSA DA SILVA	17682215SJSP/MT	07/04/1986	3	AUSEN	3

MAGISTÉRIO						
SIRENE SOUZA DE ANDRADE SILVA	231221SSP/MT	13/09/1962	16	6,5	22,5	

NÍVEL -LICENCIATURA - OUTRAS ÁREAS							
	DANDERCLÉIA DE OLIVEIRA CARDOSO	18691498 SSP/MT	17/04/1989	25,7	15	40,7	

NÍVEL - BACHAREL						
	Genilson Oliveira Kiri	562499246 SSP/MT	03/06/1992	3	10,5	13,5

NÍVEL - ACADÊMICO							
2º	NILVA APARECIDA DA S. POQUIVIQUI	12111244 SJSP/MT	26/05/1976	23,7	11,5	**35,2**
3º	JESSICA ORTEGA DOS S. DE SOUZA	2022398-6SJSP/MT	14/03/1989	25	8,5	**33,5**
4º	STEFFANE CRISTINA VIEIRA SILVA	17948975SSP/MT	28/02/1991	25	8	**33**
5º	MARIA ISABEL CALHAL	20856717SSP/MT	02/04/1989	25	7	**32**
6º	LETICIA DOS SANTOS P. RAMOS	1605873-9SSP/MT	10/07/1984	25	5	**30**
7º	MARIA DA GUIA GONÇALO ORTIZ	12106577SSP/MT	12/12/1978	23,3	6,5	**29,8**
8º	SUELEN MARIA MARCHEZAN	1311256-2 SSP/MT	04/04/1985	17,5	11	**28,5**
9º	ADELLY SABRINA SILVA OLIVEIRA	2331047-2 SSP/MT	05/12/1989	16,5	**11,5**	**28**
10º	ANGELICA TORRES DE A. SOUZA	2188062-0 SSP/MT	21/10/1990	18	9	**27**
11º	ELIETE DA SILVA RONDON FRANÇA	889181 SSP/MT	08/08/1973	19	6,5	**25,5**
12º	VANDERLEIA SILVA TEOFILO	3471906-7259069	07/10/1974	13	10	**23**
13º	JULIANA ORTIZ VELASCO	18949606SSP/MT	03/10/1984	17,5	5	**22,5**
14º	ANTONIA EDILAINEC. MUQUIÇAI	1539822-6 SSP/MT	25/01/1981	7,7	5	**12,7**
15º	GRACILDA PARA MASSAVI SILVA	14562995 SSP/MT	22/06/1983	1	9,5	**10,5**
16º	LUZIA TUMICHA AIRES	1780908-8SSP/MT	12/09/1987	1,7	7,5	**9,2**
17º	JOICE KELLI DIDONE DA COSTA	17613876 SJSP/MT	15/07/1984	1,7	7	**8,7**

CARGO: PROFESSOR DE LETRAS LOTAÇÃO: ZONA RURAL

Class.	Nome	RG	Nascimento	Títulos	Prova Objetiva	Total de Pontos
1º	MARTA APARECIDA FERREIRA	15075451 SSP/MT	15/05/1985	27,4	10,5	37,9
2º	EJAIR AROLDO SURUBI ORTIZ	12110477 SSP/MT	29/12/1978	27	9	36
3º	VALDIR DA SILVA SOUZA	15985539 SSP/MT	09/11/1985	21,8	11,5	33,3
4º	ADRIANA APARECIDA DA CRUZ	21802639 SSP/MT	11/02/1972	25,7	7	32,7
5º	GEISIANY SOUZA LEÃO	18122027 SSP/MT	24/03/1988	15,9	9,5	25,4
6º	PATRÍCIA NATTES DOS SANTOS	1736797-2 SSP/MT	26/06/1986	17	AUSEN	17
7º	IZENILDA DA SILVA TEIXEIRA	12096261 SJ/MT	22/03/1978	3,5	10	13,5
8º	DAIANE FERNANDA APª JANUARIA SEBASTIÃO	22460470 SSP/MT	17/04/1992	13	AUSEN	13

NÍVEL - LICENCIATURA EM OUTRAS ÁREAS						
1º	MARCOS FRANCISCO RODRIGUES TOMAZ (ED.FÍSICA)	475327974 SSP/SP	21/07/1988	29	10,5	39,5
2º	APARECIDO DE OLIVEIRA TRINDADE (ED. FÍSICA)	1709059-8 SSP/MT	08/09/1984	28	8	36

CARGO: PROFESSOR DE MATEMÁTICA/LICENCIATURA

Class	Nome	RG	Nascimento	Títulos	Prova Objetiva	Total de Pontos
	RITA MARIA F. DA SILVA (Linc. Pedagogia)	11575816	06/04/1981	18,2	11	29,2
NÍVEL - BACHAREL						
1º	LETICIA CRISTINA DA S. POQUIVIQUI (BACHAREL)	21597812 SSP/MT	31/07/1994	25	14	39
2º	JOSIANE APARECIDA DA SILVA OLIVEIRA(BACHAREL)	14843609 SSP/MT	18/12/1982	4,6	AUSEN	4,6
NÍVEL - TÉCNOLOGO						
	ABRÃO DE OLIVEIRA (Tecnólogo)	28428463	17/10/1964	5,1	Eliminado	Eliminado
NÍVEL - ACADÊMICO						
1º	EDILEUFER JONIS SANTANA LARA(ACADÊMICA)	25253581 SSP/MT	01/09/1995	13,3	8	21,3
2º	CAROLINE DUARTE DE OLIVEIRA (ACADÊMICA)	2440579-5 SSP/MT	15/07/1995	6,5	10,6	17,1
3º	TALITA DA SILVA MOREIRA (ACADÊMICA)	27838730 SSP/MT	13/04/1997	7,3	6	13,3

4º	CINTHIA CARDOSO DA SILVA COUTO (ACADÊMICA)	189950418 SSP/MT	21/12/1986	0	10,5	10,5

CARGO: PROFESSOR DE HISTÓRIA/LICENCIATURA						
CLASS.	**Nome**	**RG**	**Nascimento**	**Títulos**	**Prova Objetiva**	**Total de Pontos**
1º	GIUSLANE FRANCISCA DA SILVA	21316198 SSP/MT	09/09/1992	6,2	13,5	19,7
2º	EVENIR SOUZA CARVALHO	13305263 SSP/MT	22/09/1980	13	AUSEN	13
3º	CLEUZA APARECIDA DOS SANTOS G. DA SILVA	163987361 SSP/SP	23/04/1963	4	AUSEN	4
	LINDOMAR SILVA MORAES (BACHAREL)	21597600 SSP/MT	22/04/1993	2,8	11	13,8
	ELVINA DA SILVA CEBALHO (TÉCNOLOGO)	11486724 SJ/MT	27/12/1982	6,5	8,5	15

CARGO: PROFESSOR DE GEOGRAFIA/LICENCIATURA LOTAÇÃO- ZONA RURAL						
	Nome	**RG**	**Nascimento**	**Títulos**	**Prova Objetiva**	**Total de Pontos**
1º	ELIANE PIRES	12107468 SSP/MT	13/09/1979	13	11	24
2º	RONIVALDO RODRIGUES	14817969SSP/MT	03/08/1982	11,1	11,5	22,6
3º	MÁRCIO POQUIVIQUI MANACA	22801413 SSP/MT	16/07/1986	3	7,5	10,5

	CARGO: PROFESSOR DE CIÊNCIAS/LICENCIATURA LOTAÇÃO: ZONA RURAL					
Class.	**Nome**	**RG**	**Nascimento**	**Títulos**	**Prova Objetiva**	**Total de Pontos**
1º	MILEIDE APARECIDA DE S.SILVA (Linc. Ciências)	11253789 SSP/MT	12/10/1982	29	14,5	43,5
2º	ANA MARIA TERCI ROBELO(Acadêmica)	1777292-3 SSP/MT	25/09/1985	23	11	34
3º	JAQUELINE CORDEIRO(LINC. CIÊNCIAS)	2085439-0 SSP/MT	14/02/1988	25,6	AUSEN	25,6
NÍVEL – OUTRAS LICENCIATURAS						
	RENATA APARECIDA NUNES DOS SANTOS (LINC. ED. FISICA)	17336660 SSP/MT	15/05/1991	15,1	9	24,1
NÍVEL - BACHAREL						
	JOELMA NUNES PINTO (BACHAREL)	1224048-6 SSP/MT	27/08/1980	24	8,5	32,5
NÍVEL - TÉCNOLOGO						
	ELDO EDNEI DA C. L.MUQUISSAI (Tecnólogo)	21895597 SSP/MT	03/09/1992	9,5	7,5	17
NÍVEL - ACADÊMICO						
1º	JULIANE FLORES MACONHÃO (ACADÊMICO)	2432130-3 SSP/MT	09/02/1993	13,3	12	25,3
2º	WADINA MORETI LEMOS FERREIRA (ACADÊMICO)	16047680 SSP/MT	18/08/1985	8,2	13,5	21,7
3º	KÁTIA GIORGEA LOPES (ACADÊMICO)	467925 SSP/MT	24/06/1964	0	7,5	7,5
4º	DANIELLA ALVES DA SILVA (ACADÊMICO)	2441003-9 SSP/MT	11/06/1997	4	AUSEN	4

Porto Esperidião, 18 de FEVEREIRO de 2016.

Gilvan Aparecido de Oliveira

Prefeito Municipal

Presidente da Comissão do Processo Seletivo 001/2016

Porto Esperidião-MT

GABINETE
LEI N.º 705/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

O Excelentíssimo Senhor **GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA,** Prefeito de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER** que a Câmara de Vereadores, **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder incentivo financeiro mensal ao Agente Comunitário de Saúde (ACS) e para o Agente de Combate as Endemias (ACE), desde que em exercício pleno de suas atividades.

Parágrafo único- O incentivo que trata o "caput" deste artigo está vinculado a **PORTARIA Nº 008/2016/GBSES** que instituiu o incentivo financeiro estadual, a título de bonificação, para o Agente Comunitário de Saúde (ACS) e para o Agente de Combate às Endemias (ACE), implantados nos municípios do Estado de Mato Grosso, visando estimular e intensificar o desenvolvimento das ações voltadas ao enfrentamento da Dengue, Chikungunya e Zika Vírus.

Art. 2º.- O valor do incentivo é de R$ 200,00 (duzentos reais) mensais, e será concedido pelo período de 04 (quatro) meses consecutivos, mediante recursos financeiros que serão transferidos do Fundo Estadual de Saúde

aos Fundos Municipais de Saúde, nas competências de fevereiro, março, abril e maio de 2016, conforme preconiza o §1º do art. 1º da PORTARIA Nº 008/2016/GBSES.

Parágrafo único – Eventual prorrogação do incentivo implementado fica condicionada a edição de nova Portaria pela Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso, não havendo hipótese de prorrogação automática.

Art. 3º- O incentivo será utilizado exclusivamente para fins de repasse aos ACS e ACE, como forma de bonificação pela intensificação das ações de controle do vetor transmissor da Dengue, Chikungunya e Zika vírus.

Parágrafo único – os recursos orçamentários de que trata esta Lei correrão por conta do orçamento da Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso, e para fins de indicadores e metas fica estabelecido, o seguinte:

I - Realização de visitas em 100% dos imóveis;

II - Redução do índice de infestação predial igual ou menor a 1% (um por cento).

Art. 5º- O pagamento será feito tomando por base relatório emitido pela Secretaria Municipal de Saúde que fiscalizará o cumprimento dos critérios que trata o artigo anterior.

Art. 6º.- Os valores dos incentivos pagos com base nesta Lei, não se incorporarão à remuneração dos Servidores contemplados, e nem poderá ser utilizado como base de cálculo de quaisquer parcelas.

Art. 7º.- O incentivo a que se refere o artigo 1º desta Lei, não contemplará os servidores em gozo de férias ou em licença de qualquer natureza ou remanejado da função.

Art. 8º. - O incentivo de que trata o artigo 1º desta Lei, cessará de imediato, em caso de interrupção do repasse dos incentivos financeiros pela Secretaria de Estado de Saúde de Mato Grosso.

Art. 9º. - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos à partir de 01 de fevereiro de 2016, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto Esperidião/MT, em 24 de fevereiro de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 703/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

O Excelentíssimo Senhor **GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, ***FAZ SABER***que a Câmara de Vereadores **APROVOU** e Ele **SANCIONA** a seguinte LEI:

Art. 1º- Para atender às necessidades Orçamentárias do Poder Executivo, fica aberto um Crédito Adicional Especial ao Orçamento Programa do Município no valor de R$ 129.269,66 (cento e vinte e nove mil duzentos e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos), nas seguintes dotações:

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0003.1.063 – Aquisição Veículo, Equipamentos e Móveis e Utensílios.

4.4.90.00.00 – Aplicação Direta R$ 39.526,59

TOTAL R$ 39.526,59

Fonte de Recurso: 0.3.29.000000 – Transferência Recursos - FNAS.

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0487.2.032 – Manutenção e Encargos Com as Atividades do CRAS.

3.3.90.00.00 – Aplicação Direta R$ 9.388,75

TOTAL R$ 9.388,75

Fonte de Recurso: 0.3.29.000000 – Transferência Recursos - FNAS.

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0488.1.071 – Aquisição Equip., Materiais Permanentes, Máquinas e Móveis

4.4.90.00.00 – Aplicação Direta R$ 6.669,86

TOTAL R$ 6.669,86

Fonte de Recurso: 0.3.29.000000 – Transferência Recursos - FNAS.

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0487.2.032 – Manutenção e Encargos Com as Atividades do CRAS.

3.3.90.00.00 – Aplicação Direta R$ 20.392,29

TOTAL R$ 20.392,29

Fonte de Recurso: 0.3.29.000000 – Transferência Recursos - FNAS.

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0487.2.032 – Manutenção e Encargos Com as Atividades do CRAS.

3.3.90.00.00 – Aplicação Direta R$ 17.703,44

TOTAL R$ 17.703,44

Fonte de Recurso: 0.3.29.000000 – Transferência Recursos - FNAS.

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0487.2.032 – Manutenção e Encargos Com as Atividades do CRAS.

3.3.90.00.00 – Aplicação Direta R$ 14.519,60

TOTAL R$ 14.519,60

Fonte de Recurso: 0.3.43.000000 – Transferência Recursos Estado p/ Ação Social.

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0487.2.032 – Manutenção e Encargos Com as Atividades do CRAS.

3.3.90.00.00 – Aplicação Direta R$ 1.204,84

TOTAL R$ 1.204,84

Fonte de Recurso: 0.3.29.000000 – Transferência Recursos - FNAS.

07 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

03 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0003.1.063 – Aquisição Veículo, Equipamentos e Móveis e Utensílios.

4.4.90.00.00 – Aplicação Direta R$ 19.864,29

TOTAL R$ 19.864,29

Fonte de Recurso: 0.3.43.000000 – Transferência Recursos Estado para Ação Social.

Art. 2º - Os recursos Orçamentários para dar cobertura ao Crédito Adicional e Especial aberto no artigo anterior será resultado do superávit financeiro em fonte específica (Transferência do FNAS – União e Transferência de Recursos do Estado para Ação Social).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Porto Esperidião/MT, em 24 de Fevereiro de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

LICITAÇÃO
PUB DE PORTARIA 11/2016 - PREVIPORTO

PORTARIA N.º011 /2016 "Dispõe sobre a concessão do benefício de Aposentadoria por Idade em favor do Sr. MAURICIO CASSIANO".

*O Diretor Executivo do **PREVI-PORTO** - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Porto Esperidião, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 40, § 1º, inciso "III", alinea "b", da Constituição Federal, com redação determinada pela Emenda Constitucional de n.º 41, de 19 de Dezembro de 2003, Art. 144, inciso "II", da Lei Complementar n.º 016, de 15 de Dezembro de 2003, Art. 12, inciso "III", alinea "b", da Lei Municipal n.º 020/2005, de 14 de novembro de 2005.*

Resolve,

Art. 1º Conceder o benefício de **aposentadoria por idade** em favor do **Sr. Mauricio Cassiano,** portador do RG nº. 260.359 SSP/MT, CPF. N.º 503. 265.381-00 e da Cédula Eleitoral de n.º 35127418/64, Zona. 018, Seção 0156, servidor efetivo no cargo de **Agente de Serviços Gerais, Classe "C", Nível "X"**, contando com um total de **3.927 dias trabalhados, ou seja, 10 (dez) anos, 09 (nove) meses e 07 (sete) dias,** lotado na Secretaria Municipal de Obra e Serviços Urbanos, com **proventos proporcionais**, conforme o processo do **PREVI-PORTO n.º 017/2015**, até posterior deliberação.

Art. 2º *Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de Fevereiro de 2015, revoga-se neste ato a portaria n.º 015/2015.*

Registre, publique e cumpra-se.

Porto Esperidião/MT, 23 de Fevereiro de 2016.

JOSE RENATO MARTINS Diretor Executivo

HOMOLOGO**:**

GILVAN APARECIDO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

GABINETE
LEI Nº 704/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

O Excelentíssimo Senhor **GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, **FAZ SABER**que a Câmara Municipal **APROVOU** e ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º- Para atender às necessidades Orçamentárias do Poder Executivo, fica aberto um Crédito Adicional Especial ao Orçamento Programa do Município no valor de R$ 195.740,36 (cento e noventa e cinco mil setecentos e quarenta reais e trinta e seis centavos), na seguinte dotação:

04 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

01 – DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

12.361.0043.1.015 – Ampliação e Reforma de Escolas Municipais.

4.4.90.51.00 – Obras e Instalações R$ 195.740,36

TOTAL R$ 195.740,36

Fonte de Recurso: 0.3.15.000000 – Transferências do FNDE

Art. 2º - Os recursos Orçamentários para dar cobertura ao Crédito Adicional e Especial aberto no artigo anterior, será resultado do superávit financeiro em fonte específica (Transferência do FNDE – Quota Salário Educação).

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de Fevereiro de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE
LEI Nº 702/2016, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

O Excelentíssimo Senhor **GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA,** Prefeito Municipal de Porto Esperidião/MT, no uso de suas atribuições legais, ***FAZ SABER***que a Câmara Municipal **APROVOU** e Ele **SANCIONA** a seguinte **LEI**:

Art. 1º - Para atender às necessidades Orçamentárias do Poder Executivo, fica aberto um Crédito Adicional Especial ao Orçamento Programa do Município em execução no valor de **R$ 37.750,00 (trinta e sete mil setecentos e cinquenta reais)**, na seguinte dotação:

06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

10.304.0075.1.124 – Aquisição de Veículo para Saúde

4.4.90.52.00 – Equipamento e Material Permanente R$ 37.750,00

TOTAL R$ 37.750,00

Fonte de Recurso: 0.3.14.000000 – Transf. Recurso Sistema Único Saúde – SUS UNIÃO

Art. 2º - Os recursos Orçamentários para dar cobertura ao Crédito Adicional e Especial aberto no artigo anterior será resultante do superávit financeiro do exercício anterior na fonte Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS União.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 24 de Fevereiro de 2016.

GILVAM APARECIDO DE OLIVEIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 051/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, EMPOSSADO NO DIA 05 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 A SRª SWELEN LUCENA CERQUEIRA CALDAS).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar a servidora, **Srª Swelen Lucena Cerqueira Caldas,** Portadorada Cedula de Identidade **RG. Nº. 13194240 SSP/MT e CPF. Nº. 010.505.071-77**, Concursada no cargo de **Agente Administrativo**, no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 4ª colocação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Administração e finanças, para exercer suas funções, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. . **061/2015 "**DISPOE SOBRE CRIAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS E ALTERAÇÕES DOS DISPOSITIVOS E DOS ANEXOS I, III, X, IX DA LEI COMPLEMENTAR N° 40/2013 – "QUE INSTITUI O PLANO DE CARGOS CARREIRA E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 11 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 15 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
EDITAL N. 002/2016

EDITAL N°. 002/2016

PARA CONHECIMENTO AO PÚBLICO GERAL.

Exmº; Sr. Presidente: DENISSON PEDROSO BRILHADORI, da Câmara *Municipal* de Porto Estrela Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que conferidas por lei.

FAZ SABER:

A todos a que vierem interessar, encontra - se á disposição, de qualquer contribuinte, conforme o Regimento Interno Art. 159 Parágrafo III, pelo prazo de 60 (Sessenta) dias, a contar a partir da data de **23 de Fevereiro até 23 de Abril de 2016,** as Contas Anuais de Governo da Prefeitura Municipal de Porto Estrela - MT, correspondente ao Exercício Financeiro do **ano de 2014**, para exame e apreciação, o qual poderá questionar a legitimidade nos termos da lei, face ao que dispõe o Artigo 31, parágrafo 3°. Da Constituição Federal.

Dado e passado nesta Câmara Municipal, aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2016.

A ser fixado no lugar de costume, e publicado em jornal de circulação do Município.

Câmara Municipal de Porto Estrela – MT, 23 / Fevereiro / 2016

Ver. DENISSON PEDROSO BRILHADORI

Presidente

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
LEI ORGÃNICA

LEI ORGÂNICA

DO MUNICÍPIO

PORTO ESTRELA

ATUALIZADA EM

12/2008

SUMÁRIO

PREÂMBULO 04

TÍTULO I - Da Organização do Município 05

Capítulo I - Disposições preliminares (arts. 1° ao 9º) 05

Capítulo II - Da Competência do Município (arts. 10 a 14) 06

TÍTULO II - Da Organização dos Poderes(arts. 15 a 120) 08

Capítulo I - Disposições Gerais (arts. 15 e 16) 08

Capítulo II - Do Poder Legislativo (arts. 17 a 64) 09

Seção I - Disposições Gerais (arts. 17 e 18) 09

Seção II - Da competência da Câmara Municipal (arts. 19 e 20) 09

Seção III - Dos Vereadores (arts. 21 a 28) 10

Seção IV - Das Reuniões (arts. 29 a 31) 11

Seção V - Da Instalação (arts. 32 a 34) 12

Seção VI - Da Mesa (arts. 35 a 41) 13

Subseção I - Da Eleição (art. 35) 13

Subseção II - Da composição e Competência (arts. 36 a 41) 13

Subseção III - Do Presidente (art. 41) 13

Seção VII — Da Comissão Executiva (arts. 42 e 43) 14

Seção VIII - Das Comissões (arts. 44 e 45) 14

Seção IX - Das Deliberações (arts. 46 a 49) 14

Seção X - Do Processo Legislativo (arts. 50 a 58) 15

Subseção I - Disposição Geral (art. 50) 15

Subseção II - Da Emenda à Lei Orgânica (art. 51) 15

Subseção III - Das Leis (arts. 52 a 58) 16

Seção XI - Da Fiscalização Contábil, Financeira e Orçamentária (arts.59 a 64) 17

Capítulo I - Do Poder Executivo (arts. 65 a 75) 19

Seção I - Disposição Geral (art. 65) 19

Seção II - Do Prefeito e do Vice-Prefeito (arts. 66 a 70) 19

Seção III - Da Licença (art. 71) 19

Seção IV - Das Atribuições do Prefeito (arts. 72 a 74) 20

Seção V - Da Responsabilidade e das Infrações Político-Administrativas do Prefeito e dos Secretários Municipais (art. 75) 20

Capítulo IV - Da organização do Governo Municipal (arts. 76 a 120) 21

Seção — Da Administração Municipal (arts. 76 a 120) 21

SUMÁRIO

Subseção I - Disposições Gerais (arts. 76 a 79) 21

Subseção II - Dos Princípios e Preceitos aplicáveis à Administração Pública (arts. 80 a 87) 22

Subseção III - Dos servidores Públicos (arts. 88 a 102) 25

Subseção IV - Das Obras e Serviços Públicos Municipais (arts. 103 a 110) 28

Subseção V - Dos bens Municipais (arts. 111 a 120) 29

TÍTULO III - Da Tributação e dos Orçamentos (arts. 121 a 137) 30

Capítulo I - Da Tributação (arts. 121 a 124) 30

Capítulo II - Dos Orçamentos (arts. 125 a 137) 31

TÍTULO IV - Da Ordem Econômica e Social (arts. 138 a 203) 34

Capítulo I - Da Ordem Econômica (arts.138 a 155) 34

Seção I - Disposições Gerais (arts. 138 a 155) 34

Seção II - Da Política Urbana (arts.145 a 155) 34

Capítulo II - Da Ordem Social (arts.156 a 171) 37

Seção I - Disposição Geral (art.156) 37

Seção II - Da Saúde (arts.157 a 161) 37

Seção III - Da Assistência Social (arts.162 e 163) 38

Seção IV - Do Abastecimento e Defesa do Consumidor (arts. 164 e 165) 38

Seção V - Do Saneamento Básico (arts. 166 a 168) 39

Seção VI - Da Habitação (arts. 169 a 171) 39

Capítulo III - Da Educação, da Cultura e do Desporto (arts. 172 a 182) 39

Seção I - Da Educação (arts. 172 a 176) 39

Seção II - Da Cultura (arts. 177 a 181) 40

Seção III - Do Desporto (art.182) 41

Capítulo IV - Da Ciência e Tecnologia (arts. 183 e 184) 41

Capítulo V - Da Comunicação Social (arts. 185 a 187) 42

Capítulo VI - Do Meio Ambiente (arts. 188 a 195) 42

Capítulo VII - Da família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso (arts. 196 a 203) 43

Disposições Finais (arts. 204 a 215) 44

Ato das Disposições Transitórias (arts. 213 a 15) 45

PREÂMBULO

Nós, representantes eleitos pelo povo de Porto Estrela-MT, investidos dos poderes outorgados pela Constituição Federal., reunidos em Sessão Especial para votar a Atualização e Revisão da Lei Orgânica do Município, estabelecem as normas legais, que se destinam a promover de acordo com os preceitos expressos nas Constituições Federal e Estadual, o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a seguranças, o bem estar, e a igualdade sem preconceitos, assegurando dentro de suas responsabilidades, autonomia e competência, a paz e a harmonia como fatores indispensáveis ao desenvolvimento do Município e de todos, em sua plenitude, promulgamos sob a proteção de Deus, a LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA - ESTADO DE MATO GROSSO.

O Presidente da Câmara Municipal de Porto Estrela, nos termos da Lei Orgânica atual, c.c Art. 3º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. no uso das atribuições a ela conferidas por lei, faz saber que o Soberano Plenário aprovou e a Câmara Municipal promulga a seguinte LEI ORGÂNICA:

TÍTULO I - DA ORGANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

Capítulo I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° O Município de Porto Estrela, entidade integrante da Federação Brasileira, é pessoa jurídica de direito público interno, com autonomia política, administrativa e financeira, nos termos da constituição Federal e desta Lei Orgânica.

Art. 2° O Município promoverá a integração da organização, do planejamento e da execução das funções públicas de interesse comum da cidade de Porto Estrela, mediante convênio firmado com o Estado e demais Municípios.

Art. 3° O Município de Porto Estrela poderá firmar convênios ou consórcios com a União, Estado ou Municípios para a execução de lei, serviço ou decisão.

Art. 4° Ao Município incumbe, na sua órbita de atuação, concretizar os objetivos expressos na Constituição da República Federativa do Brasil, devendo pautar sua ação pelo respeito aos princípios dela e da Constituição do Estado de Mato Grosso, em especial os da democracia e da república, implicando, necessariamente, a eleição de representantes para o Legislativo e para o Executivo, com responsabilidade e transparência de ação, garantidos amplo acesso dos meios de comunicação aos atos e informações, bem como a participação, fiscalização e controle populares, nos termos da Constituição Federal e desta Lei Orgânica.

Art. 5° São assegurados, na sua ação nominativa e no âmbito de jurisdição do Município, a observância e o exercício dos princípios da liberdade, legalidade, igualdade e justa distribuição dos benefícios e encargos públicos.

Art. 6° Os direitos e as garantias expressos nesta Lei Orgânica não excluem outros decorrentes do regime e dos princípios adotados pelas Constituição Federal Estadual e por ela própria.

Art. 7° Todo Poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos, ou diretamente.

Parágrafo único. A soberania popular será exercida:

I - indiretamente, pelo Prefeito e pelos Vereadores eleitos para a Câmara Municipal, por sufrágio universal e pelo voto direto e secreto.

II - diretamente, nos termos da lei, em especial, mediante:

a) iniciativa popular;

b) referendo;

c) plebiscito.

Art. 8° É mantido o território do Município, cujos limites só poderão ser alterados, atendidos a Constituição Federal e a legislação estadual.

Parágrafo único. A criação, a organização e a extinção de distritos dependem de lei municipal, observada a legislação estadual.

Art. 9° São símbolos do Município de Porto Estrela o brasão, a bandeira, o hino e outros, estabelecidos em lei municipal.

Capítulo II - DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

Art. 10 Compete ao Município, no exercício de sua autonomia, a organização, o governo, a administração e a legislação própria, mediante a:

I - edição da Lei Orgânica.

II - eleição do Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores.

III - organização e execução dos serviços públicos locais.

IV - edição das normas relativas às matérias de sua competência.

Art. 11 Compete ao Município prover a tudo que diz respeito ao seu interesse e ao bem-estar de sua população, cabendo-lhe, em especial:

I - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.

II - elaborar o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual, estimando a receita e fixando a despesa.

III. - organizar e prestar diretamente, ou submeter ao regime de concessão ou permissão, mediante licitação, os serviços públicos de interesse local, incluindo o transporte coletivo, que tem caráter essencial.

IV - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil, pré-escolar e de ensino fundamental.

V - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população.

VI - elaborar o seu Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

VII - promover o adequado ordenamento territorial, mediante o controle do uso e ocupação do solo, dispondo sobre parcelamento, zoneamento e edificações, fixando as limitações urbanísticas, podendo, quanto aos estabelecimentos e às atividades industriais, comerciais e de prestação de serviços:

a) conceder ou renovar a autorização ou a licença, conforme o caso, para a sua construção ou funcionamento;

b) conceder a licença de ocupação ou “habite-se”, após a vistoria de conclusão de obras, que ateste a sua conformidade com o projeto e o cumprimento das condições especificadas em lei;

c) revogar ou cassar a autorização ou a licença, conforme o caso, daquele cujas atividades se tornarem prejudiciais à saúde, à higiene, ao bem-estar, à recreação, ao sossego ou aos bons costumes, ou se mostrarem danosas ao meio ambiente;

d) promover o fechamento daqueles que estejam funcionando sem autorização ou licença, ou depois de sua revogação, anulação ou cassação, podendo interditar atividades, determinar ou proceder a demolição de construção ou edificação, nos casos e de acordo com a lei.

VI - prover sobre a limpeza dos logradouros públicos, o transporte e o destino do lixo domiciliar e de outros resíduos.

IX - dispor sobre os serviços funerários, a administração dos cemitérios públicos e a fiscalização dos cemitérios particulares.

X - dispor sobre a publicidade externa, em especial sobre a exibição de cartazes e anúncios, ou quaisquer outros meios de publicidade ou propaganda em logradouros públicos ou visíveis destes, ou em locais de acesso ao público.

XI - dispor sobre a apreensão, depósito e destino de animais e mercadorias apreendidas em decorrência de transgressão da legislação municipal.

XII - dispor sobre o controle da poluição ambiental.

XIII - dispor sobre espetáculos e diversões públicas.

XIV - dispor sobre a utilização dos logradouros públicos, disciplinando:

a) os locais de estacionamento;

b) os itinerários e pontos de parada dos veículos de transporte coletivo;

c) os limites e a sinalização das áreas de silêncio;

d) a realização e a sinalização de obras e serviços nas vias e logradouros públicos.

XV - disciplinar o trânsito local, sinalizando as vias urbanas e estradas municipais, instituindo penalidades e dispondo sobre a arrecadação das multas, especialmente as relativas ao trânsito urbano.

XVI - dispor sobre a administração, a utilização e a alienação de bens do Município.

XVII - dispor sobre os seus servidores.

XVIII - dispor sobre as atividades urbanas, fixando o horário de funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e de prestação de serviços.

XIX - estabelecer o sistema estatístico e cartográfico municipal.

XX - dispor sobre o comércio ambulante.

XXI - desapropriar bens por necessidade, utilidade pública ou por interesse social.

XXII - estabelecer servidões administrativas e usar a propriedade particular nos casos de perigo iminente ou calamidade pública, assegurada indenização ulterior, ocorrendo dano.

XXIII - instituir, por lei, e aplicar as penalidades por infrações das suas leis e regulamentos.

Art. 12 Compete ao Município suplementar a legislação federal e estadual, no que couber.

Parágrafo único. O município no exercício da competência suplementar:

I - legislará sobre as matérias sujeitas a normas gerais da União e do Estado, respeitadas apenas as que se ativerem aos respectivos campos materiais de competência reservados às normas gerais.

II - poderá legislar complementarmente, nos casos de matérias de competência privativa da União e do Estado, nas hipóteses em que houver repercussão no âmbito local e justificado interesse.

Art. 13 Competem ao Município, respeitadas as normas de cooperação fixadas em lei complementares, de forma concorrente-cumulativa com a União e o Estado:

I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas.

II - cuidar da saúde e assistência públicas, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.

III - proteger os documentos, os monumentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, as paisagens naturais notáveis.

IV - impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.

V - proporcionar meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

VI - proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas.

VII - preservar as florestas, a fauna e a flora.

VIII - fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.

IX - promover programas de construção de moradias a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico.

X - combater as causas da pobreza e os fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos.

XI - registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seu território.

XII - estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.

Art. 14 Ao Município é vedado:

I - estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

II - recusar fé aos documentos públicos.

III - criar distinções entre brasileiros ou preferências entre pessoas políticas.

TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES Capítulo I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15 São Poderes do Município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Parágrafo único. É vedado a qualquer dos Poderes delegar atribuições e, quem estiver investido na função de um deles não pode exercer a de outro.

Art. 16 Têm os Poderes do Município as seguintes funções, que são exercidas prevalentemente:

I - pelo Legislativo, as funções legislativas, de fiscalização e controle.

II - pelo Executivo, as funções executivas, compreendidas as de governo e de administração.

Parágrafo único. O exercício prevalente das funções do Legislativo e do Executivo não impede os atos de colaboração e a prática de atos compreendidos em uma e outra função, nos termos da Constituição Federal, Estadual e desta Lei Orgânica.

Capitulo II - DO PODER LEGISLATIVO

Seção I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17 O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta de vereadores, eleitos na forma da Constituição Federal.

Art. 18 É de **09 (Nove)** o número total de Vereadores na Câmara de Porto Estrela.

Parágrafo único. Observadas as normas constitucionais quanto à proporcionalidade em relação à população, os ajustes necessários no número total de Vereadores serão feitos em lei complementar.

Seção II - DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 19 Compete à Câmara Municipal deliberar, sob forma de projetos de lei, sujeitos à sanção do Prefeito, sobre as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

I - matéria financeira, tributária e orçamentária; Plano Plurianual, Diretrizes Orçamentárias e Orçamento Anual; abertura de créditos especiais e suplementares, remissão de dívidas, concessão de isenções e anistias fiscais, auxílios e subvenções.

II - matéria Urbanística, especialmente o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, matéria relativa ao uso e ocupação do solo, parcelamento, edificações, denominação de logradouros públicos e estabelecimento do perímetro urbano e dos bairros.

III - regime jurídico dos servidores municipais, criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções públicas, planos de carreira, fixação e aumento de remuneração dos servidores municipais, da administração direta e indireta.

IV - organização dos serviços municipais e sua forma de prestação.

V - bens públicos, aquisição e alienação de bens imóveis, outorga de direito real, concessão e permissão administrativa de uso.

VI - criação, estruturação e atribuições dos órgãos da administração direta e das entidades da administração indireta.

Art. 20 Compete privativamente à Câmara Municipal:

I - eleger sua Mesa e destituí-la.

II - votar o seu Regimento Interno.

III - tomar o compromisso e dar posse ao Prefeito e ao Vice-Prefeito.

IV - representar contra o Prefeito.

V - fixar a remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores, em cada Legislatura, para a subseqüente, até sessenta dias antes das eleições municipais, observado o que dispõem os arts. 37, XI; 150, II; 153, III e 153, 2°, 1, da Constituição Federal.

VI - o subsídio dos Vereadores será fixado pela Câmara Municipal em cada legislatura para a subseqüente, conforme dispõe a Constituição Federal, observado o limite máximo estabelecido na respectiva Lei Orgânica.

a) - o subsídio máximo dos Vereadores corresponderá a trinta por cento do subsídio dos Deputados Estaduais, respeitado os limites dos Art. 29 e Art. 29 – A, da CF.

VII - julgar os Vereadores nos casos especificados nesta Lei.

VIII - conceder licença ao Prefeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores.

IX - criar Comissões de inquérito sobre fatos determinados e por prazo certo, mediante requerimento de um terço dos seus membros.

X - solicitar informações ao Prefeito sobre assuntos referentes à Administração.

XI - apreciar vetos.

XII - conceder honrarias a pessoas que, reconhecida e comprovadamente, tenham prestado serviços relevantes ao Município,

XIII - julgar as contas do Prefeito, incluídas as da administração indireta e da Mesa da Câmara Municipal, na forma da lei.

XIV - convocar os titulares dos órgãos e entidades da administração direta e indireta para prestarem informações sobre matéria da sua competência.

XV - julgar o Prefeito e os Secretários municipais nas infrações político-administrativas.

XVI - conhecer da renúncia do Prefeito e do Vice-Prefeito.

XVII - destituir do cargo o Prefeito e o Vice-Prefeito após condenação por crime comum ou de responsabilidade.

XVIII - convocar plebiscito e autorizar referendo.

XIX - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar.

XX - fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

XXI - zelar pela preservação de sua competência legislativa em face da atribuição normativa do Prefeito.

Parágrafo único. As deliberações da Câmara sobre matéria de sua competência privativa tomarão forma de resolução, quando se tratar de matéria de sua economia interna, e de Decreto Legislativo, nos demais casos.

Seção III – DOS VEREADORES

Art. 21 Os vereadores não poderão:

I - desde a expedição do diploma:

a) celebrar e manter contrato com o Município, autarquias, sociedades de economia mista, empresas públicas, fundações e empresas concessionárias de serviço público municipal.

b) aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades constantes da alínea anterior;

II - desde a posse:

a) ser proprietário, controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com o Município, ou nele exercer função remunerada;

b) ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis “ad nutum”, nas entidades referidas no inciso I, “a”;

c) patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I, “a”,

d) ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 22 Perderá o mandato o Vereador:

I - que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior.

II - cujo procedimento é declarado incompatível com o decoro parlamentar.

III - que deixar de comparecer, em cada Sessão Legislativa, à terça parte das sessões ordinárias, salvo se em licença ou missão autorizada pela Câmara.

IV - que perder ou tiver suspensos os direitos políticos.

V - quando decretar a Justiça Eleitoral, nos casos previstos na legislação infraconstitucional e na Constituição Federal.

VI - que sofrer condenação criminal em sentença transitada em julgado.

§ 1° Caberá ao Regimento Interno da Câmara definir os procedimentos incompatíveis com o decoro parlamentar, podendo instituir outras formas de penalidade para condutas menos graves, em atenção ao princípio da gradação, segundo a gravidade da infração, bem como regular o procedimento de apuração respectivo, garantida ampla defesa.

§ 2° Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara de Vereadores, mediante iniciativa da Mesa ou de partido político com representação na Casa, assegurada ampla defesa.

§ 3° Nos casos dos incisos III, IV e V a perda será declarada pela Mesa, de ofício, ou mediante iniciativa de qualquer de seus membros, ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

Art. 23 Não perderá o mandato o Vereador:

I - investido no cargo, de Secretário Municipal, Estadual, Presidente, Superintendente ou Titular de entidade da administração pública indireta do Município, Estado e União ou na chefia de missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município.

Art. 24 É proibido ao Vereador fixar residência fora do Município.

Art. 25 O Vereador é inviolável, no exercício do mandato e na circunscrição do Município, por suas opiniões, palavras e votos.

Art. 26 É livre ao Vereador renunciar ao mandato.

Parágrafo único. A renúncia far-se-á por ofício autenticado e dirigido ao Presidente da Câmara Municipal.

Art 27. O Vereador que faltar a uma das sessões ordinárias mensais terá sua remuneração reduzida na forma da lei.

Art. 28 Antes da posse e ao término do mandato, os Vereadores deverão apresentar declaração de bens.

Seção IV - DAS REUNIÕES

Art. 29 A Legislatura, que terá duração de quatro anos, dividir-se-á em quatro Sessões Legislativas.

§ 1° Cada Sessão Legislativa compreende dois períodos legislativos: de 02 de fevereiro a 17 de julho e de 1° de agosto a 22 de dezembro.

§ 2° As sessões marcadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subseqüente quando recaírem em sábados, domingos e feriados.

§ 3° As sessões da Câmara Municipal serão ordinárias e extraordinárias, na forma regulada no Regimento Interno.

Art. 30 A Câmara reunir-se-á extraordinariamente em caso de urgência ou de interesse público relevante, por convocação:

I - do Prefeito.

II - do Presidente da Câmara, por sua iniciativa ou a requerimento da maioria absoluta dos membros da Casa.

§ 1° As Sessões extraordinárias serão convocadas com antecedência mínima de dois dias, somente deliberará sobre matéria para a qual for convocada, vedado o pagamento de parcela indenizatória, em razão da convocação.

§ 2° O Presidente da Câmara Municipal dará ciência da convocação os Vereadores, por meio de comunicação pessoal e escrita.

Art. 31 É garantido, na forma do Regimento Interno Tribuna livre.

I - ao Vereador licenciado pela Câmara por motivo de doença sem prejuízo da remuneração, ou sem remuneração no interesse particular, desde que, neste caso, o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por Sessão Legislativa.

II - à Vereadora gestante licenciada pela Câmara, pelo prazo de cento e vinte dias, sem prejuízo da remuneração.

§ 1° O suplente será convocado nos casos de vaga, de investidura em função prevista neste artigo ou de licença superior a cento e vinte dias.

Seção V - DA INSTALAÇÃO

Art. 32 No primeiro ano de cada Legislatura, no dia 1° de janeiro, ás 9:00 horas, em sessão de instalação, independentemente de número, sob a presidência do mais votado entre os presentes, os Vereadores prestarão compromisso e tomarão posse.

Art. 33 O Presidente prestará o seguinte compromisso:

"PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA E AS DEMAIS LEIS, DESEMPENHAR, COM LEALDADE, O MANDATO QUE ME FOI OUTORGADO, E PROMOVER O BEM GERAL DO POVO DE PORTO ESTRELA, EXERCENDO COM PATRIOTISMO, AS FUNÇÕES DO MEU CARGO." Em seguida, o secretário designado para este fim fará a chamada de cada Vereador, que declarará: *"ASSIM O PROMETO".*

Art. 34 O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no artigo 32 poderá fazê-lo até 15 (quinze) dias depois da primeira sessão ordinária da Legislatura.

Seção VI - DA MESA

***Subseção* I – DA ELEIÇÃO**

Art. 35 No dia imediato à sessão de instalação, os Vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais votado entre os presentes e, havendo maioria absoluta dos membros da Câmara, elegerão os componentes da Mesa por voto público e maioria absoluta de votos, considerando-se automaticamente empossados os eleitos.

§ 1º Se o candidato não obtiver maioria absoluta de votos, proceder-se-á imediatamente a novo escrutínio, considerando-se eleito o mais votado ou, no caso de empate, o mais idoso.

§ 2° Não havendo número legal, o Vereador que estiver investido nas funções de Presidente dos trabalhos convocará sessões diárias até que haja "quorum" exigido e seja eleita a Mesa.

Subseção II - DA COMPOSIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 36 A Mesa será composta de um Presidente, um Vice-presidente, um 1º e um 2° Secretário.

Art. 37 Na composição da Mesa será assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos com assento na Casa.

Art. 38 Os membros da Mesa isoladamente ou em conjunto são passíveis de destituição, desde que exorbitem de suas atribuições, ou delas se omitam, mediante resolução aprovada por dois terços dos membros da Câmara, assegurado o direito de ampla defesa.

§ 1° O início do processo de destituição dependerá de representação subscrita pela maioria absoluta dos Vereadores, necessariamente lida em plenário por qualquer de seus signatários, com denúncia e circunstanciada fundamentação sobre as irregularidades imputadas.

§ 2° Oferecida a representação, constituir-se-á Comissão Processante, nos termos regimentais.

Art. 39 São atribuições da Mesa, entre outras:

I - tomar todas as providências necessárias à regularidade dos trabalhos legislativos.

II - designar Vereadores para a missão de representação da Câmara Municipal.

III - propor ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo municipal.

Art. 40 O mandato da Mesa será de dois anos, vedado à recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subseqüente.

Subseção III - DO PRESIDENTE

Art 41 Compete ao Presidente da Câmara Municipal, entre outras atribuições:

I - representar a Câmara Municipal em juízo ou fora dele.

II – Baixar as Resoluções e Decretos Legislativos aprovados pela Câmara Municipal

III - promulgar as leis não sancionadas pelo Prefeito.

IV - encaminhar pedido de intervenção no Município, nos casos previstos pela Constituição Federal.

Seção VII - DA MESA DIRETORA

Art. 42 A Mesa Diretora, será composta dos seguintes membros da Mesa: Presidente, Vice-Presidente, um 1° Secretário e um 2° Secretário.

Art. 43 Compete-lhe, entre outras atribuições:

I - a iniciativa de projetos de Resolução que disponham sobre a organização dos serviços da Câmara, criação, extinção e alteração de cargos e fixação dos respectivos vencimentos e vantagens, observada a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

II - a iniciativa de projetos de lei dispondo sobre a abertura de créditos suplementares ou especiais, com recursos indicados pelo Executivo ou mediante anulação parcial ou total de dotações da Câmara.

III - elaborar ou expedir, mediante ato, a discriminação analítica das dotações orçamentárias da Câmara, bem como alterá-las, quando necessário, por anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias.

IV - por meio de ato, nomear, promover, comissionar, conceder gratificações, licenças, pôr em disponibilidade, exonerar, demitir, aposentar e punir funcionários da Casa, nos termos estritos da lei.

V - expedir normas ou medidas administrativas.

VI - devolver à Prefeitura o saldo de caixa existente na Câmara Municipal, no final do exercício.

Seção VIII - DAS COMISSÕES

Art. 44 Na composição das Comissões, constituídas na forma do Regimento Interno, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos políticos.

Art. 45 As Comissões Parlamentares de Inquérito (CPI), que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno, serão criadas mediante requerimento de um terço dos Vereadores, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhado ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Seção IX – DAS DELIBERAÇÕES

Art. 46 As deliberações da câmara Municipal serão tomadas mediante uma discussão e uma votação.

Parágrafo único. Os vetos e os requerimentos terão uma discussão e uma votação.

Art. 47 A discussão e a votação da matéria constante da ordem do dia serão realizadas com a presença da maioria absoluta dos membros da Casa.

§ 1° O voto será público e aberto, exceto nas deliberações referentes às penalidades aos Vereadores e ao Prefeito e na apreciação de vetos, para as quais será secreto.

§ 2° Dependerá de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara:

I - a deliberação sobre as contas do Município contra o parecer prévio do Tribunal de Contas.

II - a destituição de componente da Mesa.

III. - a representação contra o Prefeito Municipal.

IV - a aprovação de emenda à Lei Orgânica.

V - a aprovação de proposta para mudança do nome do Município.

VI - aprovação do Regimento Interno da Câmara Municipal.

VII - o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

§ 3° - dependerá de voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara:

I - a rejeição do veto do Prefeito Municipal.

II - a mudança de local de funcionamento da Câmara Municipal.

III - a aprovação de leis complementares.

Art. 48 Salvo disposição em contrário desta Lei Orgânica, as deliberações serão tomadas por maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores presentes.

Art. 49 Será nula a votação, que não for processada nos termos desta Lei.

Seção X - DO PROCESSO LEGISLATIVO

Subseção I - DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 50 O processo legislativo compreende a elaboração de:

I - emendas à Lei Orgânica.

II - leis complementares.

III - leis ordinárias.

IV - decretos legislativos.

V - resoluções.

Parágrafo único. A elaboração, redação, alteração e consolidação das resoluções e leis municipais, observará o disposto na Lei Complementar n° 95 de 26 de fevereiro de 1 998.

Subseção - II DA EMENDA À LEI ORGÂNICA

Art. 51 A Lei Orgânica poderá ser emendada mediante proposta:

I - de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.

II - do Prefeito.

III - da população, subscrita por cinco por cento do eleitorado do Município.

§ 1° A Lei Orgânica não poderá sofrer emendas na vigência de estado de sítio ou estado de defesa ou ainda no caso de o Município estar sob intervenção estadual.

§ 2° A proposta de emenda será dirigida à Mesa da Câmara Municipal e publicada no órgão interno da Casa, no órgão oficial do Município e em jornal de grande circulação na cidade e região.

§ 3° A proposta de emenda será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de dez dias, considerando-se aprovada se obtiver dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal, em ambos os turnos.

§ 4° É assegurada a sustentação de emenda por representante dos signatários de sua propositura.

§ 5° A emenda fica sujeita a referendo facultativo, que será realizado, se requerido no prazo de sessenta dias, pela maioria dos membros da Câmara ou por 05% (cinco) por cento do eleitorado do Município, ficando a promulgação sob condição suspensiva.

§ 6° A emenda à Lei Orgânica aprovada será promulgada pela Mesa da Câmara Municipal, com o respectivo número de ordem.

§ 7°A matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou prejudicada não poderá ser objeto de nova proposta na mesma Sessão Legislativa, salvo quando reapresentada pela maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal ou por dez por cento do eleitorado do Município.

Subseção III - DAS LEIS

Art. 52 A iniciativa de leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito e aos cidadãos, mediante iniciativa popular, na forma e nos casos previstos nesta Lei Orgânica.

Parágrafo único**.** Serão bjeto de leis complementares, dentre outras, as previstas nesta Lei Orgânica:

I - Código Tributário do Município; II - Plano Diretor de Desenvolvimento; III - Código de Posturas do Município; IV - Código de Defesa do Meio Ambiente e Recursos Naturais; V- Lei Instituidora de Regime Jurídico único

dos Servidores Municipais; VI - Lei Instituidora de Fundos de Desenvolvimentos

Art. 53 São de iniciativa privativa do Executivo, entre outras previstas nesta Lei Orgânica, leis que disponham sobre:

I - criação de cargos, funções ou empregos públicos e aumento de vencimentos dos servidores.

II - servidores do Município, seu regime jurídico, plano de carreira, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria.

III - criação, estruturação e atribuições dos órgãos e entidades da Administração Municipal. IV - Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado.

§ 1° O Prefeito, havendo interesse público relevante devidamente justificado, pode solicitar urgência para a apreciação de projetos de sua iniciativa, desde que esta Lei Orgânica não estabeleça os prazos para deliberação da Câmara Municipal.

§ 2° No caso do § 1°, se a Câmara Municipal não se manifestar em até 30 (trinta) dias sobre a proposição, será esta incluída na ordem do dia, suspendendo-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que se ultime a votação.

§ 3° O prazo do parágrafo anterior não corre no período de recesso da Câmara Municipal.

Art. 54 O projeto de lei que implique em despesa deverá ser acompanhado de indicação das fontes de recursos.

Parágrafo único. Não é admitido aumento de despesa prevista:

I - nos projetos de iniciativa privativa do Prefeito, ressalvadas as emendas aos projetos previstos nos incisos, I II e III do art. 125, desta Lei Orgânica, observado o disposto no art. 129.

II - nos projetos sobre a organização dos serviços administrativos da Câmara Municipal.

Art. 55 A iniciativa popular de projetos de lei de interesse específico do Município, da cidade ou de bairros poderá ser exercida por 05% (cinco) por cento, pelo menos, do eleitorado.

Art. 56 A matéria constante de projeto de lei rejeitado somente pode constituir objeto de novo projeto, na mesma Sessão Legislativa, mediante proposta da maioria absoluta dos membros da Câmara Municipal ou de 10% (dez) por cento do eleitorado do Município.

Art. 57 Concluída a votação, a Câmara Municipal, no prazo de 10 (dez) dias, enviará o projeto de lei aprovado ao Prefeito, que, aquiescendo, o sancione.

§ 1° Se o prefeito julgar, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de 48 (quarenta e oito) horas, ao Presidente da Câmara Municipal os motivos do veto.

§ 2° O veto parcial somente abrangerá texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea.

§ 3° Decorrido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, o silêncio do Prefeito implicará em sanção.

§ 4° O veto será apreciado em sessão única, dentro de 30 (trinta) dias a contar do seu recebimento, só podendo ser rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos integrantes da Câmara Municipal, em escrutínio secreto.

§ 5° Esgotado, sem deliberação, o prazo estabelecido no § 4°, que não flui durante o recesso da Câmara Municipal, o veto será colocado na ordem do dia da sessão imediata, sobrestadas as demais proposições até a sua votação final.

§ 6° Rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para sanção.

§ 7° Se a lei não for sancionada pelo Prefeito, dentro de quarenta e oito horas, nos casos dos §§ 3° e 6°, o Presidente da Câmara Municipal a promulgará, e, se este não o fizer, em igual prazo, competirá ao Vice-Presidente fazê-lo.

§ 8° No caso de veto parcial, a parte de projeto de lei aprovada com a rejeição do veto será sancionada sob o mesmo número da lei original e só vigorará a partir da publicação.

Art. 58 A elaboração de Resoluções e Decretos Legislativos obedecerá ao disposto no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Seção XI - DA FISCALIZAÇÃO CONTÁBIL, FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Art. 59 A fiscalização sobre os órgãos da administração direta, das entidades da administração indireta e inclusive sobre pessoas físicas, quando for o caso, dar-se-á sob as modalidades e quanto aos aspectos previstos no art. 70 e parágrafo único da Constituição Federal.

Art. 60 O controle externo da Câmara Municipal será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Parágrafo único. O parecer prévio, emitido pelo Tribunal, sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

Art. 61 A Comissão Permanente de Fiscalização da Câmara Municipal, diante de indícios de despesas não autorizadas, ainda que sob a forma de investimentos não programados ou de subsídios não aprovados, incumbe solicitar à autoridade governamental responsável que, no prazo de 05 (cinco) dias, preste os esclarecimentos necessários.

§ 1° Não prestados os esclarecimentos ou considerados insuficientes, a Comissão solicitará ao Controle Interno, ou quando o caso assim o exigir, ao Tribunal de Contas pronunciamento conclusivo sobre a matéria.

§ 2° Entendendo o Tribunal que é irregular a despesa, a Comissão, se julgar que o fato pode causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública, proporá à Câmara Municipal a sua sustação.

§ 3° No caso de contrato, o ato de sustação será adotado diretamente pela Câmara Municipal, que solicitará, de imediato, ao Poder Executivo as medidas cabíveis.

§ 4° Se a Câmara Municipal ou o Poder Executivo, no prazo de noventa dias, não efetivar as medidas cabíveis, o Tribunal decidirá a respeito, e as decisões de que resulte imputação de débito ou multa terão eficácia de título executivo.

Art. 62 Os Poderes Legislativo e Executivo do Município manterão, de forma independente ou integrada, sistema de controle interno com a finalidade de:

I - avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual e a execução de programas de governo e do orçamento municipal.

II - comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da Administração Municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado.

III - exercer o controle das operações de crédito, e garantias, bem como dos direitos e haveres do Município.

IV - apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Parágrafo único. Os responsáveis pelo controle interno, de qualquer dos Poderes ao tomarem conhecimento de irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas, sob pena de responsabilidade solidária.

Art. 63 Qualquer cidadão, partido político, associação ou entidade sindical é parte legítima para, nos termos da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades ao Tribunal de Contas.

Art. 64 Aos órgãos autônomos de controle interno e de defesa dos direitos e interesses dos cidadãos, denominados coordenadorias, vinculados aos

Executivo e Poderes Legislativo, sem poder decisório, compete em especial:

I - agir de ofício, recomendando à autoridade administrativa as providências cabíveis, nos casos de morosidade, ilegalidade, abuso de poder, omissão, negligência, erro ou violação dos princípios constitucionais e desta Lei Orgânica.

II - orientar e esclarecer a população sobre os seus direitos; propor, por meio dos institutos previstos nesta Lei, o aperfeiçoamento da legislação municipal, e representar aos órgãos competentes, nos casos sujeitos ao controle destes, quando constatar irregularidade ou ilegalidade, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 1º - O coordenador tem amplos poderes de investigação, devendo as informações por ele solicitadas ser prestadas em 15 dias úteis, sob pena de responsabilidade; goza de independência, autonomia administrativa, estando compreendidos, nos fins para os quais é instituídos, os meios para o cumprimento de sua função.

§ 2º O Responsável pelo Sistema de Controle Interno (coordenador), terá a mesma remuneração de Secretário Municipal, estando sujeito às mesmas normas sobre direitos e deveres a este e aos servidores municipais no que couber, não podendo estar filiado a partido político.

Capítulo III - DO PODER EXECUTIVO

Seção I - DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 65 O Poder Executivo é exercido pelo Prefeito.

Seção II - DO PREFEITO E DO VICE-PREFEITO

Art. 66 O Prefeito e o Vice-Prefeito tomarão posse em sessão solene, na Câmara Municipal, especialmente convocada para este fim.

§ 1° Ao prestar compromisso e ao deixar o cargo, o Prefeito apresentará declaração de seus bens à Câmara Municipal.

§ 2° O Prefeito prestará o seguinte compromisso:

“PROMETO DEFENDER E CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MATO GROSSO, A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PORTO ESTRELA E AS DEMAIS LEIS, DESEMPENHANDO, COM LEALDADE, O MANDATO QUE ME FOI OUTORGADO E EXERCENDO, COM PATRIOTISMO, AS FUNÇÕES DO MEU CARGO”.

§ 3° Se, decorridos 10 (dez) dias da data fixada para a posse, o Prefeito ou o Vice-Prefeito, salvo motivo de força maior, não tiver assumido o cargo, este será declarado vago.

Art. 67 O Vice-Prefeito, além de outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, auxiliará o Prefeito, sempre que por ele for convocado para missões especiais.

Art. 68 O Vice-Prefeito substituirá o Prefeito em caso de impedimento e sucedê-lo-á no de vaga.

Art. 69 Em caso de impedimento do Vice-Prefeito ou de vacância do cargo, será chamado ao exercício o Presidente da Câmara Municipal.

Parágrafo único. O Presidente da Câmara Municipal não poderá se recusar a assumir o cargo de Prefeito, sob pena de perda de seu cargo legislativo, salvo se do exercício resultar incompatibilidade eleitoral, caso em que, sendo candidato a outro cargo eletivo, terá que renunciar ao cargo da Mesa da Câmara, no mesmo prazo fixado em lei para desincompatibilização.

Art. 70 Vagando os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito proceder-se-á a nova eleição, na forma da lei, 90 (noventa) dias depois de aberta a última vaga, devendo os eleitos completar o período de seus antecessores, exceto se a vacância ocorrer no último ano do mandato.

Seção III - DA LICENÇA

Art. 71 O Prefeito, sem autorização do Legislativo, não poderá se afastar:

I - do Município, por mais de quinze dias consecutivos.

II - do País, por qualquer tempo.

Parágrafo único. O Prefeito, regularmente licenciado, terá direito a perceber remuneração, quando:

I - impossibilitado para o exercício do cargo por motivo de doença devidamente comprovada.

II - a serviço ou em missão de representação do Município.

Seção IV - DAS ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO

Art. 72 Ao Prefeito compete:

I - representar o Município em juízo ou fora dele.

II - nomear e exonerar os Secretários Municipais.

III - iniciar o processo legislativo, na forma e nos casos previstos nesta Lei.

IV - sancionar e fazer publicar as leis, expedir decretos e regulamentos para a sua fiel execução.

V - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Municipal, na forma da lei.

VI - vetar projeto de lei, total ou parcialmente, por inconstitucionalidade ou no interesse público.

VII - prestar à Câmara Municipal, dentro de 15 (quinze) dias úteis, as informações solicitadas.

VIII - comparecer a Câmara Municipal, por sua própria iniciativa.

IX - solicitar a intervenção estadual no Município, nos termos da Constituição Estadual.

X - remeter mensagem e plano de governo à Câmara Municipal por ocasião da abertura da Sessão Legislativa, expondo a situação do Município.

XI - prestar contas, anualmente, a Câmara Municipal, até 60 (sessenta) dias após o encerramento do exercício.

XII - enviar à Câmara Plano Plurianual, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias e Proposta de Orçamento Anual.

XIII - celebrar convênios com entidades públicas ou particulares, na forma da lei, remetendo cópia fiel do inteiro teor dos instrumentos respectivos à Câmara Municipal de Porto Estrela, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da data da assinatura.

XIV - convocar extraordinariamente a Câmara Municipal para deliberar sobre matéria de interesse público relevante e urgente.

XV - alienar bens imóveis, mediante prévia e expressa autorização da Câmara Municipal.

XVI - conceder, permitir ou autorizar o uso dos bens municipais por terceiros, nos termos da lei.

XVII - conceder ou permitir, na forma da lei, a execução de serviços públicos por terceiros.

XVIII - executar o orçamento.

XIX - aplicar multas previstas em leis e contratos.

XX - fixar os preços dos serviços públicos, observados os critérios estabelecidos em lei.

XXI - contrair empréstimos e realizar operações de crédito, com prévia autorização da Câmara Municipal.

XXII - remeter à Câmara Municipal, até o dia 20 de cada mês, as parcelas das dotações orçamentárias que devem ser despendidas por duodécimos.

XXIII - abrir crédito extraordinário nos casos de calamidade pública, comunicando o fato à Câmara Municipal.

XXIV - expedir os atos referentes à situação funcional dos servidores.

XXV - nomear e demitir servidores, nos termos da lei.

XXVI - determinar a abertura de sindicância e a instauração de Inquérito Administrativo.

XXVII - aprovar projetos técnicos de edificação, de arruamento e de loteamento.

XXVIII - desapropriar bens, mediante a expedição de atos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou de interesse social.

XXIX - solicitar auxílio dos órgãos de segurança para o cumprimento de seus atos.

Art. 73 O Prefeito poderá delegar aos Secretários Municipais e Titulares das entidades componentes da Administração Indireta as atribuições referidas no artigo anterior, exceto as constantes dos incisos II, III, IV, V, VI, VII, IX, X, XI, XII, XIV, XV, XXI e XXIX.

Parágrafo único. Os titulares de atribuições delegadas incorrerão nos mesmos impedimentos do Prefeito.

Art. 74 O exercício da representação do Município em juízo dar-se-á mediante a Assessoria Jurídica do Município, órgão ao qual competem as atividades de consultaria do Executivo e a execução da dívida ativa entre outras.

Seção V - DA RESPONSABILIDADE E DAS INFRAÇÕES POLITICO-ADMINISTRATIVAS DO PREFEITO E DOS

SECRETÁRIOS MUNICIPAIS

Art. 75 Os crimes de responsabilidade e as infrações político administrativas do Prefeito e dos Secretários Municipais, e as respectivas sanções, normas e processo de julgamento serão estabelecidos em lei complementar e no Regimento Interno da Câmara Municipal.

Parágrafo único. Nas infrações político-administrativas, essas autoridades serão submetidas a julgamento pela Câmara Municipal.

Capítulo IV - DA ORGANIZAÇÃO DO GOVERNO MUNICIPAL

Seção I - DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Subseção - I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 76 O governo do Município é exercido pelo Prefeito, a quem incumbe, com o auxílio dos Secretários Municipais e Titulares das entidades da administração indireta, a direção superior da Administração Municipal.

§ 1° Compete aos Secretários Municipais e Titulares das entidades da administração indireta exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da Administração Municipal nas respectivas áreas de competência.

§ 2° Compete aos Secretários Municipais referendar os atos e decretos do Prefeito Municipal.

Art. 77 O Município, na ordenação de sua estrutura orgânica e funcional, atenderá aos princípios da desconcentração e descentralização.

§ 1° A administração direta estrutura-se a partir de Secretarias Municipais.

§ 2° A administração indireta compreende as seguintes entidades:

I - autarquias.

II - fundações públicas.

III - sociedades de economia mista.

IV - empresas públicas.

Art. 78 Os órgãos da administração direta vinculam-se ao chefe do Executivo por linha de subordinação hierárquica, e as entidades da administração indireta por linha de tutela, mantendo o Executivo sobre as entidades com personalidade de direito público o controle político e de legalidade, e sobre as entidades com personalidade de direito privado o controle político, de legalidade e de mérito.

Art. 79 O Município, na sua atuação, atenderá aos princípios da democracia participativa, dispondo, mediante lei, sobre a criação dos Conselhos Municipais nas diversas áreas, integrados por representantes populares dos usuários dos serviços públicos, disciplinando a sua composição e funcionamento, compreendidas nas suas prerrogativas, entre outras:

I - a participação, mediante propostas e discussões, de planos, programas e projetos, a partir do Plano Diretor de Desenvolvimento, do Plano Plurianual, das Diretrizes Orçamentárias e do Orçamento Anual.

II - o acompanhamento da execução dos programas e a fiscalização da aplicação dos recursos.

Parágrafo único. Os Conselhos Municipais funcionarão de forma independente da Administração Municipal, sendo que a participação nos mesmos será considerada de caráter público relevante; exercida gratuitamente, à exceção dos Conselheiros Tutelares, cujo exercício do mandato será remunerado, nos termos estabelecidos em Lei Municipal.

Subseção II - DOS PRINCÍPIOS E PRECEITOS APLICÁVEIS À

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Art. 80 A Administração Municipal direta e indireta do Poder Executivo e o Poder Legislativo obedecerão aos princípios da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade, Eficiência, Razoabilidade e também ao seguinte:

I - os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei.

II - a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, com a participação dos servidores na sua fiscalização, respeitada a ordem de classificação e ressalvada as nomeações para cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração.

III - a Administração Municipal realizará, nas áreas onde houver necessidade, concursos públicos.

IV - durante o prazo de validade previsto no edital de convocação, os aprovados em concurso público serão convocados com prioridade sobre os novos concursados para assumir cargo ou emprego na carreira.

V - os cargos de Secretário e de Titular das entidades da administração indireta, os de assessoramento direto dos gabinetes do Prefeito, e da Mesa da Câmara Municipal serão exercidos preferencialmente por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica, ou profissional, salvo os casos e condições previstos em lei.

VI - os demais cargos em comissão e as funções gratificadas serão exercidos preferencialmente por servidores ocupantes de cargo de carreira técnica ou profissionais.

VII - é garantido ao servidor municipal o direito de livre associação sindical.

VIII - o direito de greve será exercido nos termos e limites definidos em lei.

IX - a lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos às pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.

X - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público observado as seguintes normas:

a) realização de teste seletivo, ressalvados os casos de calamidade pública;

b) contrato improrrogável, com prazo máximo de um ano, vedado à recontratação, exceto o previsto nos §§ 4º e 5º do Art 198 da CF.

c) proibição de contratação de serviços para realização de atividades que possam ser regularmente exercidas por servidores públicos.

XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito.

XII - a lei assegurará aos servidores municipais isonomia de vencimentos para os cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre os servidores dos Poderes Executivo e Legislativo, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho.

XIII - os acréscimos pecuniários percebidos por servidor público não serão computados nem acumulados para fins de concessão de acréscimos ulteriores, sob o mesmo título ou idêntico fundamento.

XIV - os salários dos servidores são irredutíveis, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo de trabalho.

XV - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários:

a) a de dois cargos de professor;

b) a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

c) a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas.

XVI - a proibição de acumular estende-se a empregos e funções, e abrangem autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo Poder Público.

XVII - somente por lei específica poderão ser criadas empresas públicas, sociedades de economia mista, autarquias e fundações públicas.

XVIII - dependem de autorização legislativa a transformação, fusão, cisão, incorporação, extinção e privatização e, em cada caso, a criação de subsidiárias das entidades mencionadas no inciso anterior, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

XIX - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação que assegure igualdade de condições aos concorrentes, com cláusulas que estabeleçam as obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta nos termos da lei, e com exigências apenas de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

§ 1° A Administração Municipal fica obrigada, nas licitações sob as modalidades de tomadas de preço e concorrências fixarem preços teto ou preços base, devendo manter serviço adequado para o acompanhamento permanente dos preços e pessoal apto para projetar e orçar os custos reais das obras e serviços a serem executados.

§ 2° A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, guardando o sentido de prestação de contas, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, ainda que custeada por entidade privada.

§ 3° Semestralmente, a administração direta e indireta publicará, no órgão oficial no Município, relatórios das despesas realizadas com a propaganda e publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas, especificando os nomes dos veículos de divulgação.

§ 4° A não-observância do disposto nos incisos I e II do artigo 37 da Constituição Federal implica a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável, nos termos da lei.

§ 5°As reclamações relativas à prestação de serviços públicos serão disciplinadas em lei.

§ 6° Os atos de improbidade administrativa importarão na suspensão dos direitos políticos, na perda da função pública, na indisponibilidade de bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

§ 7° A lei estabelecerá prazos de prescrição para ilícitos administrativos que causem danos financeiros ou econômicos ao erário, praticados por qualquer agente, servidor ou não, sem prejuízo da respectiva ação penal e de ressarcimento.

§ 8° As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado, prestadoras de serviços públicos, responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Art. 81 Observadas as demais normas desta Lei Orgânica, os cargos de cada entidade da administração direta e indireta na área administrativa e de pessoal, poderá ser ocupada por servidor que perceberá uma gratificação pela dedicação exclusiva ou, por servidor de livre nomeação e exoneração, conforme definidos na legislação vigente

Parágrafo Único. O servidor em cooperação técnica cedido ao Município de Porto Estrela, que ocupar cargos na Administração Municipal, fará jus aos mesmos benefícios da gratificação exclusiva , prevista no caput deste artigo

Art. 82 Todos têm direito a receber dos órgãos e entidades municipais informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor que retardar, sonegar ou prestar informação incompleta, incorreta ou falsa.

Art. 83 São a todos assegurados, independentemente do pagamento de taxas:

I - o direito de petição aos Poderes Públicos do Município em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.

II - a obtenção de certidões em quaisquer repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimentos de situação de interesse pessoal, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilidade da autoridade ou servidor. No mesmo prazo, se outro não for fixado pela autoridade ou requisitante, deverão ser atendidas as requisições judiciais.

Art. 84 As contas da Administração Municipal direta, fundações, autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, com a discriminação das despesas ficarão, durante sessenta dias, em local próprio da Câmara Municipal, à disposição para exame e apreciação de qualquer contribuinte que poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da lei.

Art. 85 Os atos administrativos deverão ser obrigatoriamente, motivados, como condição de sua validade, considerando-se os motivos indicados relativamente a cada um, como determinantes de sua produção.

Art. 86 Os atos administrativos de efeitos externos deverão ser obrigatoriamente publicados no órgão oficial do Município, como condição de eficácia.

Art. 87 A Administração Municipal direta e indireta manterá, na forma da lei, as suas contas e fará movimentação e as aplicações financeiras em estabelecimentos ou bancos estatais, ressalvadas as hipóteses previstas.

Subseção III - DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 88 O Município instituirá regime jurídico único e plano de Carreira para os servidores da Administração Pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

Art. 89 São direitos dos servidores públicos, entre outros:

I - vencimentos ou proventos não inferiores ao salário mínimo.

III - irredutibilidade dos vencimentos.

III - garantia de vencimento nunca inferior ao salário mínimo para os que percebem remuneração variável.

IV - décimo terceiro vencimento com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.

V - remuneração do trabalho noturno superior a do diurno.

VI - salário-família para os dependentes, no mínimo, de 05 (cinco) por cento do valor do salário mínimo.

VII - duração da jornada de trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta horas semanais, facultadas a compensação de horário e a redução de jornada.

VIII - repouso semanal remunerado.

IX - remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em 50% (cinqüenta) por cento a do normal.

X - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas, com um terço a mais do que a remuneração normal, vedada a contagem em dobro.

XI - licença à gestante, sem prejuízo do emprego e dos vencimentos com duração de cento e vinte dias.

XII - licença-paternidade, nos termos fixados em lei.

XIII - proteção do trabalho da mulher, nos termos da lei.

XIV - redução dos riscos inerentes ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança.

XV - adicional de remuneração para atividades insalubres ou perigosas, na forma da lei.

XVI - proibição de diferença de vencimentos, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou estado civil.

XVII - adicionais por tempo de serviço, na forma que a lei estabelecer no plano de carreira.

XVIII - licença-prêmio, licença sem vencimento, licença para afastamento de estudo e qualificação, licença para tratamento de saúde e licença por motivo de doença de pessoa da família, na forma da lei.

XIX - assistência e previdência sociais, extensivas aos dependentes e ao cônjuge.

Parágrafo único. O direito previsto no inciso XI deste artigo também será exercido pela mãe adotiva, nos termos da lei.

Art. 90 Ao servidor municipal em exercício de mandato eletivo aplicam-se as disposições do art. 38 da Constituição Federal.

Art. 91 O servidor público será aposentado:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos integrais, quando ela for decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, especificadas em lei, e proporcionais nos demais casos.

II - voluntariamente:

a) após 30 (trinta) anos de contribuição, se mulher, e após 35 (trinta e Cinco) se homem, com proventos integrais;

b) após 30 (trinta anos) de efetivo exercício em função de magistério se professor, e após 25 (vinte e cinco) anos, se professora, com proventos integrais;

c) após 30 (trinta) anos de contribuição, se homem, e após 25 (vinte e cinco) anos, se mulher, com proventos proporcionais a esse tempo de contribuição;

d) após 65 (sessenta e cinco) anos de idade, se homem, e após 60 (sessenta anos), se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

III - compulsoriamente, aos 70 (setenta) anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição.

§ 1° A lei disporá sobre a aposentadoria em cargos ou empregos temporários.

§ 2° O tempo de serviço público federal, estadual, municipal ou privado será computado integralmente para efeitos de aposentadoria e disponibilidade, computando-se o tempo de serviço prestado ao Município para os demais efeitos legais.

§ 3° Os proventos da aposentadoria ou inatividade serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo estendidos aos inativos quaisquer benefícios, ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrente da transformação ou reclassificação do cargo ou junção em que se deu a aposentadoria, na forma da lei.

Art. 92 São estáveis, após 03 (três) anos de efetivo exercício, os servidores nomeados em virtude de concurso público.

§ 1° o servidor público estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado ou mediante processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

§ 2° Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, ele será reintegrado e o eventual ocupante da vaga reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade.

§ 3° Extinto o cargo ou declarada sua desnecessidade, o servidor estável ficará em disponibilidade remunerada, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.

Art. 93 Ao servidor público eleito para o cargo de direção sindical são assegurados todos os direitos inerentes ao cargo, vedada a dispensa a partir do registro da candidatura até um ano após o término do mandato, ainda que na condição de suplente, salvo se ocorrer exoneração nos termos da lei.

Parágrafo único. São assegurados os mesmos direitos, até um ano após a eleição, aos candidatos não eleitos.

Art. 94 Cabe ao Município a implantação de sistema de previdência social, atendendo aos princípios previstos na Constituição Federal, garantida a participação dos servidores na gestão e no controle.

§ 1° A inscrição na entidade de previdência do Município é compulsória, seja no caso de cargo de provimento efetivo, seja no cargo de provimento em comissão, sendo facultativa no caso de ocupante de cargo em comissão, não servidor municipal, desde que comprove ser segurado de outro sistema de previdência.

§ 2° O cônjuge ou companheiro de servidora e o cônjuge ou companheira de servidores segurados são considerados seus dependentes e terão direito à pensão previdenciária, na forma da lei

§ 3° A contribuição social do Município e a de seus servidores para o sistema de previdência e assistência serão devidas na forma e percentual fixados em lei.

Art. 95 É garantida assistência gratuita aos filhos e dependentes do servidor municipal, desde o nascimento até cinco anos de idade em creches e pré-escola.

Art. 96 Fica assegurado à servidora gestante o exercício de outras funções que não as próprias de seu cargo, sem prejuízo de sua remuneração, quando houver nesse sentido, determinação médica expressa do órgão competente da entidade de previdência do Município.

Art. 97 Ao servidor municipal é assegurada a percepção de auxílio para alimentação e transporte, nas condições que a lei estabelecer.

Art. 98 Nenhum servidor poderá ser diretor ou integrar conselho de empresa fornecedora ou que realize qualquer modalidade de contrato com o Município, sob pena de demissão.

Art. 99 É vedada a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, dívida ativa e valores provenientes de processos judiciais ressalvados o direito dos procuradores do Município aos honorários de sucumbência.

Art. 100 A Lei de Diretrizes Orçamentárias disporá sobre a política salarial aplicável aos servidores municipais, com obrigatória previsão da periodi-

cidade dos reajustes, nunca inferiores a inflação, (IPCA), divulgado pelo governo Federal.

Art. 101 É assegurada a participação dos servidores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais e previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

Art. 102 O Município poderá instituir uma guarda municipal para a proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme disposto na legislação vigente.

Subseção IV - DAS OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS

Art. 103 As obras públicas municipais serão executadas pela Prefeitura Municipal, por administração direta ou por administração indireta, sempre na conformidade com o Plano Diretor de Desenvolvimento.

Art. 104 O Município prestará diretamente, ou sob regime de permissão ou concessão, sempre por meio de licitação, os serviços públicos de sua competência, disciplinando e organizando-os mediante lei que disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão de concessão ou permissão.

II - os direitos dos usuários.

III - a política tarifária.

IV - a obrigação de manter serviço adequado.

Art. 105 É garantida a gratuidade do transporte coletivo urbano aos maiores de sessenta e cinco anos, e, comprovadamente carentes, aos portadores de necessidades especiais e aos aposentados por invalidez.

Art. 106 Os preços dos serviços públicos e de utilidade pública serão fixados pelo Prefeito, nos termos da lei.

Art. 107 É vedada à administração direta e à indireta a contratação de serviços e obras com empresas que não atendam às normas relativas à saúde, segurança do trabalho e proteção do meio ambiente, nos termos da legislação vigente.

Art. 108 O Município retomará os serviços públicos municipais permitidos ou concedidos, se executados em desconformidade com a lei, ato ou contrato.

Art. 109 As obras e serviços de grande vulto, que envolvam endividamento considerável e impliquem em significativa alteração do aspecto da cidade, com reflexos sobre a vida e os interesses da população, serão submetidos a plebiscito, a critério da Câmara Municipal, por deliberação da maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 110 O Conselho Municipal de Transporte Escolar será criado por lei que disporá sobre sua composição e funcionamento, terá caráter consultivo, e seus membros não serão remunerados.

Subseção V - DOS BENS MUNICIPAIS

Art. 111 Constituem bens municipais todos os que, a qualquer título, pertençam ao Município.

Art. 112 Classificam-se os bens públicos em:

I - de uso comum do povo.

II - de uso especial.

III - dominicais.

Parágrafo único. O uso dos bens públicos pode ser gratuito ou oneroso, conforme disposto em lei.

Art. 113 Compete ao Prefeito a administração dos bens municipais, ressalvada a competência da Câmara Municipal em relação aos seus bens.

Art. 114 A alienação e a aquisição dos bens municipais, subordinadas à existência de interesse público devidamente justificado, serão precedidas de avaliação e obedecerão às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerão de autorização legislativa e de licitação, dispensada:

a) a licitação, no caso de permuta;

b) a licitação e a autorização legislativa, na aquisição por doação sem encargo e na reaquisição do domínio útil de imóvel sob o regime enfitêutico.

II - quando móveis, dependerão de licitação, dispensada esta nos seguintes casos:

a) doação daqueles inservíveis para o serviço público, permitido exclusivamente para fins de interesse social;

b) permuta.

Art. 115 O Município, preferencialmente à venda de bens imóveis, outorgará concessão de direito real de uso, mediante prévia autorização legislativa e concorrência, dispensada esta quando houver relevante interesse público, devidamente justificado.

Art. 116 A venda a proprietários lindeiros de imóveis remanescentes, resultantes de obras públicas ou de modificação de alinhamentos, inaproveitáveis para edificações, dependerá de prévia avaliação e autorização legislativa.

Art. 117 O uso de bens municipais por terceiros poderá ser outorgado mediante concessão, permissão ou autorização, quando houver interesse público, devidamente justificado.

§ 1° A concessão administrativa dos bens públicos de uso especial ou dominical dependerá de autorização legislativa e de concorrência, dispensada esta quando houver interesse público devidamente justificado.

§ 2° A concessão administrativa de bens de uso comum do povo somente será outorgada mediante autorização legislativa.

§ 3° A permissão, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada a título precário, por decreto.

§ 4° A autorização, que poderá incidir sobre qualquer bem público, será outorgada para atividades específicas e transitórias, por prazo não superior a sessenta dias.

Art. 118 As avaliações previstas neste capítulo serão apresentadas em forma de laudo técnico elaborado:

I - pelo órgão competente da Administração Municipal.

II - por comissão designada pelo Legislativo para este fim específico.

III - por terceiro devidamente cadastrado para este fim.

Art. 119 Os bens considerados inservíveis deverão ser protegidos da ação do tempo ou levados a leilão o mais rápido possível, visando à obtenção do melhor preço, em função de seu estado e utilidade.

Parágrafo único. O bem, para ser considerado inservível, será submetido a vistoria com expedição de laudo, o qual indicará o seu estado e, em se tratando de veículos e equipamentos, também os seus componentes e acessórios.

Art. 120 O Município facilitará a utilização dos bens municipais pela população para atividades culturais, educacionais e esportivas, na forma da lei.

TÍTULO III - DA TRIBUTAÇÃO E DOS ORÇAMENTOS

Capítulo I - DA TRIBUTAÇÃO

Art. 121 Compete ao Município instituir:

I – impostos previstos na Constituição Federal, observado, no que couber, o disposto no seu art. 145, § 1°.

II - taxas, em razão do exercício do poder de policia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ou postos à disposição do contribuinte.

a) as taxas só poderão ser instituídas por lei municipal, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização efetiva ou potencial dos serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos à sua disposição pelo Município.

III - contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas.

IV - contribuição social, cobrada de seus servidores para custeio, em benefício destes, do sistema de previdência e assistência social.

Parágrafo único.A interrupção na prestação dos serviços públicos desobriga o contribuinte de pagar as tarifas ou taxas correspondentes ao período do serviço paralisado e receber em dinheiro na mesma razão, caso o mesmo tenha efetuado o pagamento em cota única.

Art. 122 Lei complementar estabelecerá:

I - as hipóteses de incidência, base de cálculo e sujeitos passivos da obrigação tributária.

II - o lançamento e a forma de sua notificação.

III - os casos de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários.

IV - a progressividade dos impostos.

Parágrafo único. O lançamento tributário observará o devido processo legal.

Art. 123 É vedada qualquer anistia ou remissão que envolva matéria tributária, exceto em caso de calamidade pública ou grande relevância social, mediante lei.

Art. 124 O Município poderá celebrar convênios com a União, o Estado e outros Municípios, sobre matéria tributária.

Capítulo II - DOS ORÇAMENTOS

Art. 125 Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

I - o Plano Plurianual.

II - as Diretrizes Orçamentárias.

III - os Orçamentos Anuais.

§ 1° A lei que instituir o Plano Plurianual estabelecerá as diretrizes, objetivos e metas da Administração Municipal direta e indireta, abrangendo os programas de manutenção e expansão das ações de governo, e nenhum investimento, cuja execução ultrapasse o exercício financeiro, poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual ou sem lei que autorize a inclusão.

§ 2° A Lei de Diretrizes Orçarnentárias, de caráter anual, compreenderá:

I - as prioridades e metas da Administração Municipal.

II - as orientações para elaboração da Lei Orçamentária Anual.

III - os ajustamentos do Plano Plurianual decorrentes de reavaliação da realidade econômica e social do Município.

IV - as disposições sobre a alteração da legislação tributária.

V - a projeção das despesas de capital para o exercício financeiro subseqüente.

§3° A Lei Orçamentária Anual compreenderá:

I - o orçamento fiscal, fixando as despesas referentes aos órgãos e entidades da administração direta e indireta, instituídos e mantidos pelo Poder Público Municipal, estimando as receitas do Tesouro Municipal.

II - o programa analítico de obras, especificando as Secretarias e os Departamentos.

§ 4° A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação das despesas, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e a contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

Art. 126 O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado à Câmara Municipal até junho de cada ano.

Art. 127 O projeto de Lei Orçamentária será acompanhado de demonstrativo dos efeitos sobre as receitas e despesas públicas decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícias concedidos pela Administração Municipal.

Art. 128 Caberá à Comissão Técnica respectiva, da Câmara Municipal, examinar e emitir parecer sobre os projetos e sobre as contas apresentadas anualmente pelo Prefeito.

Art. 129 As emendas serão apresentadas à Comissão Técnica competente que, sobre elas, emitirá parecer para apreciação, na forma regimental, pelo plenário da Câmara Municipal.

§ 1° As emendas ao projeto de Lei Orçamentária Anual e os projetos que a modifiquem somente poderão ser aprovados caso:

I - sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei das Diretrizes Orçamentárias.

II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídas as que incidem sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida; ou

III - sejam relacionadas com:

a) a correção de erros ou omissões;

b) os dispositivos do texto do projeto de lei.

§ 2° As emendas ao projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias não poderão ser aprovadas, quando incompatíveis com o Plano Plurianual.

§ 3° O Prefeito poderá enviar mensagem a Câmara Municipal, para propor modificação de qualquer dos projetos a que se refere este artigo, enquanto não tiver sido iniciada a votação, na comissão técnica, da parte cuja alteração é proposta.

§ 4° O prefeito poderá enviar mensagem à Câmara Municipal, para propor a criação de fundos de desenvolvimento econômicos e sociais, observando:

I - forma de constituição do fundo

II - a indicação do percentual a ser descontado.

III – Indicação das receitas originarias onde será aplicada o percentual destinado a constituição dos fundos

Art. 130 Aplicam-se aos projetos mencionados no art.125 e aos créditos adicionais que não contrariem o disposto neste capítulo, as demais normas relativas ao processo legislativo e aos créditos adicionais.

Art. 131 Os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto de Lei Orçamentária Anual, ficarem sem despesas correspondentes, poderão ser utilizados, para a composição dos fundos do § 4° do Art. 129 desta lei conforme o caso, mediante créditos especiais ou suplementares, com prévia e específica autorização do Legislativo.

Art. 132 São vedados:

I - o início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual.

II - a realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.

III - a realização de operações de crédito que excedam o montante das despesas de capital, com ressalva das autorizadas mediante créditos suplementares ou especiais, com finalidade precisa, aprovada pela Câmara Municipal, por maioria absoluta.

IV - a vinculação da receita de impostos a órgão, fundo ou despesa, ressalvadas as previstas na Constituição Federal.

V - a abertura de crédito suplementar ou especial, sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

VI - a transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, sem prévia autorização legislativa.

VII - a concessão ou utilização de créditos ilimitados.

VIII - a utilização, sem autorização legislativa, dos recursos do orçamento fiscal e da seguridade social para suprir necessidades ou cobrir despesas superiores à receita de empresas, fundações ou fundos.

IX - a instituição de fundo sem prévia autorização legislativa.

Art. 133 Os créditos adicionais terão vigência restrita ao exercício financeiro em que forem autorizados, salvo os especiais e extraordinários, quando o ato autorizatório for publicado nos últimos quatro meses daquele exercício, e os reabertos nos limites de seus saldos, que serão incorporados ao orçamento do exercício financeiro subseqüente.

Parágrafo único. A abertura de crédito extraordinário somente será admitida para atender às despesas imprevistas e urgentes, como as decorrentes de comoção interna ou calamidade pública.

Art. 134 Os recursos correspondentes às dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares especiais, destinados ao Poder Legislativo, ser-lhe-ão entregues até o dia vinte de cada mês.

Art. 135 A despesa com o pessoal ativo e inativo do Município não poderá exceder os limites estabelecidos por lei Complementar federal.

Parágrafo único. A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, mantidas pelo Município, só poderá ser feitas se:

I - houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

II - houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 136 O Executivo e o Legislativo municipais, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, publicarão no órgão oficial do Município relatórios resumidos da execução orçamentária.

Art. 137 O Município divulgará, até o último dia do mês subseqüente ao da arrecadação, os montantes de cada um dos tributos arrecadados e os recursos recebidos das outras entidades políticas.

TÍTULO IV - DA ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL

Capítulo I - DA ORDEM ECONÔMICA

Seção I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 138 Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Município exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Art. 139 A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho e da livre iniciativa, tem por fim assegurar existência digna a todos, observados o princípio da função social da propriedade, a defesa do consumidor, a defesa do meio ambiente e a busca do pleno emprego.

Parágrafo único. O Município, no exercício do seu poder de polícia relativo às atividades que, em algum aspecto, dependam da sua regulamentação e fiscalização, imporá restrições, instituindo sanções àquelas que, em seu exercício, se opuserem ou se tornarem contrárias aos princípios previstos neste artigo.

Art. 140 O Município através da lei apoiará o cooperativismo e outras formas de associativismo.

Art. 141 É assegurado o exercício de atividades aos vendedores ambulantes e artesãos nos espaços públicos disponíveis, em conformidade com a legislação vigente.

Art. 142 A microempresa e a de pequeno porte, assim definidas em lei, receberão do Município tratamento jurídico diferenciado, visando ao incentivo de sua criação, pela simplificação de suas obrigações administrativas e tributárias, podendo estas ser reduzidas ou eliminadas por lei.

Art. 143. O Município poderá, em caso de relevante interesse coletivo, por meio de empresa pública, sociedade de economia mista ou outra entidade, explorar atividade econômica, nos termos da lei.

Art. 144 O Município promoverá e incentivará o turismo como fator de desenvolvimento econômico e social.

Seção II - DA POLÍTICA URBANA

Art. 145 A política de desenvolvimento urbano, conforme diretrizes fixadas no Plano Diretor, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 1° - A propriedade urbana cumpre a função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor.

§ 2° - É facultado ao Município, mediante lei especifica para área incluída no Plano Diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena de, sucessivamente:

I - parcelamento ou edificação compulsórios.

II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana, progressivo no tempo.

III – desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública, de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.

Art. 146 O Município deverá organizar sua administração e exercer suas atividades dentro de um processo de planejamento permanente.

Art. 147 A política de desenvolvimento urbano visa a assegurar, entre outros, os seguintes objetivos:

I - a urbanização e regularização de loteamentos.

II - o estimulo à preservação de áreas periféricas de produção agrícola e pecuária.

III - a preservação, a proteção e a recuperação do meio ambiente e da cultura.

IV - a criação e a manutenção de parques de interesses urbanísticos, sociais, ambientais, turísticos e de utilização pública.

V - a utilização racional do território e dos recursos naturais, mediante controle da implantação e funcionamento de atividades industriais, comerciais, residenciais e viárias.

Art. 148 O Plano Diretor disporá, entre outras matérias, sobre:

I - normas relativas ao desenvolvimento urbano.

II - política de formulação de planos setoriais.

III - critério de parcelamento, uso e ocupação do solo, e zoneamento, prevendo áreas destinadas a moradias populares, com facilidade de acesso aos locais de trabalho, serviços e lazer.

IV - proteção ambiental.

Parágrafo único. O controle do uso e ocupação do solo urbano implica, entre outras, nas seguintes medidas:

I - regulamentação do zoneamento.

II - especificação dos usos do solo, permitidos ou permissíveis em relação a cada área, zona ou bairro da cidade.

III - aprovação ou restrição de loteamentos.

IV - controle das construções urbanas.

V - proteção da estética da cidade.

VI - preservação das paisagens, dos monumentos, da história e da cultura da cidade.

VII - controle da poluição.

Art. 149 Para a elaboração das partes que compõem o Plano Diretor, em especial as relativas à delimitação das zonas - urbana e rural, zoneamento, loteamentos, preservação, renovação urbana e equipamentos, deverão, obrigatoriamente, ser levadas em consideração, entre outras, as seguintes diretrizes.

I - o planejamento global do Município, com vistas:

a) à integração cidade-campo, direcionando-se as diversas áreas e regiões, segundo critérios recomendáveis de ocupação, e na medida do possível, a sua vocação natural, impondo-se restrições de uso e coibindo-se o adensamento, na faixa do território municipal ao longo das divisas com os demais Municípios, destinando-a à produção agrícola e demais atividades compatíveis, de forma a constituir um cinturão verde à sua volta;

b) à sua integração ao perímetro urbano de Porto Estrela, em especial, relativamente às funções de interesse comum, para facilitar a integração da organização, do planejamento e da execução dessas funções, mediante convênios, nos quais se procurará estipular os usos e atividades recomendáveis para as diversas regiões, tendo-se em vista, principalmente, evitar a conturbação aberta, com uma ocupação e adensamento desordenados.

II - a preservação do meio ambiente, em especial:

a) pela liberação e implantação ordenada de novos loteamentos, de conjuntos habitacionais e assentamentos populares;

b) pela exploração controlada das atividades Mineradoras de Calcário, industriais e agropecuárias, especialmente ao longo dos rios e cursos d´água, impondo-se a obrigação da recomposição ou recuperação das áreas atingidas, ou ainda o seu adequado aproveitamento alternativo;

III - a economia de custos, a funcionalidade e a comodidade urbanas, em especial, pelo planejamento e regulamentação de:

a) loteamentos com a implantação de infra-estrutura recomendável a cada região e tipo de loteamento;

b) conjuntos habitacionais, com a implantação de infra-estrutura e equipamentos urbanos e comunitários, a cargo dos responsáveis;

IV - a aplicação, conforme o caso, entre outros, na forma da lei, dos seguintes institutos e instrumentos jurídicos:

a) contribuição de melhoria;

b) desapropriação para reurbanização;

c) pagamento, nas desapropriações amigáveis, mediante concessão de índices constitutivos;

V - a regularização fundiária, mediante estabelecimento de normas especiais de urbanização.

Art. 150 Entre os setores especiais incluir-se-ão os de produção artesanal e cultural, localizados em regiões onde se concentrem instituições voltadas à cultura e às artes, para os quais serão traçadas diretrizes peculiares de uso e ocupação de espaços públicos.

Art. 151 O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado definirá o sistema, diretrizes e bases do planejamento municipal equilibrado, harmonizando-o com o planejamento estadual e nacional.

Art. 152 A sansão do Plano Diretor se fará por lei municipal específica, aprovada por maioria de dois terços dos votos dos membros da Câmara Municipal.

Art. 153 O Município, por iniciativa própria, ou com a colaboração do Estado, providenciará o estabelecimento de um sistema estatístico, cartográfico, que servirá como base para o planejamento.

Art. 154 O planejamento municipal será realizado, na forma da lei, por entidade municipal, que sistematizará as informações básicas, coordenará os estudos, elaborará os planos e projetos relativos ao Plano Diretor e supervisionará a sua implantação.

Art. 155 Será criado um Conselho Municipal de Planejamento, formado por representantes de distintas entidades da sociedade civil, que terão assento na elaboração e execução do Plano Diretor do Município.

Capítulo II - DA ORDEM SOCIAL

Seção I – DISPOSIÇÃO GERAL

Art. 156 O Município de Porto Estrela, em ação conjunta e integrada com a União e o Estado, assegurará os direitos relativos à educação, à saúde, à alimentação, à cultura, à capacitação ao trabalho, à assistência social, à segurança pública, ao lazer, ao desporto e ao meio ambiente equilibrado, priorizando a pessoa humana.

Seção II - DA SAÚDE

Art. 157 A saúde é direito de todos os cidadãos e o Município, como integrante do Sistema Único de Saúde, implementará políticas sociais e econômicas que visem à prevenção, à redução, à eliminação do risco de doenças e de outros agravos, bem como ao acesso geral e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

Art. 158 As ações e serviços de saúde pública são de relevância pública, prestada por meio do Sistema único de Saúde - SUS, nos termos da lei, que disporá sobre a:

I - sua regulamentação, fiscalização e controle.

II - preferência de execução através dos serviços públicos oficiais.

III - universalização dos serviços.

IV - permissibilidade de prestação de serviços por terceiros.

V - hierarquização do Sistema.

VI - integração dos serviços que desenvolvam ações preventivas e curativas, adequadas às realidades epidemiológicas.

VII - participação da comunidade.

Art. 159 O Município manterá um Fundo de Saúde, regulamentado na forma da lei, financiado com recursos orçamentários da seguridade social da União, do Estado e do Município, além de outras fontes.

§ 1° O volume de recursos destinados ao Fundo de Saúde será definido na Lei Orçamentária, nunca inferior a 15% (quinze) por cento da receita resultante dos impostos, compreendida a proveniente de transferências.

§ 2° É vedada a destinação de recursos, auxílio ou subvenção a instituições privadas com fins lucrativos.

§ 4º O gestor do sistema único de saúde poderá admitir agentes comunitários de saúde e agentes de combate às endemias por meio de processo seletivo público, de acordo com a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação.

§ 5º Lei municipal disporá nos termos da Constituição Federal, sobre o regime jurídico e a regulamentação das atividades de agente comunitário de saúde e agente de combate às endemias.

§ 6º Além das hipóteses previstas no Art. 169 da Constituição Federal, o empregado público que exerça funções de agente comunitário de saúde ou de agente de combate às endemias poderá perder o cargo em caso

de descumprimento dos requisitos específicos, fixados em lei, para o seu exercício.

Art. 160 As instituições privadas poderão participar, de forma suplementar, do Sistema Único de Saúde-SUS, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, podendo a lei conceder isenções, em especial, as que prestem serviços de atendimento aos portadores de Necessidades Especiais.

Art. 161 A lei criará, no âmbito do Município, duas instâncias colegiadas de caráter deliberativo: a Conferência Municipal de Saúde e, outra, o Conselho Municipal de Saúde.

Seção III - DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 162 A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e terá por objetivo:

I - a proteção à família, à infância, à adolescência e velhice.

II - o amparo às crianças e aos adolescentes carentes.

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho.

IV - a reabilitação e habilitação das pessoas portadoras de excepcionalidade, e sua integração à vida comunitária.

Art. 163 As ações na área social serão custeadas na forma do art. 195 da Constituição Federal e organizadas com base nos seguintes princípios:

I - coordenação e execução dos programas de sua esfera pelo Município.

II - participação do povo na formulação das políticas e no controle das ações.

Seção IV - DO ABASTECIMENTO E DEFESA DO CONSUMIDOR

Art. 164 O Município atuará na área do abastecimento e defesa do consumidor:

I - criando mecanismos de apoio à comercialização da produção e incrementando ações junto aos estabelecimentos de distribuição de alimentos básicos com controle de preços e qualidade.

II - promovendo ações específicas, visando a orientação ao consumidor e a educação alimentar.

III - organizando e mantendo um sistema de abastecimento alimentar à população carente.

IV - fomentando a produção agrícola e adotando política de plantio de produtos básicos ou hortigranjeiros em áreas ociosas.

V - criando, mediante lei, fundos específicos para o desenvolvimento e fiscalização da área de produção e distribuição de alimentos à população.

Art. 165 O Município criará o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor, com atribuições e composição que a lei estabelecer.

Seção V - DO SANEAMENTO BÁSICO

Art. 166 O Município, juntamente com o Estado ou a União, é responsável pela fiscalização do esgoto sanitário e água tratada, pelo abastecimento desta e pela coleta do lixo, para a população.

Art. 167 Será elaborado programa anual de saneamento básico, de responsabilidade do Poder Público Municipal, com auxílio do Estado e da União.

Parágrafo único. Nos planos sob responsabilidade do Poder Público Municipal, devem constar metas e dotações orçamentárias para a solução dos problemas decorrentes da falta de saneamento básico.

Art.168 O Poder Público Municipal organizará serviço de tratamento dos rejeitos e resíduos variados, como forma de evitar a poluição dos mananciais de água e do meio ambiente.

Seção VI – DA HABITAÇÃO

Art. 169 A política habitacional do Município, integrada a da União e a do Estado, objetivará a solução da carência habitacional de acordo com os seguintes princípios:

I - ofertas de lotes urbanizados.

II - estímulos e incentivos à formação de cooperativas populares de habitação.

III - atendimento prioritário à família carente.

IV - formação de programas habitacionais pelo sistema de mutirão e autoconstrução.

Art. 170 As entidades da administração direta e indireta, responsáveis pelo setor habitacional, contarão com recursos orçamentários próprios e específicos à implantação da política habitacional do Município.

Art. 171 O Poder Público manterá, entre outros, o Fundo Municipal de Habitação (F.M.H.) para angariar recursos e implementar sua política habitacional.

Capítulo - III DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO.

Seção I - DA EDUCAÇÃO

Art. 172 Compete ao Município elaborar o Plano Municipal de Educação, respeitadas as diretrizes e normas gerais estabelecidas pelos Planos Nacional e Estadual de Educação, com fixação de prioridades e metas para o setor.

Art. 173 A educação, cujas prioridades residirão na educação infantil, na pré-escola e no ensino fundamental, serão promovidas com a colaboração da sociedade, objetivando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 174 O Município aplicará anualmente na manutenção e desenvolvimento de ensino nunca menos de 25% (vinte e cinco) por cento da receita resultante dos impostos, compreendida a proveniente de transferências.

Art. 175 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade para acesso e permanência na escola.

II - garantia de pleno exercício dos direitos culturais, com acesso às fontes da cultura regional e apoio à difusão e às manifestações culturais.

III - gratuidade do ensino público em estabelecimentos mantidos pelo Poder Público Municipal, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza.

IV - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a realidade social, a arte e o saber.

V - valorização dos profissionais da educação escolar municipal, garantido, na forma da lei, plano de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos.

VI - garantia de padrão de qualidade do ensino.

VII - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

VIII - gestão democrática e colegiada das instituições de ensino e pesquisa, na forma da lei.

IX - atendimento ao educando, no ensino infantil, pré-escolar e fundamental, mediante programas suplementares de material didático-escolar, de alimentação e de saúde.

X - erradicação do analfabetismo, incluindo programa especial de alfabetização do idoso.

XI - formação para o trabalho.

XII - atendimento, em educação infantil e pré-escola, das crianças de zero a cinco anos de idade, inclusive dos portadores de necessidades especiais.

XIII – manter, com cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.

XIV - atendimento educacional especializado aos portadores de excepcionalidade, preferencialmente na rede regular de ensino, ou em escolas especiais, ou ainda em escolas particulares com o apoio do Município.

XV - oferta de ensino noturno regular e supletivo, adequado às condições do educando.

XVI - oferta do ensino supletivo para todos os que não possam ingressar no ensino regular, na idade apropriada.

XVII - informação sobre as condições do ambiente, visando à preservação dos recursos naturais.

Art. 176 O não oferecimento do ensino fundamental obrigatório, regular importa em responsabilidade da autoridade competente.

Seção II - DA CULTURA

Art. 177 O acesso aos bens da cultura e às condições objetivas para produzi-la é direito do cidadão e dos grupos sociais.

Parágrafo único. Todo cidadão é um agente cultural e o Poder Público incentivará de forma democrática os diferentes tipos de manifestação cultural.

Art. 178 A lei estabelecerá:

I - a administração, a gestão da documentação e as providências para franquear a consulta a quantos dela necessitem.

II - incentivos para a produção do patrimônio cultural do Município, e a participação da comunidade neste processo.

III - a forma de proteção e promoção do patrimônio cultural do Município, e a participação da comunidade neste processo.

IV - o processo de tratamento dos documentos, edificações e sítios detentores de reminiscências históricas.

V - a fixação de datas comemorativas de significação cultural.

Art. 179 O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural municipal, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outras formas de acautelamento e preservação.

§ 1° Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos na forma da lei.

§ 2° As iniciativas para a proteção do patrimônio histórico-cultural serão estabelecidas em lei.

Art. 180 O Município se obriga a construir e manter arquivo público próprio, bibliotecas públicas, em número compatível com a densidade populacional, destinando-lhes verbas suficientes para aquisição e reposição de acervos e manutenção de recursos humanos especializados.

Art. 181 O Município instituirá e manterá programas de incentivo à leitura, à pesquisa científica, a manifestações culturais e artísticas, de promoção de eventos culturais, feiras científicas e de divulgação da cultura local, dos seus vários grupos étnicos, todos voltados ao incremento da cultura popular.

Seção III - DO DESPORTO

Art. 182 O Município fomentará as práticas esportivas formais e não formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas e educacionais quanto a sua organização e funcionamento.

II - o lazer ativo como forma de bem-estar e promoção social, saúde, higiene e educação de todas as faixas etárias e sociais da população.

III - o estímulo à construção, manutenção e aproveitamento de instalações e equipamentos desportivos, com destinação de área para atividades desportivas, nos projetos de urbanização, habitacionais e de construção nas escolas.

IV - instalação de equipamentos adequados à prática de exercícios físicos pelos portadores de necessidades especiais ou mental, em centros de criatividade ou em escolas especiais, públicas ou conveniadas.

Capítulo IV - DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Art. 183 O Município, com a participação da sociedade promoverá e incentivará a pesquisa, o desenvolvimento científico e a capacitação tecnológica, visando a solução dos problemas sociais, ao bem comum e ao desenvolvimento integrado da população.

Art. 184 O Município, através da Secretaria de Administração Planejamento, Gestão e Finanças desenvolverá estudos e pesquisas apropriadas para a qualificação de seus cidadãos.

Capítulo V - DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Art. 185 Observados os princípios da Constituição Federal, o Município promoverá e incentivará a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo, priorizando a cultura regional.

Art. 186 Lei ou ação do Poder Público Municipal não poderá constituir embaraço à liberdade e ao direito de informação.

Art. 187 É vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica ou artística.

Capítulo VI - DO MEIO AMBIENTE

Art. 188 O meio ambiente ecologicamente equilibrado é bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, devendo o Município e a coletividade defendê-lo e preservá-lo para as gerações presentes e futuras.

Art. 189 O Município, na sua função reguladora, criará limitações e imporá exigências que visem a proteção e recuperação do meio ambiente, especialmente por meio de normas de zoneamento, de uso do solo e de edificações.

Art. 190 O dever do Município com o meio ambiente será efetivado mediante a garantia de:

I - estabelecer uma política municipal do meio ambiente, objetivando a preservação e o manejo dos recursos naturais, de acordo com o interesse social.

II - promover a educação ambiental, visando a conscientização pública para preservação do meio ambiente.

III - exigir a realização de estudo prévio de impacto ambiental (EPIA), para construção, instalação reforma, recuperação, ampliação e operação de atividades ou obras potencialmente causadoras de degradação do meio ambiente, do qual se dará publicidade.

IV - controlar a produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos ou substâncias que comportem riscos para a vida, para a qualidade de vida e para o meio ambiente.

V - proteger o patrimônio cultural, artístico, histórico, estético, paisagístico, faunístico, turístico, ecológico e científico, provendo a sua utilização em condições que assegurem a sua conservação.

VI - incentivar as atividades de conservação ambiental.

VII - estabelecer a obrigatoriedade de reposição da flora nativa, quando necessária à preservação ecológica.

§ 1° Aquele que explorar recursos naturais fica obrigado a recuperar o meio ambiente, se o degradar, de acordo com a solução técnica estabelecida pelo órgão competente, na forma da lei.

§ 2° As condutas e atividades lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores às sanções administrativas, estabelecidas em lei, e com multas diárias e progressivas no caso de continuidade da infração ou reincidência

incluída a redução do nível de atividade e a interdição, independente da obrigação de os infratores restaurarem os danos causados, e sem prejuízo da sanção penal cabível.

§ 3° Os recursos oriundos de multas administrativas e condenações judiciais por atos lesivos ao meio ambiente e das taxas incidentes sobre a utilização de recursos ambientais, serão destinados a um fundo gerido pelo Conselho Municipal do Meio Ambiente, na forma da lei.

Art. 191 O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), poderá sofrer questionamento por qualquer pessoa, devendo o Poder Público Municipal sempre decidir pelo interesse da preservação ambiental no confronto com outros aspectos, compreendido o econômico.

Art. 192 Não é permitido o uso de agrotóxicos não autorizados pela entidade competente.

Parágrafo único. O Poder Público controlará e fiscalizará a produção, a estocagem, o transporte, a comercialização, a utilização de técnicas e métodos, e as instalações relativas a substâncias que comportem risco efetivo ou potencial para a saudável qualidade de vida, de trabalho e do meio ambiente natural, incluídos os materiais geneticamente alterados pela ação humana, os resíduos químicos e as fontes de radioatividade.

Art. 193 Fica o Poder Público Municipal autorizado a promover intercâmbio com os Municípios vizinhos objetivando a utilização de recursos naturais em forma de consórcio, proporcionando-lhes o ressarcimento dos recursos utilizados.

Art. 194 O Município editará, no prazo de 06 (seis) meses após a promulgação desta Lei Orgânica, lei de defesa do meio ambiente, que estabelecerá critérios de proteção ambiental e de manutenção do equilíbrio ecológico, com previsão de infrações e respectivas sanções.

Art. 195 O Município criará o Conselho Municipal do Meio Ambiente, com atribuições e composição que a lei estabelecer.

Capítulo VII - DA FAMÍLIA, DA MULHER, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO

Art. 196 A família, base da sociedade tem especial proteção do Município, na forma da Constituição Federal e da Estadual.

§ 1° Cabe ao Município executar programas de planejamento familiar, nos termos da Constituição Federal.

§ 2° O planejamento familiar será baseado em métodos que respeitem a fisiologia a psicologia humana, e a liberdade de escolha do casal, cabendo ao Município divulgá-los expondo suas vantagens, desvantagens ou limitações.

Art. 197 A lei disporá sobre o Conselho Municipal de Defesa da Criança, do Adolescente, do Idoso e do Deficiente.

Art. 198 A família, a sociedade e o Município têm o dever de amparar as pessoas idosas, assegurando sua participação na comunidade, defendendo-lhes o bem-estar e o direito à vida digna.

Art. 199 O Município incentivará as entidades particulares sem fins lucrativos, atuantes na política do bem-estar da criança, do adolescente, da pessoa portadora de excepcionalidade e do idoso, e devidamente registradas nos órgãos competentes, subvencionando-as com auxílio financeiro e amparo técnico.

Art. 200 Lei municipal disporá sobre a construção de logradouros e de edifícios de uso público, a adaptação de veículos de transporte coletivo, a sonorização de sinais luminosos de trânsito, a fim de permitir o seu uso adequado por pessoas portadoras de Necessidades Especiais.

§ 1° O município promoverá o apoio necessário aos idosos e aos portadores de excepcionalidades, para fins de recebimento do salário mínimo mensal, previsto no art. 203, inciso V, da Constituição Federal.

§ 2° Os programas de amparo aos idosos serão executados preferencialmente em seus lares.

Art. 201 Compete ao Município, em consonância com a Constituição Federal, criar mecanismos para garantir a execução de uma política de combate e prevenção à violência contra a mulher, assegurando-se, em colaboração com o Estado, assistência médica, social e psicológica.

Art. 202 O Município criará programas de atendimento especializado para os portadores de excepcionalidade, bem como de outras necessidades especiais, e de integração dos portadores desta, mediante treinamento, dos que forem adolescentes, para o trabalho, a convivência e a facilitação do acesso aos bens e serviços coletivos, com eliminação de preconceitos e obstáculos arquitetônicos.

TÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 203 O Município publicará anualmente, no mês de março, a relação completa dos servidores lotados por órgão ou entidade, em cada um dos Poderes, indicando o cargo, a função e o local de sua atividade, para fins de recenseamento e controle, inclusive dos ocupantes de cargo de provimento em comissão.

Art. 204 Lei municipal disporá sobre a adaptação dos logradouros, dos edifícios de uso público e dos veículos de transporte coletivo atualmente existentes, a fim de garantir acesso adequado ás pessoas portadoras de deficiência, conforme disposto no art. 244 da Constituição Federal.

Art. 205 É vedada:

I - a alteração de nomes próprios municipais que contenham nome de pessoa, fatos históricos ou geográficos, salvo para correção ou adequação aos termos de lei.

II - a inscrição de símbolo ou nome de autoridade ou administrador em placas indicadoras de obras ou em veículos de propriedade ou a serviço ou administração direta ou indireta.

III - a inscrição de símbolo ou nome de autoridade ou administrador público em prédios ou logradouros de propriedade ou a serviço ou administração direta ou indireta.

Art. 206 A lei preverá, na estrutura da Administração Municipal, órgão de medicina e segurança do trabalho, onde melhor atender aos interesses dos servidores.

Art. 207 São vedadas, no território municipal, a produção e a distribuição de aerosóis que Contenham clorofluorcarbono, (CFC).

Art. 208 O Município estimulará e apoiará o desenvolvimento de programas voltados para o esclarecimento, prevenção e tratamento dos malefícios provocados por substâncias capazes de gerar dependência no organismo humano.

Art. 209 Poderá o Município criar ou participar de programas, planos ou obras, destinados à preservação de mananciais que abasteçam o município de Porto Estrela, mesmo os localizados em outros municípios da Região.

Art. 210 A Câmara Municipal de Porto Estrela, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após a promulgação da presente Lei Orgânica, elaborará, discutirá e aprovará o seu Regimento Interno.

Art. 211 Os conselhos municipais de que trata esta Lei Orgânica deverão ser regulamentados no prazo de 180 (cento e oitenta) dias da sua promulgação.

Art. 212 Continuam em vigor as normas da legislação ordinária compatível com o texto desta Lei Orgânica.

Capítulo I - ATO DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º O Prefeito e os Vereadores, no ato e na data da promulgação desta Lei, prestarão compromisso de manter, defender e cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Estrela-MT.

Art. 2º A revisão da Lei Orgânica será realizada após as revisões das Constituições Federal e Estadual.

Art. 3º Os vencimentos, a remuneração, as vantagens e adicionais, bem como os proventos de aposentadoria que estejam sendo percebidos em desacordo com as Constituições Federal e Estadual e com esta Lei Orgânica, serão imediatamente reduzidos aos limites delas decorrentes, não se admitindo, neste caso, invocação de direito adquirido, ou percepção em excesso a qualquer título.

Art. 4º Com a promulgação da lei complementar referida no art. 169 da Constituição Federal, o Município não poderá despender, com pessoal, mais de 60% (sessenta por cento) do valor das receitas correntes.

Parágrafo único. Caso a despesa de pessoal venha a exceder o limite previsto neste artigo, o Município deverá retornar àquele limite, reduzindo o percentual excedente a razão de um quinto por ano.

Art. 5º Os serviços públicos que vêm sendo prestados por delegação continuarão regidos pelos respectivos atos de concessão ou permissão, pelo prazo nestes estabelecidos ou até que ocorra causa que autorize a sua rescisão ou revogação.

Parágrafo único. Vencido o prazo do ato de delegação sem que o Poder Executivo tenha promovido nova concorrência ou licitação, o concessionário ou permissionário continuará prestando o serviço público a título precário, até que se promova a concorrência ou licitação, na forma da lei.

Art. 6º Para o recebimento de recursos públicos, a partir da aprovação desta Lei, todas as entidades beneficentes serão submetidas a reexame e recadastramento para verificação de sua condição de utilidade pública ou benemerência, como exige a lei pertinente.

Art. 7º A Câmara Municipal criará, dentro de 90 (noventa) dias contados da promulgação desta Lei, uma Comissão para apresentar estudos sobre as implicações da nova Lei Orgânica e anteprojetos de legislação complementar.

Parágrafo único. A Comissão de que trata este artigo ouvirá, solicitando pareceres, se julgar necessário, de assessoria especializada, pertinentes às matérias objeto dos estudos dela.

Art. 8º O Município promoverá, no prazo de ate 180 (cento e oitenta) dias contados da promulgação desta Lei, o reenquadramento de seus servidores.

Art. 9 º O número de Vereadores na legislatura vigente é de 09 (nove), na forma da diplomação efetuada pela Justiça Eleitoral.

Art. 10 As leis a que se refere esta Lei Orgânica sem prazo definido para sua elaboração, devem ser votadas até o final da Sessão Legislativa de 2009.

Art. 11 O Município promoverá edição popular do texto da Lei Orgânica, com distribuição gratuita às escolas municipais, bibliotecas, universidades, demais órgãos e entidades públicas, sindicatos, associações e outras instituições.

Art. 12 Esta Lei Orgânica entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA, DEZEMBRO DE 2008

GABINETE DA PRESIDÊNCIA

José Pereira de Souza Filho

Presidente

Vereadores Constituintes: Vereadores Revisores:

Presidente: José Carlos da Silva José Pereira de Souza Filho

Vice Presidente: José Cândido F. Sobrinho Haroldo Varela do Carmo

1° Secretário: Admirson Ribeiro Duarte Ezequiel do Carmo Ferreira

2° Secretário: Arides Rodrigues Ramos Mário Aparecido dos Santos

Relator: José Cândido F. Sobrinho Oscar Victor de Oliveira

Pres.. da C. de Sistematiz: Ana Tereza Felix S. Garbim Dilva Cirilo de França

Vereador: Ademar Corsino dos Santos Reginaldo José de Souza

Vereador: Inácio Sene da Silva Joaquim Brilhadori

Vereador: Marcos Antonio de Melo José Jorge de Arruda Costa

Vereador: Jasso Martins de Freitas

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
DECRETO MUNICIPAL Nº 016/2016

(QUE FIXA NORMAS PARA LANÇAMENTO DE IMPOSTO E DAS TAXAS QUE COM ELE SÃO COBRADAS, RELATIVO AO IPTU-2016).

.**MAURO ANDRÉ BUSINARO,** prefeito Municipal de Porto Estrela, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que foram conferidas pelo artigo 201 e tanto em vista o disposto no § 1º e 4º da Lei Complementar nº 007, de 20 de Dezembro de 2006, sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercícios de 2016.

DECRETA:

Art. 1º O Contribuinte será notificado, mediante notificação e enviados ao domicilio indicado no cadastro imobiliário, do lançamento do imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana e as Taxas que ele são cobrados do exercício de 2016 e disporá de prazo para pagamento.

Parágrafo único – Os contribuintes terão o seguinte beneficio de :

I – Para pagamento de cota única , até o dia 31 de Dezembro de 2016.

II - O pagamento parcelado com até duas vezes, com seguintes vencimentos:

1º parcela 30/06/2016

2º parcela 31/12/2016

Art. 2º Sobre tributos e as parcelas vencidas incidirão em juros de 1% (Um por cento) ao mês ou fração, atualização monetaria anual pela variação da Unidade Padrão Fiscal do Município, bem como moratória a partir da data do vencimento de 2% (Dois por Cento).

Art. 3º - O IPTU e as taxas que com ele são cobradas, não recolhidas no exercícios a que se referir o lançamento, será inscrito como Divida Ativa.

Art. 4º. - O contribunte que não receber a guia de pagamento do IPTU do exercício de 2016, deverá requerer sua emissão na Administração Municipal, situado na Av. José Antônio de Farias, nº 2.035 Centro.

Art. 5º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Porto Estrela/MT, 04 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP. ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 077/2016

(QUE CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL AOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 027/2010 “Altera os Anexos II e III da Lei Complementar nº 013/2008, de 18 de Março de 2008 **(Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de carreira dos Profis-**

sionais da Educação do Municipio de Porto Estrela), e dá outras providências".

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido Elevação de Nível aos respectivos Servidores, conforme relação abaixo:

Nº.	NOME	DATA ADMISSÃO	FUNÇÃO	NÍVEL/ CLASSE	ELEVAÇÃODE NIVEL
001	Adriana Alves de Oliveira	18/02/2002	Professora	B/14	B/15
002	Ana Paula F Ramos	18/02/2002	Professora	C/14	C/15
003	Debora Catia Cayres Corsino	22/02/2002	Professora	C/14	C/15
004	Luis Vieira de Sousa	18/02/2002	Professor	C/14	C/15
005	Maria Aparecida Miranda	18/02/2002	Professora	A/14	A/15
006	Nilzete Ferreira do Rosario	18/02/2002	Professora	B/14	B/15
007	Raeli de Souza Denis	18/02/2002	Professora	C/14	C/15
008	Sillei da Silva Ameida	18/02/2002	Professora	B/14	B/15
009	Maria Ap. Veloso de Paula	01/02/1995	Merendeira	B/14	B/15

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação revogando – se as disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela-MT, 22 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 076/2016

(QUE CONCEDE ELEVAÇÃO DE NIVEL DE SERVIDORES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 015/2008 **(Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimentos dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas e enquadramentos e institui nova tabela de vencimentos),** e dá outras providências".

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedido Elevação de Nível aos respectivos Servidores, conforme relação abaixo:

Nº.	NOME	DATA ADMISSÃO	FUNÇÃO	NÍVEL/ CLASSE	ELEVAÇÃODE NIVEL
001	Assis Xavier da Silva	14/02/2002	Aux. Administrativo	14/A	15/A
002	Benedito de Oliveira	19/02/2008	Tec. Contabilidade	05/B	06/B
003	Elaine C. M. Cardoso	14/02/2002	Aux. Administrativo	14/B	15/B
004	Fabiana G. Prado	14/02/2002	Ag Administrativo	14/C	15/C
005	Gilmar Zanelia	01/02/1995	Tec. Contabilidade	21/C	22/C
006	Silvair da Silva Almeida	14/02/2002	Ag. administrativo	14/B	15/B
007	Jean Carlos M. da Silva	14/02/2002	Ag. administrativo	14/A	15/A
008	Arthur Alves de A. Filho	01/02/1995	Ag. administrativo	19/A	20/A
009	Sergio Francisco Vieira	14/02/2002	Motorista	14/C	15/C
010	Anderson Galbeiro	05/02/1999	Motorista	17/C	18/C
011	Antonio Pastor dos Santos	15/02/2002	Op. Maq. Pesadas	14/A	15/A
012	Jorge Soares de Lima	15/02/2002	Mec. Veic. leves	14/C	15/C
013	Joao Antonio Aguilera	15/02/2002	Op. Maq. pesadas	14/A	15/A
014	Rozelino Alves Viana	15/02/2002	Pedreiro	14/C	15/C

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação revogando – se as disposições em contrario.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 22 de Fevereiro de 2.016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº. 075/2016

(QUE DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS PARA SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando o Capítulo IV da Lei Complementar Nº 001/2006 de 05 de Dezembro de 2006;

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder Férias aos Servidores da Prefeitura Municipal de Porto Estrela/MT, conforme relação abaixo:

N.	FUNCIONÁRIO	CARGO	SECRETARIA	PERÍODO/GOZO
01	Arthur Alves de Arruda Filho	Ag. Administrativo	Sec. Adm. e Finanças	01/02/2016 a 20/02/2016
02	Gilmar Zanelia	Tec. Contabilidade	Sec. Adm. e Finanças	A Programar
03	Silvair S. Almeida	Ag. Administrativo	Sec. Adm. e Finanças	22/02/2016 a 12/02/2016
04	Rosangela Ferreira da Silva	Merendeira	Sec Munin. Educação	12/02/2016 a 12/03/2016
05	Alessa Bueno P. Seconello	Enfermeira	Sec. Mun. Saude	11/02/2016 a 11/03/2016
06	Benedia da Silva Costa	Ag. serv. Publico	Sec. Adm e Finanças	01/02/2016 a 01/03/2016
07	Danilo Prudente de Mello	Bioquimico	Sec. Mun. Saude	10/02/2016 a 10/03/2016
08	Jorge Alves Fernandes	Ass. Tec saude	Sec. Mun. Saude	22/02/2016 a 22/03/2016
09	Rosenilda da Silva Campos	Tec enfermagem	Sec. Mun. Saude	11/02/2016 a 01/03/2016
10	Leandro Teixeira lopes	Ag. serv. Publico	Sec. Adm e Finanças	15/02/2016 a 15/03/2016
11	Anderson Galbeiro	Motorista	Sec. Adm e Finanças	02/02/2016 a 02/03/2016
12	Erotides R. A. dos Santos	Op. Maq. Pesadas	Sec. Mun. De Obras	02/02/2016 a 20/02/2016
13	Joao Antonio Aguilera	Op. Maq. pesadas	Sec. Mun. De Obras	15/02/2016 a 15/03/2016
14	Jorge Soares de Lima	Mec Veic. leves	Sec. Mun. De Obras	17/02/2016 a 07/03/2016
15	Paulo da Silva	Ag. serv. Publico	Sec. Mun. De Obras	15/02/2016 a 05/03/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Publique, registre-se, comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 22 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 074/2016

(DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR CLASSIFICADO COMO 2ª SEGUNDO SUPLENTE, EMPOSSADO NO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2016 O SRº JOSÉ CARLOS RIBEIRO JUNIOR)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal nº 539/2015 ***"Estabelece regras para composição e funcionamento do CONSELHO MUNICIPAL dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do CONSELHO TUTELAR e do FUNDO MUNICIPAL dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares e revoga as disposições anteriores, em especial a Lei Municipal Nº 077/1997 e a Lei Municipal Nº395/2009, e demais disposições anteriores em contrário, e dá outras providências."***

RESOLVE:

Artigo 1º) Designar o Srº. **JOSÉ CARLOS RIBEIRO JUNIOR**, Portador da Cedula de Identidade **RG. Nº. 468544483 SSP/MT e CPF. Nº. 316.632. 938-21**, para exercer suas funções no Conselho Tutelar Municipal, para o cargo de **CONSELHEIRO TUTELAR**, através do Processo de Eleição Unificada, vinculada a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação.

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 19 de Fevereiro de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 073/2016

(DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR CLASSIFICADO COMO 2ª SEGUNDO SUPLENTE, EMPOSSADO NO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2016 O SRº JOSÉ CARLOS RIBEIRO JUNIOR)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal nº 539/2015 ***"Estabelece regras para composição e funcionamento do CONSELHO MUNICIPAL dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), do CONSELHO TUTELAR e do FUNDO MUNICIPAL dos Direitos da Criança e do Adolescente (FMDCA), altera os arts. 132, 134, 135 e 139 da Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre os Conselhos Tutelares e revoga as disposições anteriores, em especial a Lei Municipal Nº 077/1997 e a Lei Municipal Nº395/2009, e demais disposições anteriores em contrário, e dá outras providências."***

RESOLVE:

Artigo 1º) Designar o Srº. **JOSÉ CARLOS RIBEIRO JUNIOR**, Portador da Cedula de Identidade **RG. Nº. 468544483 SSP/MT e CPF. Nº. 316.632. 938-21**, para exercer suas funções no Conselho Tutelar Municipal, para o cargo de **CONSELHEIRO TUTELAR**, através do Processo de Eleição Unificada, vinculada a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação,com efeitos retroativos a 01 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 19 de Fevereiro de 2015.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 072/2016

(DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PATERNIDADE AO SRº RENATO RIBEIRO DA SILVA).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando Lei Complementar Nº 001/2006 Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas.Art. 117. Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licença paternidade de 5 (cinco) dias consecutivos, sem perda da remuneração.

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedida a **Licença Paternidade**, pelo prazo de **05 (cinco) dias**, no período de **12/02/2016** A **16/02/2016** ao Srº **RENATO RIBEIRO DA SILVA,** concursado no cargo de**Mecânico de Veículos Pesados e Maquinas**, lotado na secretaria Municipal de Obras, com matricula n° 1039 **,** portador cedula de identidade **RG. Nº. 13653091 SSP/MT e CPF. Nº. 938.992.621-15.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir dodia 12 de Fevereiro de 2016.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto estrela-MT, 19 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 071/2016

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PATERNIDADE AO SRº GENIVALDO GOMES DA SILVA).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando Lei Complementar Nº 001/2006 Dispõe sobre a reestruturação do Estatuto dos Servidores Públicos do município de Porto Estrela, e dá outras providências correlatas.Art. 117. Pelo nascimento ou adoção de filhos, o servidor terá direito à licençapaternidade de 5 (cinco) dias consecutivos, sem perda da remuneração.

R E S O L V E:

Art. 1º. Fica concedida a **Licença Paternidade**, pelo prazo de **05 (cinco) dias**, no período de **04/02/2016** A **08/02/2016** ao Srº **Genivaldo Gomes da Silva,** Concursado no cargo de Auditor de Controle Interno, lotado na secretaria Municipal de Administração e Finanças, com matricula n° 752 **,** portador do **RG n° 758.739 SSP/MT e CPF n° 488.440.391-68.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação, com efeitos retroativos a partir dodia 04 de Fevereiro de 2016.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Porto estrela-MT, 19 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 070/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE ASSISTENTE SOCIAL, EMPOSSADO NO DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 O SRª CICERO FERNANDES SANTOS DE OLIVEIRA).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar o servidor, **Srº CICERO FERNANDES SANTOS DE OLIVEIRA,** Portadorda Cedula de Identidade **RG Nº 2000002056318 SSP/AL e CPF Nº. 043.433.654-84**, Concursado no cargo de **ASSISTENTE SOCIAL,** no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 1ª colocação, para exercer suas funções no Cras volante vinculado a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, com carga horária de 30 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. 064/2015 "Dispõe sobre a alteração da carga horaria de trabalho do cargo de assistente social, sem alteração da remuneração, alterando a Lei Complementar n.º 015/2008, em observância à Lei Federal n.º 12.317 de 26 de agosto de 2010, e dá outras providencias", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 11 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 19 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 069/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE PSICOLOGA, EMPOSSADA NO DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 A SRª HELLEN DE SOUZA FERNANDES DOS SANTOS).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar a servidora, **Srª HELLEN DE SOUZA FERNANDES DOS SANTOS,** Portadorada Cedula de Identidade **RG Nº 24118516 SSP/MT e CPF Nº. 046.358.711-18**, Concursado no cargo de **PSICOLOGA,** no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 1ª colocação, para exercer suas funções no Cras vinculado a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, com carga horária de 40 horas semanais, com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 11 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 19 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 068/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE ENCANADOR, EMPOSSADO NO DIA 05 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 O SRª CLEITON DE SOUZA DIAS).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar a servidora, **Srª CLEITON DE SOUZA DIAS,** Portadorda Cedula de Identidade **RG Nº 17997399 SSP/MT e CPF Nº. 014.505.311-30**, Concursado no cargo de **ENCANADOR,** no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 1ª colocação, para exercer suas funções no DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO vinculado a Secretaria Municipal de Obras, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **045/2013 "**Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 11 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 19 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 067/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, EMPOSSADO NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 A SRª BERENICE FERREIRA RAMOS).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar a servidora, **Srª BERENICE FERREIRA RAMOS,** Portadorada Cedula de Identidade **RG Nº 18930611 SSP/MT e CPF Nº. 019.876471-57**, Concursado no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO,** no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 3ª colocação, para exercer suas funções no Programa Bolsa Familia Cras vinculado a Secretaria Municipal de Trabalho e Ação Social, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **045/2013 "**Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 08 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 19 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 066/2016

(DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO A PEDIDO DA SERVIDORA SRª BERENICE FERREIRA RAMOS DO CARGO EFETIVO DE RECEPCIONISTA).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º) – Exonerar a pedido a Srª **Berenice Ferreira Ramos**,Portadorada Cedula de Identidade **RG Nº 18930611 SSP/MT e CPF Nº. 019. 876471-57**, **exonerar do Cargo Efetivo de Recepcionista** , lotada na Secretaria Municipal de Trabalho e Ação social.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, com Efeitos retroativos na data de 01 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

PUBLIQUE, REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Porto Estrela/MT, 19 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRÉ BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 065/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE COLETOR DE LIXO, EMPOSSADO NO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 O SRº JOSE BENEDITO DOS SANTOS).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar o servidor, **Srº JOSE BENEDITO DOS SANTOS,** Portadorda Cedula de Identidade **RG. Nº. 07387393 SSP/MT e CPF. Nº. 487.911.721-87**, Concursado no cargo de **COLETOR DE LIXO,** no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 4ª colocação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Obras, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **045/2013 "**Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 11 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 19 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 064/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE COLETOR DE LIXO, EMPOSSADO NO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 O SRº LEANDRO VITORINO DE JESUS).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar o servidor, **Srº LEANDRO VITORINO DE JESUS,** Portadorda Cedula de Identidade **RG. Nº. 14589451 SSP/MT e CPF. Nº. 042.865.721-45**, Concursado no cargo de **COLETOR DE LIXO,** no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 2ª colocação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Obras, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **045/2013 "**Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 11 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 19 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 063/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE COLETOR DE LIXO, EMPOSSADO NO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 O SRº FELIPE SAIMON DE OLIVEIRA AGUIAR).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar o servidor, **Srº FELIPE SAIMON DE OLIVEIRA AGUIAR,** Portadorda Cedula de Identidade **RG. Nº. 17114020 SSP/MT e CPF. Nº. 014.383.801-60**, Concursado no cargo de **COLETOR DE LIXO,** no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 1ª colocação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Obras, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **045/2013 "**Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 15 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 19 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 062/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE AUXILIAR DE INFRA ESTRUTURA, EMPOSSADO NO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 O SRº SILVANO DE SOUZA CARVALHO).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar o servidor, **Srº SILVANO DE SOUZA CARVALHO,** Portadorda Cedula de Identidade **RG. Nº. 17135729 SSP/MT e CPF. Nº. 983.415.531-04**, Concursado no cargo de **AUXILIAR DE INFRA ESTRUTURA,** no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 3ª colocação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Obras, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **045/2013 "**Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 11 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 19 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 061/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE MECANICO DE VEICULOS LEVES, EMPOSSADO NO DIA 11 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 O SRº PEDRO PAULO SILVA CAMPOS).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar o servidor, **Srº PEDRO PAULO SILVA CAMPOS,** Portadorda Cedula de Identidade **RG. Nº. 14816750 SSP/MT e CPF. Nº. 986.598.981-68**, Concursado no cargo de **MECANICO DE VEICULOS LEVES,** no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 2ª colocação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Obras, para exercer suas funções, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **045/2013 "**Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 12 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 19 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 060/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS, EMPOSSADO NO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 O SRº RENATO APARECIDO DA SILVA).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar o servidor, **Srº RENATO APARECIDO DA SILVA,** Portadorda Cedula de Identidade **RG. Nº. 793455 SSP/MT e CPF. Nº. 005. 987.361-23**, Concursado no cargo de **OPERADOR DE MAQUINAS PESADAS,** no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 1ª colocação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Obras, para exercer suas funções, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **045/2013 "**Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 02 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 19 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 059/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE MOTORISTA, EMPOSSADO NO DIA 03 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 O SRº IVONILSON PEREIRA PRADO).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar o servidor, **Srº Ivonilson Pereira Prado,** Portadorda Cedula de Identidade **RG. Nº. 793455 SSP/MT e CPF. Nº. 005.987. 361-23**, Concursado no cargo de **MOTORISTA**, no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 4ª colocação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação, para exercer suas funções, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **045/2013 "**Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 11 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 19 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 058/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE MOTORISTA, EMPOSSADO NO DIA 02 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 O SRº RODOLFO GARCIA DE CAMARGO).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar o servidor, **Srº Rodolfo Garcia de Camargo,** Portador da Cedula de Identidade **RG. Nº. 479659692 SSP/SP e CPF. Nº. 383.424.917-11**, Concursado no cargo de **MOTORISTA**, no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 3ª colocação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Educação, para exercer suas funções, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **045/2013 "**Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas", com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 11 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 19 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 057/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE MOTORISTA, EMPOSSADO NO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 O SRº ATALIBA MOREIRA COELHO FILHO).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar o servidor, **Srº Ataliba Moreira Coelho Filho,** Portadorda Cedula de Identidade **RG. Nº. 108.33420 SSP/MT e CPF. Nº. 593. 914.641-49**, Concursado no cargo de **MOTORISTA**, no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 1ª colocação, para exercer suas funções na Oficina Mecanica vinculada a Secretaria Municipal de Obras, para exercer suas funções, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **045/2013 "**Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 05 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 19 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 056/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GARI, EMPOSSADO NO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 O SRº AILTON CERINO DE CAMPOS).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar o servidor, **Srº Ailton Cerino de Campos,** Portadorda Cedula de Identidade **RG. Nº. 65539730 SSP/PR e CPF. Nº. 865. 246.909-15**, Concursado no cargo de **Gari**, no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 5ª colocação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Obras, para exercer suas funções, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **045/2013 "**Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 02 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 15 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 055/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GARI, EMPOSSADA NO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 A SRª ERONDINA RODRIGUES DA SILVA RAMOS).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar a servidora, **Srº Erondina Rodrigues da Silva Ramos,** Portadorada Cedula de Identidade **RG. Nº. 14589451 SSP/MT e CPF. Nº. 005.987.361-23**, Concursada no cargo de **Gari**, no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificada na 4ª colocação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Obras, para exercer suas funções, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **045/2013 "**Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 11 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 15 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 054/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GARI, EMPOSSADO NO DIA 04 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 O SRº CAIO HENRIQUE BARROS DE OLIVEIRA).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar o servidor, **Srº Caio Henrique Barros de Oliveira,** Portadorda Cedula de Identidade **RG. Nº. 14589451 SSP/MT e CPF. Nº. 061.690.101-18**, Concursado no cargo de **Gari**, no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 3ª colocação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Obras, para exercer suas funções, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **045/ 2013 "**Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 12 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 15 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 053/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GARI, EMPOSSADA NO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 A SRª LUCIANE NERES DOS SANTOS).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar a servidora, **Srª Luciane Neres dos Santos,** Portadorada Cedula de Identidade **RG. Nº. 22165169 SSP/MT e CPF. Nº. 026. 970.181-82**, Concursada no cargo de **Gari**, no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificada na 2ª colocação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Obras, para exercer suas funções, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **045/2013 "**Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 11 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 15 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 052/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE GARI, EMPOSSADA NO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 A SRª VILMA FATIMADOS SANTOS).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar a servidora, **Srª Vilma Fatima dos Santos,** Portadorada Cedula de Identidade **RG. Nº. 16948149 SSP/MT e CPF. Nº. 015. 780.071-78**, Concursada no cargo de **Gari**, no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 1ª colocação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Obras, para exercer suas funções, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **045/2013 "**Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 11 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 15 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 050/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, EMPOSSADO NO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 A SRª SUELY CAMPOS ALVES).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar a servidora, **Srª SUELY CAMPOS ALVES,** Portadorada Cedula de Identidade **RG. Nº. 10360573 SSP/MT e CPF. Nº. 781.881. 641-00**, Concursada no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 2ª colocação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Administração e finanças, para exercer suas funções, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. . **061/2015 "**DISPOE SOBRE CRIAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS E ALTERAÇÕES DOS DISPOSITIVOS E DOS ANEXOS I, III, X, IX DA LEI COMPLEMENTAR N° 40/2013 – "QUE INSTITUI O PLANO DE CARGOS CARREIRA E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 01 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 15 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 049/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE AGENTE ADMINISTRATIVO, EMPOSSADO NO DIA 01 DE FEVEREIRO DE 2016, DO CONCURSO PUBLICO MUNICIPAL DE N° 001/2015 O SR° WEVERTON JUNIOR DE VILLA SILVA).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Municipal Complementar nº. 045/2013 , Dispõe sobre criação e transformação de cargos efetivos e ampliação de vagas, com remuneração de acordo com a Lei Complementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II, constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

RESOLVE:

A**rtigo 1º**) – Designar o servidor, **Sr° WEVERTON JUNIOR DE VILLA SILVA,** Portadorda Cedula de Identidade **RG. Nº. 18673945 SSP/MT e CPF. Nº. 025.483.001-37**, Concursado no cargo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, no Concurso Publico Municipal **001/2015**, classificado na 1ª colocação, para exercer suas funções na Secretaria Municipal de Administração e finanças, para exercer suas funções, com carga horária de 40 horas semanais, de acordo com a Lei Complementar n. **061/2015 "**DISPOE SOBRE CRIAÇÃO DE CARGOS EFETIVOS E ALTERAÇÕES DOS DISPOSITIVOS E DOS ANEXOS I, III, X, IX DA LEI COMPLEMENTAR N° 40/2013 – "QUE INSTITUI O PLANO DE CARGOS CARREIRA E SALÁRIOS DOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICIPIO DE PORTO ESTRELA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS", com remuneração de acordo com a LeiComplementar n° 062 de 05 de Maio de 2015 anexo II**,** constantes no anexo I da Lei Complementar nº 015/2008, e dá outras providências.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação,com efeitos retroativos a 11 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3°) – Revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 15 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 048/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DE SERVIDOR Srº ELVIS APARECIDO AMARO DA SILVA)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 037/2012 de 19 de Março de 2012, Que altera os incisos II e III do artigo 7º e autoriza a adequação do ANEXO II da Lei Complementar nº 015/2008 (Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas de enquadramento e institui nova tabela de vencimentos), e dá Outras providências".

RESOLVE

Artigo 1º. Designaro servidor Srº **ELVIS APARECIDO AMARO DA SILVA,** Portador daCedula de Identidade RG nº 146 26567-06 SSP/MT e CPF n° 084.753.484-75**,** concursado no cargo Efetivo de **MOTORISTA,** classe B, Nivel 02**,** para exercer suas funções na **Secretaria Municipal de Educação,** com carga Horaria de 40 horas semanais, recebendo remuneração constante do anexo II, da Lei Complementar nº 037/2012 "*Que altera os incisos II e III do artigo 7º e autoriza a adequação do* ***ANEXO II*** *da Lei Complementar nº 015/2008***",** e dá outras providências.

Artigo 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de Fevereiro de 2015.

Artigo 3º. Revogando a Portaria 095/2015 de 14 de Maio de 2015.

Publique, registre-se, comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 15 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 047/2016

(QUE DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO DO SERVIDOR MUNICIPAL EFETIVO SR° VINICIUS CESAR MENDES ASSUNÇÃO)

SR° MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

CONSIDERANDO a Lei Complementar nº. 037/2012 de 19 de Março de 2012, Que altera os incisos II e III do artigo 7º e autoriza a adequação do ANEXO II da Lei Complementar nº 015/2008 (Que dispõe sobre a reestruturação do Plano de Cargos, Carreira e Vencimento dos Servidores Públicos do Poder Executivo do Município de Porto Estrela, estabelece normas de enquadramento e institui nova tabela de vencimentos), e dá Outras providências".

RESOLVE:

Artigo 1º) - Designaro servidor Srº **Vinicius Cesar Mendes Assunção,** Portador daCédula de Identidade RG nº 1.340.623-0 SSP/MT e CPF nº 702.892.631-15**,** concursado no cargo Efetivo de **Agente Administrativo,** para exercer suas funções na **Secretaria Municipal de Educação**, com carga Horaria de 40 horas semanais, recebendo remuneração constante do anexo II, Classe "A", Nível 02, da Lei Complementar nº 037/2012 "*Que altera os incisos II e III do artigo 7º e autoriza a adequação do* ***ANEXO II*** *da Lei Complementar nº 015/2008***",** e dá outras providências.

Artigo 2º) - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º) - Revogando a portaria anterior, com efeitos retroativos na data de 01 Fevereiro de 2016.

Publique, Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 15 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 046/2016

(DISPÔE SOBRE NOMEAÇÃO DE COORDENADORA PEDAGOGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº 058/2014 ("Dispõe Sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/2009, Decreto Municipal n° 067/2015, e outras Providencias).

RESOLVE:

Artigo 1º) Nomear a Srª. RAELI DE SOUZA DENIS, Portadorada Cedula de Identidade **RG. Nº. 1.354.019-0 e CPF. Nº. 901.261.061-34, para o cargo comissionado** de **COORDENADORA PEDAGOGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL.**

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, 01 Fevereiro de 2016.

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 05 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 045/2016

(DISPÔE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDORA MUNICIPAL COMISSIONADA)

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº 058/2014 ("Dispõe Sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/2009, Decreto Municipal n° 067/2015, e outras Providencias).

RESOLVE:

Artigo 1º) Nomear a Srª. **MARIA APARECIDA MIRANDA**, Portadora da Cedula de Identidade **RG. Nº. 736882 SSP/MT e CPF. Nº. 503.756.011-04**, para o cargo comissionado de **COORDENADORA PEDAGOGICA INFANTIL.**

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação, 01 Fevereiro de 2016.

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 05 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 044/2016

(QUE DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE DIRETORA ESCOLAR).

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

Considerando a Lei Complementar nº 058/2014 ("Dispõe Sobre alteração dos artigos 11, 12 e 37 e também criação e alteração de cargos, funções e remunerações do anexo I da Lei Complementar nº 024/2009, Decreto Municipal n° 067/2015, e outras Providencias).

RESOLVE:

Artigo 1º) – Fica nomeada a **Srª. Elsa Santinelo Gramulha,** Portadorada Cedula de Identidade **RG. Nº. 6.705.007 SSP/SP e CPF. Nº. 503.781.041-87,** para o cargo comissionado de **DIRETORA ESCOLAR.**

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua Publicação,com efeitos retroativos na data de 02 de Fevereiro de 2016.

Artigo 3º) – Revogando-se a as disposições em contrário.

REGISTRA-SE, PUBLICA-SE e CUMPRA-SE.

Porto Estrela/MT, 05 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/DEP.
ADMINISTRATIVO
PORTARIA Nº 043/2016

(**QUE REVOGA A PORTARIA 194/2015 DE 21 DE SETEMBRO DE 2015).**

MAURO ANDRE BUSINARO, Prefeito Municipal de Porto Estrela/MT, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei:

RESOLVE:

Artigo 1º) – Revogar a **Portaria 194/2015** "Que dispoe sobre desvio de função da servidora", **Srª. ELSA SANTINELO GRAMULHA,** portadora da Cedula de Identidade **RG. Nº. 6.705.007 SSP/MT e CPF. Nº. 503.781.041-87,** na função de **ATENDIMENTO AO PUBLICO E NA ORGANIZAÇÃO DA BIBLIOTECA DA ESCOLA INFANTIL MUNICIPAL**, considerando que a servidora está apta para exercer suas funções conforme laudo de pericia medica.

Artigo 2º) – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos na data de 01 Fevereiro de 2016.

Publique, registre-se, comunique-se e Cumpra-se.

Porto Estrela/MT, 05 de Fevereiro de 2016.

MAURO ANDRE BUSINARO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS

PORTARIA N° 080/2016

De: 19 de Fevereiro de 2016

*"Eleva Nível da servidora **Maria da Conceição Neris da Silva** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece a Lei n° 352/2011 e 471/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Elevar o Nível da servidora **Maria da Conceição Neris da Silva** de (C/B – N/3) **para (C/B – N/4)** nomeada no cargo 223 – Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 19 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 021/2016

De: 23 de Fevereiro de 2016

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS - MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais, e ainda no que

dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64, e Lei Municipal 596/2016 de 23 de Fevereiro de 2016.

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor total de R$ 104.170,49 (Cento e quatro mil, cento e setenta reais e quarenta e nove centavos), no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT, conforme discriminado abaixo:

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde..... 05

UNIDADE: Fundo Municipal de Saúde..... 004

FUNÇÃO: Saúde..... 10

SUB FUNÇÃO: Administração Geral..... 122

PROGRAMA: Gestão do SUS..... 0023

PROJ/ATIV: Aquisição de Veículo Utilitário..... 2805

ELEMENTO DE DESPESA:

Equipamento e Material Permanente: 4490.52.00.00.00..... R$ 93.000,00

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde..... 05

UNIDADE: Fundo Municipal de Saúde..... 004

FUNÇÃO: Saúde..... 10

SUB FUNÇÃO: Administração Geral..... 122

PROGRAMA: Gestão do SUS..... 0023

PROJ/ATIV Gestão das Ações do SUS..... 2130

ELEMENTO DE DESPESA:

Equipamento e Material Permanente: 4490.52.00.00.00..... R$ 9.000,00

Material de Consumo: 3390.30.00.00.00..... R$ 2.170,49

TOTAL ADICIONADO..... R$ 104.170,49

Art. 2º E para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar que ora se cria será utilizado recursos oriundos da Resolução CIB/MT Ad Referendum Nº 11 de 16 de Dezembro de 2015 (copia anexa).

Art. 3º Fica incluída a seguinte meta de investimento da lei que instituiu o Plano Plurianual do Município para o período de 2014 a 2017 (Lei Municipal 468/2013) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 (Lei Municipal 579/2015).

Art. 4º Este Decreto entrara em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, 23 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 085/2016

De: 22 de Fevereiro de 2016

"Designa o servidor Silva Ribeiro dos Santos para substituir servidor em férias e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º Designar o servidor **SILVÁ RIBEIRO DOS SANTOS,** CRC/MT-015690/O-0**,** para substituir durante o período de 22/02/2016 a 31/03/2016, o servidor efetivo **Noalis Ferreira De Castro,** ocupante do cargo de contador por motivo concessão de licença casamento e gozo de férias.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 22 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 081/2016

De: 19 de Fevereiro de 2016

*"Eleva Classe do servidor **Rodrigo Marques Domingos** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece a Lei n° 383/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Elevar a Classe do servidor **Rodrigo Marques Domingos** de (C/A – N/2) **para (C/B – N/2) nomeado** no cargo 250 – Operador de Saneamento, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 19 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

LEI Nº. 593/2016

DE: 23 de Fevereiro de 2016.

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS - MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais, e ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64.

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Especial por anulação no valor total de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT, conforme discriminado abaixo:

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Infra Estrutura..... 08

UNIDADE: Departamento de Urbanismo..... 003

FUNÇÃO: Urbanismo..... 15

SUB FUNÇÃO: Infra Estrutura Urbana..... 451

PROGRAMA: Lazer e Recreação..... 0043

PROJ/ATIV: Construção de Praças..... 1390

ELEMENTO DE DESPESA:

Obras e Instalações..... 4490.51.00.00.00 R$ 150.000,00

TOTAL ADICIONADO..... R$ 150.000,00

ANULA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Infra Estrutura..... 08

UNIDADE: Departamento de Viação e Obras 002

FUNÇÃO: Transporte..... 26

SUB FUNÇÃO: Transporte Rodoviário..... 782

PROGRAMA: Infra Estrutura de Transporte..... 0058

PROJ/ATIV: Manutenção e Conservação de Estradas e Vias..... 2699

ELEMENTO DE DESPESA:

Outros Serv. Terceiro P. Jurídica.... 3390.39.00.00.00 R$ 150.000,00

TOTAL ANULADO.....R$ 150.000,00

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito, em 23 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 083/2016

De: 22 de Fevereiro de 2016

*"Exonera **Jenifer Stephanie Leite Tome** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **Jenifer Stephanie Leite Tome** inscrita no CPF nº 050. 449.241-13 a partir de 29/02/2016 do cargo de **Chefe de Setor de Triagem e Encaminhamentos em São João**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 22 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N°. 073/2016

De: 15 de Fevereiro de 2016

"Concede Afastamento de Licença Maternidade à servidora Luciane Ines Groth Diehl e dá outras providências"

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece o artigo 126 e 234 da Lei Municipal n° 018 de 18/06/ 1991;

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder Afastamento de **Licença Maternidade** aservidora **Luciane Ines Groth Diehl,** nomeada no cargo de Técnico em Enfermagem lotada na Secretaria Municipal de Saúde, durante o período de 120 (cento e vinte dias) a partir do dia 10/02/2016 conforme atestado médico.

Parágrafo Único – Será atribuído **Auxilio Natalidade** em quantia equivalente a um vencimento mínimo por motivo de nascimento de filho, inclusivo em caso de nati morto.

Artigo 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 15 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 074/2016

De: 19 de Fevereiro de 2016

*"Exonera **Silvano de Oliveira Rezer** e da outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar **Silvano de Oliveira Rezer** a partir de 19 de Fevereiro de 2016 do cargo de **Chefe do Departamento de Agricultura Familiar**, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 19 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 075/2016

De: 19 de Fevereiro de 2016

*"Exonera a pedido **Angela Maria Soares de Aragão** e da outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, no uso de suas atribuições legais conforme art. 54 da Lei 018/1991;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido **Angela Maria Soares de Aragão** inscrita no CPF nº 045.416.451-30 a partir de 19/02/2016 do cargo efetivo de Zeladora, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 19 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 076/2016

De: 19 de Fevereiro de 2016

*"Eleva Classe do servidor **Euclides Bobbo** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece a Lei n° 352/2011 e 471/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Elevar a Classe do servidor **Euclides Bobbo** de (C/A – N/6) **para (C/B – N/6)** nomeado no cargo 222 – Motorista, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 19 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 084/2016

De: 22 de Fevereiro de 2016

*"Eleva Nível da servidora **Lenira Rezer Matos** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece a Lei n° 352/2011 e 471/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Elevar o Nível da servidora **Lenira Rezer Matos** de (C/B – N/11) **para (C/B – N/12)** nomeada no cargo 213 – Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 22 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

EXTRATO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

Onde se lê;

PROCESSO LICITATORIO N° 21/ 2016

PREGÃO PRESENCIAL N° 16/ 2016

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE VIAS URBANAS NAS COMUNIDADES DE NOVO PARANA, GLEBA SÃO JOÃO E NO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAUCHOS – MT.

ORGÃO SOLICITANTE:

v Secretaria Municipal de Infraestrutura.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global

VALOR ESTIMADO DA OBRA:

REGIME DE EXECUÇÃO: Os serviços serão iniciados de acordo com a liberação da Ordem de Execução dos Serviços, após a assinatura do CONTRATO, que será emitida pelo Secretario Municipal de Infraestrutura ou outro servidor por ele designado.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (Noventa) Dias ou 3 (três) meses.

DATA / HORA E LOCAL DE ENTREGA DAS PROPOSTAS: Até dia 04 de Março de 2016, até as 08:00 horas, no setor de licitação, localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - situada na Avenida Guilherme Meyer, Praça Leopoldina Wilke, N°19, Centro, CEP 78560-000, Porto dos Gaúchos – MT.

DATA / HORA E LOCAL DA ABERTURA: Até dia 04 de Março de 2016, até as 08:00 horas, no setor de licitação, localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - situada na Avenida Guilherme Meyer, Praça Leopoldina Wilke, N°19, Centro, CEP 78560-000, Porto dos Gaúchos – MT.

DATA / HORA E LOCAL DA PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS: Dia 04 de Março de 2016 caso não haja interposição de recursos.

INFORMAÇÕES: no setor de licitação, localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - situada na Avenida Guilherme Meyer, Praça Leopoldina Wilke, N°19, Centro, CEP 78560-000, Porto dos Gaúchos – MT.

LOCAL PARA AQUISIÇÃO DO EDITAL: Setor de Licitação da Prefeitura.

Flávio Rogério A. de Oliveira

Pregoeiro

Leia-se;

PROCESSO LICITATORIO N° 21/ 2016

TOMADA DE PREÇO N° 01/ 2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA DE VIAS URBANAS NAS COMUNIDADES DE NOVO PARANA, GLEBA SÃO JOÃO E NO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAUCHOS – MT.

ORGÃO SOLICITANTE:

v Secretaria Municipal de Infraestrutura.

TIPO DE LICITAÇÃO: Menor Preço Global

VALOR ESTIMADO DA OBRA:

REGIME DE EXECUÇÃO: Os serviços serão iniciados de acordo com a liberação da Ordem de Execução dos Serviços, após a assinatura do CONTRATO, que será emitida pelo Secretario Municipal de Infraestrutura ou outro servidor por ele designado.

PRAZO DE EXECUÇÃO: 90 (Noventa) Dias ou 3 (três) meses.

DATA / HORA E LOCAL DE ENTREGA DAS PROPOSTAS: Até dia 04 de Março de 2016, até as 08:00 horas, no setor de licitação, localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - situada na Avenida Guilherme Meyer, Praça Leopoldina Wilke, N°19, Centro, CEP 78560-000, Porto dos Gaúchos – MT.

DATA / HORA E LOCAL DA ABERTURA: Até dia 04 de Março de 2016, até as 08:00 horas, no setor de licitação, localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - situada na Avenida Guilherme Meyer, Praça Leopoldina Wilke, N°19, Centro, CEP 78560-000, Porto dos Gaúchos – MT.

DATA / HORA E LOCAL DA PROCLAMAÇÃO DOS RESULTADOS: Dia 04 de Março de 2016 caso não haja interposição de recursos.

INFORMAÇÕES: no setor de licitação, localizada no prédio da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos - situada na Avenida Guilherme Meyer, Praça Leopoldina Wilke, N°19, Centro, CEP 78560-000, Porto dos Gaúchos – MT.

LOCAL PARA AQUISIÇÃO DO EDITAL: Setor de Licitação da Prefeitura.

Flávio Rogério A. de Oliveira

Pregoeiro

PORTARIA N° 077/2016

De: 19 de Fevereiro de 2016

*"Eleva Nível da servidora **Luciene Alves Ferreira** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece a Lei n° 352/2011 e 471/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Elevar o Nível da servidora **Luciene Alves Ferreira** de (C/B – N/3) **para (C/B – N/4)** nomeada no cargo 223 – Técnico em Enfermagem, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 19 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº. 082/2016

De: 22 de Fevereiro de 2016

*"Nomeia **Gilson Braun Machado** e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **Gilson Braun Machado** portador do CPF nº. 048.650. 111-61 a partir de 22 de Fevereiro de 2016 no Cargo de **Chefe de Setor de Licitação**, lotado na Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 22 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

LEI Nº. 597/2016

De: 23 de Fevereiro de 2016

SÚMULA: "Fica concedido aumento salarial a todos os funcionários efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos, e dá outras providências".

A Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, por seus representantes aprovam, e o Prefeito Municipal, Sr. Moacir Pinheiro Piovesan, promulga a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica estabelecido à reposição da remuneração salarial no patamar de 11,2761% (onze inteiro e dois mil setecentos e sessenta e um décimos de milésimo por cento) a todos os servidores efetivos e comissionados da Câmara Municipal de Porto dos Gaúchos, a titulo de Revisão Geral Anual.

Parágrafo único - A reposição salarial que trata o artigo 1º, trata-se das perdas de aquisições referente aos 12 (doze) meses do ano 2015.

Art. 2º Fica estendido o disposto no Artigo 1º desta Lei, aos inativos e pensionistas, com direito a paridade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2016.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 23 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 078/2016

De: 19 de Fevereiro de 2016

*"Eleva Nível da servidora **Dilma Givigir Pereira** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece a Lei n° 383/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Elevar o Nível da servidora **Dilma Givigir Pereira** de (C/A – N/4) **para (C/A – N/5)** nomeada no cargo 243 – Zelador, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 19 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 079/2016

De: 19 de Fevereiro de 2016

*"Eleva Nível da servidora **Marta Silveira** e dá outras providências"*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, no uso de suas atribuições legais e ainda com fulcro no que estabelece a Lei n° 383/2012;

RESOLVE:

Art. 1º - Elevar o Nível da servidora **Marta Silveira** de (C/B – N/4) **para (C/B – N/5)** nomeada no cargo 249 – Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Finanças e exercendo a função na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos MT, em 19 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

EXTRATO DE LICITAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 04/2015 PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 01/2016

O Município de Porto dos Gaúchos/MT, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº. 03.204.187/0001-33, com sede administrativa na Praça Leopoldina Wilke, n.º 19, Centro, CEP – 78. 560-000, fone (66) 3526-2000, por meio de seu Pregoeiro, instituído pela portaria 003/2016 de 04/01/2016, no uso de suas atribuições, torna público a abertura de licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO, do tipo Menor Preço por item,** objetivando o REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO FRACIONADA DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER AS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, DURANTE O EXERCÍCIO DE 2016.

Modalidade de licitação: ---------- PREGÃO ELETRÔNICO

Tipo de licitação: ---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Conformidade:---------- EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI FEDERAL Nº. 8.666/93 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI FEDERAL Nº. 10.520/02 E LEI COMPLEMENTAR N°. 123/06.

Forma de execução:---------- INDIRETA

DATA INÍCIO DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS:

AS 07:59 HORAS DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2016.

DATA LIMITE PARA IMPUGNAÇÃO:

AS 07:59 HORAS DO DIA 03 DE MARÇO DE 2016.

ABERTURA DAS PROPOSTAS:

INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA: AS 08:00 HORAS DO DIA 07 DE MARÇO DE 2016.

***Observação 01:** O Edital na íntegra com seus anexos, bem como todo material necessário para elaboração das Propostas e demais informações, encontram-se à disposição no Site www.cidadecompras.com.br, na Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, pelo telefone 66 3526 2000, ou no endereço eletrônico http://www.portodosgauchos.mt.gov.br/ **sem qualquer ônus**, aos interessados em participar da licitação, durante o horário normal de atendimento da Prefeitura (2ª a 6ª feira das 07h00min horas às 11h00min horas e das 13h00min horas às 17h00min horas, exceto feriados e pontos facultativos).*

Porto dos Gaúchos/MT, 23 de fevereiro de 2016.

FLÁVIO ROGERIO ALVES DE OLIVEIRA

Pregoeiro

DECRETO Nº 020/2016

De: 22 de Fevereiro de 2016

*"Nomeia **Silvano de Oliveira Rezer** no cargo de Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável e dá outras providências".*

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT; no uso de suas prerrogativas legais, em conformidade com inciso I, do artigo 69 da Lei Orgânica Municipal;

D E C R E T A

Artigo 1º - Nomeia ***Silvano de Oliveira Rezer*** *portador do CPF nº 881. 170.811-72*a partir de 22 de Fevereiro de 2016, no cargo de **Secretário Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável, lotado na Secretaria Municipal de** Agricultura, Desenvolvimento Econômico e Sustentável.

Artigo 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Porto dos Gaúchos/MT, em 22 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

LEI Nº. 596/2016

DE: 23 de Fevereiro de 2016.

"Autoriza o Poder Executivo a abrir no Orçamento do Município um Crédito Adicional Suplementar e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS - MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais, e ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sancional a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um Crédito Adicional Suplementar no valor total de R$ 104.170,49 (cento e quatro mil cento e setenta reais e quarenta e nove centavos), no orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos – MT, conforme discriminado abaixo:

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde..... 05

UNIDADE: Fundo Municipal de Saúde..... 004

FUNÇÃO: Saúde..... 10

SUB FUNÇÃO: Administração Geral..... 122

PROGRAMA: Gestão do SUS..... 0023

PROJ/ATIV: Aquisição de Veículo Utilitário..... 2805

ELEMENTO DE DESPESA:

Equipamento e Material Permanente...4490.52.00.00.00..... R$ 93. 000,00

ORGÃO: Secretaria Municipal de Saúde..... 05

UNIDADE: Fundo Municipal de Saúde..... 004

FUNÇÃO: Saúde..... 10

SUB FUNÇÃO: Administração Geral..... 122

PROGRAMA: Gestão do SUS..... 0023

PROJ/ATIV: Gestão das Ações do SUS..... 2130

ELEMENTO DE DESPESA:

Equipamento e Material Permanente: 4490.52.00.00.00..... R$ 9. 000,00

Material de Consumo: 3390.30.00.00.00.....R$.....2. 170,49

TOTAL ADICIONADO.....R$ ...104.170.49

Art. 2º E para dar cobertura ao Crédito Adicional Suplementar que ora se cria será utilizado recursos oriundos da Resolução CIB/MT Ad Referendum Nº 11 de 16 de Dezembro de 2015 (cópia anexa).

Art. 3º Fica incluída a seguinte meta de investimento da Lei que instituiu o Plano Plurianual do Município para o período de 2014 a 2017 (Lei Municipal 468/2013) e na Lei de Diretrizes Orçamentárias do exercício de 2016 (Lei Municipal 579/2015).

Art. 4º Está Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito, em 23 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

LEI Nº. 595/2016

De: 23 de Fevereiro de 2016

"Dispõe Sobre o pagamento do Auxílio Alimentação aos Servidores Públicos e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS MT, Sr. Moacir Pinheiro Piovesan, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo e Legislativo Municipal, autorizado a efetuarem o pagamento de auxílio alimentação aos Servidores Públicos Municipais.

Parágrafo Único – O Auxílio Alimentação será pago em conformidade com a tabela abaixo especificada conforme segue:

R$ 50,00 (Cinquenta Reais).

Para quem recebe até R$ 880,00

R$ 30,00 (Trinta Reais).

Para quem recebe de R$ 881,00 até R$ 1.030,00

R$ 20,00 (Vinte Reais).

Para quem recebe de R$ 1.031,00 até R$ 1.125,00

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroagidos ao dia 01 de Janeiro de 2016 até 31 de Dezembro de 2016.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 23 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

LEI Nº. 594/2016

De: 23 de Fevereiro de 2016

"Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder reposição salarial aos Servidores Públicos do Município de Porto dos Gaúchos/ MT e dá outras providências".

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PORTO DOS GAÚCHOS/MT, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo e o Poder Legislativo municipal, autorizado a conceder reposição salarial na proporção de 11,2761% (onze vírgula vin-

te sete sessenta e um por cento), incidentes sobre os salários percebidos no mês de dezembro de 2015, aos servidores públicos do Município de Porto dos Gaúchos/ MT.

§ 1º – A reposição salarial passará a integrar os salários abrangidos por esta lei, retroativos a partir de 01 de janeiro de 2016.

§ 2º – Para os servidores que aplicado o índice de 11,2761% não atingir o Salario Mínimo, o mesmo será equiparado ao Salário Mínimo Vigente R$ 880,00 (oitocentos e oitenta reais).

Art. 2º - Não serão contemplados por esta Lei os cargos de Secretário, Vice Prefeito e Prefeito Municipal.

Parágrafo Único – Os servidores não contemplados por esta Lei serão reajustados por Lei específica.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroativos ao dia 01 de Janeiro de 2016, Revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos MT, em 23 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 022/2016

De: 23 de Fevereiro de 2016

"Dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial e dá outras providências"

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO DOS GAÚCHOS - MT, MOACIR PINHEIRO PIOVESAN, no uso de suas atribuições legais, e ainda no que dispõe o Art. 40 a 43 da Lei 4.320/64, e Lei Municipal 593/2016 de 23 de Fevereiro de 2016.

Art. 1º Fica aberto um Crédito Adicional Especial no valor total de R$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), no Orçamento vigente da Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos-MT, conforme discriminado abaixo:

ADICIONA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Infra Estrutura..... 08

UNIDADE: Departamento de Urbanismo..... 003

FUNÇÃO: Urbanismo..... 15

SUB FUNÇÃO: Infra Estrutura Urbana..... 451

PROGRAMA: Lazer e Recreação..... 0043

PROJ/ATIV: Construção de Praças..... 1390

ELEMENTO DE DESPESA:

Obras e Instalações..... 4490.51.00.00.00 R$..... 150. 000,00

TOTAL ADICIONADO..... R$..... 150. 000,00

ANULA:

ORGÃO: Secretaria Municipal de Infra Estrutura..... . 08

UNIDADE: Departamento de Viação e Obras 002

FUNÇÃO: Transporte..... 26

SUB FUNÇÃO: Transporte Rodoviário..... 782

PROGRAMA: Infra Estrutura de Transporte..... 0058

PROJ/ATIV: Manutenção e Conservação de Estradas e Vias..... 2699

ELEMENTO DE DESPESA:

Outros Serv. Terceiro P. Jurídica.... 3390.39.00.00.00 R$..... 150. 000,00

TOTAL ANULADO.....R$.....150. 000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Prefeitura Municipal de Porto dos Gaúchos/MT, Gabinete do Prefeito, em 23 de Fevereiro de 2016.

MOACIR PINHEIRO PIOVESAN

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 001/2016

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU - MT**, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 57, § 3º, inciso IV da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 70, inciso XI e ainda o disposto no art. 113, inciso I, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal e o que dispõe a Lei Municipal nº. 1.782/2015, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, homologado em 19/02/2016, através do Decreto nº 005/2016, publicado integralmente, no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, no dia 19 de fevereiro de 2016, considerando as vagas a serem preenchidas,

C O N V O C A

Os abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação, no Setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Poxoréu - MT, no horário de 07:00 às 11:00h, em conformidade da Lei 905/03 de 21/11/03, apresentando a seguinte documentação afim de assumirem suas funções,

DOCUMENTOS PARA TODOS OS CARGOS:

1) Fotocópia e original da Cédula de Identidade (RG)

2) Fotocópia e original dO Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

3) Fotocópia e original da Certidão de Nascimento ou Casamento (se for o caso);

4) Fotocopia e original da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

5) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

6) Fotocópia e original da Cartão de Vacinação (atualizada com vacinas anti-tetânica, tríplice viral e hepatite B) * hepatite B apenas para aqueles até 39 anos;

7) Fotocópia do Cartão Nacional de Saúde;

8) Fotocópia e original do Titulo de Eleitor, com zona eleitoral e sessão de Poxoréu;

9) Fotocópia e original dos Comprovantes de votação da última eleição que antecedem a posse;

10) Fotocópia e original da Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

11) Fotocopia e original do Comprovante de Escolaridade exigido para posse;

12) Fotocópia do Comprovante de Residência;

13) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

14) Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

15) Declaração de bens;

16) Declaração de que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo Fórum da Comarca de Poxoréu;

17) Número do RG e CPF dos pais;

18) Número de conta bancária, no Banco do Brasil;

19) Número do PIS/PASEP;

20) Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, por médico do Município de Poxoréu;

21) Telefone de contato.

DOCUMENTOS PARA CARGOS COM PROFISSÃO REGULAMENTADA:

1) Carteira de Identidade Profissional* ou Certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe;

2) Declaração de não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo, que o impeça, ainda que temporariamente, de exercer a profissão;

3) Certidão de quitação com as demais obrigações legais do órgão fiscalizador do exercício profissional.

DOCUMENTOS PARA O CARGO DE CUIDADOR DE IDOSO E CUIDADOR INFANTIL:

1) Declaração de experiência de no mínimo 01 ano na área;

2) Parecer do resultado da Avaliação Psicológica e Entrevista.

DOCUMENTOS PARA OS CARGOS DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS:

1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria conforme a exigência para o cargo;

2) Certidão de Pontuação de CNH (Através de consulta do RENACH – Registro Nacional de Carteira de Habilitação, junto ao Detran)

.

EXAMES MÉDICOS

o Hemograma com plaquetas

o Tipo sangüíneo – Fator RH

o Exame parcial de urina

o Parasitológico de fezes

o Glicemia, uréia e creatinina

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data da publicação e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

PROFESSOR II PEDAGOGIA

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
852	LUZINETE DOMINGUES CONDE	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**69**
335	NIVIA SIBELE DE OLIVEIRA FERNANDES	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**61**
186	LÁZARA MORAES DA SILVA PAIM	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**56**
170	ZIZIANE SUHELEN GOMES DOS SANTOS	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**56**
784	LUZIENE ZENAIDE CONCEIÇÃO DE ARRUDA LANDIM	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**55**

576	MILTON ALVES DO REGO	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**54**
296	MARIA ROSA GOMES DA SILVA	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**54**
444	MARIA EUNICE DA SILVA OLIVEIRA	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**52**
171	OLINDINA DA ROCHA PERES	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**52**
495	LAURA APARECIDA RAMOS CHIMENE	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**51**
590	CHARLEIDE PEREIRA DO PRADO	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**48**
886	IRACI PEREIRA NATAL MACEDO	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**47**
149	FATIMA BENEDITA DE ANUNCIACAO	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**45**
278	LEIDINAURA ALVES REGO SILVA	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**45**
288	SULENY MESSIAS PEREIRA	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**43**
648	ROSÂNGELA DOS ANJOS SANTOS	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**43**
494	ROSINEY BRAGANÇA LOPES	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**43**
148	ALESSANDRA CRISTINA SANTOS DE ALMEIDA	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**39**
604	TEDNA DOS SANTOS CARDOSO	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**39**
660	ADRIANA PEREIRA DE ARAUJO	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**38**
558	MARIA LUCIA GOMES SANTOS	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**38**
439	EDILAINE FERREIRA DE LANA	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**38**
831	ROSEANE CRISTINA RODRIGUES DA SILVA	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**38**
291	MAURILÚZIA GALVÃO DE ANDRADE ALVES MOREIRA	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**37**
966	TAYSSA APARECIDA SOARES ROCHA	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**36**
617	PRISCILA FERREIRA DE REZENDE	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**36**
403	MARINALVA DE SOUZA GALVÃO LEITE	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**36**
727	IREMAR ALCANTARA DA SILVA	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**35**
826	JOANA VIEIRA DE MOURA	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**33**
753	ROZENILDA SOARES DOS SANTOS	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**32**
239	VANIUZA GALVÃO DE ARRUDA	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**32**
220	YANE KAROLINE FELIS DA SILVA	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**32**
249	BEATRIZ RODRIGUES DA SILVA	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**32**

PROFESSOR I MAGISTÉRIO

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
612	MANOEL MESSIAS DE OLIVEIRA	**PROFESSOR I MAGISTÉRIO**	**60**
569	ROSILENE LOPES DE FARIAS	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**58**
177	MARIA APARECIDA CAVALCANTE DE SOUZA	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**48**
100	LUCIANA XAVIER ALVES	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**42**
632	FLEIK IMONE GONÇALVES NUNES	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**40**
106	NEUZA FERREIRA DE ARAúJO	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**38**
243	MáRCIA ADRIANA NUNES DE ALMEIDA OLIVEIRA E SI	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**38**
111	DIONIZIA MESSIAS DOS SANTOS	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**36**
109	ALZIRAM MOREIRA DA PAZ RODRIGUES	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**36**
295	LIZETE XAVIER CARDOSO	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**32**
459	EDIVIRGENS ALVES DE ALMEIDA	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**24**
107	ELENIR PAIM	**PROFESSOR II PEDAGOGIA**	**22**

MOTORISTA TRANSPORTE ESCOLAR

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
517	ENERSTO PEREIRA DE SOUZA	**MOTORISTA**	**150**
701	EDSON ALVES BORGES	**MOTORISTA**	**150**
108	CARLOS CESAR AIRES DA SILVA	**MOTORISTA**	**148**
593	ARLINDO FEITOSA FERNANDES	**MOTORISTA**	**146**
885	JOSE CARLOS DA SILVA	**MOTORISTA**	**145,5**
862	PAULO CESAR RODRIGUES DE SOUZA	**MOTORISTA**	**144**
228	LEANDRO SANTOS DE OLIVEIRA	**MOTORISTA**	**144**
386	JOSIMAR TORRES DIAS	**MOTORISTA**	**141,5**
274	CARLOS ALVES DE SOUZA	**MOTORISTA**	**138**
531	SINVALDO VIEIRA BATISTA	**MOTORISTA**	**134**
284	MANOEL DOS ANJOS SILVA	**MOTORISTA**	**124,5**

APOIO OPERACIONAL

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
127	QUELI REGINA LOPES DE SANTANA	**APOIO OPERACIONAL**	**74**
155	MARIA DE SOUSA FERREIRA	**APOIO OPERACIONAL**	**68**
747	FRANCISCA MICELANGE BARBOSA FREITAS	**APOIO OPERACIONAL**	**68**
319	LIANE DESIDÉRIO PERES	**APOIO OPERACIONAL**	**66**
197	SOLANGE MARTA BATISTA	**APOIO OPERACIONAL**	**66**
227	JUSCELIA ROSA DA SILVA	**APOIO OPERACIONAL**	**62**
138	ROBERTI MORAIS DE SALES	**APOIO OPERACIONAL**	**58**

AABB COMUNIDADE

INSC.	NOME	CARGO	NOTA

204	SAMUEL LOPES DOS SANTOS	**INSTRUTOR DE DANÇA**	**28**
309	ENELCINA RODRIGUES CUNHA DOS SANTOS	**COZINHEIRA**	**68**
258	WLLIANNE YANIS DA SILVA ALMEIDA	**APOIO OPERACIONAL**	**78**

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu – MT, 22 de fevereiro de 2016.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Este Edital foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 22 de fevereiro de 2016 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme lei municipal nº. Lei nº 1.041, de 31 de maio de 2006. AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS E QUE NÃO RECEBE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

Eu,_____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____, e do CPF sob o n° _____, DECLARO(A) para fins de posse no cargo de

_____ do Quadro de Servidores Contratados da Prefeitura Municipal de Poxoréu, QUE NÃO ESTÁ em disponibilidade, em licença para tratar de interesse particular, nem OCUPA NENHUM cargo, função ou emprego público junto à Administração Pública Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiarias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, de conformidade com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal de 1988.

DECLARA, outrossim, QUE NÃO PERCEBE proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF/88, que seja inacumulável com a carreira em que tomará posse.

DECLARA, mais, estar ciente de que deve comunicar à Prefeitura Municipal de Poxoréu qualquer alteração que venha a ocorrer em sua vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de responder processo administrativo disciplinar.

DECLARA, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando-se às penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DECLARA, por fim, que toma ciência de toda a legislação supra referida.

Poxoréu, _____ de _____ de _____

_____

Declarante

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO FOI DEMITIDO POR JUSTA CAUSA

Eu,_____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____, e do CPF sob o n° _____, DECLARO(A) para fins de posse no cargo de _____ do Quadro de Servidores Contratados da Prefeitura Municipal de Poxoréu, QUE NÃO FUI, demitido(a) por justa causa em decorrência de processo administrativo ou criminal do Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa n atureza.

DECLARO ainda, ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas em lei.

Poxoréu, _____ de _____ de _____

_____

Declarante

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu,_____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____, e do CPF sob o n°_____, DECLARO(A) para fins de posse no cargo de

_____ do Quadro de Servidores Contratados da Prefeitura Municipal de Poxoréu, em cumprimento às disposições legais pertinentes que:

a) [ ] Não possuo bens e valores patrimoniais.

b) [ ] Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis urbanos ou rural, veículos, máquinas, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou qualquer bens e valores patrimoniais localizados no País ou Exterior).

_____

_____

_____

_____

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Poxoréu, _____ de _____ de _____

_____

Declarante

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 003/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 003/2016

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU - MT**, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 57, § 3º, inciso IV da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 70, inciso XI e ainda o disposto no art. 113, inciso I, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal e o que dispõe a Lei Municipal nº. 1.782/2015, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, homologado em 19/02/2016, através do Decreto nº 005/2016, publicado integralmente, no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, no dia 19 de fevereiro de 2016, considerando as vagas a serem preenchidas,

C O N V O C A

Os abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação, no Setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Poxoréu - MT, no horário de 07:00 às 11:00h, em conformidade da Lei 905/03 de 21/11/03, apresentando a seguinte documentação afim de assumirem suas funções,

DOCUMENTOS PARA TODOS OS CARGOS:

1) Fotocópia e original da Cédula de Identidade (RG)

2) Fotocópia e original dO Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

3) Fotocópia e original da Certidão de Nascimento ou Casamento (se for o caso);

4) Fotocopia e original da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

5) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

6) Fotocópia e original da Cartão de Vacinação (atualizada com vacinas anti-tetânica, tríplice viral e hepatite B) * hepatite B apenas para aqueles até 39 anos;

7) Fotocópia do Cartão Nacional de Saúde;

8) Fotocópia e original do Titulo de Eleitor, com zona eleitoral e sessão de Poxoréu;

9) Fotocópia e original dos Comprovantes de votação da última eleição que antecedem a posse;

10) Fotocópia e original da Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

11) Fotocopia e original do Comprovante de Escolaridade exigido para posse;

12) Fotocópia do Comprovante de Residência;

13) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

14) Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

15) Declaração de bens;

16) Declaração de que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo Fórum da Comarca de Poxoréu;

17) Número do RG e CPF dos pais;

18) Número de conta bancária, no Banco do Brasil;

19) Número do PIS/PASEP;

20) Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, por médico do Município de Poxoréu;

21) Telefone de contato.

DOCUMENTOS PARA CARGOS COM PROFISSÃO REGULAMENTADA:

1) Carteira de Identidade Profissional* ou Certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe;

2) Declaração de não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo, que o impeça, ainda que temporariamente, de exercer a profissão;

3) Certidão de quitação com as demais obrigações legais do órgão fiscalizador do exercício profissional.

DOCUMENTOS PARA O CARGO DE CUIDADOR DE IDOSO E CUIDADOR INFANTIL:

1) Declaração de experiência de no mínimo 01 ano na área;

2) Parecer do resultado da Avaliação Psicológica e Entrevista.

DOCUMENTOS PARA OS CARGOS DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS:

1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria conforme a exigência para o cargo;

2) Certidão de Pontuação de CNH (Através de consulta do RENACH – Registro Nacional de Carteira de Habilitação, junto ao Detran)

.

EXAMES MÉDICOS

o Hemograma com plaquetas

o Tipo sangüíneo – Fator RH

o Exame parcial de urina

o Parasitológico de fezes

o Glicemia, uréia e creatinina

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data da publicação e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ADVOGADO

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
775	NATALIA FERNADES VERONEZE	**ADVOGADO**	**30**

APOIO OPERACIONAL

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
806	ITALANEY FERREIRA DOS SANTOS DIAS	**APOIO OPERACIONAL**	**66**
647	FERNANDO PEREIRA DE ARAUJO	**APOIO OPERACIONAL**	**56**
152	CLÉIA ADRIANA SANTANA DA SILVA	**APOIO OPERACIONAL**	**54**
864	DANIELI DILL	**APOIO OPERACIONAL**	**54**
508	ADRIANA GOMES COUTINHO	**APOIO OPERACIONAL**	**50**
182	JOANNE PEREIRA DA SILVA CHAGAS	**APOIO OPERACIONAL**	**50**

ATENDENTE

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
189	ARIANA TRAMONTINI MARTINS	**ATENDENTE**	**62**

COZINHEIRA

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
719	ROSANGELA DE SOUZA SANTANA	COZINHEIRA	**74**
708	ANA PAULA CURSINO DA SILVA	COZINHEIRA	**64**
733	JUSCINEIDE HONORATO DOS SANTOS	COZINHEIRA	**64**
732	DILANE DA ROCHA	COZINHEIRA	**60**

CUIDADOR DE IDOSO

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
235	VANUSA GALVÃO DE SOUSA	CUIDADOR DE IDOSO	**42**
264	DEUZENIR GALVAO DE MATOS RAIMUNDO	CUIDADOR DE IDOSO	**36**
749	WANDERSON DUARDE DA SILVA ARAUJO	CUIDADOR DE IDOSO	**32**

CUIDADOR INFANTIL

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
566	MARIA APARECIDA SOUZA AMADO	CUIDADOR INFANTIL	**44**
99	GISELIA ALVES REGO	CUIDADOR INFANTIL	**42**
955	MARIA OLGA FONSECA	CUIDADOR INFANTIL	**40**
693	ROSANGELA LOPES DE FARIAS	CUIDADOR INFANTIL	**40**

INSTRUTOR DE ARTESANATO

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
418	VALDETE PEREIRA CORREIA	INSTRUTOR DE ARTESANATO	**46**

INSTRUTOR DE MÚSICA

INSC.	NOME	CARGO	NOTA

381	WESCILEY JONATHAN MESSIAS DE CARVALHO	INSTRUTOR DE MÚSICA	**40**

MOTORISTA

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
758	EDSON RODRIGUES NASCIMENTO	**MMOTORISTA**	**176**

ORIENTADOR SOCIAL

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
282	DOUGLAS DE OLIVEIRA SANTOS	**ORIENTADOR SOCIAL**	**52**

PSICÓLOGO

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
952	CARLEANDRO ROBERTO DE SOUZA	**PSICÓLOGO**	**68**

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu – MT, 22 de fevereiro de 2016.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Este Edital foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 22 de fevereiro de 2016 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme lei municipal nº. Lei nº 1.041, de 31 de maio de 2006. AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS E QUE NÃO RECEBE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

Eu,_____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____, e do CPF sob o n° _____, DECLARO(A) para fins de posse no cargo de

_____ do Quadro de Servidores Contratados da Prefeitura Municipal de Poxoréu, QUE NÃO ESTÁ em disponibilidade, em licença para tratar de interesse particular, nem OCUPA NENHUM cargo, função ou emprego público junto à Administração Pública Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiarias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, de conformidade com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal de 1988.

DECLARA, outrossim, QUE NÃO PERCEBE proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF/88, que seja inacumulável com a carreira em que tomará posse.

DECLARA, mais, estar ciente de que deve comunicar à Prefeitura Municipal de Poxoréu qualquer alteração que venha a ocorrer em sua vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de responder processo administrativo disciplinar.

DECLARA, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando-se às penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DECLARA, por fim, que toma ciência de toda a legislação supra referida.

Poxoréu, _____ de _____ de _____

_____

Declarante

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO FOI DEMITIDO POR JUSTA CAUSA

Eu,_____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____, e do CPF sob o n° _____, DECLARO(A) para fins de posse no cargo de _____ do Quadro de Servidores Contratados da Prefeitura Municipal de Poxoréu, QUE NÃO FUI, demitido(a) por justa causa em decorrência de processo administrativo ou criminal do Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa n atureza.

DECLARO ainda, ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas em lei.

Poxoréu, _____ de _____ de _____

_____

Declarante

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu,_____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____, e do CPF sob o n°_____, DECLARO(A) para fins de posse no cargo de

_____ do Quadro de Servidores Contratados da Prefeitura Municipal de Poxoréu, em cumprimento às disposições legais pertinentes que:

a) [ ] Não possuo bens e valores patrimoniais.

b) [ ] Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis urbanos ou rural, veículos, máquinas, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou qualquer bens e valores patrimoniais localizados no País ou Exterior).

_____

_____

_____

_____

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Poxoréu, _____ de _____ de _____

_____

Declarante

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N° 008/2016

A Prefeitura de Poxoréu estabelecida na Av. Brasília, 809, Jardim das Américas, na Cidade de Poxoréu-MT, torna público para conhecimento dos interessados que nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, subsidiariamente pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei 123/2006 e pelo Decreto Municipal nº 003/2014, de 02 de janeiro de 2014, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial para **Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Transporte Escolar para até 200 (duzentos) dias Letivos.**

A ABERTURA DOS ENVELOPES SERÁ REALIZADA EM 08/3/2016 A PARTIR DAS 08:00HS, NA SALA DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE POXORÉU.

O edital completo deverá ser adquirido pelo site www.poxoreu.mt.gov.br, a licitante interessada deverá entregar o recibo de retirada do edital, pessoalmente ou encaminha–lo para o e-mail licitacao@poxoreu.mt.gov.br, **o não envio do recibo exime a CPL de qualquer responsabilidade de informações suplementares.**

Poxoréu-MT, 22 de fevereiro de 2016.

Agnaldo Francisco da Luz

Secretário de Administração

Marcelo Marques Barbosa de Souza

Presidente da CPL

Júlio César Pereira Chagas

Pregoeiro Oficial

LICITAÇÃO
EXTRATO DE ADITIVO

PRIMEIRO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 002/2015

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE POXORÉU-MT.

CONTRATADA: SERPREL ASSESSORIA E CONS. EM ADM. PUBLICA LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O FORNECIMENTO DE SISTEMAS/SOFTWARES

VIGÊNCIA: 12 (DOZE) MESES.

DATA: 26/1/2016 MARCELO MARQUES BARBOSA DE SOUZA

PRESIDENTE DA CPL

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 004/2016

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU - MT**, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 57, § 3º, inciso IV da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 70, inciso XI e ainda o disposto no art. 113, inciso I, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal e o que dispõe a Lei Municipal nº. 1.782/2015, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, homologado em 19/02/2016, através do Decreto nº 005/2016, publicado integralmente, no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, no dia 19 de fevereiro de 2016, considerando as vagas a serem preenchidas,

C O N V O C A

Os abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação, no Setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Poxoréu - MT, no horário de 07:00 às 11:00h, em conformidade da Lei 905/03 de 21/11/03, apresentando a seguinte documentação afim de assumirem suas funções,

DOCUMENTOS PARA TODOS OS CARGOS:

1) Fotocópia e original da Cédula de Identidade (RG)

2) Fotocópia e original dO Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

3) Fotocópia e original da Certidão de Nascimento ou Casamento (se for o caso);

4) Fotocopia e original da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

5) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

6) Fotocópia e original da Cartão de Vacinação (atualizada com vacinas anti-tetânica, tríplice viral e hepatite B) * hepatite B apenas para aqueles até 39 anos;

7) Fotocópia do Cartão Nacional de Saúde;

8) Fotocópia e original do Titulo de Eleitor, com zona eleitoral e sessão de Poxoréu;

9) Fotocópia e original dos Comprovantes de votação da última eleição que antecedem a posse;

10) Fotocópia e original da Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

11) Fotocopia e original do Comprovante de Escolaridade exigido para posse;

12) Fotocópia do Comprovante de Residência;

13) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

14) Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

15) Declaração de bens;

16) Declaração de que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo Fórum da Comarca de Poxoréu;

17) Número do RG e CPF dos pais;

18) Número de conta bancária, no Banco do Brasil;

19) Número do PIS/PASEP;

20) Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, por médico do Município de Poxoréu;

21) Telefone de contato.

DOCUMENTOS PARA CARGOS COM PROFISSÃO REGULAMENTADA:

1) Carteira de Identidade Profissional* ou Certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe;

2) Declaração de não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo, que o impeça, ainda que temporariamente, de exercer a profissão;

3) Certidão de quitação com as demais obrigações legais do órgão fiscalizador do exercício profissional.

DOCUMENTOS PARA O CARGO DE CUIDADOR DE IDOSO E CUIDADOR INFANTIL:

1) Declaração de experiência de no mínimo 01 ano na área;

2) Parecer do resultado da Avaliação Psicológica e Entrevista.

DOCUMENTOS PARA OS CARGOS DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS:

1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria conforme a exigência para o cargo;

2) Certidão de Pontuação de CNH (Através de consulta do RENACH – Registro Nacional de Carteira de Habilitação, junto ao Detran)

.

EXAMES MÉDICOS

o Hemograma com plaquetas

o Tipo sangüíneo – Fator RH

o Exame parcial de urina

o Parasitológico de fezes

o Glicemia, uréia e creatinina

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data da publicação e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

APOIO OPERACIONAL

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
139	SUELY NERY DE SOUZA	**APOIO OPERACIONAL**	**70**
193	ALEXSANDRA CARLOTA RODRIGUES DA SILVA	**APOIO OPERACIONAL**	**68**

SECRETARIA DE AGRICULTURA/INDUSTRIA E COMÉRCIO

APOIO OPERACIONAL

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
244	TURMALINA DE OLIVEIRA MARTINS BEZERRA	**APOIO OPERACIONAL**	**50**

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATENDENTE

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
663	MATHEUS NASCIMENTO NUNES ROCHA POMPEO TAQUES	**ATENDENTE**	**62**

SECRETARIA DE OBRAS

GARI – COLETA DE LIXO

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
385	REINALDO CORDEIRO DE OLIVEIRA	GARI – COLETA DE LIXO	**50**
764	LUCAS AUGUSTO DE OLIVEIRA	GARI – COLETA DE LIXO	**44**
376	MANOEL DOS ANJOS	GARI – COLETA DE LIXO	**40**
637	LEOMARCIO NHIHORIDARUWE TOMOTSUDZAREBE	GARI – COLETA DE LIXO	**40**
724	VENICIO TSERE`URE TSERE`A	GARI – COLETA DE LIXO	**26**

OPERADOR DE MÁQUINAS III – PÁ CARREGADEIRA

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
133	AGDON DA SILVA BARROS	OPERADOR DE MÁQUINAS	**156**

OPERADOR DE MÁQUINAS III – MOTONIVELADORA

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
303	EDVALDO COELHO DE SOUZA	OPERADOR DE MÁQUINAS	**145**

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu – MT, 22 de fevereiro de 2016.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Este Edital foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 22 de fevereiro de 2016 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme lei municipal nº. Lei nº 1.041, de 31 de maio de 2006. AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS E QUE NÃO RECEBE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

Eu,_____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____, e do CPF sob o n° _____, DECLARO(A) para fins de posse no cargo de

_____ do Quadro de Servidores Contratados da Prefeitura Municipal de Poxoréu, QUE NÃO ESTÁ em disponibilidade, em licença para tratar de interesse particular, nem OCUPA NENHUM cargo, função ou emprego público junto à Administração Pública Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiarias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, de conformidade com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal de 1988.

DECLARA, outrossim, QUE NÃO PERCEBE proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF/88, que seja inacumulável com a carreira em que tomará posse.

DECLARA, mais, estar ciente de que deve comunicar à Prefeitura Municipal de Poxoréu qualquer alteração que venha a ocorrer em sua vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de responder processo administrativo disciplinar.

DECLARA, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando-se às penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DECLARA, por fim, que toma ciência de toda a legislação supra referida.

Poxoréu, _____ de _____ de _____

_____

Declarante

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO FOI DEMITIDO POR JUSTA CAUSA

Eu,_____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____, e do CPF sob o n° _____, DECLARO(A) para fins de posse no cargo de _____ do Quadro de Servidores Contratados da Prefeitura Municipal de Po-

xoréu, QUE NÃO FUI, demitido(a) por justa causa em decorrência de processo administrativo ou criminal do Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa n atureza.

DECLARO ainda, ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas em lei.

Poxoréu, _____ de _____ de _____

_____

Declarante

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu,_____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____, e do CPF sob o n°_____, DECLARO(A) para fins de posse no cargo de

_____ do Quadro de Servidores Contratados da Prefeitura Municipal de Poxoréu, em cumprimento às disposições legais pertinentes que:

a) [ ] Não possuo bens e valores patrimoniais.

b) [ ] Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis urbanos ou rural, veículos, máquinas, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou qualquer bens e valores patrimoniais localizados no País ou Exterior).

_____

_____

_____

_____

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Poxoréu, _____ de _____ de _____

_____

Declarante

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO 002/2016

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2015

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 002/2016

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE POXORÉU - MT**, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o Artigo 57, § 3º, inciso IV da Lei Orgânica do Município, combinado com o art. 70, inciso XI e ainda o disposto no art. 113, inciso I, alínea “a” da Lei Orgânica Municipal e o que dispõe a Lei Municipal nº. 1.782/2015, tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, homologado em 19/02/2016, através do Decreto nº 005/2016, publicado integralmente, no Jornal Oficial dos Municípios – AMM, no dia 19 de fevereiro de 2016, considerando as vagas a serem preenchidas,

C O N V O C A

Os abaixo relacionados, aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2015, que deverão comparecer no prazo de 10 (dez) dias, a contar da publicação, no Setor de Recursos Humanos, da Prefeitura Municipal de Poxoréu - MT, no horário de 07:00 às 11:00h, em conformidade da Lei 905/03 de 21/11/03, apresentando a seguinte documentação afim de assumirem suas funções,

DOCUMENTOS PARA TODOS OS CARGOS:

1) Fotocópia e original da Cédula de Identidade (RG)

2) Fotocópia e original dO Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

3) Fotocópia e original da Certidão de Nascimento ou Casamento (se for o caso);

4) Fotocopia e original da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

5) Fotocópia e original da Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

6) Fotocópia e original da Cartão de Vacinação (atualizada com vacinas anti-tetânica, tríplice viral e hepatite B) * hepatite B apenas para aqueles até 39 anos;

7) Fotocópia do Cartão Nacional de Saúde;

8) Fotocópia e original do Titulo de Eleitor, com zona eleitoral e sessão de Poxoréu;

9) Fotocópia e original dos Comprovantes de votação da última eleição que antecedem a posse;

10) Fotocópia e original da Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

11) Fotocopia e original do Comprovante de Escolaridade exigido para posse;

12) Fotocópia do Comprovante de Residência;

13) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condições da acumulação amparada pela Constituição Federal;

14) Declaração negativa de não estar incompatibilizado com o serviço público, por ato de demissão por justa causa, nos termos da legislação vigente;

15) Declaração de bens;

16) Declaração de que não possui antecedente criminal, salvo se cumprida a pena, fornecida pelo Fórum da Comarca de Poxoréu;

17) Número do RG e CPF dos pais;

18) Número de conta bancária, no Banco do Brasil;

19) Número do PIS/PASEP;

20) Atestado Médico Admissional expedido de acordo com as exigências da Administração Municipal, por médico do Município de Poxoréu;

21) Telefone de contato.

DOCUMENTOS PARA CARGOS COM PROFISSÃO REGULAMENTADA:

1) Carteira de Identidade Profissional* ou Certidão comprobatória de registro no respectivo Conselho de Classe;

2) Declaração de não estar cumprindo penalidade imposta após regular processo administrativo, que o impeça, ainda que temporariamente, de exercer a profissão;

3) Certidão de quitação com as demais obrigações legais do órgão fiscalizador do exercício profissional.

DOCUMENTOS PARA O CARGO DE CUIDADOR DE IDOSO E CUIDADOR INFANTIL:

1) Declaração de experiência de no mínimo 01 ano na área;

2) Parecer do resultado da Avaliação Psicológica e Entrevista.

DOCUMENTOS PARA OS CARGOS DE MOTORISTA E OPERADOR DE MÁQUINAS:

1) Carteira Nacional de Habilitação – CNH, categoria conforme a exigência para o cargo;

2) Certidão de Pontuação de CNH (Através de consulta do RENACH – Registro Nacional de Carteira de Habilitação, junto ao Detran)

.

EXAMES MÉDICOS

o Hemograma com plaquetas

o Tipo sangüíneo – Fator RH

o Exame parcial de urina

o Parasitológico de fezes

o Glicemia, uréia e creatinina

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo de 10 (dez) dias, a partir da data da publicação e a apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E/OU RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

SECRETARIA DE SAÚDE

APOIO OPERACIONAL

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
142	VALQUIRIA DE SOUZA NEVES ALMEIDA	**APOIO OPERACIONAL**	**84**
164	ADRIELLE RODRIGUES DOS SANTOS	**APOIO OPERACIONAL**	**72**
380	LEILIANE CORREIA DE JESUS	**APOIO OPERACIONAL**	**60**
361	LAURA VICUNA JESUS DOS SANTOS	**APOIO OPERACIONAL**	**60**
499	DEUZILMA ARAUJO MEIRELES	**APOIO OPERACIONAL**	**60**

ATENDENTE

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
301	FABIANA RODRIGUES DA SILVA	**ATENDENTE**	**62**

AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
891	LUCIENE BRAGA DA ROCHA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	**50**
652	BRUNA LESSAINE MENDES SOUZA	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	**44**
137	JOSIANE BRITO	AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	**40**

ENFERMEIRO

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
561	LEDIANNE GONÇALVES FIGUEIREDO LAGO	ENFERMEIRO	**68**
257	JACQUELINE TREMURA FIGUEIREDO	ENFERMEIRO	**66**
777	LUANA LETICIA RODRIGUES REYNAUD	ENFERMEIRO	**66**
384	LUANA KAROLINE LIMA DOS SANTOS	ENFERMEIRO	**66**
533	IRINA COUTINHO MARTINS DE SIQUEIRA	ENFERMEIRO	**66**
421	DAIARA SILVA SOUZA GUGELMIN	ENFERMEIRO	**64**
530	NIKELI SCHIMENA VERARDI SOLETTI	ENFERMEIRO	**64**
121	LUANA LAURA VIEIRA DA SILVA	ENFERMEIRO	**62**

MÉDICO

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
399	ELISANGELA RAMOS DE LIMA	**MÉDICO**	**28**

NUTRICIONISTA

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
599	CECÍLIA LOPES ARAÚJO MIRANDA TAQUES	**NUTRICIONISTA**	**64**

TÉCNICO EM ENFERMAGEM

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
352	REGINA FERREIRA ARAUJO	**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**	**44**
400	MARIA JOSE VIEIRA DOS ANJOS	**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**	**44**
348	ANA MARIA RIBEIRO SOUZA	**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**	**44**
318	MARIA DALVA DE ASSIS	**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**	**42**
394	IVANILSA BARBOSA DOS ANJOS TUNES	**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**	**42**
351	ELIANE FERREIRA COSTA	**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**	**42**
669	CLÁUDIA REGINA RAMOS DE SOUZA SANTOS LEMES	**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**	**42**
574	JANETE FLORINDA DA ROCHA MOURA	**TÉCNICO EM ENFERMAGEM**	**42**

PSICÓLOGO

INSC.	NOME	CARGO	NOTA
440	ANA KELLY	**PSICÓLOGO**	**66**

Paço Municipal Dr. Joaquim Nunes Rocha, Poxoréu – MT, 22 de fevereiro de 2016.

JANE MARIA SANCHEZ LOPES ROCHA

Prefeita de Poxoréu

Este Edital foi publicado por afixação no saguão da Prefeitura de Poxoréu, de acordo com o disposto no art. 108 da Lei Orgânica do Município, em 22 de fevereiro de 2016 e no Jornal Oficial dos Municípios/AMM, conforme lei municipal nº. Lei nº 1.041, de 31 de maio de 2006. AGNALDO FRANCISCO DA LUZ

Secretário de Administração

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS E QUE NÃO RECEBE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

Eu,_____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____, e do CPF sob o n° _____, DECLARO(A) para fins de posse no cargo de

_____ do Quadro de Servidores Contratados da Prefeitura Municipal de Poxoréu, QUE NÃO ESTÁ em disponibilidade, em licença para tratar de interesse particular, nem OCUPA NENHUM cargo, função ou emprego público junto à Administração Pública Direta, Autarquias, Fundações, Empresas Públicas, Sociedade de Economia Mista, suas subsidiarias e sociedades controladas direta ou indiretamente pelo poder público, de conformidade com os incisos XVI e XVII do art. 37, da Constituição Federal de 1988.

DECLARA, outrossim, QUE NÃO PERCEBE proventos de aposentadoria decorrente do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 da CF/88, que seja inacumulável com a carreira em que tomará posse.

DECLARA, mais, estar ciente de que deve comunicar à Prefeitura Municipal de Poxoréu qualquer alteração que venha a ocorrer em sua vida funcional que não atenda às determinações legais vigentes relativamente à acumulação de cargos, sob pena de responder processo administrativo disciplinar.

DECLARA, ainda, estar ciente de que prestar declaração falsa é crime previsto no art. 299 do Código Penal Brasileiro, sujeitando-se às penas, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

DECLARA, por fim, que toma ciência de toda a legislação supra referida.

Poxoréu, _____ de _____ de _____

_____

Declarante

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE QUE NÃO FOI DEMITIDO POR JUSTA CAUSA

Eu,_____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____, e do CPF sob o n° _____, DECLARO(A) para fins de posse no cargo de _____ do Quadro de Servidores Contratados da Prefeitura Municipal de Poxoréu, QUE NÃO FUI, demitido(a) por justa causa em decorrência de processo administrativo ou criminal do Serviço Público Federal, Estadual ou Municipal, da administração direta ou indireta, e que não me encontro respondendo a nenhum processo dessa n atureza.

DECLARO ainda, ter ciência de que a não veracidade da informação prestada poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas em lei.

Poxoréu, _____ de _____ de _____

_____

Declarante

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Eu,_____, abaixo assinado, portador(a) do RG n°_____, e do CPF sob o n°_____, DECLARO(A) para fins de posse no cargo de

_____ do Quadro de Servidores Contratados da Prefeitura Municipal de Poxoréu, em cumprimento às disposições legais pertinentes que:

a) [ ] Não possuo bens e valores patrimoniais.

b) [ ] Integram meu patrimônio os bens e valores discriminados no quadro abaixo (imóveis urbanos ou rural, veículos, máquinas, semoventes, dinheiro, títulos, ações ou qualquer bens e valores patrimoniais localizados no País ou Exterior).

_____

_____

_____

_____

Declaro ainda ter ciência de que a não veracidade das informações prestadas poderá acarretar responsabilização civil, penal e administrativa, gerando as conseqüências previstas na legislação vigente.

Poxoréu, _____ de _____ de _____

_____

Declarante

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUERÊNCIA

LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL 026.2016.

O Prefeito Municipal Senhor Gilmar Reinoldo Wentz, juntamente com a Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, tornam Público o Processo de Licitação nº **033/2016.**

MODALIDADE: Pregão Presencial **n. 026/2016.**

OBJETO: Pregão Presencial para Registro de preços de empresa especializada na prestação de serviços de limpezas de terrenos urbanos, para atender as necessidades do Município de Querência - MT., por meio da Secretaria Municipal de Saneamento e Serviços Urbanos.

DIA: 07/03/2016

HORÁRIO: 08h30 min. (horário local)

LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação e Julgamento.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Querência MT, no horário das 07h30min às 11h30min e 13h30min às 17h30min ou e-mail licitacao@querencia.mt.gov.br ou no site: www.querencia.mt.gov.br/transparencia.

Querência – MT, 23 de fevereiro de 2016.

_____

Gilmar Reinoldo Wentz

Prefeito Municipal

_____

Adriana Matias Rodrigues Malvessi

Pregoeiro (a)

LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 061/2015.

TERMO ADITIVO ao Contrato emergencial n. 061/2015 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA Estado de Mato Grosso, e a empresa STAF SISTEMAS LTDA - EPP, devidamente já qualificadas no Contrato Originário sob nº 061/2015 de 25 de Novembro de 2015.

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 Constitui o objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo do valor e prorrogação de prazo do Contrato Originário n. 061/2015.

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO DO PRAZO.

2.1 Fica alterado o prazo, sendo acrescido de mais 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do dia 24 de fevereiro de 2016, vencendo no dia 24 de março de 2016.

CLAUSULA TERCEIRA: DA ALTERAÇÃO DO VALOR

3.1 O valor do Contrato originário é de R$ 43.871,92 (quarenta e três mil oitocentos e setenta e um reais e noventa e dois centavos), sendo acrescido o valor de R$ 14.623,98 (quatorze mil seiscentos e vinte e três reais e

noventa e oito centavos), valor pago até o 5º dia útil do mês subsequente, conforme Contrato Originário. O contrato originário nº 061/2015 passará a ter o

valor de R$ 58.495,90 (cinquenta e oito mil, quatrocentos e noventa e cinco reais e noventa centavos).

Querência – MT, 22 de fevereiro de 2016.

.....

PREFEITO MUNICIPAL

GILMAR REINOLDO WENTZ

CONTRATANTE

.....

STAF SISTEMAS LTDA - EPP

Rodrigo Teles de Souza

CONTRATADO

LICITAÇÕES
NOTIFICAÇÃO Nº 403/2016

Querência MT, 19 de fevereiro de 2016.

Notificação nº 403/2016

Notifica os proprietários de terrenos baldios para procederem a limpeza de seus terrenos.

GILMAR REINOLDO WENTZ, Prefeito do Município de Querência, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista a necessidade emergencial e o amparo legal da Lei Municipal nº 919/2015 de 16 de junho de 2015,

NOTIFICA os proprietários dos imóveis relacionados abaixo, para que proceda a limpeza dos terrenos, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após a publicação desta notificação no Diário Oficial.

Marilia Rosa Galvão, CPF/CNPJ: 030.577.751-36, Quadra 07, Lote 03,Setor Parque Imperial, **Iraci Dirlei Muller**, CPF/CNPJ: 293.117.991-49, Quadra 17, Lote 01,Setor Parque Imperial, **João Batista Pereira Pinto,** CPF/CNPJ: 383.201.771-20, Quadra 02, Lote 11 e 12, Setor Parque Imperial, **Norma Baumgratz**, CPF/CNPJ: 014.290.051-65, Quadra 21, Lote 06, Setor Parque Imperial, **Cleomar Santos Pinto**, CPF/CNPJ: 003.399.351-38, Quadra 20, Lote 20, Setor Parque Imperial, **Acyr De Souza Castro**, CPF/CNPJ: 120.098.226-68, Quadra 08, Lote 11 e 12, Setor Parque Imperial, **Ema Recreação Ltda-ME**, CPF/CNPJ: 19.463.888/0001-27, Quadra 04, Lotes 01, 02, Quadra 10, Lote 01, Quadra 11, Lotes 08, 09, 10, 11, 12, Quadra 17, Lotes 03, 04, 05, 09, 10, 11, Quadra 15, Lote 01, Quadra 20, Lote 01, Quadra 19, Lotes 01, 02 e 18, Setor H, **Evandro Moreira Amorim**, CPF/CNPJ: 362.577.701-06, Quadra 01, Lotes 03, 04, 10, 11, Quadra 04, Lotes 14, 15, Quadra 05, Lote 01, Quadra 03, Lotes 01, 02, 03, 04, Quadra 16, Lotes 03, 04, 08, Quadra 18, Lote 03, Quadra 19, Lote 13, Quadra 14, Lotes 01, 02, 12, 13, Setor H, **Edio Arthur Balz**, CPF/CNPJ: 514.725.621-00, Quadra 02, Lote 16, Setor H, **Paulo Berestov**, CPF/CNPJ: 017.149.271-48 , Quadra 04, Lotes 12, 13, 14, Setor G, **Pollyanna Fernandes De Lima**, CPF/CNPJ: 019.925.491-50, Quadra 03, Lotes 13,14, Setor Parque Imperial, **Elair Casali**, CPF/CNPJ: 422.257.440-68, Quadra 22, Lote 09, Setor Parque Imperial, **Avelino Armando Trautenmuller**, CPF/CNPJ: 144.382.160-87, Quadra 23, Lote 14, Setor Nova Querencia, **José Paulino Junior e Outros**, CPF/CNPJ: 017.196.079-31, Quadra 32, Lotes 28, 29, Setor Nova Querencia, **Wanir Marques de Freitas**, CPF/CNPJ: 437.511.561-00, Quadra 13, Lotes 01, 02, 03, Setor Parque Imperial, **Criciele Daiane Klosinki**, CPF/CNPJ: 999.540.600-49, Quadra 13, Lote 06, Setor G, **Francisca De Freitas Aguilera**, CPF/CNPJ: 545.656.501-34, Quadra 03, Lote 07, Setor Parque Imperial, **Rafael Filho Farias Fernandes**, CPF/CNPJ: 060.566.021-25, Quadra 16, Lote 07, Setor H, **Delcírio Do Amaral Sturzbecher**, CPF/CNPJ: 624.625.980-49, Quadra 11, Lote 17, Setor H, **Wilton Martins**, CPF/CNPJ: 625.991.351-68, Quadra 22, Lote 03, 04, Setor H, **Claudio Azevedo Soares Neto**, CPF/CNPJ: 362.095.728-20, Quadra 17, Lote 12, Setor H, **Suzana Rodrigues Da Silva**, CPF/CNPJ: 926.256.491-00, Quadra 17, Lote 20, Setor Parque Imperial, **Valdeci Ribeiro Da Silva**, CPF/CNPJ: 121.973.782-87, Quadra 17, Lote 12, Setor Parque Imperial, **Weyde Martins**, CPF/CNPJ: 803.186.141-20, Quadra 22, Lote 02, Setor H, **Eliana Costa**, CPF/CNPJ: 483.556.404-44, Quadra 26, Lote 12, Setor H, **Miguel Ribeiro Correia**, CPF/CNPJ: 050.200.718-46, Quadra 02, Lote 06, Setor Parque Imperial, **Vanderleia Hohn**, CPF/CNPJ: 025.756.789-51, Quadra 15, Lote 13, Setor Parque Imperial, **Wenes Souza Leite**, CPF/CNPJ: 011.367.251-99, Quadra 15, Lote 14, Setor Parque Imperial, **Iracema Aparecida Santana**, CPF/CNPJ: 550.453.409-72, Quadra 13, Lote 11 e 12, Setor Parque Imperial, **Aldeneide Rodrigues De Oliveria Costa**, CPF/CNPJ: 039.077.609-21, Quadra 11, Lote 10, Setor Parque Imperial, **Edilson Gomes Fouz**, CPF/CNPJ: 018.405.571-76, Quadra 21, Lote 19, Setor Parque Imperial, **Ivani Da Rocha**, CPF/CNPJ: 853.755.001-91, Quadra 17, Lote 07, Setor Parque Imperial, **Adriana Cristina Carvalho**, CPF/CNPJ: 877.238.911-72, Quadra 10, Lote 19, Setor Parque Imperial, **Terezinha De Fatima Lauxen**, CPF/CNPJ: 398.212.770-04, Quadra 17, Lote 14, Setor Parque Imperial, **Almir Rogerio Ferro Chaves**, CPF/CNPJ: 030.618.991-70, Quadra 21, Lote 16, Setor Parque Imperial, **Edezdevaldo Jose Dos Santos**, CPF/CNPJ: 054.187.115-39, Quadra 02, Lote 13, Setor Parque Imperial, **Sonia Maria Do Nascimento Neto**, CPF/CNPJ: 032.306.331-48, Quadra 07, Lote 07, Setor Parque Imperial, **Marcir Rech**, CPF/CNPJ: 490.655.991-91, Quadra 05, Lote 16, Setor Parque Imperial, **Diomildo Jose Dos Santos**, CPF/CNPJ: 966.861.971-49, Quadra 02, Lote 14, Setor Parque Imperial, **Rogerio Ribeiro Martins**, CPF/CNPJ: 643.027.330-04, Quadra 24, Lote 13, Setor Parque Imperial, **Lucimar Pereira de Barros**, CPF/CNPJ: 709.269.996-72, Quadra 07, Lote 19, Setor Parque Imperial, **Rosenilda De Fatima Freitas**, CPF/CNPJ: 019.355.611-11, Quadra 22, Lote 10, Setor Parque Imperial, **Protasio Francisco Theisen**, CPF/CNPJ: 431.257.359-04, Quadra 24, Lote 12, Setor Parque Imperial, **Eudenes Soares De Carvalho**, CPF/CNPJ: 862.347.731-68, Quadra 10, Lote 18, Setor Parque Imperial, **Alexandro Martins Dos Santos**, CPF/CNPJ: 867.404.401-82, Quadra 03, Lote 01, Setor Parque Imperial, **Elsinabia B. S. Gallete**, CPF/CNPJ: 894.327.621-49, Quadra 02, Lote 15, Setor Parque Imperial, **Cleubi Da Silva Medeiros**, CPF/CNPJ: 020.592.861-74, Quadra 21, Lote 03, Setor Parque Imperial, **Elias Coelho Neto**, CPF/CNPJ: 891.136.831-87, Quadra 05, Lote 13, Setor Parque Imperial, **Neuza Cirqueira Pina**, CPF/CNPJ: 208.728.521-72, Quadra 14, Lote 15, Setor Parque Imperial, **Maria Dinalva Fernandes Da Silva**, CPF/CNPJ: 320.352.841-04, Quadra 02, Lote 14, Setor H, **Dayson Flavio Macedo**, CPF/CNPJ: 006.402.961-14 Quadra 02, Lote 02, Setor H, **Silvia Renata Guastale**, CPF/CNPJ: 268.718.358-06 Quadra 11, Lote 17, Setor G, **Airton Otavio Cortez**, CPF/CNPJ: 608.594.669-49 Quadra 23, Lote 07, Setor G, **Tiago Thoma Martins De Paula**, CPF/CNPJ: 928.855.861-68, Quadra 08, Lote 7-A, Setor Industrial II, **Armando Luvison**, CPF/CNPJ: 013.284.418-49, Quadra IE, Lote 20 e 22, Setor Industrial, **Paulo Roberto Hegele**, CPF/CNPJ: 410.947.190-72, Quadra 08, Lote 06, Setor Industrial II, **Ilton Souza**, CPF/CNPJ: 789.361.011-53, Quadra 32, Lote 22, Setor Nova Querência, **Sergio Dirceu Wolfer**, CPF/CNPJ: 460.180.001-30, Quadra IF, Lote 39-A, Setor Industrial, **Querência Centro Automotivo Ltda - ME**, CPF/CNPJ: 19.726.073/0001-93, Quadra ID, Lote 39, Setor Industrial, **Agromelo Produtos Agropecuários Ltda**, CPF/CNPJ: 02.490.593/0001-80, Quadra IC, Lote 20 e 22, Setor Industrial, **Andre Morais Leão**, CPF/CNPJ: 004.033.431-78, Quadra 42, Lote 06, Setor Nova Querencia, **Guilherme Langhi De Souza**, CPF/CNPJ: 356.667.088-05 Quadra 35, Lote 21, Setor Nova Querência, **David Assunção Franco**, CPF/CNPJ: 423.354.421-04 Quadra 47, Lote 05, Setor Nova Querência, **Luiz Ferreira Da Silva**, CPF/CNPJ: 009.906.311-02 Quadra 61, Lote 02, Setor Nova Querência, **Paulo Roberto Hegele**, CPF/CNPJ: 410.947.190-72, Quadra 07, Lote 10, Setor Industrial II, **Fernando Rodrigues Da Cunha Miranzi**, CPF/CNPJ: 031.445.616-30, Quadra 47, Lote 07, Setor Nova Querência,

Everson Martins Baptista, CPF/CNPJ: 221.794.128-35, Quadra 01, Lote 31, Setor Nova Querência, **Sirlei Souza** , CPF/CNPJ: 568.071.391-87, Quadra 20, Lote 01, Setor Nova Querência, **Jonas Moreira De Almeida**, CPF/CNPJ: 009.393.271-55 Quadra 22, Lote 23, Setor Nova Querência, **Aline Pinela Riva**, CPF/CNPJ: 028.467.929-17, Quadra 33, Lote 08, Setor Nova Querência, **Antonio Adelar Pinto**, CPF/CNPJ: 986.659.369-04, Quadra 49, Lote 01, Setor Nova Querência, **Cleidiane Soares Da Cruz**, CPF/CNPJ: 001.501.871-73, Quadra 38, Lote 17, Setor Nova Querência, **Keane Da Silva Leite**, CPF/CNPJ: 011.723.133-93, Quadra 54, Lote 18, Setor Nova Querência, **Riquene Aparecida Franco**, CPF/CNPJ: 011.730.501-40, Quadra 38, Lote 30, Setor Nova Querência, **Sebastião Alexandre Paulino De Godoy**, CPF/CNPJ: 530.602.531-53, Quadra 03, Lote 19, Setor Nova Querência, **Helio Fernando De Souza**, CPF/CNPJ: 886.546.481-04, Quadra 39, Lote 01, Setor Nova Querência, **Geovanda Maria Saturno**, CPF/CNPJ: 937.995.191-49, Quadra 54, Lote 19, Setor Nova Querência, **Paulo Adair Schons**, CPF/CNPJ: 397.727.720-00, Quadra 32, Lote 10, Setor Nova Querência, **Douglas Rodrigues**, CPF/CNPJ: 012.236.421-00, Quadra 62, Lote 01, Setor Nova Querência, **Deberson Melo De Souza,** CPF/CNPJ: 928.368.951-87, Quadra 37, Lote 16 e 17, Setor Nova Querência, **Fabio Dantas Pinto**, CPF/CNPJ: 020.237.881-02, Quadra 45, Lote 23, Setor Nova Querência, **Wender Carlos Alves Cardoso**, CPF/CNPJ: 013.573.591-28, Quadra 10, Lote 06, Setor Nova Querência, **Fabio Augusto De Carvalho**, CPF/CNPJ: 815.454.871-20, Quadra 02, Lote 09, Setor Nova Querência, **Davi Viana De Oliveira**, CPF/CNPJ: 872.933.313-04, Quadra 44, Lote 28, Setor Nova Querência, **Felipe Bonilha Marcidelli**, CPF/CNPJ: 069.613.329-60, Quadra 35, Lote 18, Setor Nova Querência, **Aramando Gomes Rodrigues**, CPF/CNPJ: 820.549.241-72, Quadra 44, Lote 25, Setor Nova Querência, **Maria Rita De Araujo**, CPF/CNPJ: 141.052.091-91, Quadra 34, Lote 33, Setor Nova Querência, **Adayr Kenkiti Nakamura**, CPF/CNPJ: 022.508.709-0, Quadra 36, Lote 02 e 03, Setor E, **Plinio Roque Pressi**, CPF/CNPJ: 013.252.542-90, Quadra 16, Lote 17 e 18, Setor E, **Diogo Crespão**, CPF/CNPJ: 000.998.140-30, Quadra 27, Lote 02, Setor E, **Flavia Ferreira Megda**, CPF/CNPJ: 251.718.858-00, Quadra 31, Lote 08, Setor E, **Dario Jose Micharki**, CPF/CNPJ: 372.343.239-53, Quadra 31, Lote 05, Setor E, **Lucas Rafael De Souza**, CPF/CNPJ: 027.996.711-01, Quadra 16, Lote 01, Setor B, **Cassiano Ricardo Valdameri e Outro**, CPF/CNPJ: 028.886.039-00, Quadra 04, Lote 14, Setor B, **Jose Coelho De Moraes**, CPF/CNPJ: 106.098.901-82, Quadra 01, Lote 08, Setor C, **Katia Rejane De Carvalho**, CPF/CNPJ: 979.924.291-68, Quadra 12, Lote 16, Setor F, **Luis Alberto Meneghetti**, CPF/CNPJ: 462.285.270-53, Quadra 33, Lote 17, Setor E, **Previston Oliveira De Faria**, CPF/CNPJ: 162.342.861-00, Quadra 16, Lote 06, Setor H, **Fabiana Piccinini**, CPF/CNPJ: 005.346.870-83, Quadra 42, Lote 19, Setor Nova Querência, **Idomissio Ribeiro De Souza**, CPF/CNPJ: 134.435.421-15, Quadra 10, Lote 01, Setor Parque Imperial, **Cleberson De Andrade**, CPF/CNPJ: 638.906.821-20, Quadra 07, Lote 07, Setor H, **Terli Sixta Winter**, CPF/CNPJ: 037.374.851-51, Quadra 47, Lote 16,Quadra 06, Lote 03 e 06, Setor Nova Querência.

Constatado o não atendimento desta notificação, o contribuinte será multado, conforme preceitua a supra

citada lei.

OBS: se o imóvel notificado estiver limpo na data de publicação desta, favor desconsiderar a notificação.

Querência, MT, 30 de julho de 2015.

.....

Prefeito

.....

Secretária Municipal de Finanças

LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO 024/2016

A Pregoeira da Prefeitura Municipal de Querência, Estado de Mato Grosso, torna Público o RESULTADO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO n. 024/2016, regido pela Lei nº 8.666/93 de 03 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

PROCESSO: 024/2016

MODALIDADE: Pregão Presencial 020/2016

OBJETO: Pregão Presencial para Registro de preços para Prestação de Serviços de Transporte de Passageiros para uso das Secretarias de Educação, Desporto, Lazer e Cultura e Secretaria de Assistência Social do município de Querência- MT.

Vencedora:

A presente licitação foi deserta, não houve empresas interessadas em participar certame.

Querência – MT., 23 de fevereiro de 2016.

Adriana Matias Rodrigues Malvessi

Pregoeira Oficial

LICITAÇÕES
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO EMERGENCIAL Nº 002/2016.

TERMO ADITIVO ao Contrato emergencial n. 002/2016 que entre si celebram o MUNICÍPIO DE QUERÊNCIA Estado de Mato Grosso, e a empresa STAF SISTEMAS LTDA - EPP, devidamente já qualificadas no Contrato Originário sob nº 002/2016 de 04 de janeiro de 2016.

CLAUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

1.1 Constitui o objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo do valor e prorrogação de prazo do Contrato Originário n. 002/2016.

CLAUSULA SEGUNDA: DA ALTERAÇÃO DO PRAZO.

2.1 Fica alterado o prazo, sendo acrescido de mais 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do dia 24 de fevereiro de 2016, vencendo no dia 24 de março de 2016.

CLAUSULA TERCEIRA: DA ALTERAÇÃO DO VALOR

3.1 O valor do Contrato originário é de 5.971,52 (cinco mil, novecentos e setenta e um reais e cinquenta e dois centavos), sendo acrescido o valor de R$ 3.665,99 (três mil, seiscentos e sessenta e cinco reais e noventa e nove centavos), valor pago até o 5º dia útil do mês subsequente, conforme Contrato Originário. O contrato originário nº 002/2016 passará a ter o valor de R$ 9.637,51 (nove mil, seiscentos e trinta e sete reais e cinquenta e um centavos).

Querência – MT, 22 de fevereiro de 2016.

.....

PREFEITO MUNICIPAL

GILMAR REINOLDO WENTZ

CONTRATANTE

.....

STAF SISTEMAS LTDA - EPP

Rodrigo Teles de Souza

CONTRATADO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 22/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: **JOSÉ VILA**

RG n° 110 878 SSP/MT e do CPF n° 043.706.941-91

OBJETO: Locação de um apartamento de Alvenaria na Rua Sepotuba,, apto 10 no bairro Cavalhada na cidade de cárceres - MT a ser utilizado pela Secretaria Municipal de Administração desta municipalidade como casa de apoio a estudantes desta municipalidade.

VIGENCIA: 12 de fevereiro de 2016 e término em 12 de fevereiro de 2017

VALOR GLOBAL: R$ 4.200,00 (Quatro Mil e Duzentos Reais)

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO DIPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2016

A Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT, com sede na Av. Mato Grosso, 221, Centro, CEP: 78.265-000, Reserva do Cabaçal-MT, torna público que realizará no dia **23/02/2016 às 09:00 horas, DISPENSA DE LICITAÇÃO** para **CONTRATAÇÃO DA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE FUNILARIA, PINTURAS E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES NO VEICULO PARATI PLACA NPC 0128 LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL – MT E FIRMARA CONTRATO COM A EMPRESA: ADALTON TASSI – MEI, CADASTRADA NO CNPJ: Nº 13.277.591/0001-90 VALOR DE R$ 3.600,00 (TRES MIL E SEISCENTOS REAIS).**

Reserva do Cabaçal/MT, 23 de fevereiro de 2016

AMARILDO RODRIGUES GOMES

Presidente CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
AVISO DE CANCELAMENTO DA LICITAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 02/2016

A Prefeitura do Município de Reserva do Cabaçal-MT torna público o **CANCELAMENTO** da licitação na modalidade **Tomada de Preços nº 02/2016**, objetivando a Contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais betuminosos, conhecido como RL – 1C, e agregados (areia e Filer), objeto do convenio nº 51/2015 firmado entre a SECID Secretaria de Estado das Cidades e a Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal – MT. Tal Cancelamento se faz necessário pelo não comparecimento de nenhuma empresa interessada, dando assim a licitação DESERTA.O Certame será apresentado uma nova data, os interessados poderão obter maiores informações através do Telefone (65) 3247-1124 no horário das 07:00 às 13:00 hs de Segunda a Sexta-feira.

Reserva do Cabaçal-MT, 23 de fevereiro de 2016.

AMARILDO RODRIGUES GOMES

Presidente da CPL

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 009/2016

OBJETO: Contratação da empresa ADALTON TASSI - MEI, com a modalidade de dispensa de licitação, para a finalidade de **SERVIÇOS DE FUNILARIA, PINTURAS E SUBSTITUIÇÃO DE COMPONENTES NO VEICULO PARATI PLACA NPC 0128 LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE RESERVA DO CABAÇAL – MT.**

Pelo presente termo, e observados os requisitos ao artigo 24, Inciso VIII da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e a Lei Ordinária Municipal nº 567/2015, tendo em vista manifestação da Comissão Permanente de Licitação, bem como o Parecer do Assessor Jurídico desta Prefeitura, FAÇO SABER, que nesta data "**HOMOLOGO**" o presente processo licitatório.

"**ADJUDICO**" o objeto do processo a empresa: ADALTON TASSI MEI, com o Valor Total de R$ 3.600,00 (Três Mil e Seiscentos Reais), para execução do objeto acima citado. **DETERMINO** que sejam tomadas as providências necessárias para contratação da referida empresa.

Reserva do Cabaçal-MT, 23 de fevereiro de 2016.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
RESULTADO DA DISPENSA 09/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL, representada pelo Prefeito Municipal Sr TARCISIO FERRARI, nos termos do ato de Dispensa de Licitação Nº 09/2016, torna público que firmou CONTRATO com a empresa ADALTON TASSI - MEI, localizada na Rua Valdivino Fidêncio da Silva, Bairro: Centro na cidade de Araputanga- MT, tendo como objeto a Contratação de Serviços de Funilaria, pintura e Substituição de Componentes no Veiculo PARATI PLACA NPC 0128 – MT, no valor de R$ 3. 600,00 (Três Mil e Seiscentos Reais).

Reserva do Cabaçal-MT, 23 de fevereiro de 2016.

TARCISIO FERRARI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 18/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: LAINE CRISTINA GONÇALVES NEGRIS

CPF: Nº. 062.880.291-90

OBJETO: Prestação de serviço correspondente ao Cargo de Monitora de Artes, para atendimento junto a Secretaria Municipal de Assistência Social de Reserva do Cabaçal-MT.

VIGENCIA: 12/02/2016 até 31/12/2016.

VALOR GLOBAL: R$ 8.800,00 (Oito Mil e Oitocentos Reais).

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 19/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: ELIANE PEREIRA DE OLIVEIRA

CPF: Nº. 022.342.171-56

OBJETO: Prestação de serviço correspondente ao Cargo de Monitora de Artesanato, corte e costura para atendimento junto a Secretaria Municipal de Assistência Social de Reserva do Cabaçal-MT.

VIGENCIA: 12/02/2016 até 31/12/2016.

VALOR GLOBAL: R$ 8.800,00 (Oito Mil e Oitocentos Reais).

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 20/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: LUZINETE CARDOSO PARDIM

CPF: Nº. 003.816.621-60

OBJETO: Prestação de serviço correspondente ao Cargo de Monitora, para Acompanhamento dos alunos portadores de necessidades especiais do Município de Reserva do Cabaçal à APAE de Araputanga.

VIGENCIA: 12/02/2016 até 31/12/2016.

VALOR GLOBAL: R$ 8.800,00 (Oito Mil e Oitocentos Reais).

DEPARTAMENTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 21/2016

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL

CONTRATADO: ROSELI MARTINS FERREIRA

CPF: Nº. 860.713.271-72

OBJETO: Prestação de Serviço correspondente ao cargo de PREFESSORA (Nível Superior), em qualquer localidade deste Município em Substituição a Professora Cleide Cardoso Pardim Lourenço que se encontra em licença por um período de 06 meses.

VIGENCIA: 12/02/2016 até 12/08/2016.

VALOR GLOBAL: 8.842,80 (oito mil oitocentos e quarenta e dois reais e oitenta centavos).

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA DE N.º 043/2016 DE 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

"EXONERA A PEDIDO, A SERVIDORA MARILDA DE JESUS ROSA DO CARGO DE PROFESSORA, LOTADA NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DESTA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESERVA DO CABAÇAL-MT.

TARCÍSIO FERRARI, Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, a Servidora MARILDA DE JESUS ROSA do Cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação desta Prefeitura Municipal de Reserva do Cabaçal-MT.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Reserva do Cabaçal, Estado de Mato Grosso, 22 de Fevereiro de 2016.

REGISTRE-SE

PUBLIQUE-SE

CUMPRA-SE

TARCÍSIO FERRARI

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃO CASCALHEIRA

AVISO DE RESULTADO

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

A Pregoeira juntamente com sua equipe de apoio, torna público o resultado do Pregão em epígrafe que tem por objeto a Contratação de empresa para prestação do serviço do Transporte Escolar 2016 no Município de Ribeirão Cascalheira-MT. Sagrou-se vencedores do certame a empresa:

JAIRO MACHADO DOS SANTOS-MEI, CNPJ: 21.205.731/0001-43 no valor global R$ 48.720,00(quarenta e oito mil setecentos e vinte reais)**.** Informamos ainda, que os itens 01 e 02 foram fracassados.

Ribeirão Cascalheira, 22 de Fevereiro de 2016.

Luzinete Martins Ferreira

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

TERMO DE INÍCIO DE AÇÃO FISCAL NOTIFICAÇÃO DE ORIENTAÇÃO FISCAL Nº. 003/2016.

RAZÃO SOCIAL: Ivo Luiz Ruaro CPF: 217.962.380-15

ENDEREÇO: Rua Dom Bosco, S/N. CEP**: 78.613-000.** RIBEIRÃOZINHO - MT.

Considerando que, por força da Lei Complementar Municipal nº 008/2002, Código Tributário Municipal:

A) "**Art. 93** - O tomador do serviço é responsável pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, e deve reter e recolher o seu montante, quando o prestador:

I - obrigado à emissão de nota fiscal, fatura ou outro documento exigido pela Administração, não o fizer;

II - desobrigado da emissão de nota fiscal, nota fiscal-fatura ou outro documento exigido pela Administração, não fornecer:

a) recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, o número de sua inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários, seu endereço, a atividade sujeita ao tributo e o valor do serviço;

b) comprovante de que tenha sido recolhido o imposto correspondente ao exercício anterior, salvo se inscrito posteriormente;

c) cópia da ficha de inscrição.

§ 1º- Para a retenção do Imposto, nos casos de que trata este artigo, a base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota correspondente, na forma da Tabela III, desta Lei.

§ "2º- O responsável, ao efetuar a retenção do Imposto, deverá fornecer comprovante ao prestador do serviço".

B) "**Art. 94** - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será retido na fonte pelo tomador dos serviços prestados por profissional autônomo ou empresa, inscritos ou não no Cadastro Mobiliário de Contribuintes, sendo responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do imposto os seguintes tomadores:

(...) IV - incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras de construção civil, quanto a todos e quaisquer serviços relacionados com a obra;

V - todo tomador que realizar o pagamento do serviço sem a correspondente nota fiscal dos serviços prestados;

VI - todo tomador que contratar serviços prestados por autônomo ou empresas que não forem inscritos no Município como contribuinte do ISS.

VII - Os tomadores de serviços que realizarem a retenção do ISS, fornecerão - aos prestadores de serviços, recibo de retenção na fonte do valor do imposto e ficarão obrigados a enviar à Fazenda Municipal as informações, objeto da retenção do ISS, no prazo estipulado em regulamento."

Considerando que, por força da Lei Federal nº **5.172/1966**, Código Tributário Nacional:

A) "Art. 195 Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comer-

ciais ou fiscais, dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los".

Notifica, *em caráter de* ***Orientação Fiscal***, nos termos supracitados, em cumprimento aos ditames legais, em relação ao ISSQN, que se efetue o recolhimento - como responsável tributário - dos valores relativos e pertinentes aos pagamentos sobre prestação de serviços contratados de terceiros pelo contribuinte, conforme as atividades relacionadas no Código Tributário Municipal - em seu *Art. 87, pelos seus Itens e subitens - que definem as atividades sujeitas ao recolhimento do ISSQN* - na circunscrição municipal de RIBEIRÃOZINHO, Estado de Mato Grosso.

Diante do exposto, solicitamos o envio de cópia dos contratos e relação dos pagamentos com as respectivas datas de:

1) Contratação de terceiros na execução de obras civis e demais serviços; 2) Memorial descritivo de obras e serviços; 3) Previsão de pagamentos (fluxo de caixa); 4) Planilhas de medições. Em resumo, todos os documentos necessários para apuração e recolhimento do referido Imposto de competência municipal;

Período a ser informado: **01/01/2011 até 31/12/2015**.

Prazo de atendimento desta **Notificação Fiscal de Orientação e Termo de Início de Ação Fiscal:**

Fica cientificado o contribuinte no prazo de **15 (quinze) dias** para fornecer as informações solicitadas através do e-mail: **ribeiraozinho.tributos@gmail.com;** bem como iniciar os procedimentos de recolhimento do ISSQN - devido por contribuintes prestadores de serviços - na forma estabelecida por este diploma legal.

RIBEIRÃOZINHO - MT, 23 de fevereiro de 2016.

Protocolo de Recebimento Nome: Assinatura Data:	Fiscal Municipal: Neviton Freitas Ribeiro Matrícula: 0118

TERMO DE INÍCIO DE AÇÃO FISCAL NOTIFICAÇÃO DE ORIENTAÇÃO FISCAL Nº. 002/2016.

CPF: 307.600.970-20 **INSC. MUNICIPAL: 00678**

RAZÃO SOCIAL: JOSÉ MATIAS MICHELS

ENDEREÇO: FAZENDA PARAÍSO, MT 100, S/N CEP**: 78.613-000.**

CIDADE: RIBEIRÃOZINHO **UF**: MT.

Considerando que, por força da Lei Complementar Municipal nº 008/2002, Código Tributário Municipal:

A) "**Art. 93** - O tomador do serviço é responsável pelo Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza, e deve reter e recolher o seu montante, quando o prestador:

I - obrigado à emissão de nota fiscal, fatura ou outro documento exigido pela Administração, não o fizer;

II - desobrigado da emissão de nota fiscal, nota fiscal-fatura ou outro documento exigido pela Administração, não fornecer:

a) recibo de que conste, no mínimo, o nome do contribuinte, o número de sua inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários, seu endereço, a atividade sujeita ao tributo e o valor do serviço;

b) comprovante de que tenha sido recolhido o imposto correspondente ao exercício anterior, salvo se inscrito posteriormente;

c) cópia da ficha de inscrição.

§ 1º- Para a retenção do Imposto, nos casos de que trata este artigo, a base de cálculo é o preço dos serviços, aplicando-se a alíquota correspondente, na forma da Tabela III, desta Lei.

§ "2º- O responsável, ao efetuar a retenção do Imposto, deverá fornecer comprovante ao prestador do serviço".

B) "**Art. 94** - O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza será retido na fonte pelo tomador dos serviços prestados por profissional autônomo ou empresa, inscritos ou não no Cadastro Mobiliário de Contribuintes, sendo responsáveis pela retenção e pelo recolhimento do imposto os seguintes tomadores:

(...) IV - incorporadoras, construtoras, empreiteiras e administradoras de obras de construção civil, quanto a todos e quaisquer serviços relacionados com a obra;

V - todo tomador que realizar o pagamento do serviço sem a correspondente nota fiscal dos serviços prestados;

VI - todo tomador que contratar serviços prestados por autônomo ou empresas que não forem inscritos no Município como contribuinte do ISS.

VII - Os tomadores de serviços que realizarem a retenção do ISS, fornecerão - aos prestadores de serviços, recibo de retenção na fonte do valor do imposto e ficarão obrigados a enviar à Fazenda Municipal as informações, objeto da retenção do ISS, no prazo estipulado em regulamento."

Considerando que, por força da Lei Federal nº **5.172/1966**, Código Tributário Nacional:

A) "Art. 195 Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes, industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los".

Notifica, *em caráter de* ***Orientação Fiscal***, nos termos supracitados, em cumprimento aos ditames legais, em relação ao ISSQN, que se efetue o recolhimento - como responsável tributário - dos valores relativos e pertinentes aos pagamentos sobre prestação de serviços contratados de terceiros pelo contribuinte, conforme as atividades relacionadas no Código Tributário Municipal - em seu *Art. 87, pelos seus Itens e subitens - que definem as atividades sujeitas ao recolhimento do ISSQN* - na circunscrição municipal de RIBEIRÃOZINHO, Estado de Mato Grosso.

Diante do exposto, solicitamos o envio de cópia dos contratos e relação dos pagamentos com as respectivas datas de:

1) Contratação de terceiros na execução de obras civis e demais serviços; 2) Memorial descritivo de obras e serviços; 3) Previsão de pagamentos (fluxo de caixa); 4) Planilhas de medições. Em resumo, todos os documentos necessários para apuração e recolhimento do referido Imposto de competência municipal;

Período a ser informado: **01/03/2011 até 31/12/2015**.

Prazo de atendimento desta **Notificação Fiscal de Orientação e Termo de Início de Ação Fiscal:**

Fica cientificado o contribuinte no prazo de **15 (quinze) dias** para fornecer as informações solicitadas através do e-mail: **ribeiraozinho.tributos@gmail.com;** bem como iniciar os procedimentos de recolhimento do ISSQN - devido por contribuintes prestadores de serviços - na forma estabelecida por este diploma legal.

RIBEIRÃOZINHO - MT, 23 de fevereiro de 2016.

Protocolo de Recebimento Nome: Assinatura Data:	Fiscal Municipal: Neviton Freitas Ribeiro Matrícula: 0118

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

LEI MUNICIPAL Nº 361, DE 15 DE FEVEREIRO DE 2016.

AUTORIA DO PODER EXECUTIVO

"Concede reajuste salarial aos profissionais do magistério público da educação básica do Município de Rondolândia - MT e dá nova redação ao Anexo III, da Lei nº 229, de 22 de Julho de 2010 alterado pela Lei nº 237, de 29 de novembro de 2010, alterado pela Lei nº 258 de 10 de Abril de 2012, alterado pela Lei Municipal nº 313 de 29 de maio de 2014, alterado pela Lei Municipal nº 326 de 27 de outubro de 2014, alterada pela Lei 343 de 22 de Junho de 2015, dando outras providências."

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RONDOLÂNDIA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais de que trata o Art. 70 da Lei Orgânica do Município,

faz saber que a Câmara Municipal de Rondolândia - MT, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica concedido um reajuste salarial sobre o salário base dos profissionais do magistério público da educação básica do Município de Rondolândia – MT.

Art. 2º - O Anexo III da Lei nº 229, de 22 de Julho de 2010 alterado pela Lei nº 237, de 29 de novembro de 2010, alterado pela Lei Municipal nº 258 de 10 de abril de 2012, alterado pela Lei Municipal nº 313 de 29 de maio de 2014, alterado pela Lei Municipal nº 326 de 27 de outubro de 2014, alterada pela Lei 343 de 22 de Junho de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

"

ANEXO III

Tabela de Vencimentos dos Grupos de Atividades e Respectivos Cargos

Grupo: Atividades de Desenvolvimento do Ensino Público (Cargo: Professores 30 horas semanais e Inspetor de Alunos 40 horas semanais)						
Classe	**A**	**B**	**C**	**D**	**E**	
Nível	**Coeficiente**	**1,00**	**1,30**	**1,40**	**1,60**	**1,80**
Vencimento	**Vencimento**	**Vencimento**	**Vencimento**	**Vencimento**		
I	**1,00**	R$ 1.601,75	R$ 2.082,27	R$ 2.242,44	R$ 2.562,80	R$ 2.883,15
II	**1,03**	R$ 1.649,80	R$ 2.144,74	R$ 2.309,71	R$ 2.639,68	R$ 2.969,64
III	**1,06**	R$ 1.697,84	R$ 2.207,20	R$ 2.376,98	R$ 2.716,56	R$ 3.056,13
IV	**1,09**	R$ 1.745,89	R$ 2.269,67	R$ 2.444,26	R$ 2.793,45	R$ 3.142,62
V	**1,12**	R$ 1.793,96	R$ 2.332,14	R$ 2.511,52	R$ 2.870,33	R$ 3.229,12
VI	**1,15**	R$ 1.842,01	R$ 2.394,61	R$ 2.578,81	R$ 2.947,22	R$ 3.315,62
VII	**1,18**	R$ 1.890,05	R$ 2.457,08	R$ 2.646,08	R$ 3.024,10	R$ 3.402,11
VIII	**1,21**	R$ 1.938,11	R$ 2.519,55	R$ 2.713,35	R$ 3.100,99	R$ 3.488,60
IX	**1,24**	R$ 1.986,17	R$ 2.582,02	R$ 2.780,62	R$ 3.177,86	R$ 3.575,10
X	**1,27**	R$ 2.034,21	R$ 2.644,48	R$ 2.847,89	R$ 3.254,75	R$ 3.661,58
XI	**1,30**	R$ 2.082,27	R$ 2.706,96	R$ 2.915,18	R$ 3.331,63	R$ 3.748,09
XII	**1,33**	R$ 2.130,32	R$ 2.769,42	R$ 2.982,44	R$ 3.408,52	R$ 3.834,58

Art. 3º. Fica autorizado o Poder executivo promover a consolidação da Lei nº 229, de 22/07/2010 e suas respectivas alterações.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2016, autorizando desde já o pagamento pelo Poder Executivo da diferença salarial, revogando-se as disposições em contrário.

_____

Bett Sabah Marinho da Silva

Prefeita Municipal

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
EDITAL DE RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº. 007/2016

A PREGOEIRA OFICIAL DO MUNICIPIO DE RONDOLÂNDIA, nomeada através do Decreto nº. 1.150/ GAB / PMR/2016, de 04 de Janeiro de 2016, **TORNA PÚBLICO** para todos os interessados que no dia e hora designados para a sessão pública de recebimento dos envelopes contendo Proposta de Preço e documentos referente ao **PREGÃO PRESENCIAL R.P Nº. 007/2016,** cujo **Objeto: "Registro de Preços, com a finalidade de selecionar propostas objetivando para futura e eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Publicações de Atos Administrativos Oficiais no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e Jornal de Grande Circulação do Estado em Mato Grosso/Nacional"**, processado nos autos do Processo Administrativo de nº. 024/2016 – GAB, tendo como vencedora de todos os itens licitados a empresa: **Geandre Frank Latorraca – ME, CNPJ: 06.147.693/0001-26, com o Valor Global da Licitação de R$ 70.200,00 (Setenta mil e duzentos reais)**.

Sala da CPLMS, Rondolândia – MT, 23 de Fevereiro de 2016.

Lilaine Guedes Santos

Pregoeira

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2016

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2016

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 024/2016.

PREGÃO PRESENCIAL N°007/2016 – SRP

O Município de Rondolândia - MT, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Joana Alves de Oliveira, s/nº - Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 04.221.486/0001-49, representado neste ato pela Prefeita Municipal em exercício, a Sra. Bett Sabah Marinho da Silva, inscrita no CPF sob nº 618.516.202-49, **RESOLVE REGISTRAR** os preços da empresa Geandre Frank Latorraca-ME, inscrita no CNPJ sob o n° 06.147.693/0001-26, instalada e localizada na Av. Thomé Arruda Fortes, nº 221, Bairro Morada do Ouro II, na cidade de Cuiabá/MT, representada neste ato pelo seu proprietário Srº Geandre Frank Latorraca, portador do CPF nº 900.895.291-20 e do RG nº 1072728-0 SSP/MT , nas quantidades estimadas nesta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no Edital de Licitação – Pregão Presencial n° 007/2016 e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 10.520/02 e Lei 8.666/93 e suas alterações, no que couber, aos nos Decretos Municipais nº 0118/2006 de 11/09/2006, nº 207/GAB/MPR/2013 de 25/01/2013 e nº 1.067/GAB/PMR/2015 de 24/03/2015, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.0. Contratação da empresa mediante Sistema de Registro de Preços, para futura e eventual Prestação de Serviços de Publicações de Atos Administrativos Oficiais no Diário Oficial do Estado, Diário Oficial da União e Jornal de Grande Circulação do Estado em Mato Grosso/Nacional, cujas especificações e quantidades encontram-se detalhadas no ANEXO 0I – Termo de Referência n° 007/2016 do Edital de Pregão Presencial n° 007/2016, juntamente com a documentação e proposta de preços apresentadas pelos licitantes classificados em primeiro lugar, conforme consta nos autos do Processo nº 024/2016.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ESPECIFICAÇÕES E DOS PREÇOS PRATICADOS

2.0. Detentora da ARP:

Nome: Geandre Frank Latorraca - ME	
CNPJ n° 06.147.693/0001-26	
Endereço: Av. Thomé Arruda Fortes, nº 221	
Cidade/Estado: Cuiabá/MT	CEP: 78.053-505
Telefone: (65) 3644-4382 ou 9228-9990	E-mail: publicar@superig.com.br
Representante Legal: Geandre Frank Latorraca	
CPF n° 900.895.291-20	

2.1. Os lotes, as especificações, unidades, as quantidades, marcas, fornecedores, e os preços unitários que estão registrados nessa Ata de Registro de Preços, encontram-se indicados na tabela abaixo:

ITEM	UND	QUANT	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01	CM	1.200	DIARIO OFICIAL DO ESTADO - PADRÃO: MEIA COLUNA - LARGURA 9,4 FONTE 10.	DO	R$ 17,00	R$ 20. 400,00
02	CM	600	DIARIO OFICIAL DA UNIÃO - PADRÃO: LARGURA 10 FONTE 08.	DOU	R$ 51,00	R$ 30. 600,00
03	COLXCM	1.200	PUBLICACAO EM JORNAL DE CIRCULAÇAO NO ESTADO DE PUBLICAÇÕES DE ATOS DE EXPEDIENTE ADMINISTRATIVO DE PESSOAL, EDITAIS, AVISOS, DISPENSA, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÕES E OUTROS EXIGIDOS POR LEI EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO ESTADUAL. 02 COLUNAS POR 06 CM.	DIARIO DE CUIABÁ	R$ 16,00	R$ 19. 200,00

2.2. Detentora Reserva da Ata:

Nome:	
CNPJ n°	
Endereço:	
Cidade/Estado:	CEP:
Telefone: ( )	E-mail:
Representante Legal:	
CPF n°	

2.3. A detentora reserva desta ARP, terá sua proposta registrada sob os mesmos quantitativos e preços da primeira Detentora.

2.4. O valor total registrado na presente ATA é de R$ 70.200,00 (Setenta mil e duzentos reais).

2.5. Poderá, a critério da Contratante, para formação de cadastro de reserva, ser incluído, nesta respectiva ARP, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor, para eventual convocação.

2.5.1. O preço registrado com indicação dos fornecedores será publicado trimestralmente no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, durante a vigência da ARP.

2.5.2. A ordem de classificação dos licitantes registrados na ARP para fins de formação do cadastro de reserva, deverá ser respeitada nas contratações.

2.6. O registro, para formação de cadastro de reserva, tem por objetivo possibilitar a imediata convocação do licitante registrado, no caso de exclusão do primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas na Cláusula Nona.

2.7. Este instrumento não obriga o Município de Rondolândia-MT a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os bens referidos na cláusula segunda, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurado a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA DE REGISTRO

3.1. Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Município de Rondolândia, especialmente aquelas exercidas pelo Fiscal da Ata ou Fiscal do Contrato, quando houver, acatando-as.

3.2. Entregar o exemplar com a matéria publicada, no dia da circulação da mesma, podendo ser por via correio com os custos por conta da proponente vencedora e emissão das respectivas notas fiscais/fatura relacionadas ao objeto da presente licitação, que deverão ser encaminhadas ao setor de licitações junto com cada exemplar.

3.3. Não realizar subcontratação total ou parcial dos serviços, sem anuência do Município de Rondolândia. No caso de subcontratação autorizada pela contratante, a DETENTORA continuará a responder direta e exclusivamente pelos serviços e pelas responsabilidades legais e contratuais assumidas;

3.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, relativos à execução ou em conexão com ele, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade o fato de haver fiscalização ou acompanhamento por parte do Município de Rondolândia-MT.

3.5. Responsabilizar-se por todas as providências e obrigações, em caso de acidentes de trabalho com seus empregados, em virtude da execução desta Ata ou em conexão com ele, ainda que ocorridos em dependências do Município de Rondolândia-MT.

3.6. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados, bem como comunicar imediatamente á contratante ou ao Fiscal da Ata ou do Contrato, por escrito, quaisquer fatos ou anormalidades que por ventura possam prejudicar o bom andamento ou o resultado final dos fornecimentos desta ARP.

3.7. Comparecer, sempre que convocada, ao local designado pela contratante ou pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, fazendo-se representar por meio de pessoa devidamente credenciada, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, para exame e esclarecimentos de quaisquer problemas relacionados com os serviços e/ou bens contratados.

3.8. Fornecer número da conta, agência e nome do banco onde deverá ser feito o pagamento, bem como indicar um e-mail válido para comunicação.

3.9. Comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e e-mails informado.

3.9.1. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

3.10. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes desta fiscalização, independentemente daquela que será exercida pelo Fiscal da Ata ou do Contrato, quando houver.

3.11. Substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Município de Rondolândia toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

3.12. Será de inteira responsabilidade da empresa detentora do registro de preço quaisquer danos que venham a ocorrer ao Município de Rondolândia-MT ou a terceiros, decorrentes do fornecimento dos produtos.

3.13. Manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

4.1. Oferecer todas as informações necessárias para que a Detentora do registro de preço possa executar o objeto dentro das especificações.

4.2. Emitir as requisições para a realização do fornecimento dos produtos.

4.3. Notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada nos produtos fornecidos;

4.4. Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados.

4.5. Designar pelo menos um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento ou do contrato dele decorrente, para que no exercício de suas atribuições, tome todas as medidas necessárias junto á Detentora para sanar a ocorrência de eventuais imperfeições, fixando prazo para sua correção.

4.6. Fiscalizar livremente o serviço, não eximindo a detentora da total responsabilidade quanto ao fornecimento dos mesmos.

4.7. Acompanhar o fornecimento, podendo intervir durante sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os produtos fornecidos fora das especificações desta Ata e do Termo de Referência n°007/2016.

4.8. Promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

5.0. A Ata de Registro de Preço terá a sua vigência adstrita ao período máximo de 12 (doze) meses, incluídas eventuais prorrogações, contados da data de sua assinatura, sendo vedada sua prorrogação para além deste prazo.

5.1. Os serviços a serem executados deverão ter seu local de prestação previamente definido pelo responsável pelo Gabinete da Prefeita ou pelo (s) Secretário (s) Municipal participantes, sendo obrigatório ao prestador, antes da execução do serviço, obter a indicação do local correto junto àqueles conforme as condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preços e no Termo de Referência n° 007/2016.

5.2. Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro de Preço as situações referidas nos arts. 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA SEXTA – DA ADMINISTRAÇÃO (GERÊNCIA) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.0. O gerenciamento desta ATA caberá ao Departamento de Licitações da Secretaria Municipal de Administração, quanto ao seu aspecto operacional e à Procuradoria Geral do Município de Rondolândia, quanto ao aspecto jurídico e as questões legais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1. O pagamento deverá ser feito, após a apresentação da Nota Fiscal, devidamente visada e atestada pelo Fiscal da Ata ou quando houver, pelo Fiscal do Contrato designado.

7.2. A Detentora da Ata de Registro de Preço deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/Fatura, a descrição completa dos produtos entregues a este Município de Rondolândia, bem como a quantidade, além de indicar o número do Pregão Presencial a que se refere e número do contrato, quando houver.

7.2.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas a DETENTORA da Ata de Registro de Preço, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento suspenso e realizado somente após a reapresentação das notas fiscais/faturas devidamente corrigidas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará a Detentora da Ata de Registro de Preço das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos produtos entregues.

7.3. O Município de Rondolândia não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade da Detentora da ARP.

7.5. A Detentora do registro de preço deverá manter as mesmas condições de habilitação e qualificação durante toda a vigência da Ata.

7.5.1. No data do pagamento, a tesouraria verificará a validade e a situação atual da DETENTORA, devendo as Notas Fiscais emitidas serem acompanhadas da Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social –INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços–FGTS, ambas emitidas em no máximo,03 (três) dias da data de emissão da Nota Fiscal/Fatura.

7.6.A prestadora/fornecedora autoriza o Município de Rondolândia a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízossuportados, diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE DE PREÇOS.

8.0. É vedado reajustes de preços no período de vigência deste Instrumento

8.0.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência desta ARP, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Município de Rondolândia, solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao preço usual do mercado.

8.4. Será considerado compatíveis com os de mercado, os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo Departamento de Licitação, na pesquiasa de estimativa de preços.

CLÁUSULA NONA – DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.0. O presente instrumento poderá ser rescindido de pleno direito, nas seguintes situações:

a) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço não cumprir as obrigações constantes nesta Ata;

b) Quando a Detentora da Ata de Registro de Preço der causa a rescisão administrativa, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial desta Ata de Registro de Preço;

d) Os preços praticados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.1. Ocorrendo rescisão plena da ata, a Detentora será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente ARP.

9.1.1 Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades e obrigações da DETENTORA, relativas ao fornecimento do ITEM.

9.1.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da Detentora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do TCE-MT, por 02(duas) vezez, num intervalo de 10 (dez) dias, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.2. Havendo a rescisão contratual, cessarão todas as atividades da Detentora da Ata de Registro de Preço, relativas ao fornecimento dos bens e/ou a prestação dos serviços.

9.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.4. Caso o Município de Rondolândia não se utilize da prerrogativa de cancelar esta ARP, a seu exclusivo critério, poderá suspender o seu fornecimento e/ou sustar o pagamento das faturas, até que a DETENTORA cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

10.0. A Detentora que descumprir quaisquer das condições deste instrumento ficará sujeita às penalidades previstas na Lei nº 10.520/2002, bem como nos art. 86 e 87 da Lei 8.666/93, fixadas com base no valor total da contratação, quais sejam:

a) advertência;

b) multa;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de licitar e contratar com o Município de Rondolândia-MT pelo prazo de 02 (dois) anos, bem como o cancelamento de seu certificado de registro cadastral no cadastro de fornecedores do Município de Rondolândia;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;

10.1. Por atraso injustificado na entrega dos produtos, a Detentora sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento)sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega dos produtos.

10.1.1. O atraso superior a 10 (dez) dias, poderá ensejar a rescisão da ARP, ficando a Detentora sujeita aà suspenção temporária a que se refere a alínea “c” do item 10.0 acima.

10.2. As multas serão descontadas dos créditos da empresa detentora da ata ou cobradas administrativa ou judicialmente. **10.3.** As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa e consequentemente a sua aplicação não exime a empresa detentora da ata, da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar ao Município de Rondolândia - MT.

10.4. As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

10.5. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em cadastro a ser mantido no Departamento de Licitação da Secretaria Municipal de Administração.

10.6. Serão publicadas no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, as sanções administrativas previstas no item 10.0 acima, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

10.6.1. Do ato que aplicar a penalidade, caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data da publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.0. As As despesas decorrentes da futura e eventual contratação, oriundas da presente Ata, **serão consignadas no** Orçamento de 2016.

Gabinete da Prefeita

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.0. Fica a Detentora desta ARP obrigada a fornecer os bens e/ou a prestar os serviços registrados, à Contratante e suas secretarias municipais participantes, na forma e condições previstas nesta ARP, no Edital de Pregão Presencial n° 007/2016 e seus anexos, bem como firmar contratos com as mesmas.

12.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I-Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços ou por apostilamento á presente Ata de Registro de Preço.

II - A Detentora da Ata de Registro de Preço obriga-se a se manter, durante toda a execução da Ata, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação e a cumprir fielmente as cláusulas ora avençadas, bem como as normas previstas na Lei nº 8.666/93 e legislação complementar;

III - Vinculam-se a esta ARP, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior, o Edital de Pregão Presencial nº 007/2016, seus anexos e a proposta da Detentora.

IV - É vedado caucionar ou utilizar a presente Ata para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização do TCE-MT.

12.2. Em nenhuma hipótese poderá haver o aumento do quantitativo registrado nesta ARP, sendo porém, possível, o aumento do quantitativo estipulado nos contratos decorrentes desta ARP, na forma do art.65 da Lei n° 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

13.0. Para eficácia do presente instrumento, o Município de Rondolândia-MT, providenciará a publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município ou no Diário Oficial de Contas do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, conforme Lei nº 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.0 As partes contratantes elegem o foro da comarca de Comodoro-MT, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ARP, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ARP, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da contratante.

Rondolândia- MT, 23 de Fevereiro de 2016.

Município de Rondolândia-MT Geandre Frank Latorraca-ME

Bett Sabah M.da Silva CNPJ: 06.147.693/0001-26

Prefeita Municipal Geandré Farnk Latorraca – Representante Legal

CPF: 900.895.291-20

Participantes desta ARP:
Gabinete da Prefeita
(carimbo)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSARIO OESTE/MT, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ/MF nº 03.180.924/0001-05, localizada na Avenida Otavio Costa s/n.º, Bairro Santo Antônio, Rosário Oeste – MT - CEP. 78.470-000, TORNA PÚBLICO, para conhecimento de quantos possam interessar a abertura de procedimento licitatório, do tipo "Menor Preço Por Lote", na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, objeto: **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE BLOQUETES E MEIO FIO PARA CALÇAMENTO VISANDO ATENDER O MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT**, de acordo com o que determina a Lei Federal nº 10.520/02, Lei Federal 7.892/2013, bem como nas Leis Complementares 123/2006 e 128/2008, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, a ser regida pelos mencionados diplomas legais e pelas cláusulas e condições do edital. Entrega e abertura dos Envelopes: Até as 09:00 horas, do dia 07/02/2016 – no endereço acima. Edital Completo: no site: www.rosariooeste.mt.gov.br, email: licitacaorosario@hotmail.com.

Rosário Oeste – MT, 22 de Fevereiro de 2016.

Eziéle Regina B. de Santana

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SALTO DO CÉU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: **PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2016**

Tipo: Menor preço

Critério de julgamento: MENOR PREÇO/ITEM.

OBJETO: ***"Seleção de melhor proposta objetivando o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição futura e fracionada de Produtos Alimentícios, Produtos Alimentícios (frios), Leite Integral, Frango, Ovos, Produtos de Higiene e Limpeza, Gás P13, Descartáveis e Utensílios Domésticos, em atendimento as Secretarias Municipal da Prefeitura de Salto do Céu – MT",*** **conforme discriminado no Termo de Referência no Anexo I, por um período de 12 meses.**

O MUNICÍPIO DE SALTO DO CÉU, através de sua Comissão Permanente de Licitação, torna público a todos os interessados que realizará às ***09h00-min, do dia 11/03/2016***. **LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**, regida pela Lei 8.666/93, para Contratação do objeto supracitado.

Outras informações e edital completo poderão ser retiradas na sala de licitação da Prefeitura, com a Comissão Permanente de Licitação.

Salto do Céu - MT, 22 de Fevereiro de 2016.

MARIA INÊS PEREIRA DA SILVA

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 006/2016

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Licitação

Pregão Presencial n° 006/2016

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual Aquisição de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) - Gás de Cozinha - recarga em botijão retornável de 13 kg, para atender as necessidades da Secretaria de Administração, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação e secretaria de obras do Município de Santa Cruz do Xingu. Modalidade Pregão presencial n° 006/2016, na forma Presencial – Sistema de Registro de Preços, tipo: Menor Preço por Item. A sessão realizar-se-á às 09h00 minutos, do dia 14 de março de 2016. O Edital poderá ser adquirido no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu – MT, situada na Avenida 14 de Setembro, s/nº, Centro, Santa Cruz do Xingu/MT, Fone/Fax: (66) 3594-1304, pelo e-mail: scxlicitacao@gmail.com ou pelo site: http://www.santacruzdoxingu.mt.gov.br/portal/estrutura/transparencia/.

Santa Cruz do Xingu – MT, 22 de Fevereiro de 2016.

Dormelindo Lanzarin - Pregoeiro Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2016, deu-se o julgamento do Pregão Presencial nº 003/2016 tendo como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS, TAIS COMO: PODAS DE ÁRVORES DE MÉDIO E GRANDE PORTE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE E DE PEDREIRO, A SEREM EXECUTADOS NO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.**

. Fica HOMOLOGADO o Pregão Presencial 003/2016 tendo como vencedoras a empresa:

ANGELO PONZONI NETO – MEI, inscrita no CNPJ 24.014.810/0001-65, com valor de R$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) para o Lote 01 e R$140.000,00 (cento e quarenta mil reais) para o Lote 02. Totalizando um valor global de R$225.000,00(duzentos e vinte e cinco mil reais).

Santa Rita do Trivelato – MT, 23 de fevereiro de 2016.

Artêmio Syperreck

Pregoeiro

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2016, a partir das 08 horas na sala do Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato – MT deu-se o julgamento do Pregão Presencial nº 005/2016 tendo como objeto o **Registro de Preços para o fornecimento de gêneros alimentícios destinados à Merenda Escolar das escolas municipais de Santa Rita do Trivelato - MT**. Fica HOMOLOGADO o Pregão Presencial 005/2016 tendo como vencedora a empresa **BATISTELLA E BATISTELLA LTDA, CNPJ nº 20.227.228/0001-26, totalizando o valor de R$ 1.237.890,35 (um milhão duzentos e trinta e sete mil oitocentos e noventa reais e trinta e cinco centavos)**

Restou deserto o item 83.

Santa Rita do Trivelato – MT, 23 de fevereiro de 2016.

ARTEMIO SYPERRECK

Pregoeiro

FINANCEIRO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA AUDIÊNCIA PÚBLICA

O Exmº. **Sr. HUGO GARCIA SOBRINHO, PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO/MT**, no uso de suas atribuições legais, torna público, por meio dos murais da Prefeitura e meios de divulgação em massa e eletrônico, e convoca a população em geral para participarem da Audiência Pública da Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato referente ao 2º semestre de 2015 RGF e 6° Bimestre 2015 RREO, a realizar-se no dia 29 de Fevereiro de 2016, a partir das 14h00min no Plenário da Câmara Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT.

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato, 15 de Fevereiro de 2016

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de 2016, deu-se o julgamento do Pregão Presencial nº 003/2016 tendo como objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS, TAIS COMO: PODAS DE ÁRVORES DE MÉDIO E GRANDE PORTE E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SERVENTE E DE PEDREIRO, A SEREM EXECUTADOS NO MUNICIPIO DE SANTA RITA DO TRIVELATO – MT.**

. Fica HOMOLOGADO o Pregão Presencial 003/2016 tendo como vencedoras a empresa:

ANGELO PONZONI NETO – MEI, inscrita no CNPJ 24.014.810/0001-65, com valor de R$85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) para o Lote 01 e R$140.000,00 (cento e quarenta mil reais) para o Lote 02. Totalizando um valor global de R$225.000,00(duzentos e vinte e cinco mil reais).

Santa Rita do Trivelato – MT, 23 de fevereiro de 2016.

Artêmio Syperreck

Pregoeiro

COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO - ESTADO DE MATO GROSSO

AVISO DE RESULTADO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 – REGISTRO DE PREÇOS

Aos vinte e oito dias do mês de janeiro de 2016, deu-se o julgamento do Pregão Presencial nº 001/2016 tendo como objeto o **Registro de Preços para Contratação de empresa(s) especializada(s) para o fornecimento de alimentação em porções individuais (tipo marmitex), refeições e hospedagem no Município de Santa Rita do Trivelato - MT.** Fica HOMOLOGADO o Pregão Presencial 001/2016 tendo como vencedoras as empresas:

a) APARECIDO DONIZETE DOS SANTOS – MEI, com proposta no valor unitário de R$12,90 (dose reais e noventa centavos) para o item 01**, com valor global de R$30.960,00 (trinta mil novecentos e sessenta reais);**

b) ELOI C. NICOLAU RESTAURANTE CHURRASCARIA E CHOPERIA – ME pelo valor unitário de R$27,00 (vinte e sete reais) para o item 2 e do item 03 pelo valor de R$17,00 (dezessete reais)**, totalizando o valor global de R$44.000,00 (quarenta e quatro mil reais).** E

c) Juraci Gobbi – ME para o item 04 pelo valor unitário de R$62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos), para o item 05 pelo valor unitário de R$49,00 (quarenta e nove reais)**, totalizando o valor global de R$83. 625,00 (oitenta e três mil seiscentos e vinte e cinco reais).**

Santa Rita do Trivelato – MT, 23 de fevereiro de 2016.

Artêmio Syperreck

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 011/2016

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO AFONSO

Rua Pedro Álvares Cabral, 155- Centro- Santo Afonso – MT

CNPJ-37.464.161/0001-46 - CEP: 78425-000 – Fone: 65 -3312-1160

EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE UM PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PÚBLICAS NO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO–MT. Dia: 08/03/2016. **Entrega dos Envelopes:** Até as 09:00 horas, do dia 08/03/2016. **Edital Completo:** Afixado no endereço acima e na Internet, site www.santoafonso .mt.gov.br. **Abertura do envelope Nº 01:** Às 09:00 horas, do dia 08 de março de 2016, no endereço acima. **Fundamento Legal:** Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Santo Afonso- MT, 23 de fevereiro de 2016. **ELISANGELA MOURA DOS SANTOS** -*PREGOEIRA*

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N.º 010/2016 COM REGISTRO DE PREÇO

O Município de Santo Afonso, Estado de Mato Grosso,neste ato representado por sua Pregoeira Oficial, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇO**, **TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**, de conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002, bem como subsidiariamente as normas constantes da Lei Federal 8.666/93, e suas modificações, no **DIA 07 DE MARÇO DE 2016, ÀS 09h00m (horário local)**, na Prefeitura Mu-

nicipal de Santo Afonso/MT localizado à Rua Pedro Álvares Cabral, 155-Centro- Santo Afonso – MT, com a finalidade de receber os envelopes contendo proposta de preço e documentos de habilitação pertinentes à **AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS, DE ESCRITÓRIO E DE EXPEDIENTE, DE INTERESSE E NECESSIDADE DO MUNICÍPIO DE SANTO AFONSO-MT**. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 07h às 13h00 (horário local), ou pelo site do município, www.santoafonso.mt.gov.br.

Santo Afonso-MT, 23 de Fevereiro de 2016.

ELISANGELA MOURA DOS SANTOS -PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE ERRATA EXTRATO DE CONTRATO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE – MT, TORNA PÚBLICA A RETIFICAÇÃO DO EXTRATO DE CONTRATO Nº 007/2016, PUBLICADO EM 18/02/2016, EDIÇÃO Nº 2417, PÁG. 448, INFORMANDO QUE:

ONDE SE LÊ:

Valor Global: R$ 7.150,00 (sete mil cento e cinquenta reais)

LEIA-SE:

Valor Global: R$ 7.986,00 (sete mil novecentos e oitenta e seis reais)

Prefeitura Municipal de Santo Antonio do Leste, 23 de fevereiro de 2016.

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE PORTARIA Nº. 119/2016. DE: 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA Prefeito Municipal de Santo Antonio do Leste, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE;

Art. 1º - Designa os seguintes servidores como responsáveis pela abertura e movimentação financeira das contas bancárias vinculadas ao Fundo Municipal de Assistência Social do Município de Santo Antônio do Leste, relacionadas no parágrafo primeiro deste artigo.

Marli Artuzo Brunetta – Secretária Municipal de Assistência Social, brasileira, casada, servidora pública, portadora do RG nº 07948948 SSP/MT, inscrita no CPF/MF nº 939.204.821-15, residente na Rua das Araras, nº 587, centro, Santo Antônio do Leste, MT.

Lailton Paulo Soares – Secretário Municipal de Economia e Finanças, brasileiro, casado, servidor público, portador do RG nº 06231217 SSP/MT, inscrito no CPF/MF nº 939.204.821-15, residente na Rua Salgado Filho, nº 575, centro, Santo Antônio do Leste, MT. – CPF nº 427.712.771-15.

§ 1º - As contas bancárias a serem movimentadas serão as seguintes:

8817-X; 8819-6; 8818-8; 8816-1; 8815-3; 9138-3; 9505-2; 9506-0; 9507-9 e 9508-7.

§ 1º - As contas bancárias serão movimentadas em conjunto pelos responsáveis acima descritos, devendo conter assinaturas dos servidores Marli Artuzo Brunetta e Lailton Paulo Soares, podendo movimentá-las, inclusive por meio do gerenciador financeiro, requererem, retirarem e emitirem cheques, extratos bancários e comprovantes de pagamentos, efetuarem transferências bancárias, cadastrarem e alterarem senhas.

Art. 2º - Determinar a Secretaria Municipal de Administração e Planejamento que tome as providências necessárias para a execução desta portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam – se as disposições em contrário.

REGISTRA-SE

PUBLICA-SE

CUMPRA-SE.

GABINETE DO PREFEITO

EM: 16 DE FEVEREIRO DE 2016.

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada na secretaria de Administração e Planejamento e Publicada por afixação em local de costume, conforme na legislação em vigor.

RONALDO MARTINS DE AMORIM

SECRETÁRIO M. DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2016

PROCESSO Nº 001/2016 – PREGAO PRESENCIAL Nº 001/2016.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA JUNTO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.**

Vigência: 12(doze) meses.

FAVORECIDA: **PLANALTO COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA/ CNPJ: 10. 829.332/0001-37.**

PRAZO DE EXECUÇÃO: 03(três) meses.

VALOR GLOBAL: **R$99.700,00 (noventa e nove mil e setecentos reais).**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

São Félix do Araguaia - MT, 05 de Fevereiro de 2016.

JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 04/2016

PROCESSO Nº 001/2016 – PREGAO PRESENCIAL Nº 001/2016.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) PATRULHAS MECANIZADAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA JUNTO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT. Vigência:** 12(doze) meses.

FAVORECIDA:**XINGU MAQUINAS AGRICOLAS LTDA/CNPJ: 21.174. 220/0001-01.**

PRAZO DE EXECUÇÃO: 03(três) meses

VALOR GLOBAL: **R$242.000,00 (duzentos e quarenta e dois mil reais).**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

São Félix do Araguaia - MT, 05 de Fevereiro de 2016.

JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FELIX DO ARAGUAIA / LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2016

EXTRATO DE CONTRATO Nº 05/2016

PROCESSO Nº 001/2016 – PREGAO PRESENCIAL Nº 001/2016.

OBJETO: **AQUISIÇÃO DE PATRULHAS MECANIZADAS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA JUNTO AOS PEQUENOS PRODUTORES RURAIS NOS ASSENTAMENTOS DO MUNICIPIO DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA-MT.**

Vigência: 12(doze) meses.

FAVORECIDA: **PLANALTO COMERCIAL AGRÍCOLA LTDA/ CNPJ: 10. 829.332/0001-37.**

PRAZO DE EXECUÇÃO: 03(três) meses.

VALOR GLOBAL: **R$99.700,00 (noventa e nove mil e setecentos reais).**

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 8.666/93.

São Félix do Araguaia - MT, 05 de Fevereiro de 2016.

JOSÉ ANTONIO DE ALMEIDA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO, ATRAVÉS DE PROCESSO INICIAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO, ATRAVÉS DE PROCESSO INICIAL DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL

PROCESSO LICITATÓRIO Número 008/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL Número 004/2014

CONTRATO ORIGINAL Número 004/2014

O B J E T O: Trata-se do **SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO** de um IMÓVEL COMERCIAL construído em alvenaria, contendo diversos cômodos, como banheiros, salas, cozinha, varanda, pátio e outros.. O IMÓVEL está localizado na Avenida Dr. José Fragélli, nº 638 - CEP - 78.670-000 - Bairro Centro, em - São Félix do Araguaia (MT), e está sendo utilizado para **INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)**.

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso X da Lei 8.666/1993 e Lei 8.245/1991.

FAVORECIDA: **FRANCISCA MARIA BARROS CHRISTICHINI**, CPF nº 267.624.471-04

VALOR ESTIMADO GLOBAL: R$ 19.254,00 (dezenove mil duzentos e cinquenta e quatro reais)

RATIFICO a ALTERAÇÃO DO CONTRATO DE LOCAÇÃO, em consonância com a justificativa apresentada pelo Órgão Requisitante, pela Comissão Permanente de Licitação e Parecer da Assessoria Jurídica, por se tratar de execução dos serviços públicos, nos termos do Artigo 24, Inciso X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, combinado com a Lei 8. 245/1991.

São Félix do Araguaia (MT), em 25 de janeiro de 2016.

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - UNIDADE DE CONTROLE INTERNO
EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO

O B J E T O....: SEGUNDO TERMO ADITIVO de ALTERAÇÃO do CONTRATO DE LOCAÇÃO nº 004/2014, firmado em 31/01/2014, e o IMÓVEL está localizado na Avenida Dr. José Fragélli, nº 638 - CEP - 78.670-000 - Bairro Centro, em - São Félix do Araguaia (MT), utilizado para **INSTALAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CENTRO DE REFERÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS)**.

PROCESSO LICITATÓRIO Número 008/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL Número 004/2014

CONTRATO ORIGINAL Número 004/2014

FAVORECIDA: **FRANCISCA MARIA BARROS CHRISTICHINI**, CPF nº 267.624.471-04

NOVO PRAZO DE EXECUÇÃO...: 1 ano.

NOVO VALOR MENSAL...: **R$ 1.604,50** (mil seiscentos e quatro reais e cinquenta centavos)

NOVO VALOR TOTAL...: R$ 19.254,00 (dezenove mil duzentos e cinquenta e quatro reais)

NOVA VIGÊNCIA...: De **01/02/2016 até 31/01/2017**.

RECURSOS: PRÓPRIOS

FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 24, Inciso X, da Lei 8.666/1993 e Lei 8.245/1991.

São Félix do Araguaia (MT), em 29 de janeiro de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

JOSÉ ANTÔNIO DE ALMEIDA, Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO POVO

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL
PORTARIA Nº 003/2016 FUNPREV

PORTARIA N.º 003/2016

*"Dispõe sobre a concessão do benefício de **Aposentadoria por Invalidez**a servidora **Srª."Sebastiana Siqueira Cavalheiro."***

O Secretário Municipal de Administração de São José do Povo, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e;

Considerando o disposto no Art. 6-A da EC 41/2003 com redação da EC 70/2012 da Lei Complementar n.º 563/2013 a qual dispõe sobre a Reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social do Município de São José do Povo, conforme Lei 520/2012 – que dispõe sobre o quadro de pessoal e respectivo planos de cargos e carreiras e vencimentos da Educação Básica do Município de São José do Povo e dá outras providência. Anexos III, quadro V, de São Jose do Povo/MT;

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de **Aposentadoria por invalidez**, a servidora **Srª. *Sebastiana Siqueira Cavalheiro,*** brasileira, portadora do RG n.º 5177938 - SSP/SP e do CPF sob o n.º 208.091.581-91, residente e domiciliada neste município, servidora Efetiva no cargo de Supervisora, Nível "I0", Classe "C", lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, devidamente matriculado sob o n.º 58, com provento **integral**, conforme pro-

cesso administrativo do **FUNPREV**, n.º 2016.03.00002P, a partir de **01/02/2016**, até posterior deliberação.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais à partir de **01 de fevereiro de 2016** revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

São José do Povo/MT, 11 de fevereiro de 2016

SIDNEIA CAETANO DOS SANTOS

Diretora do SAO JOSE DO POVO

Homologo:

ARIVALDO MEDEIROS DE SANTANA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 013/2016 – REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78.435-000, fone (65) 3386-1222, informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial para **futura e eventual aquisição de materiais esportivos para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.** Data de **Abertura: às 08h30min, do dia 08 de março de 2016**, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhada e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11h00min horas e das 13h00min às 17h00min, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo email: licitacaosjrc@gmail.com ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br.SãoJosé do Rio Claro – MT, 23 de fevereiro de 2016.

Tatiana Dockhorn– Pregoeira Oficial

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE PREGÃO Nº 012/2016 – REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Rio Claro – MT, com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro – São José do Rio Claro – MT, CEP: 78.435-000, fone (65) 3386-1222, informa a todos os interessados que realizará Pregão Presencial para **aquisição de lâmpadas de LED para manutenção da iluminação pública do município de São José do Rio Claro – MT.** Data de **Abertura: às 08h30min, do dia 07 de março de 2016**, no endereço acima. Fundamento Legal: Regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e subsidiariamente pela Lei 8.666 de 21/06/93 (com alterações da Lei 8883/94 e da Lei nº 9.648/98). Informação mais detalhada e edital completo poderão ser solicitados no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, das 08h30min às 11h00min horas e das 13h00min às 17h00min, com a Comissão Permanente de Licitação, ou pelo email: licitacaosjrc@gmail.com ou ainda no site do município: www.saojosedorioclaro.mt.gov.br. SãoJosé do Rio Claro – MT, 23 de fevereiro de 2016.

Tatiana Dockhorn– Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 082 DE 22 DE FEVEREIRO DE 20

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - NOMEAR para exercer o cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO, responsável pelo Departamento de Gestão, Planejamento e Projetos, a Senhorita GABRIELLE DOS SANTOS CORREA, portadora do RG nº 1913709-5 – SSP/MT e do CPF nº 035.217.3-81-, fazendo jus ao vencimento do cargo.

Artigo 2º - Esta PORTARIA entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 22 DE FEVEREIRO DE 2016

CARLOS ROBERTO BIANCHI

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

SECRETARIA DE FAZENDA
EXTRATO DO TERMO ADITIVO 09/2015

SEGUNDO TERMO ADITIVO DO CONTRATO DE nº **009/2015,** que faz-Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos – MT, inscrita no CNPJ N° 15.024.029/0001-80, sediada na Av. Dr. Guilherme Pinto Cardoso e a Empresa **MARMELEIRO AUTO POSTO LTDA** inscrita no CNPJ sob o nº 05.082.661/0001-27, com sede na Avenida Miguel Sutil, 11.954, em Cuiabá – MT. Tendo por objeto: prorrogação de prazo.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 083 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016

DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DE SINDICÂNCIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS:

CARLOS ROBERTO BIANCHI, Prefeito de São José dos Quatro Marcos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas no INCISO II no artigo 73 da LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO;

RESOLVE:

Artigo 1º - DETERMINAR a **instauração de sindicância** para apurar o uso indevido de usuário/senha do servidor AFONSO TEIXEIRA LOPES NETO para acessar o sistema GUARDIÃO.

Artigo 2º - CONSTITUIR **Comissão de Sindicância** integrada pelos servidores MIGUEL SOUZA DE ANDRADE JUNIOR, servidor público municipal devidamente concursado para o cargo de Técnico em Contabilidade, portador do RG n. 1043243-4-SSP/MT e do CPF n. 793.762.581-34, LUCELIA VENTUROLI, servidora pública municipal devidamente concursada para o cargo de Técnico em Contabilidade, portadora do RG n. 1091267-3-SSP/MT e do CPF n. 805.843.491-49, e FABRICIO DE BARROS RODRIGUES, servidor público municipal devidamente concursado para o cargo de Auxiliar de Serviços Externos, portador do RG n. 1559847-0-SSP/MT e do CPF n. 973.347.311-15, para, sob a presidência do primeiro, dar cumprimento ao disposto no item precedente.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

REGISTRADA|PUBLICADA|CUMPRA-SE

PREFEITURA DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

AOS 23 DE FEFEREIRO DE 2016

CARLOS ROBERTO BIANCHI

Prefeito Municipal

PUBLICADA POR AFIXAÇÃO NO LOCAL DE COSTUME

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 003/2016

CONTRATANTE: Município de São Pedro da Cipa – MT;

CONTRATADO: BRASILCARD ADMINISTRADORA DE CARTÕES LTDA **OBJETO:** – Contratação de empresa especializada para prestação de serviço de administração e gerenciamento de despesas de serviços, para manutenção preventiva e corretiva (mecânica em geral, elétrica, funilaria, alinhamento, balanceamento, cambagem, troca de óleo, filtro, pintura em geral e sistema de injeção eletrônica em geral) bem como o fornecimento de peças, acessórios de reposição originais ou similiar de primeira linha e serviços de guincho, reboque, opera através da utilização de sistema via WEB próprio da contratada, compreendendo orçamento dos materiais de serviços especializados de manutenção através da rede de oficinas credenciadas pela contratada. **PRAZO:** 12 (doze) meses

VALOR GLOBAL: R$1.718.040,00 (hum milhão setecentos e dezoito mil quarenta reais) **ASSINATURA:** 05 de fevereiro de 2016. São Pedro da Cipa – MT.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 004/2016

CONTRATANTE: Município de São Pedro da Cipa – MT;

CONTRATADO: J. N. PRADO - ME **OBJETO:** – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE RECONSTRUÇÃO DA PONTE SOBRE O CORREGO CAMPINA. **PRAZO:** 30 (trinta) dias

VALOR GLOBAL: 65.662,00 (sessenta e cinco mil seiscentos e sessenta e dois reais) **ASSINATURA:** 05 de fevereiro de 2016. São Pedro da Cipa – MT.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 005/2016

CONTRATANTE: Município de São Pedro da Cipa – MT;

CONTRATADO: ELISEU MARTINS CARVALHO E CIA LTDA **OBJETO:** – contratação de empresa especializada em locação de maquinas Pesadas e Munck, serviços elétricos de baixa e alta tensão eletromecânico, eletrônico, quadros de comando e automatização. **PRAZO:** 12 (doze) meses

VALOR GLOBAL: R$ 72.005,40 (setenta e dois mil cinco reais e quarenta centavos) **ASSINATURA:** 15 de fevereiro de 2016. São Pedro da Cipa – MT.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2015.

EXTRATO DO 1º ADITIVO AO CONTRATO Nº 026/2015.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS ENGEL LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº 11.002.627/0001-06**.**

Objetivo: Informar Dotação Orçamentária.

Justificativa: Informar Dotação Orçamentária.

Vigência do contrato: 22/02/2016 a 15/04/2016.

Modalidade: Dispensa Nº 012/2015.

Secretaria: Secretaria de Saúde.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO 7º ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2013.

EXTRATO DO 7º ADITIVO AO CONTRATO Nº 067/2013.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E CONSTRUTORA E PRESTADORA DE SERVIÇO BELCHIOR LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.362.824/0001-08.

Objetivo: Informar Dotação Orçamentária.

Justificativa: Justifica-se o presente aditivo para complementar a quantia de R$ 41.250,00 ao valor informado no 6º aditivo (R$ 412.500,00) que, por equívoco, foi calculado errado, não levando em consideração o realinhamento ocorrido em junho de 2015, conforme solicitação da Secretaria de Obras.

Vigência do contrato: 22/02/2016 a 04/06/2016.

Modalidade: Pregão nº 029/2013.

Secretaria: Secretaria de Viação, Obras e Serviços Urbanos.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2015.

EXTRATO DO 2º ADITIVO AO CONTRATO Nº 010/2015.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E LUIZ ANTONIO FABRIN EIRELI – ME, INSCRITA NO CNPJ/MF SOB O Nº 17.194.699/0001-70**.**

Objetivo: Prorroga-se o prazo de vigência da presente locação por 04 (quatro) meses e 11 (onze) dias, com início em 19 de fevereiro de 2016 e término em 30 de junho de 2016, podendo ser rescindida antecipadamente ou renovada por iguais e sucessivos períodos, mediante Aditivo Contratual e comunicação expressa da parte interessada, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Justificativa: Justifica-se a prorrogação de que trata o caput desta Cláusula, devido o imóvel ora locado atender as necessidades para funcionamento da Creche Municipal Irene Thomaz Scheneider, encontrando-se dentro do valor de mercado. Neste caso, a abertura de um novo processo licitatório e a mudança de endereço geraria um gasto desnecessário para o Município.

Vigência do contrato: 18/02/2016 a 30/06/2016.

Modalidade: Dispensa Nº 006/2015.

Secretaria: Secretaria de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO 13º ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2013.

EXTRATO DO 13º ADITIVO AO CONTRATO Nº 083/2013.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E LKL VIAGENS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ n° 06.907.662/0001-26.

Objetivo: Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo n° 083/2013, por mais 12 (doze) meses, ou seja, de 27/01/2016 até 27/01/2017.

Justificativa: O presente Termo Aditivo se faz necessário, uma vez que o transporte escolar é um serviço contínuo, necessitando ser satisfeito e atendido de forma permanente, já que a prestação do serviço de ensino nas unidades escolares públicas não se encerra a cada exercício financeiro, mas, pelo contrário, a cada ano mais e mais alunos ingressam nas salas de aula das escolas e o transporte escolar viabiliza aos alunos da zona rural o direito social à educação. Sendo, portanto, o transporte escolar uma necessidade incessante e rotineira no âmbito da administração, sua utilização permanente impõe a execução ininterrupta como condição de satisfação do interesse público, garantindo assim o atendimento à necessidade dos alunos em receberem a oferta de transporte escolar contínuo.

Vigência do contrato: 27/01/2016 até 27/01/2017.

Modalidade: Pregão nº 051/2013.

Secretaria: Secretaria Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPEZAL - COMPRAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2016.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2016.

Partes: O MUNICÍPIO DE SAPEZAL INSCRITO NO CNPJ/MF SOB O Nº 01.614.225/0001-09 E LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA, INSCRITA NO CNPJ SOB Nº 03.725.725/0001-35**.**

Objetivo: Constitui objeto do presente contrato a cessão de uso de software da **CONTRATADA** à CONTRATANTE, consistentes na divulgação, publicação e gerenciamento do compêndio dos atos oficiais (Lei Orgânica, Leis Complementares, Leis Ordinárias e Decretos), do Município supra descrito por este fornecidos, dispostos no site LeisMunicipais.com.br com link direcionado à página eletrônica oficial da Prefeitura, em menu específico denominado "LEIS MUNICIPAIS", cuja URL (endereço) de conexão será.

Vigência do contrato: 15/02/2016 a 15/02/2017.

Modalidade: Inexigibilidade N° 002/2016.

Secretaria: Gabinete do Prefeito.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 743/2015

DATA: 17/12/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) SALVADOR DINIZ

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). SALVADOR DINIZ, efetivo(a) no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE SAÚDE, referência “A”, nível “01”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 31/12/2015 e término em 15/01/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.05.19645P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 17/12/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 736/2015

DATA: 17/12/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARLENE LUIZ BERNARDO

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). MARLENE LUIZ BERNARDO, efetivo(a) no cargo de ZELADOR(A), referência “A”, nível “04”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 06/01/2016 e término em 04/02/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.05.19632P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 17/12/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 749/2015

DATA: 18/12/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ADEVANIR PIO DA COSTA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ADEVANIR PIO DA COSTA, efetivo(a) no cargo de MOTORISTA II, referência “A”, nível “01”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 02/01/2016 e término em 30/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.05.19637P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 18/12/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 002/2016

DATA: 04/01/2016

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) JOSE ARISTIDES GOMES AMORIM

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). JOSE ARISTIDES GOMES AMORIM, efetivo(a) no cargo de AUXILIAR DE COORD. PEDAGOGICA 40HS, referência “C”, nível “04”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 13/01/2016 e término em

14/01/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.05.19643P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 04/01/2016.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 741/2015

DATA: 17/12/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ELZA ELIAS DOS SANTOS BARBOSA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ELZA ELIAS DOS SANTOS BARBOSA, efetivo(a) no cargo de ZELADOR(A), referência “A”, nível “04”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 31/12/2015 e término em 19/01/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.05.19621P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 17/12/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 005/2016

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. JOCELIA DE SOUZA.”

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. JOCELIA DE SOUZA, efetiva no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE SAÚDE, referência “”, nível “01”, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com vencimentos integrais, a partir de 04/01/2016 e término em 02/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.08.19662P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO. EM, 11/01/2016

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 006/2016

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. ANDREA WALCZINSKI.”

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. ANDREA WALCZINSKI, efetiva no cargo de ENFERMEIRO(A) 40HS, referência “”, nível “04”, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com vencimentos integrais, a partir de 18/12/2015 e término em 15/04/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.08.19663P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO. EM, 11/01/2016

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 007/2016

“Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. KEILA DIAS DA COSTA.”

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. KEILA DIAS DA COSTA, efetiva no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30HS, referência “”, nível “”, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 17/12/2015 e término em 14/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.08.19661P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO. EM, 11/01/2016

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º 008/2016

Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. JOLIANE APARECIDA DA SILVA PEREIRA.”

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso

de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. JOLIANE APARECIDA DA SILVA PEREIRA, efetiva no cargo de TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL 40HS, referência "", nível "03", lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 19/12/2015 e término em 16/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.08.19656P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO. EM, 11/01/2016

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 742/2015

DATA: 17/12/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) FATIMA APARECIDA COSTA FRANCA

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). FATIMA APARECIDA COSTA FRANCA, efetivo(a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, referência "B", nível "04", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 12/12/2015 e término em 09/02/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.05.19567R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 17/12/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA N.º09/2016

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. LAURIANE BORGES SAMPAIO DA SILVA."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. LAURIANE BORGES SAMPAIO DA SILVA, efetiva no cargo de ASSISSTENTE SOCIAL , referência "", nível "", lotada na SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL, TRABALHO E HABITAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 06/01/2016 e término em 04/05/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2016.08.19667P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO. EM, 11/01/2016

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 733/2015

DATA: 17/12/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) ANTONIA CLAUDIA DA CONCEIÇÃO

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). ANTONIA CLAUDIA DA CONCEIÇÃO, efetivo(a) no cargo de AGENTE DE SERVIÇOS DE SAÚDE, referência "B", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 02/01/2016 e término em 16/01/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.05.19646P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 17/12/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº. 159/2016

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

SÚMULA: Altera o inciso VII do artigo 2º da Portaria nº. 061/2014, de 06 de fevereiro de 2014.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Alterar o inciso VII do artigo 2º da Portaria nº. 061/2014, de 06 de fevereiro de 2014, conforme segue:

"Art. 2º (...);

VII – Flávia Rodrigues de Assis – Matrícula 8978 – Secretaria Municipal de Educação;""

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 22 de fevereiro de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº. 159/2016

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

SÚMULA: Altera o inciso VII do artigo 2º da Portaria nº. 061/2014, de 06 de fevereiro de 2014.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Alterar o inciso VII do artigo 2º da Portaria nº. 061/2014, de 06 de fevereiro de 2014, conforme segue:

"Art. 2º (...);

VII – Flávia Rodrigues de Assis – Matrícula 8978 – Secretaria Municipal de Educação;""

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 22 de fevereiro de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº. 160/2016

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

SÚMULA: Altera o Art. 1°, da Portaria n° 108, de 19 de Fevereiro de 2013.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Alterar o Art. 1°, da Portaria n° 108, de 19 de Fevereiro de 2013, conforme segue:

"REPRESENTANTES DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Almir Arantes

Mara Cristine Meyer"

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 22 de fevereiro de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº. 161/2016

DATA: 22 de fevereiro de 2016.

SÚMULA: Designa o servidor Evânio Olszewski a função de Fiscal do Contrato nº. 004/2015.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor Evânio Olszewski – Professora, matrícula 6744, para exercer a função de Fiscal do Contrato nº. 004/2015 que trata da *"Contratação de empresa especializada em locação por quilômetro rodado de veículos do tipo ônibus, com capacidade mínima de 40 (quarenta) passageiros sentados, para transporte de alunos da rede pública de ensino, em cumprimento aos itinerários estimados em aproximadamente 1. 062.470 (um milhão, sessenta e dois mil, quatrocentos e setenta) quilômetros por ano, distribuídos em cerca de 50 (cinquenta) linhas, atendendo a solicitação da Secretaria Municipal de Educação"*, referente ao Pregão Presencial nº. 001/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 083/2015, de 10 de fevereiro de 2015.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 22 de fevereiro de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 162/2016

DATA: 22 de fevereiro de 2016

SÚMULA: Nomeia, no quadro comissionado, a servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

Art. 1º. Nomear, no quadro comissionado, a servidora que menciona, conforme segue:

NOME	CARGO	CC	NOMEAÇÃO
MARILI LANDO DE MOURA	COORD. DE DIV. DE ATENÇÃO BÁSICA	06	22/02/2016

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 154/2016, de 19 de fevereiro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 22 de fevereiro de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 163/2016

DATA: 22 de fevereiro de 2016

SÚMULA: Designa a servidora que menciona.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar a servidora que menciona, a partir do dia 16 de fevereiro de 2016:

MATR	NOME	CARGO	CE	DESIGNAÇÃO	CC
6260	LECILDA RAMOS CORREIA DA SILVA	TELEFONISTA	06	COORD. DE DIV. DE MOB. DIV. E PRODUÇÃO	06

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 148/2016, de 18 de fevereiro de 2016.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 22 de fevereiro de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 164/2016

DATA: 22 de fevereiro de 2016

SÚMULA: Defere averbação por tempo de Contribuição.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Deferir a averbação por tempo contribuição, do servidor Sr. **LUIS AUGUSTO SILVESTRE CUSTÓDIO**,brasileiro, casado, cirurgião dentista,portador da Cédula de Identidade RG nº. 14997392 SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº. 068.710.128-00, referente ao período de 21/04/1987 a 07/05/1988; 08/02/1993 a 31/10/1997; 01/07/1987 a 31/03/1993; 01/08/2000 a 31/12/2000; 01/09/2001 a 31/03/2003; 01/04/2003 a 30/04/2003; 01/05/2003 a 30/06/2003; 01/07/2003 a 31/08/2003; 01/11/2003 a 30/11/2003; 01/02/2004 a 30/06/2004; 01/09/2004 a 30/09/2004; 01/11/2004 a 31/01/2005. Totalizando 5.025 (cinco mil e vinte e cinco) dias líquidos, correspondendo á 13 (treze) anos, 09 (meses) e 10 (dez) dias, prestados junto ao INSS - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL, sob o protocolo 10021010.1.00099-14-6 de 03/12/2015.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 22 de fevereiro de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP
PORTARIA Nº 165/2016

DATA: 22 de fevereiro de 2016

SÚMULA: Designa o servidor CARLOS EDUARDO RIBEIRO a função de Fiscal do Contrato nº. 024/2014.

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no Decreto nº. 133/2008, de 18 de dezembro de 2008, que aprovou a Instrução Normativa nº. 016/2008 que estabelece normas e procedimentos para acompanhamento e controle da execução dos contratos;

R E S O L V E:

Art. 1º. Designar o servidor CARLOS EDUARDO RIBEIRO – matrícula 4212, a função de Fiscal do Contrato nº. 024/2014 que trata da *"Locação de um imóvel comercial em alvenaria, situado na Avenida das Embaúbas, esquina com Rua das Azaléias nº. 1.503 – Setor Comercial (Centro), destinado a instalação do Centro Especialidade de Reabilitação – CER DOM AQUINO, atendendo a Secretaria Municipal de Saúde"*, referente à Dispensa de Licitação nº. 019/2014.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº. 174/2014, de 07 de março de 2014.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 22 de fevereiro de 2016.

JUAREZ COSTA

Prefeito Municipal

PREVISINOP
PORTARIA N.º 744/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. CLEIDE DE OLIVEIRA MERCEDES."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. CLEIDE DE OLIVEIRA MERCEDES, efetiva no cargo de ZELADOR(A), referência "", nível "01", lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, com vencimentos integrais, a partir de 09/12/2015 e término em 06/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.08.19642P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO. EM, 17/12/2015

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 732/2015

DATA: 16/12/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) AMANDA ARAUJO DOS SANTOS

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). AMANDA ARAUJO DOS SANTOS, efetivo(a) no cargo de TÉCNICO DE ENFERMAGEM, referência "B", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 06/01/2016 e término em 05/03/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.05.19630P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 16/12/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 002/2016 DE 01/02/2016

CONTRATO n.º 002/2016 - OBJETO: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços continuados de terceirização de mão de obra de apoio às atividades operacionais e administrativa de caráter subsidiário (Agente de Recepção II, Recepcionista Executiva I, Recepcionista Executiva II,), para atender as Unidades: Gabinete – PROCON – Transito e Transporte Urbano. **CONTRATADA:** COOPERATIVA DE TRABALHO DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS DE SORRISO**,** inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.355.192/0001-84. **VALOR TOTAL: R$ 260.400,00** (Duzentos e Sessenta Mil e Quatrocentos Reais). **CONTRATANTE**: PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP. **REF:** Adesão a Ata de Registro de Preços nº 212/2015 - Pregão Presencial 087/2015 – fundamentada na Lei n° 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações. **DATA DE INICIO:** 01/02/2016. **EXECUÇÃO:** 12 (Doze) meses. **VIGÊNCIA:** 12 (Doze) meses.

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 04/2016 SRP Nº 07/2016

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SINOP/MT torna público que realizará licitação na modalidade de PREGÃO ELETRÔNICO. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: **Aquisição de Equipamentos Odontológicos para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde**. ENVIO DE PROPOSTAS: 25/02/2016, a partir das 14h00min (horário de Brasília/DF). ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: 09/03/2016 às 14h00min (horário de Brasília/DF). **REALIZAÇÃO**: por meio do site www.cidadecompras.com.br. INTEGRA do EDITAL: por meio do site www.cidadecompras.com.br e www.prefeituravirtual.com.br. Sinop/MT, 23 de fevereiro de 2016.

Vanusa Aparecida Serpa

Pregoeira - Portaria nº 372/2013

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 04/2016 SRP 08/2016

A Prefeitura Municipal de Sinop/MT torna público que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL** Nº 04/2016 SRP 08/2016. TIPO: Menor Preço por Item. OBJETO: **Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Locações de Máquinas, Equipamentos e Ferramentas Elétricas para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos**. ABERTURA da SESSÃO: 09/03/2016 às 14h00min (horário de Brasília/DF). LOCAL: Secretaria Municipal de Administração, Rua das Avencas, 1.491, Setor Comercial, Sinop/MT. Íntegra do edital: no endereço indicado ou por meio dos sites www.cidadecompras.com.br ou www.prefeituravirtual.com.br. Informações: (66) 3517-5298/5263. **Sinop/MT, 23 de fevereiro de 2016.**

Marcello Pavan

Pregoeiro - Portaria nº 372/2013

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 740/2015

DATA: 17/12/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) LIA GOEDERT BORGES MONTEIRO

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). LIA GOEDERT BORGES MONTEIRO, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM LETRAS 40HS, referência “C”, nível “06”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 07/12/2015 e término em 26/12/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.05.17481R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 17/12/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 739/2015

DATA: 17/12/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MIRIAN ISER

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). MIRIAN ISER, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM MATEMATICA 20HS, referência “C”, nível “02”, lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 05/12/2015 e término em 24/12/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.05.18525R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 17/12/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP
EDITAL DE PUBLICAÇÃO - AVISO DE LICITAÇÃO

A **CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO**, com sua sede localizada na Avenida das Figueiras n° 1835, na cidade de Sinop – MT, faz saber que se encontra aberta aos interessados, Licitação na Modalidade de **PREGÃO PRESENCIAL, Tipo MENOR PREÇO POR ITEM N° 005/2016**, regida pela Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 3.555/00, pela Lei Federal n° 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas posteriores alterações e pelas condições estabelecidas no Edital, tendo como objeto: **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE COPA E LIMPEZA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SINOP - MT.**

Abertura dar-se-á no dia 09 de março de 2016, às 13:00 horas na sede da Câmara Municipal de Sinop – MT.

O Edital completo e informações poderão ser obtidos junto a Comissão Permanente de Licitações, na sede da Câmara Municipal de Sinop – MT,

durante o horário normal de expediente, ou seja, das 12:00 às 18:00 horas, no endereço supracitado ou através do site www.sinop.mt.leg.br.

Sinop – MT, 23 de fevereiro de 2016.

Marcieli Rosangela Gomes

Pregoeiro – Portaria nº 003/2016

Álisson Bragagnolo

Presidente da Comissão de Licitação

Portaria nº 002/2016

PREVISINOP
PORTARIA N.º 734/2015

"Dispõe sobre a concessão do benefício de Salário Maternidade à servidora Sra. SANDRA APARECIDA DA COSTA."

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 27, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal,

Resolve:

Art. 1º Conceder o benefício de SALÁRIO-MATERNIDADE, à servidora Sra. SANDRA APARECIDA DA COSTA, efetiva no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 30HS, referência "", nível "03", lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, com vencimentos integrais, a partir de 15/12/2015 e término em 12/04/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.08.19647P.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO Diretora Executiva do PREVISINOP

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO. EM, 17/12/2015

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 737/2015

DATA: 17/12/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARIA INES JOANUCCI

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). MARIA INES JOANUCCI, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM LETRAS 40HS, referência "C", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 09/12/2015 e término em 23/12/2015, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.05.17216R2.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 17/12/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 738/2015

DATA: 17/12/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) APARECIDA DE FATIMA MORENO

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). APARECIDA DE FATIMA MORENO, efetivo(a) no cargo de ZELADOR(A), referência "A", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 13/12/2015 e término em 10/02/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.05.19568R1.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 17/12/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREVISINOP
PORTARIA Nº. 735/2015

DATA: 17/12/2015

SÚMULA: Dispõe sobre a concessão do benefício Auxílio Doença ao(a) servidor(a) MARIA MADALENA AGUIAR BRONDANI

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO, DIRETORA EXECUTIVA DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES MUNICIPAIS DE SINOP - PREVISINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 16, da Lei Municipal n.º 937/2006, de 29 de setembro de 2006, que rege a previdência municipal.

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o benefício de AUXÍLIO-DOENÇA, ao(a) servidor(a) Sr(a). MARIA MADALENA AGUIAR BRONDANI, efetivo(a) no cargo de PROF. LIC. EM PEDAGOGIA 40HS, referência "C", nível "03", lotado(a) na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, correspondente a última remuneração de contribuição, a partir de 03/01/2016 e término em 04/02/2016, conforme processo administrativo do PREVISINOP, n.º 2015.05.19628P.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA DIRETORA DO PREVISINOP,

ESTADO DE MATO GROSSO.

EM, 17/12/2015.

CÁSSIA APARECIDA RIBEIRO OMIZZOLLO

Diretora Executiva do PREVISINOP

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

RGF 3º QUADRIMESTRE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Março/2015 a Fevereiro/2016

RGF – ANEXO 01 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") **R$ 1,00**

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.048.280,78	
Pessoal Ativo	9.048.280,78	
Pessoal Inativo e Pensionistas		
Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Tercerização (§ 1º do art. 18 da LRF)		
DESPESA NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	-0,33	
Indenizações por Demissão e Incentivos a Demissão Voluntária		
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração		
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	-0,33	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	9.048.281,11	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	23.916.912,92	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	9.048.281,11	37,83 %
LIMITE MAXIMO VI (incisos I, II e III, do art. 20 da LRF)	12.915.132,98	54,00 %
LIMITE PRUDENCIAL VII (§ único do art. 22 da LRF)	12.269.376,33	51,30 %
LIMITE DE ALERTA VIII (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00 %	11.623.619,68	48,60 %

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

TRAJETÓRIA DE RETORNO AO LIMITE DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL								
2º Quadrimestre de 2014			de 0000			1º Quadrimestre de 2015		
Limite Máximo (a)	% DTP (b)	% Excedente (c) = (b - a)	Redutor Mínimo de 1/3 do Excedente (d) = (1/3 * c)	Limite (e) = (b - d)	% DTP (f)	Redutor Residual (g) = (f - a)	Limite (h) = (a)	% DTP (f)
54,00 %	85,37 %	31,37 %	10,46 %	74,91 %	0,00 %	-54,00 %	54,00 %	37,83 %

Emissão: 23/02/2016 09:18:25 PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA Page 1 de 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
CNPJ: 37464997000140
Av Comendador Jose Pedro Dias - 0000064 - Centro
Telefone 06635571415

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Quadrimestral - 01/2015 à 12/2015

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	-1.210,01
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	-1.210,01
Interna	0,00	0,00	0,00	-1.210,01
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (inclusive)- Vencidos e Não Pagos.	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	686.087,95	2.336.830,31	1.426.336,04	-221.716,31
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.648.578,39	2.464.173,44	1.549.126,41	954.169,83
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	962.490,44	127.343,13	122.790,37	1.175.886,14
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-686.087,95	-2.336.830,31	-1.426.336,04	-1.210,01
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	22.341.391,48	21.431.634,97	22.076.349,45	27.784.872,15
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	-3,07	-10,90	-6,46	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00

DETALHAMENTO DA DÍVIDA CONTRATUAL				
DÍVIDA CONTRATUAL (IV = V + VI + VII + VIII)	0,00	0,00	0,00	-1.210,01
DÍVIDA DE PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
PARCELAMENTO DE DÍVIDAS (VI)	0,00	0,00	0,00	-1.210,01
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	-1.210,01
Previdênciárias	0,00	0,00	0,00	-1.210,01
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA COM INSTITUIÇÃO FINANCEIRA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00	0,00
DEMAIS DIVIDAS CONTRATUAIS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC				
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	423.852,06	295.188,97	382.457,64	277.964,60
RP NÃO PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	153.569,28	37.153,55	31.216,29	101,20
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA				
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDÊNCIÁRIA (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (X)[1]	0,00	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00

Emissão: 23/02/2016 09:22:31

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
CNPJ: 37464997000140
Av Comendador Jose Pedro Dias - 0000064 - Centro
Telefone 06635571415

Relatório de Gestão Fiscal
Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida
Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social
Quadrimestral - 01/2015 à 12/2015

RGF – ANEXO 02 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2015		
		até o 1º Quadrimestre	até o 2º Quadrimestre	até o 3º Quadrimestre

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAIL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Quadrimestral - Janeiro a Dezembro de 2015

RGF – ANEXO 03 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)				
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	22.341.391,48	21.431.634,97	22.076.349,45	27.784.872,15
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL				
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %				
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) 90,00%				

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCICIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCICIO DE 2015		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em Operações de Crédito				
Outras Garantias na Forma da LRF*				
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (VII) = (V + VI)				

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
Nota: * Indui garantias concedidas por meio de fundos.

Emissão: 23/02/2016 09:23:21 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Terceiro Quadrimestre - Setembro à Dezembro de 2015

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALORES		
	No Quadrimestre	Até o Quadrimestre (a)	Executado Até o Quadrimestre
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00	0,00
Antecipação da Receita	0,00	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Servicos	0,00	0,00	0,00
Demais Atencipações da Receita	0,00	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00
De Contribuicoes Sociais	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito Não Sujeitas ao Limite para Fins de Contratação	0,00	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% Sobre a RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	27.784.872,10	-
OPERAÇÕES VEDADAS (III)	0,00	0,00%
Do Período de Referência (III)	0,00	0,00%
De Períodos Anteriores ao de Referência	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (IV) = (Ia + III)	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	8.335.461,65	30,00%
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF)	7.501.915,49	90,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) = (IV + IIa)	0,00	0,00%

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

Nota: [1] **Este demonstrativo evidencia todas as operações de crédito efetivamente realizadas pelo ente, sem prejuízo da verificação da legalidade dessas operações, bem como das eventuais cominações decorrentes, especialmente no caso de operações de crédito vedadas ou em desacordo com limites e condições impostos pela legislação em vigor.**

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Terceiro Quadrimestre - Setembro à Dezembro de 2015

RGF – ANEXO 04 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1,00

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF – Anexo 05 (LRF, art 55, Inciso III, alínea "a") R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DOS RECURSOS	Disponibilidade de Caixa Bruta (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (f) = (a - (b + c + d + e))	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Emepnhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)			
		De Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	**-238.593,34**		**250.247,24**		**23.643,09**	**-512.483,67**	**38.120,90**	
0122000000 - Transferências de Convênios - Educação	1.006.877,07					1.006.877,07		
0123000000 - Transferências de Convênios - Saúde	157.916,97				23.643,09	134.273,88		
0124000000 - Transferências de Convênios - Outros (não relacionados à educação/saúde/assistência social)	-145.258,78		53.444,87			-198.703,65	32.863,93	
0129000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	2.091,01		4.036,20			-1.945,19		
0130000000 - Recursos do Fundo de Transporte e Habitação - FETHAB	-1.260.219,61		192.766,17			-1.452.985,78	5.256,97	
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (II)	**1.192.763,28**	**63.811,99**	**863.697,06**	**101,20**	**51.965,74**	**213.187,29**	**385.745,94**	
0000000000 - Fonte não Cadastrada	-56.626,92				86.718,20	-143.345,12		
0100000000 - Recursos Ordinarios	4.269.020,37	63.811,99	460.864,02	101,20	-321.461,73	4.065.704,89	379.894,00	
0101000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	-68.033,29		28.006,54		45.167,47	-141.207,30		
0102000000 - Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	-2.712.471,92		150.582,16		121.264,76	-2.984.318,84	4.391,86	
0114000000 - Transferência de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	483.077,17		99.729,74		23.292,79	360.054,64		
0115000000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	-59.808,33		38.627,31			-98.435,64	1.460,08	
0116000000 - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico - CIDE	829,34					829,34		
0117000000 - Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública - COSIP	876,91					876,91		
0118000000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exer	182.422,93		58.242,31		49.877,87	74.302,75		
0119000000 - Transferências do FUNDEB - (aplicação em outras despesas da Educação Básica)	-1.091.153,83		27.644,98		47.106,38	-1.165.905,19		
0224000000 - Transferencias de Convenios - Outros (nao relacionados a educacao/saude/assistencia social)	244.630,85					244.630,85		
TOTAL (III) = (I + II)	**954.169,94**	**63.811,99**	**1.113.944,30**	**101,20**	**75.608,83**	**-299.296,38**	**423.866,84**	

Emissão: 23/02/2016 09:26:10

Page 1 de 1
Homologado

MUNICIPIO DE TABAPORA - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
ATE O 3 QUADRIMESTRE DE 2015

LRF, art. 48 – Anexo 06 R$ 1,00

DIVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA	-1.210,01	0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
GARANTIAS DE VALORES	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
TOTAL DAS GARANTIAS DE VALORES		0,00 %
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUCAO DO SENADO FEDERAL - %		0,00 %
OPERACOES DE CREDITO	**VALOR**	**% SOBRE A RCL**
OPERACOES DE CREDITOS EXTERNAS E INTERNAS		0,00 %
OPERACOES DE CREDITOS POR ANTECIPACAO DA RECEITA		0,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO EXTERNAS E INTERNAS - 30,00 %	8.335.461,65	30,00 %
LIMITE DEFINIDO PELO SENADO FEDERAL PARA OP. CREDITO POR ANTECIPACAO DA RECEITA - 0,00 %		0,00 %
RESTOS A PAGAR	**INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**	**SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS**
Valor Total		-297.426,23

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

Emissão: 23/02/2016 09:26:52 Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT

RESULTADO DE PREGÃO PRESENCIAL

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Tabaporã- MT, torna publico aos interessados que o Pregão Presencial n° 05/ 2016, cujo Objeto é: Contratar empresa do ramo para fornecimento de ma-

terial mobiliário e equipamentos para unidade básica de saúde. Cuja abertura se deu as 09:00hs local do dia 19/02/2016 e sagrou-se vencedora dos itens ***03, 05, 08, 10, 11, 12, 14 e 15*** *a empresa* ***02-W Quiles Sanches, Moveis e Eletrodomésticos,*** *proposta novalor global de* ***R$ 12.936,32,*** *e os itens****, 06 e 15****, empresa* ***01-LP Comercio e Representações Ltda-EPP,*** *proposta no valor global de* ***R$ 6.827,04,*** *os demais* ***itens*** *do anexo (I)foram fracassado. Tabaporã-MT. 22 de Fevereiro de 2016.*

Antonio B Mota.

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 02/2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 02/2016

PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL: N°04/2016–REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Av. Comendador José Pedro Dias nº 979 N, Bairro Centro, nesta cidade, inscrita no C.N.P.J. /MF sob o nº 37.464.997/0001-40, representado neste ato pelo seu Prefeito Municipal Sr. Percival Cardoso Nóbrega**,** brasileiro, casado, residente e domiciliado neste Município, Centro, nesta cidade de Tabaporã – MT, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.174.044-2-SSP/PR e inscrito no CPF sob nº 544.061.889-91 em exercício, doravante denominado de **CONTRATANTE** e de outro lado as empresa, **01- COMERCIO DE PNEUS JUINA LTDA**, inscrita no CNPJ nº 04.495.371/0001-42, com sede na Av. Int. Gov. Jaime Campos, nº 1733, CEP: 78.320-000, Telefone (66) 3566.1150, Cidade de Juina/MT. Representada neste ato pelo sócio proprietário, Senhor, Roque Jair Perus, brasileiro, portador do RG nº 4.729.926-8-SSP/PR e do CPF nº 661.944.159-91, Cidade de Juina/MT. **03-ALTAIR ZANIN PNEUS-ME**, inscrita no CGC/MF sob o nº 09.329.896/0001-21, estabelecida à Rua Oscar Kunio Kawakami nº 154-E-Bairro, Centro, Cep: 78.563-000, Cidade de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, representada neste ato por seu representante legal, Sr. Altair Zanin, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado no Município de Tabaporã, portador do RG nº 1167314-1_SJ/MT e do C.P.F nº 826.216.401-68. Empresa-**02- PNEUS VIA NOBRE LTDA,** inscrita no C.N.P.J nº **0**1.976.860/0028-48, com sede na Rua do Comercio, Bairro-Parque Industrial, CEP, 78.850-000, Telef. (65) 3319.6000, Cidade de Primavera do Leste/MT. Representada do seu procurador, Sr. Cristiano Rodrigues Gonçalves, brasileiro, representante comercial, portador do RG nº 326985-SSP/GO e do portador do CPF nº 633.801.701-78, residente e domiciliado na Av. Isaac Povoas, n. 1200, Bairro Goiabeiras, Cidade de Cuiaba/MT. Doravante denominada **FORNECEDORAS**, acordam proceder, nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 04/2016, ao **REGISTRO DE PREÇOS,** com seus respectivos preços unitários e totais nas quantidades estimadas, atendendo as condições previstas no Edital e as constantes desta Ata de Registro de Preços, conforme as Lei n. 10.520/2002 decreto 2.804/13 e da Lei nº 8.666/93 e suas alterações,e em conformidade com as disposições a seguir.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para futura e eventual aquisição de pneus para atender a demanda de diversas Secretarias da Prefeitura de Tabaporã, conforme especificações descritas abaixo.

SECRETRIA DE OBRAS

	EMP. -01-COMERCIO DE PNEUS JUINA -EPP					
ITEM	**DESCRIÇÃO DO PRODUTO**	**UNIDADE**	**MARCA**	**QTDE.**	**VALOR**	**VALOR TOTAL**
1	CAMARA DE AR 1000 X 20	UNIDADE	RS	24	R$ 85,00	R$ 2.040,00
2	CAMARA DE AR 17.5 X 25	UNIDADE	RS	12	R$ 185,00	R$ 2.220,00
3	CAMARA DE AR 275/80R 22,5	UNIDADE	RS	22	R$ 95,00	R$ 2.090,00
4	PNEU 175/70R 13	UNIDADE	DUNLOP	4	R$ 160,00	R$ 640,00
5	PNEU 185/70R 14	UNIDADE	DUNLOP	4	R$ 230,00	R$ 920,00
6	PNEU 19.5L 24 BORRACHUDO	UNIDADE	FIRESTONE	2	R$ 2.300,00	R$ 4.600,00
7	PNEU 1000 X 20 BORRACHUDO 16 LONAS	UNIDADE	JK	12	R$ 1.225,00	R$ 14.700,00
8	PNEU 1000 X 20 LISO COMUM 16 LONAS	UNIDADE	JK	12	R$ 1.100,00	R$ 13.200,00
9	PNEU 1300 X 24 16 LONAS	UNIDADE	ADVANCE	12	R$ 2.000,00	R$ 24.000,00
10	PNEU 1400 X 24 16 LONAS	UNIDADE	ADVANCE	8	R$ 2.600,00	R$ 20.800,00
11	PNEU 17.5 X 25 16 LONAS	UNIDADE	ADVANCE	12	R$ 3.350,00	R$ 40.200,00
12	PNEU 18.4 X 34 16 LONAS	UNIDADE	ADVANCE	4	R$ 2.800,00	R$ 11.200,00
13	PNEU 18.4 X 30 16 LONAS	UNIDADE	ADVANCE	4	R$ 2.242,50	R$ 8.970,00
14	PNEU 275/80R 22,5 LISO COMUM 16 LONAS	UNIDADE	FIRESTONE	12	R$ 1.400,00	R$ 16.800,00
15	PNEU 275/80R 22,5 BORRACHUDO 16 LONAS	UNIDADE	FIRESTONE	12	R$ 1.450,00	R$ 17.400,00
16	PNEU 295/80R 22,5 LISO RADIAL 16 LONAS	UNIDADE	FIRESTONE	8	R$ 1.450,00	R$ 11.600,00
17	PNEU 7.50 X 16 16 LONAS	UNIDADE	JK	4	R$ 525,00	R$ 2.100,00
18	PROTETOR 1000X20	UNIDADE	RUZI	24	R$ 30,00	R$ 720,00
19	PROTETOR 17.5 X 25	UNIDADE	RUZI	12	R$ 150,00	R$ 1.800,00
	Valor do Lote			**VALOR DO LOTE**	**R$ 196.000,00**	
	R$:196.000,00(Cento e noventa e seis mil reais)					

EMP-02- PNEUS VIA NOBRE LTDA

GABINETE DO EXECUTIVO

ITEM	**DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**		**QDE**	**MARCA**	**VR.UNI**	**VR.TOTAL**
1	PNEU 235/70/16	UNIDADE	6	PIRELLI	R$ 660,00	R$3.660,00
2	PNEU 265 X 70 R 16 - BORRACHUDO	UNIDADE	8	PIRELLI	R$ 767,50	R$ 6.140,00
R$ (Nove mil e oitocentos reais)		**R$ 9.800,00**				

EMPR: 03- ALTAIR ZANIN PNEUS-ME

LOTE-03-SECRETARIA DE SAÚDE

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QDE	MARCA	VR.UNI	VR.TOTAL
1	PNEU 175/70R13	UNIDADE	4	TORNEL	R$165,00	R$ 660,00
2	PNEU 185 X 70X 14	UNIDADE	8	TORNEL	R$ 255,00	R$ 2.040,00
3	PNEU 205 X 75 R 16	UNIDADE	4	TORNEL	R$375,00	R$ 1.500,00
4	PNEU 205/75R15	UNIDADE	4	TORNEL	R$375,00	R$ 1.500,00
5	PNEU 235/75 R15	UNIDADE	4	TORNEL	R$437,50	R$ 1.750,00
6	PNEU 265/70R 16	UNIDADE	4	LINGLONG	R$ 700,00	R$ 2.800,00
7	PNEUS 245X70 R 16	UNIDADE	10	LINGLONG	**R$595,00**	**R$ 5.950,00**
(Dezesseis mil e duzentos reais)		**R$16.200,00**				

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

LOTE-04

ITEM	DESCRIÇÃO PRODUTOS	UNID.	QDE	MARCA	VR.UNI	VR.TOTAL
1	CAMARA 900X20	UNIDADE	48	RS	R$ 85,00	R$ 4.080,00
2	PNEU 175X70X13-LISO SEM CAMARA/470KG	UNIDADE	8	TRONEL	R$ 150,00	R$ 1.200,00
3	PNEU 215X75 17.5 LISO 16 LONAS	UNIDADE	24	LINGLONG	R$ 630,00	R$ 15. 120,00
4	PNEU 215X75 R 17.5 BORRACHUDO- 16LONAS	UNIDADE	20	LINGLONG	R$ 670,00	R$ 13. 400,00
5	PNEU 265/70R 16 RADIAL LISO- SEM CAMARA 1. 200KG	UNIDADE	8	LINGLONG	**R$ 580,00**	**R$ 4.640,00**
6	PNEU 900X20 LISO /16 LONAS	UNIDADE	24	TORNEL	R$ 760,00	R$ 18. 240,00
7	PNEU 900X20-BORRACHUDO0=16 LONAS	UNIDADE	24	TORNE	R$ 875,00	R$ 21. 000,00
8	PNEUS 195X70 R 14 LISO SEM CAMARA 595KG	UNIDADE	8	TORNEL	R$ 150,00	R$ 1.20000
9	PNEUS 275X 80 R.22.5 -BORRACHUDO-18 LONAS	UNIDADE	12	JK	R$ 1. 354,16	R$ 16. 250,00
10	PNEUS 275X80 22.5 LISO-18 LONAS	UNIDADE	6	JK	R$ 1. 190,00	R$ 7.140,00
11	PROTETORES 900X20	UNIDADE	48	RS	**R$ 35,00**	**R$ 1.680,00**
(Cento e três mil e novecentos e cinquenta reais)		**R$ 103. 950,00**				

SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL.

LOTE-05

ITEM	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	QDE	MARCA	VR.UNI	VR.TOTAL
1	PNEU 175X70X13-LISO	UNIDADE	8	TORNEL	R$ 195,00	R$ 153,50
2	PNEU 185 X 70X 14	UNIDADE	4	TORNEL	R$ 228,00	R$ 912,00
(Dois mil e cento e quarenta reais)	**R$ 2.140,00**					

Valor global de R$ 328.089,92 (trezentos vinte oito mil e oitenta nove reais e noventa e dois centavos)

1.1. Este instrumento não obriga ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específica para aquisição do(s) objetos(s), obedecida à legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA–DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2.0. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, vigorando a partir de 22/02/2016, contados a partir de sua assinatura, podendo ser prorrogada na forma da Lei.

2.1. Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, qualquer Órgão ou Entidade da Administração poderá utilizar a Ata, mesmo que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao Órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA–DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3.0. O gerenciamento desta ata ficará a cargo do fiscal de contrato indicado pela Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4.0. Os produtos deverão ser adquiridos, mediante requisições emitidas pela Prefeitura, conforme inicialmente informado no Edital, após assinatura do contrato ou emissão da autorização de fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5.0. As empresas detentoras dos preços registrados poderão ser convidadas a firmar contratações para fornecimento dos produtos, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. Os serviços registrados neste instrumento serão efetuadas através da assinatura do contrato ou emissão da autorização de fornecimento, emitida pela Prefeitura Municipal de Tabaporã, contendo: o nº da Ata, o nome da empresa, o objeto, a especificação, o endereço e a data de entrega.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6.0. Como condição para emissão da autorização de fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e **obrigatoriamente apresentar**:

a)Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

6.1. A empresa se obrigará em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a solucionar quaisquer problemas com os itens adquiridos, inclusive com reposição dos mesmos se por ventura não estiverem atendendo as finalidades propostas, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade e descartado o uso inadequado;

6.2. O fornecedor fica obrigado a aceitar nas mesmas condições de fornecimento acréscimos de até 25% do valor total da Ata de Registro de Preços;

6.3. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura, de acordo com o especificado nesta Ata e nos Anexo, que faz parte deste instrumento, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a execução de serviço, não sendo aceito , nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo **Órgão**, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência a Prefeitura, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização da Prefeitura, no tocante a entrega do produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto desta ATA e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas;

VII - comunicar imediatamente à Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pela **Prefeitura**;

X - indenizar terceiros e/ou ao Órgão, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus ao Órgão toda ou parte da remessa devolvida pela mesma, no prazo de 3(três) dias úteis, caso constatadas divergências nas especificações.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7.0. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao Órgão, ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pela Prefeitura;

II - toda e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do serviço em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo ao Órgão/Entidade de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas a Prefeitura por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao Órgão/Entidades, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido à contratada, o valor correspondente.

7.1. A FORNECEDORA autoriza ao Órgão/Entidade, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA GERENCIADORA

8.0. A Prefeitura Municipal de Tabaporã, obriga-se a:

I – emitir as requisições para execução do serviços.

II - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada na execução do serviço fornecimento dos produtos;

IV - Efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta ata.

8.1. Caberá à Prefeiturapromover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9.0. O Órgão/Entidade efetuará o pagamento à FORNECEDORA, através de crédito em conta corrente mantida pela FORNECEDORA, preferencialmente em, até o 15º (décimo quinto) dia útil contado a partir da data da apresentação da nota fiscal/fatura descritiva acompanhada da correspondente autorização de fornecimento, com o respectivo comprovante, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.2. Por ocasião do pagamento, os fornecedores, deverão apresentar Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

9.3. Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10.0 Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão aos preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeitura solicitará ao Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

10.3. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura Municipal de Tabaporã.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11.0. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o Fornecedor não cumprir as obrigações constantes no Edital de Registro de Preços;

b) quando o Fornecedor não retirar a autorização de fornecimento no prazo estabelecido;

c) quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

d) em qualquer hipóteses de inexecução total ou parcial da Nota Empenho decorrente deste Registro;

e) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura Municipal, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12.0. Correrão por conta exclusivas da FORNECEDORA:

I) todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

II) as contribuições devidas à Previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro e de acidentes de trabalho, emolumentos e outras despesas que se façam necessárias à execução dos serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.0. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDORA ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

I) advertência;

II) multa;

III) suspensão temporária para licitar e contratar com a Prefeitura Muncipal de Tabaporã, por período de até 5 (cinco) anos;

IV) declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo a Prefeitura e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. A FORNECEDORA sujeitar-se-á à multa de **2% (dois por cento)** sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias após a emissão da requisição, poderá a Prefeitura, a partir do 6º (sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando a contratada impedida de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com esta Prefeitura pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos à .

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se a FORNECEDORA descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao Órgão/Entidade;

b) se a FORNECEDORA sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se a FORNECEDORA tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II desta Cláusula.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa da FORNECEDORA, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.0. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.0. As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata, correrão à conta de dotação orçamentária prevista para os órgãos e entidades.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.0 As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente ata de Registro de Preços.

II - integram esta Ata, o Edital de Pregão nº 04/2016 e seus anexos e as propostas da empresa classificadas para cada grupo, por ITEM.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes contratantes elegem o foro de Tabaporã/MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas da presente ATA, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **GERENCIADORA**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

TABAPORÃ/MT, 22 DE FEVEREIRO DE 2016.

CONTRATANTE

MUNICIPIO DE TABAPORÃ-MT

CONTRATADAS:

COMERCIO DE PNEUS JUINA LTDA

PNEUS VIA NOBRE LTDA

ALTAIR ZANIN PNEUS-ME

TESTEMUNHAS:

Antonio Batista Mota. Hanna Paula Ludke CPF: 275.609.611-34 CPF: 036.554.831-02

Parecer:

Assessor Jurídico

Agnaldo Valdir Pires

OAB/MT 10.999-A.

OBS: **As assinaturas dos vencedores do certame de concordância do procedimento do P.P SRP nº 04/2016, consta na ATA de abertura de julgamento do dia 16/02/2016.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
EDITAL DE LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ-MT

EDITAL DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: PREGÃO NA FORMA PRESENCIAL

PARA REGISTRO DE PREÇOS.

TIPO: MENOR PREÇO

A Prefeitura Municipal de Tabaporã, através da comissão de licitação, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade de Pregão Presencial, cuja abertura ocorrerá as 08:00 horas local do dia 04 de Março de 2016, na sala de Licitação da Prefeitura municipal, Avenida Comendador José Pedro Dias nº 979-N– Centro, Objeto: registro de preço para futura e eventual aquisição de locação de horas de maquina, tipo pá carregadeira c/ concha. Edital com maiores esclarecimento poderá ser adquirido junto a Comissão de Licitação na Prefeitura Municipal, no horário das 08:00hs as 12:00hs Local. Contatos fone (oxx66)3557.1415/1505. site: www.tabapora.mt.gov.br - Tabaporã/MT. 23 de Fevereiro de 2016.

Antonio Batista Mota

Pregoeiro

LEI MUNICIPAL N.º 1.015, DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

SÚMULA: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO À ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, NA LEI MUNICIPAL N.º 1.008, DE 08/12/2015, QUE DISPÕE SOBRE O ORÇAMENTO-PROGRAMA, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Sr. PERCIVAL CARDOSO NOBREGA, PREFEITO MUNICIPAL DE TABAPORÃ, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições le-

gais, e, ainda no que dispõe o Art. 40, 41 da Lei 4.320/64, faz saber que a Camara Municipal aprovou e Eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1.º - Fica aberto na Lei Orçamentária que Estimou a Receita e Fixou a Despesa do Município de Tabaporã - MT, para o Exercício Financeiro de 2016, um ***CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL,*** no valor de R$ 900.000,00 (novecentos mil reais), conforme especificado abaixo:

10	Secretaria Municipal de Desporto e Lazer
001	Incentivo ao Desporto e Lazer
27	Desporto e Lazer
812	Desporto Comunitário
0010	Incentivo ao Desporto e Lazer
1135	Construção do Estádio Municipal
44.90.51.00.00	Obras e Instalações R$ 900.000,00

Art. 2.º - Servira como recurso para dar cobertura ao Credito Adicional Especial, aberto no artigo anterior, pelo excesso da arrecadação de recursos proveniente das Transferência de Convenio Firmado com o Órgão da Esfera Federal, devidamente consignado no Orçamento da União.

Art. 3.º - O presente Crédito só será incorporado ao orçamento vigente a partir do momento em que se verificar a liberação e disponibilidade financeira do referido recurso, consignado no Artigo anterior, vedada a hipótese de qualquer mudança de sua destinação.

Art. 4º - Fica autorizado a inclusão destas despesas nos instrumentos de planejamento exigidos pela Lei nº 101/00 (PPA/LDO/LOA).

Art. 5.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, em 23 de Fevereiro de 2016.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA

PREFEITO MUNICIPAL

RREO 6º BIMESTRE 2015

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

RECEITAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	24.755.750,01	24.755.750,01	5.662.562,23	22,87	29.498.041,75	119,15	-4.742.291,74
RECEITAS CORRENTES	22.441.102,87	22.441.102,87	5.497.599,23	24,49	27.784.872,15	123,81	-5.343.769,28
RECEITA TRIBUTARIA	1.928.131,12	1.928.131,12	608.089,95	31,53	2.519.967,26	130,69	-591.836,14
Impostos	1.710.410,44	1.710.410,44	593.373,07	34,69	2.299.820,92	134,46	-589.410,48
Taxas	217.720,68	217.720,68	14.716,88	6,75	220.146,34	101,11	-2.425,66
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	591.666,65	591.666,65	24.754,18	4,18	136.099,29	23,00	455.567,36
Contribuições Sociais	405.000,00	405.000,00					405.000,00
Contribuições Econômicas	186.666,65	186.666,65	24.754,18	13,26	136.099,29	72,91	50.567,36
RECEITA PATRIMONIAL	124.906,12	124.906,12	22.372,33	17,91	221.889,66	177,64	-96.983,54
Receitas Imobiliárias	10.617,14	10.617,14					10.617,14
Receitas de Valores Mobiliários	113.849,28	113.849,28	22.372,33	19,65	221.889,66	194,89	-108.040,38
Receitas de Concessões e Permissões							
Outras Receitas	439,70	439,70					439,70
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS	199.312,77	199.312,77	99.350,33	49,84	634.171,04	318,17	-434.858,27
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	19.338.141,88	19.338.141,88	4.572.229,06	23,64	23.770.582,26	122,92	-4.432.440,38
Transferências Intergovernamentais	18.134.310,73	18.134.310,73	4.160.328,27	22,94	21.304.489,55	117,48	-3.170.178,82
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Convênios	1.133.712,15	1.133.712,15	411.900,79	36,33	2.466.092,71	217,52	-1.332.380,56
Transferências para o Combate à Fomte	70.119,00	70.119,00					70.119,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	258.944,33	258.944,33	170.803,38	65,96	502.162,64	193,92	-243.218,31
Multa de Juros de Mora	53.911,27	53.911,27	19.309,45	35,81	110.266,33	204,53	-56.355,06
Indenizações e Restituições	37.148,33	37.148,33			8.268,05	22,25	28.880,28
Receita da Dívida Ativa	62.866,75	62.866,75	47.457,66	75,48	176.706,45	281,08	-113.839,70
Receitas Diversas	105.017,98	105.017,98	104.036,27	99,06	206.921,81	197,03	-101.903,83
RECEITAS DE CAPITAL	2.314.647,14	2.314.647,14	164.963,00	7,12	1.713.169,60	74,01	601.477,54
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
Operações de Crédito Externas							
ALIENAÇÃO DE BENS	22.043,32	22.043,32	10.000,00	45,36	10.000,00	45,36	12.043,32
Alienação de Bens Móveis	22.043,32	22.043,32	10.000,00	45,36	10.000,00	45,36	12.043,32
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÕES DE EMPRÉSTIMOS							
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.292.603,82	2.292.603,82	154.963,00	6,75	1.703.169,60	74,28	589.434,22
Transferências Intergovernamentais	58.588,96	58.588,96			127.506,50	217,62	-68.917,54
Transferências de Instituições Privadas							
Transferências do Exterior							
Transferências de Pessoas							
Transferências de Outras Instituições Públicas							
Transferências de Convênios	2.234.014,86	2.234.014,86	154.963,00	6,93	1.575.663,10	70,53	658.351,76
Bens Imóveis para o Combate a Fome							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Div. Ativa da Amortiz. de Emp. e Financ.							
Restituições							
Receita de Capital Diversas							
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	539.200,00	539.200,00					539.200,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I + II)	25.294.950,01	25.294.950,01	5.662.562,23	22,38	29.498.041,75	116,61	-4.203.091,74
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)							
Operações de Crédito Internas							
Mobiliária							
Contratual							
Operações de Crédito Externas							
Mobiliária							
Contratual							
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	25.294.950,01	25.294.950,01	5.662.562,23	22,38	29.498.041,75	116,61	-4.203.091,74
DÉFICIT (VI)	200,00	17.319.426,89			800.061,25	4,61	16.519.365,64
TOTAL(VII) = (V + VI)	25.295.150,01	42.614.376,90	5.662.562,23	13,28	30.298.103,00	71,09	12.316.273,90
SALDOS DE EXERC. ANTERIORES (Utiliz. para Créditos A	-1.637.350,77	-1.637.350,77					-1.637.350,77
Superávit Financeiro	-1.637.350,77	-1.637.350,77					-1.637.350,77
Reabertura de Créditos Adicionais							

Emissão: 23/02/2016 08:50:13

Page 1 de 2

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO/2015

RREO – ANEXO I (LRF, Art. 52, Inciso I, alíneas "a" e "b" do Inciso II e § 1º - Anexo I) R$ 1,00

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial	Previsão Atualizada (a)	Receitas Realizadas				Saldo a Realizar (c - a)
			No Bimestre (b)	% (b / a)	Até o Bimestre (c)	% (c / a)	
RECEITAS CORRENTES (I)	539.200,00	539.200,00					539.200,00
RECEITA TRIBUTÁRIA							
Taxas							
Contribuição de Melhoria							
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	538.100,00	538.100,00					538.100,00
Contribuições Sociais	538.100,00	538.100,00					538.100,00
Contribuições Econômicas							
RECEITA PATRIMONIAL							
Receitas Imobiliárias							
Receitas de Valores Mobiliários							
Receita de Concessões e Permissões							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA AGROPECUÁRIA							
Receita da Produção Vegetal							
Receita da Produção Animal e Derivados							
Outras Receitas Agropecuárias							
RECEITA INDUSTRIAL							
Receita da Indústria de Transformação							
Receita da Indústria de Construção							
Outras Receitas Industriais							
RECEITA DE SERVIÇOS							
Receita de Serviços							
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.100,00	1.100,00					1.100,00
Multas e Juros de Mora	1.100,00	1.100,00					1.100,00
Indenizações e Restituições							
Receitas Diversas							
RECEITAS DE CAPITAL							
OPERAÇÕES DE CRÉDITO							
Operações de Crédito Internas							
ALIENAÇÃO DE BENS							
Alienação de Bens Móveis							
Alienação de Bens Imóveis							
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS							
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL							
Integralização do Capital Social							
Receitas de Capital Diversas							
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	539.200,00	539.200,00					539.200,00
DÉFICIT (IV)	727.408,75	765.210,86	205.951,25	26,91	1.101.315,50	143,92	-336.104,64
TOTAL (V) = (III + IV)	1.266.608,75	1.304.410,86	205.951,25	15,78	1.101.315,50	84,43	203.095,36

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDEMIRO TEODORO
SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS

CLEBIO G. GUIMARAES GAIA
CONTADOR 31.181 CRC-MG "T" MT

Emissão: 23/02/2016 08:50:13

Page 2 de 2
Homologado

GOVERNO FEDERAL;ESTADO DE MATO GROSSO;MUNICIPIO DE TABAPORA;
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO/2015 A DEZEMBRO/2015

RREO - ANEXO III (LRF, art. 53, Inciso I) — R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA 2015
	JAN/15	FEV/15	MAR/15	ABR/15	MAI/15	JUN/15	JUL/15	AGO/15	SET/15	OUT/15	NOV/15	DEZ/15		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.416.495,35	1.959.165,17	2.247.735,44	2.311.008,83	2.687.206,81	2.581.717,23	2.322.396,38	2.650.858,10	2.359.502,24	3.308.167,17	2.788.028,69	3.298.409,76	30.930.691,17	25.167.985,86
Receita Tributaria	82.447,78	113.346,65	259.012,96	109.804,22	138.534,93	314.120,88	134.932,01	515.702,70	82.932,56	161.042,62	331.020,82	277.069,13	2.519.967,26	1.928.131,12
IPTU														
ISS	45.721,78	31.496,12	68.059,18	45.243,21	74.668,98	34.303,73	81.119,13	187.968,09	68.828,39	89.237,93	62.636,08	85.323,90	874.606,52	675.229,71
ITBI	20.997,30	16.225,34	88.686,52	16.343,72	26.491,85	250.427,56	5.546,90	19.106,73	2.530,89	26.553,00	79.969,65	97.459,84	650.339,30	503.948,13
IRRF	14.090,11	12.240,46	13.817,79	13.651,02	16.907,87	15.553,78	14.647,47	13.433,67	3.589,92	34.571,83	17.222,76	19.847,72	189.574,40	312.837,75
Outras Receitas Trib.	1.638,59	53.384,73	88.449,47	34.566,27	20.466,23	13.835,81	33.618,51	295.194,21	7.983,36	10.679,86	171.192,33	74.437,67	805.447,04	436.115,53
Receita Contribuicoes	9.343,86	14.788,33	8.022,81	5.991,90	4.500,17	11.622,49	14.390,22	14.836,22	66,16	27.782,95	24.754,18		136.099,29	591.666,65
Receita Patrimonial	11.526,48	15.206,55	17.618,70	16.182,46	15.034,59	72.536,86	14.180,70	15.114,44	10.570,19	11.546,36	11.475,22	10.897,11	221.889,66	124.906,12
Receita Agropecuaria														
Receita Industrial														
Receita Servicos	51.469,41	37.574,63	57.435,41	47.414,29	38.833,27	84.982,69	48.013,69	45.518,55	71.658,04	51.920,73	51.742,87	47.607,46	634.171,04	199.312,77
Transf. Correntes	2.249.346,56	1.747.892,09	1.883.648,60	2.102.598,58	2.385.440,89	2.087.501,95	2.055.874,28	2.038.759,94	2.164.109,93	3.040.160,18	2.322.614,83	2.838.453,45	26.916.401,28	22.064.824,87
Cota-Parte do FPM	571.401,61	583.290,34	424.841,34	458.516,39	563.847,26	490.604,28	429.753,13	424.877,96	354.223,40	403.164,93	455.204,85	769.721,39	5.929.446,88	6.160.691,52
Cota-Parte do ICMS	658.152,06	548.590,05	713.951,01	623.674,68	654.754,72	675.151,02	677.752,23	642.655,74	780.899,83	711.949,35	631.251,53	887.471,22	8.206.253,44	6.802.340,21
Cota-Parte do IPVA	3.901,84	67.303,95	39.828,03	59.649,15	73.712,40	42.182,95	54.921,68	37.802,49	22.109,81	11.533,38	12.301,23	13.487,77	438.734,68	537.220,80
Cota-Parte do ITR	104.540,86	1.326,57	12.293,57	13.135,07	8.548,66	11.545,68	7.666,99	23.524,30	181.741,44	647.612,11	227.196,46	186.960,55	1.426.092,26	88.822,21
Transf. LC 87/1996				13.780,84	3.445,21	3.445,21	3.445,21	3.445,21	3.445,21	3.445,21	3.445,21	3.445,21	41.342,52	44.340,27
Transf. LC 61/1989														
Transferencias FUNDEB	353.536,79	348.963,03	357.875,34	335.349,41	404.974,25	365.166,76	331.508,05	342.082,13	344.010,77	390.658,44	332.233,44	430.882,43	4.337.240,84	2.997.377,50
Outras Transf. Corr.	557.813,40	198.418,15	334.859,31	598.493,04	676.158,39	499.406,05	550.826,99	564.372,11	477.679,47	871.796,76	660.982,11	546.484,88	6.537.290,66	5.434.032,36
Outras Receitas Corr.	12.361,26	30.356,92	21.996,96	29.017,38	104.862,96	10.952,36	55.005,48	20.926,25	30.165,36	15.714,33	46.420,77	124.382,61	502.162,64	259.144,33
DEDUCOES (II)														405.000,00
Cont.Pla.Seg.Soc.Serv.														405.000,00
Comp.Financ.Reg.Prev.														
Ded.Rec.p/Form.FUNDEB														
RECEITA CORRENTE LIQUIDA(III) = (I - II)	2.416.495,35	1.959.165,17	2.247.735,44	2.311.008,83	2.687.206,81	2.581.717,23	2.322.396,38	2.650.858,10	2.359.502,24	3.308.167,17	2.788.028,69	3.298.409,76	30.930.691,17	24.762.985,86

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDEMIRO TEODORO
SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS

CLEBIO G. GUIMARAES GAIA
CONTADOR 31.181 CRC-MG "T" MT

Emissão: 23/02/2016 08:52:30 — Page 1 de 1

Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
RELATORIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORCAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO IX (LRF, art. 53, inciso V) — R$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de dezembro de 2014			
RESTOS A PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)										
EXECUTIVO	20.216,79	609.280,85	831,84	619.059,42	9.606,38	61,54	153.507,74	30.333,85	70.798,77	52.436,66
RESTOS A PAGAR(INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)										
EXECUTIVO		332.992,80		332.992,80						
TOTAL (III) = (I + II)	20.216,79	942.273,65	831,84	952.052,22	9.606,38	61,54	153.507,74	30.333,85	70.798,77	52.436,66

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDEMIRO TEODORO
SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS

CLEBIO G. GUIMARAES GAIA
CONTADOR 31.181 CRC-MG "T" MT

Emissão: 03/02/2016 08:56:36 — Agili Softwares Para Area Publica. — Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE TABAPORA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III) R$ 1,00

Dívida Fiscal Líquida	Saldo		
	Em 31/DEZ/2014(a)	Em 31/OUT/2015 (b)	Em 31/DEZ/2015 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA (I)			-1.210,01
DEDUCOES (II)	686.087,95	1.294.019,50	-296.366,39
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.648.578,39	1.415.638,86	954.169,83
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatorios)	962.490,44	121.619,36	1.250.536,22
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA (III) = (I - II)	-686.087,95	-1.294.019,50	-1.210,01
RECEITA DE PRIVATIZACOES (IV)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)			-1.210,01
DIVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-686.087,95	-1.294.019,50	0,00

Resultado Nominal	Período de Referência	
	No Bimestre (c-b)	Até o Bimestre (c-a)
VALOR	1.294.019,50	686.087,95

Discriminação da Meta Fiscal	Valor Corrente
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA [3]	0,00

Previdenciário			
Dívida Fiscal Líquida Previdenciária	Saldo		
	Em 31/DEZ/2014(a)	Em 31/OUT/2015 (b)	Em 31/DEZ/2015 (c)
DIVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIARIA (VII)			
Passivo Atuarial			
Demais Dividas			
DEDUCOES (VIII)			
Disponibilidade de Caixa Bruta			
Investimentos			
Demais Haveres Financeiros			
(-) Restos a Pagar Processados			
DIVIDA CONSOLIDADA LIQUIDA PREVIDENCIARIA (IX) = (VII-VIII)			
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDEMIRO TEODORO
SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS

CLEBIO G. GUIMARAES GAIA
CONTADOR 31.181 CRC-MG "T" MT

Emissão: 23/02/2016 08:54:19 Page 1 de 1
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE TABAPORA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SUGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO - ANEXO VII (LRF, art. 53, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2015	ATÉ O BIMESTRE 2014
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (I)	22.332.682,84	5.475.226,90	27.562.982,49	
Receitas Tributarias	1.928.131,12	608.089,95	2.519.967,26	
IPTU				
ISS	675.229,71	147.959,98	874.606,52	
ITBI	503.948,13	177.429,49	650.339,30	
IRRF	312.837,75	37.070,48	189.574,40	
Outras Receitas Tributarias	436.115,53	245.630,00	805.447,04	
Receitas de Contribuicoes	591.666,65	24.754,18	136.099,29	
Receitas Previdenciarias	405.000,00			
Outras Receitas de Contribuicoes	186.666,65	24.754,18	136.099,29	
Receita Patrimonial Liquida	16.286,09			
Receita Patrimonial	124.906,12	22.372,33	221.889,66	
(-) Aplicacoes Financeiras	108.620,03	22.372,33	221.889,66	
Transferencias Correntes	19.338.141,88	4.572.229,06	23.770.582,26	
FPM	6.160.691,52	1.224.926,24	5.929.446,88	
ICMS	6.802.340,21	1.518.722,75	8.206.253,44	
Convenios	1.203.831,15	411.900,79	2.466.092,71	
Outras Transferencias Correntes	5.171.279,00	1.416.679,28	7.168.789,23	
Demais Receitas Correntes	458.457,10	270.153,71	1.136.333,68	
Divida Ativa	62.866,75	47.457,66	176.706,45	
Diversas Receitas Correntes	395.590,35	222.696,05	959.627,23	
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.314.647,14	164.963,00	1.713.169,60	
Operacoes de Credito (III)				
Amortizacao de Emprestimos (IV)				
Alienacao de Bens (V)	22.043,32	10.000,00	10.000,00	
Transferencias de Capital	2.292.603,82	154.963,00	1.703.169,60	
Convenios	2.234.014,86	154.963,00	1.575.663,10	
Outras Transferencias de Capital	58.588,96		127.506,50	
Outras Receitas de Capital				
RECEITAS PRIMARIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.292.603,82	154.963,00	1.703.169,60	
RECEITA PRIMARIA TOTAL (VII) = (I + VI)	24.625.286,66	5.630.189,90	29.266.152,09	

DESPESAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	DESPESAS REALIZADAS		
		NO BIMESTRE	ATÉ O BIMESTRE 2015	ATÉ O BIMESTRE 2014
DESPESAS CORRENTES (VIII)	37.171.778,64	3.182.977,98	26.258.736,01	
Pessoal e Encargos Sociais	13.810.133,32	2.101.718,95	10.589.051,03	
Juros e Encargos da Divida (IX)	80.001,00			
Outras Despesas Correntes	23.281.644,32	1.081.259,03	15.669.684,98	
DESPESAS PRIMARIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	37.091.777,64	3.182.977,98	26.258.736,01	
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	5.224.363,26	232.840,67	4.039.366,99	
Investimentos	5.072.363,26	231.630,66	4.038.156,98	
Inversoes Financeiras				
Concessao de Emprestimos (XII)				
Aquisicao de Titulo de Capital ja Integralizado (XIII)				
Demais Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida (XIV)	152.000,00	1.210,01	1.210,01	
DESPESAS PRIMARIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	5.072.363,26	231.630,66	4.038.156,98	
RESERVA DE CONTIGENCIA (XVI)	221.545,00			
RESERVA DO RPPS (XVII)				
DESPESA PRIMARIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XIV)	42.385.685,90	3.414.608,64	30.296.892,99	

RESULTADO PRIMARIO (XIX) = (VII - XVIII)	-17.760.399,24	2.215.581,26	-1.030.740,90	
SALDO DE EXERCICIOS ANTERIORES			-1.637.350,77	

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADO NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERENCIA	0,00

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDEMIRO TEODORO
SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS

CLEBIO G. GUIMARAES GAIA
CONTADOR 31.181 CRC-MG "T" MT

Emissão: 23/02/2016 08:55:36 **PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA** Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE TABAPORA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo X (LDB, Art. 72) R$1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA DE IMPOSTOS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.500.836,66	1.500.836,66	621.045,43	2.385.298,78	158,93%
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	57.010,61	57.010,61	53.867,93	176.269,85	309,19%
1.1.1 - Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	2.204,23	2.204,23	6.708,50	10.044,71	455,70%
1.1.3 - Dívida Ativa do IPTU	54.806,38	54.806,38	47.159,43	166.225,14	303,30%
1.1.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.1.5 - (-) Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	503.948,13	503.948,13	177.429,49	650.339,30	129,05%
1.2.1 - Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	503.948,13	503.948,13	177.429,49	650.339,30	129,05%
1.2.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.3 - Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.2.5 - (-) Deduções da Receita do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	689.671,45	689.671,45	147.959,98	880.745,84	127,71%
1.3.1 - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	675.229,71	675.229,71	147.959,98	874.606,52	129,53%
1.3.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	734,75	734,75	0,00	69,94	9,52%
1.3.3 - Dívida Ativa do ISS	5.477,89	5.477,89	0,00	4.653,75	84,96%
1.3.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	8.229,10	8.229,10	0,00	1.415,63	17,20%
1.3.5 - (-) Deduções da Receita do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	250.206,47	250.206,47	241.788,03	677.943,79	270,95%
1.5.1 - Imposto sobra a Propriedade Territorial Rural - ITR	218.394,85	218.394,85	230.913,12	585.300,70	268,00%
1.5.2 - Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.3 - Dívida Ativa do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
1.5.4 - Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativo do ITR	31.811,62	31.811,62	10.874,91	92.643,09	291,22%
1.5.5 - (-) Deduções da Receita do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00	
2 - RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	13.672.503,22	13.672.503,22	3.206.456,77	16.112.966,16	117,85%
2.1- Cota-Parte FPM	6.160.691,52	6.160.691,52	1.224.926,24	5.929.446,88	96,25%
2.1.1 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.160.691,52	6.160.691,52	1.224.926,24	5.929.446,88	96,25%
2.1.2 - (-) Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00	
2.2- Cota-Parte ICMS	6.802.340,21	6.802.340,21	1.518.722,75	8.206.253,44	120,64%
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	44.340,27	44.340,27	6.890,42	41.342,52	93,24%
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	39.088,21	39.088,21	15.971,35	71.096,38	181,89%
2.5- Cota-Parte ITR	88.822,21	88.822,21	414.157,01	1.426.092,26	1.605,56%
2.6- Cota-Parte IPVA	537.220,80	537.220,80	25.789,00	438.734,68	81,67%
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00	
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	15.173.339,88	15.173.339,88	3.827.502,20	18.498.264,94	121,91%

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLIC. FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO					
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	488.410,67	488.410,67	71.173,37	570.580,97	116,82%
5.1- Transferências do Salário-Educação	202.814,35	202.814,35	40.373,61	277.620,71	136,88%
5.2- Outras Transferências do FNDE	285.595,21	285.595,21	30.799,76	292.960,26	102,58%
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	1,11	1,11			
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	742.047,91	742.047,91	66.510,41	602.657,45	81,22%
6.1- Transferência de Convênios	742.047,91	742.047,91	66.510,41	602.657,45	81,22%
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios					
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO					
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	2,582,48	2,582,48	298,23	5,827,56	225,66%
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 +5 + 6 + 7 + 8)	1.233.041,06	1.233.041,06	137.982,01	1.179.065,98	95,62%

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.726.682,99	2.726.682,99	588.839,22	3.145.819,02	115,37%
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.232.138,30	1.232.138,30	195.727,59	1.123.336,27	91,17%
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.360.468,04	1.360.468,04	303.744,52	1.643.619,52	120,81%
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	8.868,05	8.868,05	1.378,08	8.268,48	93,24%
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)					
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	17.764,44	17.764,44	82.831,38	285.218,30	1.605,56%
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	107.444,16	107.444,16	5.157,65	85.376,45	79,46%
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	2.689.153,03	2.689.153,03	763.115,87	4.337.240,84	161,29%
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	2.689.150,81	2.689.150,81	763.115,87	4.337.240,84	161,29%
11.2- Complementação da União ao FUNDEB					
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2,22	2,22			
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-37.532,18	-37.532,18	174.276,65	1.191.421,82	-3.174,40%

SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB
SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					
13.1- Com Educação Infantil					
13.2- Com Ensino Fundamental					
14- OUTRAS DESPESAS					
14.1- Com Educação Infantil					
14.2- Com Ensino Fundamental					
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	0,00	0,00	0,00	0,00	

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	VALOR

Emissão: 23/02/2016 08:57:46 Page 1 de 2
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNÍCIPIO DE TABAPORA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE NOVEMBRO-DEZEMBRO

RREO – Anexo X (LDB, Art. 72)	R$1,00
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	66.052,65
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	66.052,65
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %	-1,52

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2014 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	17.617,25
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE2015²	211,06

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)³	3.793.334,97	3.793.334,97	956.875,55	4.624.566,24	121,91%

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL					
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB					
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
24- ENSINO FUNDAMENTAL					
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB					
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos					
25- ENSINO MÉDIO					
26- ENSINO SUPERIOR					
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR					
28- OUTRAS					
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23+24+25+26+27+28)	0,00	0,00	0,00	0,00	

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL		VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)		1.191.421,82
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO		0,00
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)		0,00
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB		0,00
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS		0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	4	0,00
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)		0,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)		1.191.421,82
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))		-1.191.421,82
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %		-6,44

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM APLIC. FINAN. DE OUTROS RECURSOS DE IMP. VINC. AO ENSINO					0,00%
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO					0,00%
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO					0,00%
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO					0,00%
44- TOTAL DAS OUTRAS DESP. CUSTEADAS COM RECEITAS ADIC. P/ FINAN. DO ENSINO (40+41+42+43)					0,00%
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2015 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR	
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	17.617,25	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.337.240,84	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	4.354.858,09	0,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
1 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2 Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3 Caput do art. 212 da CF/1988
4 Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5 Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDEMIRO TEODORO
SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS

CLEBIO G. GUIMARAES GAIA
CONTADOR 31.181 CRC-MG "T" MT

Emissão: 23/02/2016 08:57:46

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE TABAPORA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A DEZEMBRO 2015/BIMESTRE JANEIRO-DEZEMBRO

RREO – ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (d)	RECEITAS EXECUTADAS até o bimestre (b)	SALDO NÃO EXECUTADO (c) = (a – b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)			

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTAS até o bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g) = (d – (e+f))
		Liquidadas (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	5.224.363,26	3.400.179,08	574.692,91	1.249.491,27
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE				
(-)INCENTIVOS FISCAIS A CONTRIBUINTE POR INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS				
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	5.224.363,26	3.400.179,08	574.692,91	1.249.491,27

RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-5.224.363,26	-3.974.871,99	-1.249.491,27

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDEMIRO TEODORO
SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS

CLEBIO G. GUIMARAES GAIA
CONTADOR 31.181 CRC-MG "T" MT

Emissão: 23/02/2016 08:59:06 Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICÍPIO DE TABAPORA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2015

RREO – ANEXO XIV(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a – b)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	22.043,32	10.000,00	12.043,32
ALIENACAO DE BENS MOVEIS	22.043,32	10.000,00	12.043,32

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTAS até o bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d – (e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)				
Despesas de Capital				
Investimentos				
Inversões Financeiras				
Amortização da Dívida				
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência				
Regime Próprio dos Servidores Públicos				

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	2014 (h)	2015 (i) = (Ib – (IIe + IIf))	SALDO ATUAL (j) = (IIIh + IIIi)
VALOR (III)		10.000,00	10.000,00

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA
Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDEMIRO TEODORO
SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS

CONTADOR 31.181 CRC-MG "T" MT
CONTADOR 31.181 CRC-MG "T" MT

Emissão: 23/02/2016 08:59:52

Page 1 de 1
Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE TABAPORA

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

JANEIRO A DEZEMBRO/2015 - Bimestre NOVEMBRO/DEZEMBRO

RREO - ANEXO XVI(ADCT, art. 77) R$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Semestre (b)	RECEITAS REALIZADAS % (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS LIQUIDA E TRANSF. CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (I)	15.162.763,12	15.162.763,12	18.224.549,05	120,19
Impostos	1.526.539,80	1.526.539,80	2.142.444,10	140,35
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos				
Divida Ativa dos Impostos	8.060,37	8.060,37	10.481,31	130,04
Receitas de Transferencias Constitucionais e Legais	13.628.162,95	13.628.162,95	16.071.623,64	117,93
Da Uniao	6.249.513,73	6.249.513,73	7.355.539,14	117,70
Do Estado	7.378.649,22	7.378.649,22	8.716.084,50	118,13
TRANSFERENCIA DE RECURSOS DO SISTEMA UNICO DE SAUDE-SUS (II)	2.919.984,32	2.919.984,32	2.358.895,47	80,78
Da Uniao para o Municipio	2.336.714,96	2.336.714,96	2.100.231,51	89,88
Do Estado para o Municipio	583.269,36	583.269,36	258.663,96	44,35
Demais Municipios para o Municipio				
Outras Receitas do SUS				
RECEITAS DE OPERACOES DE CREDITO VINCULADAS A SAUDE (III)				
OUTRAS RECEITAS ORCAMENTARIAS	7.000,70	7.000,70	114.700,00	638,41
(-) DEDUCAO PARA O FUNDEB				
TOTAL	**18.089.748,14**	**18.089.748,14**	**20.698.144,52**	**114,41**

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS % (d/c) x 100
DESPESAS CORRENTES	6.506.503,50	9.518.856,02	6.216.817,13	65,31
Pessoal e Encargos Sociais	2.373.861,00	3.418.582,84	2.523.913,30	73,83
Juros e Encargos da Divida				
Outras Despesas Correntes	4.132.642,50	6.100.273,18	3.692.903,83	60,54
DESPESAS DE CAPITAL	37.800,00	99.455,20	69.455,20	69,84
Investimentos	37.800,00	99.455,20	69.455,20	69,84
Inversoes Financeiras				
Amortizacao da Divida				
TOTAL (IV)	**6.544.303,50**	**9.618.311,22**	**6.286.272,33**	**65,35**

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (e)	DESPESAS LIQUIDADAS % (e/V e) x 100
DESPESAS COM SAÚDE(V) = (IV)	6.544.303,50	9.618.311,22	6.286.272,33	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS				
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS DESTINADOS A SAUDE		63.279,00	63.279,00	1,01
Recursos de Transferencias do Sistema Unico de Saude - SUS				
Recursos de Operacoes de Credito				
Outros Recursos		63.279,00	63.279,00	1,01
(-) RP INSCRITOS NO EXERCICIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE			296.675,54	4,72
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI)	**6.544.303,50**	**9.555.032,22**	**5.926.317,79**	**94,27**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS: Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2015 (f)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE DAÚDE (VII)	11.152,47	17.850,70

PARTICIPACAO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS	
CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL 15,00% ** [(VI - VII f) / I]	32,42

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS Até o Semestre (g)	DESPESAS LIQUIDADAS % (g/total g)
Atencao Basica	2.082.486,00	2.060.939,00	1.747.520,37	27,79
Assistencia Hospitalar e Ambulatorial	2.377.095,00	4.939.474,34	3.433.948,21	54,62
Suporte Profilatico e Terapeutico	182.910,00	382.810,00	35.606,72	0,56
Vigilancia Sanitaria	341.040,00	262.727,47	77.759,59	1,23
Vigilancia Epidemiologica	306.810,00	410.029,71	160.195,77	2,54
Alimentacao e Nutricao				
Outras Subfuncoes	1.253.962,50	1.562.330,70	831.241,67	13,22
TOTAL	**6.544.303,50**	**9.618.311,22**	**6.286.272,33**	**100,00**

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORA

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício

² Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício.

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA — SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS

CLAUDEMIRO TEODORO — CONTADOR 31.181 CRC-MG "T" MT

PREFEITO MUNICIPAL

Emissão: 23/02/2016 09:01:13

Page 1 de 1

Homologado

GOVERNO FEDERAL ESTADO DE MATO GROSSO MUNICIPIO DE TABAPORA.

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

JANEIRO A DEZEMBRO de 2015

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII — R$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial da Receita		25.295.150,01
Previsão Atualizada da Receita		25.295.150,01
Receitas Atualizadas	5.662.562,23	29.498.041,75
Déficit Orçamentário		
Saldos de Exercícios Anteriores		-1.637.350,77
Despesas		
Dotação Inicial		23.225.150,01
Créditos Adicionais		17.319.226,89
Dotação Atualizada		40.544.376,90
Despesas Empenhadas	184.834,15	30.298.103,00
Despesas Liquidadas	5.196.943,60	29.102.105,20
Superávit Orçamentário		395.936,55

DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	184.834,15	30.298.103,00
Despesas Liquidadas	5.196.943,60	29.102.105,20

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	27.784.872,15

RECEITAS E DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(I)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(II)		
Resultado Previdenciário (III) = (I - II)		
Regime Geral de Previdência Social		
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		
Despesas Previdenciárias Liquidadas(V)		
Resultado Previdenciário (IV) = (IV - V)		

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no AMF da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação a Meta (b/a)
Resultado Nominal		-688.508,08	0,00%
Resultado Primário		-1.030.740,90	0,00%

RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo à Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS				
Poder Executivo	962.490,44	831,84	952.052,22	9.606,38
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS				
Poder Executivo	153.569,28	30.333,85	70.798,77	52.436,66
Poder Legislativo				
Poder Judiciário				
Ministério Público				
TOTAL	**1.116.059,72**	**31.165,69**	**1.022.850,99**	**62.043,04**

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais: % Mínimo à Aplicar no Exercício	Limites Constitucionais Anuais: % Aplicado até o Bimestre
Min. Anual de 25% das Imp. na Manut. e Desenv do Ens.	-4.337.240,84	25,00	-19,86
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ens. Fund. Med.		0,00	0,00
Min. Anual de 60% FUNDEB na Rem. do Mag. c/ Ed. Inf/Ens. Fund.	-66.052,66	60,00	-1,52
Complementação da União ao FUNDEB		0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Operações de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	3.400.179,08	1.764.184,18

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício	10º Exercício	20º Exercício	30º Exercício
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(I)				
Despesas Previdenciárias(II)				
Resultado Previdenciário(I - II)				
Regime Geral de Previdência Social				
Receitas Previdenciárias(IV)				
Despesas Previdenciárias(V)				
Resultado Previdenciário(IV - V)				

RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo à Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	10.000,00	12.043,32
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos		

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais: % Mínimo à Aplicar no Exercício	Limites Constitucionais Anuais: % Aplicado até o Bimestre
Aplicação dos Recursos de Alienação de Ativos	6.205.142,63	15,00	34,05

DESPESAS DE CARATER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	VALOR APURADO NO EXERCÍCIO CORRENTE
Total das Despesas / RCL (%)	

PERCIVAL CARDOSO NOBREGA
PREFEITO MUNICIPAL

CLAUDEMIRO TEODORO
SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANCAS

CLEBIO G. GUIMARAES GAIA
CONTADOR 31.181 CRC-MG "T" MT

Emissão: 23/02/2016 09:13:16

Page 1 de 1
Homologado

PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

SETOR DE CONTRATOS
EXTRATO AO TERMO DE COOPERAÇÃO Nº005/ADM/2015

MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA/MT/ UNIMED – UNIDADE DE COLETA E TRANSFUSÃO DE SANGUE DE TANGARÁ DA SERRA/MT/ **Este contrato visa à cooperação mútua das partes contraentes (Lei nº 2. 561 de 09 de junho 2006), e tem por objetivo criar normas e diretrizes no tocante ao fornecimento de material necessário para a transfusão e produtos hemoterápicos para o atendimento das necessidades dos pacientes (SUS, particulares ou conveniados não SUS) internados no HOSPITAL, ou em regime ambulatorial/R$00,00/DATA DE ASSINATURA: 11/09/2015.**

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO/RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR 021/2016 - P S 006/2015 - CONVOCAÇÃO

EDITAL COMPLEMENTAR 021/2016

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 006/2015

O Município de Tangará da Serra/MT, através do Prefeito Municipal, Senhor **Fábio Martins Junqueira,** no uso de suas atribuições legais, **TORNA PÚBLICO** o presente Edital para convocar os candidatos aprovados no Processo Seletivo n° 006/2015, destinado ao preenchimento de vagas e formação de cadastro de reserva, para o exercício funcional temporário na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Infraestrutura.

1. Para que compareçam na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada a Avenida Brasil nº 2350-E Jardim Europa, conforme abaixo relacionados para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

I - Dia 24/02/2016 às 13h30min para atribuição de aulas e/ou turmas e local de trabalho:

792 -VIGIA SEMEC

	Nº	Nome	Data Nasc.	Prova de Títulos	Prova Objetiva	Total	Resultado
14	15871	MARCIA REGINA MILHOMEM ARAUJO DA SILVA	28/09/1981	6,50	68	74,50	CLASSIFICADO

964 -AUXILIAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - ZONA URBANA

	Nº	Nome	Data Nasc.	Prova de Títulos	Prova Objetiva	Total	Resultado
19	197821	ADRIANA DOS SANTOS AGUILAR	06/03/1985	0,00	64	64,00	CLASSIFICADO

578 -AUXILIAR DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL - ZONA URBANA

	Nº	Nome	Data Nasc.	Prova de Títulos	Prova Objetiva	Total	Resultado
41	198250	CLAUDIMARA DOS SANTOS SOUZA	26/11/1992	0,00	64	64,00	CLASSIFICADO
42	1220	GLEISIELEM SILVA DE PAULA	16/12/1992	0,00	64	64,00	CLASSIFICADO

654 -PROFESSOR EDUCAÇÃO FISICA – ZONA URBANA

	Nº	Nome	Data Nasc.	Prova de Títulos	Prova Objetiva	Total	Resultado
9	197594	DAYANY NASCIMENTO CHIARELLI	16/09/1985	8,70	56	64,70	CLASSIFICADO

659 -PROFESSOR MATEMÁTICA – ZONA URBANA E RURAL

	Nº	Nome	Data Nasc.	Prova de Títulos	Prova Objetiva	Total	Resultado
10	197705	ILDA SOARES RAIMUNDO	08/10/1985	11,00	60	71,00	CLASSIFICADO

676 -PROFESSOR ED. INFANTIL/EJA 1° SEGMENTO/ANOS INICIAIS-ZONA RURAL

	Nº	Nome	Data Nasc.	Prova de Títulos	Prova Objetiva	Total	Resultado
26	1401	ELISANGELA NUNES MONTEIRO CUSTODIO	13/11/1978	3,00	28	31,00	CLASSIFICADO
27	15846	ROSANGELA FERREIRA SANTANA	31/03/1982	2,90	28	30,90	CLASSIFICADO

660 -PROFESSOR EDUCAÇÃO INFANTIL – ZONA URBANA

	Nº	Nome	Data Nasc.	Prova de Títulos	Prova Objetiva	Total	Resultado
62	428	JENNIPH ALINE CAMPOS BRASIL ANGOLA	21/09/1989	11,00	56	67,00	CLASSIFICADO
63	1018	ELENITA JANAINA MARTINS PEREIRA DE OLIVEIRA	12/01/1990	11,00	56	67,00	CLASSIFICADO

II. Os documentos abaixo relacionados deverão ser entregues na Secretaria Municipal de Administração situada à Avenida Brasil nº 2350-E – Jardim Europa, nos dias 25/02/2016 e 26/02/2016 das 08:00 às 11:00 e das 13:00 às 16:00 munidos com cópia e original:

a) Comprovante de Escolaridade;

b) Carteira Nacional de Habilitação – CNH “D” para o cargo de motorista;

c) Atestado Pré-admissional (aptidão física e mental), expedido por uma Clínica de Medicina do Trabalho**;**

d) Cédula de Identidade (RG) e Cadastro de Pessoa Física (CPF);

e) Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral;

f) Certidão de Reservista, (quando do sexo-masculino);

g) Certidão de Casamento ou Nascimento (conforme o caso);

h) Carteira de registro profissional e certidao negativa do respectivo conselho de classe ao qual pertence, para os cargos de professor de educação física;

i) Comprovante de residência;

j) Cópia da Carteira de trabalho na página da foto e verso e Extrato do PIS/PASEP (emitido pela Caixa Econômica Federal ou Ministério do Trabalho);

k) Declarações: de não acúmulo de cargo público, de bens, de parentesco e de ficha limpa conforme modelo disponibilizado pelo site **www.tangarada-serra.mt.gov.br**;

l) Certidão de nascimento de filhos menores de 21 anos, (se dependente);

m) Atestado de Vacinação dos filhos menores de 05 anos, (se for o caso);

n) Frequência escolar dos filhos menores de 14 anos;

o) CPF dos filhos maiores de 14 anos, do pai, mãe e cônjuge;

p) Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da comarca de Tangará da Serra-MT, relativo a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais, (com trânsito em julgado);

q) Cópia do cartão do Banco Bradesco ou cópia de documento que especifique número da conta naquela Instituição Financeira;

r) Declaração de Imposto de Renda (ano base 2015);

s) Certidão fornecida pela Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, relativo a existência ou inexistência de débitos municipais (Setor de Tributação);

t) Declaração emitida pela UPSPA – Unidade Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar, que não sofreu sanções disciplinares nos últimos 5 (cinco) anos, mediante processo administrativo devidamente instaurado, caso o mesmo já tenha servido ao Executivo Municipal em alguma função;

u) Para os cargos da zona indígena, o candidato deverá apresentar uma autorização emitida pelas lideranças da Comunidade na qual pretende trabalhar, conforme descrito no item 2.1.2 do edital de abertura;

2. O prazo de apresentação segue o item 1 deste edital, findo o qual será providenciada a convocação imediata do aprovado subseqüente, obedecida a ordem de classificação. Será considerado como desistente, o candidato que não se apresentar no prazo constante no item I deste edital.

3. Será desclassificado o candidato que:

a) – não comparecer na data estipulada no item I;

b) – não apresentar a documentação exigida no item II do presente Edital;

c) – for declarado inapto para exercer o cargo a que foi classificado, mediante atestado médico.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Tangará da Serra – MT, 23 de Fevereiro de 2016.

Prof. Fábio Martins Junqueira

Prefeito Municipal

Maria das Graças Souto

Secretária Municipal de Administração

Adriano Alves Fernandes

Secretário Municipal de Educação e Cultura

PREFEITURA MUNICIPAL DE TESOURO

SETOR DE LICITAÇÃO
EDITAL RESUMIDO PREGÃO PRESENCIAL 006/2016

PREGÃO PRESENCIAL 006/2016 – EDITAL RESUMIDO

Objeto: A presente licitação tem por objeto a **contratação de empresa para reforma de diversas pontes de madeira na zona rural do município de Tesouro-MT,** conforme Termo de Referência, Anexo I, do edital de licitação na modalidade pregão presencial nº. 006/2016, tipo menor preço por Item.

O Pregoeiro e equipe de apoio comunicam aos interessados que realizará o procedimento licitatório na modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº. 006/2016, com abertura às 10h00minh, do dia 07/03/2016. O edital e seus anexos poderão ser adquiridos na Sede da Prefeitura, sala da CPL, das 08h00minh às 11h00minh e das 14h00minh às 17h00minh, junto ao Pregoeiro ou solicitado pelo telefone (66) 3435-1118.

O preço do edital é de R$30,00 (trinta reais).

O presente certame reger-se-á pelas disposições das Leis Federais 8.666/93 e 10.520/2002, além das demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no competente edital de pregão.

Informações complementares poderão ser obtidas com o Pregoeiro e Equipe de Apoio, em horário comercial, de segunda a sexta, através do fone (66) 3435-1118.

Tesouro – MT, 23 de fevereiro de 2016.

RICARDO VÍNICIUS SILVA COSTA

PREGOEIRO

DECRETO N°. 22 - DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015

DECRETO N°. 22 - DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015

Designa os comitês de Coordenação e o Comitê Executivo para a coordenação, discussão, avaliação, aprovação e execução das atividades necessárias à elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, conforme o Termo Aditivo de execução Descentralizada n° 04/2014 celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e Universidade Federal de Mato Grosso, assinado e publicado no Diário Oficial da União.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TESOURO – MT, no desempenho de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei Federal n° 11.445/2007 e a necessidade de se instituir comitês específicos para as atividades relacionadas à Elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico.

DECRETA

Art. 1°. Fica instituído o Comitê de Coordenação para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1 – Representante do Núcleo intersetorial de Cooperação Técnica – FUNASA

2 – Representante do Governo do Estado de Mato Grosso – Secretaria de Estado das Cidades – SECID

3 – Antonio Castro Silva Neto (Secretaria Municipal de Saúde)

4 –Guilhermando Rodrigues da Silva (Secretaria Municipal de Meio Ambiente)

5 – Amélia Moreia Barbosa (Secretaria de Educação)

6 – Dalva da Silva Santos Barbosa (Secretaria Municipal de Assistência Social)

7 – Domingos César de Castro Silva (Secretaria de Cultura)

8 – José Reis de Jesus (Secretaria de Obras)

9 – Lucina Rodrigues da Silva (Secretaria de Educação)

Parágrafo Único. São Atribuições do Comitê de Coordenação ao que se refere o *caput* deste artigo:

1 – Coordenar, discutir, avaliar e aprovar o trabalho produzido pelo Comitê Executivo;

2 – Analisar e sugerir, alternativas, buscando promover a integração das ações de saneamento sob os aspectos de viabilidade técnica, operacional, financeira e ambiental.

Art. 2°.Fica instituído o Comitê executivo para elaboração do Plano Municipal de Saneamento Básico, composto pelos seguintes membros:

1 – Danilo Tramarin (Engenheiro/ Técnico)

2 – Arleny Souza Mangabeira Aquino (Gestora Programa Bolsa Família)

3 – Wilson Januário da Silva (Professor Escola Pública)

4 – Milton de Abreu Lima (Diretor do Departamento de Água e Esgoto)

5 – Lauro Luiz Pereira Ayres (Coordenador da Vigilância Ambiental)

6 – Margareth Darold Martins (Assistente Social – CRAS)

7 – Victor Allan Oliveira Mendes (Secretário do Turismo)

8 – Fabiane Fávero Marcant (Secretaria Municipal de Saúde)

9 – João Evangelista de Souza (Representante de Associação de Pequenos Produtores Rurais)

Parágrafo Único. São atribuições especificas do Comitê Executivo a que se refere o *caput* deste artigo.

I – executar em conjunto com a equipe executora, as atividades previstas nas etapas de elaboração do Plano, apreciando e validando cada produto a ser entregue, submetendo-o à avaliação do Comitê de Coordenação.

II – observar os prazos indicados no cronograma de execução.

A aprovação no Processo Seletivo Simplificado N° 001/2015, não gera direito de nomeação, mas esta, se der, respeitará rigorosamente a ordem de Classificação Final dos Candidatos, sob pena de nulidade.

Art. 3°. A designação dos membros dos comitês previstos neste Decreto não importará em qualquer vantagem pecuniária ou acréscimo remuneratório, a qualquer título.

Art. 4°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Tesouro – MT, 11 de fevereiro de 2016.

_____

ILTON FERREIRA BARBOSA

Prefeito Municipal de Tesouro

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 33/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Dirçon Marques de Oliveira – CPF: 052.941.878-92.

Cargo/função: ***Professor Graduado - jornada de 20 horas semanais***, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.438,33 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 01/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

DIRÇON MARQUES DE OLIVEIRA

Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 45/2016

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Osvaldo Francisco Rezende – CPF nº 420.386.341-49.

Cargo/função: GARI,a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento.

Remuneração base: R$ 880,00 por mês.

Prazo: Até 31/12/2016.

Data assinatura: 11/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul.

OSVALDO FRANCISCO REZENDE

Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 32/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Marli Aparecida Camargo – CPF: 553.923.699-87.

Cargo/função: ***Professor Graduado - jornada de 20 horas semanais***, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.438,33 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 01/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

MARLI APARECIDA CAMARGO

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 28/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Ana Carolina Vieira Damian – CPF: 011.636.221-92.

Cargo/função: ***Auxiliar de Magistério - jornada de 20 horas semanais***, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 767,11 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 01/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

ANA CAROLINA VIEIRA DAMIAN

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 44/2016

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Leonor Teixeira Damian – CPF nº 632.088.061-91.

Cargo/função: Professor Graduado – 20 horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em substituição de professora licenciada.

Remuneração base: R$ 1.438,33 por mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 11/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul.

LEONOR TEIXEIRA DAMIAN

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 43/2016

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Sonia Lima Fernandes – CPF nº 837.121.351-49.

Cargo/função: Professor Graduado – 20 horas semanais, vinculada à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em substituição de professor licenciado.

Remuneração base: R$ 1.438,33 por mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 11/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul.

SONIA LIMA FERNANDES

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 42/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Jéssica Adrieli Zambonin – CPF: 035.657.131-94.

Cargo/função: Auxiliar de Magistério - jornada de 20 horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 767,11 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 03/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

JÉSSICA ADRIELI ZAMBONIN

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 41/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Cláudia Regina Armani – CPF: 004.822.169-48.

Cargo/função: Professor Graduado - jornada de 20 horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.438,33 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 03/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

CLÁUDIA REGINA ARMANI

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 40/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Lucimar Gomes Paião – CPF: 509.319.491-87.

Cargo/função: Professor Graduado - jornada de 20 horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.438,33 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 03/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

LUCIMAR GOMES PAIÃO

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 39/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Helena de Fátima Souza – CPF: 453.052.001-30.

Cargo/função: Professor Graduado - jornada de 20 horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.438,33 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 03/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

HELENA DE FÁTIMA SOUZA

Contratada.

PORTARIA Nº 040/2016

Nomeia servidor para cargo de provimento em comissão e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul;

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear, o Sr. FÁBIO JOSÉ ZANIN, portador do RG nº 1320267-7 SSP/MT e do CPF nº 899.760.101-68, para exercer, a partir desta data, o cargo de provimento em comissão de *Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente,* percebendo para tanto o subsídio fixado no art. 3º, da Lei nº 463, de 11 de setembro de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 16 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 29/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Roseli Bueno Ribeiro – CPF: 980.844.459-87.

Cargo/função: ***Auxiliar de Magistério - jornada de 20 horas semanais***, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 767,11 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 01/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

ROSELI BUENO RIBEIRO

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 49/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Débora Pestana Tedesco – CPF: 029.862.011-13.

Cargo/função: Facilitador de Oficinas, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Remuneração base: R$ 880,00 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 15/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

DÉBORA PESTANA TEDESCO

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 48/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Rosangela Ferreira de Oliveira – CPF: 029.774.811-41.

Cargo/função: Facilitador de Oficinas, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Remuneração base: R$ 880,00 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 15/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

ROSANGELA FERREIRA DE OLIVEIRA

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 47/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Fernanda Camila de March – CPF: 036.839.061-62.

Cargo/função: Facilitador de Oficinas, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Remuneração base: R$ 880,00 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 15/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

FERNANDA CAMILA DE MARCH

Contratada.

PORTARIA Nº 035/2016

Declara aprovados no Estágio Probatório os servidores vinculados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relacionados no anexo único desta Portaria e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e respaldado pelo artigo 29, da Lei Complementar Nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores da Administração Pública Direta, Autárquica e Fundacional do Município de União do Sul – MT), e pelos arts. 33 e 36 da Lei nº 551, de 28/11/2014;

R E S O L V E:

Art. 1º - Ficam aprovados no estágio probatório e declarados estáveis os servidores concursados vinculados à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, relacionados e identificados no Anexo Único desta Portaria.

Art. 2º - Em decorrência da aprovação no estágio probatório, os servidores farão jus à progressão de nível, na forma do anexo único desta lei, aplicável conforme o Anexo XI da Lei nº 551/2014.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 01 de fevereiro de 2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 03 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Portaria nº 035/2016)

TABELA DE PROGRESSÃO DE NÍVEL DE PROFISSIONAIS E SERVIDORES EFETIVOS

LOTADOS NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(LEI Nº 551, DE 28/11/2014)

	Enquadramento Inicial	ENQUADRAMENTO 2016							
Mat.	Servidor	Cargo	Admissão	Data Base	Classe	Nível	Data	Classe	Nível
1168	Bruna de Miranda Zampieri	Professora Graduada – 20 h/s	01/02/2013	2013	B	1	01/02	B	2
1169	Bárbara Bueno	Professora Graduada – 20 h/s	01/02/2013	2013	B	1	01/02	B	2
1170	Antonio Reis Mendes	Inspetor de Alunos	01/02/2013	2012	A	1	01/02	A	2

Visto:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 034/2016

Dispõe sobre prorrogação da licença para tratamento de saúde da servidora que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 100, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

Considerando o teor da Comunicação de Decisão, expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, Agência de Sinop/MT;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida prorrogação da licença para tratamento de saúde da servidora efetiva Srª. MARIA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES CARLOS, ocupante do cargo de *Zeladora*,vinculada à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, portadora do RG nº 1989437-6 SSP/MT e CPF nº 007.534. 661-39, pelo período de 30 de janeiro de 2016 até 28 de fevereiro de 2016, sem prejuízo da remuneração.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 30 de janeiro de 2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 03 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 46/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: José Augusto Pereira Costa – CPF nº 177.668.425-72 - CRM-RO nº 1264.

Cargo/função: Médico Clínico Geral, com jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Unidade de PSF-II, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Remuneração base: R$ 7.800,00 p/ mês.

Prazo: Até 31/12/2016.

Data assinatura: 12/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

JOSÉ AUGUSTO PEREIRA COSTA

Contratado.

PORTARIA Nº 033/2016

Dispõe sobre exoneração de servidora de cargo de provimento efetivo e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no inciso X, do artigo 69, da Lei Orgânica do Município de União do Sul; e

Considerando o teor do requerimento subscrito pela servidora abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar, a pedido, a servidora ADRIANE HELFENSTEIN, portadora do RG nº 001032219 SSP/MS e do CPF nº 849.035.971-72, do cargo efetivo de Zeladora, vinculada à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 02 de fevereiro de 2016.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria nº 020/2006, de 21 de fevereiro de 2006.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 03 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

AVISO DE CANCELAMENTO DE PUBLICAÇÃO

Fica cancelada e tornada sem efeito a publicação da PORTARIA Nº 033/2016, efetuada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios de Mato Grosso, edição de nº 2.419, do dia 22 de fevereiro de 2016, na página 265, por ter sido publicada com número de ordem incorreto.

União do Sul, 22 de fevereiro de 2016.

ERINEU DIESEL

Secretário Municipal de Administração.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 38/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Maria Sirley de Oliveira Carvalho – CPF: 896.169.361-15.

Cargo/função: Professor Graduado - jornada de 20 horas semanais, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.438,33 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 03/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

MARIA SIRLEY DE OLIVEIRA CARVALHO

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 37/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Edmilce Rosália do Nascimento – CPF: 804.474.061-91.

Cargo/função: GARI, vinculada à Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento.

Remuneração base: R$ 880,00 p/ mês.

Prazo: Até 31/12/2016.

Data assinatura: 03/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

EDMILCE ROSÁLIA DO NASCIMENTO

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 19/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Marlene Fischer – CPF: 836.020.709-72.

Cargo/função: ***Zeladora***, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 880,00 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 01/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

MARLENE FISCHER

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 31/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Adilse Bedin – CPF: 692.835.249.34.

Cargo/função: ***Professor Graduado - jornada de 20 horas semanais***, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.438,33 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 01/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

ADILSE BEDIN

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 20/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Joelma Freitas da Silva – CPF: 974.108.961-91.

Cargo/função: ***Merendeira***, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 880,00 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 01/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

JOELMA FREITAS DA SILVA

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 21/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: João Maria Franco Saldanha – CPF: 274.875.980-04.

Cargo/função: ***Condutor de Veículo Escolar***, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.225,00 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 01/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

JOÃO MARIA FRANCO SALDANHA

Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público, em Caráter Emergencial.

Nº do Contrato: Nº 36/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: João Heli de Campos – CPF: 565.039.626-49.

Cargo/função: Odontólogo, com jornada de 40 horas semanais, a ser desempenhado junto à Unidade de PSF-II, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde.

Remuneração base: R$ 3.350,00 p/ mês.

Prazo: Até 31/12/2016.

Data assinatura: 02/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

JOÃO HELI DE CAMPOS

Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 22/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratado: Cassio Vacaro – CPF: 038.807.771-95.

Cargo/função: ***Condutor de Veículo Escolar***, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.225,00 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 01/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

CASSIO VACARO

Contratado.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 23/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Elisiane Theodoro da Silva – CPF: 034.782.129-44.

Cargo/função: ***Auxiliar de Magistério - jornada de 20 horas semanais***, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 767,11 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 01/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

ELISIANE THEODORO DA SILVA

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 35/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Wellen Kaccia de Souza Santos – CPF: 064.690.871-59.

Cargo/função: Gari, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento.

Remuneração base: R$ 880,00 p/ mês.

Prazo: Até 31/12/2016.

Data assinatura: 02/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

WELLEN KACCIA DE SOUZA SANTOS

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 24/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Elizangela Lemes de Almeida – CPF: 036.436.051-88.

Cargo/função: ***Auxiliar de Magistério - jornada de 20 horas semanais***, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 767,11 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 01/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

ELIZANGELA LEMES DE ALMEIDA

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 25/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Leiliane Ximendes Batista – CPF: 041.352.571-60.

Cargo/função: ***Auxiliar de Magistério - jornada de 20 horas semanais***, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 767,11 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 01/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

LEILIANE XIMENDES BATISTA

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 30/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Maristela de Carvalho Rezende – CPF: 692.829.009-91.

Cargo/função: ***Professor Graduado - jornada de 20 horas semanais***, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.438,33 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 01/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

MARISTELA DE CARVALHO REZENDE

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 34/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Rosiane Aparecida Pereira – CPF: 048.622.131-89.

Cargo/função: ***Professor Graduado Educação Física - jornada de 20 horas semanais***, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 1.438,33 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 02/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

ROSIANE APARECIDA PEREIRA

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 26/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Marilene dos Santos Rosa – CPF: 293.325.241.49.

Cargo/função: ***Auxiliar de Magistério - jornada de 20 horas semanais***, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 767,11 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 01/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

MARILENE DOS SANTOS ROSA

Contratada.

EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

Espécie: Termo de Rescisão do Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público sob nº 47/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Fernanda Camila de March – CPF: 036.839.061-62.

Cargo/função: Facilitador de Oficinas, vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Motivo da Rescisão: Rescisão por iniciativa da Contratada.

Data assinatura do Termo: 22/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

FERNANDA CAMILA DE MARCH

Contratada.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 09/2016

Dispõe sobre convocação de candidata classificada no Processo Seletivo Simplificado nº 02/2015 da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

De ordem do senhor ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso; tendo em vista o Processo Seletivo Simplificado realizado em 15 de dezembro de 2015 e homologado em 29 de dezembro de 2015;

Considerando ainda o disposto no Edital do Processo Seletivo Simplificado nº. 02/2015;

1. Pelo presente Edital, fica CONVOCADA a candidata classificada, para preenchimento de vaga existente no momento para contratação temporária, conforme descrição abaixo:

CARGO: FACILITADOR DE OFICINAS.

NOME	Nº INSCRIÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
CRISLAINE RITIELEN DE SOUZA	**153**	**1ª Classificada**

2. A candidata convocada por este Edital terá prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da data de afixação/publicação deste Edital, para ser contratada e assumir o respectivo cargo.

3. A candidata deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de União do Sul, dentro do prazo estipulado, munida dos seguintes documentos:

FOTOCÓPIAS:

- Carteira de Identidade;

- Cadastro de Pessoa Física – CPF, em validade;

- Título de Eleitor e prova de quitação com a justiça eleitoral;

- Comprovante de Escolaridade (Diploma, Certificado, Declaração, etc.);

- Certidão de Casamento (se houver);

- Certidão de Nascimento de filhos (se houver);

- Comprovante de residência atual.

ORIGINAL:

- Declaração negativa de acúmulo ilegal de cargo, emprego ou função pública;

4. Somente será aceito protocolo de documento exigido neste edital, se o protocolo for expedido antes do término do prazo da presente convocação.

UNIÃO DO SUL – MT, 23 de fevereiro de 2016.

ERINEU DIESEL

Secretário Mun. de Administração

Visto:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 039/2016

Dispõe sobre conversão em abono pecuniário, de 10 (dez) dias de férias do servidor que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 71, da Lei Complementar nº 015, de 16 de novembro de 2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais); e

Considerando o teor do Requerimento subscrito pelo servidor abaixo identificado;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria fica convertida em abono pecuniário, uma parcela de 10 (dez) dias das férias a que faz jus o servidor LEVI ZANARDI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Secretário Municipal de Esporte e Lazer, vinculado à Secretaria Municipal de Esporte e Lazer.

Parágrafo Único – As férias mencionadas no *caput* são referentes ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 03 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 038/2016

Concede gratificação FG ao servidor que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e embasado no art. 157 da Lei Municipal Nº 551, de 28 de novembro de 2015 (Plano de Carreiras, Cargos e Vencimentos dos Profissionais da Saúde do Município);

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder, ao servidor PEDRO FERREIRA DE OLIVEIRA, portador do RG nº 1757045-0 SSP/MT e do CPF nº 028.325.011-92, ocupante do cargo de provimento efetivo de *Técnico em Laboratório de Informática*, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, uma gratificação **FG** (Função Gratificada), no percentual de **50%** (cinquenta por cento) sobre o vencimento-base de seu cargo de provimento efetivo, na forma do Anexo X da Lei nº 551/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 03 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 037/2016

Dispõe sobre Progressão Funcional dos Servidores Efetivos lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e dá outras providencias.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 61, inciso II e art. 63 e §§ 1º e 2º, combinado com o disposto no art. 35 e §§, da Lei Municipal nº 551, de 28 de novembro de 2014 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos dos Profissionais da Educação) e alterações posteriores;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida progressão de nível salarial, da ordem de 5% (cinco por cento) aos Profissionais da Educação (servidores efetivos) lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, em decorrência de avaliação de desempenho, considerando tempo de serviço e merecimento, de conformidade com o Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo Único - O novo enquadramento dos vencimentos por conta da progressão ora concedida observará as Tabelas do Anexo XI da Lei nº 551, de 28/11/2014 e alterações posteriores.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 03 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ANEXO I

(Portaria nº 037/2016)

TABELA DE PROGRESSÃO DE NÍVEL DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

LOTADOS NA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA (LEI Nº 551/2014)

(SERVIDORES EFETIVOS)

	Enquadramento ATUAL	ENQUADRAMENTO 2015						
Mat.	Servidor	Cargo	Admissão	Classe	Nível	Data	Classe	Nível
295	Marlete Inez Pozzatto Vian	Professora Graduada 20 h/s	02/02/2004	C	4	02/02	C	5
298	Cleide de Souza L. de Lima	Professora Graduada 20 h/s	02/02/2004	C	4	02/02	C	5

Visto:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 043/2016

Define nova lotação para o servidor que menciona e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e considerando a conveniência administrativa;

R E S O L V E:

Art. 1º - Por força desta Portaria, o servidor efetivo Sr. ARNALDO LIMA DA SILVA, portador RG nº 1304450-8 SSP/MT e do CPF nº 719.413.551-53, motorista lotado na Secretaria Municipal de Obras, Viação, Urbanismo e Saneamento, passa a ser enquadrado como *Condutor de Veículo Emergencial* com nova lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito à 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º - Revoga-se a Portaria nº 128/2015 de 16 de junho de 2015 e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 22 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Servidor por Tempo Determinado e Excepcional Interesse Público.

Nº do Contrato: Nº 27/2016.

Vínculo Legal: Lei Municipal nº 437, de 27/02/2012.

Regime Previdenciário: INSS.

Contratante: Prefeitura Municipal de União do Sul - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: Veronica Ferrante – CPF: 009.991.241-45.

Cargo/função: ***Auxiliar de Magistério - jornada de 20 horas semanais***, a ser desempenhado junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Remuneração base: R$ 767,11 p/ mês.

Prazo: Até 20/12/2016.

Data assinatura: 01/02/2016.

Signatários:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito de União do Sul

VERONICA FERRANTE

Contratada.

PORTARIA Nº 042/2016

Dispõe sobre a composição da **Comissão de Transporte Escolar** do Município de União do Sule dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, nos termos da Instrução Normativa nº 007/2013/GS/SEDUC/MT;

R E S O L V E:

Art. 1º - A COMISSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR do Município de União do Sul-MT, para completar o mandato em curso, do período de 07 de agosto de 2015 a 06 de agosto de 2017, é assim composta:

I - Representante dos Alunos da Rede Estadual de Ensino:

Vanessa Alves Larsson

RG: 24505234 SSP/MT

CPF: 062.797.501-16.

II - Representante de Pais de Alunos da Rede Municipal de Ensino:

Ana Maria Galeano

RG: 566718 SSP/MS

CPF: 448.517.311-91.

III – Representante de Assessores Pedagógicos:

Alexandro Volpato

RG: 13042050 SSP/MT

CPF: 014.385.441-03.

IV - Representante de Professores da Rede Estadual de Ensino:

Eugislaine Carvalho Aguiar

RG: 18303803 SSP/MT

CPF: 016.691.311-89.

V - Representante de Professores da Rede Municipal de Ensino:

Marli Apª Camargo

RG: 40841288 SSP/PR

CPF: 553.923.699-87.

VI - Representantes do Poder Executivo Municipal:

Sueli Teresinha Titon

RG: 11/R-1.881.397 SSP/SC

CPF: 706.109.599-72.

Marcelo Correa

RG:1830411-7 SSP/MT

CPF: 717.756.411-04.

VII - Representantes do Poder Legislativo Municipal:

Alcino José Nunes

RG: M-1.455.279 SSP/MG

CPF: 655.737.651-91.

João Batista Boreli

RG: 530.915 SSP/MT

CPF: 361.531.091-87.

VIII - Representante do Conselho Municipal do FUNDEB:

Ana Carolina Vieira

RG: 4291234SSP/SC

CPF: 011.636.221-92

Parágrafo Único - A Comissão terá seus membros renovados ao final do mandato em curso, podendo ser reconduzido um mesmo membro uma única vez.

Art. 2º - A Comissão de Transporte Escolar composta na forma desta portaria terá a finalidade de fiscalizar a execução do transporte escolar pelo município, bem como deliberar sobre controvérsias, e também deverá, obrigatoriamente, emitir parecer nas prestações de contas e relatório acerca do Transporte Escolar no município. Essas são as especificações que estão descritas na Instrução Normativa nº 007/2013/GS/SEDUC/MT**.**

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul - MT, 22 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 036/2016

Dispõe sobre Promoção de Classe de Servidores Efetivos lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura e dá outras providencias.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e observando o disposto no art. 61, inciso I, e art. 62, da Lei Municipal nº 551, de 28 de novembro de 2014 e alterações posteriores;

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedida Promoção de Classe aos servidores efetivos lotados na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, na forma disposta no Anexo Único desta Portaria.

Parágrafo Único - O novo enquadramento dos vencimentos por conta da promoção ora concedida, demonstrado no anexo único desta Portaria, observará as Tabelas do Anexo XI da Lei nº 551, de 28/11/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeito a 01 de fevereiro de 2016.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul, MT, 03 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Portaria nº 036/2016)

TABELA DE PROMOÇÃO DE CLASSE DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO LOTADOS

NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(SERVIDORES EFETIVOS)

	Enquadramento ATUAL	ENQUADRAMENTO 2016						
Mat.	Servidor	Cargo	Admissão	Classe	Nível	Data	Classe	Nível
1168	Bruna de Miranda Zampieri	Professora Graduada 20 h/s	01/02/2013	B	2	01/02	C	2

1169	Bárbara Bueno	Professora Graduada 20 h/s	01/02/2013	B	2	01/02	C	2
1170	Antonio Reis Mendes	Inspetor de Alunos	01/02/2013	A	2	01/02	C	2

Visto:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 041/2016

Nomeia servidora para exercer as atribuições do cargo comissionado de Chefe da Divisão de Atenção à Família e à Comunidade, e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e com fulcro no art. 13, II, da Lei Complementar nº 015, de 16.11.2011 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais);

R E S O L V E:

Art. 1º - Nomear TATIANE CRISTINA CHAVES, portadora do RG nº 1830347-1 SSP/MT e CPF nº 031.883.781-14, para exercer, a partir desta data e em caráter de confiança, as atribuições do cargo de *Chefe da Divisão de Atenção a Família e à Comunidade,* lotada junto ao Programa de Fortalecimento de Vínculos,vinculada à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Cidadania.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 19 de fevereiro de 2016.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL 05-2016

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento de todos que houve o **CANCELAMENTO** a seguinte licitação nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores, em conforme o parecer jurídico conclusivo. Modalidade: Pregão Presencial 05/2016. Objeto: aquisição de gêneros alimentício merenda escolar. Onde ocorreu a Data de Abertura: 15/02/2016 as 10:00 Horas. Vale de São Domingos-MT, 23 de Fevereiro de 2016. Edinaldo Ferreira de Santana. Pregoeiro

AVISO DE CANCELAMENTO PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO 04-2016

A prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, com sede na Avenida Tancredo Neves, nº 88, Centro. Torna público para conhecimento de todos que houve o **CANCELAMENTO** a seguinte licitação nos termos da Lei 8666/93 e alterações posteriores, em conforme o parecer jurídico conclusivo nº 10/2016. Modalidade: Pregão Presencial Registro de Preço 04/2016. Objeto: prestação de serviços com sistema único especializada em gerenciamento eletrônico de combustível com aplic (leiaute 2015) via web com utilização de cartões magnéticos ou com chip, integrando rastreamento veicular por gprs com diário de bordo para atender as necessidades das secretarias do município de Vale de São Domingos – MT. Onde ocorreu a Data de Abertura: 15/02/2016 as 08:00 Horas. Vale de São Domingos-MT, 23 de Fevereiro de 2016. Edinaldo Ferreira de Santana. Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

ATO Nº. 085/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e consta no processo nº 356210/2016;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Maria Auxiliadora de Campos Matricula nº 31783, da função de Diretora na CMEI Professora Izabel Pinto de Campos, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito retroativo, a partir de 18 de janeiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 15 de fevereiro de 2016.

Zilda Pereira Leite de Campos

***Secretária Municipal de Educação*, Cultura, Esporte e Lazer**

***Luc*imar Sacre de Campos**

Prefeita Municipal

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 07/2016

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de VÁRZEA GRANDE-MT e a BANCO DO BRASIL S/A e a BB LEASING S/A, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-91. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação legal pelo Decreto nº. 18/2011 de 13/04/2011, bem como a Portaria 152/2011, que trata da consignação em folha de pagamentos de servidores Públicos, Lei Municipal nº. 3.338/2009, O Decreto Municipal nº. 65/2011 e subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações bem como as disposições legais aplicáveis, e demais documentos acostados ao Processo GESPRO nº. 343471/2015. OBJETO: Tem por objeto o presente Convênio estabelece os procedimentos a serem observados na operacionalização da concessão de empréstimos, financiamentos e/ou arrendamentos mercantis, com pagamento mediante consignação em folha de pagamentos, aos Servidores do Município, com contrato de trabalho/vinculo estatutário formalizado e vigente. As condições da operação de crédito serão objetos de livre negociação entre os beneficiários e o Banco e/ou arrendadora. Fica facultado ao CONVENIADO estabelecer o seu percentual, observando o limite máximo da margem consignável estipulada pela CONSIGNUM – PROGRAMA DE CONTROLE E GERENCIAMENTO DE MARGEM LTDA, que é responsável pelo controle operacional e gerencial efetivo e automático das referidas operações de consignações em folha de pagamento dos servidores deste Município. No caso de empréstimo consignados em folha de pagamento, parcelas não poderão a margem consignável legalmente determinada na legislação citada na CLÁUSULA PRIMEIRA. O envio de arquivo remessa para desconto em folha fica a cargo da empresa gestora de margem. O retorno dos empréstimos descontados em folha de pagamento fica disponível no portal da empresa gestora de margem a partir do quinto dia útil de cada mês. VIGÊNCIA: Tem a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. Nº. 57 da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas atualizações. O convênio ora firmado, bem como os serviços nele ajustados serão realizados sem caráter de exclusividade. FISCAL DO

CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Administração, o servidor VALDEMIR BARBOSA DA SILVA, portador da Cédula de Identidade RG nº. 909.722 SSP/MT, inscrito no CPF sob nº. 772.033.801-49, Matricula nº. 45515.

DATA DE ASSINATURA: 05.02.2016.

SIGNATÁRIOS: LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT

VIVIAN DANIELLE DE ARRUDA E SILVA PIRES

Secretaria Municipal de Administração.

BANCO DO BRASIL S/A E BB LEASING S/A – ARRENDAMENTO MERCANTIL

Convenente

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande/MT

EXTRATO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 01/2015

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa MATERIAL FORTE INCORPORADORA LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 10.505.889/0001-12. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se fundamentada na Lei Federal nº. 8.666/1993 no Artigo nº. 57 incisos e parágrafos, e nas demais alterações introduzidos pala Lei, bem como, no Termo de Contrato nº. 01/2015 e bem como nos documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº 353774/2015. OBJETO: Tem por objeto aditar, no Contrato de nº. 01/2015, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em serviços de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra para reforma e ampliação da porta de entrada e reforma com adequação da ambiência do setor obstétrico do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, os itens 5.1 e 5.2 da "CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR, DOS PREÇOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA", o item 8.1 da "CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA" e o item 15.7 da "CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA FISCALIZAÇÃO". VALOR GLOBAL: O valor global no montante de R$ 1.262.615,94 (um milhão duzentos e sessenta e dois mil seiscentos e quinze reais e noventa e quatro centavos). UO: SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.144. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0204. UO: SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.144. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0304. UO: SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.144. ND: 3.3.90.39.00.00.00 – OST PJ. FONTE: 0002. UO: SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.144. ND: 4.4.90.51.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0204. UO: SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.144. ND: 4.4.90.51.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0304. UO: SECRETARIA DE MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.144. ND: 4.4.90.51.00.00.00 – OBRAS E INSTALAÇÕES. FONTE: 0002. VIGÊNCIA: Terá vigência de 12 (doze) meses o prazo de vigência do Contrato Original, produzindo seus efeitos a partir de seu vencimento. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Saúde para este ato, o servidor JADERSON DIEGO FIGUEIREDO, portador da cédula de identidade RG n°. 1776382-7 SSP/MT, inscrito no CPF n°. 021.982.971-32, Matricula nº. 111026.

DATA DE ASSINATURA: 20.01.2016.

SIGNATÁRIOS: LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT

CASSIUS CLAY SCOFONI FALEIROS DE AZEVEDO

Secretaria Municipal de Saúde PMVG/MT

MATERIAL FORTE INCORPORADORA LTDA

Contratada

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral Do Município De Várzea Grande/MT

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO CONTRATO 025/2015

1ºTermo Aditivo ao Contrato 025/2015

Pregão Presencial: 015/2015

Contratada: POLIERG INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA

Objeto: Supressão de Valor Unitário

Fundamentação Legal: Art. 65, item II, alínea "d" da Lei 8.666/93, c/ suas alterações. Emenda Constitucional nº 87/2015 e a Legislação Tributaria Estadual nº 10.337/2015.

Assinatura: 10/02/2016

EDUARDO ABELAIRA VIZOTTO

DIRETOR PRESIDENTE

PORTARIA Nº 046/2016

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 313610/2015,

RESOLVE:

Retificar a Portaria n° 398/2016 que concedeu ao servidor **WALDECI TEIXEIRA DE OLIVEIRA**, Matrícula 81988, exercendo o cargo de Professor Nível Superior, lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, **180 (cento e oitenta) dias de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991,

Onde se ler: "a vigorar com efeito retroativo no período de **22/06/2015 a 18/06/2015."**

Leia-se: a vigorar com efeito retroativo no período de **22/06/2015 a 18/12/2015.**

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de fevereiro de 2016.

Carlos Alberto Silva

Subsecretário Municipal de Administração

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 09/2016

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de VÁRZEA GRANDE-MT e a ASSOCIAÇÃO CAMINHANDO PARA MAIS UM SONHO, inscrito no CNPJ sob nº 14.904.923/0001-82. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação legal na Lei nº. 11.692/2008, na Lei Federal nº. 6.629/2008, na Lei nº. 8.666/93, na Portaria 171 de 26 de Maio de 2009, na Resolução do Conselho Municipal de Várzea Grande nº. 015/2015, Lei nº. 3.770/2012, bem como, nos demais documentos acostados ao Processo GESPRO nº. 346144/2015. OBJETO: Tem por objeto repassar a Instituição ora qualificada, recursos financeiros para a execução indireta do Programa de Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculo para atendimento de 200 (duzentas) crianças/adolescentes da periferia norte/oeste em bairros de Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: O valor global e no montante de R$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), quantia esta que, será repassada mensalmente em 11 parcelas no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais). UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.244.0041. P/A: 1.483. ND: 3.3.50.43.00.00.00 – SUBVENÇÕES SOCIAIS

FONTE: 0302. VIGÊNCIA: Tem a vigência de 11 (onze) meses com início em 01 de fevereiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016. O presente instrumento deverá ser renovado no início de cada ano fiscal da Prefeitura, com renegociação 30 (trinta) dias antes do término do mesmo, mantendo o mesmo valor, podendo, apenas, sofrer atualização conforme índice IGPM-FGV. Qualquer alteração necessária no decorrer do desenvolvimento do Projeto será definida em Termos Aditivos. FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria de Assistência Social, a servidora DULCELINA SOCORRO FIRMINO DE LIMA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 503.087 SSP/MT, inscrita no CPF sob nº. 362.092.101-63, Matricula nº. 011346.

DATA DE ASSINATURA: 01.02.2016.

SIGNATÁRIOS: LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT

KATHE MARIA KOHLHASE MARTINS

Secretaria Municipal de Assistência Social.

ASSOCIAÇÃO CAMINHO PARA MAIS UM SONHO

Convenente

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande/MT

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
ATO N.º 42/2016

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1.º- EXONERAR, a pedido do cargo em comissão, Rosane Pereira Leite, Assessor Técnico Legislativo.

Art. 2.º - Este ato entra em vigor a partir desta data.

Gabinete da Presidência, 22 de fevereiro de 2016.

Vereador CALISTRO LEMES DO NASCIMENTO

Presidente

Vereador PEDRO PAULO TOLARES

1º Secretário

PORTARIA N° 009/2016

A Secretária Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do Processo nº 351713/2015,

RESOLVE:

Conceder à servidora **NEILA MARIA DE CAMPOS,** matrícula n° 36477**,** lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, no cargo de Assistente Social, **Afastamento para o exercício de Mandato Eletivo** para exercer o cargo de **Conselheiro Tutelar na Prefeitura Municipal de Várzea Grande**, de acordo com a Lei Complementar nº 3.505/2010, Art. 25, § único, a partir de **11/01/2016 a 11/01/2020**.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande - MT, 22 de fevereiro de 2016.

Vivian Danielle de Arruda e Silva Pires

Secretária Municipal de Administração

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas

ATO Nº. 096/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Osvaldo Pinto de Oliveira, no cargo em comissão de Assistente Técnico - DNS 7, na Secretaria Municipal de Saúde, a partir de 01 de fevereiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 18 de fevereiro de 2016.

Dr. Cássius Clay Scofoni F. de Azevedo

Secretario Municipal de Saúde

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 06/2016

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de VÁRZEA GRANDE-MT e a BANCO DO BRASIL S/A, inscrito no CNPJ sob nº 00.000.000/0001-91. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação legal na Lei de Licitação e Contratos Administrativos nº. 8.666/93 e demais alterações, bem como nos demais documentos acostados ao Processo GESPRO nº. 334113/2015. Aplica-se aos casos omissos, no que couber, as disposições de direito privado e a Teoria Geral dos Contratos. OBJETO: Tem por objeto, a troca de informações sobre o Programa de Formação do Patrimônio do Servidor – PASEP, através de meio magnético. VIGÊNCIA: Tem a vigência de 12 (doze) meses, constados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. 27 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas atualizações. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Administração, o servidor VALDEMIR BARBOSA DA SILVA, portador da Cédula de Identidade RG nº. 909.722 SSP/MT, inscrita no CPF sob nº. 772.033.801-49, Matricula nº. 45515.

DATA DE ASSINATURA: 05.02.2016.

SIGNATÁRIOS: LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT

VIVIAN DANIELLE DE ARRUDA E SILVA PIRES

Secretaria Municipal de Administração.

BANCO DO BRASIL S/A

Convenente

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande/MT

ATO Nº. 089/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e consta no processo nº 359031/2016;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Rosana Fátima de Arruda Matricula nº 40864, da função de Diretora na EMEB Lúcia Leite Rodrigues, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, com efeito retroativo, a partir de 18 de janeiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 16 de fevereiro de 2016.

Zilda Pereira Leite de Campos

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

ATO Nº. 093/2016

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

NOMEAR Icaro Jose Godoy de Campos, no cargo em comissão de Assistente Técnico - DNS 7, na Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, a partir de 04 de fevereiro de 2016.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 12 de fevereiro de 2016.

Breno Gomes

Secretário Mun. de Serviços Públicos e Mob. Urbana

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

PORTARIA Nº 089/2016

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 324476/2015,

RESOLVE:

Retificar a Portaria n° 403/2015 que concedeu à servidora **ANGELA FATIMA CANDEIA FREIRE**, Matrícula 3611, exercendo o cargo de Fonoaudióloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, **02 (dois) anos de Licença para tratar de Assunto Particular sem Ônus**, conforme Artigo 101 da Lei Municipal nº 1.164/1991, a vigorar com efeito retroativo no período de **03/08/2015 a 03/08/2017.**

Onde se lê: “exercendo o cargo de Fonoaudióloga, lotada na Secretaria Municipal de Saúde”

Leia se: exercendo o cargo de Técnico Administrativo Educacional, lotada na Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de fevereiro de 2016.

Carlos Alberto Silva

Subsecretário Municipal de Administração

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 05/2016

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de VÁRZEA GRANDE-MT e a ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA EURÍPEDES BARSANULFO, inscrito no CNPJ sob nº 08.826.948/0001-02. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação legal na Lei Federal nº. 8.666/93 de 21 de Junho 1993 e suas alterações, incisos e alíneas nos que couberem, na IN/STN nº. 01/97, a Lei Complementar nº. 101/2000, a IN/STN nº. 01/2005, e a Lei Municipal nº. 3.770/2012 e demais documentos acostados ao Processo GESPRO nº. 349612/2015. OBJETO: Tem por objeto, promover, por intermédio da CONCEDENTE, o repasse de recursos federais, diretamente à convenente visando o custeio de suas despesas com o regime de proteção social básica: apoio socioeducativo à criança e ao adolescente em processo de desenvolvimento, por meio de ações pedagógicas, esportivas, tecnológicas e arte educativa, em período complementar a escola, serviços de apoio sócio assistencial a criança e adolescente e suas famílias. Atender 100 (cem) crianças e adolescentes no Bairro Vitória Régia do Município de Várzea Grande – MT, com ações complementares na família e comunidade, na proteção e desenvolvimento de crianças e adolescentes e no fortalecimento de vínculos familiares e sociais. VALOR GLOBAL: O valor global e no montante de R$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais), quantia esta que, será repassada mensalmente em 11 parcelas no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). UO: SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.02.08.244.0041. P/A: 1.483. ND: 3.3.50.43.00.00.00 – SUBVENÇÕES SOCIAIS FONTE: 0302. VIGÊNCIA: Tem a vigência de 11 (onze) meses com início em 01 de Fevereiro de 2016 a 31 de Dezembro de 2016. O presente instrumento poderá ser renovado, mediante Termo Aditivo, por solicitação da CONVENENTE, no prazo mínimo de 30 (trinta) dias, antes do término da vigência e, desde que, renovação seja aceita e autorizada pelo Setor competente da CONCEDENTE. FISCAL DO CONTRATO: Fica designada pela Secretaria de Assistência Social, a servidora DULCELINA SOCORRO FIRMINO DE LIMA SILVA, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 503.087 SSP/MT, inscrita no CPF sob nº. 362.092.101-63, Matricula nº. 011346.

DATA DE ASSINATURA: 01.02.2016.

SIGNATÁRIOS: LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT

KATHE MARIA KOHLHASE MARTINS

Secretaria Municipal de Assistência Social.

ASSOCIAÇÃO ESPÍRITA EURÍPEDES BARSANULFO

Convenente

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande/MT

PORTARIA Nº 090/2016

O Subsecretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta no Processo nº 300146/2015,

RESOLVE:

Retificar a Portaria n° 208/2007 que **retificou a Portaria n° 007/2207** que averbou em favor da servidora **CIBELE ALVES DA SILVA**, matrícula n° 7687, exercendo o cargo de Supervisor Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

Onde se lê: “o Tempo de Serviço prestado conforme certidão expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, num total de 05 (cinco) anos, (zero) meses e 23 (vinte e três) dias, para considerá-lo o Tempo Averbado de: “08 (oito) anos, 01 (um) mês e 21 (vinte e um) dias, ou ainda, 2.971 (dois mil e novecentos e setenta e um) dias líquidos”, para efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade”

Leia-se: Averbar em favor da servidora **CIBELE ALVES DA SILVA**, matrícula n° 7687, exercendo o cargo de Supervisor Escolar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, o Tempo de Serviço prestado conforme certidão expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS, prestados a iniciativa privada no período compreendido entre **14.12.1981 a 30.04.1984** (Banco Com. E Ind. São Paulo S/A), **02.01.1985 a 24.06.1986** (Banco Nacional) e **03.11.1987 a 20.08.1991** (Emater), no total de 07 (sete) anos, 07 (sete) meses e 28 (vinte e oito) dias ou 2.795 (dois mil setecentos e noventa e cinco) dias líquidos, para efeitos de Aposentadoria e Disponibilidade e **Averbar o Tempo de Serviço** prestado conforme certidão expedida pelo Instituto Nacional de Seguro Social –

INSS, prestados ao Governo do Estado de Mato Grosso 9Secretaria de Estado de Educação), no cargo de Professora, no período compreendido entre **09.09.1991 a 28.02.1992**, no total de 00 (zero) ano, 05 (cinco) meses e 23 (vinte e três) dias ou 173 (cento e setenta e três) dias líquido, para **todos os Efeitos Legais**.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 22 de fevereiro de 2016.

CARLOS ALBERTO SILVA

Subsecretário Municipal de Administração

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas

EXTRATO CONTRATO N. 07/2016

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e a Empresa GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EIRELI - EPP, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 19.808.881/0001-08. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra vinculado decorrente de Licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº. 30/2014, sujeitando-se as partes as normas constantes da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações, Lei nº. 10.520 de 17 de Julho de 2002, Lei Complementar nº. 123/2006, que altera a Lei nº. 123/2006 e em conformidade com as disposições, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 352509/2015. OBJETO: Tem por objeto a aquisições de carnes, aves, peixes e derivados com o objetivo de atender as necessidades do Hospital e Pronto Socorro Municipal de Várzea Grande, na modalidade pregão eletrônico/registro de preço, menos preço por item, conforme edital. VALOR GLOBAL: Atribuise o valor global de R$ 129.018,29 (cento e vinte e nove mil, dezoito reias e vinte e nove centavos). UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.144. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0204. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.144. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0304. UO: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO: 09.02.10.302.0011. P/A: 2.144. ND: 3.3.90.30.00.00.00 – MATERIAL DE CONSUMO FONTE: 0002. VIGÊNCIA: Terá vigência de 120 (cento e vinte) dias, que contados a partir da data de sua assinatura e publicação, prazo em que o CONTRATADO, deverá entregar os produtos de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria, a prorrogação deverá estar em conformidade com o disposto no Art. Nº. 57, da Lei nº. 8.666/93 atualizada. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria Municipal de Saúde para este ato, a servidora THAIS CAROLINE NOGUEIRA SILVA MALTA, portador da cédula de identidade RG n°. 1617135-7 SSP/MT, inscrito no CPF n°. 004.788.521-18, Matrícula 106115.

DATA DE ASSINATURA: 14.01.2016.

SIGNATÁRIOS: LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT

CASSIUS CLAY SCOFONI FALEIROS DE AZEVEDO

Secretária Municipal de Saúde

GRAMADO DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO EIRELI – EPP

Contratada

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande/MT

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO Nº. 08/2016

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de VÁRZEA GRANDE-MT e a COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DOS PODERES EXECUTIVOS E LEGISLATIVO NO ESTADO DE MATO GROSSO – SICOOB SERVIDOR, inscrito no CNPJ sob nº 04.346.379/0001-79. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação legal pelo Decreto nº. 18/2011 de 13/04/2011, bem como a Portaria 152/2011, que trata da consignação em folha de pagamentos de servidores Públicos, Lei Municipal nº. 3.338/2009, o Decreto Municipal nº. 65/2011 e subsidiariamente a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas atualizações bem como as disposições legais aplicáveis. Aplica-se aos casos omissos, no que couber, as disposições de direito privado e a Teoria Geral dos Contratos e demais documentos acostados ao Processo GESPRO nº. 343470/2015. OBJETO: Tem por objeto a operacionalização da concessão de empréstimos, financiamentos e/o arrendamentos mercantis, com pagamento mediante consignação em folha de pagamentos, aos Servidores do Município, com contrato de trabalho/vinculado estatutário formalizado e vigente. Fica facultado ao CONVENIADO estabelecer e seu percentual, observado o limite máximo da margem consignável estipulada pela CONSIGNUM – PROGRAMA DE CONTROLE E GERENCIAMENTO DE MARGEM LTDA, que é responsável pelo controle operacional e gerencial efetivo e automático das referidas operações de consignações em folha de pagamento dos servidores deste Município. No caso de empréstimos consignados em folha de pagamento, parcelas não poderão exceder a margem consignável legalmente determinada na legislação citada na CLÁUSULA PRIMEIRA. VIGÊNCIA: Tem a vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o Art. Nº. 57 da Lei Federal de Licitações e Contratos Administrativos nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993 e suas atualizações. O convênio ora firmado, bem como os serviços nele ajustados serão realizados sem caráter de exclusividade. FISCAL DO CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Administração, o servidor VALDEMIR BARBOSA DA SILVA, portador da Cédula de Identidade RG nº. 909.722 SSP/MT, inscrita no CPF sob nº. 772.033.801-49, Matricula nº. 45515.

DATA DE ASSINATURA: 05.02.2016.

SIGNATÁRIOS: LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT

VIVIAN DANIELLE DE ARRUDA E SILVA PIRES

Secretaria Municipal de Administração.

SICOOB

Convenente

SADORA XAVIER FONSECA CHAVES

Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande/MT

DECRETO Nº 10 DE 12 DE FEVEREIRO DE 2016.

Nomeia os novos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita do Município de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal de Várzea Grande, através do artigo 69, inciso VI;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 4.095/2015 que criou a Lei de Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que foi instituído o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, como órgão deliberativo, controlador e fiscalizador das ações da política municipal de atendimento à criança e ao adolescente, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social.

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os novos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA para o biênio 2016-2017:

I – Representante do Governo Municipal

SMECEL - Educação		
a.	**Vera Maria Santa e Silva**	**Titular**
Ademir Silva Ferreira	Suplente	
b.	**Gonçalina Josefa de Oliveira**	**Titular**
Claudia Aparecida Santos Valadares	Suplente	
SMECEL - Cultura		
c.	**Gisele Aparecida Barros**	**Titular**
Ana Paula Duarte	Suplente	
SMECEL - Esporte		
d.	**Thiago Luis de Lima**	**Titular**
Erasmo Ribeiro da Costa	Suplente	
Secretaria Municipal de Assistência Social		
e.	**Katlin Oliveira Calmon**	**Titular**
Jovanil Flores da Silva	Suplente	
f.	**Vanessa C. Caceres Navarro**	**Titular**
Fatima Pitanga	Suplente	
Secretaria Municipal de Administração		
g.	**Danielle Cristina Lorenzon**	**Titular**
Marcos Rodrigues da Silva	Suplente	
Secretaria Municipal de Saúde		
h.	**Lucineide Batista de Souza**	**Titular**
Juselly Carmen de Lima	Suplente	
i.	**Simone Glaucia Silva Rodrigues**	**Titular**
Lucelia Cristina Lima Lopes	Suplente	
Secretaria Municipal de Gestão Fazendária		
j.	**Paulo Gonçalo da Silva**	**Titular**
Ester Antonio Silva	Suplente	

II – Representante da Sociedade Civil

	Sociedade Civil de Atendimento DIRETO	
a.	Associação Ecológica e Centro de Equoterápia Nativo **Sirlei Araújo de Faria Silva**	Titular
Associação Centro Educacional de Apoio a Família **Suzeli Arruda de Lima Nogueira**	Suplente	
b.	Fundação Nova Suíça **Douglas Ferreira de Souza**	Titular
Instituto Mato-grossense de Apoio à Criança – IMAC **Ivanir Gusmão**	Suplente	
c.	Associação Cristo Rei **Leandro Fábio Momente**	Titular
Cáritas Paroquial de Várzea Grande **Ana Cristina Vieira e Silva**	Suplente	
d.	Instituto Educacional Luz do Amanhã **Diane Maria de Almeida**	Titular
Projeto Vida Nova **Isis Katia Novaes Hauer**	Suplente	
e.	Associação Várzea-grandense Madre Tereza de Calcutá - CENPRHE **Maria Tereza Urbano**	Titular
Associação Grupo de Cururu e Siriri Nhana Santa **Edenil Maria da Silva**	Suplente	
f.	Associação Caminhando Para Mais Um Sonho – ACAMIS **Antonina Cajango de Oliveira**	Titular
Vacância	Suplente	

	Sociedade Civil de Atendimento INDIRETO	
g.	Conselho Regional de Psicologia – CRP **Sheila Carla de Queiroz Gomes**	Titular
Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Várzea Grande **Flávia Petersen Moretti**	Suplente	
h.	Associação Plante Vida **Luiz Fernando Alves dos Santos**	Titular
Sindicato dos Trabalhadores - SINTEP Subsede de Várzea Grande **Maria Aparecida Arruda Cortez**	Suplente	
i.	Rotary Clube Portal do Norte **Wagner Tadeu da Silva**	Titular
Organização O Futuro é Agora **Moacir Rodrigues Barbosa**	Suplente	
j.	Associação AMPARA **André Luis Campanha**	Titular
Vacância	Suplente	

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, em Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, 12 de fevereiro de 2016.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

COMUNICADO

A **Prefeitura Municipal de Várzea Grande** torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural Sustentável, Licença de Localização e de Operação para regularização de construção de 36 casas populares de interesse social em bairro consolidado, em frente a Rua França, Bairro Nova Era, em Várzea Grande/MT, 23 de fevereiro de 2016.

PORTARIA Nº 009/2016/GAB/SMECEL/VG

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER DE VÁRZEA GRANDE, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando a necessidade de retificar a Comissão de Tomada de Contas especial instituída pela Portaria n. 49/2015/GAB/SMECEL/VG designada por determinação da Controladoria geral do Município, em conformidade com a Resolução Normativa n. 24/2014 do TCE/MT, com finalidade de apurar possíveis irregularidades nas liquidações dos pagamentos das empresas KS Controle de Pragas e Soluções Ambientais LTDA e GM de Miranda e Cia Ltda ME, ocorridas no exercício de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º – a partir do dia 19 de janeiro de 2016 a comissão instituída pela Portaria n. 49/2015/GAB/SMECEL/VG será composta por:

Rafaela Vitória Mendes Volcov - Titular

Aroldo Arruda – Titular

Meiry Evaldith Alves Rondon - suplente

Artigo 2°- Esta Portaria entrara em vigor na data de sua publicação, com efeitos legais a partir de 19 de janeiro de 2016.

Registra-se, Publica- se, Cumpra se.

Várzea Grande – MT, 22 de fevereiro de 2016.

Zilda Pereira Leite de Campos

Secretária Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

DECRETO Nº 03 DE 19 DE JANEIRO DE 2016.

Dispõe sobre a nomeação dos novos membros do Conselho Municipal de Cultura de Várzea Grande – MT e dá outras providências.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legal que lhe confere Lei Orgânica Municipal de Várzea Grande através do artigo 69, inciso VI, e;

CONSIDERANDO a Lei Municipal n.º 2.064/1999 que criou, no âmbito do município de Várzea Grande – MT, o Conselho Municipal de Cultura;

DECRETA:

Art. 1° - Ficam nomeados os novos membros do Conselho Municipal de Cultura de Várzea Grande – MT, com mandato de 02 (dois) anos, para o biênio 2016/2017:

I - Representantes da sociedade civil organizada:

a. Jacinta Domingas do Espírito Santo – Associação 5ªtall Artística e Grupo de Siriri Infantil Passo Miudinho – Titular

b. Leandro Fábio Momente - Associação Cristo Rei - Titular

c. Inês Benevides Nogueira - Instituto Histórico - Titular

d. Carmen Maria Pereira Ferreira - Associação das Manifestações Folclóricas de Mato Grosso - Suplente

e. Geny Pedrosa da Costa Sousa - Associação de Cultura e Turismo de Bonsucesso - Suplente

f. José Wilson Tavares - Associação de Cultura e Turismo de Bonsucesso - Suplente

II - Representantes da classe de Produtores Culturais:

a. Edenil Maria - Produtora Cultural - Titular

b. Edney Santana dos Santos - Produtora Cultural - Titular

c. Cilbene Maria Rosa da Conceição - Produtora Cultural - Titular

d. Gastão Marques Filho - Produtor Cultural - Suplente

e. Genima Paula de Arruda Costa -Produtora Cultural - Suplente

f. Geonir Paulo Schnorr - Produtor Cultural - Suplente

III - Representantes do Poder Público Municipal:

a. Gisele Aparecida de Barros - Superintendente de Cultura - Titular

b. Ana Paula Pinto Duarte - Coordenadora de Atividades Culturais - Titular

c. Edizes Luiza Reveles Pereira – Professora - Titular

d. Dalila de A. Felfili - Gerente de Patrimônio - Suplente

e. Saturnino José da Costa - Professor - Suplente

f. Suhmaia Untar – Professora - Suplente

Art. 2º - Os novos membros da Comissão de Cultura de Várzea Grande – MT terão prazo de 60 (sessenta dias) para elaboração do Regimento Interno do Conselho.

Art. 3º - As funções exercidas pelos membros conselheiros (titulares e suplentes), não serão remuneradas.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes em Várzea Grande – MT, 19 de janeiro de 2016.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

PORTARIA GAB/PREF/PMVG 017/2016

Dispõe sobre a homologação da Resolução n.º 003/2016 do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS, Prefeita Municipal de Várzea Grande/MT, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 69, inciso VI, e;

CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal n.º 3.762/2012, e, o Capítulo V, arts. 11 e 12 do Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social de várzea Grande – MT (Decreto Municipal n.º 40 de 10 de julho de 2015);

CONSIDERANDO Resolução 003/2016 do Conselho Municipal de Assistência Social de várzea Grande – MT;

RESOLVE:

Artigo 1°: Fica homologada a Resolução n.º 003/2016 do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, em anexo, para designar a servidora municipal efetiva **DULCELINA SOCORRO FIRMO DE LIMA SILVA**, para exercer a função de Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social, para o biênio 2016/2018.

Artigo 2°: Revoga-se a Portaria GAB/PREF/PMVG 004/2016.

Artigo 3°: Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Praça dos Três Poderes, Paço Municipal Couto Magalhães, Várzea Grande - MT, 15 de fevereiro de 2016.

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

ANEXO

RESOLUÇÃO Nº. 003/2016/CMAS-VG

Dispõe sobre a Nomeação da função de Secretário (a) Executivo (a) do Conselho Municipal de Assistência Social de Várzea Grande.

O Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social de Várzea Grande; no uso de suas atribuições legais, dispostos na lei Federal nº 8. 742 de 07 de dezembro de 1993; Lei Municipal Complementar nº 3762 de 22 de maio de 2012 em seu art. 19, parágrafo 1º e 2º X da Secretaria Executiva;

CONSIDERANDO o Regimento Interno do CMASVG, capítulo V, artigo 11º, 12º que trata das disposições/obrigações do Secretário Executivo.

CONSIDERANDO a Plenária 017 de 29 de dezembro/2015 do Pleno do CMASVG.

RESOLVE:

Art. 1º Designar para ocupar o cargo de Secretária Executiva do Conselho Municipal de Assistência Social de Várzea Grande/MT a funcionária efetiva **DULCELINA SOCORRO FIRMINO DE LIMA SILVA** para o biênio 2016/2018.

Art. 2º Fica alterado o artigo 1º da Resolução n.º 002/2016 CMAS-VG/MT, revogando-se onde se lê Nomear será lido Designar.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor a partir da assinatura da ata do pleno dia 06 de janeiro de 2016 e posterior publicação consolidando-se a referida designação.

Registrada Publicada Cumpra-se

Várzea Grande-MT, 10 de fevereiro de 2016.

JOÃO GUMERCINDO CASSIM

Presidente do CMAS-VG

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PORTARIA N.º 051/2016 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2016.

PORTARIA N.º 051/2016

De 23 de fevereiro de 2016.

LUCIANO MARCOS ALENCAR,Prefeito Municipal de Vila Rica, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o resultado da eleição para os cargos de Coordenadores pedagógico, realizada junto a escola Municipal Ilma Valadares de Aragão.

R E S O L V E:

Art. 1º- **Nomear,** as servidoras lotadas na Secretaria Municipal de Educação, abaixo descritas para exercer a função de Coordenadoras Pedagógicas, por um período de 02(dois) anos, junto a Escola Municipal Ilma Valadares de Aragão, conforme Plano de Cargos e Salários.

Divina Eterna Donizete da Silva Alves

Andrea Magna de Araujo Nóbrega

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e seus efeitos retroagem a 15 de fevereiro de 2016.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

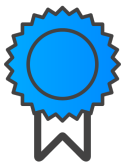
C U M P R A – S E

Gabinete do Prefeito Municipal.

Luciano Marcos Alencar

Prefeito Municipal

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Tue Feb 23 22:33:04 UTC 2016
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)